

Universidade de Lisboa

Instituto de Ciências Sociais



Hábitos Privados Práticas Públicas
O lixo no quotidiano

Susana Maria Gonçalves da Rosa Valente

Doutoramento em Ciências Sociais
Especialidade: Sociologia Geral

2013

Universidade de Lisboa

Instituto de Ciências Sociais



Hábitos Privados Práticas Públicas
O lixo no quotidiano

Susana Maria Gonçalves da Rosa Valente

Tese orientada por
Professora Doutora Luísa Schmidt

Financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia
(SFRH/BD/41778/2007)

Doutoramento em Ciências Sociais
Especialidade: Sociologia Geral

2013

Resumo

Apesar do muito que já se avançou em Portugal no âmbito das políticas públicas de resíduos urbanos, estas continuam a revelar-se insuficientes para conseguir o desvio do aterro como destino final e assim atingir as metas. A presente pesquisa parte de uma visão sobre o lixo enquanto problema ambiental, ao qual as políticas públicas procuram dar resposta e, para isso, a participação da população revela-se um elemento essencial, sobretudo na separação do lixo doméstico para reciclagem.

A pesquisa é orientada por três objectivos: 1) analisar a articulação / desarticulação entre a produção de resíduos urbanos, a abordagem das políticas públicas e a sensibilização da opinião pública; 2) contribuir para identificar formas de aproximação entre cidadãos e entidades públicas locais, que favoreçam uma participação social efectiva nas políticas públicas; e 3) analisar as práticas quotidianas da relação com o lixo na esfera doméstica. Estes objectivos são atravessados analiticamente por uma dimensão da ordem do privado (práticas domésticas e satisfação residencial) e por uma dimensão da ordem do público (relação cidadãos-entidades públicas e envolvimento local).

Atendendo à importância do “local” no âmbito destas práticas, em particular as características materiais da envolvente residencial na vivência do quotidiano, optou-se por centrar a pesquisa no concelho de Sintra, abrangendo diversos tipos de localidades.

Para dar resposta aos objectivos, optou-se pelo enfoque na escala de espaço-tempo do quotidiano e por uma visão integrada, em que se destaca a importância da interacção e dos contextos. Assim, a abordagem analítica incide na diversidade do conceito de lixo no quotidiano; nas práticas e dinâmicas familiares em torno do lixo; nos lugares que este ocupa no espaço doméstico; nos momentos de transmutação de um hábito privado para uma prática pública, que ocorrem nos equipamentos colectivos do sistema de recolha de resíduos; e, por fim, na capacidade de participação pública e de assumir uma responsabilidade partilhada entre cidadãos e entidades que têm um lixo comum a tratar.

Palavras-chave: lixo, resíduos urbanos, reciclar, políticas públicas, quotidiano, práticas

Abstract

Though a lot has been made in terms of urban waste public policies in Portugal, it seems they continue to be insufficient to assure that the final destiny of waste is the landfill and thus making impossible to reach european targets on recycling. This research starts with an insight into waste as an environmental problem, to which public policies seek to respond. In order to do so people active participation proves to be an essential element, especially in the separation of household waste for recycling.

The research is guided by three objectives: 1) to analyze the articulation / disarticulation between the production of urban waste, the approach of public policies and public awareness, 2) identify ways to contribute to rapprochement between citizens and local authorities, which favor effective social participation in public policies, and 3) examine the everyday practices of waste in relation to the domestic sphere. These objectives are crossed analytically by a private dimension (domestic practices and residential satisfaction) and a public dimension (relationship between citizens-public entities and local engagement).

Given the importance of the "local" in the context of these practices, in particular the characteristics of the materials surrounding the residential experience of everyday life, we chose to focus the search in Sintra, covering different types of locations.

In order to respond to the objectives, we chose to focus on the scale of space-time of everyday life and on an integrated vision, in which we highlight the importance of interaction and contexts. Thus, the analytical approach focuses on the concept of diversity in the everyday life waste; practices and family dynamics around waste; places in which it occupies in domestic space; in moments of transmutation of a private habit for a private public practice, occurring in the collective equipment of the waste collection system and, finally, the ability of public participation and the assumption of a shared responsibility between citizens and entities that have a common waste to deal with.

Keywords: rubbish, urban waste, recycle, public politics, everyday life, practices

Agradecimentos

Por muito solitário que seja este trajecto, não é um trajecto que se faça sozinho. Vários foram os companheiros desta viagem que, de muitas maneiras, contribuíram para que possa chegar a bom porto. A todos, cabe-me agradecer. Em primeiro lugar, agradeço à Luísa Schmidt, orientadora e amiga, que foi acompanhando o desenrolar do trabalho com o seu empenho energético e generosidade, acreditando sempre em mim. Aos meus colegas do Observa, em especial ao José Gomes Ferreira e ao João Guerra, que partilharam comigo as suas aventuras e desventuras do seu próprio trajecto de tese. À Mónica Trüniger, à Elsa Coimbra, ao Pedro Prista e à Júlia Carolino, pelas inspiradoras conversas, reflexões e visões. À Alexandra Figueiredo, à Alexandra Valente, à Assunção Gato, à Fernanda Sousa, à Luísa Nora e à Mónica Saavedra, pelo seu apoio especial nos últimos tempos, assim como ao Tiago Carvalho e à Isabel Jordão, pela sua colaboração no tratamento de dados. Também uma palavra de apreço à Goretti Matias pela sua disponibilidade e compreensão. Gostaria ainda de expressar um afectuoso agradecimento a todos os meus entrevistados pelas suas revelações sobre o lixo e por me receberam tão generosamente em suas casas. Por fim, agradeço à minha família, aos meus pais e à minha avó, que sempre me apoiaram e acolheram durante este tempo para estadias prolongadas de leituras, de reflexão e de escrita. Ao meu filho Pedro, que tem estado à minha espera para fazer mil e uma coisas que temos vindo a adiar desde o Verão. Ao meu companheiro Firmo, por todo o amor, paciência e confiança. Aos meus amigos, que nos tempos em que a escrita me levou a estar mais ausente, sempre estiveram presentes com palavras de ânimo e de coragem.

Susana Valente

*A todos os que fazem lixo todos os dias
para que o façam cada vez menos*

Índice

Índice de gráficos

Índice de quadros

Índice de figuras e fotos

Prefácio

Introdução1

I Capítulo

Sobre as opções teóricas para uma reflexão sobre as práticas quotidianas na relação com o lixo9

I.1. Enquadramento de fundo na Sociologia do Ambiente.....10

I.1.1. Ambiente na Sociologia10

I.1.2. Estudos desenvolvidos pela Sociologia do Ambiente.....14

I.2. Orientações da Sociologia do Quotidiano para uma investigação no terreno para práticas “demasiado próximas”23

I.2.1. O quotidiano, ponto de encontro entre o micro e o macro24

I.2.2. Uma sociologia compreensiva26

I.2.3. A inspiração do modelo dramático de Goffman.....28

I.2.4. O quotidiano: um contínuo de rotinas e acontecimentos.....31

I.2.5. Os espaços quotidianos das interacções.....35

I.2.6. Equipas e práticas de rotinas.....37

I.3. A perspectiva da Teoria das Práticas: uma forma de olhar o lixo.....40

I.3.1. Os limites dos modelos lineares cognitivos perante a necessidade de mudança.....41

I.3.2. Afinal, o que são as Práticas?.....43

I.3.3. Interações e componentes das práticas.....45

II Capítulo

Sobre as abordagens sociológicas ao lixo e à reciclagem: alguns pontos de partida.....49

II.1. As bases sociológicas da abordagem ao tema “lixo”49

II.2. A reciclagem como objecto de estudo e de intervenção.....54

II.3. A nova vaga de estudos sobre o lixo.....	60
II.3.1. O contentor do lixo como o ponto central da análise.....	62
II.3.2. E se o contentor não existisse, como iríamos despejar o lixo?.....	65
II.3.3. A “arte” de nos livrarmos das coisas que já não queremos.....	69

III Capítulo

Sobre a constelação de metodologias e a definição do campo empírico.....76

III.1. O design metodológico, uma vista panorâmica.....	76
III.2. O projecto Separa® como fonte de referência basilar.....	78
III.3. O papel do espaço público e do local na estratégia metodológica.....	80
III.4. A posição relativa entre as dimensões enquanto eixos de análise.....	84
III.5. A dimensão comunicacional, política e de participação pública.....	85
III.5.1. As fontes secundárias.....	85
III.5.2. As fontes primárias: as entrevistas exploratórias.....	87
III.6. A dimensão das práticas domésticas quotidianas e do espaço público envolvente da residência.....	88
III.6.1. As fontes secundárias.....	88
III.6.2. As fontes primárias: as entrevistas compreensivas e a observação directa.....	91

IV Capítulo

Sobre a evolução material e social do estado dos resíduos em Portugal.....99

IV.1. A recente sociedade de consumo e de desperdício.....	100
IV.2. A emergência do problema “lixo” na década de 90.....	105
IV.2.1. A mediatização do lixo.....	105
IV.2.2. Políticas públicas: os Planos Estratégicos de Resíduos Sólidos Urbanos.....	108
IV.2.3. Notas breves sobre os ecopontos.....	111
IV.3. O lixo na análise sociológica em Portugal.....	114
IV.3.1. Sobre o levantamento de estudos.....	114
IV.3.2. “Separar o lixo para reciclar”: a prática na opinião pública.....	118
IV.3.3. Consumir e produzir lixo.....	122

IV.3.4. O lixo no conjunto das práticas ambientais.....	124
IV.3.5. Reciclar pelo Ambiente em 2011.....	125

V Capítulo

Sobre a questão do lixo no concelho de Sintra vista por olhares institucionais.....132

V.1. O lixo em Sintra, as entidades que protagonizam oficialmente a questão.....	132
V.2. A evolução da recolha selectiva no concelho.....	136
V.3. Exemplos de descontinuidades.....	139
V.4. A visão particular das Juntas de Freguesia.....	142
V.4.1. O potencial dinamizador da Junta de Freguesia.....	143
V.4.2. A relação com a população e mecanismos de aproximação à população.....	145
V.4.3. A avaliação das práticas dos residentes em relação aos resíduos.....	146
V.4.4. A relação da Junta de Freguesia com o sistema de recolha e gestão dos RU.....	148
V.4.5. A avaliação do sistema de recolha e limpezas públicas.....	149
V.4.6. A Junta de Freguesia como poder local	150

VI Capítulo

Sobre o lixo e os lixos: o que é, com se faz e onde se guarda.....153

VI.1. O lixo polissémico.....	153
VI.2. O “lixo” que não se deita fora.....	160
VI.2.1. O lixo que se reutiliza.....	164
VI.2.2. O lixo que se acumula.....	166
VI.3. Fazer lixo no quotidiano.....	172
VI.3.1. O lixo da rotina doméstica.....	172
VI.3.2. O lixo das ocasiões especiais.....	176
VI.3.2.1. Natal todos os anos.....	176
VI.3.2.2. Festas há muitas.....	177
VI.3.2.3. Grandes limpezas, obras e mudanças.....	179

VII Capítulo

<i>Sobre as práticas domésticas da separação do lixo.....</i>	185
VII.1. A prática da separação.....	186
VII.2. A relação com os materiais.....	188
VII. 2.1. O vidro no vidrão – o contentor verde.....	188
VII.2.2. O papel e o cartão no papelão - o contentor azul.....	190
VII. 2.3. Plásticos, PLA e metais no embalão – o contentor amarelo.....	191
VII.3. A motivação para a prática.....	193
VII.4. Razões para começar a separar.....	200
VII.4.1. Pequenas histórias de não separação, de separação e de iniciativa.....	207
VII.5. Dinâmicas domésticas de separação.....	214
VII.6. Ecopontos domésticos, o lugar do lixo separado em casa.....	220
VII.6.1. Onde está o ecoponto?.....	221
VII.6.2. Como é o ecoponto?.....	225
VII.6.3. Outros lugares em casa onde está o lixo separado.....	228
VII.6.4. Ecopontos domésticos, a política pública dentro de casa.....	230

VIII Capítulo

<i>Sobre a transmutação do lixo: do privado ao público.....</i>	233
VIII.1. Recolha e destino desconhecidos.....	234
VIII.1.1. “O quê? A recolha paga-se?”.....	240
VIII.1.2. Grau de satisfação com serviço de recolha, o lixo que desaparece.....	241
VIII.2. Ecoponto, ponto de encontro do privado no público.....	244
VIII. 2.1. A rede disponível e a proximidade desejada.....	250
VIII.2.2. “Queremos um ecoponto perto de casa”.....	253
VIII.2.3. Ecoponto informador, comunicador e mediador.....	254
VIII.2.4. Aberturas: passagens que se querem convenientes.....	257
VIII.2.5. O estado de limpeza do ecoponto e o impacto nos utilizadores.....	260
VIII.2.6. O ecoponto que mais agrada está escondido por baixo de terra	267

IX Capítulo

<i>Sobre o espaço público, a comunidade e a participação.....</i>	272
IX.1. O lixo que se espalha e espelha nos destinos ilegais.....	273
IX.2. Satisfação com o espaço público envolvente da residência.....	274
IX.3. A participação local.....	284
IX.4. Para onde vai o lixo, esse património comum?.....	293
<i>Conclusões.....</i>	304
<i>Bibliografia.....</i>	313
Anexos (em CD-Rom)	

Índice de gráficos

Gráfico III.1. Caracterização das Freguesias do Concelho de Sintra por tipologia sócio-económica.....	83
Gráfico IV.1. Evolução da produção de Resíduos Urbanos de recolha indiferenciada e selectiva.....	100
Gráfico IV.2. Evolução do Consumo Privado em Portugal.....	104
Gráfico IV.3. População residente nos concelhos de Lisboa e do Porto e nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, 1900 a 2001.....	A
Gráfico IV.4. Evolução dos programas sobre o tema Lixo, segundo as relações.....	106
Gráfico IV.5. Evolução das notícias sobre os principais temas do referente Ambiente	106
Gráfico IV.6. Metas previstas e objectivos atingidos em 2005.....	109
Gráfico IV.6. Metas previstas e objectivos atingidos em 2005.....	110
Gráfico IV.8. Evolução da recolhas selectivas.....	112
Gráfico IV.9. Evitar deitar papéis ou outro lixo para o chão (%)......	120
Gráfico IV.10. Separar o lixo para reciclar (%)......	121
Gráfico IV.11. Reduzir o consumo de produtos descartáveis (%)......	122
Gráfico IV.12. Evolução das principais práticas ambientais em Portugal.....	124
Gráfico IV.13. Evolução das principais práticas ambientais na UE.....	A
Gráfico IV.14. Fez alguma destas acções no último mês por razões ambientais?.....	126
Gráfico V.1. Evolução da recolha selectiva em ecopontos (Concelho de Sintra).....	A

Índice de quadros

Quadro III.1. Tipologias Sócio-económicas.....	82
Quadro III.2. As principais categorias de análise de discurso dos Presidentes das Juntas de Freguesia.....	86
Quadro III.3. Temáticas de análise dos inquéritos Separa®.....	90
Quadro III.4. Perfis de separadores.....	90
Quadro III.5a. Tipologia de locais residenciais do concelho de Sintra.....	91
Quadro III.5b. Tipologia de locais residenciais do concelho de Sintra.....	A
Quadro III.6a. - Caracterização dos agregados familiares entrevistados.....	92
Quadro III.6b Caracterização dos agregados familiares entrevistados.....	A
Quadro V.1. Formandos no Concelho de Sintra no âmbito da Iniciativa Ecofreguesias.....	141
Quadro VII.1. Separação de lixo no agregado.....	187
Quadro VII.2. Tipo de separação de lixo no agregado.....	188
Quadro VII.3. Qual a principal motivação para a separação dos lixos?	193
Quadro VII.4. Categorias de motivações para a separação dos lixos.....	196
Quadro VII.5. O que pode levar as pessoas a separarem o lixo?	201
Quadro VII.6. O que pode levar as pessoas a separarem o lixo por tipo de separação.....	202
Quadro VII.7. Razões que levam a separar.....	205
Quadro VII.8. Separação suprema e não separação com a escolaridade do inquirido.....	206
Quadro VII.9. Tipo de separação por tipo de agregado familiar do inquirido.....	215
Quadro VII.10. Separação suprema e não separação com a tipologia de residência.....	219
Quadro VIII.1. Entidade responsável pelo serviço de recolha de lixo no local onde reside.....	236
Quadro VIII.2. Pontos fortes e pontos fracos dos ecopontos.....	245
Quadro VIII.3. Em relação ao ecoponto mais perto de sua casa está.....	246
Quadro VIII.4. Em relação ao ecoponto mais perto de sua casa assinala.....	249
Quadro IX.1. Quais os problemas que precisam de ser resolvidos com mais urgência ao nível do lixo, no local onde vive?.....	276
Quadro IX.2. Quais os problemas que precisam de ser resolvidos com mais urgência ao nível do espaço público, no local onde vive?.....	277
Quadro IX.3. Grau de satisfação residencial com tipologia do local.....	280
Quadro IX.4. Considera que a zona/bairro onde reside é uma zona.....	281
Quadro IX.5. Tipo de zona por tipologia de local.....	283
Quadro IX.6. Atitudes em relação à participação local.....	284

Índice de figuras e fotos

Figura II.1. Diagrama da Teoria do Lixo de Thompson.....	51
Figura II.2. Diagrama do trajecto do comportamento da reciclagem.....	58
Figura II.3. Enquadramento conceptual da pesquisa de Barr <i>et alia</i>	59
Figura II.4. Esquema de análise centrado no contentor de Chappels e Shove.....	63
Figura V.1. Exemplo de uma acção do Programa Municipal de Sensibilização Ambiental.....	A
Figura V.2. Evolução das quantidades na recolha indiferenciada.....	138
Figura V.3. Evolução da percentagem de cada valência recolhida em ecoponto.....	139
Figura V.4. Evolução da quantidade total de RU no Concelho de Sintra.....	A
Foto VI.1. Salamadra destino de podas secas de jardim.....	161
Fotos VI.2 Compostores em espaço privado.....	163
Fotos VI.3. Lugares bastidores onde se guarda “lixo acumulado”.....	168
Fotos VI.4. Despensas que reflectem consumos com diferentes abordagens às embalagens.....	175
Fotos VII.1 Lugares do caixote do lixo nas cozinhas.....	221
Fotos VII.2. Ecopontos domésticos.....	228
Foto VII.3. Ecopontos de “exterior”.....	229
Foto VIII.1. Dia 25 de Dezembro, 2011.....	243
Figura VIII.1. O contentor/ecoponto: encontro entre esfera privada e esfera pública..	244
Fotos VIII.2. Ecopontos de “gerações” diferentes.....	247
Fotos VIII.3. Inscrições dos ecopontos mais recentes.....	256
Foto VIII.4. Ecopontos com acesso dificultado.....	258
Fotos VIII.5. Aberturas práticas.....	259
Fotos VII.6. Mini-lixeiras	263
Fotos VII.7. Verdes e Monstros.....	266
Figura IX.1. Esquema comparativo entre contextos socio-urbanísticos.....	275

Prefácio

Nasce o presente trabalho do encontro entre o meu percurso profissional e o meu empenho pessoal em contribuir para a salvaguarda do ambiente e da sustentabilidade da vida humana na Terra. Nos vários projectos em que me tenho envolvido, está sempre presente esta vontade de que sejam, de alguma forma, um contributo válido para essa sustentabilidade. É isso que me motiva e entusiasma.

Durante a licenciatura, o tema ambiente já tinha suscitado o meu interesse, tendo desenvolvido alguns trabalhos académicos e acções de divulgação no contexto da Associação de Estudantes do ISCTE. A realização da dissertação de licenciaturaⁱ em 1994, com um estágio no IPAMB (Instituto de Promoção Ambiental, hoje fundido na APA - Agência Portuguesa do Ambiente) e o contacto com vários jornalistas que escreviam sobre ambiente na imprensa nacional, tornou definitivamente claro para mim a importância da informação ambiental ser realmente pública. A minha passagem pelo *Expresso* (1994-1996) colaborando com Luísa Schmidt, proporcionou um acesso privilegiado a diversas áreas científicas que se cruzam com o ambiente (Schmidt, 1999), o que me ofereceu uma visão do país, e do seu ambiente, decisiva para a minha convicção que esta era a área na qual me fazia sentido investir como socióloga.

Foi por isso com ânimo que, em 1996, integrei a equipa fundadora do Observa (Observatório de Ambiente, Sociedade e Opinião Pública), na qual tenho vindo a participar em vários projectos desenvolvidos dentro do seu programa de investigação, com destaque para os dois inquéritos nacionais *Os Portugueses e o Ambiente* (Almeida, J. F. (org.), 2000 e 2004). Foi também no Observa, na sequência do desenvolvimento do projecto intitulado *Marketing Ambiental: Estratégias de Produção, Contextos de Recepção* (1999), que venho a elaborar a minha dissertação de mestradoⁱⁱ (2001), mantendo sempre presente o meu espírito de investigação-acção (*action research*).

i Intitulada *O “verde” e a comunicação social: os processos de produção da “notícia-ambiente”*, com orientação científica do Professor Doutor Manuel Paquete de Oliveira.

ii Intitulada *Campanhas pelo Ambiente: Processos de (In)Cominção*, com orientação científica do Professor Doutor Manuel Paquete de Oliveira.

Esse espírito vem a encontrar eco especial no projecto *Separa*® (2004-2007), desenvolvido por uma equipa interdisciplinar, no contexto da solicitação directa por parte de uma entidade intermunicipal de tratamento e de gestão de resíduos urbanos (Tratolixo), cuja área de abrangência cobria os concelhos de Cascais, Oeiras, Mafra e Sintra.

Num projecto que se pretendia com continuidade no terreno, o seu fim abrupto, acabou por me conduzir ao desenvolvimento da presente dissertação.

A descontinuidade a que o projecto *Separar* foi exposto, pela mudança ocorrida na administração da empresa, veio comprovar o estereótipo de uma das fraquezas fatais das campanhas pelo ambiente em Portugal já identificado na minha tese de mestrado: a falta de continuidade.

Ainda mais, não era a primeira vez que isso me sucedia. Em 1994-1995, na criação de um projecto inter-universitário, cujo objectivo era implementar um sistema de recolha selectiva para reciclagem na Cidade Universitária, com financiamento europeu aprovado, viu-se inviabilizado por questões relativas à “propriedade sobre o lixo” com a Câmara Municipal de Lisboa, que se vieram a revelar inultrapassáveis na altura.

Por isso, para dizer a verdade, sentia alguma zanga e frustração, por um projecto com uma equipa de excelência corroborar de forma tão explícita que “não há uma estratégia global e integrada de comunicação no âmbito das questões ambientais. (...) Em estreita relação com a ausência de estratégia global, encontra-se a ausência de planeamento a médio e longo prazo.” (Valente, 2001:245). A mudança de comportamentos não se compadece com a falta de ritmo, de regularidade e de insistência na medida certa, mas “Changing people’s attitudes, or even raising information levels, is a difficult process, and requires far more time and resources than most governments have thus far been willing to invest in environmental protection campaigns.” (Dunlap, 1996:122).

Assim, por um lado, pretendia através da tese, conferir ao projecto *Separar* alguma merecida continuidade, mas, por outro lado, depois de um contexto de trabalho de equipa envolvente e empenhado, não era imediato descobrir o percurso a seguir num trabalho individual.

Avaliando os resultados que já tinham sido atingidos, a esfera doméstica dos residentes era o que “faltava” explorar de uma forma mais intensiva. A opção metodológica por me centrar nas práticas de quotidiano, proporcionou a ruptura necessária com o trabalho anterior, que durante muito tempo pairou sobre a tese, mais como sombra do que como luz, para que depois pudesse então revisitá-lo e complementar a análise das novas descobertas. Relato este percurso porque ele marca definitivamente este trabalho.

Introdução

*“The beauty of any natural cycle is that is no waste:
every output becomes the input to the next stage of the cycle.”*

Alan Heeks in The Natural Advantage, 2000, p.10

Porquê o lixo? Foi uma pergunta frequente que me dirigiam. Soava sempre a um tema um pouco “sujo”... O que é certo é que tem sido dos temas ambientais que mais perplexidades têm criado.

É surpreendente a grande quantidade de lixo espalhada por todo o país que é recolhido nas acções do Limpar Portugal, em particular nas praias, costa e florestas. Estranho movimento esse, de uns que deitam fora o lixo para qualquer lado e outros que o vão apanhar voluntariamente...e que no fim, também o terão de encaminhar para algum lado.

Se há temas de ambiente com um carácter mais “imaterial” e “invisível” à primeira vista, o lixo, pelo contrário, é dotado de grande materialidade. Por isso, o esforço é grande para “não o ver”.

Refiro-me mesmo ao esforço para não ver a quantidade de lixo que se faz todos os dias através de cada um de nós; sem sequer falar no lixo visível, mas distante, dos milhares de destroços espaciais que orbitam a Terra (www.apollo11.com), assim como nos estudos que defendem o envio do lixo nuclear para o espaço, nem nas novas ilhas de plásticos com quilómetros de diâmetro que se formam nas correntes dos oceanos (www.5gyres.org). No Pacífico Norte encontra-se o maior depósito de lixo do planeta. Em 2010 avaliava-se em 4 milhões de toneladas de plástico, 80% com origem no continente, 20% nos navios.

As suas consequências negativas em termos de poluição e de impacto nos ecossistemas são relatadas desde há décadas (pelo menos desde os anos 70). E, para além disso, definitivamente ocupa espaço no planeta (e à volta dele). Provavelmente o desejo que existe em nós é que o lixo desapareça, se des-materialize. “In an ideal world... an object would reach zero value and zero expect life-span at the same instant, and then...disappear into dust.”(Thompson, 1979: 8).

No entanto, ainda que *não grato*, nas relações quotidianas estabelecidas com o lugar de residência, o lixo destaca-se como sendo um problema recorrente à escala local e dos mais transversais, seja qual for o tipo sócio-económico e urbanístico (INE, 2001).

Dentro do conjunto dos problemas quotidianos identificados, o lixo é aquele sobre o qual os residentes se sentem mais capacitados para fazer a diferença; isto é, por contraste com um conjunto vasto de problemas ambientais complexos e distantes, perante os quais as pessoas se sentem sem capacidade para intervir, o caso do lixo apresenta-se como algo próximo e passível de ser alvo de acção (Schmidt e Martins, 2006).

Ao mesmo tempo que existe esta percepção de proximidade e de capacidade de agência, regista-se uma enorme desproporção entre a percepção da quantidade de lixo que se produz diariamente na esfera doméstica e a real quantidade de lixo produzida, no conjunto de todos os dias.

Esta desproporção entre realidade objectiva e subjectiva levanta problemas na compreensão social da dimensão do problema lixo e da urgência em actuar através das práticas associadas. As pessoas, em geral, não só não pensam no problema do lixo de uma forma sistémica, como “não vêem” o lixo. A sua presença é tão constante no quotidiano que lhe confere “invisibilidade”.

No caso do lixo essa invisibilidade é reforçada por “não se querer ver”. Isto é, não é agradável aos sentidos, em particular à vista ou ao olfacto, é sujo, e além disso está impregnado do conceito de “algo que já não presta e por isso é para deitar fora”. Uma forma de criar a distância a algo que perdeu a sua utilidade, que se pretende “deitar fora”, “é ver-se livre” dele, nem que seja usar da capacidade selectiva de visão, tornando-o invisível.

No entanto, em várias ocasiões, o lixo ganha uma forte visibilidade. E não é pelo eventual perigo de cair do céu um satélite abandonado na órbita geoestacionária da Terra, ou pelas ameaças à vida marítima provocadas pelas ilhas de plástico. É justamente quando o lixo permanece nas imediações dos espaços de residência por mais tempo do que é “normal” para continuar a ter a capacidade de ser invisível.

Nesta pesquisa, a noção de ciclo permite uma abordagem ao lixo, que olha para os contentores domésticos e para os públicos, como diferentes momentos do seu processo de vida. Se perspectivarmos o lixo como um objecto que tem uma vida social, no âmbito da qual atravessam vários regimes de valor, pode dizer-se que o lixo tem a sua biografia, ao longo da qual se transmuta e assume estatutos diferenciados (Appadurai, 1986).

Aliás, as diferentes práticas de deposição do lixo, tanto no interior como no exterior, na residência do agregado doméstico, marcam momentos de transição do seu estatuto, em que o

contentor público da rua é uma componente fundamental nesse processo, com se de uma espécie de portal público se tratasse, onde termina o lixo como algo privado, entrando no domínio público e comum da comunidade.

A representação do lixo como algo ligado à “sujidade”, à “contaminação”, no sentido de Douglas (1966) dificulta a construção de uma visão do lixo enquanto possibilidade de ser matéria-prima, de ser uma nova matéria. O reconhecimento de um certo tipo de valor atribuído ao lixo (contrariando a própria definição de lixo enquanto algo que se deita fora) é pouco generalizado no contexto dominante de entre as pessoas, que o olham apenas como algo de que se querem “desfazer”, ignorando o seu destino final (Almeida, J. F. (org.). 2000 e 2004; Schmidt e Martins (coord.), 2006 e 2007).

Na sociedade portuguesa, âmbito em que se realiza esta pesquisa, verifica-se uma dissonância cognitiva manifesta na enorme desproporção entre a quantidade de lixo que se produz diariamente e a consciencialização da sua existência, o que levanta problemas de compreensão da dimensão do problema e da urgência de actuar.

Para compreender os contornos da formação da opinião pública e das atitudes sociais relativamente ao lixo, há que considerar os contextos históricos e culturais que enquadram a problemática dos resíduos urbanos.

No caso português, ao analisar o problema não se pode deixar de considerar a especificidade da emergência tardia da sociedade de consumo, a prolongada ausência e consequente atraso nas políticas dedicadas à questão dos resíduos e a forma como o tema foi mediatizado. Como evidencia Schmidt (2003), só se despertou publicamente para esta problemática nos anos 90, com a proliferação de lixeiras a céu aberto a tornarem-se visíveis na praça pública, “praça” aberta pelas televisões privadas, os alertas das ONG e a indignação da população, com as pressões europeias para a elaboração de políticas específicas para o sector e com um recém-criado Ministério do Ambiente (1990).

O crescimento de produção de lixo, tão concentrado no tempo e no espaço, tornou o lixo de tal forma visível, que a população deparando-se com os efeitos da sua acumulação e do descuido das entidades competentes em relação ao seu tratamento fez das lixeiras objecto de contestação social nos anos 90.

Assim, quando em termos governamentais se tomaram decisões e se desenharam políticas de gestão de resíduos na sequência da pressão das directivas europeias, não era possível encontrar na população portuguesa, incluindo nos próprios poderes institucionais, uma cultura ambiental sobre os resíduos que a levasse a responder activamente às soluções nelas preconizadas. Neste contexto foi impossível acompanhar a velocidade do aumento da

produção de lixo e os prazos de implementação das políticas europeias numa sociedade onde não existia uma “literacia” prévia que permitisse acompanhar as mudanças. Isto é, não existiam “capitais sociais e simbólicos” que permitissem ter uma capacidade imediata de compreensão da real situação problemática dos resíduos no país e simultaneamente “absorver” as soluções europeias para um problema equacionado e racionalizado por uma sociedade de consumo de longa duração, como era o caso de muitos países da Europa. Aliás, na década de 90, é notória a posição distinta dos portugueses, apresentando os valores mais elevados no que respeita à preocupação manifesta em relação a problemas de primeira geração, que remetem para a higiene pública, e que ainda aguardam políticas públicas efectivas, nomeadamente, o tratamento das águas dos esgotos e lixo nas ruas, espaços verdes e praias (Eurobarómetros, 1995, 1997). E por muito que já tenha sido feito para tratar o lixo que é produzido todos os dias, parece ainda revelar-se insuficiente, sobretudo no que diz respeito às metas políticas que remetem para os 3Rs – Redução, Reutilização e Reciclagem – que, para serem atingidas, implicam a colaboração das populações. Na avaliação das políticas verifica-se uma grande distância face às metas da reciclagem, da compostagem e da redução continuando mais de 60% do lixo urbano produzido a ser depositado em aterro sanitário. No entanto, a avaliar pelas respostas da população nacional em 2011, cerca de 66% dos portugueses refere que “separar o lixo para ser reciclado” é uma das 3 prioridades quotidianas dos cidadãos para proteger o ambiente, à qual acresce 28% que assinalam que tem de se reduzir o lixo.

Afinal, se é percepcionado como algo tão prioritário, por que não há uma maior adesão à prática da separação? Porquê tanta preocupação manifesta com o lixo e tão pouca manifestação na prática? O que falta para passar do “pensar” e “dizer” para o “fazer”? Quais os factores mais decisivos para ultrapassar a resistência à “prática” e que têm estado ausentes ou inanimados na equação das estratégias de políticas públicas? Como conseguir mobilizar e envolver a população num processo em que são eles próprios os actores fundamentais? É destas interrogações que se parte para o desenvolvimento do trabalho.

*

A evidência de que *“não posso ficar com o lixo em casa”*, uma das frases ouvidas durante as entrevistas, remete para o facto material de que o lixo tem de ir para algum lado. “Deitar o lixo fora para onde?” surge assim como o fio condutor deste trabalho, que tem como objecto a análise da prática quotidiana de produção-deposição do lixo doméstico.

O grande objectivo desta pesquisa é contribuir para compreender o modo como a articulação entre a complexidade técnico-científica e a urgência das questões ambientais se processa socialmente no caso das políticas públicas dos resíduos urbanos, identificando os “mecanismos” sociais capazes de quebrar o “ciclo vicioso do lixo”, remetendo-o para um eventual “ciclo virtuoso” (Schmidt e Martins (coord.), 2006).

A pesquisa, desenvolvida no concelho de Sintra, tem 3 objectivos mais específicos: (1) descrever e enquadrar a evolução da produção e tratamento dos resíduos urbanos em Portugal, em articulação com uma abordagem às políticas públicas vigentes e à evolução da opinião pública; (2) contribuir para a criação de novas formas de comunicação e de relacionamento entre instituições políticas e cidadãos que favoreçam a mudança das práticas de deposição dos resíduos, enquanto forma de participação social; e (3) analisar as práticas de relação com o lixo produzido na esfera doméstica, identificando especificamente factores que facilitam e/ou bloqueiam as práticas de separação de resíduos urbanos (RU).

Pretende-se, assim, abrir mais um espaço de conhecimento sobre a sociedade portuguesa e contribuir para a configuração de modelos comunicacionais e de participação social com abordagens mais integradoras, menos formais, mais criativas e orientadas para a sustentabilidade.

Os objectivos são atravessados por duas dimensões que se complementam numa dialéctica de análise. Por um lado encontra-se uma dimensão da ordem do “privado”, articulada às práticas¹ do quotidiano dos agregados familiares na esfera doméstica em relação aos lixos e aos factores que as envolvem e influenciam; Esta é *a dimensão das práticas domésticas quotidianas e do espaço público envolvente da residência*. Outra dimensão, da ordem do “público” - *a dimensão comunicacional, política, e de participação pública* - incide sobre a esfera da comunicação e da relação da população com o poder político e a forma como a participação pública se exerce.

O espaço público, enquanto local, afigura-se incontornável na definição da escala e estratégia metodológicas da presente pesquisa, justificando-se por vezes uma abordagem comparativa das percepções e práticas em relação ao lixo, que tenha em conta diferentes tipos de espaços residenciais, que implicam e reflectem na satisfação quotidiana e nos estilos de vida de quem neles reside e tem impacto colectivo e político, a começar na envolvente da residência.

Efectivamente, tendo como base os objectivos referidos, há uma orientação para a pesquisa que se coloca da seguinte forma: mais do que das características sociais e económicas dos

¹ Considerando as práticas compostas de significados, de materiais e de competências (Shove e Pantzar, 2005).

indivíduos (como sexo, idade, escolaridade, condição perante o trabalho, etc.), a adesão à prática da separação de lixo relaciona-se fortemente com dois factores que se articulam entre si: (a) a caracterização do espaço público envolvente da residência, a própria satisfação/insatisfação residencial e a identidade local; (b) a relação de (des)confiança que se estabelece no espaço público entre instituições oficiais/entidades públicas e cidadãos.

Esta orientação emerge de um conjunto de dados obtidos no âmbito do projecto Separa®, sugerindo a importância do espaço público, não só enquanto esfera pública, em termos comunicacionais e de relação entre actores, no sentido em que Habermas a refere, mas também, e de forma muito particular, enquanto espaço público de carácter material e físico que constitui a envolvente do quotidiano vivenciado à escala local pela população residente.

*

Expressos os objectivos da tese e a pertinência da problemática apresenta-se em seguida a estrutura do documento.

A tese é composta por 9 capítulos. O fio condutor – esse fiozinho vermelho que impede que nos percamos no Labirinto do Minotauro² – que percorre toda a tese e vai unindo os diferentes pontos, é a pergunta enunciada: “deitar o lixo fora para onde?”.

O I Capítulo - *Sobre as opções teóricas para uma reflexão sobre as práticas quotidianas na relação com o lixo*, abre com a apresentação das três linhas teóricas fundamentais que tecem a rede de produção de conhecimento sociológico da presente tese.

A Sociologia do Ambiente representa o meu olhar de partida para a problemática do lixo. É neste linha que a tese está ancorada, partindo de uma visão sobre o lixo como um problema ambiental a que as políticas públicas procuram dar resposta.

Tendo como perspectiva “o quotidiano como alavanca metodológica do conhecimento” (Pais, José Machado, 2003:13), a Sociologia do Quotidiano surge fundamentalmente como escala do tempo-espaço do trabalho de campo e de análise da prática da separação (ou não) do lixo feito quotidianamente na esfera doméstica, esfera onde se repercute a implementação de políticas públicas de resíduos.

Por fim, sem cair apenas nas abordagens mais recorrentes da mudança de comportamentos em relação à separação para a reciclagem, centradas na escolha e decisão - mais ou menos informada - do indivíduo, optou-se por integrar nas linhas de referência a Teoria das Práticas. Oferece uma visão mais holística à abordagem sociológica da mudança social para a sustentabilidade, destacando a importância da interacção e do contexto. Surge também como

² Referência à mitologia Grega.

uma forma de “virar ao contrário” a abordagem, de fazer um “*reverse*” da análise da prática da separação, perspectivando a prática, como uma entidade com determinadas *performances* (desempenhos) com determinados componentes, que recrutam (ou não) praticantes e que se encontram em situação de concorrência com outras práticas.

No II Capítulo - *Sobre as abordagens sociológicas ao lixo e à reciclagem: alguns pontos de partida*, realizou-se uma retrospectiva sobre uma selecção de trabalhos de carácter sociológico sobre o tema lixo, e, de forma particular, sobre a separação doméstica do lixo para reciclagem. Ainda neste capítulo dedicou-se uma especial atenção a três estudos, cuja abordagem à questão do lixo se cruza com uma perspectiva de *action research* em Sociologia.

No III Capítulo - *Sobre a constelação de metodologias e a definição do campo empírico*, apresentou-se uma abordagem ao tema à escala nacional, que expõe o percurso da pesquisa e a metodologia que orientou o trabalho de campo, numa constelação de recursos metodológicos, explicitando as decisões tomadas, as fontes consultadas, os métodos utilizados e as grelhas de análise construídas. A principal opção metodológica é o recurso a uma complementaridade de múltiplas fontes e de abordagens metodológicas, quantitativas e qualitativas, que fornecem um elemento criativo essencial ao espírito da pesquisa.

Segue-se o IV Capítulo - *Sobre a evolução material e social do estado dos resíduos em Portugal*, enquadrando a questão do lixo/resíduos urbanos em termos políticos e públicos, assim como a investigação sociológica sobre o tema em Portugal. Desde já destaco tratar-se de uma temática ainda muito pouco explorada sociologicamente, constatando que tenho tido o privilégio de beneficiar do envolvimento directo ou duma relação de proximidade com a maior parte dos estudos feitos sobre este tema em Sociologia, pois os mais significativos integram o Observa. A presente investigação pretende ser um contributo para colmatar este *gap* no conhecimento sobre os portugueses e o ambiente, apresentando neste capítulo uma análise diacrónica à questão através dos dados dos Eurobarómetros (1986-2011).

O V Capítulo - *Sobre a questão do lixo no concelho de Sintra vista por olhares institucionais*, apresenta o cenário institucional dos resíduos urbanos no concelho de Sintra. Tem como objectivo principal fornecer elementos contextuais para uma leitura mais integrada da análise sobre os dados relativos aos residentes no concelho. Para isso, recorre-se à descrição de alguns dados e de documentos oficiais que dão orientações para a materialização da política de resíduos no concelho e ainda se utiliza a informação recolhida - parte dela no âmbito do projecto Separa® – através de entrevistas e contactos directos com as diversas entidades que estão no terreno e lidam com a questão do lixo, nomeadamente a Tratolixo, a Câmara Municipal de Sintra, a HPEM e as Juntas de Freguesia.

Os quatro capítulos seguintes dedicam-se à análise sobre o material recolhido no trabalho de campo, cujo maior enfoque e riqueza sociológica emerge das 38 entrevistas em profundidade realizadas a residentes no concelho. Também se faz recurso ao acervo de imagens recolhido durante o trabalho de campo, ainda que não o apresente na totalidade neste documento de tese.

Assim, no VI capítulo - *Sobre o lixo e os lixos: o que é, com se faz e onde se guarda*, parte-se da questão “deitar o lixo fora para onde?”, explorando-se o conceito de lixo na sua diversidade, isto é, os vários significados atribuídos a “lixo” para saber do que afinal se está a falar quando as pessoas falam de lixo. Analisa-se, ainda, como se faz e o lugar do lixo no quotidiano doméstico.

No capítulo seguinte, VII Capítulo - *Sobre as práticas domésticas da separação do lixo*, analisam-se as práticas da separação nas dinâmicas domésticas e o lugar do lixo separado para reciclagem (ecoponto doméstico) antes de ser “deitado fora”.

Segue-se o VIII Capítulo - *Sobre a transmutação do lixo: do privado ao público*, que se centra na rua e nos contentores – ecopontos colectivos colocados no espaço público envolvente das residências, analisando a forma como o lixo está na parte de “fora” do espaço privado e é recolhido pelas entidades responsáveis pelo sistema de recolha.

O XIX Capítulo - *Sobre o espaço público, a comunidade e a participação*, tem como tópico de partida de análise “para onde” segue o lixo que foi deitado fora, mas não tanto no conhecimento do seu destino final – desconhecido para a maioria – mas no conhecimento sobre a capacidade de influenciar e decidir sobre o destino que este pode vir a ter pela forma como se deita fora. Esta questão articula-se com o *empowerment*, a capacidade de participação pública e um sentimento de pertença a uma comunidade que tem lixo comum a tratar. Um lixo que é criado por todos, mesmo na ausência de uma participação activa, é um “património” comunitário.

Por fim, apresentam-se as *Conclusões* desta tese dando espaço a um conjunto de reflexões que foram surgindo ao longo do percurso de pesquisa, pequenos “nós” no fiozinho vermelho que usei ao longo do Labirinto do Minotauro, que marcam pequenos memorandos que me parecem valer a pena ficar registados, como legado para um futuro ainda a ser criado.

I

Capítulo

Sobre as opções teóricas para uma reflexão sobre as práticas quotidianas na relação com o lixo

No início deste trabalho, ainda em fase de projecto, apresentou-se um conjunto de referências teóricas como linhas de enquadramento da temática do lixo, balizando o desenvolvimento da pesquisa no âmbito da Sociologia do Ambiente. De facto, o meu olhar sociológico ao objecto lixo está marcado na sua génese pelo enquadramento da Sociologia do Ambiente, partindo de uma visão sobre o lixo como um problema ambiental a que as políticas públicas ambientais procuram dar resposta.

No entanto, sendo uma das formas de solução preconizadas por essas políticas a participação da população no seu quotidiano através da prática da separação dos lixos para reciclagem uma das minhas principais dimensões de análise, recorreu-se também à Sociologia do Quotidiano. Tratou-se de uma opção que levou a um olhar algo etnológico aos detalhes e interacções no dia a dia que envolvem o lixo no quotidiano como algo “desconhecido”. A Sociologia do Quotidiano assume, no presente trabalho, não só um patamar privilegiado de análise entre o micro e o macro do objecto de estudo, como uma “alavanca metodológica do conhecimento” (Pais, 2009:13).

Foi já no decorrer do trabalho de campo que me deparei com a Teoria das Práticas, como uma forma interessante de “virar do avesso” a análise do material empírico que estava a recolher, fosse através das entrevistas, fosse através das observações directas. Permite fazer um “reverse” na análise, centrando-a na prática de deposição do lixo e não apenas nos seus praticantes e operacionalizando a importância da interacção e do contexto, que a Sociologia do Quotidiano já tinham evidenciado.

Assim, em termos de abordagem conceptual proponho uma leitura sobre o lixo, tanto à luz da Sociologia do Ambiente como da Sociologia do Quotidiano, numa análise sociológica que integra o macro e o micro, complementada pela Teoria das Práticas que vem proporcionar um enfoque a certos componentes envolvidos nas próprias práticas quotidianas de deposição do lixo, seja na esfera privada e doméstica, seja no espaço público residencial.

Neste capítulo apresenta-se o conjunto de linhas teóricas que cruzo e integro e que dão corpo à perspectiva de análise que serve de suporte ao entendimento da questão do lixo e que mais contribuíram para a reflexão e análise interpretativa. Em harmonia com a posição de Machado

Pais - “Os conceitos e teorias devem entender-se como instrumentos metodológicos de investigação ao serviço da capacidade criadora de quem pesquisa” (2009:33) - escolhi do manancial disponível o que melhor serve ao meu olhar sociológico e vai ao encontro dos objectivos da tese, nomeadamente um contributo para a “solução do problema lixo” numa visão integradora de saberes e olhares.

I.1. Enquadramento de fundo na Sociologia do Ambiente

I.1.1. Ambiente na Sociologia

Dos fundadores da Sociologia no século XIX recebemos a herança da ruptura com os fenómenos físicos, naturais e biológicos, em prol da afirmação de uma nova disciplina focada nos fenómenos sociais. O lema é “o social explica-se pelo social”; a Natureza está “lá fora” e é passível de ser “sociologicamente ignorada”, acentuando-se assim o determinismo social necessário nesse período de instalação disciplinar reactivo às teorias evolucionistas. No contexto da época, a humanidade vivia um momento de viragem em que florescia a ideia de “progresso” e de domínio do Homem sobre a Natureza, depois de uma longa história em que Homem necessitava de se proteger das forças da Natureza.

Simplificando, durante muito tempo, para a Sociologia, o Ambiente era visto apenas como um cenário, um contexto, um palco de actuação para o comportamento social. Só no último quartel do século XX é que o Ambiente se integrou (ou foi integrado) na Sociologia, num contexto disciplinar que, por tradição, não tinha lugar para factos e variáveis naturais e biológicas.

Foi nos finais da década de 70, que a Sociologia do Ambiente definiu o seu campo, a partir de momento em que os problemas ambientais passaram a ser encarados como resultado do comportamento humano, com impacto nos humanos e que, ao mesmo tempo, requerem o esforço humano para a sua solução. Efectivamente, as causas, os impactos e as soluções dos problemas ambientais envolvendo a dimensão social são identificados como os temas distintivos da emergente Sociologia do Ambiente (Dunlap, 2007).

A crise energética de 1973-74, a contagem decrescente para o fim das reservas de recursos naturais, bem como a discussão sobre os limites de crescimento (Meadows, 1972) fazem nascer na Sociologia um olhar (sociológico) à Natureza, através dos trabalhos precursores e pioneiros de Catton e Dunlap (1978a e 1978b).

A partir deste contexto de crise e de limitação dos recursos naturais nos anos 70, os problemas ambientais foram-se impondo à Sociologia, levando a equacionar a relação Homem-Natureza

de uma nova forma, sobretudo, no final dos anos 80, com o reconhecimento de que os problemas globais, consequência da acção humana, colocam em causa a própria vida humana à escala planetária. Giddens (1988), numa das suas primeiras análises à Modernidade chama precisamente a atenção para a novidade que é na história da Humanidade, o confronto com a possibilidade da destruição global, induzida pela própria Humanidade (desde logo com a problemática do armamento nuclear no contexto da Guerra Fria).

É portanto neste quadro do reconhecimento social e científico dos efeitos da acção humana na mudança global do ambiente (GEC- Global Environmental Change), que Dunlap e Catton integram definitivamente o Ambiente na Sociologia, criando assim a Sociologia do Ambiente. O trabalho destes autores remonta a 1978, quando propõem um novo – NEP (New Ecological Paradigm) – que se opõe ao HEP (Human Exceptionalism Paradigm, e depois Human Exemptionalism Paradigm) paradigma dominante nas ciências sociais na época. O NEP - ainda que reconhecendo as características excepcionais do ser humano, como são a cultura, a tecnologia, a linguagem e a organização social - sublinha uma visão mais integrada do ser humano e da Natureza, em que o Homem faz parte de um todo ecológico. Na sua proposta de base do NEP, e nos aprofundamentos posteriores que elaboram, assume-se uma interacção entre organização social e comportamento humano com o ambiente físico, revelando que “os problemas ambientais nascem da integração sistémica de factores biofísicos, sociais e culturais, contribuindo assim, com consistência, para a integração de dados ambientais no modelo heurístico da Sociologia” (Schmidt, 1999a:178).

Dunlap e Catton reflectiram e teorizaram a produção e o consumo integrados no sistema social, como esferas com impacto negativo no ambiente, chamando a atenção para as desigualdades sociais criadas no seu seio. Outra das questões que integra o sistema social é o alastramento da urbanização que pressiona as chamadas 3 funções competitivas, através das quais o ambiente serve o Homem: 1) fonte de abastecimento de recursos (base de sustento), 2) espaço vital (lugar para se viver, da casa ao planeta) e 3) depósito de lixo/poluição (Dunlap, 1993 e Dunlap e Catton, 1994). Este modelo mostra a interdependência das 3 funções e revela como os problemas ambientais são simultaneamente naturais e sociais. Neste âmbito, o crescimento e diversidade de lixo produzido pela humanidade durante o século XX, pressionou os limites destas 3 funções. Por um lado, a produção material de objectos de consumo delapida os recursos e, por outro lado, o depósito do lixo resultante dos objectos são “restos” pós-consumo, ocupa demasiado espaço, invadindo o espaço vital e colocando a sua qualidade em causa, devido aos seus efeitos de poluição de ar, solo, água. Ou seja, as três funções respectivamente de “fonte de recursos”, de “depósito” de demasiados lixo e poluição

e de “espaço ocupado” encontram-se sobrepressionadas.

Desde o início da emergência da Sociologia do Ambiente, Dunlap (2007) como um dos seus fundadores, relata a co-existência de duas abordagens - a Realista e a Construtivista.

A abordagem Realista, mais marcante na América do Norte, desenvolve investigação assumindo os dados e indicadores sobre as condições ambientais naturais no estudo das causas dos problemas ambientais e seus impactos sociais, assim como na descoberta de estratégias visando a sua solução. A abordagem Construtivista, mais forte na Europa, entra inicialmente em oposição com a abordagem Realista (Buttel e Taylor, 1992, entre outros), considerando os problemas ambientais como problemas culturais, mantendo-se fiéis ao determinismo social de Durkheim e aos princípios da Sociologia da Cultura (Berger e Luckman, 2001), hegemonizando as condições sociais na atribuição de sentidos específicos a coisas e acontecimentos, independentemente da sua materialidade física.

Ao cabo de um debate aceso e prolongado, assumiu-se quase consensualmente a abordagem de um Construtivismo Moderado, que articula a realidade natural com a realidade cultural, (Dunlap e Catton, 1994), que salvaguarda a contribuição dos cientistas sociais para as soluções dos problemas ambientais. É precisamente nesta linha de abordagem de um Construtivismo moderado que se desenvolvem, durante os anos 90, trabalhos que analisam a construção social dos problemas ambientais, assim como analisam as controvérsias sobre as suas causas e impactos sociais (Schmidt, 1999a; Dunlap, 2007).

Nesta abordagem destacam-se os estudos que se focam sobre os movimentos ambientalistas, sobre o papel dos cientistas e dos *media* na definição do ambiente enquanto problema e sobre os diferentes interesses que enquadram e desenham as próprias políticas de ambiente, demonstrando que os problemas ambientais não emergiram simplesmente das condições objectivas mas do seu reconhecimento social e dos processos sociais dinâmicos envolvidos na sua definição, negociação e legitimação. Estas pesquisas mostram que a hierarquia social dos problemas ambientais nem sempre corresponde à sua relevância efectiva (gravidade material), mostrando o efeito da maior ou menor ressonância cultural de um determinado problema na forma como se lhes atribui um determinado sentido e relevância social. Destacam-se, nesta abordagem Construtivista, que não nega a existência da realidade objectiva dos problemas ambientais, autores como Yearley, que em 1991 publica *A Causa Verde* (Yearley, 1992) ou Hannigan, com o livro *Environmental Sociology: A Social Constructionist Perspective* (1995). Esta perspectiva remete para a importância das “relações de definição” de problemas ambientais e de risco que tanto Beck como Giddens referem nos seus trabalhos em torno da Modernidade e da Sociedade de Risco no início dos anos 90. Por se tratarem de problemas de

alguma forma invisíveis, imperceptíveis e ilegíveis, criam uma grande dependência da informação e conhecimento fornecido e/ou acessível por determinadas fontes, fontes essas que definem o problema/risco e que, por isso mesmo, implicam novos processos comunicacionais e novas dinâmicas políticas. São, pelas características acima descritas, particularmente abertos à definição e construção social (Beck, 1992), sobretudo por parte do que Giddens designa por “sistemas periciais” (cientistas, especialistas e técnicos). No entanto, estes sistemas contêm em si um paradoxo que contribui para a desconfiança e insegurança ontológica - “se a ciência e a tecnologia trouxeram segurança, certeza e melhoria do quadro de vida, também foram quem instalou a dúvida, a insegurança e a incerteza na existência humana presente” (Giddens, 1995: 97). Nas “relações de definição” dos problemas ambientais encontramos também outro tipo de sistema envolvido – os “sistemas abstractos” como os media que ganham um papel relevante enquanto meio de produção e transmissão dessa(s) definições que não se pode ignorar (Schmidt, 1999a).

Para além de todo o conflito de poderes que envolve a definição dos problemas ainda há a ter em conta as diferenças e desigualdades dos contextos de recepção e do acesso à informação e formação, num processo em que o conhecimento é fundamental, o que se reflecte na desigual exposição aos riscos ambientais.

A juntar a estes elementos de reflexão, importa ainda chamar a atenção para a “distância” que resulta da falta de experiência directa e da compreensão dos processos de produção do que consumimos e de actividades em que nos envolvemos o que conduz a uma descontextualização. Esta situação faz com que cada vez mais os “sistemas abstractos” e os “sistemas periciais” substituam a presença experiencial (Giddens 1995).

Especificamente em relação ao lixo, esta distância tem consequências na forma como as pessoas se posicionam e actuam. O lixo deve à mediatização de que tem sido alvo desde a década de 70 o seu estatuto, enquanto problema ambiental socialmente reconhecido, sobretudo quando visto na perspectiva global e planetária, mais complexa e menos perceptível à escala do indivíduo. No entanto, ao contrário de outros problemas ambientais, o lixo tem uma especificidade própria enquanto problema ambiental, pois não só é visível como é manuseável (objecto de práticas quotidianas) e é transversal a todos - todos produzimos directamente lixo. Portanto, o lixo é próximo e experimentado directamente no quotidiano, mas à medida que se afasta da esfera doméstica, o problema complexifica-se, envolvendo ciência, tecnologia, economia e política, como qualquer outro problema global mais distante e invisível.

A história de conflito dessas abordagens, com um debate bastante forte durante os anos 90,

não cabe, no entanto, nesta tese. Actualmente, a Sociologia do Ambiente beneficia do contributo de ambas, mais ontologicamente realista e com mais relativismo epistemológico (Dunlap, 2007), tornando-se evidente uma lógica de integração, segundo a qual os Realistas não se podem alhear dos processos de construção dos problemas e do papel dos vários actores envolvidos nessa produção/definição, assim como os Construtivistas não podem ignorar a materialidade dos problemas ambientais e dos seus efeitos (Schmidt, 1999a).

Neste sentido, esta tese beneficia desta dupla abordagem. E, ao mesmo tempo, da chamada de atenção que Dunlap e Catton (1994), fazem relativamente ao facto que nunca como agora os cientistas naturais reconheceram a importância de incorporar o comportamento humano as suas análises, devido ao peso da dimensão humana na mudança ambiental.

Apresentam-se em seguida algumas referências importantes para esta tese, de acordo com a distinção temática que Dunlap propõe no âmbito da Sociologia do Ambiente (2007), ou seja, estudos que abordam as causas ou os impactos dos problemas ambientais, e/ou estudos que se dedicam às soluções sociais de que estes problemas carecem urgentemente.

1.1.2. Estudos desenvolvidos pela Sociologia do Ambiente

Em relação aos trabalhos que se desenvolveram em torno das causas dos problemas ambientais, destaca-se a abordagem de Schnaiberg (1980) que marca o campo com a perspectiva da Economia Política no livro *The Environment: From Surplus to Scarcity*. Este autor, seguindo a sua linha de abordagem neo-marxista, formula um quadro de análise geopolítica das limitações entre recursos e desenvolvimento, atribuindo ao capitalismo industrial as causas da destruição ambiental. A sua análise conduz à identificação de uma espiral/moinho da produção (*treadmill of production*), enquanto processo imparável nas sociedades industriais de crescimento económico e consequente desequilíbrio ambiental e ecológico, desequilíbrio tanto no uso excessivo dos recursos, como num aumento de poluição em geral, parte dela sob a forma material de lixo urbano. Nesta espiral, a cada momento de expansão económica capitalista, sucede um agravamento da crise ecológica o que implica uma retracção temporária incentivando medidas ambientais correctoras, à qual sucede uma fase de pressão económica e política, que vai obrigar a um novo crescimento e expansão. A forte coligação entre capital, Estado e trabalho no crescimento económico, torna, segundo Schnaiberg, muito difícil ou até mesmo impossível, que os interesses ambientais alterem o movimento da espiral.

Apesar de algumas críticas que, por exemplo, questionam o facto da sua perspectiva não considerar a contribuição dos consumidores para a degradação ambiental nessa espiral

(Yearley, 2005), a referência a Schnaiberg deve-se ao facto de a considerar especialmente interessante no contexto dos resíduos, dado que o autor desenvolveu vários trabalhos pioneiros no início da década de 90 sobre este tema, reflectindo criticamente sobre a reciclagem “as a recent response to modern environmental problems has become widely diffused in the U.S.” (1992:2). Dunlap (2007) refere-se precisamente ao uso do modelo de Schnaiberg para explicar a falta de sucesso dos programas de reciclagem local e das campanhas pelo ambiente, porque se trata de um modelo mais adaptado a uma aplicação em estudos de caso e de pequena escala.

Em termos políticos, a reciclagem surgiu como solução que levaria a uma redução de espaço para aterros, reduziria a incineração e ao mesmo tempo diminuiria os níveis de poluição do ar e da água. Seria ainda de esperar uma menor exploração e extracção de recursos naturais dos ecossistemas, passando a matéria-prima “resíduos” a ser re-circulada no sistema económico e produtivo.

A relevância deste autor, no quadro desta tese, prende-se com a introdução do livro *Environment and Society, The enduring conflict* (1994), escrito em co-autoria com K.A. Gould, onde faz uma abordagem crítica à reciclagem quando apresentada como a chave para resolver os problemas ambientais, a par de um conjunto de “mitos” ambientais, que actuam como panaceias.

A expectativa teórica-política difundida publicamente sobre os resultados da reciclagem levaram a que inicialmente a adesão dos cidadãos consumidores (nos EUA) fosse substancial, mas essa adesão não se manteve durante muito tempo. As razões que conduziram à “desistência” por parte da população prendem-se com a operacionalização prática da política, emergindo um conjunto de problemas ambientais e sócio-económicos em tais programas. Schnaiberg e Gould (1994) referem que neste contexto os municípios procuraram reduzir custos, fazendo a recolha regularmente ao mesmo dia e hora, requerendo apenas que cada cidadão-consumidor fizesse a separação do seu lixo em categorias recicláveis, além da sua limpeza e armazenamento. No entanto, dois factores fizeram quebrar o optimismo sobre o funcionamento deste modelo económico e ecológico da reciclagem. Por um lado, depende demasiado da atitude de cada cidadão-consumidor aderir ou não a esta proposta de despejar o seu lixo, por outro lado, embora se estejam a recolher materiais recicláveis nem todos são absorvidos pelos produtores, até porque são mais dispendiosos ao nível do mercado de materiais do que a matéria-prima virgem, passando a existir em excesso acabando por ir para os aterros.

Outra ordem de razões que envolve a visão crítica de Schnaiberg e Gould sobre a reciclagem

é não serem considerados os danos colaterais ambientais e económicos (omissos em termos públicos) do processo industrial da própria reciclagem e re-manufaturação do produto.

Os custos ecológicos e económicos das “disfuncionalidades” levam, ao jeito de espiral, que a recolha implique cada vez menos investimento por parte da gestão local, para que o preço dos materiais recicláveis se torne mais atraente para os produtores, o que significa menos conforto para o cidadão-consumidor na sua tarefa de separação doméstica do lixo. Para além disto, de modo a obedecer ao princípio de que um produto tem de ser lucrativo, os produtos à venda como reciclados contêm, por vezes, apenas uma pequena parte de material reciclado, devido aos custos envolvidos no uso desse material. Segundo Schnaiberg, quando o cidadão-consumidor descobre que os produtos reciclados não o são na totalidade, o processo fica descredibilizado. Para fazer face a estas questões, os autores sugerem a necessidade de criar condições de mercado favoráveis aos produtos recicláveis para que este processo passe a ser cada vez mais sustentável, sem se cair na falácia de produzir mais lixo para atingir cotas de reciclagem.

Por fim, chamam a atenção para o cidadão-consumidor que, enfrentando as pressões para ser um reciclador, terá de fazer o seu próprio raciocínio sobre como ser um (reciclador), porque “Recycling is generally better than the simple disposal or burning of wastes. However, it is less ecologically benign than a social reuse of these wastes without additional remanufacturing. And it is substantially less ecologically efficient than social nonuse of such products that become wastes in the consumption cycle.” (Schaineberg e Gould, 1994:135).

Assim, os autores propõem que, para além da reciclagem, a recirculação de materiais pode oferecer soluções mais interessantes do ponto de vista das soluções para o problema do lixo, seja através de recargas, com impacto positivo através da redução de embalagens; doar os objectos domésticos usados a instituições de apoio social e comprar em segunda mão, o que também são em si mesmo formas de promover a equidade social. Isto é, o cidadão-consumidor pode ser mais responsável ecologicamente ao comprar menos bens, ou comprar bens que envolvam materiais reciclados e que sejam eles próprios recicláveis, usando bens com um maior prazo de duração, por outras palavras, fazer mais “recirculação”.

Em suma, na perspectiva destes autores, a reciclagem, enquanto medida de política pública operacional remete mais para uma lógica de medida correctora que permite a continuidade do movimento da espiral de produção, não sendo uma medida que actua na lógica de mudança que a degradação ambiental requer.

Para além do contributo do modelo de Schnaiberg desenvolvido em torno das causas dos problemas ambientais, também vale a pena referir os estudos sobre os impactos sociais na

degradação do ambiente muito relevantes para a consolidação da Sociologia do Ambiente.

Em particular, têm-se vindo a revelar que as questões das desigualdades ambientais estão relacionadas com desigualdades sociais, evidenciando-se que a distribuição de poluição, apesar de planetária, não atinge toda a população de forma igual no tempo e no espaço. De uma forma geral, os resultados dos estudos apontam para o facto de que, quanto mais socialmente desfavorecido, mais exposto se está a perigos ambientais (Dunlap, 2007).

O tema da “justiça ambiental” surge, assim, reflectindo em grande medida as situações de desigualdade de base; mais ainda, aponta para o facto de que aqueles mais afectados poluição não são os seus principais responsáveis. As Alterações Climáticas são paradigmáticas, tanto como tema da investigação sociológica dos impactos ambientais, como reveladoras das desigualdades e injustiças ambientais. Um exemplo dessa injustiça é o caso das ilhas do Pacífico, cuja pegada ecológica é manifestamente “leve”, mas que podem desaparecer com a subida do nível da água dos mares, consequência do aquecimento global provocado em grande parte por pegadas “pesadas” de outros pontos do Planeta.

Para além do exemplo das alterações climáticas, o lixo também assume um papel de marcador de desigualdade e injustiça social, seja ao nível de grupos de população mais desfavorecidos, seja ao nível dos países mais pobres: quanto mais pobre e desfavorecida a população, mais próxima e exposta está ao lixo (dano). Existem várias situações documentadas de importações de recursos naturais (bens) para os países ricos em troca da exportação de lixo (males/danos), sobretudo perigosos e indesejáveis. Essa exportação por vezes faz-se através da implantação de certas indústrias ditas “sujas” nesses países mais pobres, apresentados como uma forma de investimento na qualificação desses países, oferecendo emprego e desenvolvimento industrial. É nesta linha da identificação de consistentes desigualdades sociais na exposição à degradação ambiental produzidas pelos efeitos do próprio crescimento desequilibrado, que Beck desenvolve o seu modelo de Sociedade de Risco (1992). Nele se refere à exposição aos riscos globais ambientais como algo cada vez mais universalmente partilhado, mas onde ainda assim prevalecem as hierarquias diferenciadoras na distribuição desigual de “bens” e surgem novas lógicas de distribuição desigual dos “males” (danos), tanto geográfica como socialmente. A capacidade de defesa e de minimização dos riscos que esses “males” representam variam consoante a maior ou menor capacidade económica, social e cultural, seja de países, de grupos sociais ou de pessoas. Os seus efeitos sentem-se primeiro e com mais força nos países mais pobres, nos grupos sociais mais desfavorecidos, ainda que no fim, os efeitos sejam generalizados ao planeta e aos seus habitantes (Beck, 1992).

Beck é o primeiro autor que estabelece uma articulação entre problemas ambientais,

modernidade e fenómenos políticos, propondo, através de uma análise sobre as relações de definição de risco, a que já fizemos referência, uma “abordagem dos problemas ambientais numa base simultaneamente cognitivista, comunicacional e operacionalizável no âmbito da Sociologia do Ambiente” (Schmidt, 1999a:200).

No seu modelo, o “descontrolo” da sociedade industrial sobre si própria que gera o “risco”, desenvolve-se em duas fases. Na primeira, o “risco” é um efeito secundário do progresso e desenvolvimento, cujo objectivo é resolver os problemas de escassez que assolavam a espécie humana, sendo, por isso, conferida legitimidade à produção destes efeitos negativos, aceitando-os como um mal menor e necessário. Na segunda fase, o “risco” já não é um mero efeito secundário negligenciável, mas sim uma ameaça incontável, que se impõe globalmente à sociedade moderna, revelando o “lado sombra” da “ideia luminosa” do progresso emergente no século XIX, assistindo-se assim à passagem de uma sociedade industrial para uma Sociedade de Risco, isto é, uma passagem da era da lógica positiva de aquisição dos “bens” para uma era da lógica negativa da exposição à abundância dos males ambientais (Beck, 1992). Estas ameaças, mediatizadas globalmente, passam a assumir uma centralidade nas preocupações políticas, económicas, científicas e da opinião pública.

Além disso, ao contrário dos riscos na primeira fase, espacial e temporalmente limitáveis e perceptíveis pelos sentidos, actualmente os riscos são globais, de efeitos incalculáveis, irreversíveis, cumulativos, transmitem-se às gerações futuras e são “invisíveis”.

É no confronto destas duas fases que Beck situa o conceito de “modernização reflexiva”, no sentido de auto-confrontação da Modernidade com as consequências da sociedade de risco e a sua incapacidade de resolução, isto é, consequências que não podem ser ultrapassadas no mesmo sistema que as criou, sistema esse que se desacreditou publicamente (Beck, 1996b).

O Estado já não assegura a segurança; as regras estabelecidas de responsabilidade localizada foram quebradas porque “causa” e “culpa” não são imputáveis num contexto de descontrolo, de causas indeterminadas, de certezas científicas fragilizadas e de ameaças materiais firmemente presentes. Ou seja, vive-se no paradoxo do sistema em que se confia(va) e, que simultaneamente, gera a dúvida, a incerteza, a ansiedade e a insegurança ontológica, que se estende a vários aspectos do quotidiano e da consciência individual, com o efeito de poluições visíveis e invisíveis, contaminações ambientais que afectam a saúde de cada indivíduo e a saúde global do próprio planeta (Giddens, 1997).

Assim, após a vivência da escassez e insegurança perante as forças da Natureza, depois de um momento de euforia pelo domínio do Ser Humano que o progresso prometia, a insegurança regressa com a falta de controle sobre um risco criado pelo próprio Ser Humano, ainda que

manifesto pela Natureza. Na mesma linha de Beck, Giddens refere que a aposta que tanto o industrialismo como o capitalismo fizeram no desenvolvimento tecnológico e científico, na procura do crescimento económico e de bem-estar da humanidade, acabaram por ter o efeito “imprevisto” da crise ambiental. Esta crise, como uma das consequências da modernidade, é um elemento fundador da cultura moderna, desencadeia novos movimentos sociais e é experimentada à escala do indivíduo pois vai impor limites à escala das práticas sociais do quotidiano (Giddens, 1995).

Por fim, no contexto da problemática desta tese, refiro ainda os estudos que constituem contributos sociológicos no âmbito das soluções sociais para os problemas ambientais e que decorrem frequentemente de avaliações de políticas públicas de ambiente, em que se questiona a eficácia de campanhas de informação para estimular comportamentos pro-ambientais³. Os estudos mais frequentes são precisamente sobre os temas da reciclagem e do consumo de energia, que revelam os constrangimentos estruturais do comportamento do consumidor e em que a Sociologia pode trazer contributos efectivos às políticas de ambiente (Dietz e Stern, 2002).

Desde finais do século passado, que na Europa do Norte se tem desenvolvido uma investigação sociológica dedicada ao estudo das políticas de ambiente, observando-se igualmente o que se considera um progresso significativo da protecção ambiental, como resultado dessas políticas. Assim, em vez de se focarem na explicação das causas da degradação ambiental, propõem o que designam de Teoria da Modernização Ecológica (TME), considerando que é também da esfera da Sociologia do Ambiente explicar o progresso ambiental (Buttel, 2003). Esta linha enfatiza a importância das inovações tecnológicas, dos novos padrões de cooperação entre indústria e governo e do crescimento gradual de uma “racionalidade ecológica”, que acaba com o domínio absoluto dos critérios económicos na tomada de decisão política. Na argumentação da TME encontra-se a ideia de que o crescimento económico e a protecção do ambiente são compatíveis e que o capitalismo pode conduzir a uma melhoria do ambiente (Mol e Sonnenfeld, 2000).

Assim, esta perspectiva desafia a premissa de que o capitalismo produz inevitavelmente degradação ambiental – que é a linha de fundo, de muitos autores que se dedicam à identificação das causas dos “males” ambientais, como por exemplo Schnaiberg, citado anteriormente - e abre um novo debate dentro da disciplina.

Os autores que elaboraram a proposta são, desde logo, questionados criticamente, por um lado

³Tendo desenvolvido na tese de Mestrado um trabalho que se integra neste grupo de estudos da Sociologia do Ambiente (Valente, 2001).

pelo seu afastamento em relação à Natureza, por se focarem nas mudanças institucionais em vez da melhoria dos indicadores de qualidade ambiental, e, por outro lado, pela metodologia adoptada, baseada em estudos de caso não generalizáveis, sendo algo muito circunscrito ao Norte da Europa, o que os alheia da noção de justiça social e, ao mesmo tempo, do facto da pegada ecológica continuar a aumentar de forma insustentável no mundo.

Os seus autores, ao longo desta última década, têm vindo a beneficiar da integração destas críticas no desenvolvimento do seu trabalho, conferindo-lhe cada vez mais consistência e capacidade heurística. Assim, e apesar das críticas de que têm sido alvo, é uma perspectiva que analisa casos de sucesso de mudanças em empresas e em instituições governamentais, que passaram a ser ambientalmente responsáveis em termos efectivos, e que podem ser inspiradores para outras entidades. Ao mesmo tempo, dá sinais de confiança na capacidade de mudança social (Dunlap, 2007).

Mol e Spaargaren (2000), autores chave da TME, inspiraram-se no trabalho de Beck sobre a Sociedade de Risco (1992), salientando o facto de o reconhecimento dos problemas ambientais estar efectivamente a modelar tanto as instituições, como as práticas do quotidiano da modernidade. Identificam a Modernização Ecológica como um movimento centrípeto dos interesses ecológicos, que resulta numa constante reestruturação das sociedades modernas. As condições materiais (problemas ambientais) formam ideias (interesses) que por sua vez reformulam as condições materiais (a reestruturação ecológica constante).

A “novidade” é que se trata de um processo contínuo de formulação e reformulação, de modelar e remodelar que não se restringe a ideologias individuais sobre preocupações ambientais, tal como as teorias pós-materialistas (Inglehart, 1977) ou as teorias de mudança de paradigma (Catton e Dunlap, 1978a e 1978b) preconizavam. Isto é, o processo de modernização ecológica ocorre também ao nível das instituições e das práticas sociais e, neste sentido, é um ponto interessante a reter na perspectiva de fundo do presente trabalho.

Assim, a “emancipação da racionalidade ecológica” é central para o processo da modernização ecológica, dado que passamos a ter o “bem” ambiental em consideração, para além de razões de ordem económica, tecnológica, política e social, na tomada de decisões sobre a forma como vivemos a nossa vida. As razões de ordem ecológica surgem em paridade com as outras ordens de razões. Esta “equiparação” deve-se, sobretudo, à necessidade de salvaguardar a base de sustentação planetária. As condições materiais - enquanto problemas ambientais - impõem mudanças, algumas que se podem classificar como radicais (com uma nova raiz).

O estatuto paritário que o ambiente tem vindo progressivamente a conquistar face a outros

factores conduz a que tanto as instituições como a própria vida quotidiana da população, passem a decorrer e a estar localizadas num patamar ambiental. Este facto altera a perspectiva dos paradigmas clássicos da economia e da tecnologia, que sempre usaram o ambiente como um “serviço gratuito”, numa lógica antropocêntrica, ainda herdada da visão iluminista do progresso, em que o Homem domina a Natureza, como se não fizesse parte dela.

A prática social que tem por base esta crença tem conduzido ao desequilíbrio das 3 funções/serviços do ambiente identificadas por Dunlap (2005), como já se referiu. Ou seja, o uso “desgovernado” das funções de fonte de recursos e de deposição de externalidades ambientais (onde se inclui o lixo), estão a pôr em risco a função do local/espço para viver.

A TME tem vindo a reflectir-se ao nível político e legislativo, dado que as políticas, os planos e as medidas tem cada vez mais integradas as questões ambientais, bem como, ao nível do sector económico e produtivo, que algumas indústrias e empresas “enverdecem” (Yearley, 1992).

Apesar de muitos autores verem a globalização como uma ameaça à protecção ambiental por haver um domínio hegemónico do comércio internacional, os autores da Modernização Ecológica consideram que são os problemas globais, como as alterações climáticas e a sua transversalidade, aqueles que têm mais capacidade de promover mudanças efectivas através de protocolos, como Kyoto, Agenda 21, entre muitos outros. Apesar da capacidade de apropriação da escala global ser limitada, em cada local e em cada indivíduo, o global está presente e concretiza-se (Bell, 2004).

No entanto, Mol e Spaargaren chamam a atenção para o facto da modernização ecológica não ser algo “seguro” que nos permita “descansar” só porque a racionalidade ecológica se emancipou e se globalizou, ou porque o “Desenvolvimento Sustentável” está insistentemente presente no discurso político, económico e tecnológico, ou porque Al Gore corre o mundo para apresentar a “verdade inconveniente” até à exaustão (2006). Nesta sua jornada Gore apresenta “o que se pode fazer individualmente, para ajudar a resolver a crise climática”, em que o pré-recicle/reduza, lixo, não desperdice e recicle estão na lista dos afazeres do dia-a-dia sugeridos.

A abordagem da TME remete frequentemente para o quadro do Desenvolvimento Sustentável no *O Nosso Futuro/Relatório Brundtland Comum* (CMAD, 1988). Apesar da expressão “Desenvolvimento Sustentável” apresentar sinais de saturação conceptual, no contexto do presente trabalho, há referências a documentos internacionais, elaborados neste âmbito, nomeadamente quando se fazem articulações à questão dos resíduos.

A TME não tem a pretensão de ser a solução milagrosa dos problemas que existem, mas

antes, defende uma lógica de integração de “racionalidades” (e de “emocionalidades /afectividades” acrescento eu). Isto porque a modernização ecológica não é um processo automático, trata-se antes de um processo que tem exigido, e continua a exigir, o empenho de ONGs, de políticos e governantes, de imaginação nos negócios e na ciência, e de novas parcerias entre estes vários actores. A modernização ecológica requer de forma muito específica aquilo que se pode designar de “modernização política”, ou seja, formas de governação que ajudem a promover envolvimento e compromisso por parte dos cidadãos que, ao fazerem as suas escolhas de “estilo de utilização” dos “serviços ambientais”, promovem, por sua vez, a concretização de racionalidades políticas, económicas e tecnológicas.

Nesta linha, encontra-se a visão reflexiva de Martin Hager (1995) que realça a importância prévia da sociedade definir o que “quer ser e para onde vai”, sendo o debate democrático uma condição de base para que o processo de Modernização Ecológica aconteça. Neste contexto, o conceito de *empowerment* enquanto capacitação dos indivíduos para tomar decisões (Friedman, 1996), emerge como sendo altamente relevante para dinamizar o processo de participação dos indivíduos, auferindo-lhes um estatuto de efectiva cidadania.

De facto, para além do impacto da modernização ecológica na política e na ordem económica, este processo também se reflecte no dia-a-dia dos indivíduos, definindo e moldando as práticas quotidianas. Sobretudo na Europa, as pessoas estão a “experimentar alterar” a forma de consumo de serviços ecológicos (que durante muito tempo eram inconscientes e ignoradas) com novos estilos de vida. Seja ao nível dos transportes, dos resíduos, da construção das casas, dos electrodomésticos, etc., os estilos de vida são relevantes do ponto de vista da realidade/realização do processo de modernização ecológica, como “um conjunto integrado de práticas que um indivíduo adopta porque essas práticas satisfazem necessidades utilitárias, mas também porque dão forma material a uma narrativa particular de auto-identidade” como define Giddens (1997) e que levam à relevância da Sociologia do Quotidiano no quadro desta pesquisa.

Em suma, as referências da Sociologia do Ambiente servem-me sobretudo para enquadrar o lixo como problema ambiental – um mal ambiental, um risco global – da escala simultaneamente local e global, que desequilibra as funções planetárias, e onde a acção humana está nas causas, nos impactos e nas soluções. As políticas públicas específicas que surgiram para resolver este problema em contexto de modernização ecológica, e que implicam quadro jurídico, instituições, tecnologia e informação, participação, repercutem-se no quotidiano e nas práticas das pessoas, mesmo que nem sempre da forma prevista ou esperada. Por seu turno, a Sociologia do Ambiente também oferece, no âmbito desta tese, reflexões

significativas sobre a necessidade de mudança social, de traçar e percorrer trajectos rumo ao Desenvolvimento Sustentável no presente e no futuro do Planeta. Neste contexto, a acção e envolvimento das pessoas nas soluções dos problemas ambientais, remetem para a importância de assumir e cultivar o que se manifesta na criação de novas formas de participação social e de construção de relações de confiança e envolvimento, mesmo num quadro de crise e de descredibilização dos sistemas dominantes, onde, aliás, os contextos de sustentabilidade local assumem importância crescente.

I.2. Orientações da Sociologia do Quotidiano e seus antecedentes para uma investigação no terreno para práticas “demasiado próximas”

Para além da Sociologia do Ambiente, que serve de enquadramento à questão do lixo como um problema ambiental, a Sociologia do Quotidiano constitui uma outra referência basilar no desenvolvimento deste trabalho e, em particular, o modelo dramático de Goffman. Uma das razões que me levou a recorrer à Sociologia do Quotidiano foi justamente por ser no cenário da vida quotidiana que a “cena” doméstica de fazer lixo e despejá-lo se desenrola e também pelo facto de certas medidas preconizadas nas políticas públicas terem implicações no dia-a-dia. Como referido no ponto anterior, a modernização ecológica faz-se sentir, com formas mais evidentes ou mais invisíveis nos estilos de vida das pessoas, nas suas práticas e nas opções que têm disponíveis no seu dia-a-dia.

A importância de compreender o papel do lixo no quotidiano é, pois, muito relevante e há que encontrar caminhos para chegar a esse conhecimento. Para isso, os conceitos dramáticos de Goffman, desenvolvidos sobretudo na sua obra *“A apresentação do eu na vida de todos os dias”*, datada de 1959, e também n’*O Estigma – Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, de 1963 são muito inspiradores para a análise da interacção com o próprio lixo e a sua envolvente social, seja na esfera privada, seja na esfera pública.

Outra ordem de razões para recorrer a referências da Sociologia do Quotidiano prende-se com a abordagem metodológica de carácter qualitativo que desenvolve. Tendo como objecto o quotidiano próximo e familiar, dá relevo a abordagens metodológicas compreensivas de revelação e decifração do social, que proporcionam uma condição de necessário “estranhamento” de realidades inconspícuas do quotidiano. A aproximação etnográfica que valoriza os detalhes do quotidiano proposta por Douglas (1970) no livro *Understanding Everyday Life*, é particularmente inspiradora pela forma como se revela a realidade quotidiana vista pelos olhos do senso comum.

As perguntas de partida que a perspectiva da Sociologia do Quotidiano propõe, vêm ao encontro precisamente das seguintes questões: como produzir conhecimento sociológico de uma realidade, como o acto de despejar o lixo, que, pela sua quotidianidade, nos é tão familiar? E, como transformar este acto familiar em “exótico”, levando ao “estranhamento” dessa realidade tão próxima mas ao mesmo tempo tão enigmática?

Uma realidade tão quotidiana e familiar à própria investigadora como o acto de deitar fora o lixo produzido, exige a capacidade de transmutação do familiar no “exótico”, que leva ao estranhamento/distanciamento dessa realidade próxima, para a produção de conhecimento sociológico sobre ela. Foi, pois, um desejo e uma empreitada propor-me realizar um trabalho que aprofundasse a questão do lixo do ponto de vista da esfera doméstica e do quotidiano, que pudesse vir a ser um contributo para a questão do ponto de vista colectivo público-político no quadro ambiental.

Assim, apesar de um conjunto de leituras vasto, de trabalhos empíricos realizados, na perspectiva da Sociologia do Ambiente em que enquadro a questão do lixo – e que obviamente me colocam de sobreaviso para olhar sociologicamente a realidade que me rodeia - optei por realizar um trabalho de campo com inspirado numa abordagem etnográfica e etnometodológico, aventurando-me a fotografar instantâneos “simmelianos” a propósito do lixo, imagens que revelam o social e criaram em mim uma espécie de sensibilidade iconográfica em relação à presença de “lixo” no quotidiano. Fui deixando o terreno falar e contar-me histórias quotidianas que envolvem a produção-deposição de lixo doméstico, procurando nesta contingência quotidiana (de produção-deposição de lixo) descobrir o social mais profundo, como se nunca tivesse olhado as práticas do lixo e tudo o que as envolve no dia a dia. Também fiz uso de auto-observação no meu próprio quotidiano – afinal também faço lixo e despejo-o – procurando ver em mim e nos outros o que o se passa, mesmo quando “nada se passa”. Como afirma Machado Pais “A Sociologia do Quotidiano não despreza os desperdícios do social” (2009:74), e ainda que o autor não se esteja directamente a referir ao desperdício-lixo, o certo é que o lixo não é de desprezar por ser tão expressivo, sociologicamente falando.

I.2.1. O quotidiano, ponto de encontro entre o micro e o macro

A Sociologia do Quotidiano emerge efectivamente do reconhecimento de que o quotidiano das pessoas é um lugar privilegiado de análise sociológica, revelador de determinados processos do funcionamento do sistema social e da transformação (ou da mudança) social. Esta menção remete para uma das principais distinções da abordagem da Sociologia do

Quotidiano: ser um ponto de encontro entre o micro e o macro.

Ao definir o quotidiano como uma perspectiva que nos permite ver a sociedade a nível dos indivíduos, torna-se conveniente dar atenção aos contextos dos indivíduos (normas, regras, orientações, bússolas cognitivas, mapas de significação e representações sociais) que regulam distintos estilos de acções e práticas; essas acções revelam as convenções do sistema social. Neste sentido, os contextos dos indivíduos podem também ser encarados como uma espécie de capital indissociável das operações do seu dia a dia, das suas práticas, das suas condutas (Pais, 2009). Além disso, as próprias práticas em si podem ser colocadas no centro da análise em vez dos indivíduos, revelando de outra forma a realidade do lixo, tornando visíveis lados ocultos no (e ao próprio) indivíduo. A este ponto retorno quando fizer referência à Teoria das Práticas.

No âmbito da pesquisa, um dos pontos que me atraiu na Sociologia do Quotidiano é a sua postura perante as relações dialécticas entre as micro e macro-análises das micro e macro-escalas, articulando comportamentos e estruturas sociais. Ao revelar os lugares comuns invisíveis centrando-se em pequenas escalas, enfrenta o desafio de estabelecer uma ligação entre os grandes dispositivos sociais e os dispositivos micro-sociais que regulam ou informam a vida social.

Situa-se, assim, entre a perspectiva estruturalista de uma “sociologia dura” - que marca o seu enquadramento desde o início, que parte de premissas teóricas fazendo reagir as hipóteses de investigação e o próprio curso da pesquisa em torno dessas premissas, colocando-se à distancia do observado - e a perspectiva de carácter mais fenomenológico - uma sociologia do terreno ou uma sociologia criativa na linha da Escola de Chicago (Morris, 1977), que sai à rua e se mistura na multidão, escutando-a e sentindo-a de perto.

A vida quotidiana pede sempre um “complemento circunstancial”, um contexto. Os contextos vivenciais dos indivíduos servem para iluminar ou informar os contextos sociológicos (analíticos, interpretativos, explicativos) usados pelas teorias, conciliando ver a sociedade ao nível dos indivíduos e ver como a sociedade se traduz na sua vida (doméstica, íntima). A perspectiva metodológica da Sociologia do Quotidiano localiza-se mais na “mostração” do social – no sentido de descobrir - do que na “demonstração” (Javeau, 1991).

Interessam os processos através dos quais as micro e macro estruturas são produzidas e como se afectam mutuamente. As formas como as pessoas vivem o seu dia a dia são largamente afectadas pelo enquadramento institucional mais amplo de que fazem parte. São as interacções que, na sua quotidianidade, transcendem a dualidade micro *versus* macro, através de uma perspectiva integradora, que olha a sociedade e os seus padrões institucionais ao nível

dos indivíduos e observa como a sociedade se traduz na vida deles.

Em termos de conhecimento sociológico, beneficia-se deste entrelaçar das micro e das macro análises, encontrando no quotidiano o espaço-tempo favorável a esta abordagem integradora e reveladora de “realidades múltiplas”, para usar o conceito de Schutz (1962).

Está presente também uma visão holística ou integrada, que permite ver, ao mesmo tempo, o Todo (a distância permite ver melhor o conjunto) e os detalhes (que necessitam de um olhar mais próximo), visão que Machado Pais eloquentemente descreve: “Do meu ponto de vista (que não é isoladamente de “cume” nem de “sopé”), só vejo vantagens em subirmos e descermos dos montes – bom exercício para as pernas e ideias -, evitando a imobilidade ou as reduções mecânicas implicadas por enfermadas estadas de “cume” ou “sopé” que perdem a complexidade do mundo social.” (2009:59). Foi nesta espécie de “caminho do meio” que a Sociologia do Quotidiano oferece, que encontrei vários conceitos que “servem” a minha abordagem à questão do lixo.

1.2.2. Uma sociologia compreensiva

A Sociologia do Quotidiano tem como matéria-prima do conhecimento sociológico a experiência subjectiva de como as pessoas experimentam o mundo nas suas interações e o interesse em desvendar a realidade social através das suas lógicas sociais e simbólicas, no seu quotidiano. Isto é, compreender os contextos de intersubjectividade do dia a dia nos quais as interpretações do senso comum têm lugar.

A abordagem da Sociologia do Quotidiano é fundamentalmente compreensiva, no sentido de Weber, em que o conhecimento sociológico assenta na compreensão do significado subjectivo da acção social.

É neste âmbito que a Fenomenologia, através de Schutz (1964), propõe um modelo de “interpretação subjectiva”, ou seja, de interpretação do senso comum. Os significados subjectivos da acção social devem constituir pontos de referência básico para a leitura sociológica do quotidiano, ou seja, os fenómenos objectivos devem ser vistos à luz da subjectividade dos actores sociais, das suas atitudes, desejos ou definições da situação. Procura-se compreender a situação social tal como aparece a quem a vive.

A Fenomenologia é uma das principais correntes teóricas que influenciam a análise sociológica da vida quotidiana. A Etnometodologia, desenvolvida por Garfinkel, em 1967 (1984) está dentro desta linha, estudando os “métodos” que o senso comum usa e cria para entender os outros e o mundo; o chamado “bom senso popular” é um mecanismo estruturador da sociedade. A linguagem é considerada a base e instrumento da construção social da

realidade, por isso há um enfoque na análise da conversação (banal).

Para a Etnometodologia o objectivo é dar conta do sentido que as pessoas dão aos seus afazeres quotidianos e porque é que se comportam segundo modos socialmente aceitáveis. O seu paradigma dominante é “um paradigma interpretativo que convida a apreender a realidade social atrás dos olhos do actor, isto é, a analisar as práticas e os modos como os indivíduos constroem a estabilidade do seu mundo social, ao mesmo tempo que o fazem descritível, observável, objecto de informação. O importante para a etnometodologia não é partir de categorias de valores pré-constituídos em relação à realidade da vida quotidiana, mas o descobrimento do universo categorial dessa própria realidade por meio de métodos tão elementares como a própria linguagem do senso comum.” (Pais, 2009:100).

Também o Formalismo e o Interaccionismo Simbólico são correntes que antecedem e com uma forte influência na Sociologia do Quotidiano. Em todas encontramos a abordagem compreensiva e de proximidade aos actores sociais e à sua realidade social vivida.

Simmel, Balandier e Maffesoli são autores que se enquadram na linha do Formalismo (ou formismo). Perspectivam o quotidiano como uma “forma”, em grande parte composta de teatralidade e superficialidade, e o seu estudo passa precisamente pela observação do jogo das formas sociais – as aparências - que lhe estão associadas, em que o que existe é o que parece existir. Tanto a chamada realidade como a aparência são reais nos seus efeitos. Realça-se a polissemia do gesto (forma), no sentido em que o gesto quotidiano está carregado de simbolismo.

Por fim, referimos o Interaccionismo Simbólico, corrente que assume Goffman com um protagonismo decisivo. A expressão “interaccionismo simbólico” data de 1937 (Blumer, 1969), sendo autores como Simmel [1917] e G. H. Mead [1934] (Boudon *et alia*, 1989), que servem de referência primordial a esta corrente, por considerarem o fenómeno social mais importante precisamente a acção recíproca entre as pessoas e os sinais que a tornam possível. Não meramente reactivo ao meio envolvente, o comportamento humano é visto como um processo interactivo e criativo desse mesmo meio envolvente. O interaccionismo simbólico realça a importância que a interacção social tem na aprendizagem dos significados e símbolos e no processo de socialização que torna estes partilhados por uma comunidade/cultura. Realça também o facto de as pessoas terem capacidade de modificar ou alterar os significados e símbolos que usam nas interacções, interpretando as situações em que estão envolvidos.

Desde Simmel que o tema do quotidiano interessou correntes de pensamento social diversas, em especial a Escola de Chicago, ou a fenomenologia, que remete para os modos de construção da realidade social. Mas será a obra de Goffman sobre a encenação da vida

quotidiana que consolida o interaccionismo simbólico e, no caso desta tese, se assume como uma referência inspiradora para a análise dos dados empíricos.

É frequente encontrar críticas à abordagem do interaccionismo simbólico por marginalizar excessivamente o papel das estruturas e das organizações sociais. Essa influência sobre a acção social faz-se sentir na medida em que configuram as situações de interacções entre indivíduos e proporcionariam conjuntos de símbolos que aqueles utilizam para interpretar mundos de intersubjectividade. O interaccionismo é muitas vezes apresentado como uma abordagem que, ao privilegiar a subjectividade dos actores, secundariza dimensões de outras abordagens macrosociológicas como a história, os sistemas de produção, as classes sociais. No entanto, alguns autores consideram muitas destas críticas a Goffman injustas, no sentido em que ele fez uma escolha analítica (e justificou a sua escolha), o que necessariamente implica deixar um conjunto de dimensões fora da análise. Ou seja, ao centrar-se nas interacções – no estudo dos encontros sociais - e nos seus ritos, diferencia-se de abordagens mais concentradas na complexidade global do sistema social.

“A dimensão “microsociológica” das unidades analíticas goffmanianas não é, afinal, incompatível com a dimensão mais ampla das estruturas sociais e com a apreensão das normas e estruturas que pautam, ao nível macro, as interacções sociais (...). O sentido global do pensamento goffmaniano e de uma boa parte da sociologia interaccionista parece ser precisamente o de explicitar a natureza social daqueles aspectos que normalmente são considerados como espaços livres de expressão individual, correntemente tomados como os mais espontâneos, os menos convencionais e menos sujeitos a controlo. Contudo, mesmo os aspectos mais banais da vida quotidiana [como deitar o lixo fora] mostram a existência de um controlo social informal, mecanismos de difusão de sociabilidade que expressam a sua natureza profundamente reguladora. Descobrir as normas que modelam as interacções sociais não significa descobrir na vida quotidiana os próprios vínculos sociais? Por detrás da precariedade desses resíduos do quotidiano e da labilidade desses fragmentos da vida social é ou não possível descobrir a estabilidade das convenções que estruturam de forma decisiva a organização social?” (Pais, 2009:119-120).

1.2.3. A inspiração do modelo dramático de Goffman

Goffman toma como unidade fundamental de análise os encontros no tempo e no espaço, a interacção social, “que pode ser grosseiramente definida como a influência recíproca dos indivíduos sobre as acções uns dos outros numa situação de presença física imediata” (1993:26), e apresenta “uma perspectiva sociológica a partir da qual seja possível estudar a

vida social, sobretudo esse género de vida social que encontramos organizado no quadro físico de um prédio ou de uma fábrica.” (Prefácio de Goffman in *A apresentação do eu na vida de todos os dias*, datado de 1959. As citações são referidas à edição portuguesa de 1993). Utiliza a abordagem do modelo dramático na sua análise das interacções sociais, em que a vida pública é vista como uma grande peça teatral, com a representação de múltiplas cenas. Existem actores em interacção em palco, que desempenham uma diversidade de papéis. Existe a audiência/plateia que desempenha também seu papel de espectador perante o desempenho dos actores no palco. Considera-se ainda o quadro/cenário onde a cena se desenrola, bem como os bastidores onde os actores descansam do papel do palco ou se transmutam para passar a desempenhar outro papel noutra ou no mesmo cenário, onde armazenam e têm à sua disposição adereços e objectos que usam consoante o papel e o quadro. Por vezes, também se evidencia a presença da figura do encenador...

O conceito de “desempenho” é central na análise, definido como “toda a actividade de um determinado participante num dado momento, que tem como efeito influenciar, seja de que maneira for algum dos outros participantes.” (1993:27). O conceito de desempenho é de facto muito interessante pela sua articulação com a performance das práticas, que irei mais à frente referir no contexto da apresentação da Teoria das Práticas, indo de encontro às formas como se produz e deposita o lixo no dia-a-dia.

Os actores, expostos ao olhar dos outros, expressam-se usando muitas formas de gestão das impressões (que gostariam de causar nos outros), de modo a assegurar que os outros reajam da forma desejada e esperada. A este propósito, no âmbito da temática da tese, refira-se a reflexão de Goffman acerca de um estudo sobre o negócio do ferro-velho e as impressões que os profissionais do sector julgam “oportuno” transmitir: “...o vendedor de ferro-velho está vitalmente interessado em manter reservada a informação relativa ao valor financeiro efectivo do ferro-velho aos olhos da generalidade do público. Gosta de perpetuar o mito segundo o qual o ferro-velho não vale nada e os indivíduos que o vendem são uns “falidos” dignos de dó.” (J.B. Ralph, “The Junk Business and the Junk Peddler”, University of Chicago, 1950 in Goffman, 1993:55).

Apesar de poder ser feito de forma premeditada, como neste caso, habitualmente esta gestão é feita de forma mais incorporada e inconspícua nas interacções entre actores. Há toda uma arte aprendida e apreendida sobre a administração das impressões num desempenho, que evita gestos involuntários e incontrolados, susceptíveis de criar embaraço ao projectar algo que contradiz a imagem que se idealiza projectar, criando dissonância.

“Quando o indivíduo se apresenta perante outros, o seu desempenho tenderá a integrar e a

ilustrar os valores oficialmente reconhecidos pela sociedade, mais até do que o faz o seu comportamento global.” (Goffman, 1993:50). É por isso que se verifica uma tendência para desprezar e ocultar actividades, factos ou motivos incompatíveis com uma visão idealizada de si próprio ou dos seus produtos.

O lixo é um bom exemplo destes aspectos ocultos da fachada, remetido para os confins das traseiras, passível de dissimulação - nem que seja ‘varrido para debaixo do tapete’. Na manutenção do controle individual, o lixo é uma forma de expressão involuntária com capacidade de revelação. O lixo pode esconder e revelar “segredos”, no sentido em que por vezes o que se deita fora é precisamente o que é incompatível com a imagem que se pretende sustentar perante a audiência, por isso se remete para as traseiras, não fica no meio da sala de estar... É um clássico dos policiais a investigação sobre o conteúdo do caixote do lixo do suspeito, e este, sabendo disso, também pode forjar indícios que desorientem os detectives...

Mas a tendência para dissimular a presença do lixo, em termos sociais, tem sobretudo a ver com ocultar a imagem de sujidade e impureza (no sentido de Douglas, 1966). Neste sentido, Goffman, e ainda que paralelamente ao lixo, reflecte sobre o facto de “Na sociedade em que vivemos, a defecção comete o individuo com uma actividade que é definida como inconsistente com os critérios de pureza e asseio que muitos dos nossos desempenhos expressam.” (Goffman, 1993:146).

Voltando ao conceito de “desempenho”, Goffman distingue entre as expressões que os indivíduos oferecem, transmitem (com intenção de provocar determinadas impressões) e aquelas que revelam, emitem (através de sinais ou indícios). Por exemplo, na situação das entrevistas realizadas no âmbito da tese, o caixote do lixo do entrevistado *emite* um conjunto de informações para além das *transmitidas* na conversa que decorre ao longo da entrevista.

Numa interacção procura-se sempre criar e manter um consenso operacional, definindo a situação, o que viabiliza a própria interacção. No início do encontro há um conjunto de elementos que definem a situação e qualquer facto que coloque em causa a definição da situação inicial, cria alguma confusão na interacção. A este propósito Goffman chama a atenção para dificuldade de mudar a meio da interacção a definição da situação. “Ao sublinharmos o facto da definição inicial da situação projectada por um indivíduo tender a assegurar um plano para a actividade cooperativa subsequente, não devemos descurar o facto decisivo de qualquer definição da situação projectada possuir também um carácter moral peculiar.” (Goffman, 1993:24), no sentido em que foram criadas expectativas mútuas.

A importância da criação de expectativas mútuas se articula à confiança mútua entre actores em interacção, no caso do lixo, reveste-se de um carácter específico. Digamos que existe um

consenso operacional entre população e autoridades municipais, segundo o qual o lixo terá de ter um destino e que existem contentores colectivos acessíveis, para que as pessoas lá possam quotidianamente despejar o lixo produzido na esfera doméstica, que os serviços vão recolhendo regularmente, mantendo a higiene e saúde públicas. Quando há um distúrbio na recolha, por exemplo, uma greve, observa-se uma perturbação na interacção, dado que um dos actores não desempenhou o seu papel, como era legítimo esperar, a partir da definição da situação inicial. Outro tipo de mudança nesta relação de interacção é quando se multiplica o número de contentores para a separação de lixo. Isto também implica alterações à situação inicial, ainda que o consenso operacional mais amplo do lixo seguir para um destino se mantenha. Este ponto será analisado mais à frente.

I.2.4. O quotidiano: um contínuo de rotinas e acontecimentos

Mas afinal, o que é o quotidiano? A palavra “quotidiano” é um adjectivo que se refere ao que é “de todos os dias; que sucede habitualmente” (in *Dicionário da Língua Portuguesa, Porto Editora*). A Sociologia do Quotidiano aborda essa categoria do “nada se passa”, do “nada de novo”, dos detalhes e pormenores do dia-a-dia, dos encontros, dos gestos inconscientes repetidos de forma tão vulgar que conferem quase invisibilidade a certas práticas - como o caso de fazer e despejar o lixo. E é nessa abordagem que entramos em contacto com a realidade por excelência: “Entre as múltiplas realidades existe uma que se apresenta como realidade por excelência. É a realidade da vida quotidiana. A sua situação privilegiada dá direito a que se lhe chame suprema realidade.” (Berger e Luckman, 2001:39).

A rotina é um elemento básico das actividades do dia-a-dia. A ordem da rotina remete para o hábito de fazer as coisas sempre da mesma maneira, por recurso a práticas constantemente adversas à inovação, num quotidiano marcado pela regularidade, pela normatividade e pela repetitividade, que se manifesta no campo da ritualidade. Goffman (1959) define como “prática de rotina” ou “papel de rotina”, o modelo de acção preestabelecido que se desenvolve ao longo de um desempenho e susceptível de ser apresentado em várias ocasiões.

No fundo, é a prevalência de determinadas formas de conduta, que sustentam e são sustentadas por uma “segurança ontológica” (Giddens, 1997). Isto é, o que se conhece, o que é familiar e habitual promove confiança e segurança, um certo “descanso” de que tudo está a passar-se “como deve ser”.

Como se referiu, as interacções dependem de que cada actor interveniente desempenhe o seu papel para que a situação corra conforme o “normal”, o esperado, e nesse ponto, as práticas de rotina salvaguardam essa normalidade, porque é algo que se conhece e com o qual se pode

contar. A rotina ritualista oferece esta confiança, esta segurança.

Todo o ritual implica uma linguagem que convém ser aprendida, que consiste basicamente na atribuição de significações particulares a comportamentos habituais. O ritual cumpre uma importante função reguladora da interacção na vida quotidiana – o conjunto de actos através dos quais o sujeito controla e torna visíveis as implicações simbólicas do seu comportamento quando se encontra face a face com outro indivíduo.

A estabilidade e o sentido da vida social quotidiana dependem de pressupostos culturais implícitos e partilhados que facilitam e proporcionam a interacção. A interacção social enquanto foco de estudo da vida quotidiana, mesmo que tenha formas aparentemente insignificantes, clarifica muitos aspectos da vida social e revela o sistema social mais amplo (remetendo para o “caminho do meio”, entre micro e macro). A sua importância reside no facto das rotinas do dia a dia, e as constantes interacções sociais, darem forma e estruturarem o que fazemos, revelando padrões de comportamento.

Ter um controlo contínuo sobre a nossa aparência e os nossos actos é extremamente complexo. Nas rotinas do quotidiano precisamos continuamente de estar a demonstrar a nossa capacidade e competência nas interacções, nos encontros ao longo do dia, ao longo dos dias. O actor tem a capacidade de aprender e utiliza-a na tarefa de se preparar para o desempenho de um determinado papel. “E quando nos tornamos capazes de gerir convenientemente uma prática de rotina eficaz, isso deve-se em parte a uma “socialização antecipada”, através da qual já fomos instruídos na realidade que começa a ser para nós real.” (Goffman, 1993: 91).

A produção e reprodução de rotinas conduz ao estabelecimento de um quotidiano onde se dão processos de socialização. As pessoas aprendem a manipular (no sentido de Goffman, 1963) as impressões e os objectos que são necessários para as interacções no dia-a-dia, assimilando estes processos que vão constituir uma assimilação de relações sociais, inserindo-se num processo de socialização e de ritualização, que criam a sensação de segurança que o familiar confere às vivências.

Mas se o objecto da Sociologia do Quotidiano são as actividades desenvolvidas de uma forma regular e banal dia após dia (a rotina), no quotidiano rotineiro também se atravessam acontecimentos (Javeau, 1980). Isto é, apesar de ter como unidade de análise o universo de actividades de tipo relacional praticadas massivamente de uma forma regular e repetitiva diariamente, também há que analisar os acontecimentos e desvios à rotina que emergem no quotidiano.

Assim, o quotidiano, para além da sua definição de dicionário que remete para o “nada de novo”, é também lugar de inovação, e tanto é importante o que fixa as regularidades como o

que as perturba. Este é o fio condutor do conhecimento sociológico através da vida quotidiana, em que se exploram “os caminhos de encruzilhada entre a rotina e a ruptura, nos quais se revela a construção social através das rotas do quotidiano” (Pais, 2009:19).

Neste âmbito, são reconhecidas diferentes temporalidades do quotidiano; Balandier (1983 in Pais, 2009:89), distingue entre (1) A repetição contra o acontecimento; (2) A ruptura contra a repetição que reaviva o quotidiano; (3) O quotidiano contra o tempo, através da sua gestão.

Encontram-se nesta proposta de diferenciação, desde logo, duas categorias de tempo opostas: num lado, um tempo em que a trivialidade diária obedece a uma divisão de tempo relativamente estável, de condutas preestabelecidas, reguladas, hierarquizadas, um tempo cíclico, repetitivo e organizado que aparece como factor de segurança, de protecção, contra os acasos da existência. No lado oposto, o tempo da alteridade, do novo, do inesperado, do diferente, da mudança que quebra o quotidiano e, simultaneamente, mostram que ele existe.

Para além destes tempos - ordinário e extraordinário - há ainda que considerar um tempo que resulta da vida social, objecto de representações sociais, tempo fraccionado em durações diversas, em ritmos diferentes e concorrenciais, em acontecimentos, em actividades, em condutas, em práticas (recompostas e reinterpretadas) num ritmo social de conjunto que lhe dá coerência e significação. São as práticas sociais que compõem o tempo (no seu uso) e o transformam de tempo físico e biológico (quantitativo), em tempo qualitativo e social.

No quotidiano encontra-se o cruzamento entre o tempo linear e progressivo, com o tempo da repetição e da circularidade. A tecnologia vem impondo a fragmentação do tempo; o tempo que se articula em torno da jornada de trabalho e dos gestos mecânicos é um tempo inventariável que se reveste do significado de rentabilização do tempo e que é objecto de análise por parte das abordagens marxistas (Heller, 1977 e Lefebvre, 1974 in Pais, 2009), que reflectem sobre a organização controlada e minuciosa do emprego do tempo e a sua capacidade de estruturação da vida quotidiana do sistema produtivo capitalista.

A distribuição das tarefas é influenciada pelo tempo do relógio – introduzido no mundo em 1884 - que permite uma delimitação temporal precisa das actividades e sua coordenação no espaço. A estrutura temporal do quotidiano não se impõe apenas nas sequências preestabelecidas – calendário e relógio – e abarca fenómenos não presentes “aqui e agora”. Ou seja, apesar da planificação, rendibilização e racionalização do tempo, o tempo escapa-se ao controlo e flui por vários espaços...

A abordagem da Sociologia do Quotidiano conduz à reflexão sobre as implicações do tempo-espaço do quotidiano e na produção da vida quotidiana. O quotidiano acontece num espaço-tempo próprio. É nesse espaço-tempo “delimitado” do quotidiano que as práticas acontecem,

que os objectos são manipulados, que as imagens se objectivam, em que ocorre o processo de apropriação e do uso do tempo e do espaço. “O tempo é o que dele fazemos e o espaço um lugar praticado. Tempo e lugar são folhas em branco que só ganham sentido com a inserção, com as assinaturas que os indivíduos nelas fazem” (Pais, 2009:138).

É pois fundamental compreender como as actividades são distribuídas no tempo e no espaço na análise de encontros/interacções, para entender a vida social no seu conjunto. A interacção social é situada/“demarcada” no tempo e no espaço. Por exemplo, os dias da semana são demarcados dos dias de fim de semana, assim como há tempo que é gasto em movimento no espaço em deslocações quotidianas, o que é mais um elemento a ter em conta na análise dos contextos de interacção.

Berger e Luckman (2001) sublinham que o indivíduo se interessa sobretudo pelo quotidiano ao seu alcance, do que se ordena espacial e temporalmente à sua volta, que designam de “zona de operação”, mas que pode encontrar paralelo noutros autores, como a “zona manipulativa” (Mead e Blumer in Pais, 2009: 90, e também Goffman, 1988). Esta “zona” abarca os objectos que podem ser tocados e vistos, em contraste com a “zona das coisas distantes”. Esta noção interessa particularmente no caso do lixo doméstico, por este ser manipulável e estar ao alcance efectivo das pessoas no seu quotidiano.

No entanto, o quotidiano não se resume a esta zona alcançável. O indivíduo fixa sectores da vida quotidiana que transcendem o seu alcance efectivo, transcendendo o espaço - em extensão - e o tempo - em duração.

Uma análise crítica do quotidiano implica o reconhecimento da sua historicidade e da noção de que o presente é um produto histórico. Garfinkel (1984) também reivindica uma historicidade do quotidiano, em que as experiências de vida são produtoras e reveladoras de certas representações sociais enraizadas na quotidianidade, que se manifestam em modos de fazer.

Faz mais sentido falar de uma historicidade do quotidiano, onde a temporalidade é mais do que uma temporalidade cíclica, vivida exclusivamente no presente do aqui e agora (Javeau, 1991). A este propósito Goffman refere que “numerosos são os factos decisivos que se encontram para lá do tempo e do lugar da interacção ou que se escondem no interior do seu quadro.” (Goffman, 1993:12).

A importância conferida ao que se faz no ‘aqui e agora’ das interacções, também é por se reconhecer as linhas morais que atravessam o quotidiano, como sementes presentes do que se irá colher no futuro. “Basta-lhes orientar a sua acção no presente de tal maneira que as suas consequências futuras venham a ser do tipo que levaria um indivíduo justo a tratá-los do

modo como querem ser tratados; depois de agirem assim, resta-lhes apenas confiar na capacidade de percepção e juízo do indivíduo que os observa.” (Goffman, 1993:292). Neste sentido é interessante a articulação de uma lógica de convivência social de “faz aos outros o que gostavas que te fizessem a ti”, tornando-a extensível à lógica do espaço público como bem comum ou ao desenvolvimento sustentável no que se refere à herança que o presente irá deixar para as futuras gerações.

1.2.5. Os espaços quotidianos das interacções

Para além do “alcance efectivo”, para além das diferentes temporalidades do quotidiano, para além do tempo que corre, do tempo que se repete, do tempo que se lembra..., também o espaço é um cenário imprescindível para a acção, para as práticas. Sem paisagem não há passagem nem de tempo, nem de actores... (o espaço como dimensão de base, o palco). A mesma paisagem, o mesmo tema, também muda, com a luz, com as estações, com o tipo de pessoas e objectos presentes e passageiros. Isto é, tal como há vários “tempos”, também o espaço não é uma categoria homogênea e estática, existindo uma dispersão espacial que se pode diferenciar, por exemplo, entre “centro” e “periferia” (Balandier in Pais, 2009: 91), em que o “centro” é o lugar de relações de forte intensidade, quotidianamente vividas, duráveis como por exemplo, a casa, à qual se associa um afecto ao espaço e à maneira de viver o presente nos variados gestos do quotidiano; por contraste, por “periferia” entende-se a envolvente mais distante em relação a esse centro.

O quotidiano aparece, portanto, definido em termos de limites espaciais. E ao mesmo tempo, o espaço é uma constelação de espaços, no sentido em que “o que tem importância social não é o espaço, mas as vivências sociais que nele decorrem e que o convertem de um vazio em algo com significado sociológico.” (Pais, 2009: 91-92).

No seu modelo dramático, Goffman sugeriu que grande parte da vida social se pode dividir em ‘regiões da fachada’ – encontros de actores em cena desempenhando papéis formais – e as ‘regiões de retaguarda’ – bastidores onde os actores se preparam para os encontros na região da frente, como uma região de descanso de certos papeis de fachada que lhe exigem um desempenho mais exigente e sem necessidade de dissimulações, porque vedada à audiência, através de barreiras e vias de acesso reservadas. Os bastidores também são um lugar onde se armazenam os acessórios e elementos que se usam na fachada.

A fachada pessoal é o “equipamento expressivo de tipo padronizado empregue intencionalmente ou inconscientemente pelo indivíduo durante o seu desempenho” (Goffman, 1993:34). É uma fachada móvel, na medida em que a aparência e modo acompanham o actor

em termos da sua identificação e das suas acções.

Por seu turno, o cenário é um elemento mais constante e imóvel da fachada, um lugar geográfico demarcado, onde existem um conjunto de dispositivos cénicos manipuláveis. A interacção passa-se portanto numa região - “todo o lugar de algum modo limitado por barreiras à percepção” (Goffman, 1993:129) - à qual se somam limites temporais determinados.

A vida social está dividida em zonas de tempo-espço e uma casa é um bom exemplo para mostrar a diferença entre várias ‘regiões’, em particular, a ‘região da frente’, a fachada e a ‘região de retaguarda’, os bastidores. “Em todas as classes da nossa sociedade existe a tendência para se estabelecer uma linha divisória entre a fachada e as traseiras na configuração exterior das casas de habitação. A fachada tende a ser relativamente bem arranjada, decorada e arrumada; as traseiras tendem a ser relativamente pouco atraentes.” (Goffman, 1993:148).

A região da fachada é uma região de exposição da acção, enquanto a região dos bastidores é onde reaparecem os aspectos suprimidos da fachada. São as coisas que vão para as garagens, caves, sótãos, porque já não ficam bem, não são adequadas à impressão que se pretende projectar no cenário quotidiano vivido da casa. Também o lixo tem o seu lugar, mais resguardado e quase sempre na parte de trás, numa zona não exposta. Mesmo quando na zona da frente, está dissimulado (Goffman, 1963).

“Podemos verificar, nas comunidades de agricultores, como o estábulo dos animais, situado outrora nos bastidores da cozinha e ligado a esta por uma pequena porta junto ao fogão, acabou por ser colocado a uma certa distância de casa, e como a própria casa, anteriormente deixada ao desabrigo no meio do jardim, dos equipamentos da lavoura, do lixo e do feno, se orienta agora, de certo modo, segundo uma lógica de relações públicas, com um pátio fronteiro cercado e mantido em condições de relativa limpeza, ostentando uma face composta voltada para a comunidade, enquanto os entulhos se amontoam ao acaso na região das traseiras.” (Goffman, 1993:289).

Outro exemplo ilustrativo da diferenciação de regiões é um centro comercial, cujo corredor central iluminado e brilhante de acesso público, rodeado de montras, as fachadas das lojas, no sentido literal. Dentro das lojas encontramos portas de acesso reservado, restrito apenas a quem faz parte da equipa que trabalha no centro. Para lá dessa porta, que por vezes se consegue vislumbrar com a passagem de alguém a quem é permitido aceder, percebe-se uma luz mais apagada, uma zona mais escurecida de armazém de stocks e também de lixo, com menos preocupações estéticas. Corresponde a um conjunto de actividades que são

dissimuladas ao público, mas que estão paredes-meias com a fachada.

Continuando em torno do exemplo das regiões duma casa, para além desta diferenciação dicotómica, distinguem-se pelo seu uso diferenciado, seja no tempo (ao longo do dia), seja com interações específicas (diferentes actores e papéis desempenhados). Às suas divisões estão atribuídas funções específicas como dormir no quarto ou no sofá, comer na cozinha ou na sala de jantar, brincar no quarto ou no quintal, ler na sala ou no quarto, receber visitas na sala, estender roupa nas traseiras da casa, colocar o caixote do lixo na cozinha,...). Torna-se, assim, visível como o cenário define o desempenho dos próprios actores.

Vale a pena ainda mencionar que, a diferentes papéis correspondem diferentes acessos a regiões. Os actores em desempenho acedem à fachada e aos bastidores, a audiência para quem é feito o desempenho, apenas acede à fachada e os estranhos não têm acesso a nenhuma das regiões da interação. Mas, se assim tudo parece muito evidente, a realidade social da interação é mais complexa e é nesse contexto que Goffman distingue um conjunto de papéis discordantes, que baralham por vezes esta “ordenação” e que criam relações inesperadas entre papel desempenhado, informação detida e regiões de acesso. O autor identifica diferentes tipos de papéis discordantes, como os de informador, de mediador, de denunciante, de especialista, de confidente, de supervisor, de cúmplice...

Na região da esfera doméstica, há que fazer uma referência especial ao papel da empregada doméstica ou “mulher a dias” que tem, pelo papel que desempenha, um acesso privilegiado aos bastidores. Apesar de ser inicialmente uma estranha, e portanto à partida sem acesso à região-residência, a sua “especialidade” profissional implica o desempenho de um papel de cúmplice em relação ao agregado familiar, contribuindo de forma cooperativa para a manutenção da fachada do agregado familiar, sendo muitas vezes parte da sua função lidar com o lixo produzido, despejando-o, fazendo-o desaparecer de cena. O seu acesso à esfera doméstica implica uma confiança cúmplice a ao mesmo tempo espera-se uma deontologia profissional marcada por uma grande discrição. Em certas circunstâncias podem mesmo ser tratadas com “não pessoas”, ou seja, como se não estivessem presentes, ignorando a sua presença (à semelhança de um empregado de mesa de um restaurante).

1.2.6. Equipas e práticas de rotina

Por fim, gostaria de referir um outro conceito de Goffman, que articulo na análise – a “equipa de desempenho” – definida como um conjunto de indivíduos que cooperam na encenação de uma prática de rotina determinada.

Mais do que se centrar no actor isolado, Goffman desenvolve análises em que a ‘equipa de

desempenho' é a unidade fundamental da análise, ou seja, propõe que a interacção possa ser analisada em termos de esforço cooperativo dos seus participantes na salvaguarda de um consenso funcional. Os indivíduos de uma mesma equipa encontram-se em relações significativas uns com os outros, havendo simultaneamente um vínculo de dependência e familiaridade recíprocas, num imaginário do lema d' *Os Três Mosqueteiros* - “um por todos e todos por um”.

A credibilidade, a confiança e o apoio mútuo são valores importantes numa equipa, ainda que por vezes a familiaridade forçada, conduza a situações de conflito, que será necessário gerir de modo a salvaguardar o desempenho da equipa. Por vezes, a linha adoptada não é a mais simpática para todos os membros da equipa, mas a lealdade do indivíduo à sua equipa reforça essa linha de actuação. No entanto, quando surge uma nota dissonante, um desacordo manifesto dentro da equipa, um erro cometido por um dos seus membros, é preciso resolver, é preciso corrigir, para salvaguarda da linha de actuação, que é o bem comum. Essa correcção é feita de forma mais ou menos reservada relativamente à audiência, preferencialmente de um modo que não enfraqueça a (imagem de) unidade da equipa. Os *modos operandis* das rotinas do “como deve ser” implica o reconhecimento de uma autoridade sobre o desempenho.

Dentro da dinâmica de uma equipa, por vezes encontra-se o desempenho do papel de supervisor-treinador - membros que ensinam a desempenhar um determinado papel nos bastidores e depois avaliam o desempenho na fachada - sendo precisamente os que acabam por salvaguardar as situações de deslize, corrigindo erros, gerindo conflitos.

O encenador vai, sempre que necessário, levar a cabo processos de emenda, seja através de uma intervenção tranquilizadora, seja através de uma sanção. Quando é reconhecida a legitimidade da decisão, a sua implementação é facilitada. A questão da informação também assume um lugar decisivo no desempenho: “Negar a um companheiro de equipa a informação a respeito da posição que a equipa vai tomar equivale, de facto, a negar-lhe a qualidade de membro da equipa, uma vez que, sem saber que posição deve tomar, o indivíduo desinformado não estará em condições de se apresentar como personagem perante a respectiva audiência.” (Goffman, 1993:110)

É muito importante, por um lado, manter a coesão da equipa e, por outro lado, simultaneamente, manter o envolvimento da equipa com quem se está em interacção. Há que manter o empenho no desempenho.

Todas estas considerações sobre o desempenho da equipa, que coopera numa prática de rotina e as dificuldades que por vezes aí se encontram, aplicam-se na análise dos agregados familiares e das suas interacções também na prática de rotina que é a produção-deposição de

lixo na esfera privada e doméstica.

Também nesta perspectiva de interacção entre equipas, na esfera pública, podemos identificar que existe uma equipa que formalmente controla o quadro, estabelecendo um ritmo e uma orientação sobre a produção-deposição do lixo, como que assumindo o papel de encenador e que determina a informação que o público está em condições de adquirir. No caso, são as autoridades locais e os serviços de recolha de forma mais directa que assumem esse papel de controlo (para além de todo o contexto de políticas nacionais e europeias e todo o sector comercial em torno dos contentores e da reciclagem, entre outros), que se permite introduzir dispositivos estratégicos e regras normativas de condutas quotidianas na prática de deposição do lixo que recolhem.

A equipa da população residente, reage ao ritmo e orientação que a equipa de controlo emite (*top-down*), ainda que tenha sempre uma margem de manobra na forma como pode personalizar o seu desempenho e como pode assumir um papel mais pró-activo no funcionamento do sistema (*bottom-up*), como veremos na análise dos dados recolhidos. Como em qualquer interacção, também neste caso há expectativas mútuas sobre o desempenho das equipas: é esperado que cada uma cumpra o seu papel.

Em suma, a abordagem compreensiva e de proximidade à vivência quotidiana da Sociologia do Quotidiano é centrada no desenvolvimento metodológico do trabalho de campo e da análise do material empírico recolhido. Fundamentalmente, por dar relevância às interacções no quotidiano e às abordagens metodológicas qualitativas, emerge no âmbito desta tese como uma referência relevante, até por ser no patamar do quotidiano que se articula o nível macro das políticas públicas dos resíduos e o nível micro das práticas domésticas do lixo.

Uso a Sociologia do Quotidiano como ‘instrução’ para o trabalho de campo, sem lhe sobrepor o enquadramento do lixo como “problema ambiental”. Este enquadramento está presente na problematização e nos objectivos da tese em termos de produzir conhecimento sociológico que possa vir a constituir um contributo válido para as políticas públicas dos resíduos; no entanto, se fosse demasiado estruturador na abordagem ao terreno empírico, desviaria as pessoas da espontaneidade de falarem do que para si é lixo e a forma como ele faz parte do seu quotidiano.

Por seu turno, a mudança das práticas relativamente ao lixo ocorrem no contexto espaço-tempo quotidiano e na interacção com os outros (agregado familiar, vizinhança envolvente, autoridades locais) e com o próprio lixo (desde a sua produção ao seu despejo). Neste sentido, o modelo dramático de Goffman como referência analítica é inspirador ao trabalho que aqui se desenvolve, articulando os seus conceitos, tanto nas interacções na esfera privada

como na esfera pública.

I.3. A perspectiva da Teoria das Práticas: uma forma de olhar o lixo

No desenrolar do percurso de pesquisa, a opção pela ancoragem na Sociologia do Quotidiano conduziu-me, por sua vez, à Teoria das Práticas e à sua aplicação em *action research*, que assume uma posição relevante como referência de enquadramento no contexto da presente tese. Na Teoria das Práticas encontra-se uma forma de leitura que se articula harmoniosamente com as directrizes da Sociologia do Quotidiano e com as linhas de base da Sociologia do Ambiente, proporcionando um novo olhar às práticas em torno do lixo no quotidiano doméstico.

A aplicação desta abordagem pela Sociologia em vários estudos empíricos recentes sobre o consumo quotidiano, tem vindo a revelar o seu contributo na problematização de aspectos ambientais do consumo (Ropke, 2009 e Hargreaves, 2011). E, à semelhança das práticas de consumo, as práticas do lixo apresentam grande potencial para ser objecto da Teoria das Práticas.

Hargreaves (2011) é inspirador nesse sentido ao reflectir sobre a mudança necessária que as políticas ambientais em geral - e as dos resíduos, em particular - preconizam na esfera do quotidiano da população. Depois de ter aplicado esta abordagem num trabalho de *action research*, (que será referido com mais detalhe noutro ponto da tese), este autor faz uma apologia das virtudes da aplicação da Teoria das Práticas, por proporcionar uma visão holística que pode contribuir para melhorar as políticas de intervenção junto da população, cujos resultados têm sido até agora bastante insatisfatórios (para não dizer frustrantes). E, ao mesmo tempo, pelo contributo fundamental para uma área de estudo em que as ciências sociais precisam desenvolver: a mudança social.

Hargreaves reforça a necessidade da Sociologia investir no estudo da mudança e especialmente através das práticas, sobretudo num contexto em que a sobrevivência da humanidade depende dessa mudança - “The processes of environmental socialization that practices bring about (or fail to), in which new social identities, interactions and relations are forged, would seem to deserve further empirical attention.(...) If pro-environmental behaviour and sustainable consumption are to be achieved at the rate they are needed, conventional narrow models of individual behaviour change may need to be abandoned. In their place, greater research and policy attention should be paid to the complex task of generating more sustainable practices.” (Hargreaves, 2011:96).

I.3.1. Os limites dos modelos lineares cognitivos perante a necessidade de mudança

Desde os anos 70, em especial na área da psicologia ambiental, tem vindo a perdurar uma abordagem que procura a identificação dos factores determinantes do comportamento humano de modo a poder direccioná-los em prol do ambiente. A reciclagem, em particular, é objecto de muitos destes trabalhos, tal como refiro noutro ponto. Estes modelos focam-se no estudo das crenças, atitudes e valores enquanto determinantes de comportamentos e por isso, têm a ambição de ser modelos capazes de prever comportamentos⁴. Baseiam-se na acção racional dos indivíduos, com uma visão de processo linear e directa entre valores e comportamentos, nas tomadas de decisão dos indivíduos. Destes, o modelo mais amplamente usado é o de Ajzen (1991), designado como a Teoria do Comportamento Planeado, uma extensão desenvolvida a partir da Teoria da Acção Racional, de Fishbein e Ajzen (1975).

Estes modelos, que remetem para noções de racionalidade e de planeamento no comportamento humano, são “atraentes” na medida em que tratam as atitudes (e valores, motivações, etc.) como uma “situação invariável de padrões de orientação”. Ou seja, se os componentes cognitivos necessários forem identificados e modificados, a mudança de comportamento acontecerá, em cascata, em todas as áreas que constituem um estilo de vida individual.

No sentido de colmatar o défice de informação da população em termos de ambiente e de educar as pessoas para uma eco racionalidade de atitudes, valores e crenças, várias campanhas de informação foram realizadas (Burgess *et alia*, 1998 e Owens, 2000). Incluem-se nesta perspectiva de acção racional dos indivíduos as intervenções de marketing social, que pretendem identificar e remover barreiras reais, ou percebidas, e de ajustar as mensagens a públicos-alvo bem segmentados, de forma a criar uma nova norma social, que se espera que motive os indivíduos a adoptar comportamentos ambientalmente desejáveis ou correctos (Barr, 2008).

No entanto, cada vez mais se tem vindo a reconhecer a importância do contexto social de envolvimento dos indivíduos, que muitas vezes se sobrepõe aos factores cognitivos. Quando o que está em causa é uma mudança de comportamento, a questão não se restringe apenas a mais informação e mais conhecimento. Stern (2000) é um dos autores que chama a atenção para este “efeito do contexto” sobrepondo-se ao efeito da informação.

As críticas aos modelos baseados numa lógica linear de acção racional, apontam sobretudo o facto de se tratarem de abordagens excessivamente individualistas e que falham por não

⁴ Para uma revisão destes modelos ver Jackson, 2005.

apreciarem os efeitos das relações sociais, das infra-estruturas materiais e dos contextos em que estão inseridos e que são intrínsecos à performance/desempenho das práticas sociais. Estas críticas emergem a partir de pesquisas que mostram como o processo de tomada de decisão face à mudança não é tão individual como parece à primeira vista, remetendo para a importância dos efeitos da interacção social e reforçando a ideia de que o todo não é igual à soma das partes (Nye e Hargreaves, 2010, Shove, 2003, Southerton *et alia.*, 2004; Spaargaren e Van Vliet, 2000).

No cenário actual, em que já se constatou que as campanhas centradas em modelos cognitivos lineares, baseados na lógica “mais informação ambiental, mais comportamentos ambientais”, não atingem os resultados politicamente esperados e ambientalmente necessários, torna-se evidente que é necessário investir em estudos que vão no sentido de compreender a gradual incorporação de vários contextos de proximidade - normas sociais, redes sociais, infra-estruturas envolventes - como variáveis no processo de mudança (Valente, 2001; Schmidt e Martins (coord.), 2006 e 2007; Schmidt e Valente, 2009; Hargreaves, 2011).

Nesta perspectiva, para que se aprofunde o conhecimento é necessário deixar cair um certo moralismo implícito num discurso ambientalmente correcto que coloca ênfase na ideia de que os comportamentos estão errados e que precisam ser corrigidos. Uma perspectiva mais prática e menos culpabilizante, em que os comportamentos se alteram ao longo do tempo histórico, pode conduzir a uma mudança mais proveitosa e profunda.

Segundo Hargreaves, a persistência de modelos lineares de correcção de comportamentos deve-se, provavelmente em parte, à resposta política relativamente directa que proporcionam, apontando a existência de um sistema montado, em que a ciência produz instrumentos para dar respostas às necessidades políticas. Talvez seja preciso por em causa este sistema de forma mais profunda.

Estas reflexões emergem de vários estudos desenvolvidos, em particular no âmbito do consumo da energia no contexto das Alterações Climáticas, como é o caso, por exemplo, do trabalho que Shove desenvolve. A autora considera que o que tem sido feito, nomeadamente numa linha de marketing ambiental, tem um conjunto de falhas de base e acaba por servir para legitimar uma série de convenções sociais insustentáveis, mais do que as desafiar e as solucionar de forma sustentável (Shove, 2003, 2004, 2010). Os factos falam por si: tudo o que tem envolvido a promoção do consumo sustentável não tem resultados em termos de redução nem de consumo, nem de lixo produzido. Uma visão que se alinha por outras vias com a perspectiva crítica à reciclagem desenvolvida por Schnaiberg (1992 e 1994).

A incapacidade que os modelos da acção racional apresentam em relação à mudança de

comportamentos, conduziu os estudos sociológicos do consumo a interessarem-se pela Teoria das Práticas, cuja abordagem encontra um crescente reconhecimento na Sociologia sobre as mudanças ambientais na vida quotidiana (Spaargaren, 2011).

Originalmente a Teoria das Práticas foi desenvolvida no contexto da Filosofia, com aprofundamentos mais recentes por Schatzki, 1996, 2001 e 2002 e Reckwitz, 2002. Na Sociologia, a referência a “práticas” (no sentido distinto de “comportamento”), encontra-se já presente em Goffman (1959) quando se refere ao conceito de “práticas de rotina” desempenhadas pelos actores. As práticas sociais são alvo de uma abordagem aprofundada e ampla por Bordieu (1972, 1979 e 1990) e também em Giddens (1984), mas ainda que ambos reflectam sobre a importância das práticas, fazem-no negligenciando de alguma forma a sua materialidade, no sentido em que remetem os materiais, as infra-estruturas e os produtos que elas implicam para um segundo plano (Shove e Pantzar, 2005; Rophe, I. 2009).

Será a Alan Warde (2005) que mais recentemente se reconhece um papel crucial ao trazer esta abordagem de uma forma inovadora para os estudos do consumo, articulando-a a questões de ambiente e sustentabilidade, abordagem que desde logo cativou Shove e Pantzar (2005)⁵.

I.3.2. Afinal, o que são as Práticas?

A palavra “Prática” vem do grego *praktiké*, que significa “a arte de fazer uma coisa”; no Dicionário da Língua Portuguesa (Porto Editora) é definida como “actividade que visa a obtenção de resultados concretos; aplicação de regras e dos princípios de uma arte ou ciência; forma habitual de agir; procedimento”. A Teoria das Práticas acrescenta que se pode ver as práticas como “entidades culturais” que dão forma às percepções, interpretações e acções dos indivíduos (Schatzki, 1996 e 2002); e/ou como “performance”, em que é através da repetição da performance que a prática é sustentada (Shove e Pantzar, 2005; Warde, 2005).

Enquanto a abordagem convencional dos modelos lineares referidos para no nível cognitivo do indivíduo, a abordagem sociológica às práticas vai até ao “fazer”. E, em vez dos indivíduos (experiência individual) que as realizam ou das estruturas sociais que os rodeiam, a prática em si passa a ser a unidade de análise por excelência.

Aqui o foco de análise deixa de estar nas atitudes e escolhas individuais e passa a estar nas práticas e na sua vida social: como nasce uma prática, como se reproduz, como se mantém, como estabiliza, como desaparece e morre. Há uma espécie de biografia ou carreira das

⁵Aliás, Shove (2010) e a sua equipa têm vindo a desenvolver um programa de investigação com vários estudos empíricos em torno do consumo, com a aplicação da Teoria das Práticas (Universidade de Lancaster, Reino Unido).

práticas, que acompanha os trajectos de vida das pessoas.

É portanto uma perspectiva analítica que faz um “*reverse*”, no sentido em que coloca as práticas a recrutar praticantes/indivíduos (que entram em contacto com diferentes práticas ao longo da sua vida) e observa a forma como fazem esse recrutamento, como se mantêm e fortalecem através da performance continuada desses praticantes. Os indivíduos são assim retirados do centro do palco de análise e passam a ser as “carreiras” das práticas sociais, que desempenham diferentes actividades e tarefas que a prática requer (Reckwitz, 2002).

Esta abordagem à prática em si mesma, aos seus componentes e às interações que estabelece com outras práticas permite perceber como os praticantes são encorajados a optar por práticas mais sustentáveis, quais as que tem maior capacidade de recrutar, de atrair praticantes e serem mais competitivas no “mercado” das práticas. Sabendo que os recursos (tempo, espaço, dinheiro) dos praticantes é limitado, portanto não sendo possível ser praticante de todas as práticas disponíveis para praticar, as práticas competem entre si para ter praticantes que lhes dão existência, que as mantêm vivas.

No âmbito do estudo da mudança social, a Teoria das Práticas enfrenta o desafio de compreender como novas práticas (como “entidades”) podem acontecer, fazendo a substituição de outras já bem estabelecidas práticas (como “performance”). É inovador, ao fazer o “*reverse*”, colocando a prática no centro da análise, e ao analisar a criação de padrões de consumo sustentáveis numa visão holística sobre a vida de uma prática - como emerge, estabiliza e desaparece - de acordo com as ligações estabelecidas ou quebradas entre elementos (Pantzar e Shove, 2006).

A forma como o faz é tornar visíveis aspectos mundanos e triviais, que não têm a ver com o ambiente, mas com a prática considerada “normal” no dia-a-dia, aspectos que não chamam a atenção, nem são perceptíveis – os aspectos inconspícuos – que têm a ver com a prática considerada “normal” (rotina) do quotidiano, questionando-os. Isto é, torna a prática visível através dela própria, enquanto performance e do que a compõe, transferindo o foco da atenção dos momentos da tomada de decisão individual para o “fazer” certas práticas, revelando o consumo inconspícuo que encarnam (Shove e Warde, 2002), tal como acontece na produção-deposição de lixo doméstico no quotidiano, acrescentaria eu.

Para além da centralidade que a prática adquire, a Teoria das Práticas oferece também uma perspectiva mais holística e enraizada sobre os processos de mudança de comportamentos tal como ocorrem *in situ* – sítio, situação, local, espaço, cenário – o que só por si abre o espectro de possibilidades de mudança de comportamentos, para além e aquém das atitudes e valores dos indivíduos, que é um foco demasiado estreito para capturar tudo o que está envolvido

numa mudança.

Revaloriza-se a importância do contexto, aliás, também um elemento central na abordagem da Sociologia do Quotidiano e do Ambiente, assim como transcende a divisão clássica das metodologias entre sistémicas e individualistas, articulando o micro e o macro, ainda que em vez de se encontrar esse ponto no quotidiano, localiza-o na prática em si.

A análise do processo de mudança de comportamentos/práticas tal como ele ocorre num sítio específico, revela muito mais aspectos e complexidades da vida quotidiana, que outras abordagens utilizadas não conseguem captar. É no contexto de insuficiência dos modelos cognitivos, que a Teoria das Práticas oferece uma conceptualização mais ampla a holística ao “assistir em directo” à mudança através da sua aplicação em *social practice-based analysis*, o que enfatiza a necessidade de desenvolver um maior entendimento do papel das interações sociais e das relações de poder no enraizamento/incorporação da performance das práticas (Hargreaves, 2011).

Trata-se de uma abordagem que de forma profunda revela as dificuldades que surgem perante a mudança de práticas, as quais têm implicações e impactos no dia a dia normal de uma organização - por exemplo, num agregado familiar - e nas interações que aí se estabelecem. A importância atribuída às interações quotidianas e às rotinas nesta abordagem, vai ao encontro dos pressupostos do Interaccionismo Simbólico e do modelo dramático de Goffman, que são relevantes no âmbito do presente trabalho.

1.3.3. Interações e componentes das práticas

Todos os autores que desenvolvem os seus trabalhos na linha da Teoria das Práticas identificaram o nível intermédio entre agência (indivíduo) e estrutura, localizando esse nível na rotina performativa do quotidiano das práticas sociais, como cozinhar, conduzir, lavar, jogar futebol...deitar o lixo fora.

Assim, acções anti ou pro-ambientais ou padrões de consumo mais ou menos sustentáveis, não são vistos como um resultado de atitudes, valores e crenças individuais estrangidas por várias barreiras contextuais, mas enquanto acções “embebidas em” e “ocorrendo como” parte das práticas sociais (Warde, 2005). A performance / desempenho de várias práticas sociais é vista como parte do cumprimento da rotina que consideram “normal” como forma de vida (Shove, 2004) e nesse enquadramento a prática de gerir o lixo dentro da esfera doméstica ou o deitar o lixo fora no contentor da rua, faz parte da rotina “normal” do dia a dia, tão normal que é dotado de um certo automatismo, e por isso, quase invisível, remetendo para as práticas de rotina de Goffman. Ao mesmo tempo, proporcionam uma segurança ontológica (Giddens,

1997), algo com o qual se pode contar, o que constituem elemento fundamental para o dia a dia, num contexto mais amplo de riscos e incertezas (Beck, 1992).

A Teoria das Práticas enfatiza que é através das relações que estabelecem com as práticas que os indivíduos entendem o mundo à sua volta e desenvolvem um sentido do *self* mais ou menos coerente (Warde, 2005). Isso não significa que os indivíduos sejam passivos e fiquem à mercê das práticas, são antes agentes com competências que activamente negociam e desempenham um largo espectro de práticas do decurso da rotina “repetitiva” e dos “acontecimentos” que fazem parte do quotidiano.

Este enquadramento centrado nas práticas segundo estes autores, torna visível que conduzir a padrões de consumo pró-ambientais, não depende tanto de educar e persuadir indivíduos a tomar diferentes decisões, mas antes em transformar as próprias práticas de modo a torná-las mais sustentáveis (Southerton *et alia.*, 2004). Ou seja, a fonte da mudança de comportamento reside do desenvolvimento das práticas em si.

O que está descrito até aqui é a base comum da Teoria das Práticas, co-existindo, no entanto, diferentes posicionamentos na abordagem ao que é uma prática. Hargreaves (2011) distingue 3 grupos de autores: os que se focam nos vários componentes ou elementos que compõem uma prática (Reckwitz, 2002, Shove e Pantzar, 2005), os que se focam nas conexões entre estes elementos (Schatzki, 2002 e Warde, 2005), e por fim, os que se focam na posição das práticas como uma ponte entre estilos de vida e os sistemas sócio-tecnológicos de provisão (Spaargaren e Van Vliet, 2000).

No caso presente, recorro ao conjunto destas abordagens às práticas na análise das entrevistas, consoante os temas a abordar, embora de forma mais sistemática à perspectiva de Shove e Pantzar (2005) que aborda as práticas por componentes, sendo considerada uma abordagem que facilita a sua aplicação do ponto de vista heurístico (Ropke, 2009 e Hargreaves, 2011). Segundo esta perspectiva, as práticas são compostas por três componentes: a material (*stuff*), as competências (*skills*) e os significados (*meanings*).

A componente material (ou as coisas) inclui objectos, equipamentos e corpos (partes de corpos) envolvidos no desempenhar da prática. Podem ser objectos genéricos ou específicos. O corpo, surge não apenas em relação com a componente material, semelhante a um instrumento, mas também relacionado com outras componentes incorporadas como as competências, os significados e as emoções.

As competências (*skills*) referem-se às capacidades e aos conhecimentos necessários para levar a cabo uma determinada prática e são frequentemente aprendidos pela experiência e formação, passando a estar incorporados no praticante. Estas competências podem ser

codificadas em regras formais, princípios, preceitos e instruções e/ou podem estar tacitamente presentes sob a forma de *know-how* (aprendido através de praticar uma prática). Umas são genéricas e usadas em muitas práticas, como ler e escrever e outras são específicas. Ainda que as competências sejam em parte incorporadas pelo praticante, a perspectiva da prática implica que as competências sejam vistas como uma parte das práticas, que só manifestam a sua existência através da performance. Além disso, são competências sociais no sentido em que são partilhadas (há uma noção colectiva do que é realizar uma performance competente).

Por fim, os significados (ou imagens) são o que dá sentido às actividades, para que servem, em que medida podem ser problemáticas, que emoções e entendimentos estão relacionados com elas (por exemplo, uma prática que se associa ao ambiente ou à saúde).

Estas três componentes das práticas estão integradas dinamicamente pelos praticantes através de uma performance repetida e regular que, por sua vez, também integram e ligam as práticas umas às outras. São uma configuração de elementos heterogêneos, um conjunto de actividades mentais e físicas (*bodily-mental*) que estão agregadas pelo material, pelo significado e pela competência.

Algumas práticas são individuais (como ler um livro) mas muitas envolvem uma determinada interacção com outros (como jogar futebol). Shove e Pantzar não incluem explicitamente esta interacção, porque se focam nos elementos e não nas actividades. No caso da presente análise, para além de considerar os elementos, considero também a importância da interacção, o que se articula como o modelo dramaturgico de Goffman e a importância da interacção nas práticas de rotina, mas também com o sistema sócio-tecnológico (Spaargaren, 2011).

Nos estudos desenvolvidos verifica-se que as competências e as coisas materiais são coisas relativamente fáceis de questionar, mas os seus significados e as experiências pessoais são a componente mais resistente às mudanças. A experiência e a identidade dos praticantes, pontos estruturantes, oferecem um importante *insigth* sobre como as práticas são reproduzidas e mudadas, enfatizando as relações sociais de poder envolvidas nas práticas. “Such a conceptual shift reveals the often surprising links between seemingly unrelated practices, the surrounding material infrastructure, legal, social and power relations as central to such interventions, even if they are normally neglected, or even actively bracketed out, in conventional accounts.” (Hargreaves, 2011:95).

Em suma, a Teoria das Práticas actua como uma referência que, por um lado, articula o quadro da Sociologia do Ambiente e a Sociologia do Quotidiano, apresentando-se como uma abordagem holística à mudança social para a sustentabilidade.

Por outro lado, ao dirigir a atenção para o “fazer” das práticas quotidianas, implica o uso de

metodologias capazes de observar o que acontece em termos da performance, o que remete para o reforço da importância de uma abordagem de carácter etnográfico no trabalho de campo realizado, o que se articula muito bem com a ênfase que a Sociologia do Quotidiano coloca nas metodologias qualitativas. Aquilo que se restringe em termos de generalização que as metodologias quantitativas convencionais permitem, abre em termos de riqueza de compreensão ao estudar a acção em contexto (Hargreaves, 2011).

Por seu turno, faço uso da proposta de Shove e Pantzar (2005) analisando as práticas do lixo através da identificação dos seus componentes: significados, competências e materiais na sua performance do quotidiano. Associo ainda na análise o conceito de interacção, seja no âmbito das práticas no quadro do agregado familiar, seja no quadro das políticas locais, identificando relações de poder na manutenção da ordem social.

Efectivamente, no âmbito das *social practice-based analyses*, enquanto aplicações empíricas da Teoria das Práticas, são identificáveis mais-valias para a investigação sociológica. Destaco o facto de disponibilizarem elevados níveis de (auto) reflexividade no estudo do consumo sustentável, que posso aplicar ao nível da produção-deposição de lixo sustentável, afastando-se de enquadramentos tecnocratas e moralistas de consumo sustentável (Spaargaren, 2011).

Outra vantagem é relevante para a tese relativamente à questão da mudança, é a capacidade de mostrar empiricamente o modo como a ordem social é suportada pelas práticas (Reckwitz, 2002), ilustrando a relação entre práticas, poder e as relações sociais que as suportam e que asseguram que elas sejam mantidas, estabilizadas e reproduzidas (micro-política). Por implicação lógica, mudar práticas pode significar mudar a ordem social, sendo um processo que pode resultar em vencedores e vencidos. Por isso, os procedimentos instituídos de uma prática estão fortemente protegidos, deixando relativamente pouco espaço de manobra para aqueles que querem introduzir mudanças em coisas que são “dados adquiridos”, ou melhor, práticas adquiridas, como é o caso de “deitar o lixo fora”.

II

Capítulo

Sobre as abordagens sociológicas ao lixo e à reciclagem: alguns pontos de partida

Para além das abordagens teóricas apresentadas na capítulo anterior, que constituem as grandes linhas “mestras” que enquadram a presente tese, há também um conjunto de estudos de carácter sociológico sobre a questão do lixo e que constituem um manancial de conhecimento que se articula com o trabalho que aqui desenvolvo.

Neste capítulo começo por apresentar três estudos que ao longo do tempo têm vindo a ser reconhecidos como marcos para a abordagem sociológica ao lixo (Evans, 2011). Destaco sobretudo a obra de Mary Douglas (1984 [1966]), *Purity and Danger. An analysis of the concepts of pollution and taboo*, cujos conceitos de “puro” e “impuro” se encontram na leitura analítica de muitos dos discursos dos entrevistados. Também faço uma breve referência a Michael Thompson que escreveu *Rubbish Theory. The Creation and Destruction of Value* no final da década de 70 (1979) e a William Rathje and Cullen Murphy, que mais recentemente, em 1992, publicaram *Rubbish! The Archeology of Garbage*.

Também são referidos um conjunto de estudos, desenvolvidos maioritariamente no contexto da Psicologia Ambiental, que abordam a questão dos factores que favorecem a adesão à reciclagem. Neste âmbito, é dado um destaque ao trabalho de Stewart Barr (2001 e 2002), enquadrado na Geografia.

Três estudos são alvo de um maior relevo, nomeadamente as pesquisas de Heather Chappels e Elizabeth Shove (1999), de Nicky Gregson (2007) e de Tom Hargreaves (2011), autores implicados na perspectiva da Teoria das Práticas. Tratam-se de estudos que acompanharam o processo de desenvolvimento deste trabalho, tanto ao longo do trabalho de campo, como na análise do material recolhido através da observação directa e das entrevistas.

II.1. As bases sociológicas da abordagem ao tema “lixo”

As raízes teóricas de um olhar sociológico sobre o lixo são marcadas de forma profunda pela obra de Mary Douglas, de 1966 *Purity and Danger. An analysis of the concepts of pollution and taboo*. Neste livro a autora centra a sua atenção sobre a categorização social do “sujo” e a importância analítica de explorar aquilo que é rejeitado, e portanto, “deitado fora”, seja de que

forma for. Neste sentido, o “sujo”, o “impuro”, o “poluído” remete directamente para o conceito de “lixo”.

A análise de Mary Douglas aborda o mundo social baseado em categorias e classificações, em que a ordem é mantida, através da definição e distinção entre “limpo” e “sujo”. “Dirt then, is never a unique, isolated event. Where there is dirt there is always a system. Dirt is the by-product of a systematic ordering and a classification of matter, in so far as ordering involves rejecting inappropriate elements.” (Douglas, 1984:35).

Qualquer coisa que ameace ou ponha em causa a ordem social vigente ou que atravesse as barreiras das coisas e significados “ordenados”, será definido como “sujo”. Isto é, qualquer coisa que esteja contaminada é “suja” e tudo o que contradiga esse padrão cultural é considerado “comportamento poluente”.

A distinção binária entre o “dentro” e o “fora” vê-se assim reforçada numa lógica associada à percepção cultural da ordem (*proper space, proper behavior, ...*). O que está “dentro” das linhas que orientam a ordem social vêem-se com significado, com sentido de preservação e perseverança e representativo da ordem social e cultural. Pelo contrário, como o que é importante é que a “ordem” seja mantida, tudo o que possa ameaçar ou minar a ordem, é alienado ou deslocado para “fora”, seja através do acto de evitar o “sujo” ou de se desfazer dele. “There are several ways of treating anomalies. Negatively, we can ignore, just not perceive them, or perceiving we can condemn. Positively we can deliberately confront the anomaly and try to create a new pattern of reality in which it has a place.” (Douglas, 1984:38).

Este pensamento binário é alvo de alguma reflexão crítica de autores mais recentes, por não absorver a ideia de “retorno”. No caso do lixo mandado “fora”, ele pode voltar para “dentro” - através da poluição das incineradoras e dos aterros, que recebem o “lixo-sujo” que deitamos “fora”, para manter o “limpo” “dentro” da nossa casa, mas que suja o ar, o solo e a água da Terra. Digamos que há como que uma corrente, um fluxo de “lixo” que liga tudo. As coisas vão e voltam, não apenas fisicamente, mas também representativamente, no sentido em que existem fissuras através das quais as coisas de que aparentemente nos livramos podem voltar para nos “assombrar” (Bulkeley e Gregson, 2009).

No entanto, em qualquer sociedade é possível encarar a sujidade como algo fora do sítio, tal como Mary Douglas descreve, sendo que se mantém constante a reiteração sem fim da prática de “deitar coisas fora”, de continuarmos permanentemente a tentar livrarmos nos de certas coisas, através de diversas formas, e de continuarmos invariavelmente a pôr no lixo aquilo que cada um considera nojento ou demasiado usado ou sem utilidade (Gregson,

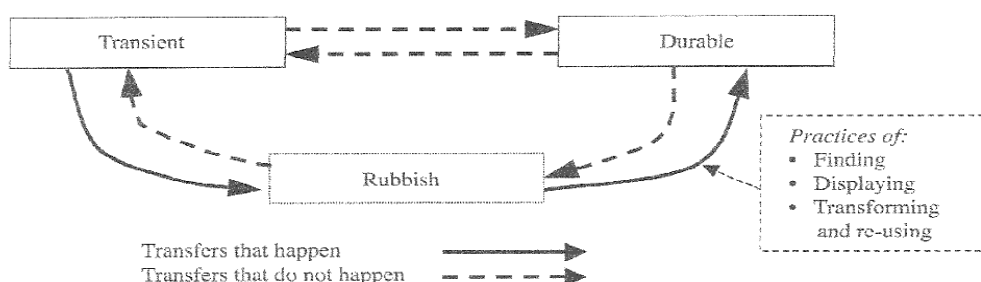
2007). “Reflection on dirt involves reflection on the relation of order to disorder, being to non-being, form to formlessness, life to death” (Douglas, 1984:5),

Em complemento a esta abordagem foi escrita em 1979 *Rubbish Theory. The Creation and Destruction of Value*, referência clássica sobre o lixo, escrita por Michael Thompson, em que se considera que a análise ao conceito de lixo é central para compreender como o “valor” (de objectos, ideias, etc.) é socialmente definido e controlado, ou seja, qual o processo de criação e destruição de valor das coisas em geral.

Partindo desta premissa, Thompson coloca em evidência que os mesmos objectos têm valores distintos para diferentes grupos sociais e sugere que para compreender o conceito de lixo há que explorar as mudanças de relação entre *status*, posse de objectos e capacidade para os desprezar. Na sua teoria do lixo coloca, portanto, ênfase na noção de que o que é lixo para uns, não quer dizer que seja lixo para outros. Isto é, a condição de algo “ser lixo” é relativa, não permanente e depende de quem, do tempo e do lugar em que é classificada em termos de valor.

Para este autor, o lixo só pode realmente ser compreendido em relação às categorias de transição/transitivo e durável, e é a categoria em que colocamos os objectos que determina a forma como agimos em relação a eles. Quando se refere a categoria transitivo refere-se aos objectos cujo valor declina ao longo do tempo e têm uma esperança de vida finita (como por exemplo, um carro). Por seu turno, os objectos duráveis, aumentam de valor com o passar do tempo e têm (idealmente) uma esperança de vida infinita (como por exemplo, um determinado monumento) (Figura II.1).

Figura II.1 Diagrama da Teoria do Lixo de Thompson



Fonte: Parsons, 2008:391

De facto, estas duas categorias representam os elementos visíveis e valorizados da cultura material, em oposição ao desvalorizado e invisível - porque colocado em lugar não visível - lixo. O autor realça que persistência do lixo é causadora de problemas que resultam sobretudo

de uma decadência económica e a decadência física das coisas, ficando à nossa volta, ocupando um espaço, mesmo que já sem o valor da utilidade, mas ainda com um certo valor material, ou seja, com a sua materialidade. “In an ideal world... an object would reach zero value and zero expected life-span at the same instant, and then...disappear into dust. But, in reality, it usually does not do this; it just continues to exist in a timeless and valueless limbo, where, at same latter date (if it has not by that time turned, or been made, into dust) it has the chance of being discovered.” (Thompson, 1979:8).

Thompson argumenta que o lixo representa uma importante categoria “*in-between*”, situado numa “região de flexibilidade”, a qual não é sujeita aos mesmos mecanismos de controlo do valor do transitivo ou do durável. A sua reflexão sobre o processo de desvalorização (económica e cultural) dos objectos que ocorre ao longo do tempo “a transient object gradually declining in value and in expected life-span may slide across into rubbish [or] is able to provide the path for the seemingly impossible transfer of an object from transience to durability” (Thompson, 1979:9). Isto é, com o passar do tempo, os objectos vão-se rendendo a ser desvalorizados ou redundantes ou obsoletos, no entanto, têm a chance de ser redescobertos, voltando a ganhar valor, como por exemplo, quando assumem o estatuto de antiguidades.

A abordagem sociológica do lixo tem ainda uma outra referência considerada fundamental para o estudo do tema, importante no contexto do presente trabalho. Trata-se de uma obra mais recente, publicada em 1992, intitulada *Rubbish! The Archeology of Garbage*, de William Rathje e Cullen Murphy, mostrando como explorações arqueológicas do lixo oferecem importantes *insights* sobre as culturas e as sociedades que o produzem no presente, da mesma forma que são uma fonte de informação útil sobre o passado (por exemplo, a informação sobre modos de vida contida em restos (lixo) de cerâmicas que vemos expostas nas vitrinas dos museus).

O livro relata a aplicação do método de uma escavação arqueológica ao estudo do lixo, no *Tucson Garbage Project*, um estudo simultaneamente arqueológico e sociológico, sobre os conteúdos dos contentores dos residentes da cidade de Tucson (Arizona, EUA), com objectivo de analisar padrões de consumo. Os dados quantitativos dos contentores foram comparados com a informação fornecida pelos residentes, donos desses contentores, constatando-se que nem sempre se verifica uma correspondência, umas vezes por ocultação deliberada de algum consumo (por exemplo, de álcool), outras vezes por erro de percepção. Mas, o lixo não “mente”, colocando em evidência as contradições de um consumo conspícuo.

Perante estes resultados o *Garbage Project* assume como premissa: “That what people have

owned - and thrown away - can speak more eloquently, informatively, and truthfully about the lives they lead than they themselves ever may.” (Rathje e Murphy, 1992:7)⁶.

Neste livro, os autores juntaram a informação produzida no *Garbage Project* com o conhecimento sobre sociedades pré-industriais, no sentido de posicionar a preocupação sobre descartar ou eliminar o lixo num contexto histórico, mostrando como civilização e lixo andam de mãos dadas desde sempre. Desde sempre a sociedade tem vindo a procurar melhorar de forma significativa as formas de eliminar/descartar-se do lixo, o que aliás, não parou desde a altura em que foi escrito/publicado este livro (1992), nomeadamente em desenvolvimento tecnológico para tratamentos de resíduos, assim como a implementação de vários programas de reciclagem em contexto de políticas públicas que procuram fazer face ao problema do lixo. A propósito da reciclagem, os autores referem que “recycling has been embraced by some with an almost religious intensity”, o que resulta numa quantidade de materiais recolhidos que nunca podem ser reciclados, ou porque não há procura no mercado para elas ou porque os custos de tratamento desses materiais são onerosos e de grande complexidade tecnológica, o que remete para a já referida reflexão de Schnaiberg (1992), em que chama a atenção para a ideia “idílica” de que a reciclagem é colocada como a solução para o problema. No entanto, as políticas locais e nacionais têm tentado estimular nos EUA o mercado da reciclagem forçando o uso, por exemplo de papel reciclado em certas instituições. Rathje e Murphy consideram estas abordagens acima de tudo “simbólicas”, sugerindo que, para reduzir a quantidade de lixo gerado seria mais efectivo taxar as famílias pelo volume pelo volume de lixo recolhido (numa remissão para os actuais sistemas que funcionam na lógica de PAYT, Pay As You Throw).

Uma das principais mais-valias deste livro é mostrar, através de um olhar directo para o lixo que a escavação arqueológica proporciona, que aquilo que sabemos sobre o lixo é frequentemente baseado em meias verdades, percepções erradas e conhecimento incompleto.

Em suma, estas 3 referências “clássicas” servem-me sobretudo para enquadrar a questão específica do lixo em termos culturais, não só porque o lixo é um sinal de “civilização” e da presença de um “sistema”, como estes autores mostram que as mesmas coisas podem ser lixo ou não ser lixo, dependendo de um conjunto de variáveis sociais, culturais e históricas.

Mas independentemente da relatividade lixo, o que é percebido como lixo é sempre algo a deitar fora, a eliminar do meio que nos rodeia, porque se trata de algo sem valor, sujo e

⁶The *Garbage Project* expandiu-se a outras cidades nos EUA, em que foram levadas a cabo escavações segundo o método arqueológico nos aterros. Durou cerca de 20 anos, entre 1973 e 1991, com William Rathje na coordenação.

desordenado. Por seu turno, a preocupação com o que fazer ao lixo – ao que se deita fora - tem acompanhado a sociedade historicamente, o que está, por isso, também presente na implementação de programas de reciclagem e de medidas de políticas públicas, que procuram, através desta e de outras formas, eliminar o lixo de forma a manter a ordem e as coisas limpas.

As reflexões preciosas destes autores são utilizadas na análise do material recolhido ao longo do trabalho de campo, articulando-se tanto com o lixo como problema ambiental - objecto de políticas públicas - como com as práticas de interacção com o lixo - e a propósito do lixo - no quotidiano dos agregados familiares.

II.2. A reciclagem como objecto de estudo e de intervenção

A questão da separação de lixos para reciclagem na esfera doméstica é o ponto de partida para esta tese e, por isso, é importante tratar o levantamento bibliográfico dos vários estudos que se dedicam à problemática da mudança de comportamento dos indivíduos que a prática da separação para reciclagem implica.

Foi em países desenvolvidos e com um PIB elevado que o problema do excesso de resíduos urbanos e as dificuldades de implementação de soluções de gestão e tratamento se colocaram inicialmente. É nesse contexto que surgem estudos que analisam a participação da população em programas de reciclagem e que procuram identificar os factores mais relevantes para a adesão à separação, o que implicava uma mudança nos comportamentos instalados.

Os primeiros estudos que abordam a questão social da reciclagem, datam dos anos 70 e prolongam-se pelas décadas seguintes, sendo desenvolvidos especialmente no âmbito da Psicologia Social, nos EUA. São estudos que colocam o seu foco de análise nas questões articuladas à identificação dos factores que influenciam o comportamento, numa lógica de causa-efeito, onde se enquadram os modelos cognitivos, referidos noutros pontos deste trabalho.

Estes primeiros estudos referem-se a programas de reciclagem de papel e analisam os efeitos da proximidade dos contentores e das recompensas relativamente ao sucesso medido em termos de adesão da população a esses programas (Reid *et alia*, 1976; Witmer e Geller, 1976; Humphrey *et alia*, 1977; Luyben e Bailey, 1979)⁷.

⁷ Estes estudos citados in Derksen e Gartrell, 1993, são publicados sobretudo na revista *Environment and Behavior* e também no *Journal of Applied Behavior Analysis*, clarificando a predominância da Psicologia Social e da Psicologia Ambiental no arranque de estudos académicos sobre esta temática, articulados à implementação

Durante as duas décadas seguintes, as publicações de estudos sobre esta temática multiplicam-se, procurando identificar e colocar em evidência os principais factores que determinam, motivam ou constituem barreiras à adesão à reciclagem, quase sempre enquadrados em momentos de avaliação de programas de reciclagem (Jacobs e Bailey, 1982; DeYoung, 1990; Simmons e Widmar, 1990⁸; Hopper e Nielsen, 1991; Derksen e Gartell, 1993; Shultz *et alia*, 1995; Porter, Leeming e Dwyer, 1995; Gardner e Stern, 1996; Tucker, 1999)⁹.

Vários são os factores apresentados (e testados) nestes estudos como, por exemplo, a aplicação de incentivos e/ou penalizações; o envolvimento de líderes locais e da comunidade; a elaboração e distribuição de informação; o efeito de campanhas de informação através de diversos meios; o impacto do *feedback* dos resultados à população participante; o papel desempenhado pelas condições logísticas objectivas, nomeadamente a existência e o tipo de infraestruturas disponíveis (destacando as revisões sobre o tema de Porter *et alia*, 1995; Gonçalves e Paíño, 1998; Barr, 2002)¹⁰.

Mais recentemente, no âmbito disciplinar da Geografia, destaca-se o trabalho de Barr (2002) e Barr *et alia*. (2003). Na sua revisão de literatura (Barr, 2002) distingue três grandes grupos de variáveis envolvidas no que diz respeito ao comportamento ambiental em geral, e que se podem aplicar à questão específica dos resíduos: valores ambientais, factores situacionais e variáveis psicológicas.

As que dizem respeito aos valores ambientais estão articuladas aos estudos de escalas quantitativas de valores onde se localizam os estudos pioneiros de Dunlap e van Liere (1978) e mais recentemente Dunlap, van Liere, Merting e Jones (2000), o esquema de valores ecocêntricos-tecnocêntricos de O'Riordan (1985) e ainda o trabalho desenvolvido por Thompson e Barton (1994) sobre as atitudes ecocêntricas e antropocêntricas em relação ao ambiente (referências in Barr, 2002).

Quanto aos factores situacionais, que dizem respeito a variáveis da situação em que a pessoa se encontra e que constituem os contextos mais ou menos favoráveis ao comportamento

de programas de política pública que envolvem a participação da população. Estes trabalhos coincidem com a emergência da Sociologia do Ambiente, com as primeiras publicações de Catton e Dunlap (1978, 1979) onde propõem o NEP - *New Ecological Paradigm* – que se distingue do paradigma anterior (HEP) pela sua visão ecocêntrica, a que faço referência no Capítulo I.

⁸ Estudos citados in Derksen e Gartrell, 1993.

⁹ Estes estudos são sobretudo publicados em revistas como *Environment and Behavior*; *Journal of Environmental Psychology*; *Journal of Environmental Systems*, continuando a ser notório a predominância da Psicologia Social e Ambiental.

¹⁰ No levantamento também se encontram trabalhos que se dedicam especificamente a diferenciar perfis de recicladores e não recicladores (DeYoung, 1988; Vining e Ebreo, 1990 in Derksen e Gartrell, 1993).

ambiental, em geral, e a separação doméstica do lixo para a reciclagem, em particular, destaca-se o acesso a infraestruturas e serviços adequados no sentido da sua “conveniência” (Derksen e Gartell, 1993; Gardner e Stern, 1996) ou factores sócio-demográficos como a idade, género, escolaridade, rendimento (Shultz *et alia*, 1995), ou ainda a influência no comportamento do grau de informação, conhecimento e experiência dos indivíduos (Daneshvary *et alia*, 1998 in Barr, 2001). Por fim, as variáveis psicológicas, incluem factores de personalidade altruísta (Hopper e Nielsen, 1991 in Barr, 2002) ou a motivação intrínseca para agir, como a satisfação que advém de certo comportamento (DeYoung, 1986).

Barr identifica na sua revisão outras variáveis, como a criação de normas de conduta subjectiva que tem um efeito de pressão social para agir de acordo com essa norma, tendo a reciclagem essa potencialidade. Outra questão envolvida no comportamento ambiental da reciclagem está relacionada com a percepção de uma ameaça ambiental que é preciso combater de forma eficaz; as pessoas acreditam (ou não) que a sua acção individual vai fazer a diferença na solução e a sua capacidade de agir terá de ser um factor a ter em conta na questão da adesão à reciclagem (Tucker, 1999). Por fim, faz referência a factores de cidadania que se relacionam com a procura de equilíbrio entre os direitos do ambiente e as responsabilidades ambientais dos cidadãos.

A investigação desenvolvida por Barr apresenta um modelo global, que se apresenta de seguida, com uma perspectiva sobre os valores, atitudes e o contexto da situação em relação ao lixo, em que se identificam os factores que mais influenciam os comportamentos de gestão de lixo nos agregados familiares, com base em estudos realizados em locais específicos em Inglaterra. Por se tratar de um trabalho mais recente (pós 2000) e enquadrado nas medidas políticas da União Europeia, numa altura em que também Portugal procurava desenvolver processos de implementação de reciclagem no cumprimento de metas nacionais explícitas no seu Plano Estratégico para o Resíduos Sólidos Urbanos (1997), pareceu oportuno apresentar com mais detalhe o trabalho desenvolvido por Barr, que no fundo é uma aplicação de um conjunto de conhecimentos nesta área que vem a ser desenvolvida desde os anos 70.

É precisamente num contexto de metas de políticas públicas ambiciosas, no que diz respeito à reciclagem de resíduos urbanos, balizadas por compromissos europeus, que Barr desenvolve a sua investigação. O ponto que se destaca, e que é de uma importância essencial, é que o alcançar dessas metas de reciclagem está dependente da decisão dos agregados familiares, de aderirem ou não ao sistema de recolha selectiva. Há aqui uma componente de “voluntarismo” e de cidadania com que os políticos estão a contar para que as metas nacionais e comunitárias sejam alcançadas, em termos de compromissos internacionais. Não se trata de algo que

dependa de um controlo técnico e mecânico para ser alcançado, mas sim da vontade das populações. E isso é algo complexo e não garantido. E, nesse sentido, tanto a investigação académica, como a que tem um carácter de intervenção e operacional podem contribuir para a tomada de decisão política relativamente a soluções, apresentando uma base de trabalho para as autoridades locais.

“Although the role of service provision is evidently vital, it is argued that many more factors are involved in the decision to recycle and that understanding these factors could increase recycling considerably more than at present. In essence, there needs to be a move towards a more intricate understanding of values, attitudes, contexts and personal factors that influence recycling behavior.”(Barr *et alia*, 2003:408).

Os resultados principais apontam e reforçam a importância de infra-estruturas e sistemas de recolha adequados e facilitadores da participação dos agregados. Mas outros factores influenciam as suas atitudes e comportamentos em relação à reciclagem, incluindo a sua aceitação e percepção dos benefícios e problemas da reciclagem, como um todo.

De uma forma sucinta, os resultados do trabalho de Barr e da sua equipa são baseados numa combinação de dados qualitativos e quantitativos, que se enriquecem mutuamente e que permitem a criação do modelo que propõe.

As análises estatísticas revelam que a relação mais forte é entre intenção e comportamento e apontam para o facto de variáveis relativas aos valores ambientais terem pouco efeito, de apenas três variáveis situacionais serem importantes e de que nenhuma sócio-demográfica ou baseada na experiência parece ter algum peso significativo. O acesso ao ecoponto tem grande impacto, assim como o conhecimento sobre os serviços locais de reciclagem, mostrando o efeito do conhecimento no comportamento.

Em termos das variáveis psicológicas, realça-se o efeito da aceitação da norma de reciclar ou pelo menos de estar consciente dessa norma; é observável o efeito, directo ou indirecto, na intenção e no comportamento, de ter a noção dos hábitos dos outros em relação à reciclagem e aceitar estes hábitos como norma. O efeito da percepção de conveniência do contentor e da facilidade da prática espelha-se numa maior frequência da prática. Por fim, também se verifica o efeito normativo naqueles que estão mais preocupados com o estado do ambiente de uma forma mais activa e envolvida, que junta a obrigação moral de reciclar, responsabilidade e preocupação com assuntos relativos ao lixo).

Neste conjunto de resultados, as normas subjectivas apresentam um forte peso, com uma ligação às percepções de conhecimento e conveniência, que não se vêem tão importantes na Figura II.2., mas que estudos qualitativos podem revelar.

Figure 3 is a path diagram illustrating the relationships between various predictors and two outcomes: Recycling Behavioural Intention and Recycling Behaviour. The predictors are arranged in boxes on the left and top, while the outcomes are in boxes on the right. Standardized path coefficients are shown on the arrows. Overall effects on Recycling Behaviour are shown in italics and underlined next to the predictor names.

Predictors and their overall effects on Recycling Behaviour:

- RECYCLING PROVISION: -0.03
- KNOWLEDGE SOURCES: 0.03
- LARGER HOUSE TYPE: 0.04
- IMPORTANCE OF NATURE: 0.03
- ACTIVE CONCERN: 0.07
- ACCEPTANCE OF NORM TO RECYCLE: 0.009
- LOCAL WASTE KNOWLEDGE: 0.26
- CONVENIENCE/EFFORT: 0.27
- KERBSIDE BIN: 0.28
- AWARENESS OF NORM TO RECYCLE: 0.1
- AGE: 0.07

Path coefficients to Recycling Behavioural Intention:

- KNOWLEDGE SOURCES: -0.08
- LARGER HOUSE TYPE: 0.08
- IMPORTANCE OF NATURE: -0.06
- ACTIVE CONCERN: 0.2
- ACCEPTANCE OF NORM TO RECYCLE: 0.24
- LOCAL WASTE KNOWLEDGE: 0.21
- CONVENIENCE/EFFORT: 0.2

Path coefficients to Recycling Behaviour:

- RECYCLING BEHAVIOURAL INTENTION: 0.33
- KNOWLEDGE SOURCES: 0.05
- LARGER HOUSE TYPE: 0.1
- IMPORTANCE OF NATURE: -0.07
- ACTIVE CONCERN: 0.2
- ACCEPTANCE OF NORM TO RECYCLE: 0.2
- LOCAL WASTE KNOWLEDGE: 0.19
- CONVENIENCE/EFFORT: -0.07
- KERBSIDE BIN: 0.28
- AWARENESS OF NORM TO RECYCLE: 0.1
- AGE: 0.07

Other information:

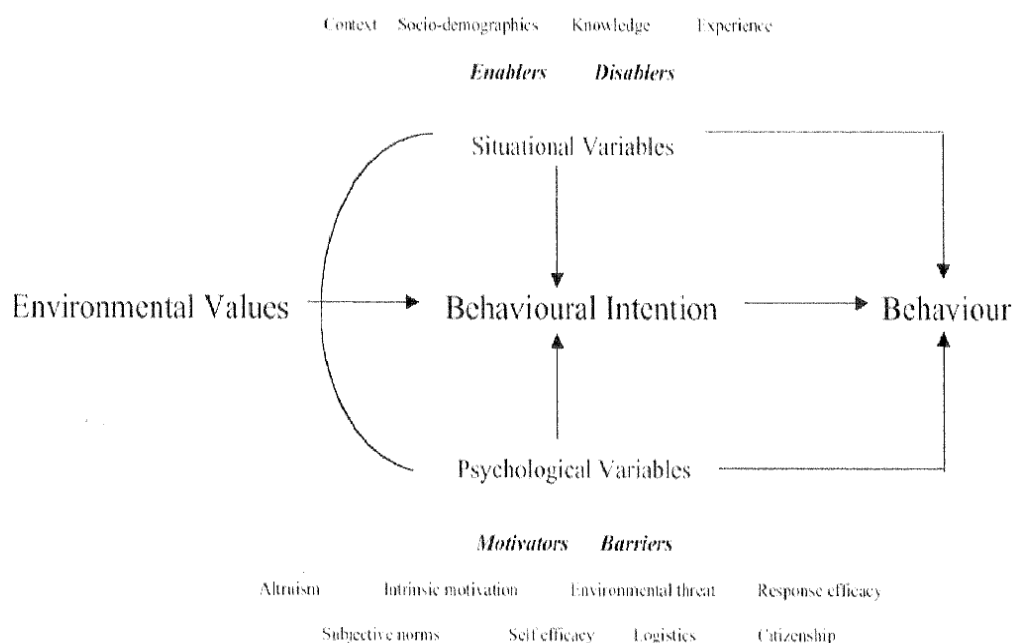
- A dashed line indicates a negative relationship (e.g., RECYCLING PROVISION to RECYCLING BEHAVIOURAL INTENTION).
- Coefficients adjacent to variable names in italics and underlined indicate the overall effect of that variable on recycling behaviour.
- 79% is indicated next to the arrow from RECYCLING BEHAVIOURAL INTENTION to RECYCLING BEHAVIOUR, representing the coefficient of determination (R^2).
- 53% is indicated next to the arrow from RECYCLING BEHAVIOURAL INTENTION to RECYCLING BEHAVIOUR, representing the coefficient of determination (R^2).

A opção por apresentar este quadro síntese de resultados de dados quantitativos, que no fundo sintetiza um conjunto de variáveis que ao longo do tempo têm sido estudadas isoladas ou em diferentes combinações, prende-se com o facto de nele não surgirem nem o espaço público (no que diz respeito à sua qualidade e estado de limpeza) nem a satisfação residencial, sendo estas variáveis que no caso português têm vindo a destacar-se e às quais se dá um relevo especial no contexto deste trabalho (Schmidt e Martins (coord.), 2006, 2007; Schmidt e Valente, 2009).

58

modelo é um quadro base de referência para os políticos (Figura II.3).

Figura II.3 - Enquadramento conceptual da pesquisa de Barr et alia



Fonte: Barr et alia, 2003: 411

“This approach can provide an effective and low-cost means of finding the information so often needed for policy-makers to make informed decisions at a local level that will affect local people. (...) The framework approach as outlined above provides a clear and holistic representation of human action that can be conceptualised at both a general and local level by quantitative and qualitative techniques.” (Barr et alia, 2003:418).

Em suma, no conjunto dos estudos desenvolvidos em torno dos comportamentos face à reciclagem e à pesquisa de Barr, em particular, reconhece-se a importância de demonstrarem como os contextos físicos, nomeadamente o acesso a infra-estruturas de reciclagem, tanto no espaço público como no espaço doméstico, são relevantes para as práticas da separação, assim como um conjunto de factores sociais como as normas partilhadas, a gestão do tempo, o conhecimento sobre os serviços disponíveis, entre outros, são pontos críticos para os comportamentos em relação à reciclagem.

A esta abordagem contrapõem-se, recorro aos estudos que têm vindo a ser desenvolvidos no âmbito da Teoria das Práticas, que aplicam uma lógica de investigação *bottom-up*, isto é, partir das práticas e do que as compõe, não seguindo a lógica da atitude política *top-down*, na

perspectiva da investigação, sobre um comportamento-guiado para a reciclagem.

Mas, no fundo, partem de tudo o que foi realizado, identificando os pontos que escaparam nestas abordagens, que se baseiam mais no comportamento individual e nas influências que o afectam, através da proposta num enfoque alternativo que se centra nas práticas. A conjugação de todos estes conhecimentos que se têm vindo a acumular é o que me parece mais interessante de reter para o presente trabalho.

Assim, para além de ter em consideração vários factores que influem nas predisposições para a separação, são pontos de partida na presente tese, outros factores que não foram alvo de atenção neste tipo de estudos. Nomeadamente, uma atenção analítica sobre os contextos sociais e espaciais dos locais da vivência quotidiana, o sentimento de satisfação residencial, a relação entre a população e entidades locais, o impacto da implementação de políticas no espaço público, nas rotinas e nas casas das pessoas – tudo questões levantadas ao longo do desenvolvimento do projecto Separa® (2006-2009), apresentado com mais detalhe noutro capítulo.

II.3. A nova vaga de estudos sobre o lixo

Recentemente, surgiram pesquisas de carácter inovador nas ciências sociais no âmbito da temática do lixo, que “suspendem” os julgamentos sobre o lixo (como algo mau) e o reconhecem como uma categoria dinâmica que necessita de ser compreendida na relação com os contextos através dos quais se produz e das relações em que estão embebidas “recognize its role in making us who we are as opposed to simply telling us who we are” (Evans, 2011:708). Os trabalhos que David Evans (2011) destaca são os seguintes: *The Ethics of waste: how we relate to rubbish*, de Gay Hawkins (2005); *A Crisis of Waste? Understanding the Rubbish Society*, de Martin O'brien (2007) e *Living with things: Ridding, Accommodation, Dwelling*, de Nicky Gregson (2007). O que destaca estes livros é o facto de marcarem uma fronteira de inovação na abordagem ao tema lixo, permitindo avançar no conhecimento e especificamente nas ciências sociais.

De uma forma muito sintética dou conta das ideias principais dos livros de Gay Hawkins e de Martin O'brien, como um contributo para a temática, ainda que sejam os trabalhos desenvolvidos por Gregson, por Hargreaves e por Chappells e Shove que mais influência têm na presente pesquisa, e que por isso são merecedores de uma apresentação mais detalhada.

Gay Hawkins, que já anteriormente tinha desenvolvido trabalhos que reflectem sobre a questão do lixo (2001; e com Mueke, 2003), em 2005, *The Ethics of waste: how we relate to*

rubbish, oferece - através da narrativa de 4 encontros com o lixo - uma possibilidade de alterar práticas que causam dano para o ambiente sem recorrer a moralismos e a desesperos.

A sua abordagem apela que se repare na nossa relação com o lixo, e uma vez revelados os hábitos que existem nessa relação, torna visíveis as formas como nós consumimos, valorizamos, classificamos e gerimos “coisas”. Hawkins sugere que é ao dar atenção ao lixo, ao torná-lo visível ao nosso olhar e efectivamente visto por nós, que reside a possibilidade de interromper hábitos e criar novas práticas, percepções e relações.

Estes encontros são atravessados por uma preocupação com a materialidade do lixo e as formas/caminhos em que a experiência, pode perturbar a normatividade das práticas existentes, sugerindo que é o nosso envolvimento e respostas emocionais ao lixo que podem levar a que a nossa relação com o lixo seja um “encontro encantado” em oposição ao “nojo visceral”, tornando possíveis diferentes práticas éticas.

O olhar do lixo como o “mau da fita”, para além de contribuir muito pouco em termos de minorar o impacto do lixo no ambiente, limita a nossa capacidade de fazer as coisas de uma forma diferente.

É neste ponto que se encontra a inovação que Hawkins traz para a reflexão sobre a temática. As percepções e as relações com o lixo têm sido dominadas pelo discurso ambientalista e por uma retórica alarmista, que posicionam o lixo como uma emblemática alienação da humanidade, numa atitude de negligência em relação à Natureza. Esta atitude face ao lixo conduz uma política baseada no imperativo de corrigir e reformar o *self* em nome da Natureza, criando ressentimentos e um senso de dever ecológico desorientado e a uma fatigada compaixão. Paradoxalmente, é o lixo, como oposto à natureza, que emerge como uma fonte do novo, o que pode proporcionar uma redução da acção destrutiva em termos ecológicos (Hawkins, 2005).

Evans (2011) refere na sua recensão que talvez seja uma visão demasiado optimista ao acreditar que a mudança necessária emerge ao descobrir o lado encantado do lixo, a poesia de separar..., mas que não deixa por isso mesmo de ser um contributo inovador para pensar sociologicamente a questão do lixo.

A importância de tornar visível o invisível lixo, é algo que se destaca no trabalho de Martin O'Brien, *A Crisis of Waste? Undertanding the Rubbish Society* (2007). Afirmo o autor que a invisibilidade do tema lixo na Sociologia é o reflexo da sua invisibilidade no imaginário do senso comum, e propõe-se resgatar o lixo, dando-lhe a atenção sociológica que merece, facto para o qual já chamado a atenção anos antes (O'Brien, 1999). Considera que a sociedade não pode existir sem lixo e nessa base defende que a Sociologia explore as práticas, instituições,

inovações e relações, desde o nível mais privado ao mais público, que emergiram para governar o lixo e a sua transformação em valor. A sua análise move-se para além do ambientalismo ou moralismo, considerando que o importante é o desenvolvimento da compreensão sobre as complexidades do lixo e o papel que essas complexidades desempenham nos processos sociais e económicos.

Não ignora os seus efeitos sobre o ambiente, mas realça que o lixo é (e sempre foi) um normal e necessário constituinte da vida social - só os humanos fazem lixo. Assumir e conhecer este facto social é um passo necessário para que haja possibilidade de fazer lixo de forma a que seja o menos prejudicial. É nesse sentido que o livro se desenvolve, desde um olhar diacrónico das relações com o lixo, à revelação do seu papel gerador em termos de organização industrial, inovação tecnológica e crescimento económico. Explora também a forma como o lixo foi imaginado e representado na história e na literatura.

O mais relevante segundo Evans (2011) é o facto de não analisar o lixo como um flagelo actual, o que se articula ao trabalho de Ratje e Murphy (1992). E mesmo que os números que apresenta possam ser questionáveis, em termos qualitativos, realça que, actualmente, as práticas de eliminação/alienação do lixo dão sinais de que se trata de uma relação que não é caracterizada pelo desprezo ou desconsideração (o que remete também para a abordagem de Gregson (2007), que apresentamos com mais detalhe no ponto seguinte).

Desta “nova vaga” de estudos sobre lixo, há 3 pesquisas que merecem um destaque especial pela sua importância no contexto desta pesquisa. Tratam-se de pesquisas inseridas no âmbito da Teoria das Práticas, que articulam a questão das práticas de despejar o lixo com a sustentabilidade ambiental, no que diz respeito às metas das políticas públicas de resíduos, que procuram uma redução de produção do lixo, seja através da reciclagem, seja de outras práticas.

II.3.1. O contentor do lixo como o ponto central da análise

O artigo de Chappels e Shove (1999) - *The Dustbin: a study of domestic waste, household practices and utility services*, que adoptei como essencial na perspectiva de análise do material empírico, centra-se na principal componente material envolvida na prática de despejar o lixo: o contentor colectivo na rua.

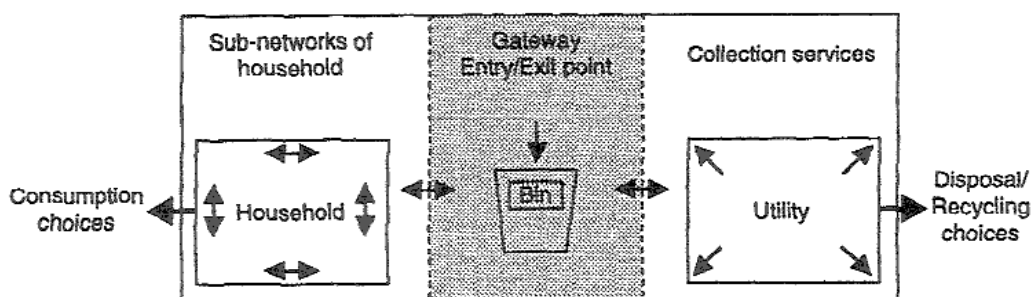
No entanto, ainda que se refiram sobretudo ao contentor providenciado pelas entidades competentes e situado no espaço público, a sua proposta de análise também se aplica aos contentores que se localizam no espaço privado e doméstico, tanto porque analisam a interacção com um dos objectos materiais fundamentais envolvido na prática, como porque

reflectem a resposta dos agregados às “solicitações” dos contentores publicamente disponibilizados.

Um contentor, à primeira vista, representa simplesmente um recipiente para o lixo doméstico. Apesar desta aparente inocuidade, ocupam uma posição decisiva em qualquer narrativa de gestão do lixo. O contentor do lixo é considerado pelas autoras uma tecnologia relevante das relações do lixo e da sociedade, porque está no centro de uma rede de relações sociais e tecnológicas e é a interface entre a esfera privada e as práticas domésticas e a esfera da saúde pública e da gestão do ambiente. Para Chappels e Shove “the bin represents the gateway between domestic waste arrangements and systems of public provision. For most people contact with the waste industry begins and ends with the dustbin (...) the bin is the point at which waste exits the private world of the household and enters the public domain.” (1999: 268).

Qualquer tipo de contentor é, portanto, sempre um ponto de passagem (gateway), de continuidades de fluxo e descontinuidades de estatuto do “lixo” na esfera privada, que passa a “resíduos sólidos urbanos” na esfera pública (Pierre, 2002). A análise centrada no contentor, enquanto mediador, diz-nos como as pessoas definem e gerem o seu lixo e a forma como os contentores medeiam a relação entre a organização doméstica do lixo e os sistemas de prestação de serviços públicos. Assim, o contentor pode ser visto como um patamar de encontro entre as esferas doméstica e pública e de transformação do estatuto do lixo, na medida em que este deixa de estar na alçada privada do seu produtor, para passar a estar sobre a alçada do poder público, através de um conjunto de entidades que constituem o sistema de recolha, gestão e tratamento de RSU (Figura II. 4).

Figura II.4 - Esquema de análise centrado no contentor de Chappels e Shove



Fonte: Chappels e Shove, 1999:269

Ao mesmo tempo que é o centro dessa rede relacional, também desempenha um papel

relevante na performance das próprias práticas de despejar o lixo. O contentor é simultaneamente mediador e definidor. Na análise que as autoras elaboram sobre a história dos contentores, torna-se claro como o contentor não é um objecto puramente funcional, mas um marcador de valor das coisas, dos significados, de responsabilidade ambiental e de organização social. “More than just somewhere to dispose of unwanted objects, the bin is a container of cultural, social and technical significance, also anchoring households to the civic society.” (Chappells e Shove, 1999:277). Esta visão sobre o contentor é marcada pela perspectiva de Thompson (1979) de que o lixo é socialmente definido por uma série de construções de valor sobre as coisas. Por isso as definições de lixo têm consequências ao nível dos fluxos e da produção do problema-lixo e ao nível do design do próprio contentor.

A descrição do tipo de contentores ao longo do tempo, mostra como este objecto define e revela diferentes sistemas de recolha do lixo urbano e, ao mesmo tempo, expõe as relações entre os residentes e os responsáveis pela limpeza urbana e recolha de lixo. O próprio contentor medeia essa relação, através de informação encriptada (uma imagem que activa um comportamento) na sua própria forma, tamanho e funcionalidade. As suas características, incluindo inscrições e regras de utilização, revelam a gestão do lixo urbano presente. O seu *design* influencia padrões associados ao uso e despejo do lixo, através de um conjunto de sinais e cores que indicam a que se destinam e o que é apropriado lá depositar. “Every bin tells a story: who are they for, how often are they collected, by whom, and what can and can't they contain?” (Chappells e Shove, 1999:270).

Esta abordagem histórica permite ver, em particular, as tensões que resultam da introdução da separação para reciclagem e do conjunto de medidas de gestão de resíduos mais recente, inserido pelas políticas públicas do sector, reconhecendo que o futuro do contentor, em termos do seu (eco) *design* desempenha, tem uma parte relevante na construção e mediação da crescente complexidade das relações entre residentes, envolvente social, autoridades locais responsáveis pelo serviço de recolha e gestão de resíduos e o ambiente.

O contentor fragmentou-se em vários contentores, o que reflecte a fragmentação das suas funções, articuladas à crescente diferenciação do lixo, o que se relaciona por sua vez com a linguagem codificada das suas cores. Estes novos contentores marcam uma mudança radical na responsabilidade sobre o lixo, com múltiplas opções que emergem da separação, classificação e recolha do lixo.

Anteriormente, a responsabilidade cívica estava bem definida através do uso de um único contentor, mas esta fragmentação e multiplicidade de opções tornou a responsabilidade dos residentes pouco nítida, reflectindo uma nova consciência ambiental sobre o lixo, que pode,

ou não, existir sob diversas formas nos agregados familiares. Nunca houve acesso a tantas opções de reciclagem, ditadas pelos objectivos dos diversos agentes ligados ao lixo, existindo cada vez mais escolhas de serviços e de práticas de despejar em contentores. A existência de mais contentores implica também mais espaços para despejar mais coisas.

Em consequência, os residentes têm mais capacidade e competência para tomar as suas próprias decisões sobre o destino que querem dar ao seu lixo. Os ecopontos gradualmente, enquanto mediadores públicos, estão a levar as pessoas a identificarem-se mais com o seu lixo, a reconhecer as suas diferentes constituições e a valorizar mais uns lixos do que outros, o que cria imagens diversas e por vezes conflituosas da gestão do lixo. As práticas de consumo e de fazer lixo têm um papel muito importante na forma como os próprios serviços funcionam e são moldados.

“Nowadays, there are multiple 'rules' of wasting reflecting a diversity of quite localized regimes of waste management. Our bin stories also show how patterns of household responsibility are shaped by the specific objectives of waste utilities seeking to reinforce particular service networks. As we have seen, the co-existence of multiple waste management strategies is creating new tensions between proponents of 'bottom-up' approaches which place environmental responsibility on the household, and those which centralize and mechanize operations, thus maintaining civic or at least collective responsibility.” (Chappells e Shove, 1999:278)

Qualquer mudança ao nível dos contentores tem de considerar o impacto nas estruturas e práticas domésticas. A separação multimaterial vai estimular a preferência por cozinhas maiores e espaços para fazer a separação e armazenamento do lixo, assim como a procura de contentores domésticos que se adaptam aos seus padrões de produção de lixo. Neste sentido o futuro dos contentores marca o futuro da relação com o lixo e daí merecer uma atenção fundamental porque tem um papel incontornável na definição das práticas de despejar o lixo.

“The dustbin will be with us for many years... It behoves to us therefore to be sure that we have the best possible article, and to treat it with the respect which it deserves, for it is just as important in relation to our daily life as any of the utility services providing light, heat and power, or the sewage system which caters for other forms of human wastes.” (Stirrup, 1958:13, in Chappells e Shove, 1999:278).

II.3.2. E se o contentor não existisse, como iríamos despejar o lixo?

No conjunto de pesquisas que procuram contribuir para um desenvolvimento sustentável e para a mudança social em relação à forma como enfrentar os desafios ambientais,

nomeadamente o problema que o excesso de lixo produzido coloca, o trabalho realizado por Tom Hargreaves, foi bastante inspirador para a reflexão e análise em torno do material empírico que recolhi, em particular o seu artigo *Practice-ing behaviour change: Applying social practice theory to pro-environmental behavior change* (2011), em que apresenta um forte contributo para a consolidação da aplicação da Teoria Social das Práticas para a investigação sobre a mudança social pro-ambiental. O estudo de caso que me chamou a atenção envolveu precisamente a questão dos resíduos.

O âmbito é uma iniciativa promovida por uma entidade ambientalista sem fins lucrativos – *Environment Champions* – que decorre em contexto de trabalho, nos escritórios de uma empresa de construção em Inglaterra, cujo objectivo apresentado de forma genérica é a diminuição da pegada ecológica através da mudança de práticas. Forma-se uma equipa interna de Champions que dinamiza a iniciativa e as pessoas são envolvidas e chamadas a participar com ideias e opiniões ao longo do processo. Neste contexto, Hargreaves desenvolveu um trabalho sobre a mudança de comportamentos em prol do ambiente, recorrendo para isso a metodologias que oferecem a possibilidade de observar o que acontece no fazer das práticas quotidianas. Para isso, a metodologia que adoptou foi de carácter etnográfico, com observação participante durante 9 meses, com um diário de campo e 38 entrevistas semi-estruturadas como principais fontes e registos para uma análise de abordagem construtivista de *grounded theory* para identificar os principais temas e assuntos que surgiram ao longo da pesquisa.

No âmbito da sua pesquisa, solicitou às pessoas que observassem os seus comportamentos e os dos outros ao longo da Iniciativa, um pedido que se deve ao facto de se tratar de um tipo de práticas tão incorporadas no quotidiano, que nem se pensa nelas, o que torna mais difícil a pessoa ver a sua prática com distanciamento. O processo de audição e auto-audição cria um espaço de reflexividade que estimula a criação do novo, de uma reorientação, que espontaneamente não iria surgir por ser uma prática incorporada e inquestionada. “The audit process was thus vital in helping to re-materialize inconspicuous patterns, and also in localizing and connecting “the environment” to everyday practice.” (Hargreaves, 2011: 86) “From a social practice-based perspective, the audit can be seen as problematizing the links between the images, skills and stuff of a whole bundle of practices.” (Hargreaves, 2011:87)

Ora, uma das propostas que decorreu da implementação de *Environment Champions*, e que é emblemática dos desafios que são colocados às pessoas neste tipo de programas que questionam e procuram substituir práticas, foi a iniciativa do *No Bin Day*. A proposta

consistia, basicamente, em retirar os caixotes do lixo por baixo das secretárias dos escritórios por um dia, de forma a melhorar as infra-estruturas de reciclagem existentes, aplicando a proposta de Spaargaren e Van Vliet (2000) de des-rotinizar os hábitos existentes (neste caso, de despejar o lixo) e re-rotinizar novos.

Mas esta ideia aparentemente simples de experiência de um dia revelou a dificuldade que é por em causa as práticas de despejar o lixo que estão instaladas. Hargreaves descreve a defesa do *status quo* que se levantou à ideia de mudança: “As soon as the No Bin Day proposal was mentioned, it ran into problems. First, David (Champion Team) suggested that it may breach Burnetts contract with its cleaners as it would leave them less work. Next, when the proposal was sent to Brian (non-Champion) the Facilities Manager, who was responsible for waste management at the site, he raised a number of objections: the waste in the wrong bin could breach data protection laws, that the lack of bin for food waste could lead to hygiene problems and that placing new recycling bins in corridors could be a fire hazard.”(Hargreaves, 2011:90-91). As resistências e objecções foram-se manifestando de várias formas e de várias fontes, chegando mesmo a ser argumentado nas discussões a ideia de que “*as pessoas têm o direito de esperar que um caixote do lixo faça parte de um escritório normal*”.

Conclusão, o *No Bin Day* não chegou a acontecer. E, em vez de retirar os caixotes do lixo, acabaram por ser distribuídos tabuleiros para reciclar papel para colocar em cima da secretária, com o acordo do Gestor de Equipamentos, um dos principais opositores à ideia da experiência.

No final da iniciativa, as rotinas no escritório eram as mesmas que anteriormente. As práticas, de facto, não mudaram muito em si mesmas, apenas de forma subtil. No entanto, os resultados foram concretos e efectivos, observando-se uma redução na pegada ecológica. Esta redução da pegada significa que houve práticas (novas) que foram absorvidas nas práticas (habituais), pela forma como estas práticas passaram a ser abordadas. Ou seja, aquelas práticas mais invisíveis e de rotina, começaram a ter uma performance que incorpora as competências ambientais adquiridas durante a iniciativa, o que se generalizou a todos que trabalhavam no escritório.

Também se constaram resultados ao nível das interacções: novas interacções e identidades foram criadas, e são elas que sustentam a mudança de forma incorporada nas práticas: as pessoas não deixaram de produzir lixo e de o deitar fora, mas “descobriram” e “aceitaram” que podem fazê-lo de outra forma... O facto dos procedimentos e das regras terem sido negociados em conjunto, ofereceu ao grupo algo comum, passando a ser aceite que se

(re)lembrassem uns aos outros dessas mesmas regras, que o próprio grupo tinha aceite. Toda a dinâmica e a condução da iniciativa, envolvendo desde o início as pessoas, favorecendo a participação colectiva, criou uma nova forma de interacção e uma nova forma de falar acerca de si próprios e dos colegas, abrindo-se a uma reflexão sobre identidade ambiental e da empresa, o que até ali era inexistente. Este é um resultado muito relevante em termos de mudança social.

Por seu turno, este trabalho mostra que a mudança de comportamentos não tem de ser precedida por atitudes, valores e intenções ambientais. “If practices are indeed (re)produced through their regular performance, it is precisely these subtle shifts in the elements of practice and in how they are experienced by practitioners that will prove central to their broader transformation.” (Hargreaves, 2011:95).

O exemplo permite ver bem como o caixote do lixo por baixo das secretárias nos escritórios implica, e pode mesmo colidir, noutras práticas, em padrões normativos e profissionais, regulações legais e nas interacções sociais. Mostra assim que as práticas são mais definidas por sistemas de provisão e não tanto dos valores e motivações das pessoas que trabalham nessas secretárias e que usam esses caixotes do lixo.

Ficou claro que há comunidades de práticas investidas do interesse em preservar o status quo. Este tipo de ligações passaria despercebido noutro tipo de análise mais funcionalista sobre a mudança de comportamentos e que se focasse nas atitudes e valores ambientais explícitos pelos indivíduos ou pelas instituições.

A visão holística que a Teoria das Práticas oferece, permite explorar o que se passa ao nível das práticas e dos seus praticantes, e abre o olhar sociológico a um conjunto mais vasto de elementos envolvidos num processo de mudança de práticas no quotidiano, revelando as dificuldades profundas que a mudança, qualquer mudança - mesmo a que se move num domínio mais ou menos consensual da necessidade ambiental de gestão de resíduos num planeta em crise – enfrenta perante a organização normal do dia-a-dia. É precisamente neste ponto das dificuldades que a Teoria das Práticas permite ver a necessidade de compreender mais o papel das interacções sociais e das relações de poder que estão presentes no desempenho das práticas de rotina, o que evoca a pertinência do modelo dramático de Goffman (1959).

Neste caso, a iniciativa teve como cenário um escritório, mas a casa ou a rua onde se vive, ou outros espaços da vida quotidiana, podem ser perspectivados como arenas de negociações que envolvem todas as componentes de uma prática.

No âmbito da tese, ainda que não se trata de uma social *practice-based analysis* nem de uma

action research, a reflexão de Hargreaves sobre o processo de mudança de práticas (de despejar o lixo), torna mais ampla e profunda a visão sobre a questão, integrando na análise as relações de poder as interações sociais, onde se revelam as conexões, alianças e conflitos entre práticas, que enuncia Warde (2005), contribuindo para o desenvolvimento e consolidação desta linha teórica.

II.3.3. A “arte” de nos livrarmos das coisas que já não queremos

Por fim, destaco o trabalho da geógrafa Nicky Gregson, marcado pelo livro *Living with Things: Ridding, Accommodation, Dwelling* (2007) e pelos artigos escritos em co-autoria com Alan Metcalfe e Louise Crewe (2007) e com Harriet Bulkeley (2009) sobre a prática de “deitar coisas fora/livrar-se de coisas/alienação de objectos” e a sua articulação com as políticas de redução de resíduos, e de forma particular a reflexão em torno da reciclagem. Estas referências vão ao encontro da minha linha de pesquisa e apoiaram-me ao longo do trabalho de campo e da análise.

Gregson considera a “alienação de objectos” uma prática profundamente inserida no consumo, porque é precisamente o “deitar coisas fora” que permite criar um espaço vazio, para receber uma nova aquisição. Só um lugar vago pode receber o novo objecto e, para isso, é necessário que o objecto usado mude de sítio, se mova e/ou entre em circulação.

Na sequência do ciclo “consumir-usar-deitar fora”, a autora faz notar que os estudos do consumo tem vindo a centrar-se nas práticas de consumo do quotidiano e na forma como se usa o que se consome. Mas, em geral, estes estudos não avançam para a etapa que se segue: as práticas do deitar fora, que fazem parte integrante do consumo, e que o podem tornar mais ou menos ético ou sustentável.

Esta observação de Gregson vai ao encontro do trabalho que tenho vindo a desenvolver na equipa Observa/ICS, partindo da reflexão de que muitas das práticas de consumo com impactos no ambiente têm um carácter mundano, invisível e inconspícuo. Um dos aspectos invisíveis destas práticas remete precisamente para a questão do lixo – o outro lado do consumo – cuja invisibilidade quotidiana se reflecte também na negligência com que os estudos sociais sobre consumo o têm tratado. As preocupações com a sustentabilidade das sociedades contemporâneas tornam crucial analisar o consumo, não só no acto de compra e aquisição (mercado), como também enquanto processo indissociável dos fluxos materiais de produção, uso e desperdício (Valente e Schmidt, 2011; Valente, Truninger e Schmidt, 2012).

A “alienação” é uma prática, existindo uma relação entre objectos, condutas e significados. E uma prática conduz à criação de normas, que requerem um determinado conhecimento para a

agir. Ao contrário da aquisição, que causa acumulação, a alienação (alienar bens) leva à desacumulação e esta pode assumir várias formas e diferentes condutas.

O que vai – e como vai - para o contentor diz o que somos e como vivemos (Rathje e Murphy, 1992), mas também o que não deitamos fora, o que não vai para o contentor reflecte valores e motivações dos residentes e da comunidade. Isto é, livrarmos-nos de coisas faz parte das práticas quotidianas mas a forma como o fazemos faz a diferença (Gregson e alie., 2007).

O deitar fora ou livrar-se de coisas não significa necessariamente colocá-las no contentor do lixo, rumo ao fluxo de resíduos indiferenciados e selectivos recolhidos, através do sistema de recolha provisionado pelas entidades locais, existindo um leque vasto de destinos possíveis na prática de alienar objectos: podem ser vendidos, oferecidos, renovados, transferidos, ...um conjunto de maneiras de nos livrarmos de coisas, que se podem designar como as “artes da transição” (Bulkeley e Gregson, 2009).

As pessoas estão continuamente a tentar ver o que fazer com as coisas. Há sempre certos objectos aos quais as pessoas atribuem um valor incompatível com o ser despejado no lixo, por ser “mal empregado”, ainda que para a pessoa já não tenha “emprego” (por exemplo, para certas pessoas deitar livros no lixo é impensável, mesmo que já não lhes interessem, nem lhes façam falta). Por isso, procuram dar a essas coisas, um destino distinto do contentor do lixo, por este significar o fim da vida dessas coisas que ainda podem ser úteis, noutro lugar.

A “alienação” é uma prática em si, habitualmente encenada pelos agregados domésticos, usando as mesmas condutas ou meios para fazer circular certas categorias de coisas, ou seja, é uma prática que é reproduzida. Acresce que agregados familiares diferentes têm condutas diferentes de alienação, desde o reciclador empenhado, com um circuito abrangente que usa para fazer circular os objectos, à passagem de coisas dentro do círculo da família e dos amigos próximos, ao circuito de via única de casa para o contentor (Gregson, 2007).

Estas diferenças revelam identidades específicas, valores e formas de capital social e cultural que medeiam a relação com o que está a mais. Por seu turno, também mostram que a vida social de certas coisas está dependente da sua situação espaço-tempo: os mesmos objectos podem ser classificados e colocados em diferentes trajectórias, dependendo de quem os adquire e que lhes pode proporcionar um determinado tipo de uso, ou dependendo das condutas de alienação do indivíduo ou agregado, tendencialmente mais acumulador ou mais desapegado, com mais imaginação, generosidade ou espírito de valorização.

“Binning something, give it to somebody, selling it, putting something on a wall, not only work to move objects along but work back, as practices, on their divestors. Indeed, it is through practices of divestment that we continually re/constitute social orders, using what we

do with and to things – including how and where we place them – to constitute narratives of us, of others and our relations to them. (...) Along with acquisition, the means by which most of our things move into our lives, divestment practices are fundamental to being in the world. Continually going-on, these practices with the object world of consumer goods are never finished, rather they are always on-going and always acting-back.” (Gregson e alie, 2009:198)

A alienação dos objectos cria, assim, a sua própria geografia de circulação, através das diferentes “artes de transição” capazes de reutilizar e de revalorizar os objectos, permitindo às coisas renascerem para uma nova vida, em vez de ir para o lixo (condenando-os a uma “morte” por enterro ou cremação ou abandono...), favorecendo o seu uso noutro local (por exemplo, a roupa de criança que, quando esta cresce, passa para outra criança).

A tentativa de travar a acumulação, através da sua circulação, é uma forma de contrariar um consumo intrinsecamente desperdiçador, através da extensão da vida social das coisas. A noção de circulação de Gregson, para além de uma referência directa à Teoria do Lixo de Thompson (1979), remete também para a abordagem de Schnaiberg e Gould (1994) sobre a Re-circulação de bens, que se pode juntar à política dos 3Rs, da Redução, Reutilização e Reciclagem.

Para além da circulação, Gregson enfatiza a importância do lugar – *placing* - das coisas que não se querem. O lugar que elas ocupam mostra o que se quer fazer com elas. As coisas que já não são usadas ou amadas ou cuidadas, frequentemente estão guardadas longe da vista, no fundo de uma gaveta ou de um armário, na arrecadação ou na garagem a apanhar pó... lugares que lhes conferem invisibilidade (remetendo para os bastidores de Goffman, 1953), porque a sua presença visível (na zona de fachada) causa embaraço ao revelar desordem. Como afirma Douglas (1966), o sujo é uma matéria fora do lugar, fora da ordem. O lixo só é visível quando está no lugar errado (Thompson, 1979). E por isso, o querer-se livrar destas coisas que são lixo por estarem no lugar errado, é a tentativa de manter a ordem arranjando-lhes ou criando um lugar apropriado.

Mas manter essa ordem é uma tarefa cada vez mais complexa, não só porque há mais quantidade de coisas materiais que precisam de um destino, de um lugar, como porque o lixo não é uma categoria homogénea de materiais, “merly discarded and carried away to some destination unknown, unimagined, and uncared about. Rather, we are exhorted to work on and with things and materials in their discarding, to clean them, to evaluate the substances absent and present things, to separate materials out, and to store them for increasingly complex collection services that are themselves choreographed around materials difference.” (Bulkeley e Gregson, 2009:929).

E há momentos no quotidiano dos agregados que saem da rotina repetitiva em que acontecimentos especiais provocam uma grande “desordem” no sentido de produzirem uma grande quantidade de lixo num curto espaço de tempo, emergindo uma necessidade de se ver livre dessa imensidade de coisas que não têm lugar nas suas vidas, e que as desordena...

Esses momentos de maximização de produção de lixo num curto espaço de tempo, estão associados a festas (por exemplo, aniversários de crianças), mas Bulkeley e Gregson (2009) identificam ainda três momentos muito significativos da vida dos agregados que são grandes geradores de lixo: mudar de casa, esvaziar e limpar uma casa a seguir à morte de alguém e fazer obras de melhoramento em casa. Nestas circunstâncias de compressão tempo-espaço, a necessidade de se livrar o mais rapidamente daquele excesso e da desordem que causa, faz com que muitas coisas sigam um trajecto directo para o contentor do lixo ou para junto de um contentor, entrando no fluxo do lixo, sendo encaminhado para o aterro.

No contexto das metas de redução de resíduos das políticas públicas, Bulkeley e Gregson (2009), chamam a atenção para o impacto dessas políticas nos agregados familiares. Apesar das reflexões das autoras se referirem ao caso inglês, o facto de se tratarem de políticas públicas orientadas por metas europeias, encontra paralelismo nas políticas nacionais, tendo por isso em comum a necessidade de reduzir os resíduos, pelo menos, desviando-os dos aterros. Neste sentido, é relevante efectivamente conhecer as realidades quotidianas das práticas de alienação dos agregados familiares.

Assim, cada vez mais, os imperativos de redução preconizados pelas políticas públicas, conduzem a uma forte necessidade de ligação e envolvimento com a esfera doméstica, enquanto unidade primária de consumo, e por isso, de produção de lixo. No entanto, trata-se de uma esfera desconhecida para a política, pelo que pesquisas etnográficas como a que Gregson realizou (2007), oferecem um olhar mais próximo sobre as práticas dos agregados, o que pode contribuir para uma política mais capaz de “provisionar” as condições para as mudanças implicadas numa redução de resíduos.

As medidas de redução de resíduos como a prevenção reduzem de facto a quantidade de lixo produzido, mas são mais difíceis de introduzir, porque evitar produzir lixo implica mudanças ao nível das práticas domésticas de forma mais profunda. Por isso, são mais raros os programas que ousam fazê-lo. Bulkeley e Gregson (2009) referem-se a vários casos concretos de redução – redução de sacos de plástico, de fraldas descartáveis e o uso do compostor doméstico. Ainda que interessantes, não existem actualmente condições para serem generalizados, pelas implicações em termos de competências, de espaço e de conveniência da rotina quotidiana.

Por seu turno, as políticas de redução por desvio do aterro são protagonizadas pela reciclagem, cuja implementação teve efeitos na transformação recente da gestão do lixo dos agregados familiares que aderiram a esse sistema. Estas tiveram de acomodar novas entidades físicas dentro do seu espaço privado – equipamentos domésticos para a separação do lixo. Isto envolve o interior das casas na questão de espaço físico disponível, e também, para certos agregados, separar para reciclar, implica integrar esteticamente estes novos equipamentos domésticos na decoração da casa.

Além disso, gerir estas novas entidades físicas de forma apropriada tem levado à criação e ajuste de um conjunto de tarefas domésticas (Shove, 2003), o que requer mudanças significativas nas práticas dos agregados. Com efeito “putting out the garbage has become complicated. No longer the lugging of the bin to the kerb...now it's a complex assemblage of actions.”(Hawkins, 2001:12)

Assim, a implementação de uma política de reciclagem de resíduos tem implicações e efeitos ao nível 1) do aumento da complexidade e heterogeneidade dos materiais que são recolhidos, em relação ao sistema mono-contentor; 2) ao nível do trabalho a ser feito a certos materiais - avaliação, limpeza, separação, armazenamento; e 3) ao nível da presença visível do lixo deitado fora (e que por definição não se quer ver) durante mais tempo no espaço privado, ou acumulado no espaço público da envolvente da residência (o facto da recolha não ser diária para todos os materiais cria a sensação de que está num lugar errado, que está “desarrumado” e “sujo” (numa remissão ao conceito de Douglas, 1966).

As taxas de participação são as medidas do sucesso dessas políticas o que coloca várias questões. Uma das mais relevantes é que os imperativos de recolha – frequência e local – ignoram o contexto da prática dentro e fora de casa, actuando no “reino da política imediata do lixo”. Trata-se de uma questão muito sensível, não apenas para as dinâmicas dos agregados, para os quais não faz sentido manter o lixo em casa durante muito tempo, mas também para as dinâmicas locais, pois os contentores de recolha estão na rua e fazem parte da envolvente da residência, onde, da mesma forma, o lixo permanece mais tempo do que seria de esperar ou desejável. Como teremos ocasião de referir, esta questão em particular foi identificada com muita clareza no projecto Separa® (Schmidt e Martins (coord.), 2006 e 2008), e está completamente alinhada com a perspectiva da presente tese.

Outra questão incontornável é não deixar que a concentração nas taxas de reciclagem da recolha selectiva já instituída publicamente, obscureça a visão sobre as práticas de produção e despejo de lixo, assim como outras práticas de alienação de objectos, na esfera privada e quotidiana dos agregados familiares.

O sucesso destas políticas depende, até certo ponto, das mudanças estabelecidas voluntariamente e da livre vontade relativamente aos três níveis de implicações e efeitos acima referidos, por parte dos agregados domésticos. Enfatiza-se, assim, a necessidade da política de resíduos interagir com o agregado familiar e suas práticas, que são os processos-chave através dos quais o lixo é gerado na esfera privada e doméstica, reflectindo as implicações das mudanças requeridas em termos sociais. Em vez de continuar a apostar nas políticas de fim de linha, que impõem métodos de novas práticas nos agregados (*top-down*), as políticas necessitam de incorporar estas práticas sociais activas (*bottom-up*). Ou seja, conhecer essas práticas quotidianas da relação da população com o lixo que produzem, para que deste modo as políticas públicas dos resíduos e se complementem através deste saber leigo.

Perante a identificação de um conjunto de limitações da reciclagem, vale a pena olhar para as possibilidades do desenvolvimento da reutilização, o que remete para as “artes de transição”. Constata-se que já existem várias práticas de redução do lixo na maioria dos agregados que podem ser potenciadas, como, por exemplo, a reparação e manutenção de objectos, a circulação rotineira de certas coisas entre agregados próximos, o encaminhamento para instituições de caridade/solidariedade social ou para mercados de objectos em segunda mão.

E alguns estudos, como o caso descrito por Hargreaves (2011), têm vindo a clarificar que é mais fácil reforçar uma prática já activa e com circuitos já standardizados através dos quais as pessoas escoam os seus bens em excesso, do que mudá-la. Nestas diversas formas de arte de transição nas práticas de alienação de objectos dos agregados familiares, está presente um compromisso de salvar certos objectos do estatuto de desperdício, desviando-os do fluxo do lixo. A capacidade de ver potencial para reutilização em algo, é um acto visto como positivo ao gerir a perda como restauração e não como destruição (Hawkins, 2001).

Assim, o reforço em políticas públicas que intensifiquem práticas existentes de reutilização, percebidas em geral com um valor positivo, não coloca o consumo em causa (sugerindo que comprar novo não é a única possibilidade de consumo gratificante) e activa redes e relações sociais de troca e de doação.

Nestes contextos, Bulkeley e Gregson (2009) propõem que as entidades locais podem ser facilitadoras das artes de transição, dando a conhecer práticas de doação ou criando centros comunitários, envolvendo várias entidades locais e os agregados familiares. Esta proposta para que as entidades locais surjam como mediadoras, entre as políticas públicas e os residentes, remete mais uma vez para o projecto Separa® e a iniciativa que desenvolveu com as Juntas de Freguesia, que mais à frente terei oportunidade de referir com mais detalhe

(Schmidt e Martins (coord.), 2006 e 2007).

A salvaguarda da relação da população com as autoridades locais é fundamental em certos locais, onde a implantação do novo sistema de recolha selectiva para reciclagem, provocou uma ruptura com dinâmicas de ordem social no espaço público (locais que não estão preparados socialmente nem equipados para a mudança nas práticas de separação dos resíduos), o investimento nas práticas de reutilização através das artes de transição podem constituir uma boa alternativa para desviar lixo dos aterros, prolongando a vida social dos objectos e, ao mesmo tempo, criando mais-valias sociais.

Em suma, esta nova vaga de estudos sobre resíduos foi cruciais e inspiradores durante o trabalho de campo e a análise elaborada sobre o material recolhido. Chappells e Shove sublinham a atenção aos contentores, enquanto mediadores e definidores das práticas e às implicações das metas de reciclagem no espaço público e na esfera doméstica, através da presença de determinados tipos de contentores específicos, que pretendem dar resposta a essas metas preconizadas pelas políticas públicas. O contentor é visto como um elemento activo na relação entre as entidades locais que recolhem o lixo e os agregados domésticos, o que é um aspecto crucial neste estudo.

Por seu turno, a reflexão de Tom Hargreaves sobre a perspectiva holística que a Teoria das Práticas proporciona nos estudos de mudança de comportamento, sensibilizou-me para proceder a uma análise que leve em conta de forma mais concreta a importância das relações de poder na defesa do *status quo* de práticas instaladas e a criação de novas interações sociais que sustentam as novas práticas.

Por fim, a perspectiva de Nicky Gregson reflecte sobre o lixo doméstico que, como se irá ver na análise, não vai para o contentor do lixo, mas que se integra numa diversidade de práticas de alienação dos objectos dos quais as pessoas se querem ver livres, isto é, diferentes formas das pessoas se “desfazerem” de coisas que já não precisam.

Esta abordagem mostra também os limites da reciclagem, sobretudo em certos contextos sociais e, simultaneamente, revela o potencial da reutilização através do que designa por artes de transição. Desvenda a quantidade de destinos alternativos ao fluxo institucional do lixo que o sistema de recolha tal como existe actualmente propõe. O investimento neste tipo de práticas já existentes nos agregados familiares pode ter mais-valias em termos do cumprimento das metas de redução de resíduos encaminhados para aterros, e também oferece vantagens em termos das relações sociais e da relação com as autoridades locais, o que constituem questões pertinentes e que reforçam a análise realizada na presente tese.

III

Capítulo

Sobre a constelação de metodologias e a definição do campo empírico

A partir das reflexões inspiradas pela pesquisa bibliográfica e pela análise de um *corpus* de informação recolhido desde a fase inicial do trabalho de investigação, o projecto de tese foi sendo alvo de um trabalho de reequacionamento. Trilhado um percurso na delimitação operacional do objecto e objectivos do estudo, foi sendo reformulando e aprofundando o próprio projecto no sentido de o tornar cada vez mais consistente e exequível. O investimento em leituras e análises integradas e reflexivas realizado expressa-se no próprio *design* da componente metodológica deste estudo.

No momento de concepção do projecto – em 2006/7 – foi elaborada uma primeira proposta metodológica. À medida que a investigação avançou e se desenvolveu, consolidou o próprio projecto; aquilo que era uma proposta - um esboço metodológico - ganhou forma e contornos mais definidos. A dinâmica da investigação fez, assim, emergir a necessidade de introduzir retoques e ajustes ao *design* metodológico inicial.

Começa-se por apresentar uma visão panorâmica do *design* metodológico de acordo com objectivos e objecto de estudo, tendo em conta as dimensões de análise definidas enquanto eixos estruturantes do estudo, assim como as fontes primárias e secundárias que constituem o *corpus* empírico. Segue-se um enfoque num estudo de referência basilar, na medida em que fornece um conjunto de dados empíricos que constituem uma fonte relevante na presente investigação. Depois, será abordada a delimitação geográfica da tese ao concelho de Sintra. De seguida elencam-se as metodologias que são operacionalizadas dentro de cada umas das dimensões, primeiro para a *dimensão comunicacional, política e de participação pública*, e depois para a *dimensão das práticas domésticas quotidianas e do espaço público envolvente da residência*.

III.1. O *design* metodológico, uma vista panorâmica

Este capítulo descreve e enquadra o *design* metodológico da tese, justificando as diversas opções metodológicas que dão corpo empírico a esta pesquisa, de modo a responderem aos seus objectivos de base, que de novo apresento:

- Enquadrar a evolução da produção e tratamento dos resíduos urbanos (RU) em Portugal, em articulação com uma abordagem às políticas públicas vigentes e à evolução da opinião pública;
- Contribuir para a criação de (novas) formas de comunicação e de relacionamento entre instituições políticas e cidadãos que favoreçam a mudança das práticas de deposição dos RU, enquanto forma de participação social;
- Analisar as práticas de relação com o lixo produzido na esfera doméstica, identificando especificamente factores que facilitam e/ou bloqueiam as práticas de separação de RU.

A principal opção metodológica no âmbito do desenvolvimento do presente projecto é o recurso a uma complementaridade de múltiplas fontes e de abordagens metodológicas que fornecem um elemento criativo essencial ao espírito da pesquisa (Bryman, 1995; Tashakkori e Tenddle, 1998; Neuman, 2000). O processo de constituição do material empírico operacionaliza um conjunto de instrumentos teóricos e conceptuais que balizam e modelam a análise a desenvolver, orientando de forma flexível (*versus* determinista) o trabalho de campo. Com a mobilização de uma constelação de metodologias quantitativas e qualitativas, pretende-se assim, em última instância, contribuir para o conhecimento sobre a sociedade portuguesa e para a configuração de modelos de envolvimento social de forma mais integrada e criativa. Através de um encadear integrador de dados e análises sobre as práticas em relação ao lixo produzido na esfera doméstica, oferece-se um olhar compreensivo, no sentido weberiano, sobre esta questão.

Os objectivos são atravessados por duas dimensões de análise complementares: uma dimensão da ordem do “privado” articulada às práticas do quotidiano em relação aos lixos e aos factores que as envolvem e influenciam - *a dimensão das práticas domésticas quotidianas e de espaço público envolvente da residência*; outra dimensão, da ordem do “público”, que procura inovar a forma de estabelecer uma relação de comunicação entre população e poder oficial de modo a que as políticas públicas se efectivem - *a dimensão comunicacional, política e de participação pública*.

Considerando estas duas dimensões como eixos estruturais da análise apresentamos de forma sucinta as fontes empíricas que alimentam e dão corpo a cada uma destas dimensões (Quivy e Campenhout, 1992).

	Fontes primárias	Fontes secundárias
Dimensão comunicacional, política, institucional e participação pública	Entrevistas e contactos directos de carácter exploratório junto das principais entidades com responsabilidades no sector dos RU no concelho de Sintra (a) (Câmara Municipal de Sintra, HPEM, Tratolixo)	Entrevistas realizadas aos presidentes das 20 Juntas de Freguesia do concelho de Sintra, no projecto Separa® (b) Informação disponível nos <i>sites</i> das principais entidades com responsabilidades no sector dos RU no concelho de Sintra, incluindo notícias de imprensa, campanhas desenvolvidas e outra documentação Informação estatística oficial disponível pela APA (Agência Portuguesa do Ambiente) e INE Planos Estratégicos para os RU à escala nacional Audições do Grupo de Trabalho dos Resíduos no âmbito do CNADS (c)
Dimensão das práticas domésticas, estilo de vida, quotidiano e espaço público envolvente da residência	Entrevistas compreensivas a 38 agregados familiares residentes no concelho de Sintra em diferentes grupos sociais e tipologias de lugares de residência (d) Observação directa (com base em grelha) da envolvente das residências dos agregados familiares entrevistados, em particular dos contentores de deposição de RU (recurso a fotografias) Observação directa (com base em grelha) dos recipientes utilizados pelos agregados familiares no espaço doméstico (recurso a fotografias) Utilização de “caderno de campo” para notas de observação das práticas em relação com o lixo (abordagem de carácter etnográfico e com uma componente de observação participante)	Inquéritos por questionário realizados em 2006 e 2007 a amostras representativas de 4 concelhos da AML, incluindo Sintra, no âmbito do projecto Separa® (b) Eurobarómetros Especiais de Ambiente (1986-20011) Inquéritos Nacionais “Os Portugueses e o Ambiente” (OBSERVA)

(a) Sobre a escolha de desenvolver o trabalho de investigação em termos empíricos no concelho de Sintra, ver ponto 3.

(b) Sobre o projecto Separa® enquanto fonte secundária privilegiada, ver ponto 2.

(c) Integro o Grupo de Trabalho de Resíduos do Conselho Nacional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, tendo estado presente no decorrer das 17 audições a peritos e responsáveis do sector dos resíduos em Portugal, realizadas em 2010 (CNADS, 2011).

(d) Sobre a tipologia de lugares de residência no concelho de Sintra ver ponto 6.1.

III.2. O projecto Separa® como fonte de referência basilar

Os dados e resultados do projecto Separa® (Schmidt e Martins (coord.), 2006 e 2007) foram objecto de uma revisitação e constituem-se como uma referência de base para este estudo. Tratando-se de um projecto que marca diversos pontos de chegada que, simultaneamente, são

os pontos de partida para o presente trabalho - identifica-se um conjunto de pistas a seguir e de perguntas a responder, que concorrem de forma directa para a problemática da tese.

Justifica-se, assim, a necessidade prévia de enquadrar o trabalho de campo a desenvolver na sequência desse trabalho de *action research* e no qual participei como membro da equipa de investigação, seja na concepção, seja na elaboração dos instrumentos metodológicos, seja na sua aplicação no terreno, seja, por fim, na análise.

Após um avultado investimento no sistema e nas infra-estruturas de recolha selectiva e tratamento de RU realizado por uma empresa de gestão de RU – a Tratolixo.EIM - a distribuição gratuita de ecopontos domésticos e um reforço significativo na rede pública de ecopontos - esta entidade confrontou-se com uma muito baixa taxa de adesão à recolha selectiva por parte dos residentes da sua área de abrangência – os concelhos de Cascais, Oeiras, Sintra e Mafra - o que significaria o incumprimento das metas de separação de RU que lhe competiam a nível nacional. Foi neste contexto que surgiu a solicitação da referida empresa a uma equipa multidisciplinar universitária, surgindo assim o projecto denominado Separa® - “*Sensibilização e Mudança Comportamental Relativamente à Recolha Selectiva de Resíduos Sólidos Urbanos*”.

O Separa® foi desenvolvido pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Centro de Estudos de Economia, Energia, Transportes e Ambiente, durante um período de 3 anos, entre 2004-2007.

Numa primeira fase estudaram-se 6 zonas-tipo distribuídas pelos 4 concelhos, numa combinação de métodos quantitativos e qualitativos; numa segunda fase, alargou-se a sua incidência geográfica através de uma iniciativa que envolvia todas as Juntas de Freguesia – Ecofreguesias 2007 – marcando assim definitivamente o Separa® no âmbito de uma *action research*, com algumas aproximações a uma *community-based research* (Stringer, 1996; Pereira *et alia.*, 2006; Schmidt e Martins (coord.), 2007).

Destes 3 anos de trabalho intensivo e extensivo resultaram, não só um conjunto de dados e conhecimentos inéditos sobre esta realidade em Portugal, como também se constituiu um acervo de dados empíricos disponível para análises mais aprofundadas. Deste acervo realça-se sobretudo:

- A experiência de observação directa de ecopontos e da sua envolvente em termos de espaço público em 6 zonas tipo seleccionadas de acordo com a Tipologia sócio-económica e urbanística para a AML (Área Metropolitana de Lisboa), do INE, baseada nos Censos de 2001 (INE, 2004). Esta tipologia inspirou parte do *design* metodológico do presente trabalho que corporiza a dimensão das práticas quotidianas domésticas e

locais no que diz respeito à observação directa (com base em grelhas), tanto dos recipientes utilizados pelos agregados familiares no espaço doméstico, como da envolvente das residências dos agregados familiares entrevistados, em particular dos contentores de deposição de RU (fazendo recurso a fotografias).

- As entrevistas realizadas em 2006 aos presidentes das Junta de Freguesia dos concelhos de Cascais, Oeiras, Sintra e Mafra, como uma das fases de preparação e envolvimento para a iniciativa Ecofreguesias. Para além de ter participado na concepção do guião, também realizei muitas destas entrevistas, tendo acesso privilegiado às suas gravações e transcrições, o que permite isolar as entrevistas do Conselho de Sintra e analisá-las segundo uma grelha de acordo com os objectivos da tese. Este material empírico é um complemento essencial para a *dimensão comunicacional, política e de participação pública*.
- As bases de dados em SPSS dos resultados da aplicação de 2 inquéritos por questionário a amostras representativas dos 4 concelhos da área de actuação da referida empresa de gestão de RU realizados, o primeiro em 2006, e o segundo em 2007. Isolando as amostras do concelho de Sintra estamos perante um material de análise inédito, com um conjunto vasto de indicadores a explorar de forma aprofundada, contribuindo com um *in put* quantitativo válido para a dimensão das práticas, já que era essa a temática destes inquéritos. Outro dos contributos especiais do inquérito de 2007 é constituir-se como uma base para a construção de uma tipologia de locais, que orienta a selecção dos agregados familiares a entrevistar.

III.3. O papel do espaço público e do local na estratégia metodológica

Tendo como base os objectivos acima referidos, a tese contém em si uma orientação de partida para a pesquisa que se coloca da seguinte forma: mais do que das características sociais e económicas dos indivíduos (como sexo, idade, escolaridade, classe social, condição perante o trabalho, profissão, etc.), a adesão à prática da separação de lixo depende em grande medida de dois factores que se articulam entre si: (a) da caracterização do espaço público envolvente da residência e da própria satisfação residencial; (b) da relação de confiança que se consegue estabelecer no espaço público entre instituições oficiais e cidadãos.

Parte-se um conjunto de dados obtidos no âmbito do projecto Separa®, sugerindo a importância do espaço público, não só enquanto esfera pública no sentido em que Habermas a refere em termos comunicacionais e de relação entre actores, mas também, e de forma muito

particular, enquanto espaço público de carácter mais material e físico que constitui a envolvente do quotidiano vivenciado à escala local pela população residente (Schmidt e Valente, 2009).

No âmbito da recolha bibliográfica não foram identificadas pesquisas internacionais que coloquem com factor de adesão à prática da separação a satisfação residencial ou a relação com o espaço público que envolve a residência, no sentido em que se articula com a participação, o espírito comunitário e identitário com o local. Eventualmente estes factores prendem-se com aspectos específicos histórico-culturais da sociedade portuguesa (alguns dos quais são apresentados no IV Capítulo, onde se enquadra a questão dos resíduos no contexto nacional).

De forma breve apresenta-se a evidência do espaço público no âmbito da temática do lixo, de modo a justificar a opção metodológica que assumi em termos de escala geográfica.

O conjunto dos dados que resultam do Separa® aponta para a importância de nos focarmos no local (ou lugar) (Speller, 2005) quando se estudam percepções e práticas em relação ao lixo: o depositar do lixo é uma prática que corresponde a um foco de observação do encontro e da transição entre a esfera privada e a esfera pública, em que se assiste a uma mudança relativa à propriedade do lixo - deixa de ser de quem o produziu (privado) para ser de todos (público) (Pierre (coord.), 2002; Gollwitzer et alia, 2009).

Desde logo, o lixo destaca-se como sendo uma das questões mais transversais à escala da envolvente da residência, seja qual for o tipo sócio-económico e urbanístico (INE, 2004), sendo uma prática presente no quotidiano das pessoas, tanto na sua produção como na sua deposição. Acresce a esta importância o facto de ser um dos problemas à escala local em relação ao qual os residentes não só se revelam mais sensíveis – seja pelo cheiro, seja pelo mau aspecto – como se sentem mais capacitados para fazer a diferença; isto é, por contraste com um conjunto vasto de problemas ambientais em que as pessoas se sentem sem capacidade para intervir perante a complexidade e a distância sentida, o caso do lixo produzido na esfera doméstica apresenta-se como próximo e passível de ser alvo de uma mudança em termos de práticas que está ao seu alcance concretizar (Schmidt e Martins (coord.), 2006).

A importância da escala local traduz-se também quando a prática de depositar o lixo é a mais citada quando se abordam questões de vivência quotidiana com e no local. Isto é, mesmo naqueles contextos em que a vivência com o espaço envolvente da residência vai pouco além de um momento de transição do carro para a residência, depositar o lixo é por vezes a única ocasião em que certos residentes percorrem o espaço público envolvente da sua residência –

mesmo que não ultrapasse os 100 metros – no intuito de concretizar uma prática (Schmidt e Martins (coord.), 2006).

O local afigura-se, assim, incontornável na definição da escala e estratégia metodológicas do presente projecto, justificando-se uma abordagem comparativa das percepções e práticas em relação ao lixo que tenha em conta diferentes tipos de espaços residenciais, que implicam e reflectem no quotidiano e nos estilos de vida de quem neles reside (Speller, 2005).

No sentido de operacionalizar o estudo da relevância das características do espaço residencial ao nível das práticas em relação ao lixo, em especial a prática da separação, optou-se por centrar a pesquisa no concelho de Sintra, um dos 4 concelhos que integrava o Separa®.

O concelho de Sintra conta com um conjunto de características que fazem dele um contexto laboratorial único do ponto de vista sociológico para o estudo de questões ambientais e do ordenamento do território no país. Trata-se de um concelho que concentra em si mesmo património mundial, parque natural, zona costeira, subúrbios dormitório de elevada densidade populacional, zonas rurais afectadas pelo despovoamento e envelhecimento, áreas de habitação de luxo, etc. A escolha do concelho de Sintra prende-se também ao facto de assegurar uma diversidade sócio-económica e urbanística, factor que tem uma importância essencial para a análise proposta nos objectivos, sobretudo no que respeita a questão do espaço público. Esta diversidade tem como referência a Tipologia Sócio-Económica da AML, do INE (2004) a que temos vindo a fazer referência (Quadro III.1).

Quadro III.1.

Tipologias sócio-económicas	
Urbano Consolidado	Núcleos habitacionais antigos: edifícios + de 50 anos. Idade média da população: + de 48 anos
(Sub)urbano Novo	Núcleos habitacionais recentes junto de vias de comunicação rodó e ferroviárias, com forte dependência funcional de Lisboa, elevada densidade populacional. População em idade activa, casais jovens com filhos, residentes recentes (- 5 anos)
(Sub)urbano Qualificado	Nível de vida acima da média, condições de habitabilidade com indicadores de conforto, habilitações académicas elevadas, ocupação sobretudo no sector terciário
(Sub)urbano Desqualificado	Junto às principais vias ferroviárias, acesso a Lisboa através de transportes públicos, primeira vaga suburbana nos anos 60, edifícios de meia-idade, má construção, em altura (+7 aloj.)
Precário	Populações afectadas por processos de exclusão social, com profissões socialmente desvalorizadas, edifícios degradados, pequena dimensão e baixos índices de conforto
Rural	Edificado disperso, habitações unifamiliares, operários e trabalhadores do sector primário

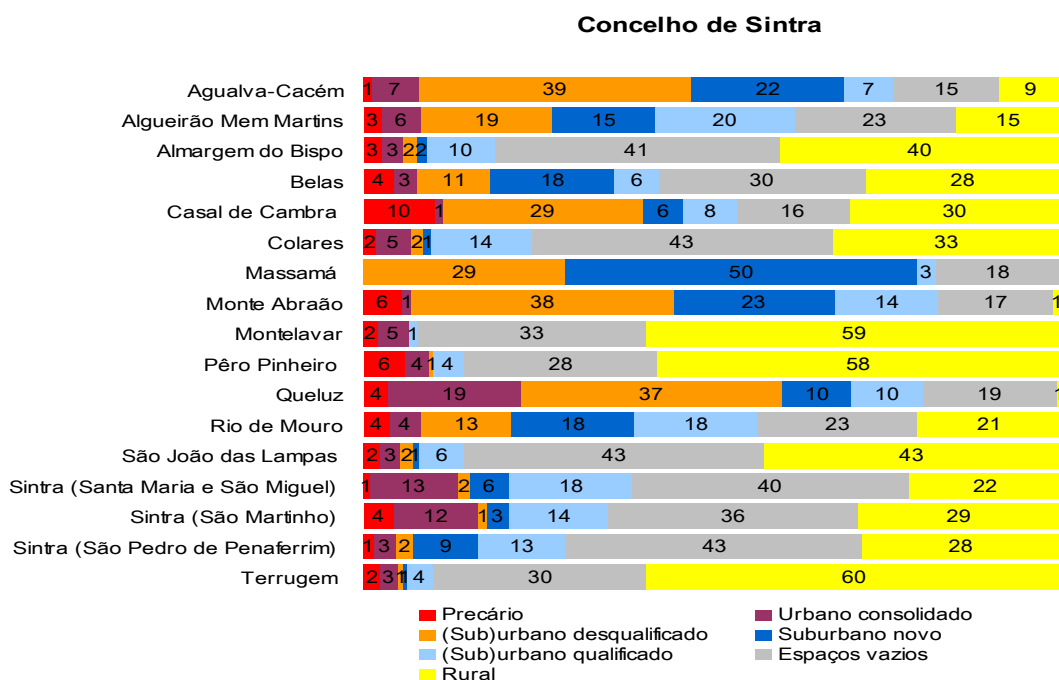
Fonte: INE (2004) Tipologia Sócio-Económica da Área Metropolitana de Lisboa (Censos 2001)¹¹.

¹¹ Ainda não há uma publicação actualizada com os Censos 2011 para a Tipologia sócio-económica referida. De qualquer modo, a tipologia em si e os dados de 2001 são suficientes, como orientadores, no contexto da presente pesquisa.

No Gráfico III.1 pode observar-se a distribuição dos diferentes tipos sócio-económicos nas freguesias do concelho de Sintra, que permitirá ajustar e garantir a diversidade na selecção dos lugares onde a pesquisa qualitativa incidirá.

Gráfico III.1.

Caracterização das Freguesias do Concelho de Sintra por tipologia sócio-económica



Fonte: INE (2004) Tipologia Sócio-Económica da Área Metropolitana de Lisboa (Censos 2001)¹²

Por fim, ainda gostaria de referir um elemento que se revelou bastante profícuo em termos do trabalho de campo, nomeadamente o registo em de notas de observação das práticas de relação com o lixo por parte de residentes no concelho e de conversas informais que se proporcionavam ocasionalmente. Não se trata efectivamente de um “diário de campo”, mas se um “caderno de notas”(Emerson et. al., 1995).

Esta abordagem de carácter mais “etnográfico”, de terreno, tem uma componente de observação participante pelo facto de eu própria residir neste concelho, e ser também uma produtora de lixo e uma separadora que o deposita nos contentores disponíveis para o efeito; enquanto residente observo o sistema de recolha que me serve, assim como à minha vizinhança mais próxima. Acresce que sempre vivi neste concelho, ainda que em diferentes freguesias e tipologias e que, parte da minha família e amigos, também vivem no concelho de Sintra. Esta proximidade ao local tem vindo a ser capitalizada através de um olhar atento e

¹² Idem.

disponível para observar as práticas quotidianas de deposição do lixo privado no espaço público no seu carácter mais “invisível” e inconspícuo por ser algo muito incorporado nos gestos quotidianos, estando quase sempre ausente uma reflexividade sobre o impacto desses gestos.”

III.4. A posição relativa entre as dimensões enquanto eixos de análise

Tendo como referência o projecto apresentado em 2006/2007 constata-se que foi considerado necessário proceder a um enfoque mais específico do objecto de estudo, na medida em que se revelava, apesar de interessante, demasiado abrangente. Neste sentido, o decorrer da pesquisa conduziu a uma delimitação do objecto de estudo em torno da articulação entre concepções e práticas em relação ao lixo, estilos de vida e espaço público.

Em termos de abordagem metodológica este percurso conduziu à concentração do trabalho de campo na produção de material empírico específico para este trabalho na dimensão das práticas quotidianas face ao lixo.

O enfoque mais centrado nesta dimensão aliviou do peso excessivo e dispersivo em termos do trabalho de campo previsto que a realização de entrevistas a todos os presidentes das Juntas de Freguesia do concelho (20) e a um conjunto de entidades locais dessas freguesias que tinham sido participantes da iniciativa Ecofreguesias implicaria.

Na sequência deste percurso de pesquisa, o quotidiano e as práticas ganharam uma maior centralidade no projecto, reforçando *a dimensão das práticas domésticas quotidianas e de espaço público*. O dirigir a atenção para uma dimensão da esfera privada, parte em grande medida do patamar atingido no projecto Separa®. Aliás esta foi uma das dimensões de estudo que foi menos explorada no trabalho do Separa®, dado a predominância da sua componente de intervenção e formação a um nível mais institucional, isto é, na dimensão da esfera pública. Isto é, estudou-se e envolveu-se uma grande diversidade de entidades locais, mas não se focou tanto na população ao nível da sua esfera doméstica e do agregado familiar. Nas entrevistas qualitativas então realizadas o enfoque foi mais nas percepções e atitudes do que nos gestos das práticas.

A *dimensão comunicacional, política e de participação pública* ganha, por seu lado, um lugar novo no trabalho de campo a desenvolver, enquadrando-se como uma das facetas dos estilos de vida e das práticas quotidianas, nomeadamente as que se prendem *grosso modo* na relação com instituições públicas e a participação pública. Ao longo do presente projecto, o acervo de dados do projecto Separa® que remetem para esta dimensão serão mobilizados na análise,

sempre que isso se revelar pertinente.

III.5. A dimensão comunicacional, política e de participação pública

III.5.1. As fontes secundárias

Iniciámos a recolha da informação estatística oficial disponibilizada pela APA (Agência Portuguesa do Ambiente), sobretudo nos relatórios do Estado do Ambiente publicados anualmente, assim como as Estatísticas do Ambiente, publicadas pelo INE que fornecem um conjunto de dados sobre a produção de RU no país desde 1995, que actualmente estão congregadas na Pordata (www.pordata.pt). Da análise sobre o material recolhido foi possível fazer um enquadramento da questão dos RU a nível nacional e da sua evolução, em particular no que se relaciona com a recolha selectiva de materiais.

Este enquadramento estatístico articulou-se com a análise realizada sobre os documentos nacionais que orientam as políticas públicas em Portugal, nomeadamente o PERSU I (Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos) aprovado em 1997, e o PERSU II, que abrange o período 2007-2016.

Tendo este cenário de nível nacional como pano de fundo, e considerando a delimitação geográfica do terreno empírico, foi realizado um levantamento de dados e de documentação que permite fazer uma caracterização da situação dos RU no concelho de Sintra no que diz respeito à evolução da separação, nomeadamente à implantação das infraestruturas para a separação selectiva existentes. Esta recolha documental foi sobretudo feita através do recurso a fontes e dados oficiais, especificamente a informação disponível nos sites das principais entidades com responsabilidades no sector no concelho, incluindo notícias de imprensa, campanhas de âmbito local sobre esta temática que tenham sido, ou estejam a ser, desenvolvidas e outra documentação.

Neste âmbito as entidades que considerámos foram as seguintes:

- Câmara Municipal de Sintra, enquanto entidade da Administração Pública com competências nesta matéria;
- HPEM – Empresa Municipal de Higiene Pública que tem a seu cargo a operacionalidade da recolha e da limpeza pública;
- TRATOLIXO.EIM, entidade gestora de RU que abrange o concelho de Sintra.

Este levantamento, para além de contribuir para a caracterização do contexto público e institucional onde as práticas quotidianas individuais em relação aos RU se desenrolam, foi também relevante como fase preparatória para as entrevistas exploratórias a estas entidades.

Uma outra fonte secundária que surgiu no percurso da pesquisa, foi a participação no Grupo de Trabalho dos Resíduos do CNADS (2011), o que ofereceu a oportunidade de assistir, entre Fevereiro e Junho de 2010, a um conjunto de 17 audições a personalidades e organizações do sector dos resíduos em Portugal e ainda de visitar a VALNOR, visita guiada pelo representante da EGF (Empresa Geral de Fomento), Rui Gonçalves, e pelo próprio presidente da VALNOR, Pinto Rodrigues.

Nesta reflexão do CNADS (2011) consideraram-se cinco grandes grupos de auditados: (1) comunidade científica, (2) ONGA (Organizações Não Governamentais de Ambiente), (3) operadores económicos privados, (4) sector empresarial do Estado e (5) entidades da Administração Pública com competências nesta matéria. As audições trouxeram consigo diferentes perspectivas, experiências e saberes, marcados pela sua posição relativamente aos resíduos, isto é, de acordo com o papel que desempenham no conjunto do processo, revelando de forma inequívoca a complexidade do tema e os interesses contraditórios que atravessam o sector¹³.

Por fim, no âmbito das fontes secundárias que são material empírico desta tese, destaca-se a revisitação às transcrições das 20 entrevistas semi-directivas, realizadas em 2007, aos Presidentes de Junta de Freguesia de Sintra, no âmbito do projecto Separa®. Apresenta-se um quadro síntese (Quadro III.2) das principais categorias de análise de discurso dos Presidentes das Juntas de Freguesia que se enquadram nos objectivos e dimensões de análise do trabalho desenvolvido.

Quadro III.2.

As principais categorias de análise de discurso dos Presidentes das Juntas de Freguesia	
1.	Potencial dinamizador da Junta de Freguesia
2.	A relação com a população e mecanismos de aproximação à população
3.	Avaliação das práticas dos residentes em relação aos resíduos
4.	A relação da Junta de Freguesia com o sistema de recolha e gestão dos RU
5.	Avaliação do sistema de recolha e limpeza públicas
6.	A Junta de Freguesia como poder local

¹³Identificação dos auditados: Rui Berkmyer da QUERCUS; Álvaro Costa ex-director da TRATOLIXO.EIM; Graça Martinho da FCT da Universidade Nova de Lisboa; Marco Baptista do INIA; Suzete Dias do IST; Nuno Barros da LIPOR; António Barahona da SPV; Célia Marques da ASSIMAGRA; Filipe Serzedelo e Carlos Raimundo do CIRVER/SISAV; Telma Pereira e Elsa Rola do CIRVER/ECODEAL; Bravo Ferreira e Júlio Abelho da SECIL; Álvaro Gomes da CIMPOR; representante da CCDR Norte; Major Alves do SEPNA; Jaime Melo Baptista do ERSAR; Luísa Pinheiro da APA; Alberto Santos da ANMP).

Serve a análise sobre estas entrevistas, por um lado, para complementar as informações recolhidas nas entrevistas exploratórias às entidades que actuam à escala do concelho com a perspectiva das entidades locais com maior proximidade à realidade quotidiana da população – as Juntas de Freguesia.

Por outro lado, este material é também utilizado como um elemento de enquadramento e interpretação no âmbito da análise das entrevistas aos agregados familiares, sobretudo no que respeita ao envolvimento e participação social à escala local da residência e ao nível da confiança que depositam nas instituições públicas.

III.5.2. As fontes primárias: contactos exploratórios

Foram efectuados vários contactos informais e realizadas entrevistas de carácter exploratório junto das principais entidades com responsabilidades no sector dos RU no concelho de Sintra - Câmara Municipal de Sintra, HPEM e Tratolixo.EIM.

Pretende-se com esta abordagem ao terreno, complementar, enriquecer e esclarecer a informação recolhida através do levantamento documental já citado, assim como identificar as posturas ao nível dos diferentes discursos das entidades envolvidas, chamando também aqui a análise aos discursos das Juntas de Freguesia enquanto entidades locais que à sua escala de competências, também são actores institucionais no sector dos RU.

A análise destas entrevistas fornece um enquadramento sobre a operacionalidade do sistema que actua na dimensão pública do concelho e, que por isso mesmo, abrange as residências dos agregados familiares alvo do trabalho de campo da tese.

Estas entrevistas exploratórias desenvolvem-se em torno dos seguintes objectivos, ainda que com alguns ajustes à especificidade de cada entidade.

Objectivos dos contactos exploratórios:

- Identificar as matrizes da política da entidade em relação aos resíduos;
- Compreender como se articula internamente com os outros serviços (em particular no caso da CM);
- Identificar as entidades que operam no concelho na área dos resíduos e limpeza urbana, respectiva distribuição de responsabilidades e como se articula com essas entidades;
- Identificar os principais problemas de lixo com que o concelho se depara e quais aqueles que interpelam mais a acção da entidade;

- Identificar o papel da identidade junto dos cidadãos e outras entidades locais;
- Identificar as principais potencialidades de acção da entidade nesta área junto da população(s);
- Identificar o tipo de queixas e a capacidade de dar resposta por parte das entidades competentes;
- Identificar que informação, campanhas e outras acções públicas relativamente aos lixo e limpeza pública são desenvolvidos pelas entidades;
- Recolher elementos sobre a história dos resíduos no concelho (por exemplo, quando começou a haver recolha selectiva, projectos-piloto, etc.).

III.6. A dimensão das práticas domésticas quotidianas e do espaço público envolvente da residência

III.6.1. As fontes secundárias

À semelhança do que se realizou para o dimensão pública, também aqui foram recolhidos e analisados um conjunto de dados que permitem fazer um enquadramento à escala nacional da questão dos RU na opinião pública portuguesa.

Para ir de encontro a este objectivo recorreremos de uma forma especial aos Eurobarómetros Especiais de Ambiente (uma série cronológica disponível para o período 1986-20011), realizados no âmbito dos trabalhos da Comissão Europeia, e que fornecem uma perspectiva analítica diacrónica das práticas (ditas) de separação de RU, desde a adesão de Portugal à União Europeia. Estes dados permitem ainda uma análise comparativa a dois níveis: comparar as práticas de separação de lixo doméstico com outras práticas quotidianas de carácter ambiental, estabelecendo assim a posição hierárquica da separação; comparar a prática da separação de Portugal com a dos outros países europeus (Schmidt (coord.), 2011).

Com o mesmo carácter de enquadramento, recorreu-se ainda aos resultados dos Inquéritos Nacionais “Os Portugueses e o Ambiente”, do OBSERVA, realizados em 1997 e 2000 (Almeida (org.), 2000 e 2004). Estes inquéritos continham uma bateria de questões relativas especificamente às práticas de separação que são significativas na medida em que fornecem dados interessantes para reflexão numa fase de viragem em termos de políticas públicas, tendo emergido nessa data – 1997 - o PERSU I e toda a dinâmica em torno do encerramento das mais de 300 lixeiras que proliferavam no país.

No entanto, ao nível das fontes secundárias que constituem material empírico desta dimensão, destacam-se os inquéritos por questionário realizados em 2006 e 2007 a amostras

representativas de 4 concelhos da AML, incluindo Sintra, no âmbito do projecto Separa® (ver em anexo fichas metodológicas).

A análise então realizada visava recolher um conjunto de dados e fornecer recomendações para a Tratolixo.EIM ao nível do conjunto da área dos 4 concelhos onde esta empresa de tratamento e gestão de RSU opera. Assim sendo, estes 2 inquéritos nunca foram analisados do ponto de vista de um só concelho, o que significa que partes desses dados apresentados nesta tese constituem uma análise inédita. Trata-se de uma oportunidade ter esta informação disponível como um dos instrumentos metodológicos para conhecer e caracterizar a situação do ponto de vista da população residente neste concelho relativamente à separação de RU.

Como se referiu, fiz parte integrante da equipa de investigação deste projecto, participando na elaboração destes instrumentos de recolha, assim como na elaboração do manual do entrevistador, tendo inclusivamente feito a formação dos entrevistadores antes da sua aplicação no terreno. Esta situação privilegiada por ter participado directamente na produção dos dados permite uma confiança específica no desenvolvimento da análise.

É certo que qualquer inquérito por questionário apresenta um conjunto de limitações que se articulam com o seu carácter quantitativo, o que de alguma forma está contrabalançado no design metodológico desta tese, com o recurso a várias metodologias, em especial as qualitativas, que permitem uma interpretação e análise mais apurada e enriquecedora dos próprios dados quantitativos. Estes dados quantitativos permitem realizar um *zoom* ao concelho de Sintra em termos de opinião pública sobre o objecto de estudo que são as práticas as separação de RU¹⁴. A maior parte dos dados são bastante relevantes para uma caracterização das atitudes da população residente no concelho de Sintra em relação à problemática dos RU e do espaço público.

No Quadro III.3. apresentam-se as principais temáticas de análise que os inquéritos oferecem e sobre as quais se faz um tratamento estatístico, com variáveis sócio-demográficas chave (ver questionários em anexo).

A análise realizada sobre a “matéria-prima” destes inquéritos é enquadrada de uma forma especial no momento (tempo) de encontro (espaço) e transição entre a esfera privada e a esfera pública que acontece no contentor/ecoponto – ele próprio mediador – através das motivações e práticas de deposição do lixo da população, numa determinada envolvente de espaço público e num determinado ecoponto/contentor.

¹⁴ Apesar de os inquéritos terem sido elaborados para dar resposta aos objectivos e orientações do projecto Separa®, poucos são os indicadores disponíveis que não se enquadram na actual pesquisa.

Quadro III.3.

Temáticas de análise dos inquéritos Separa®
1. Práticas de separação (materiais, frequência)
2. Dúvidas, dificuldades e erros na separação
3. Motivações para separar
4. Razões para começar a separar o lixo em casa
5. Avaliação do ecoponto mais próximo da residência
6. Satisfação residencial
7. Vivência quotidiana no local onde reside
8. Participação em actividades locais
9. Avaliação do espaço público envolvente da residência
10. Avaliação da situação dos lixos na envolvente da residência
11. Identificação e avaliação das entidades responsáveis pela recolha dos RU e pela higiene pública

Efectivamente estes dados quantitativos permitem configurar um quadro - com representatividade estatística - da caracterização das práticas de separação de RSU da população de Sintra, do ponto de vista do que estas práticas nos podem dizer sobre a forma como estes separadores se relacionam com o ecoponto (infra-estrutura colectiva) e com o espaço envolvente, assim como apontar pistas sobre as práticas na esfera doméstica.

No que diz respeito às práticas de separação de lixo doméstico foi possível através de um conjunto de variáveis criar uma diferenciação entre vários tipos de separadores, de modo a estabelecer perfis. Apresentam-se no Quadro III.4. os cinco tipos de separadores identificados.

Quadro III.4.

Perfis de separadores
Separadores Supremos separam sempre os 5 materiais (vidro, papel/cartão, embalagens de plástico, de metal e pacotes de líquidos alimentares) que são recolhidos ao nível do sistema de recolha dos ecopontos no concelho de Sintra e + alguns, como pilhas, toners de impressora, óleos alimentares...
Separadores Integrais separam sempre os 5 materiais
Separadores Parciais separam sempre entre 1 a 4 materiais
Separadores Intermitentes separam às vezes
Não separadores não separam nunca nenhum material

O inquérito aplicado em 2007, apresenta ainda uma outra mais-valia ao nível da presente pesquisa. O guião incluía um conjunto de indicadores relativos à tipologia de residência, sua envolvente e ecoponto mais próximo que era registada pelos próprios entrevistadores. Estes indicadores, inspirados na Tipologia sócio-económica e urbanística do INE (2004), anteriormente referida, constituem a base para a identificação de 4 tipos de espaços/loais residenciais característicos do concelho de Sintra. Ou seja, através deste inquérito constituiu-se uma base com representatividade estatística para a construção de uma tipologia de locais do Concelho de Sintra que é orientadora para a selecção das famílias a entrevistar. No quadro III.5.a apresenta-se de forma sintética a tipologia de locais residenciais construída, com alguns dos seus principais indicadores predominantes ou distintivos (ver tipologia completa em anexo Quadro III.5.b).

Quadro III.5.a

Tipologia de locais residenciais do concelho de Sintra				
Indicadores	Urbano consolidado	Urbano novo	Rural qualificado	Rural
Idade do imóvel	31-50 e >50 anos	<11 e 11-30 anos	11-50 e > 50 anos	11-50 e >50 anos
Estado do imóvel	Bom	Bom, médio	Bom, médio	Médio
Densidade	Média	Média, alta	Média	Média, baixa
Faixa etária distintiva	+ de 65 anos	25-44 anos	25-55 anos	+ de 65 anos
Nível de ensino distintivo	Ensino básico (9)	Ensino secundário e superior	Ensino básico (4), ensino sec. e sup.	Ensino básico (4)

III.6.2. As fontes primárias: as entrevistas compreensivas e a observação directa

Ao longo do percurso da investigação, esta dimensão assumiu a posição primordial na tese, na medida em que é a esfera privada e doméstica que se encontra mais carente de um aprofundamento sociológico. No sentido de corresponder a esta carência, e tendo já uma base empírica de carácter quantitativo consistente – os inquéritos acima apresentados –, optou-se por desenvolver o trabalho de campo e a produção de material empírico fazendo recurso de um mosaico de metodologias qualitativas.

A principal matriz deste mosaico é a realização de entrevistas compreensivas a um conjunto de famílias / agregados familiares residentes no concelho de Sintra. A selecção dos agregados familiares remete para os 4 tipos de locais residências do concelho de Sintra acima apresentados, de modo a assegurar em termos de trabalho de campo, uma abordagem que dê conta desta diversidade. O objectivo é garantir que o trabalho de campo cubra tanto as freguesias que estão fora do eixo da linha ferroviária Lisboa-Sintra, mais rurais, como as

freguesias que constituem esse eixo mais urbanizado e com maior densidade populacional. Para além da diversidade de tipos de local, a diversidade social dos agregados, os seus estilos de vida e a sua própria constituição está assegurada no conjunto de 38 entrevistas. As entrevistas têm uma duração média de 90 minutos.

A unidade de análise definida é o agregado familiar, ainda que haja por norma um elemento que assume o papel de porta-voz privilegiado, sendo o elemento do agregado que constitui a nossa principal fonte de informação. Em 36 das 38 entrevistas, esse porta voz foi uma mulher, facto que se reflecte em vários pontos da análise. Sendo a entrevista realizada na residência do agregado, por vezes outros elementos são chamados a participar na entrevista.

Quadro III.6.a

Caracterização dos agregados familiares entrevistados			
<i>Urbano consolidado (dominante prédios com +de 30 anos)</i>	<i>Urbano novo (prédio max. com 20 anos; > densidade)</i>	<i>Rural qualificado (moradia nova/renovada e espaço exterior>50m2)</i>	<i>Rural</i>
Não separa Casal F 60 anos	Integral Casal com filho F 39 anos	Suprema Casal F 62 anos	Integral Mãe e filha F 35 anos
Não separa Casal e 2 filhas Filha 23 anos	Suprema Casal F 32 anos	Integral Casal e filhos F 45 anos	Não separa Casal F 49 anos
Não separa Casal e 2 filhos F 41 anos	Integral Casal e 2 filhos F 42 anos	Integral Mãe e 3 filhos F 48 anos	Suprema vive sozinha F 53 anos
Suprema Casal F 38 anos	Não separa Mãe e filha F 46 anos	Não separa Casal F 34 anos	Integral Casal e filha F 33 anos
Parcial Mãe e filha F 39 anos	Suprema Casal e 2 filhas F 40 anos	Parcial Casal e filha F 37 anos	Integral Vive sozinha F 70 anos
Integral Avó, mãe, filha F 69 anos	Integral Mãe e filha F 39 anos	Suprema Casal de 2 filhos F 36 anos	Integral Casal e filha F 37 anos
Suprema Casal M 71 anos	Suprema Casal e filha Filha 25 anos	Suprema Casal e filha F 34 anos	Parcial Casal e filho Filho 33 anos
Integral Vive sozinha F 73 anos	Integral Casal F 50 anos	Integral Casal e 3 filhos F 37 anos	Suprema Mãe e filho F 37 anos
Integral Casal F 64 anos	Não separa Casal e filho F 40 anos		Não separa Casal F 59 anos
Integral Casal e filha F 48 anos	Não separa Casal e 2 filhos F 56 anos		Não separa Vive sozinha F 75 anos

Legenda: F – elemento feminino; M – elemento masculino;

No Quadro III.6.a, apresenta-se a identificação base dos agregados familiares entrevistados, tendo em conta a orientação da tipologia de locais de residência acima referida. (ver em anexo caracterização completa no Quadro III.6.b).

Em torno desta matriz das entrevistas, o trabalho de campo tem uma componente de observação directa, seja da envolvente das residências dos agregados familiares entrevistados, em particular dos contentores de deposição de RU, seja dos recipientes utilizados pelos agregados familiares no espaço doméstico. Em ambos os casos, a observação directa é direccionada por uma grelha com um conjunto de categorias pré-definidas, e uma margem de registo livre e impressivo do terreno observado. Às categorias registadas correspondem fotografias, que são utilizadas sobretudo de forma ilustrativa/demonstrativa como mais um dos conteúdos analisados que expressam as práticas em relação ao lixo nas suas múltiplas facetas (Prosser, 2006).

A análise realizada previamente sobre os dados dos inquéritos constituiu uma base de preparação para a abordagem ao terreno na observação directa e nas entrevistas aprofundadas aos agregados familiares escolhidos de acordo com os critérios já referidos, inspirando e informando a identificação de algumas das pré-categorias das grelhas e das dimensões de análise presentes no guião de orientação.

Em relação à realização de cada entrevista, o procedimento habitual foi começar pelo preenchimento da grelha do espaço público envolvente da residência do agregado, identificando e fotografando os contentores de deposição de RU mais próximos através de uma visita de reconhecimento ao bairro, recolhendo elementos estratégicos sobre o cenário e palco onde os actores a entrevistar desempenham o seu papel de residente (Goffman, 1959).

Categorias de base para a grelha de observação do contentor/ecoponto mais próximo e do espaço público envolvente da residência

Caracterização do contentor/ecoponto

Tipo (modelo e tipo de aberturas)

Informação inscrita

Localização (passeio, estrada, ...)

Estado de limpeza e conservação do equipamento

Caracterização da residência

Tipo de habitação (prédio x nº andares x nº de alojamentos, moradia, com ou sem jardim, terreno...)

Dimensão (nº de divisões)

Estado de conservação e idade do edificado

Caracterização do espaço envolvente

Espaços verdes e parques infantis ou outros espaços de lazer ou convívio ao ar livre

Vias públicas (estado de conservação geral das ruas, limpeza, estacionamento, etc.)

Tipo de dinâmica local (comércio local e outros serviços, movimento de veículos e pessoas)

Transportes públicos disponíveis

Apresento-me aos entrevistados como socióloga que está a desenvolver um trabalho para a Universidade sobre “lixo”. Nos primeiros contactos, não refiro propositadamente a prática da separação de lixo, salvaguardando que essa temática surja espontaneamente, ou não, por parte do entrevistado, no decorrer da entrevista. A forma como surge a primeira referência à prática da separação é enquadrada na análise das entrevistas - o percurso do discurso até ao momento da referência e as associações que fazem o entrevistado lembrar da separação de lixo. Quando tal não surge de forma espontânea no fim da entrevista, convoco directamente este aspecto. Antes de entrar directamente na temática “lixo” (a não ser que isso na dinâmica da interacção se proporcione de forma muito evidente) começo habitualmente por abordar questões relativas ao local de residência.

<i>Local de residência</i>	
Aspectos a focar	Questões de referência
<ul style="list-style-type: none">• Satisfação residencial• Identidade local• Elementos residenciais valorizados• Trajecto residencial (que proporcione base para a memória do lixo)• Participação social e integração local• Identificar estímulos e bloqueios à acção comunitária• Empowerment• Conceito de bem comum, de espaço público	<p>Há quanto tempo vive aqui neste local?</p> <p>Gosta de viver aqui? Porquê?</p> <p>O que mais gosta?</p> <p>O que menos gosta?</p> <p>Gostaria de mudar? Porquê?</p> <p>Já viveu noutros locais?</p> <p>Como avalia as suas relações com a comunidade/vizinhança onde vive?</p> <p>Em que é que acha que poderia contribuir para melhorar a sua comunidade?</p> <p>Já alguma vez fez algo a favor da sua comunidade? (Gostaria de fazer?) Como correu? Participou em alguma actividade local?</p> <p>O que é para si espaço público? Como vê o espaço à volta de sua casa?</p>

A partir deste aspecto a entrevista decorre, sendo arbitrária a ordem dos aspectos apresentados seguidamente. A entrevista flui, numa atitude de escuta por parte da investigadora, utilizando algumas técnicas de entrevista semi-directiva, seja para reencaminhar para alguns dos aspectos a focar, seja para aprofundar algo que surgiu como uma pista a explorar no discurso do entrevistado, etc.

<i>Lixo doméstico</i>	
Aspectos a focar	Questões de referência
<ul style="list-style-type: none"> • Conceito de lixo • Percepções sobre o lixo, referência a “resíduos” • Relação com o acto de deitar fora • Valor do lixo • Diferentes tipos de lixo • Dissonâncias cognitivas sobre a produção do lixo na esfera doméstica • Percepção das fontes de produção e de redução do lixo na esfera doméstica • Percepção sobre a capacidade de intervir no destino do lixo que produz • Adaptações prática em relação ao lixo em situações fora da “rotina” • Dar novos usos, circulação do lixo nas cadeias de valor • Conhecimento de destino e ciclo do lixo • Percepção da sua capacidade de intervir no destino do lixo • Conhecimento das soluções de tratamento de lixo em Portugal 	<p>Quando pensa em lixo, qual a primeira coisa de que se lembra?</p> <p>O que é lixo para si?</p> <p>Que sensações o lixo lhe provoca?</p> <p>O lixo vale alguma coisa?</p> <p>Considera que o lixo é todo igual?</p> <p>Que tipo de coisas lhe faz pena deitar fora?</p> <p>O que sente quando deita coisas fora?</p> <p>Nas grandes arrumações da casa ou mudança de casa, o que tende a deitar fora e a guardar sistematicamente?</p> <p>Há alguma coisa que tenha pena de deitar fora? Porquê?</p> <p>Tem uma ideia de quanto lixo produz por dia?</p> <p>Que actividade doméstica é que faz mais lixo em casa?</p> <p>O seu caixote do lixo enche-se sobretudo de quê?</p> <p>Quem faz mais lixo em casa?</p> <p>Qual o tipo de lixo que cada um faz?</p> <p>Costuma fazer alguma coisa para reduzir o lixo que se produz em sua casa?</p> <p>Costuma reutilizar produtos ou embalagens?</p> <p>Quando é que considera que o lixo que faz deixa de ser sua responsabilidade?</p> <p>O que acontece ao lixo quando é recolhido aqui da rua?</p>

Tal como Appadurai (1986) afirma que os objectos têm uma vida social, no âmbito da qual atravessam vários regimes de valor, também o lixo tem a sua biografia ao longo da qual se transmuta e assume estatutos diferenciados. Sabendo que é comum uma noção (muito) parcial do ciclo do lixo, em que o seu trajecto percepcionado se reduz frequentemente à passagem do contentor doméstico para a deposição nos contentores colectivos da rua, sendo o seu destino uma espécie de “buraco negro”, estas entrevistas pretendem ser um contributo para o aprofundar o conhecimento do diálogo entre percepções e representações e as práticas quotidianas.

Um dos aspectos relevantes no contexto da análise é olhar o contentor do lixo como interface entre a esfera privada/doméstica e a esfera da gestão pública, como “the gateway between domestic waste arrangements and systems of public provision” (Chappels e Shove, 1999, 268:9). Neste sentido, os aspectos relativos aos caixotes do lixo que fazem a transição para os

contentores/ecopontos públicos são incontornáveis nestas entrevistas, com um enfoque especial no registo fotográfico, devido à sua expressividade pictórica.

<i>Caixote do lixo doméstico</i>	
Aspectos a focar	Questões de referência
<ul style="list-style-type: none"> • Caracterização do equipamento doméstico • Memória sobre equipamento doméstico • Movimento do lixo casa-rua • (fotografar) 	<p>Como é o caixote do lixo? (posso ver?)</p> <p>Onde está colocado (s)? (divisão da casa e sítio específico – aberto, fechado...)</p> <p>Foi sempre assim ou teve outros tipos de caixote?</p> <p>Qual o seu caixote do lixo ideal? Quem costuma despejar o lixo?</p> <p>Há algum horário habitual?</p> <p>Com que frequência despejam o lixo?</p> <p>Qual o trajecto até ao contentor? (pode mostrar-me?)</p>

<i>Contentores / ecopontos colectivos</i>	
Aspectos a focar	Questões de referência
<ul style="list-style-type: none"> • Percepção do estado dos contentores/ecopontos colectivos que utiliza • Pontes fracos e fortes • Contentores/ecopontos desejáveis 	<p>Como é o contentor /ecoponto que costuma usar? (pode indicar-me qual é? (fotografar)</p> <p>Como o classificaria em termos práticos /de uso?</p> <p>Acha a sua localização adequada?</p> <p>O que acha do seu estado?</p> <p>Está satisfeito com este contentor?</p> <p>Que tipo de contentor gostaria?</p>

<i>Sistema de recolha e limpeza do espaço público local</i>	
Aspectos a focar	Questões de referência
<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação do sistema de recolha • Memória de sistemas de recolha • Evolução do sistema • Perturbação de rotinas na dinâmica doméstica (por interrupção na recolha) • Percepção da limpeza local • Razões para a falta de limpeza pública • Valor atribuído ao serviço de recolha e tratamento • Valor atribuído à separação • Incentivos e multas 	<p>Como funciona o sistema de recolha do lixo aqui?</p> <p>Lembra-se de alguma interrupção na recolha ?</p> <p>Qual é a entidade responsável?</p> <p>Lembra-se como era anteriormente a recolha de lixo? (inclui contentores) Como evoluiu? O que mudou nos últimos anos? E como era nos outros locais onde viveu?</p> <p>Como avalia a limpeza da sua rua? Há alguns sítios que se destaquem pela falta de limpeza?</p> <p>Considera que o lixo que as pessoas/famílias fazem deve ser pago para ser recolhido e tratado?</p> <p>Considera que deve haver diferenciação no pagamento entre quem separa e quem não separa o lixo?</p> <p>Seria eficaz haver multas para quem não colabora na separação?</p>

Por seu turno, a informação, como será referido no próximo capítulo, ainda que constitua uma importante condição para ultrapassar a inércia da participação, não é suficiente para que as práticas se efectivem e incorporem de forma consolidada no quotidiano dos indivíduos.

Vários factores que podem potenciar ou bloquear as condições para a adesão à prática da separação são apontados em diversas pesquisas realizadas noutros países, designadamente a existência de infraestruturas que proporcionem condições objectivas para a sua concretização, a consistência e capacidade das políticas públicas ao nível dos instrumentos legais criados, formas de incentivo e/ou penalização, o desenvolvimento de estratégias de base comunitária, entre outras. No contexto das entrevistas, um bloco de questões explora alguns destes factores em torno da participação na separação do lixo doméstico e, ao mesmo tempo, deixa espaço para o emergir de outros factores ainda por identificar.

<i>Separação de lixo em casa</i>	
Aspectos a focar	Questões de referência
<ul style="list-style-type: none"> • Prática da separação na esfera doméstica • Dinâmica familiar em relação à prática da separação • Motivações e bloqueios em relação à prática da separação • Valor atribuído à separação • Conhecimento sobre a separação • Fontes de aprendizagem e de informação • Percepção sobre a separação exterior à esfera doméstica • Valor atribuído à separação 	<p>Separaram o lixo cá em casa? Que lixo separam?</p> <p>Qual a motivação para começar? Porque começou?</p> <p>Qual a vantagem de separar?</p> <p>Quem começou? Quando começou?</p> <p>Como foi a adesão dos outros membros da família?</p> <p>Qual a desvantagem em separar?</p> <p>Qual seria uma boa motivação/incentivo para começar a separar?</p> <p>Quem lhe ensinou? (Gostaria que lhe ensinassem?)</p> <p>Tem dúvidas sobre a separação que faz?</p> <p>Quando é que ouviu falar de separação de lixo?</p> <p>Já alguma vez recebeu directamente informação sobre a separação?</p> <p>Qual a melhor forma de o informar sobre este tipo de assuntos?</p> <p>A maior parte dos seus amigos e familiares separa o lixo?</p> <p>No seu local de trabalho separam o lixo?</p> <p>Quando vê alguém a separar o lixo, o que pensa?</p>

No fim, termino com o preenchimento da ficha de caracterização do agregado (constituição do agregado, idades, géneros, escolaridades, tipologia da casa, etc.), tendo sempre uma atenção especial ao que foi dito ao longo da entrevista sobre os outros elementos do agregado e a sua relação com o lixo (ver ficha em anexo).

Sempre que possível convido a pessoa a mostrar o ecoponto mais próximo da sua residência, sobre o qual houve referências ao longo da entrevista, caminhando pela rua ao seu lado, registrando na grelha da observação do espaço público elementos destacados pelo residente, em especial os que não foram percebidos na abordagem prévia de reconhecimento do local.

Por fim, uma única referência à última das fontes primárias referidas na apresentação do *design* metodológico da pesquisa: o contributo do meu “caderno de campo” para notas de observação das práticas de relação com o lixo produzido, como postura de inspiração etnográfica que assumi no meu quotidiano de investigadora (Pais, 2009). Todo um conjunto de registo de observações e de fotografias, mais ou menos sistemáticas, foram guardadas no “caderno de campo”, e vão convergindo ao longo do percurso da investigação para dar mais luminosidade a uma prática tantas vezes obscura.

IV

Capítulo

Sobre a evolução material e social do estado dos resíduos em Portugal

Ao propor realizar um trabalho sobre a relação das pessoas com o lixo no seu quotidiano, e em particular com as práticas de separação para a reciclagem, é ponto incontornável a aproximação aos dados materiais de produção dos resíduos no país, às políticas públicas que assumem a sua gestão e à própria emergência pública do lixo como problema ambiental. Trata-se de elementos de carácter macro, componentes do cenário nacional, que influenciam e surgem expressas no quotidiano dos portugueses, assumindo formas mais ou menos subtis.

Neste capítulo apresenta-se uma análise diacrónica da questão do lixo em Portugal, focando as suas implicações ao nível das políticas públicas, da cobertura mediática, da atitude da opinião pública, bem como e ao nível da própria agenda da Sociologia.

Assim, em traços gerais, faz-se um desenho da evolução dos resíduos urbanos em Portugal, que envolve diversas dimensões públicas, através de um conjunto de elementos que contribuem para uma contextualização do tema e que enquadram a abordagem sociológica que se segue. Para esse enquadramento, recorre-se a dados e indicadores do contexto social e político, a ter em conta na análise do material recolhido no trabalho de campo. O objectivo deste capítulo é oferecer uma visão cronológica de “localização” dos diferentes discursos e práticas sobre o lixo, num vai e vem entre os contextos do passado e do presente.

Começa-se por apresentar dados oficiais nacionais das recolhas de resíduos urbanos, indiferenciada e selectiva, recorrendo aos dados estatísticos produzidos pela Agência Portuguesa do Ambiente e pelo Instituto Nacional de Estatística, cruzando-os analiticamente, por um lado, com a evolução das políticas públicas nacionais neste âmbito fortemente orientadas pelas directivas europeias e, por outro lado, com alguns factos que ilustram a sociedade de consumo recente no país.

Integra também este enquadramento da questão do lixo à escala nacional, um ponto de situação relativo à investigação sociológica em Portugal sobre esta temática, destacando alguns resultados e reflexões que decorrem das escassas pesquisas já desenvolvidas e pertinentes para o contexto da tese. Trata-se de uma área ainda em fase emergente e com grande potencial de investigação.

Este capítulo beneficiou de forma especial da minha participação no Grupo de Trabalho que elaborou um Parecer sobre os Resíduos do Conselho Nacional do Ambiente e

Desenvolvimento Sustentável, durante 2010 e 2011 (CNADS, 2011), assim como da minha participação no documento *O Ambiente em 25 anos nos Eurobarómetros*, no âmbito do Observa (Schmidt *et alia.*, 2011).

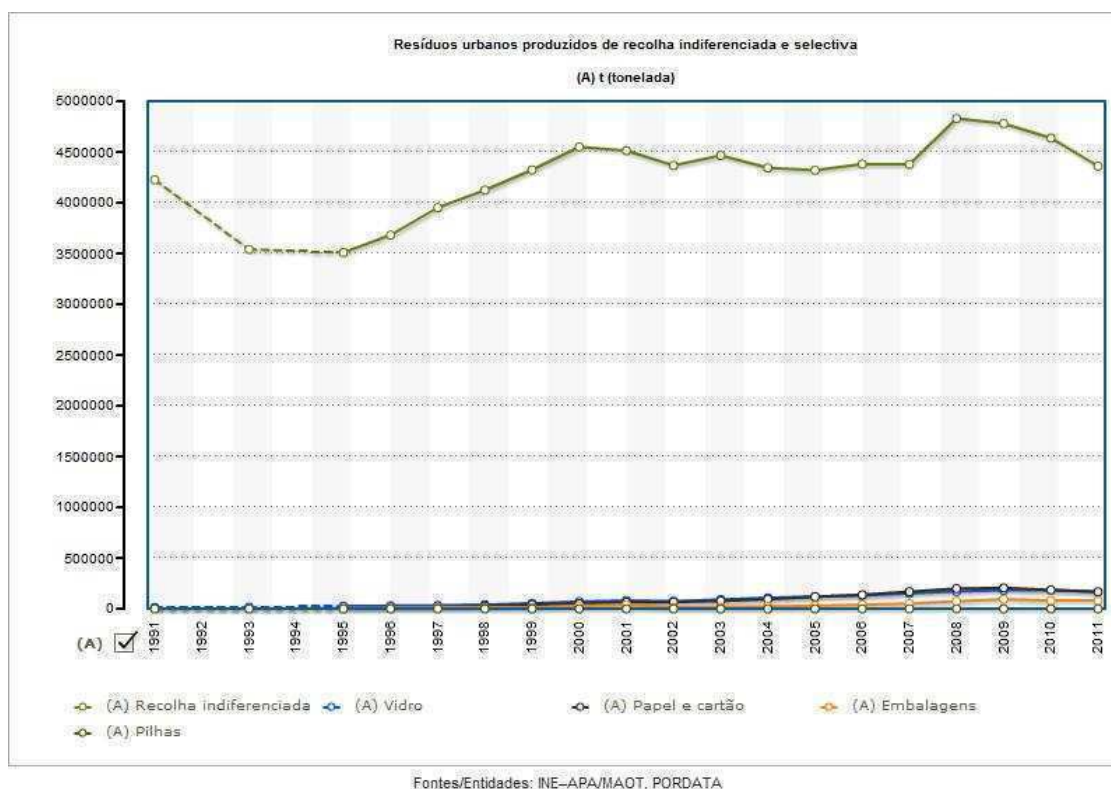
IV.1. Sociedade de consumo e do desperdício

Durante muito tempo em Portugal não existiu monitorização sobre a produção de resíduos urbanos, o que significa que não houve produção de dados oficiais consistentes sobre os resíduos produzidos no nosso país. Apesar desta recolha ter começado no fim dos anos 80, só muito recentemente (2009) se pode considerar a presença de um sistema de monitorização estabilizado e em sintonia com os países da União Europeia (CNADS, 2011). Esta ausência de monitorização prolongada sobre os resíduos produzidos é um indicador da “irrelevância” nacional atribuída à questão praticamente até à década de 90.

Esta irrelevância está também patente em termos legislativos. Em 1985, na antecipação da entrada de Portugal na CEE, os resíduos surgem como objecto de legislação, mas será só na década de 90, que essa legislação assume um carácter mais efectivo. Para isso contribui a institucionalização do próprio Ministério do Ambiente (1990), e de forma particular, em 1995, a transposição para a legislação nacional das directivas comunitárias sobre resíduos de 1991. Em 1995 arranca a elaboração do Plano Estratégico Sectorial de Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU I, 1997), coordenado por Lobato Faria, presidente do então recém criado Instituto dos Resíduos.

A existência de um plano estratégico trouxe consigo o início da criação de sistemas, tanto de monitorização, como de recolha selectiva e de tratamento de resíduos, que, desde essa altura, têm vindo a consolidar-se, ainda que num caminho que não é imune a hesitações e obstáculos. É, portanto, este é o momento de abertura a uma política pública dos resíduos urbanos no país, com fortes marcas europeias. Esta nova fase está assinalada no Gráfico IV.1., com a presença continuada de dados sobre RU nas estatísticas nacionais a partir de 1995, mesmo que alguns valores sejam resultados de estimativas ou da utilização de metodologias de medição diferenciadas entre si.

Gráfico IV.1. - Evolução da produção de Resíduos Urbanos de recolha indiferenciada e selectiva

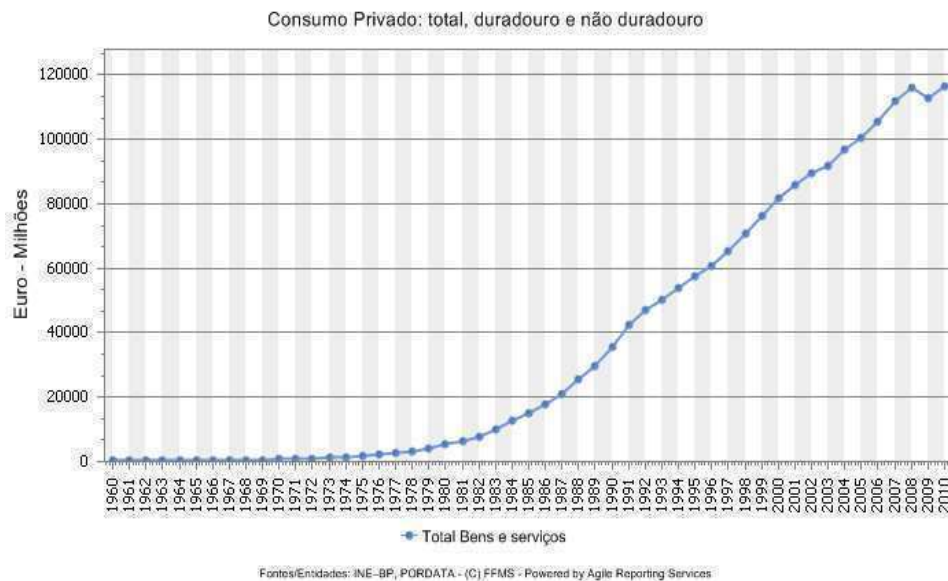


Também é a partir desse ano que começa a monitorizar-se a recolha selectiva, que parte praticamente do zero, sendo observável um aumento lento, que acompanha o processo de disponibilização de infraestruturas de recolha selectiva. O salto que se verifica de 2005 para 2006, exprime os resultados do PERSU II entretanto elaborado, na sequência da avaliação bastante negativa face às metas de reciclagem atingidas durante o período de implementação do PERSU I (que terminara precisamente em 2005).

A tendência crescente de produção de RU, significa, por outras palavras, que cada vez há mais lixo. Esta evolução da produção de resíduos é acompanhada, no outro lado da mesma moeda, com um factor que é muito revelador da especificidade da nossa sociedade: a evolução do consumo privado (Gráfico IV.2.).

A curva ascendente que se observa é expressiva da grande transformação, súbita e recente, do consumo privado em Portugal. Até ao 25 de Abril, Portugal não estava ainda dentro dos parâmetros do que se designa de sociedade de consumo, no sentido “clássico” do termo (Baudrillard, 1970). Para dar uma nota ilustrativa desta situação, a Coca-cola, símbolo da sociedade de consumo e do mercado, só chega a Portugal em 1976 (Schmidt, 1990).

Gráfico IV.2. - Evolução do Consumo Privado em Portugal



No período do pós-Guerra, a Europa vive um intenso crescimento económico que decorre essencialmente do ciclo que associa a produção de massa, o crescimento generalizado do poder de compra e a expansão do consumo de massas. O consumismo perpetua e exponencia este ciclo. Uma das suas consequências materiais é uma produção de lixo “massiva” e diversificada, com a inclusão crescente de embalagens, que se deve sobretudo a duas ordens de razões - a marca comercial e a higienização moderna.

Os países ditos desenvolvidos, como os EUA e os países da Europa do Norte e Central, desde a décadas de 60 e 70, que começaram a ser confrontados com este crescimento de lixo, identificado sobretudo como um problema ambiental. A procura de soluções tecnológicas e político-legislativas, não tem sido um percurso isento de problemas e de contestações sociais, seja por ONG, seja pelas populações. E é precisamente nesse contexto que surgem os primeiros estudos das ciências sociais sobre a reciclagem, facto a que já se fez referência no II Capítulo.

Na senda de soluções para este problema crescente, a Directiva Quadro dos Resíduos 75/442/CEE, em 1975, exige aos Estados Membros a elaboração de um ou mais planos de gestão de resíduos. Em Portugal, e apesar da sua adesão à CEE datar de 1986, o primeiro Plano Estratégico Sectorial de Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU I) é aprovado apenas em 1997, ou seja, duas décadas depois desta directiva e uma década depois da primeira legislação nacional.

Este desfasamento entre a existência do problema e as políticas públicas que lhe dão resposta é um elemento essencial a reter no cenário nacional, que não pode ser ignorado quando se

analisam as práticas em relação ao lixo das pessoas na sua rotina quotidiana.

Em termos históricos, a população portuguesa viveu distante da lógica consumista durante mais tempo do que a maioria dos países ocidentais, sobretudo fora das cidades de Lisboa e Porto, o que significa também que viveu distante dos problemas do lixo que dela decorrem, nos termos em que hoje são identificados e caracterizados.

Várias ordens de razões explicam essa consciencialização tardia relativamente ao problema. Desde logo se destaca precisamente o facto de ser uma sociedade predominantemente rural, que até ao 25 de Abril era dominado pelos mercados locais e circuitos comerciais que decorriam num quadro bem definido, onde a entrada de produtos estrangeiros era bastante restrita (Schmidt, 1990).

Neste contexto, o lixo produzido foi, até aos anos 80, predominantemente orgânico, sendo muitas das embalagens então existentes, quase todas de vidro, integradas em circuitos comerciais de reutilização como é, por exemplo, o sistema de taras para as garrafas de bebidas, seja leite, cerveja ou vinho. Antes da década de 70, não existia um sistema público de recolha de lixo urbano em todo o país, com uma rede de contentores colectivos. Apenas em Lisboa e Porto, e outras cidades de média dimensão, havia um sistema de recolha de lixo indiferenciado, que era conduzido para os “vazadouros”.

Nas zonas rurais, os “restos”, que não eram aproveitados como comida para os animais domésticos, eram transformados em estrume ou queimados, sendo as cinzas utilizadas na terra agrícola. Isto é, o lixo era “tratado” no mesmo local onde era produzido, num circuito fechado sobre si próprio, em que o que vinha da terra, à terra voltava. A maioria da população, que então vivia fora dos centros urbanos, tratava “naturalmente” do próprio lixo. Aliás, vale a pena referir, desde já, que esta herança ainda está presente e activa nas práticas da agricultura dita “tradicional e saloia” em algumas zonas rurais do concelho de Sintra, só que actualmente não é só matéria orgânica que é queimada...

Durante os anos 60 e 70, os movimentos migratórios do campo para a cidade levaram a uma concentração populacional nas Áreas Metropolitanas do Porto, e sobretudo em Lisboa, com consequências e efeitos colaterais a nível social e territorial, que ainda se fazem sentir actualmente (Rosa e Vieira, 2003) (ver em anexo Gráfico IV.3).

Ocorreu assim uma mudança de hábitos de quotidiano com um impacto evidente, mas pouco visível, no que acontecia ao lixo urbano produzido. A população que se proletariza na cintura industrial de Lisboa, ao deixar o espaço rural, deixou também um *modus operandis* face ao lixo, passando este a ser recolhido e conduzido para os chamados “vazadouros”, onde simplesmente se acumulava. “A céu aberto, sem isolamento do solo, muitas vezes a

escorregar na encosta sobre algum rio, é o sol, a chuva e o vento que vão “tratando” os lixos, tornando-os um foco de poluição dos solos e das águas.” (Schmidt, 1993:138), situação que prevaleceu, e se foi agravando progressivamente, até finais da década de 90.

Atendendo à tipologia do consumo nas décadas de 50-60 e início de 70 é de crer que o lixo produzido fosse, em grande medida, constituído por matéria orgânica. Aliás, o lixo era então “apresentado” na RTP, em 1972, como “a riqueza que a cidade devolve ao campo” (in série documental de Luísa Schmidt, *Portugal - Um Retrato Ambiental*, 2004). O contexto da frase citada remete para um episódio específico da série *Há só uma Terra*, de produção nacional, onde se mostra que o lixo produzido na cidade de Lisboa é adjudicado à Federação dos Grémios de Lavoura da Estremadura, para ser tratado através de compostagem e redistribuído como adubo às explorações agrícolas (Schmidt, 2003).

É importante localizar historicamente esta “dádiva” da cidade ao campo, numa época em que a sociedade de consumo ainda não se tinha instalado no país, o que significa que o próprio lixo produzido em Lisboa, tinha uma grande quantidade de resíduos orgânicos.

Contudo, esta realidade do lixo, não durará para sempre, sofrendo uma alteração radical, à medida que o mercado se alarga e as embalagens se tornam abundantemente parte do quotidiano.

No período imediato que se seguiu à Revolução de Abril de 1974, uma postura anti-capitalista marcou fortemente a atitude do Estado face ao mercado e ao consumo, o que num contexto internacional de crise petrolífera, prolongou por mais algum tempo a entrada de Portugal na lógica da economia de mercado e do consumo.

Um sintoma disso mesmo são as infraestruturas de consumo que surgem, com uma grande escala nos anos 80, com o primeiro hipermercado Continente em Matosinhos e com o emblemático centro comercial as Amoreiras em Lisboa – para as quais se organizavam visitas em excursões vindas de todo o país, numa espécie de peregrinação a estes novos “monumentos nacionais”. Em termos de mudança, no que respeita aos índices do consumo “O país abreviou em 10 anos o que a Europa mudara em 30.” (Schmidt, 1999).

No decorrer desta “descoberta” e “conquista” do acto de compra, passou despercebido o aumento do lixo (e o seu destino), que acompanha este processo expansivo de consumo. O lixo foi ficando em estado oculto e invisível, ofuscado pelo entusiasmo do consumo e potenciado pela difusão generalizada do multibanco. É caso para dizer que “só se tinha olhos” para o consumo, “sem pôr a vista em cima” do lixo que se ia produzindo e acumulando, de forma desordenada, remetido para dos “bastidores” dos palcos de consumo (Goffman, 1959).

Os anos 80 marcam, assim, uma fase de viragem, exponenciada pela adesão de Portugal à

CEE (1986), que trouxe consigo a entrada de fundos europeus, o que fez aumentar substancialmente os níveis de consumo. Ao mesmo tempo, um conjunto de directivas europeias começa o processo de regulação dos “desconhecidos” resíduos urbanos, o que noutros países europeus já eram objecto de políticas efectivas.

As directivas europeias, que tendiam para a homogeneização de políticas públicas no espaço europeu, deparam-se com contextos bastante diferenciados, sobretudo em termos de recepção pública. Se para certos países, as directivas que vinham ao encontro da necessidade de solucionar um problema social e politicamente reconhecido, em Portugal o problema ainda mal estava identificado. Iniciou-se, isso sim, um processo de reconhecimento interno do problema (Schmidt, 2008).

Para um país onde apenas havia lixeiras a céu aberto, a noção de políticas e tratamento de resíduos urbanos era algo distante das preocupações tanto da população, como dos próprios políticos. O lixo atirava-se fora simplesmente. Na melhor das hipóteses, metia-se dentro de um saco, no contentor da rua e ia para a lixeira, na expectativa que se desfizesse por si, “naturalmente” e longe e, por isso, “opções de tratamento de resíduos urbanos” seria uma expressão sem significado, uma realidade cifrada por detrás de um código desconhecido ao imaginário colectivo e político do país.

IV.2. A emergência do problema “lixo” na década de 90

Um dos méritos da orientação europeia para a elaboração de políticas públicas, no âmbito dos resíduos urbanos, foi tornar evidente, publica e politicamente, que se desconhecia a situação em Portugal, criando um contexto favorável, na entrada da década de 90, à divulgação mediática do diagnóstico elaborado pela Quercus, com um forte carácter científico que lhe conferia credibilidade, mostrando mais de 300 lixeiras a céu aberto no território nacional, tornadas ilegais à luz da legislação europeia (Quercus, 1995).

Se, até aos anos 90, a invisibilidade pública do problema “justificava” que não se procurassem soluções, a partir do momento em que o lixo “dá nas vistas” de forma tão exuberante, descontrolada e mediática, politicamente passou a ser prioritário resolver o problema e proporcionar ao país uma aproximação à “média” europeia.

IV.2.1. A mediatização do lixo

Na divulgação da situação do lixo em Portugal, as televisões privadas, que surgem em 1993, desempenharam um papel essencial no processo, ao dar cobertura ao levantamento das

lixeiros realizado pela Quercus e ao dar voz em “praça pública” à população afectada pela proximidade dessas lixeiras ilegais, percepcionadas como uma ameaça à saúde pública. A coincidência “mediática” de terem surgido as televisões privadas, com uma nova perspectiva de jornalismo e de mediatização, favoreceu uma visibilidade à questão do lixo que nunca antes se tinha verificado (Schmidt, 2003).

Na análise evolutiva dos programas e das notícias da RTP sobre Ambiente, realizada por Luísa Schmidt em *O Ambiente no Ecrã* (2003), é possível identificar a evolução da emissão televisiva sobre o tema. A RTP, tendo a exclusividade enquanto meio televisivo até 1993, assume por isso “um papel hegemónico na construção de um imaginário colectivo em torno do tema lixo como uma questão pública”, tal como para outras questões ambientais.

Desde 1957 (data de início das emissões da RTP) até 1995, emergem elementos da imagem e do discurso da televisão pública, que contribuem para a construção da relação dos portugueses com o lixo, seja enquanto problema ambiental, seja com as soluções politicamente propostas (Gráficos IV.4. e IV.5.).

Gráfico IV.4. Evolução dos programas sobre o tema Lixo, segundo as relações (nº ab)

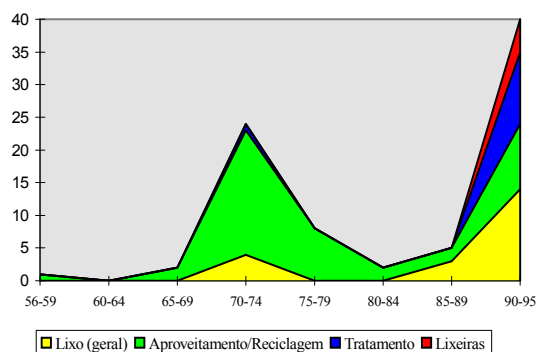
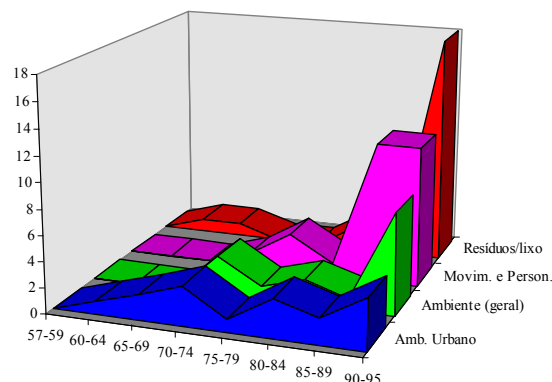


Gráfico IV.5. Evolução das notícias sobre os principais temas do referente Ambiente (nº ab)



Fonte: Schmidt, 2003

No entanto, os dados sobre a evolução do tema lixo na RTP ilustram a pouca importância atribuída ao tema, desde o início das emissões, registando-se uma mudança na entrada da década de 90, fase em que o tema lixo surge de forma bastante visível, sobretudo nos programas noticiosos, mas também abre o seu espectro no que respeita à diversidade de abordagens temáticas (Schmidt, 2003).

Recuando, observa-se que, durante a crise energética dos anos 70, há um ênfase numa lógica

de “aproveitamento” útil do lixo, sobretudo presente em programas de origem estrangeira (nomeadamente produzidos nos EUA ou noutros países industrializados ocidentais), apresentando o desenvolvimento de inovações tecnológicas na utilização de desperdícios. Neste ponto vale a pena fazer uma nota sobre a palavra “aproveitamento”, utilizada nessa época frequentemente, e que antecede a palavra “reciclagem”, que se populariza em Portugal só na década de 90 (Schmidt, 2003).

O lixo torna-se nessa altura publicamente visível, assumindo grande protagonismo com as polémicas sobre a localização das estações de “tratamento” do lixo (aterros sanitários), ou a falta desse tratamento manifestado nas “lixeiros” a céu aberto, questões essas totalmente ausentes em todo o período anterior. A imagem emitida repetidamente nos anos 90, e que marcou fortemente o imaginário colectivo, consistia em montanhas de lixo urbano acumulado e espalhado pelo país a céu aberto e protestos populares contra uma situação descontrolada e nauseabunda. Estes protestos foram mediatizados utilizando uma forte componente emocional das populações locais revoltadas pela forma como se sentiram tratadas pelos responsáveis do país “sem respeito, tratadas como lixo, esquecidas politicamente e vítimas de injustiça social - 'vivemos aqui ao lado desta lixeira há anos e nunca ninguém fez nada'.” (in série documental de Luísa Schmidt, *Portugal - Um Retrato Ambiental*, 2004).

“O lixo torna-se o grande motivo de luta das populações locais, produzindo reacções intempestivas, o que indicia uma forte ressonância cultural eventualmente construída a partir da “velha” associação lixo/pobreza/desordem. Provavelmente, mais do que a proximidade repugnante do lixo, a questão das lixeiras terá ecoado em representações mais antigas e também noutras tensões sociais difusas no tecido da sociedade portuguesa.” (Schmidt, 2003:343). As populações sentiram que a saúde e higiene públicas não tinham sido acauteladas pelas entidades públicas, o que acentuou a imagem de um Estado no qual não se pode confiar. É neste sentido que Schmidt (2003) assinala que o lixo foi usado como “arma de arremesso político” durante a década de 90. Isto é, congrega em si uma forte componente cívica, social e política, na forma como se manifestou a desconfiança nas políticas e nas instituições oficiais, que “falharam” no cuidado devido ao bem comum e à saúde das populações.

Se durante o início da década de 90, o lixo era o tema ambiental dominante nos noticiários, com o encerramento das lixeiras, o tema passou a ser tratado de uma forma didáctico-pedagógica mais focada na reciclagem, perdendo o seu lugar na agenda noticiosa para os RIP (Resíduos Industriais Perigosos). Mas de qualquer modo já tinha “conquistado” o seu estatuto de problema ambiental (Schmidt, 2003).

IV. 2.2. Políticas públicas: os Planos Estratégicos de Resíduos Sólidos Urbanos

Foi portanto no contexto de articulação das imposições das directivas europeias com o diagnóstico da situação nacional, liderado pela Quercus, e com uma população que se manifestava revoltada alvo de forte mediatização, que veio a ser elaborado o primeiro Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU I). Aprovado em 1997 e a ser implementado até 2005, o seu principal objectivo era erradicar as lixeiras a céu aberto, as quais, até então, eram o único destino dos resíduos em Portugal.

O PERSU I faz eco da situação social que se vive, considerando como uma das premissas das linhas estratégicas duma nova política de resíduos sólidos urbanos a “necessidade de reganhar a confiança das populações, facultando-lhes no terreno, em estreita colaboração com as Autarquias, um cabal esclarecimento das situações, destrinçando claramente lixeiras de aterros sanitários, mitigando sensações de “imposição de cima” e substituindo a ideia de “vitimização” (decorrente da assumpção exclusiva de sacrifícios) pela aceitação do princípio atrás referido da “partilha de responsabilidade”.” (PERSU I, 1997:2).

Importante referir que até 1997 os fundos do primeiro QCA (Quadro Comunitário de Apoio - 1986-1992) já haviam dedicado, em vão, avultados montantes à construção de “supostos aterros” de RSU (Resíduos Sólidos Urbanos) (Schmidt, 1999b; Vieira, 2003).

Com o apoio forte do segundo QCA (1993-1999), o PERSU I, para além do encerramento das lixeiras, pretendia realizar a construção de infraestruturas de valorização e eliminação de resíduos, fazer o lançamento de sistemas de recolha selectiva, assim como o licenciamento de entidades gestoras de fluxos de resíduos urbanos.

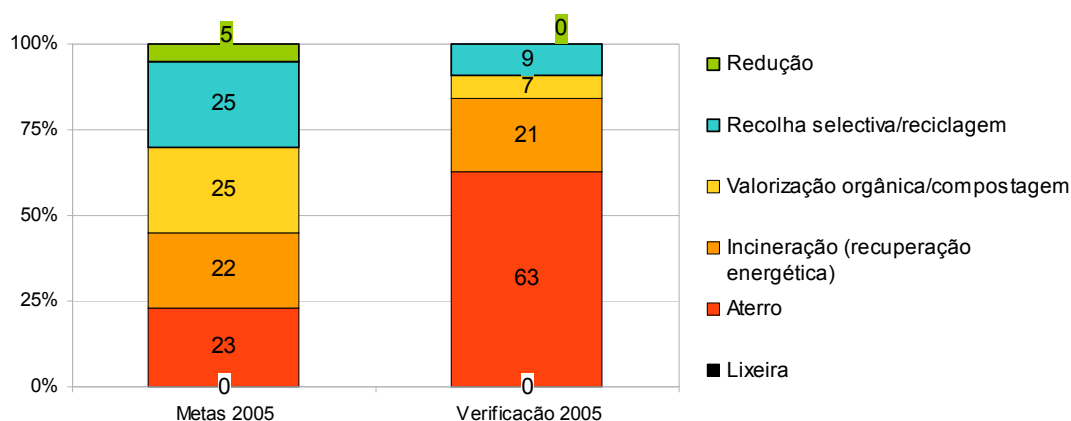
Considerava José Sócrates, então Secretário de Estado Adjunto da Ministra do Ambiente, que “o país tem todas as condições para vencer a batalha ambiental dos resíduos. Temos capacidade técnica e empresarial, recursos financeiros suficientes e uma vontade política assumida pelos diferentes poderes políticos – Governo e Câmaras Municipais – para dar uma resposta positiva a um dos mais sérios problemas ambientais que enfrentamos.” (in Prefácio ao PERSU I, 1997).

No fim do período de vigência deste Plano, em 2005, a avaliação face ao conjunto das metas não era muito animadora. Não deixa, no entanto, de ser admirável o ter-se conseguido encerrar mais de 300 lixeiras espelhadas pelo país a céu aberto. Acresce o facto da incineração de resíduos urbanos ter sido implementada em Lisboa (Valorsul) e no Porto (Lipor)¹⁵.

¹⁵ Valorsul - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, S.A. é a empresa responsável pelo tratamento e valorização das cerca de 950 mil toneladas de resíduos urbanos produzidos, por ano, em 19 Municípios da Grande Lisboa e da Região Oeste: Alcobaça, Alenquer, Amadora, Arruda dos Vinhos,

Mas os objectivos relativos ao desvio de resíduos das soluções de fim de linha (aterros sanitários e incineração), tinham ficado aquém do que o PERSU I preconizava. Os aterros recebiam uma quantidade de resíduos muito acima do esperado, o que lhes encurtava a esperança de vida prevista logo à inauguração. As diversas soluções de valorização, particularmente a reciclagem, a compostagem e a redução, apresentavam valores muito abaixo do necessário para a aproximação de um cenário europeu, como se pode observar no que se segue (Gráfico IV.6.).

Gráfico IV.6. Metas previstas e objectivos atingidos em 2005



Fonte: PERSU II, 2007

Sucedendo ao PERSU I, o PERSU II, que abrange o período 2007-2016, procura colmatar este diferencial, apresentando uma certa lógica de continuidade face ao período anterior, dando ênfase à prevenção de resíduos e ao sistema de informação, como pilares da gestão de RU (Resíduos Urbanos) (CNADS, 2007). Reforça também a importância dos actores mais directamente envolvidos nesta problemática, através de dois eixos designados por “sensibilização e mobilização dos cidadãos” e “qualificação e optimização da intervenção das entidades públicas no âmbito da gestão de RU”.

A necessidade do envolvimento e da participação activa da população na implementação desta política pública torna-se cada vez mais reconhecida ao nível do discurso político, como se pode ver nas palavras de Francisco Nunes Correia, então Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional: “Serão aliás os cidadãos a ter um

Azambuja, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lisboa, Loures, Lourinhã, Nazaré, Óbidos, Odivelas, Peniche, Rio Maior, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras, Vila Franca de Xira.

Lipor - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto, é a entidade responsável pela gestão de resíduos sólidos urbanos produzidos por Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Póvoa de Varzim, Valongo e Vila do Conde.

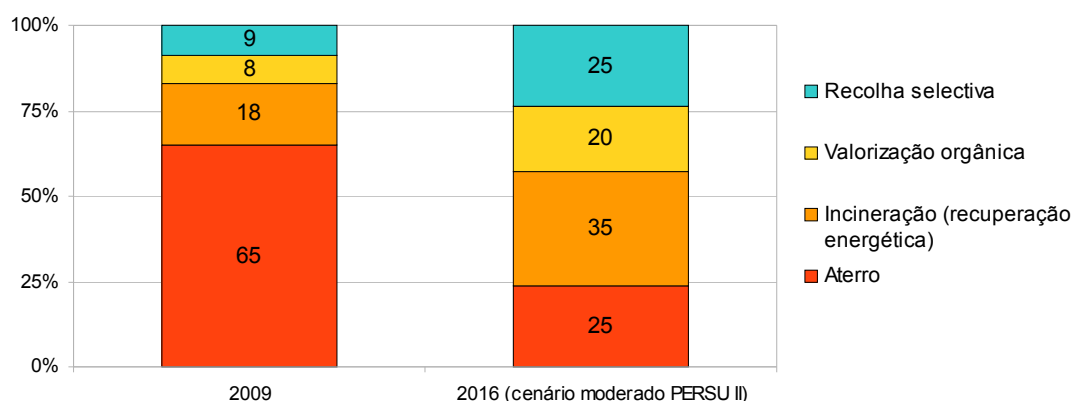
papel decisivo para o sucesso do plano, mediante a assumpção de uma conduta cada vez mais responsável na forma como separam os seus resíduos.” (in Preâmbulo do PERSU II, 2007: 13).

Fica claro que se apela à responsabilidade da população, à sua “boa” conduta e ao seu espírito voluntarista. Em vários estudos que se dedicam a esta temática do ponto de vista social, identificam este como um ponto frágil das políticas públicas de resíduos que apostam na reciclagem, ao colocar o alcance de certas metas dependente de uma adesão voluntária da população (Valente, 2001; Barr *et alia*, 2003; Schmidt e Martins (cood.), 2006). Esta ainda se torna mais frágil quando está ausente um programa bem definido no próprio plano estratégico, que se traduza em investimento na criação de envolvimento público, de forma consistente e com acções de continuidade.

A avaliação intercalar do PERSU II em 2009 indica que a situação continua muito aquém das metas que contribuem para a redução de resíduos urbanos para aterro, nomeadamente através da transferência para uma recolha selectiva (CNADS, 2011). O diferencial entre a realidade de 2009 e as metas previstas num cenário moderado para 2016 é expressivo do trajecto que ainda há a percorrer (Gráfico IV.7).

Algumas visões críticas consideram que a situação actual é o resultado do enfoque que a solução “aterros” teve durante a implementação do PERSU I na luta contra as lixeiras, acentuada com a possibilidade de recorrer a fundos europeus para a criação destas infraestruturas.

Gráfico IV.7. Dados reais em 2009 e metas do PERSU II relativamente ao destino final dos RU



Fonte: APA, 2010 in CNADS, 2011

A solução de substituição de lixeiras a céu aberto por aterros sanitários, marcou tão

fortemente o início da estratégia da política nacional de resíduos, que o PERSU II não parece ser suficientemente contundente para implementar de forma efectiva uma nova orientação de soluções capazes de reduzir as quantidades enormes de resíduos que continuam a ser depositados em aterro (CNADS, 2011).

No entanto, seja por força das directivas comunitárias, seja pelo esgotamento antecipado da capacidade dos aterros e a falta de financiamento para construir novos, é necessário que as soluções de recolha selectiva venham a contribuir decisivamente para uma diminuição de deposição de resíduos em aterro.

Esta situação da “insatisfação” presente face às metas europeias não deixa de ser consequência de um percurso específico em termos nacionais que reflecte o lastro de um retardamento na implementação das políticas públicas neste âmbito.

Apesar da evolução positiva, a partir do impulso dado à questão nos anos 90, continua a sofrer de lacunas e de interesse político e público. Para um conhecimento sobre o tema do ponto de vista social, a abordagem sociológica, pode contribuir de forma mais efectiva. Será a partir desta constelação de antecedentes históricos e culturais que se encontra a raiz mais recente da questão na sua articulação com a vida quotidiana actual.

IV.2.3. Notas breves sobre os ecopontos

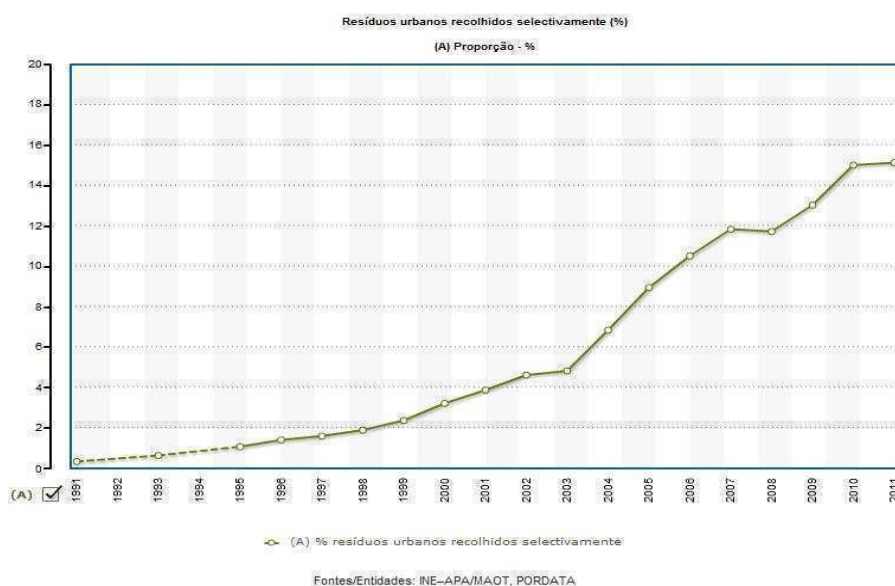
Antes de passar para o ponto onde se foca os estudos nacionais sobre a questão com uma abordagem sociológica, apresentam-se alguns dados relativos às infra-estruturas para a recolha selectiva que fazem parte integrante do contexto da prática de separação do lixo doméstico, enquanto umas das suas componentes materiais mais definidoras do desempenho e da própria identificação da prática.

O PERSU I preconizava um “reforço acentuado da recolha selectiva e da reciclagem multimaterial, que terá como vector dinamizador e de estruturação, a nível nacional, o Sistema Integrado de gestão de embalagens e resíduos de embalagens. Esta vertente de actuação será complementada pela implantação de infra-estruturas, equipamentos e serviços, como os ecocentros, as baterias de contentores específicos na rua e a recolha porta-a-porta, assim como pelas necessárias campanhas de informação/sensibilização tendo em conta o princípio da responsabilidade partilhada.” (PERSU I, 1997:58).

A criação da SPV (Sociedade Ponto Verde S.A., uma entidade privada, sem fins lucrativos), em Novembro de 1996 com a missão de promover a recolha selectiva, a retoma e a reciclagem de resíduos de embalagens, a nível nacional, vem no decorrer desta orientação política. Também ao nível do papel das autarquias houve algumas alterações, passando o

modelo a ser quase todo enquadrado em sistemas intermunicipais (EGF) ou multimunicipais. (CNADS, 2011). Como efeito do investimento infra-estrutural na rede de ecopontos colectivos pelo país, ainda que os resultados atingidos pela recolha selectiva no seu conjunto para reciclagem estejam abaixo do necessário para o cumprimento das matas nacionais, é observável a sua evolução positiva (Gráfico IV.8.) (para uma visão comparativa entre os diferentes fluxos ver Gráfico IV.1).

Gráfico IV.8. Evolução das recolhas selectivas



No que respeita à história dos ecopontos em Portugal, no âmbito da presente pesquisa, o que importa referir sobre esta infraestrutura é que foi inicialmente lançada numa lógica de separação por material, apenas em alguns pontos do país, na segunda metade dos anos 80 - Vidro no vidro, papel no papelão, plástico no plástico e metal do metalão. Somente o vidro teve uma difusão mais ampla a nível nacional, processo liderado pela indústria vidreira.

Nessa altura, os primeiros ecopontos, ainda restritos a poucas autarquias¹⁶, assiste-se às primeiras incursões em campanhas de educação ambiental nas escolas e de sensibilização para a separação dos resíduos à escala autárquica (Valente, 2001). Algumas dessas campanhas, como o caso de Oeiras e de Lisboa, tinham *spots* televisivos, o que lhes dava uma abrangência nacional em termos de emissão, ainda mais sendo a televisão o meio de comunicação hegemónico em Portugal e dominada pela exclusividade da RTP (Schmidt, 2003). No entanto, essa abrangência nacional das primeiras campanhas, inclusivamente as da SPV, entravam em

¹⁶ Sintra foi, de facto, um dos concelhos pioneiros na implementação de um sistema de recolha selectiva, com recurso a ecopontos enquanto infraestruturas colectivas no final dessa década (a este propósito ver Capítulo V).

contradição com a reduzida abrangência da rede de ecopontos que servia a população, causando aí, logo à partida uma dissonância comunicativa, com alguma excepção no que diz respeito ao Vidrão, cujo circuito de reciclagem estava já instalado por todo o país há alguns anos.

O vidrão foi, efectivamente, o primeiro equipamento colocado com uma maior abrangência no território nacional com o *slogan* “Vidro velho vira novo” inscrito no próprio contentor. No início eram colocados dois vidrões, um verde para vidro escuro e outro branco para vidro branco, mas perante a frequência com que o vidro branco era contaminado com vidro de cor, acabou por se optar apenas por um contentor para vidro.

No entanto, com a chegada da Sociedade Ponto Verde (1996), estes equipamentos passaram a reflectir uma outra lógica, a dos embaladores. Esta nova lógica estipulou que cada contentor se destinasse a um tipo específico de embalagens no âmbito dos resíduos urbanos de origem doméstica (*versus* os comerciais/industriais), designadamente embalagens de papel (contentor azul - papelão), embalagens de plástico e de metal (contentor amarelo – embalão) e embalagens de vidro (contentor verde – vidrão).

Do ponto de vista dos utilizadores, este processo de mudança ao nível da gestão de resíduos teve impacto, sobretudo no que se refere ao contentor amarelo, o plasticão, agora designado embalão continuando a ser amarelo, onde houve maior descontinuidade na maneira de separar. O embalão passou a consistir num receptor de embalagens, embalagens essas que são não só de plástico, mas também embalagens de metal (latas de alumínio, materiais ferrosos, etc.) e embalagens multimateriais que se vulgarizaram, como os pacotes para líquidos alimentares – PLA (pacotes de leite, sumo, etc.). Quebrou-se assim a lógica de materiais, que era mais “legível” para os utilizadores.

Efectivamente, no papelão, receptáculo de embalagens de cartão e papel, houve a “tolerância” dos embaladores de recepcionar jornais e revistas, o que proporcionou “oficialmente” a continuidade para o separador de usar contentor azul para depositar os seus jornais e revistas velhas (CNADS, 2011).

Apesar de tudo, no caso dos contentores azul e verde, embora a recolha passasse a ser por embalagem de papel e de vidro, respectivamente, puderam continuar a ser entendidos pelos utilizadores como um papelão e um vidrão, já que são receptores exclusivos para embalagens de apenas um tipo de material.

IV.3. O lixo na análise sociológica em Portugal

Para que as soluções de recolha selectiva preconizadas nas políticas públicas contribuam para a diminuição de deposição em aterro, as práticas quotidianas em relação ao lixo que é produzido pelos agregados familiares, têm uma importância política que não é possível ignorar e, como se viu, é explicitamente expressa nos próprios PERSU's. Apesar desta relevância, verifica-se que se trata de uma realidade pouco conhecida e estudada sociologicamente em Portugal. O que resulta é que este tipo de políticas públicas que dependem das práticas “voluntárias” da população, e que implicam mudanças ao nível do quotidiano, ficam reféns desse desconhecimento das realidades sociais.

Nos pontos seguintes, apresenta-se um conjunto de estudos sobre a temática no contexto da Sociologia em Portugal e faz-se uma análise diacrónica de dados dos Eurobarómetros sobre Ambiente das atitudes dos portugueses em relação à separação do lixo, cruzando a sua leitura com vários dos dados factuais, materiais e políticos que caracterizam a sua situação no país.

IV.3.1. Sobre o levantamento de estudos

Referiu-se no II Capítulo que os primeiros estudos em torno da adesão à reciclagem datam dos anos 70, nos EUA, e surgem no contexto de uma sociedade de consumo consolidada, com uma grande produção de lixo urbano, debatendo-se com os problemas relativos à solução a dar a essa questão; questão essa, encarada política, técnica, económica e ambientalmente como um problema e cujas soluções em curso começavam a dar sinais de esgotamento. Por um lado, os aterros sanitários estavam sobrelotados e, por outro, a incineração começava a confrontar-se com uma forte contestação por parte dos movimentos ambientalistas, devido à perigosidade dos subprodutos tóxicos gerados (em particular as dioxinas e os furanos).

A dificuldade de dar uma solução eficaz aos problemas gerados pela produção crescente de lixo em sociedades como os EUA, abriu espaço para que a reciclagem conquistasse, junto de decisores políticos e da opinião pública, a imagem de meio eficaz para travar este processo.

É nesse contexto, de abordar a reciclagem como a solução “milagrosa” para o problema dos resíduos, que emerge a reflexão de Schnaiberg (1992) a propósito das condicionantes e dos efeitos colaterais da aplicação prática da política, seja ao nível económico, pelas implicações no mercado de matéria-prima; seja ao nível ambiental, chamando a atenção da poluição nos processos de reciclagem e de integração de material reciclado na manufactura de novos produtos) e também ao nível social. Neste último nível acentua o facto de se tratar de uma tarefa nem sempre fácil e acessível para a população a quem é lançada a proposta de aderir

voluntariamente a esta prática, e que nem sempre apresenta credibilidade nos seus objectivos em termos económicos e ambientais, o que leva a questionar o discurso político que apresenta a reciclagem com a solução de excelência para os resíduos.

Nos anos 80, países europeus, como Alemanha, Suécia e Noruega, com um nível económico elevado e uma sociedade de consumo instalada, começam também a ser confrontados com o mesmo tipo de problemas na solução para os resíduos urbanos. Esta situação reflecte-se no surgimento dos primeiros estudos de caso na Europa, associados à adopção de soluções avançadas de sistemas de gestão e tratamento de resíduos, integrados numa lógica da política dos 3 R (Reduzir, Reutilizar e Reciclar), em que a participação das pessoas é requerida.

No caso português, da mesma forma que o lixo como problema ambiental só foi reconhecido pública e politicamente na década de 90, também só a partir dessa altura é que se encontram algumas (poucas) pesquisas académicas, com uma abordagem sociológica sobre a separação do lixo urbano para a reciclagem.

Nos anos 90, houve diversos projectos e programas aplicados, desenvolvidos por entidades com responsabilidades directas no sector, para as quais a adesão à reciclagem é parte integrante da sua actuação. Destes destacam-se a implementação de programas de reciclagem em determinadas cidades ou bairros, como por exemplo, os projectos desenvolvidos pela Câmara Municipal de Lisboa ou pela Câmara Municipal de Oeiras (1993), autarquias pioneiras no sector. Mais tarde, existem trabalhos desenvolvidos no contexto dos sistemas de gestão integrada de RU, com destaque para os trabalhos para a Lipor e posteriormente pela Valorsul, no âmbito da população que a sua área de actuação abrange. Estes documentos constituem, neste âmbito, um acervo interessante, ainda que fundamentalmente orientados por objectivos operacionais e técnicos, mais do que reflexivos e de produção de conhecimento sobre a questão dos resíduos urbanos na sociedade portuguesa.

Existem também relatórios institucionais da Sociedade Ponto Verde, da Agência Portuguesa do Ambiente, da Agência Europeia do Ambiente, da Comissão Europeia, da European Recovery and Recycling Association, que remetem para dados oficiais nacionais, que apresentam perspectivas nacionais sobre a questão, algumas das quais no quadro de comparações de indicadores a nível europeu.

Sobre a realidade efectiva dos resíduos urbanos em Portugal, destacam-se ainda estudos desenvolvidos por ONG, em especial pelo Grupo de Resíduos da Quercus, que desempenhou um papel crucial na identificação das lixeiras a céu aberto em Portugal nos anos 90, e desde aí, tem continuado a desenvolver um trabalho dedicado a esta área ambiental, protagonizado por Rui Berkmeier, um dos auditados no Parecer do CNADS (2011).

No que respeita aos estudos de carácter académico, destacam-se algumas pesquisas importantes, desenvolvidas no âmbito da área da engenharia ambiental, que têm em consideração aspectos sociais, embora marcados por outros quadros de referência dominante que não os de uma abordagem sociológica. É o exemplo do trabalho desenvolvido por Graça Martinho da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa (Martinho, 1998).

Por fim, identificam-se alguns trabalhos isolados enquadrados em teses académicas, que se desenvolvem no domínio das ciências sociais, por exemplo, sobre as variáveis situacionais na reciclagem (Gonçalves e Paíño, 1998), ou na área da Antropologia (Pais de Brito, 1994; Sara, 2011). ou ainda nas Economia ou Gestão (Dias, 1999).

Ainda que não desenvolvido na área da Sociologia, em 2004, foi realizado um inquérito nacional, no âmbito de um estudo promovido pela SPV, em contexto de avaliação do PERSU I, com um enquadramento académico na Psicologia Social (Valle *et alia*, 2004), que apresenta uma análise de dados quantitativos sobre o tema que constituem elementos de caracterização da realidade social do país sobre os resíduos urbanos e a separação a nível doméstico para a reciclagem.

Mais tarde, a SPV volta promover a aplicação de inquéritos - “Hábitos e Atitudes face à separação dos lixos domésticos” - em 2007 e 2011, ambos realizados no âmbito de empresas de estudos de mercado (SPV, 2007 e 2011).

No que diz respeito à Sociologia, são poucos estudos específicos sobre o tema a nível académico, inclusivamente consultando as actas dos congressos nacionais de Sociologia, desde a década de 90. Trata-se de uma temática de investigação sociológica recente e ainda muito carente no nosso país.

Exceptua-se, em termos de investigação sociológica o caso do Observa – Observatório de Ambiente, Sociedade e Opinião Pública¹⁷, onde se desenvolveram vários estudos sobre ambiente, em que o lixo surge como um dos temas ambientais, entre outros.

Os dados dos Inquéritos Nacionais do Observa “Os Portugueses e o Ambiente” aplicados em 1997 e 2000 (Almeida, 2000 e 2004) são estruturantes, sobretudo pelo seu carácter representativo em termos nacionais. Neles se incluem várias questões onde o lixo urbano é abordado, em termos de preocupações, conhecimento e práticas quotidianas. Anteriormente, à escala nacional, apenas foi aplicado o inquérito Gallup, em 1992, na fase pré-conferência do

¹⁷ Fundado em 1996, este programa de investigação, originalmente uma parceria entre ISCTE, ICS-UL (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa) e IPAMB (Instituto de Promoção Ambiental), está actualmente integrado no ICS-UL.

Rio de Janeiro.

Também o estudo sobre a mediatização do ambiente, a cujos resultados já fizemos referência (Schmidt, 2003), foi desenvolvido no âmbito do Observa, ainda durante a década de 90, assim como a pesquisa sobre o marketing ambiental e as campanhas pelo ambiente, em que o lixo é uma das temáticas mais recorrentes, sendo um tema ambiental protagonizado sobretudo pelo poder local, tal como a limpeza de espaços verdes de praias (Valente, 2001).

Mais tarde, o projecto dedicado à Educação Ambiental mostra que a temática Resíduos, enquanto objecto de acções de educação ambiental, surge com uma posição predominante no conjunto de vários temas ambientais (Schmidt *et alia*, 2010). Esta predominância da questão dos resíduos no âmbito da educação ambiental está articulada com a necessidade de cumprir as metas europeias e do PERSU, o que explica o investimento do poder local ou das empresas do sector em acções de educação ambiental, seja como apoios ou como promotores. Também noutro estudo de âmbito nacional dedicado à Agenda 21, o empenho das autarquias já se tinha evidenciado dentro da área ambiental na questão dos resíduos urbanos e da reciclagem (Schmidt *et alia*, 2008). Em ambos os estudos, várias potencialidades e constrangimentos dos contextos da esfera escolar ou da esfera municipal são identificados, o que se reflecte no impacto que tais acções têm (ou não) ao nível da sensibilização para a reciclagem e ao nível das práticas concretas das populações.

O Observa, para além do conjunto de dados provenientes dos estudos de carácter geral sobre o ambiente, que abordam a temática do lixo, também oferece, no enquadramento mais vasto da sua linha de investigação, dados de pesquisas de carácter qualitativo, que constituem um núcleo de conhecimento de base sobre a relação dos portugueses com as práticas de separação, tendo desenvolvido dois estudos que têm o lixo urbano como objecto de estudo específico (Bastos, 1998; Almeida (coord.), 1998).

Será, contudo, em 2004, que se inicia o projecto Separa®, o primeiro grande estudo realizado no Observa, em parceria com o CEEETA¹⁸, dedicado especificamente ao tema, que se distingue num contexto marcado pela quase ausência de trabalhos académicos em sociologia nesta área (Schmidt e Martins (coord.), 2006 e 2007).

Trata-se de um estudo regional de *action research*, que integra os concelhos de Sintra, Oeiras, Cascais e Mafra, com uma equipa interdisciplinar, nascendo de uma solicitação à universidade por parte da empresa de gestão de resíduos que tem essa área de abrangência geográfica – Tratolixo.EIM - e que se confronta com um dilema relativamente ao cumprimento do seu

¹⁸Centro de Estudos de Economia, Energia, Transportes e Ambiente.

plano estratégico: apesar do investimento em infraestruturas para a recolha selectiva, a adesão por parte dos habitantes da sua zona de abrangência não estava a ter os níveis esperados, mantendo-se baixo e aquém das metas exigidas.

Os resultados do Separa®, apesar de não serem de âmbito nacional, levantam um conjunto de questões que permitem reflectir sobre a realidade nacional (a este propósito consultar também o III Capítulo).

O Projecto Separa® durou cerca de 3 anos. A presente tese decorre desse estudo, procurando aprofundá-lo e conferir-lhe alguma continuidade e, ainda contribuir para o conhecimento sociológico sobre esta temática em Portugal.

O conjunto dos resultados destes trabalhos, quando analisados de forma integrada e na perspectiva do tema lixo e separação de lixo, apontam para várias tendências e “efeitos”, às quais se faz referência.

IV.3.2. “Separar o lixo para reciclar”: a prática na opinião pública

No contexto do desenvolvimento da tese, para além de apresentar dados relevantes para o entendimento do contexto nacional sobre a evolução política e a produção de resíduos em Portugal, procurou-se também encontrar uma forma que permitisse analisar a evolução da opinião pública sobre o lixo urbano, de modo a contribuir para o conhecimento sociológico desta temática na sociedade portuguesa. Para isso realizei a análise que se apresenta de seguida, recorrendo aos Eurobarómetros que apresentavam séries no tempo que permitiam fazer uma análise diacrónica e cruzada com aspectos políticos e de contexto cultural do país¹⁹. Ao longo dessa análise, faz-se a articulação com alguns dos principais resultados dos estudos nacionais anteriormente referidos, que no seu conjunto, constituem a plataforma de base do conhecimento sobre o tema na sociedade portuguesa, sobre os quais realizo uma análise integrada que procura aprofundar o tema.

Assim, os dados de opinião pública dos Eurobarómetros apresentam-se como mais um indicador a juntar a este quadro nacional do estado dos resíduos, para além dos dados e indicadores de carácter mais objectivo, nomeadamente os relativos à recolha selectiva. Ao mesmo tempo permitem conferir uma certa unidade aos dados, mais ou menos dispersos em pesquisas sobre ambiente, concentrando aqui a atenção na temática. Trata-se de indicadores subjectivos, reveladores da percepção dos indivíduos em relação ao lixo. Os Eurobarómetros

¹⁹Esta análise integrou o documento Observa, *O Ambiente em 25 anos nos Eurobarómetros* (Schmidt et alia, 2011).

Especiais de Ambiente²⁰, permitem localizar a especificidade da opinião pública nacional, por comparação com a média europeia, e ao mesmo tempo, permitem também fazer uma análise diacrónica desde 1986, ano da adesão à CEE, relativas às práticas quotidianas que envolvem o lixo, em particular a separação do lixo doméstico para reciclagem.

As próprias categorias de resposta dos Eurobarómetros são reveladoras e reflectem uma agenda política e económica da União Europeia. O desaparecimento de certas perguntas e categorias de resposta e a emergência de outras reflectem também a evolução das questões ambientais a nível institucional e político.

Metodologicamente, o facto de se tratar de dados recolhidos em contexto de aplicação de inquéritos por questionário obriga a uma salvaguarda na análise e interpretação: são respostas relativas a práticas “ditas”, o que significa que não se pode assumir como práticas “objectivadas” ou efectivas. De qualquer modo, as respostas dos indivíduos são sempre reveladoras socialmente, em particular dos problemas ambientais aos quais a população está mais atenta ou sensível na sua esfera de actuação diária.

Nos Inquéritos Nacionais do Observa *Os Portugueses e o Ambiente* (Almeida, 2000 e 2004) a dissonância entre as preocupações ambientais manifestas – genericamente bastante elevadas – e as práticas efectivas para proteger o ambiente – tendencialmente baixas, já se revelara.

Por seu turno, também revelam aquilo que de algum modo consideram que é (socialmente) esperado que façam, que gostariam de (já) fazer e que sabem que está ao seu alcance fazer. Isto é, há uma tendência para dar uma “boa resposta” e há a indicação de uma presença de componente moral ou ética que será explorado na análise do material empírico recolhido nas entrevistas. Sendo, genericamente, as práticas ambientais socialmente valorizadas de forma positiva, este factor tem algum peso nas respostas, o que não é impeditivo de interpretar as grandes tendências de adesão efectiva às práticas ambientais.

As práticas relativas ao lixo são abordadas nos Eurobarómetros através de uma dimensão mais doméstica/privada que se traduz na expressão “separar o lixo doméstico para reciclar” e de uma dimensão de carácter mais público do lixo “evitar deitar papéis ou outro lixo para o chão”.

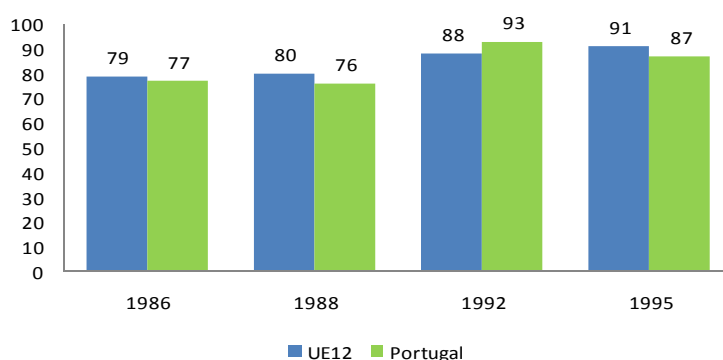
A dimensão de carácter mais público do lixo - “evitar deitar papéis ou outro lixo para o chão” - só esteve presente nos Eurobarómetros até meados dos anos 90. Trata-se de uma categoria com um pendor mais cívico do que ambiental propriamente dito, com um carácter consensual de se tratar de uma acção apropriada, que surge nas respostas dos portugueses com valores

²⁰Eurobarómetros especiais de Ambiente (1986, 1988, 1995, 1999, 2008, 2009, 2011), e mais recentemente os que se dedicam às Alterações Climáticas (2008, 2009).

semelhantes aos da Europa (perto dos 80%) (Gráfico IV.9.).

Esta categoria, e o peso que lhe é atribuído remete para a noção de que o “lixo é percebido primordialmente como uma fonte de poluição dos sentidos, desarrumação e desorganização do espaço publico.” (Bastos, 1998:4). O “mau aspecto” das ruas sujas e dos “outros” que deitam lixo para o chão, é uma questão que sobressaía nos estudos qualitativos realizados pelo Observa ainda nos anos 90 (Bastos, 1998 e Painel, 1998). Aliás, a falta de civismo das pessoas era apontada em primeiro lugar numa lista de causas do problema do lixo em Portugal (Schmidt *et alia*, 2000).

Gráfico IV.9. Evitar deitar papéis ou outro lixo para o chão (%)



Fonte: EBS ambiente 25 (1986), 29 (1988), 37.0 (1992), 43.1 (1995).

Em 1992, ultrapassa mesmo a média europeia, eventualmente fruto de uma conjuntura favorável ao despertar do tema lixo, que como se verificou teve o seu *boom* nos anos 90, sobretudo com o momento em que se começou a ter uma percepção mais crítica sobre a presença de lixo e das lixeiras a céu aberto, deixando cair o estatuto de problema invisível, assumindo o referido protagonismo mediático (“efeito mediático”) (Schmidt, 2003).

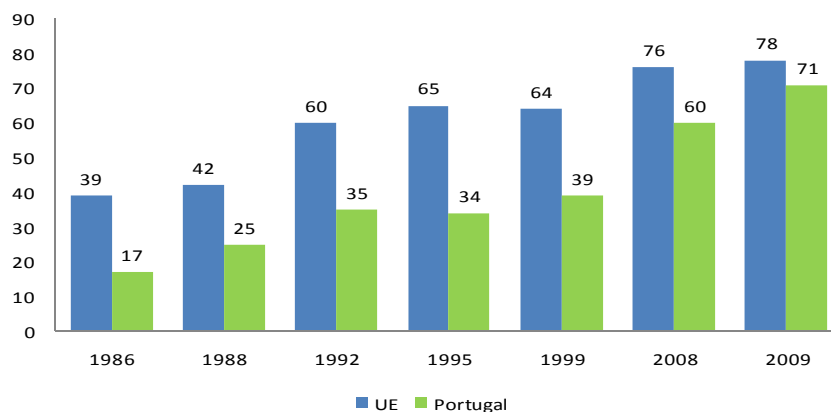
Enquanto esta categoria esteve presente, era a que recolhia mais peso em termos de práticas. A dimensão privada do lixo mantém-se nos Eurobarómetros e consolida-se enquanto prática ambiental nas respostas dos portugueses.

Se olharmos para a evolução da prática de “separar o lixo doméstico para reciclar” ao longo das últimas décadas, verifica-se que apresenta uma evolução crescente, tanto nos países da União Europeia, como em Portugal, mas neste apresenta um crescimento muito maior, porque parte de um nível mais baixo (Gráfico VI.10). Há aqui um sinal de um certo processo de recuperação relativo à questão do lixo, que reflecte a história política contada.

O aumento verificado nos anos 90, por comparação com os anos 80, reflecte o efeito do *input* das políticas europeias nesta área, no espaço europeu, em geral. No caso português em

particular, os dados reflectem o arranque tímido da recolha selectiva, ainda que no início se tratasse de uma recolha muito restrita a alguns pontos do país. Pode identificar-se assim um “efeito da pressão política europeia”.

Gráfico IV.10. Separar o lixo para reciclar (%)



Fonte: EBS ambiente 25 (1986), 29 (1988), 37.0 (1992), 43.1 (1995), 51.1 (1999) e 71.1 (2009).

EBS AC 69.2 (2008) que apresenta uma formulação mais próxima dos inquéritos realizados ao longo do tempo, permitindo assim uma comparação mais fiável do que os EBS Ambiente durante esse período.

Em 1997, ano da aplicação do primeiro inquérito nacional Observa Os Portugueses e o Ambiente, verifica-se uma separação ainda muito irregular de uma percentagem baixa da população. Em 2000, no segundo inquérito do Observa, pode observar-se uma evolução, reflectindo já o primeiro grande investimento em infraestruturas de recolha selectiva com o impulso do PERSU I.

Nos anos 80 só o vidro era recolhido para reciclagem num sistema de recolha a nível nacional. Vale a pena salientar que Sintra foi um dos concelhos pioneiros a ter recolha selectiva de plástico e papel com contentores colectivos, ainda nessa década.

Mas é na primeira década do milénio que o diferencial entre Portugal e os países da UE se vê reduzido substancialmente. Este crescimento observado deve-se, em grande medida, ao “efeito infra-estrutural” produzido pelo alargamento da rede de ecopontos, tornando o equipamento mais acessível (e visível) à população, na sequência da implementação dos eixos estratégicos que o PERSU I preconizava num sistema de recolha selectiva e de reciclagem multimaterial com a implantação de infra-estruturas e equipamentos, e que o PERSU II vem a executar de forma mais efectiva. Neste caso, estamos perante o que se pode designar de “efeito PERSU”.

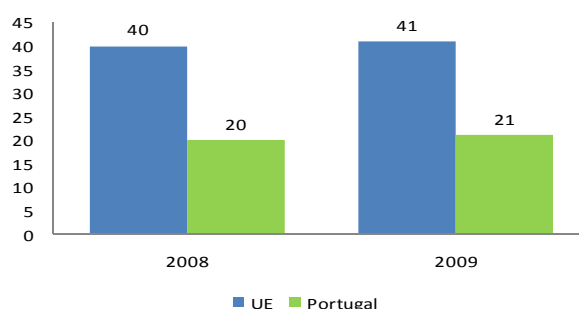
Um dos factores com grande capacidade de recrutar praticantes para a separação do lixo identificado em vários estudos, de âmbito internacional, mas também nacional, é

precisamente proporcionar as condições objectivas para a concretização da separação de lixo no quotidiano, isto é criar as infraestruturas, neste caso, uma rede de ecopontos colectivos e um sistema de recolha. (Bastos, 1998; Almeida (coord.), 1998; Valente, 2001; Almeida (org.) 2000 e 2004; Schmidt e Martins (coord.), 2006 e 2007).

IV.3.3. Consumir e produzir lixo

O ênfase político e económico expresso nas práticas em relação aos resíduos na UE, remete sobretudo para a necessidade de cumprir metas não só de separação para reciclagem, mas também de redução do lixo produzido, ou seja, operacionalmente, levar menos produtos para casa passíveis de serem reconvertidos em lixo quando se vai às compras (“embalagens descartáveis”). Mais recentemente, a articulação da produção do lixo com o acto do consumo surge através da categoria “redução do consumo de produtos descartáveis (sacos de plásticos, certo tipo de embalagens)”. Esta ideia da “redução”, em vez do discurso da “poupança” dos anos 80 e da primeira metade da década de 90, está também presente nos casos das práticas relativas ao consumo da energia e da água (Gráfico IV.11.).

Gráfico IV.11. Reduzir o consumo de produtos descartáveis (%)



Fonte: EBS ACs 69.2 (2008) e 71.1 (2009)

Ao nível do discurso político nacional reconhece-se que a Redução não se trata de algo imediato em termos de implementação. “Colocada no topo da hierarquia das prioridades da União Europeia, situada ao mais alto nível dos objectivos das organizações ambientalistas e pertencente à famosa tríade dos erres, a Redução da produção de resíduos tem tanto de óbvio e atractivo, na teoria, como de complicado e difícil na prática.” (PERSU I, 1997:51)

Em 1999, ano em que a dimensão de carácter público do lixo - “evitar deitar papeis ou outro lixo para o chão” - desaparece da lista de práticas questionada nos Eurobarómetros, foi também a primeira vez que surgiu uma categoria que relaciona o acto de consumir com o destino do lixo que se produz: “comprar produtos cuja embalagem possa ser reciclada”. É

importante destacar esta questão porque enquadra na esfera do consumo um momento de *empowerment* (Friedman, 1996) na produção de lixo e de decisão sobre o que irá acontecer à embalagem/resíduo a seguir ao consumo do produto, podendo, através da sua acção, reduzir a quantidade de lixo produzido.

Algumas visões críticas consideram que a situação actual é o resultado do enfoque que a solução “aterros” teve durante a implementação do PERSU I na luta contra as lixeiras, acentuada com a possibilidade de recorrer a fundos europeus para a criação destas infraestruturas. A solução de substituição de lixeiras a céu aberto por aterros sanitários, marcou tão fortemente o início da estratégia da política nacional de resíduos, que o PERSU II não parece ser suficientemente contundente para implementar de forma efectiva uma nova orientação de soluções capazes de reduzir as quantidades enormes de resíduos que continuam a ser depositados em aterro (CNADS, 2011).

Em vez de se perspectivar o lixo como a última etapa de uma cadeia da vida de um produto, assume-se o lixo como parte integrante, tanto da produção, como do consumo, sendo o elo de ligação de fluxos de produção-consumo. O lixo deixa de aparecer limitado ao final de uma cadeia de produção - sendo atirado para o chão ou sendo conduzido para a reciclagem – explicitando a sua produção em momentos prévios, incorporado de forma não declarada nas práticas de compra/consumo, remetendo para uma visão de circulação e de fluxos consumo-lixo-produção.

Neste contexto de articulação da prática de consumo com a produção de lixo, Portugal apresenta valores bastante abaixo da média europeia (cerca de metade), o que tem consequências ao nível da produção do lixo doméstico. Ou seja, ainda são poucos os portugueses que, quando está a fazer compras, estão também a ter em conta o lixo que vão fazer depois do uso dos produtos e que destino lhe dará. O que remete para um “efeito de iliteracia” seja ao nível do ambiente, seja ao nível do consumo.

Tal constata-se de forma muito concreta nas entrevistas realizadas no trabalho de campo: mesmo nos mais convictos e empenhados separadores de lixo, não está presente no acto das compras o lixo que está a “levar” para casa. Há aqui uma lógica de mercado que apresenta assim os produtos – embalados – e isso funciona como um dado adquirido (e imutável), de um ponto de vista “passivo” de consumidor. Esta falta de articulação reflecte uma eventual falta de informação/percepção do ciclo de vida dos bens de consumo ou, também, expressa o carácter mundano, invisível e inconspícuo de muitas das práticas diárias com impactos no ambiente.

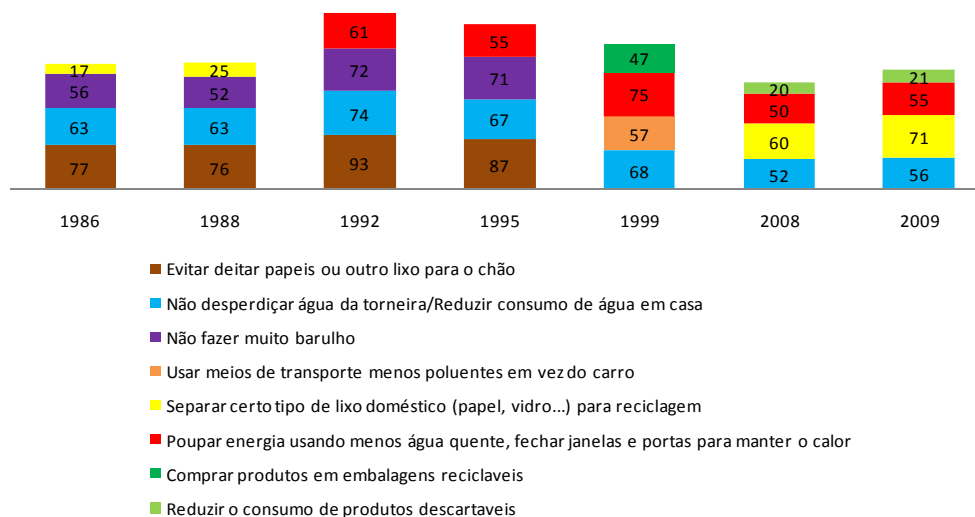
No entanto, ao nível do discurso político, é frequente, ao longo dos PERSU I e PERSU II, a

referência à importância do ciclo do produto e do seu impacto no quadro dos resíduos produzidos, mas trata-se mais de uma dimensão técnica, do que uma questão de quotidiano.

IV.3.4. O lixo no conjunto das práticas ambientais

A evolução da questão da separação, para além de analisada do ponto de vista da sua evolução comparada com a média europeia como se observou no ponto anterior, também se evidencia em termos da sua evolução de posicionamento em relação a outras práticas quotidianas ambientais (Gráfico IV.12.).

Gráfico IV.12. Evolução das principais práticas ambientais em Portugal



A análise comparativa da evolução das principais práticas ambientais apresenta paralelismos e desfasamentos entre a média europeia e Portugal (ver Gráfico IV.13. em anexo). Assim, “evitar deitar papéis para o chão”, “não fazer muito barulho” e a “poupança da água” encontram-se presentes nas práticas dominantes até 1995, em Portugal.

Quanto à “separação dos lixos” observa-se uma forte e constante presença na Europa. Em Portugal, surge nos anos 80, em quarto lugar, mas com valores muito abaixo das outras práticas dominantes e, em termos comparativos com a média europeia, os valores são cerca de metade. Em 2008 e 2009 passa, no entanto, a ser a prática de topo no contexto de outras práticas ambientais, mesmo acima da redução dos consumos de água e energia.

Do ponto de vista do consumo, as práticas mais comuns entre os europeus, são as mesmas que em Portugal – “comprar produtos em embalagens recicláveis” e “reduzir o consumo de produtos descartáveis” - mas com valores que duplicam os dos portugueses, tal como acontecia nos anos 80, em relação à “separação dos lixos”. Observados no seu conjunto, no

que diz respeito ao consumo chamado “ecológico”, os dados mostram que Portugal se tem encontrado, ao longo do período em análise, longe da UE em termos de práticas quotidianas de consumo, reflectindo o contexto histórico, anteriormente referido. A evolução na opinião pública da preocupação ambiental no acto de consumo parece ser um processo lento e “residual”.

IV.3.5. Reciclar pelo Ambiente em 2011

No mais recente Eurobarómetro Especial de Ambiente sobre as atitudes dos cidadãos europeus em relação ao ambiente, em 2011, verifica-se que o “aumento do lixo”, surge em sexto lugar na hierarquia das preocupações ambientais dos europeus (33%), verificando-se um acentuar desta questão deste 2007 (24%). A preocupação relativamente a este problema ambiental manifesta-se pelos portugueses numa linha paralela aos restantes europeus com 33% dos inquiridos a colocar o assunto na sexta posição.

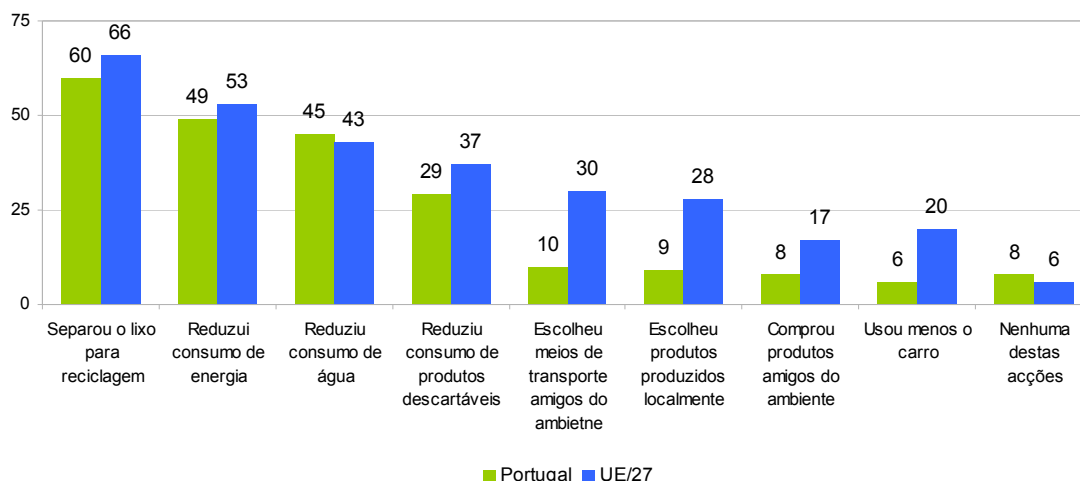
Quando se passa para a questão de identificar quais as 3 acções prioritárias do quotidiano para protecção do ambiente, a “separação de lixo” assume-se como a prática eleita por 66% dos portugueses, mesmo acima da média europeia (57%), seguindo-se a redução do consumo de energia com 44%. Entre outros factores, este lugar cimeiro e destacado no caso português da prática quotidiana de “separação de lixo”, remete para o facto de se tratar de uma acção mais “conhecida” que se associa à protecção do ambiente. Como já se referiu, a propósito das questões que envolvem o consumo, há outros itens em que a iliteracia ambiental se faz sentir e por isso recruta menos respostas a nível nacional em comparação com a média europeia. Por exemplo, o “escolher produtos agrícolas produzidos localmente” é uma prática que não se encontra associada (ainda) ao ambiente na opinião pública portuguesa (14% para uma média europeia de 28%), isto é, não se relaciona esta opção pelo consumo local com o evitar do CO₂ dos transportes dos produtos agrícolas que percorrem diariamente longas distâncias.

Quando se passa para uma pergunta mais concreta sobre as práticas efectivamente praticadas, pode observar-se que a acção que a maioria dos portugueses (60%) afirma ter realizado no último mês por razões ambientais foi “separar o lixo para reciclagem” (Gráfico IV.14.).

Segue-se a redução dos consumos de água e de energia. Estas duas últimas acções são marcadas mais por uma lógica de economia doméstica, sobretudo em tempos de crise - já que a redução destes consumos se reflecte directamente nas facturas do agregado - do que por uma lógica de protecção do ambiente e de consumo sustentável. Trata-se, aliás, de práticas mais “passivas”, enquanto o destaque da prática da separação do lixo para reciclagem pode ser vista como um reflexo também dos esforços de sensibilização que foram realizados neste

âmbito, na sequência dos investimentos em infraestruturas de tratamento de resíduos realizados, desde 1997.

Gráfico IV.14. Fez alguma destas acções no último mês por razões ambientais? (%)



Fonte: EBS Ambiente 365 (2011)

A implementação de uma rede abrangente de ecopontos colectivos distribuída pelo país, concluída *grosso modo* em 2005-2006, facilitou o aumento desta prática, tornando-a mais acessível de ser realizada a quem a isso se predisponha ou, pelo menos, tornou-a mais popular, através da própria visibilidade pública dos ecopontos, podendo apontar aqui os “efeitos do PERSU e das infraestruturas.”

No entanto, se tivermos em conta a média europeia, verifica-se que, para quase todas as práticas, os portugueses estão abaixo da média cerca de 10 valores percentuais, sendo precisamente apenas na categoria “nenhuma das acções” que apresentam um valor superior. Este é um outro dado importante em termos sociológicos, sobretudo porque permite perspectivar a integração da questão dos resíduos na problemática mais abrangente do ambiente em Portugal, em termos sociais e culturais.

Se compararmos com a média europeia, estas respostas nacionais indicam um desfasamento face a uma cultura ambiental europeia. O constrangimento da passagem à prática na sequência das preocupações manifestas é, eventualmente marcada, pelo lado do consumo, por questões de informação e de responsabilização do seu papel de consumidor, o que revela o “efeito da iliteracia”, e mais profundamente a ausência de uma “cultura ambiental” (Nave *et alia*, 2001). Outro dado que ressalta da análise a estes dados sobre as práticas ambientais quotidianas é um “efeito da esfera domestica feminina”, na medida em que as mulheres são mais activas

ambientalmente do que os homens, sobretudo separam mais o lixo e consomem mais produtos locais. Este facto relaciona-se com se tratar de práticas que, de um modo geral, remetem para a esfera doméstica, na qual predomina o protagonismo feminino, em particular na cozinha (relacionadas com a alimentação e a confecção das refeições).

O “efeito geracional” ao nível das práticas “ditas” é também bastante visível no que diz respeito à separação do lixo. Os dados mostram que são os portugueses mais novos, entre os 15 e os 24 anos, que mais afirmam separar o lixo, bastante acima da média, revelando-se mais disponíveis a colaborar e com uma cultura ambiental mais elevada (Nave *et alia*, in Almeida, 2000 e 2004) Também são os mais jovens que apresentam um valor mais elevado na escolha de meios de transporte amigos do ambiente, assim como na opção por consumir produtos amigos do ambiente, manifestando em geral uma maior sensibilidade ambiental, expressando um efeito resultante da educação ambiental que muito se tem concentrado tematicamente na questão dos resíduos, no âmbito da esfera escolar²¹, mas também ao nível de acções promovidas pelas autarquias e empresas municipais²² (Schmidt *et alia*, 2010).

A população estudante (que corresponde *grossa modo* aos mais jovens) revela-se mais sensível à prática da separação dos lixos e à necessidade de redução dos consumos de água e energia - temáticas ambientais tratadas no âmbito da escola, seja a nível curricular, seja a nível de projectos de educação ambiental. Para além dos projectos formalmente integrados na categoria de educação ambiental, constata-se também um conjunto de práticas e actividades relacionadas com a preservação de recursos e protecção ambiental nas escolas, a maior parte delas relacionadas com resíduos, como a reutilização de papel usado ou recolha de papel, plástico, vidro, latas, pilhas, tinteiros para reciclar, ou mesmo a compostagem. São actividades que contribuem para incutir uma cultura de sustentabilidade, através da implementação de práticas do quotidiano que podem ser incentivadas na escola (Schmidt *et alia*, 2010).

Por seu turno, se tivermos em conta a escolaridade dos inquiridos, verifica-se que se trata de uma variável articulada com a adopção de práticas de quotidiano que protegem o ambiente. Quanto mais escolarizados, mais práticas ambientais estão activas, pelo menos ao nível das práticas “ditas”, o que significa algum grau de conhecimento sobre o que se está a questionar, denotando-se assim o “efeito da escolaridade” nesta temática, mesmo que não na prática efectiva, encadeado com o “efeito da educação ambiental”.

Ainda que se trate de uma situação em evolução positiva, será que a prevalência de um certo

²¹ Do total de projectos recenseados em escolas, 78% enquadram-se nesta temática, sendo a maior parte focado nos e R (46%) e na compostagem (22%) (Schmidt *et alia* 2010).

²² Do total de projectos recenseados em organizações não escolares, 40% enquadram-se nesta temática (Schmidt *et alia*, 2010).

desfasamento entre a sensibilidade da população portuguesa demonstrada em relação a esta prática e o seu valor efectivo material que a monitorização da recolha selectiva regista (longe das metas), pode ser reflexo da concentração na confiança de soluções técnicas de tratamento, subestimando o papel de agência das populações nas suas práticas quotidianas?

O conjunto que compõe este quadro não favorece a captação da população para a prática da separação do lixo para a reciclagem ou para a redução do lixo, no sentido de atingir as metas preconizadas pelos planos estratégicos. O facto é que os investimentos em infraestruturas e tecnologias foram feitos, mas em termos de comunicação com a população as iniciativas têm sido mais difusas e descontínuas. Não há um nível paralelo, ou sequer aproximado, de investimento concreto no envolvimento da população, o que se espelha em situações que estiveram na origem e no encerramento do projecto Separa®.

Fazendo uma análise global, a elaboração e a implementação das políticas públicas dos resíduos em Portugal não têm sido acompanhadas com um conhecimento sociológico da sociedade portuguesa na sua diversidade e no seu quotidiano. Contudo, será a partir deste conhecimento que as políticas podem chegar ao cidadão de forma mais eficaz e assertiva.

Ainda que o PERSU refira “A educação deve desenvolver-se de forma planeada e acompanhar a concretização das outras bases estratégicas. A educação não deve cingir-se a simples programas de educação ambiental, mas incluir também a formação e a qualificação profissional, dada a importância decisiva que esta componente poderá ter para o bom funcionamento dos sistemas, o que constitui uma condição fundamental para o sucesso das acções de sensibilização.” (PERSU I, 1997:60). No entanto, o que se observa empiricamente é que a educação ambiental se tem fechado sobre a esfera da escola (Schmidt et alie, 2010).

Apesar dos dados dos Eurobarómetros revelarem uma elevada sensibilização para a separação do lixo para reciclagem, associado à questão do ambiente, os dados da monitorização objectiva da recolha selectiva, embora crescente, revelam ainda um baixo desempenho desta prática no quotidiano dos agregados familiares.

Em vários pontos revela-se também a falta de informação e de literacia ambientais, uma característica que acompanha a sociedade portuguesa, fazendo parte de uma história própria à qual se apontou alguns aspectos considerados relevantes para compreender a realidade dos resíduos no país. Mas remetendo para o enquadramento da questão dos resíduos urbanos na sociedade portuguesa, não será apenas o défice de “literacia e cultura ambiental” que explica o baixo desempenho de práticas ambientais. A disponibilização atempada de informação e uma informação adaptada às competências de recepção do público, constitui uma condição necessária para uma participação social (Linden *et alia*, 2006), mas, apesar de importante, não

é suficiente para que as práticas se efectivem e incorporem de forma consolidada no quotidiano dos indivíduos. Vários estudos em torno das mudanças de comportamento na área do ambiente no que respeita a questões de consumo de energia e de resíduos, assim o vêm demonstrando (Schmidt e Fonseca, 2006).

A opinião pública foi desenvolvendo uma certa sensibilidade aos problemas criados pelo lixo, mas não acompanhou a velocidade com que o problema cresceu. A política emerge ainda sem a literacia prévia que a questão exige, agravada pela visão das lixeiras, geradoras de reactividade social à sensação abandono político e à forte articulação “lixo-pobreza” da qual se queriam distanciar. A problemática do lixo reflecte a ausência de uma cultura democrática e cívica de participação e de um “denominador comum de sensibilidade ambiental” (Schmidt, 2003). Assim, no início dos anos 90, não existia um contexto social de recepção com capacidade de absorver a dimensão do problema dos resíduos e, simultaneamente, as soluções “racionalizadas” propostas por uma UE, onde o problema do lixo já era equacionado há décadas em sociedades de consumo consolidadas, mais informadas e com níveis de escolaridade muito mais elevados que em Portugal.

Estas lacunas, que se compreendem à luz da história, têm consequências ao nível da capacidade de estimular a participação, a mobilização e a cidadania ambientais. Este desacerto constitui um entrave à participação, sendo premente encontrar novos modelos comunicacionais e de envolvimento social, como a *community-based research*, com uma lógica *bottom-up* (Pereira *et alia*, 2006).

Apesar de várias campanhas e de programas televisivos terem abordado o tema (Valente, 2001; Schmidt, 2003; Schmidt e Martins (coord.) 2006 e 2007), tal não foi ainda suficiente para uma mudança efectiva e consistente de práticas quotidianas relativamente ao lixo. Aliás, como se irá ver, não é a falta de informação a principal razão identificada para não se separar.

E mesmo a educação ambiental realizada em contexto escolar há mais de uma década, embora tenham tido resultados positivos e influência nos comportamentos familiares, não se revela suficiente para a consolidação de mudanças de práticas em relação à deposição do lixo doméstico a um nível mais abrangente da sociedade portuguesa. Se é certo que a educação ambiental tem vindo a institucionalizar-se, ganhando um lugar próprio nas escolas, existe uma “carência de articulação entre as competências curriculares com os processos de aprendizagem dos direitos e deveres associados a uma participação cívica activa às escalas local, comunitária e global, que assegure a sustentabilidade efectiva dos programas educativos sobre o ambiente, e talvez por isso os seus frutos estão a ser mais tardios do que se poderia

esperar. Os efeitos da educação ambiental acabam por ficar aquém do que seria desejável e possível.” (Schmidt *et alia*, 2010:208).

Do mesmo modo, a recorrência a campanhas mediáticas utilizando meios como a televisão para incentivar a adesão na esfera doméstica a práticas de separação fica restrito a um efeito de sensibilização, se não for acompanhada por outros factores, em particular as infraestruturas e uma comunicação mais próxima, criando relações sociais numa base de confiança.

No caso português, e independentemente das dificuldades inerentes à partida a um processo de mudança de práticas no quotidiano, as entidades responsáveis pelo ambiente não têm actuado de uma forma planeada e consistente no âmbito da comunicação pública. De uma forma geral, trata-se de acções pontuais e localizadas, que não promovem a continuidade e consistência de um rumo, não se verificando uma avaliação e/ou uma reflexão sobre os resultados dessas intervenções junto da população. Consequentemente, não há produção de saber e de conhecimento de forma sistemática e científica. Por outro lado, parece haver pouca capacidade para desencadear um processo de aproximação das entidades oficiais aos cidadãos no sentido de estabelecer uma relação de confiança essencial (Valente, 2001).

Em suma, do conjunto dos dados recolhidos e analisados sobre a evolução material e social do estado dos resíduos em Portugal, destacam-se alguns pontos que importam reter.

1) Um dos pontos a assinalar é que se verifica uma relação entre soluções para resolver o problema do lixo urbano crescente, em particular a opção por sistemas de gestão e tratamento de resíduos urbanos que incluem a componente da triagem para reciclagem, e o desenvolvimento de estudos (sobretudo por entidades envolvidas no sector) em torno da questão do comportamento das populações em relação à separação para reciclagem. Isto é, há uma relação entre o reconhecimento político e social da questão e a necessidade de produção de estudos sobre a temática, o que em Portugal só surge na década de 90.

2) Um segundo ponto que a recolha bibliográfica sobre os estudos sociológicos relativamente aos portugueses e sua atitude perante o lixo e a reciclagem revela é que se trata de uma área que carece de maior maturidade. Do que existe, destacam-se alguns dados provenientes de trabalhos desenvolvidos pelo Observa, entre 1996 e 2004, e, sobretudo, do projecto Separa® (2004-2007) que, no seu conjunto, marcam a importância do tema para o conhecimento da sociedade portuguesa, e abrem a possibilidade de desenvolver trabalho nessa área. A presente tese pretende ser mais um contributo para a criação de uma plataforma de conhecimento sociológico sobre a matéria, podendo equacionar-se o desenvolvimento de uma linha de *waste studies* em Portugal.

3) Por fim, ao cruzarem-se um conjunto de dados materiais e estatísticos com alguns

resultados das pesquisas, revelam-se alguns “efeitos” que se reflectem e ajudam a compreender as diversas atitudes dos portugueses em relação ao lixo tais como o “efeito consumismo recente”, o “efeito escolar”, o “efeito mediático”, o “efeito infra-estrutural”, o “efeito política pública europeia”, o “efeito PERSU”, o “efeito geracional”, o “efeito literacia”, o “efeito da educação ambiental”. São efeitos de diversa ordem e que actuam em diferentes graus ao nível das práticas de separação do lixo doméstico, efeitos a ter presente na análise qualitativa que se realiza no âmbito da presente tese.

V Capítulo

Sobre a questão do lixo no concelho de Sintra vista por olhares institucionais

Neste capítulo apresento o cenário institucional dos resíduos urbanos no concelho de Sintra²³, tendo como objectivo principal fornecer elementos contextuais para uma leitura mais integrada da análise sobre os dados provenientes do trabalho de campo, realizado junto dos residentes no concelho através de entrevistas e de observação directa.

Para dar corpo a este capítulo que analisa o contexto institucional da questão do lixo no concelho de Sintra recorro a material recolhido através de entrevistas, contactos e consultas directas com as diversas entidades que estão no terreno e lidam com a esfera pública dos resíduos urbanos, nomeadamente a Tratolixo, a Câmara Municipal de Sintra, a HPEM, a SUMA e as Juntas de Freguesia²⁴.

Recorro também a um conjunto de dados e de documentos oficiais que caracterizam a situação dos resíduos urbanos no concelho e, ao mesmo tempo, revelam as orientações que contribuem para a materialização da política de resíduos a nível municipal.

No fundo, trata-se de uma análise de enquadramento que ilustra o ponto de vista das instituições públicas na relação com a população que servem, centrando-me num dos eixos de análise da presente tese: a *dimensão comunicacional, política e de participação pública*.

V.1. O lixo em Sintra, as entidades que protagonizam oficialmente a questão

Em termos de evolução da população, verifica-se um aumento do número total de habitantes do concelho e uma crescente densidade populacional em algumas freguesias. Esta tendência de aumento populacional no concelho de Sintra acompanha o que se verifica no conjunto Área Metropolitana de Lisboa, mas apresenta algumas zonas de crescimento massivo, sobretudo nos anos 80 e 90. Na segunda metade da década de 80 começou um “surto” de construção imobiliária descontrolado e sem planeamento, sobretudo ao longo da linha ferroviária Sintra-Lisboa, que mudou radicalmente a configuração da própria paisagem da zona. Este crescimento e concentração populacional, reflectiu-se ao nível do aumento de

²³ O processo de opção por centrar o trabalho de campo no concelho de Sintra está explicitado no III Capítulo, em que dou conta das questões metodológicas envolvidas na presente pesquisa.

²⁴ Tal como descrito no III Capítulo, grande parte da informação que é analisada neste ponto foi recolhida no âmbito do projecto Separa®, em particular, as entrevistas junto dos 20 presidentes das Juntas de Freguesia do Concelho de Sintra, enquadradas na Iniciativa Ecofreguesias.

resíduos produzidos, ainda mais numa fase que coincide com a instalação de novos hábitos de consumo aos quais já fiz referência no capítulo anterior.

O sistema infraestrutural de gestão e tratamento de resíduos da AMTRES (Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos)²⁵ foi é um dos primeiros do país, tendo iniciado o seu processo de instalação e construção em Trajouce, em 1985-6. Contudo, não foi dimensionado para este tão “desproporcionado” aumento população. Perante este fenómeno populacional, o sistema da AMTRES foi sendo confrontado com a necessidade de se ir “adaptando” ao longo do tempo às necessidades de uma população em crescimento exponencial.

Aliás, quando, com o PERSU I, se assume como meta nacional encerrar as lixeiras do país, a AMTRES já começava a ter de lidar com os limites do seu aterro sanitário e a alargar e requalificar o seu sistema de triagem de recicláveis, existente desde meados dos anos 80 e que recebia os resíduos da recolha selectiva já instalada em Oeiras e Sintra.

A recolha e a deposição dos resíduos urbanos é uma obrigação das autarquias, ainda que as formas como o façam possa assumir diversos contornos. No caso do concelho de Sintra, associou-se aos concelhos de Cascais e Oeiras em 1985-6, formando a AMTRES.

A origem deste processo remonta a 1980, ano em que se deu início a um conjunto de reuniões de trabalho entre representantes dos Municípios de Cascais, Oeiras e Sintra, com vista à resolução de problemas inerentes ao tratamento de resíduos sólidos urbanos, sobretudo pela necessidade que estes concelhos identificavam em construir uma unidade de tratamento para receber e tratar os resíduos produzidos que iam para lixeiras a céu aberto.

Em Sintra, a maior lixeira situava-se no Cacém e, dentro da Câmara Municipal de Sintra, o Vereador que tinha a seu cargo a Higiene Pública nos anos 80, criou um grupo de trabalho com técnicos de engenharia do ambiente (dos primeiros a terminar a licenciatura em Portugal) precisamente para fechar essa lixeira e criar um sistema de tratamento intermunicipal.

Na sequência do processo foi lançado um concurso público para a concepção e construção de uma central de tratamento mecânico e biológico (TMB), por compostagem (processo de degradação biológica aeróbia de resíduos), com capacidade de recepção de 150.000 toneladas de resíduos indiferenciados.

Assim, seguiu-se a criação, em 1990, a TratoLixo, uma empresa intermunicipal de capitais integralmente públicos, detida em 100% pela AMTRES, e responsável pela gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos produzidos na sua área geográfica, que inclui tratamento,

²⁵ À qual se viria a juntar o concelho de Mafra, em 1999-2000.

deposição final, recuperação, reciclagem e comercialização dos materiais transformados. Em 2000, com a adesão do concelho de Mafra, o sistema alcançou a sua configuração actual, com 3 unidades de tratamento e valorização de resíduos que compreendem as instalações distribuídas geograficamente pela Abrunheira (Mafra), Ericeira (Mafra) e, desde o início, em Trajouce (Cascais).

Com o esgotamento da capacidade do Aterro Sanitário de Trajouce e tendo dificuldade em encontrar um espaço para o novo aterro, a AMTRES tomou a iniciativa de, no início de 2003, propor à TRATOLIXO o desenvolvimento de um Plano Estratégico cujos objectivos seriam encontrar a solução com maior sustentabilidade económica e ambiental, tendo por base a disponibilidade do Município de Mafra para receber um aterro de refugos, indispensável a qualquer sistema de gestão de resíduos.

Perante a situação a TRATOLIXO apresentou ainda em 2003, o Plano Estratégico de Resíduos para os Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra (PERECMOS²⁶) tendo o mesmo sido aprovado em Assembleia Intermunicipal da AMTRES, em Setembro desse ano, para dar início a sua implementação em 2004. Este Plano estabeleceu as grandes linhas de orientação estratégica, os pressupostos de base, os objectivos e as prioridades, para o sistema AMTRES, cuja solução proposta aproveita as infraestruturas existentes (compostagem e incineração da Valorsul) e criando algumas novas (digestão anaeróbia e aterro sanitário de apoio).

A solução proposta foi considerada como parte integrante da Estratégia Nacional para a Redução dos Resíduos Urbanos Biodegradáveis Destinados aos Aterros (ENRRUBDA), o que lhe confere a conformidade com a política nacional para os resíduos.

Para além deste alinhamento com as metas das políticas nacionais, este plano estratégico recebeu na altura um parecer positivo por parte do Centro de Informação de Resíduos da Quercus, por fazer uma aposta “essencialmente na valorização orgânica e na reciclagem e relegando para segundo plano soluções de fim de linha como a incineração e o aterro.” (Berkemeier, 2005).

Este plano colocava a Tratolixo numa linha de actuação um pouco distinta do sistema hegemónico dominado pela EGF com sistemas multimunicipais, que foram criados já no contexto de enquadramento do PERSU I, mais de uma década depois da AMTRES. Eventualmente, o seu pioneirismo tem vindo a criar algumas dificuldades acrescidas ao sistema da AMTRES por se encontrar numa situação diferenciada relativamente à maior parte

²⁶ O Plano pode ser consultado em www.tratolixo.pt.

dos sistemas do país. Esta situação tem vindo a colocar em causa algumas das medidas que o plano original propunha (Ribeiro,2010), desvirtuando-o e interrompendo muito do que começou a ser feito. Tais factos podem, aliás, estar na origem de actualmente (em Dezembro de 2012) a Tratolixo anunciar publicamente a sua falência.

Por seu turno, a HPEM – Higiene Pública, Empresa Municipal - foi constituída pelo Município de Sintra em Maio de 2000, detendo este 100% do capital social da empresa municipal. Trata-se da empresa que assume a actividade que legalmente é atribuída ao Município de Sintra, no domínio da higiene e limpeza pública, nomeadamente no que respeita à recolha de resíduos sólidos urbanos. Exerce a sua actividade de recolha de resíduos em toda a área do Concelho de Sintra, através de meios próprios e/ou pela gestão de contratos celebrados com empresas prestadoras deste tipo de serviços, nomeadamente a SUMA²⁷. O mesmo ocorre no que diz respeito aos serviços de limpeza urbana (www.hpem.pt).

Desde o início da sua actividade, a HPEM tem elaborado diversas campanhas de sensibilização, quase sempre em colaboração directa com a SUMA, que desenvolve ao materiais de divulgação e realiza as acções de educação ambiental e animações nas escolas no concelho. A presença institucional da Câmara Municipal de Sintra está sempre presente, enquadrando-se muitas destas acções no Programa Municipal de Sensibilização Ambiental. (ver um exemplo de uma das acções em anexo na Figura V.1).

Até 2000, antes da criação da HPEM, a recolha de resíduos e a limpeza pública era assumida directamente pela Câmara, com a existência de uma Divisão de Higiene Pública e Resíduos no seu organograma. O surgimento da HPEM não se deveu a nenhuma decisão de estratégia nem de âmbito político nem de âmbito técnico em relação aos resíduos, mas tratou-se de uma situação de recurso tomada pela Presidente da Câmara em 2000 perante a intransigência do sindicato dos funcionários que faziam greves sistemáticas contra a iminência de alterações de horários propostas ao regime de trabalho devido a falta de pessoal. Não se conseguia então recrutar ninguém para trabalhar na recolha do lixo. Aos concursos públicos só apareciam mulheres que eram admitidas para varredura, mas continuava a faltar pessoal para a recolha nocturna. Esta situação de falta de pessoal ocorria simultaneamente com o crescimento da população, tendo mesmo de se recorrer à contratação externa da SUMA para certas zonas do concelho.

Na altura surgiam várias empresas municipais no país e optou-se por essa alternativa, mas que

²⁷ A SUMA ([Grupo Mota-Engil](http://www.grupo-mota-engil.com) e [Urbaser](http://www.urbaser.com)) procura promover a Cidadania Activa e actuar numa perspectiva de mudança, desenvolvimento e Responsabilidade Social, tendo como áreas de actuação a Recolha de resíduos, limpeza urbana, gestão e tratamento de resíduos; análise laboratoriais e educação ambiental (www.suma.pt).

*“na prática nada mudou”*²⁸, havendo uma transferência da Divisão da Câmara para a HPEM. As mudanças começaram a ocorrer gradualmente depois, com uma autonomia cada vez maior ao nível da decisão por parte da HPEM (ainda que pertença 100% à Câmara Municipal de Sintra). No entanto, umas das consequências desta opção foi um afastamento operacional da AMTRES, por uma questão de estatuto. Isto é, quem pertence à AMTRES é a Câmara de Sintra mas é a HPEM que assume a competência da acção, não havendo uma instância de articulação e de comunicação com a Tratolixo. Esse “afastamento” não foi inócuo. De facto, desde que a HPEM iniciou a recolha, começaram a existir várias tensões entre a administração da Tratolixo e a da HPEM.

Quem trabalha na Câmara desde o início da AMTRES e tem acompanhado todo este processo, considera que a Câmara se tem vindo a *“demitir das suas responsabilidades”*, deixando as decisões a cargo da HPEM, ainda que seja com 100% de financiamento municipal. E também se tem “demitido” de tomar parte das decisões da Tratolixo, ainda que seja o município maioritário da AMTRES. O processo desde 2000 tem sido vivido com desresponsabilização *“a tarefa está entregue e por isso não se pensa mais nisso”*.

Tudo isto cria um distanciamento entre as entidades, o que também não favorece o estabelecimento de relações institucionais fortes que favoreçam uma melhoria do sistema. Não se pode dizer que inter-conhecimento, coordenação e cooperação sejam palavras que caracterizam as relações entre estas entidades ao longo dos últimos anos.

Este conflito têm-se mantido ao longo do tempo, o que não favorece uma comunicação fluida entre as entidades envolvidas no sector e a população, que no fundo acaba por receber os reflexos dessa situação, ainda que não os consiga identificar claramente, porque as entidades não se “mostram” de uma forma consistente. O resultado mais evidente é que, quando há problemas a resolver, a população não sabe a quem se dirigir e por isso reclama junto da Junta de Freguesia que está mais próximo, ou continua a dirigir-se à Câmara Municipal (ainda que cada vez menos, devido à informação que os próprios serviços da Câmara dão aos “reclamadores” de que vai encaminhar a “queixa” para a HPEM).

V.2. A evolução da recolha selectiva no concelho

No início dos anos 80 o sistema de recolha de resíduos era bastante rudimentar, com contentores colectivos de metal e, em vários locais, existiam apenas bidons cilíndricos de

²⁸ As expressões em itálico emergem de entrevistas de carácter exploratório junto de técnicos da Câmara Municipal de Sintra.

metal, sem tampa. Nos núcleos não urbanos, com bastante actividade agrícola, muito do lixo produzido era aproveitado ou como comida para os animais, ou ficava acumulado nos terrenos agrícolas para fazer composto.

Com a já referida formação da AMTRES em 1985-6, ocorre uma grande mudança ao nível da rede de contentores de indiferenciado e inicia-se a título experimental a recolha selectiva.

Pode assim dizer-se que a recolha selectiva no concelho de Sintra tem o seu início em 1985, com a colocação de vidrões, para vidro branco e de cor, sendo um dos concelhos pioneiros do país, seguindo o exemplo de Oeiras, que tinha vidrões desde 1983 (Cardoso, 2001). Este arranque da recolha selectiva do vidro não se deve a motivações ambientais, mas à necessidade das vidreiras da Marinha Grande que, em cada fornada, precisam de incorporar pelo menos 10% de casco velho. Foram as vidreiras que forneceram 25 pares de vidrões, primeiro a Oeiras e depois a Sintra, e ofereceram ainda uma viatura com uma grua para despejar o vidro. A própria divulgação partiu destes agentes. A Câmara na altura acolheu esse interesse das vidreiras com a motivação de uma AMTRES recém-criada e apostada em soluções inovadoras para o lixo dos seus concelhos.

Assim, em termos de registo de recolha selectiva de vidro, o primeiro identificado pela HPEM, remonta a 1988 com 429 toneladas recolhidas.

Em 1988, a recolha selectiva passou também a incluir o papel, tendo o município adquirido “papelões”, que foram colocados na via pública, junto aos vidrões pré-existentes. O registo da quantidade recolhida nesse ano inaugural foi na ordem das 22 toneladas. No entanto, em termos de registos, a HPEM afirma que só voltou a ter dados sobre essa recolha selectiva de papel a partir de 1992, registando-se 73 toneladas.

Por fim, foi já durante a década de 90 que foram introduzidos os plasticões, completando assim o Ecoponto. O primeiro registo de recolha é de 400 Kg em 1993. Os dados subsequentes surgem só para 1997, já um embalão no regime SPV (Sociedade Ponto Verde) com 24 toneladas.

Estas notas relativas às quantidades na primeira fase revelam bem como o sistema ainda carecia de monitorização integrada, sendo experimental em Portugal.

No fim da década de 90 (1998), no concelho de Sintra existiam cerca de 420 vidrões, 250 papelões e 83 embalões. Actualmente existem cerca de 900 ecopontos distribuídos pelo território do concelho, como uma cobertura *per capita* de cerca de 400 habitantes por ecoponto. Actualmente co-existem diversos tipo e modelos de contentores para a recolha de resíduos, indiferenciados e selectivos, colocados em diferentes fases deste processo de instalação da recolha selectiva, o que se reflecte numa diferença de “idade” dos próprios

ecopontos, diferença sentida pelos próprios residentes no concelho, como se poderá constatar no VIII Capítulo²⁹.

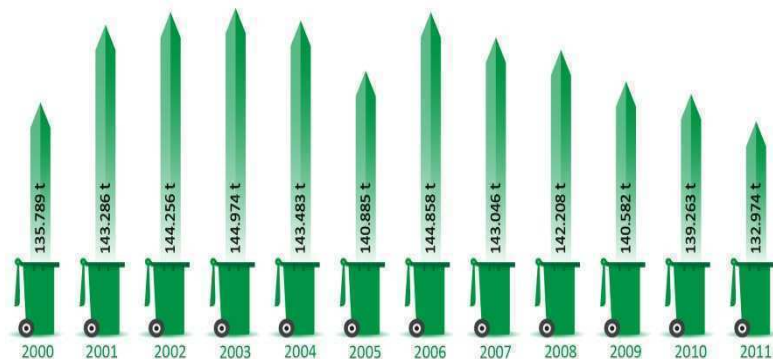
Os circuitos de recolha selectiva de recicláveis a cargo da HPEM são estabelecidos em função dos materiais a recolher e não da zona, como acontece nos circuitos de recolha indiferenciada. Genericamente, a periodicidade do vidro é de uma vez por semana. Para o papel/cartão e para as embalagens, a recolha pode ocorrer uma, duas ou três vezes por semana, dependendo dos circuitos. Na zona abrangida pela recolha lateral a recolha de todos os materiais é mais frequente devido à facilidade que esse sistema proporciona em termos operacionais para quem recolhe, tendo por isso sido instalada preferencialmente em zonas de grande densidade urbana.

Em termos de evolução da recolha de lixo indiferenciado e selectivo, observa-se um decréscimo nos últimos anos que acompanha o movimento de retracção no consumo devido ao contexto de crise (HPEM, 2012).³⁰ (ver em anexo Figura V.4., e Gráfico V.1.)

Figura V.2.

EVOLUÇÃO DAS QUANTIDADES NA RECOLHA INDIFERENCIADA

A recolha indiferenciada representa 72% dos RU recolhidos



Fonte: www.hpem.pt

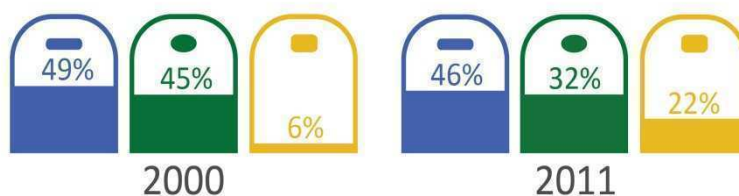
²⁹ Quanto a ecopontos de superfície existem contentores Cyclea de 2500 litros, Prismático de 2500 litros, Iglo de 1500 e 2500 litros, contentores de recolha lateral em PVC de 2400 litros e contentores de recolha lateral metálicos de 3200 litros. No que diz respeito aos ecopontos subterrâneos existem também vários modelos e capacidades, nomeadamente Subtainer, Molok-3 e 5, Villiger-Ticino SubTicino-4 e -5. Existem ainda contentores específicos para recolha de pilhas e para a recolha de óleos de cozinha (www.hpem.pt).

³⁰ “O total de resíduos urbanos recolhidos no Concelho de Sintra sofreu um aumento progressivo até 2008 (excepto o ano de 2005), tendo-se verificado o primeiro sinal de inversão, apesar de ligeira, em 2009.(...) Este sinal foi reforçado no ano seguinte, onde se registou uma redução de 1,8% em relação ao total recolhido em 2009. Este ano [2011] registou-se uma redução muito significativa, de 7,4 % em relação a 2010, situação que resulta certamente da crise onde o país está mergulhado e que se regista um pouco por todo o país.”(HPEM, 2012).

Figura V.3.

EVOLUÇÃO DA PERCENTAGEM DE CADA VALÊNCIA RECOLHIDA EM ECOPONTO

Desde o ano 2000 o Concelho de Sintra enviou para a reciclagem
20.795 toneladas de embalagens de plástico/metal
45.110 toneladas de vidro
63.451 toneladas de papel/cartão



Fonte: www.hpem.pt

V.3. Exemplos de descontinuidades

Como já se referiu, Sintra foi dos primeiros concelhos a fazer recolha selectiva e, nesse contexto, destaca-se a experiência piloto de recolha porta-a-porta na freguesia de Algueirão-Mem Martins, em meados dos anos 90, sob a orientação da AMTRES, mas com a execução a cargo da Câmara Municipal de Sintra. O projecto visava adequar o tipo de recolha ao sistema de tratamento final adoptado pela Tratolixo – a compostagem – de forma a que os resíduos que provinham da recolha selectiva dos resíduos orgânicos viessem a ser processados por digestão aeróbia e os inorgânicos encaminhados para uma linha de triagem de reciclagem. Para isso, a recolha selectiva tinha apenas duas fracções: a dos orgânicos e a dos inorgânicos, sendo o papel e o vidro colocados nos contentores colectivos de recolha selectiva já existentes na zona no espaço público e que foram alvo de um reforço na altura. Teve lugar numa zona residencial de moradias (cerca de 1500) em que os agregados já possuíam um contentor de 120 litros para o lixo, e passaram a ter outro de cor diferente. Tendo em consideração os hábitos já adquiridos, manteve-se a recolha 3 vezes por semana, mas para resíduos distintos, mas com vantagens na recolha porque se utilizava a mesma viatura. Este sistema veio a ser alargado a um bairro de prédios (com 2 contentores de 800 litros por prédio) e a vários restaurantes da mesma localidade.

Tratou-se de um projecto em que várias acções prévias foram desenvolvidas pela Câmara Municipal de Sintra junto da população a ser envolvida, seja através de contacto directo via telefone, seja através da colaboração do grupo de escuteiros em acções porta-a-porta para esclarecimento e incentivo à separação, e ainda, através da distribuição de ímanes e folhetos informativos. Assistiu-se a um trabalho de acompanhamento e de proximidade. Numa fase

inicial, 70% dos resíduos recolhidos eram separados correctamente, observando-se uma grande motivação, seja por parte da população, seja por parte da Câmara Municipal de Sintra, em particular a Divisão que tinha os resíduos a seu cargo.

Por motivos políticos e organizacionais, a situação vem a sofrer um revés e, em 2001, o projecto acaba por ser abandonado, precisamente na altura em que a Câmara delegou a área dos resíduos à HPEM, colocando a questão à população de uma forma abrupta, informando “*de um dia para o outro*”, que ia terminar a recolha nos moldes de uma recolha porta-a-porta. Vários pontos de vista diferentes entre a HPEM, a empresa com a recolha a seu cargo, e a Tratolixo têm marcado o desenrolar da política executiva dos resíduos no concelho, independentemente do que pode servir melhor as populações. O caso deste projecto evidenciou esse conflito de interesses, cada uma das partes referindo-se à “*má vontade*” da outra. A HPEM reclamando que eram custos muito elevados de recolha e que a Tratolixo recebia tudo como indiferenciado. A Tratolixo afirmando que a HPEM misturava tudo na recolha, descredibilizando a separação perante a população, inviabilizando o alargamento do sistema de recolha porta-a-porta, porque lhe convinha uma recolha através dos ecopontos. Considerava ainda que o interesse económico era o que movia a HPEM, independentemente do interesse tanto da população, que se tinha revelado bastante receptiva ao sistema, como do próprio sistema de tratamento da AMTRES.

Mais recentemente, em 2004, a Tratolixo, no âmbito da sua estratégia, pretendeu assumir um papel de maior protagonismo junto da população, no sentido de a informar sobre o lixo que trata e sobre a forma como o lixo deverá chegar à estação de tratamento, no intuito de atingir as metas de reciclagem a que era obrigada pelo PERSU. Foi precisamente nesse âmbito que surgiu o projecto Separa®. Aliás, pretendia-se inclusivamente fazer a recolha selectiva, de forma a controlar a qualidade do que chegava a Trajouce, tal era a insatisfação com o serviço prestado pela HPEM.

No entanto, no concelho de Sintra, as relações conflituosas entre a entidade de recolha e a entidade de tratamento persistiram, acentuadas com questões político-partidárias nas diferentes Câmaras associadas na AMTRES, acabando por levar àquilo que um dos protagonistas do PERCMOS intitulou como “*O fim de uma estratégia*” (Ribeiro, 2010).

Este conflito tem sido noticiado, seja ao nível da imprensa regional seja nacional, podendo eventualmente vir a ser alvo de uma análise mediática específica, mas no contexto da actual pesquisa, o que importa referir é a existência deste tipo de conflito de interesses entre as entidades com responsabilidades no sector e que o seu “desentendimento” se reflecte no serviço prestado à população, a qual, alheia de uma forma geral a estes conflitos, apenas nota

que nem tudo funciona bem, nem tem a manutenção esperada, nem é um sistema com unidade e desconhecem o destino do lixo que produzem, desde logo, não identificando claramente a entidade que o recolhe.

No entanto, após o período de maior intervenção pública da Tratolixo, a HPEM foi indirectamente pressionada a assumir uma atitude “mais empenhada”, ao perceber que como empresa, ainda que municipal, estava sujeita à concorrência, uma situação “nova” com a qual a HPEM ainda não se tinha confrontado como empresa.

Um outro exemplo de descontinuidade do mesmo género, com uma quebra repentina no envolvimento da população aconteceu no próprio projecto Separa®, no âmbito da iniciativa Ecofreguesias 2007. Esta iniciativa visava o envolvimento de inúmeras entidades da sociedade civil na separação dos resíduos urbanos e foi desenvolvida juntamente com as Juntas de Freguesia e a Tratolixo (Schmidt e Martins (coord.), 2007).

Das 20 Juntas de Freguesia do Concelho de Sintra, 15 participaram na iniciativa durante o ano de 2007, envolvendo 117 entidades locais. No âmbito da Iniciativa Ecofreguesias foram distribuídos mais de 2000 ecopontos de interior para equipar as entidades participantes com o objectivo de implementar a separação nas suas sedes e locais de funcionamento, incluindo as instalações das próprias Juntas de Freguesia. A participação na iniciativa incluía uma componente de formação sobre resíduos e seu tratamento, que abrangeu cerca de 200 participantes.

Quadro V.1. Número de Formandos no Concelho de Sintra, na Iniciativa Ecofreguesias

Membros do executivo que receberam formação (incluindo presidentes)	17
Funcionários das Junta de Freguesia	35
Entidades locais envolvidas e que receberam formação (algumas das entidades fizeram-se representar por mais de um elemento)	117
Entidades com fins lucrativos	30
Entidades de solidariedade social	28
Associações cívicas e recreativas	30
Instituições de ensino	29

Fonte: Schmidt e Martins (coord.), 2007

Após um balanço bastante positivo, que tinha inclusivamente excedido as expectativas de participação em termos de entidades locais, e depois de se terem equipado as entidades participantes com ecopontos de interior para a separação de resíduos, numa lógica de “ano zero” da iniciativa, o projecto foi cancelado (com a mudança da administração da Tratolixo),

gorando, mais uma vez, as expectativas das populações envolvidas e revelando uma atitude de “desrespeito” público pelo público e, também pelas próprias Juntas de Freguesia do Concelho que estavam envolvidas no processo.

V.4. A visão particular das Juntas de Freguesia

As conclusões da primeira fase do projecto Separa® realçaram a importância das Juntas de Freguesia enquanto órgãos fundamentais em termos de intervenção local junto da população na questão dos resíduos urbanos, por duas ordens de razões essenciais que se prendem com a vantagem da proximidade: o conhecimento que possuem do território e a relação com entidades locais e população residente (Schmidt e Martins (coord.), 2006 e 2007).

Neste sentido, as Juntas de Freguesia desempenham um papel importante ao nível do lixo no espaço público e práticas da população. Uma vez que a limpeza e manutenção do espaço público, aspectos que contribuem para a qualidade de vida das pessoas, são competências totais ou parciais desta entidade local, esta encontra-se numa situação privilegiada de proximidade com potencial de dinamização para a construção e preservação do espaço público comum, a nível local. Se se perspectivar esta rede relacional tendo como ponto de partida a busca de soluções para o lixo, a população pode ser envolvida e convidada a participar através das suas ideias e práticas para a melhoria desse espaço comum - no sentido de espaço da comunidade - e as entidades locais, em particular as Juntas de Freguesia, podem desempenhar um papel fundamental de facilitadoras ou mediadoras, entre as políticas públicas e os residentes (Schmidt e Martins (coord.), 2006 e 2007; Bulkeley e Gregson, 2009).

Assim, tendo em consideração que o problema comum que se levanta perante a necessidade de dar resposta ao “deitar o lixo fora para onde?”, nas entrevistas realizadas aos presidentes das Juntas de Freguesia do Concelho de Sintra abordaram-se questões relacionadas com o conhecimento e relação da Junta de Freguesia com a população de uma maneira geral e, de forma mais específica, no que diz respeito aos lixos. Este material empírico é relevante para a perspectiva analítica de compreender a capacidade das Juntas de Freguesia de envolver e dinamizar localmente a população para a sua participação social na melhoria do local onde vivem, remetendo para os princípios fundamentais da Agenda 21 Local. Optou-se por fazer uma análise de conjunto, sem identificar as Juntas de Freguesia, referindo apenas quando o facto de se tratarem de Juntas de Freguesia predominantemente rurais ou urbanas, parece traduzir-se nalguma distinção relevante para a questão dos resíduos.

Segue-se a apresentação das principais categorias de análise realizada aos discursos dos

presidentes das Juntas de Freguesia enunciadas no III Capítulo, nomeadamente:

1. O potencial dinamizador da Junta de Freguesia
2. A relação com a população e mecanismos de aproximação à população
3. Avaliação das práticas dos residentes em relação aos resíduos
4. A relação da Junta de Freguesia com o sistema de recolha e gestão dos resíduos urbanos
5. A avaliação do sistema de recolha e limpezas públicas
6. A Junta de Freguesia como poder local

V.4.1. O potencial dinamizador da Junta de Freguesia

Independentemente do conjunto de competências que estão atribuídas às Juntas de Freguesia na legislação³¹, observa-se uma tendência transversal para que estas entidades locais desenvolvam serviços e actividades de proximidade com as populações, sobretudo em determinadas áreas e junto de determinados grupos sociais.

Uma das convicções presente no seu discurso ao longo das entrevistas é a de que as Juntas de Freguesia são de facto o órgão de poder do Estado mais próximo do cidadão e, por isso, os serviços e actividades que desenvolvem conseguem ao mesmo tempo ser móbil e reflexo de um movimento de aproximação. Esta proximidade traz inerente o reconhecimento de um assumir de competências e responsabilidades que formalmente não são suas, mas das quais não se demitem. Às competências atribuídas pela legislação, junta-se o conhecimento da realidade local e no caso do ambiente e do lixo, a questão coloca-se justamente neste patamar de actuação.

O potencial de trabalho das Juntas para desempenhar tarefas ao nível dos resíduos urbanos e do ambiente traduz uma certa predisposição política dos seus órgãos eleitos para alargar o seu âmbito de trabalho a uma área onde não têm competências directas, mas na qual já têm uma prática de tarefas articuladas à limpeza por uma questão de “brio” em relação à sua freguesia. Ainda que alguns dos presidentes tenham ao nível do seu discurso, manifestado uma visão mais abrangente e global do ambiente e da sua transversalidade no âmbito de um desenvolvimento sustentável e em articulação com alguns dos princípios da Agenda 21 Local, a maior parte dos presidentes revela que o seu conhecimento em relação a questões ambientais é sobretudo focada em preocupações locais. Esta visão mais dirigida a problemas

³¹De acordo com a Lei nº169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5A/2002 de 11 de Janeiro, as competências próprias das Juntas de Freguesia distribuem-se por diferentes domínios de actuação e não incluem directamente os resíduos urbanos. Mediante a celebração de protocolos de delegação de competências com as respectivas Câmaras Municipais, podem integrar competências que se articulam à limpeza e manutenção do espaço público.

específicos e localizados é mais recorrente nas freguesias predominantemente rurais, onde a Junta de Freguesia leva a cabo certas actividades em torno do ambiente e dos resíduos, mesmo que ultrapassem as suas competências. As preocupações manifestam-se em questões de saneamento básico, como descargas ilegais, deposição de monos e entulhos nas matas e bermas das estradas, poluição de rios e ribeiras, entre outras, situações mais frequentes nas zonas rurais do concelho.

Em cerca de um quarto das 20 Juntas de Freguesia de Sintra, a questão ambiental faz parte das suas preocupações e actividades do dia-a-dia, concretizando e incorporando essa questão em várias actividades, nomeadamente ao nível de acções de formação e educação ambientais. Mas a atitude mais generalizada expressa pelos presidentes das Juntas é que o Ambiente é uma das suas preocupações, a par de outras, no sentido em que é visto como algo que afecta o bem-estar da população e, por isso, merece a sua atenção e cuidado.

A componente mais concreta da dimensão do seu potencial de trabalho é dada pelas actividades e serviços que as Juntas de Freguesia levam a cabo na área do ambiente e dos resíduos urbanos, indo além das suas obrigações legais, verificando-se que, apesar de uma grande carência de recursos humanos e financeiros, cumprem funções neste domínio. Importante deixar expresso que a definição das competências das Juntas de Freguesia é um tema caro e delicado para a generalidade dos entrevistados que acentuam frequentemente que desenvolvem actividades para além do que é a sua obrigação legal, mas que assumem como uma obrigação social e política perante a população que servem.

Ao solicitar que descrevessem as actividades que levavam a cabo na área dos resíduos urbanos é possível identificar algumas que são transversais à maior parte das Juntas de Freguesia e que se revelam um complemento essencial ao trabalho das entidades envolvidas no sistema de recolha de resíduos urbanos, que, aliás para a maioria dos presidentes não é suficiente para fazer face às necessidades. A título de exemplo refira-se a “vigilância” sobre o funcionamento do sistema de recolha e o fazer de “ponte” entre a população e as entidades do sistema. Este papel de “ponte” concretiza-se através da recepção e reencaminhamento de reclamações da população; do “sensibilizar” a Câmara Municipal e a HPEM para situações que consideram carentes de intervenção (seja ao nível da recolha ou das infraestruturas); do “disponibilizar” de meios para a recolha de lixo, sobretudo resíduos verdes e monos que se acumulam à volta dos contentores; do “apoiar” certas actividades de educação ambiental nas escolas, etc.

O desenvolvimento deste tipo de actividades varia de Junta para Junta. Cerca de metade que têm uma actuação nesta área meramente reactiva às iniciativas de outras entidades - seja de

grupos locais, seja da Câmara Municipal – dando o seu apoio, enquanto a outra metade afirma ter iniciativas “por conta própria” no que diz respeito ao lixo. Esta atitude está mais presente nas freguesias rurais, facto que deixa transparecer que são Juntas que sentem uma maior necessidade de se “substituírem” às entidades responsáveis que, segundo estes presidentes, muitas vezes “se esquecem delas”, por se tratar de populações mais envelhecidas e com menos capacidade de reivindicação. As áreas mais qualificadas não serão tão facilmente “esquecidas” pelas entidades competentes, uma vez que têm mais população e, consequentemente, um orçamento mais elevado e, ao mesmo tempo, uma população com maior grau de exigência e maior capacidade de manifestar junto de quem tem a responsabilidade a sua insatisfação.

V.4.2. A relação com a população e mecanismos de aproximação à população

As Juntas de Freguesia têm vários mecanismos de aproximação à população, sendo a divulgação e sensibilização encarada e uma forma geral pelos seus presidentes, como uma das suas principais funções na área do ambiente e dos resíduos.

As formas de chegar à população diferem entre as Juntas de Freguesia, na medida em que são condicionadas quer pelas características socio-económicas da população, quer pelas características geográficas do seu território (em particular, a dispersão ou concentração urbana e o tipo de edificado).

Os meios de divulgação que as Juntas dispõem variam e vão desde boletins periódicos, sítios de internet, veículos motorizados com informação, até formas de comunicação como editais e anúncios afixados em locais públicos, ou entregues pelo correio. Para além disso, acresce o contacto directo e estarem sempre abertos ao público “*sem seguranças à porta*”.

Existem também algumas freguesias que, por vezes, recorrem à imprensa local de forma de aumentar a sua capacidade de divulgação em determinados assuntos, que consideram ser relevante dar a conhecer de forma mais abrangente.

No que diz respeito à mobilização da população, é possível distinguir diferentes posicionamentos relativamente ao seu papel no âmbito das actividades que levam a cabo: para alguns presidentes das Juntas, a sua função é apoiar acções dinamizadas pela sociedade, considerando que o seu papel não passa pela organização desse tipo de eventos, mas a maior parte assume um papel dinamizador e promotor de acções, em conjunto com outras entidades locais.

Independentemente do tipo de posicionamento, todas consideram que têm como função dar apoio às entidades civis presentes na sua freguesia, quer ao nível da realização de eventos,

quer no próprio funcionamento dessas entidades, em particular de cariz recreativo, cultural e desportivo. Esse apoio pode assumir uma multiplicidade de formas e formatos, desde a oferta de medalhas e troféus em torneios, à disponibilização de instalações, o apoio financeiro, a doações de alimentos, entre outras. No desempenho desta função de apoio e de dinamização em parceria, as Juntas de Freguesia adquirem um conhecimento privilegiado e uma visão de conjunto relativamente ao que acontece na sua freguesia, estabelecendo relações duradouras com um grande leque de entidades locais. No entanto, nalguns casos referem uma diminuição de dinamismo colectivo por parte das populações, que não sabem como reverter ou inovar, sobretudo em relação à população activa com menos de 50 anos.

A escolha do tipo de actividades que apoiam e/ou dinamizam depende da percepção que têm sobre a receptividade por parte da população em relação às actividades promovidas. Assim, as festas e actividades com as crianças são as actividades que têm “preferência” por parte das Juntas, por serem aquelas que mais adesão garantida tem por parte da população. Por seu turno, o tipo de população de mais fácil mobilização são precisamente as crianças em contexto escolar, ou jovens em contexto de actividades desportivas. Também a população mais velha é bastante disponível para participar em determinadas iniciativas locais, sendo uma geração mais próxima da dinâmica local e da “sua” Junta de Freguesia.

V.4.3. A avaliação das práticas dos residentes em relação aos resíduos

A importância das Juntas de Freguesia devido à sua posição de proximidade ao território e à população local, coloca-as num lugar que lhes permite assumir um papel de facilitador das práticas de deposição no lixo nos contentores colectivos que estão ao serviço da população. Esta questão articula-se com o envolvimento e participação da população a nível local para uma qualificação dos espaços públicos (comuns).

Assim, outra dimensão analisada nas entrevistas foi precisamente a relação que estabelecem com a população, no âmbito da proximidade que têm, relativamente à questão dos resíduos urbanos.

No que diz respeito ao conhecimento sobre o comportamento da população em relação ao lixo, foram identificados vários níveis de conhecimento mais ou menos passivo, mais ou menos reflexivo. As duas grandes tendências observadas são, por um lado, os presidentes que revelam ter noção do comportamento da população em relação ao lixo mas fruto de impressões esporádicas e não de uma monitorização sistemática; e, por outro lado, os presidentes que descrevem o comportamento da população em relação ao lixo, enfatizando necessidades prementes e localizadas. Neste segundo grupo é frequente encontrar ideias e

sugestões que visam estimular a mobilização da população para soluções para o problema dos resíduos urbanos nas suas freguesias. Sobre este assunto – a mobilização da população para a separação do lixo – nota-se a presença de um discurso mais pessimista que reflecte uma posição que considera que “não vale a pena” apostar na mobilização em geral. A excepção são as crianças. Esta posição verificada entre as Juntas de Freguesia, vem ao encontro dos resultados do trabalho sobre educação ambiental, desenvolvido pelo Observa, ao qual já fiz referência, que aponta para um certo enclausuramento da educação ambiental dentro da esfera da escola, não tendo uma acção de envolvimento da comunidade mais alargada (Schmidt et alie, 2010).

Esta postura reflecte uma certa desilusão perante a falta de civismo de uma parte da população e, no caso das freguesias urbanas, revela uma noção de dificuldade inerente à participação devido a “um estilo de vida em que as pessoas têm cada vez menos tempo”.

Por seu turno, os discursos mais optimistas são repletos de uma atitude pró-activa por parte das Juntas de Freguesia e de ideias para mobilizar e informar a população para a separação, revelando uma atitude de persistência e de disponibilidade, desde que algumas condições sejam criadas para levar a cabo essa tarefa. De qualquer modo, em termos gerais, tanto os mais pessimistas como os mais optimistas consideram que se trata de uma tarefa difícil, já que o ponto de partida é considerarem os comportamentos bastante negativos de uma parte substancial da população.

Assim, enquanto uns apontam certos comportamentos desadequados, ligados a práticas mais “básicas” de lidar com o lixo – como a deposição de lixo nos contentores sem sacos de plástico – outros queixam-se sobretudo das deposições ilegais de monstros e entulhos em matas ou terrenos baldios. Há ainda referências a problemas recorrentes, sobretudo com a colocação de lixo à volta dos contentores colectivos ou a falta de infraestruturas adequadas que conduzem a deposições “fora do sítio”, em particular no que se refere aos resíduos verdes, um dos problemas mais referidos sobretudo ao nível das freguesias rurais com tipologia qualificada, onde a existência de muitos jardins particulares provoca situações complicadas de resolver, que envolvem para além dos residentes, as entidades com responsabilidades no sector.

Quanto aos presidentes que têm um discurso mais positivo dividem-se em duas posições: uma que afirma que a população está sensibilizada para a separação do lixo e que leva a cabo esta prática, afirmando que a população “se porta bem”; e outra posição que reconhece que a população está sensibilizada, mas que não existem todas as condições para que a prática seja levada a cabo com sucesso – ou as infraestruturas ainda não existem em número suficiente, ou

estão mal colocadas, ou a sua manutenção é deficitária, ou a recolha é pouco atempada – o que pode conduzir a uma certa desmotivação por parte da população. Estas posições assumem um discurso de “desculpabilização” da população.

Como se poderá constatar nos capítulos seguintes, estas condições críticas são apontadas também ao nível dos residentes, encontrando-se aqui pontos de sintonia relativamente à avaliação sobre as entidades com efectivas responsabilidades no sistema de recolha.

O discurso de pendor mais positivo integra a noção de se estar a percorrer um caminho na direcção de aumentar a separação de resíduos por parte de uma população que, em geral, tende a aderir a essa prática. Identificam sistematicamente o contributo das crianças como fundamental, pois ao influenciarem o seu agregado familiar, funcionam como um difusor privilegiado da mudança. Por isso, a maioria dos presidentes da Junta de Freguesia considera ser a população infantil aquela junto da qual é prioritário intervir, na medida em que têm capacidade de influenciar a população activa, que são os pais, e que estão mais distantes do dia-a-dia do local. É neste ponto precisamente relativo à necessidade de aposta nas crianças, no que diz respeito à mudança de práticas em relação ao lixo, que tantos os mais pessimistas como os mais optimistas partilham a mesma opinião.

Resumindo, a avaliação por parte destes representantes do poder local em relação o comportamento da população face ao lixo concentra-se num nível de coexistência entre uma parte da população que faz a separação e outra parte que despeja o lixo directo no contentor, uma população com informação, mas com algum grau de comodismo e que apesar de genericamente a situação ter vindo a melhorar, ainda existem velhos hábitos “indesejáveis” para o bem estar comum.

V.4.4. A relação da Junta de Freguesia com o sistema de recolha e gestão dos resíduos urbanos

A população residente no concelho, tal como a população portuguesa em geral, desconhece e confunde a identificação das entidades que actuam ao nível do sistema de resíduos e as respectivas competências. Os dados que revelam este desconhecimento por parte dos residentes no concelho de Sintra serão apresentados no do VIII Capítulo, mas aqui o que interessa focar é que os presidentes das Juntas de Freguesia confirmam esse facto, o que dá uma dimensão bastante clara de um problema transversal que é a de saber “quem faz o quê” e quem tem a responsabilidade. No seu conjunto, a relação que as Juntas estabelecem com o sistema que está em funcionamento relativamente aos resíduos no concelho e que servem a sua freguesia, releva uma posição com algum distanciamento, o que não favorece o

estabelecimento de relações institucionais fortes que permitam uma melhor articulação no sentido de uma crescente qualidade do serviço prestado à população.

A própria iniciativa Ecofreguesias enquadrada no projecto Separa® foi uma ocasião para os próprios presidentes das Juntas de Freguesia visitarem pela primeira vez a Tratolixo, a qual, até essa ocasião, para vários era apenas um nome e algumas caras em reuniões autárquicas. Neste âmbito, foi necessário a mediação por parte da equipa de projecto externa (da universidade) para que a essa relação se estabelecesse de uma forma mais directa e próxima.

O 1º Encontro Tratolixo-Freguesias realizado na Ericeira em 2006, por ocasião da apresentação dos resultados da primeira fase do Separa®, foi identificado por muitos dos presidentes como o primeiro contacto directo com a Tratolixo, para além da distribuição de ecopontos domésticos para a qual foram “convocados”, por escrito, mas sem grandes apresentações.

No entanto, de uma forma geral, nessa altura em que o Plano Estratégico da Tratolixo assumia um certo protagonismo pro-activo (2006-2007) os presidentes das Juntas revelam-se interessados e disponíveis para colaborar e sugeriram mesmo soluções passíveis de ser concretizadas no (seu) terreno para resolver problemas, que até ali nem a Câmara Municipal de Sintra, nem a HPEM tinham dado uma resposta eficiente³².

De qualquer forma, independentemente deste “pico” de comunicação com a Tratolixo, num enquadramento específico, ao qual se fez referência e que faz parte da história institucional da questão dos resíduos urbanos no concelho de Sintra, a maior parte das Juntas descreve a relação com as entidades que são agentes do sistema de recolha e gestão de tratamento de resíduos - a HPEM e em algumas freguesias a SUMA - como uma relação baseada em contactos esporádicos, essencialmente cumprindo um papel de intermediário, reencaminhando as queixas e as necessidades que a população faz chegar à Junta de Freguesia.

V.4.5. A avaliação do sistema de recolha e limpezas públicas

Para além da relação que as Juntas de Freguesia estabelecem com as entidades envolvidas no sistema de recolha e gestão de resíduos, também colocámos algumas perguntas relativas à avaliação de desempenho dessas entidades e do sistema que existe em funcionamento. A conversa remete sobretudo para o desempenho da Câmara Municipal no sector dos resíduos - por ter essa competência, mesmo que seja uma empresa pública que execute o serviço –

³² Mais tarde, a partir de 2008, com a mudança na Administração da Tratolixo, a entidade muda de rumo relativamente ao seu papel dinamizador junto da população, sendo remetida essa competência para a Câmara Municipal de Sintra, HPEM e SUMA.

oscilando entre uma opinião favorável apesar de acompanhada de algumas críticas construtivas, e uma postura mais crítica e com alguma desaprovação em relação à forma como a Câmara tem actuado relativamente ao problema.

No que diz respeito à avaliação do sistema, os presidentes das Juntas mostram-se bastante críticos, nomeadamente no que diz respeito à rede de infraestruturas. Em freguesias rurais, com maior dispersão populacional, verifica-se uma grande distância entre ecopontos, havendo pequenas localidades que não têm um único ecoponto. Também há referências a ecopontos muito desgastados pelo tempo (ao serviço desde a década de 80), em mau estado e muito sujos, observações confirmadas através da observação directa no terreno.

Em freguesias mais urbanas, ainda que a malha da rede de ecopontos seja mais “apertada” devido à elevada densidade populacional em certas zonas, a capacidade dos contentores é considerada insuficiente, tendo em conta a frequência da recolha selectiva, que não é diária, como a do indiferenciado, o que faz com que rapidamente se acumule lixo separado à volta dos ecopontos. Por esta razão, alguns presidentes referem a preferência pelo sistema de ilhas ecológicas nalgumas zonas (contentores subterrâneos) por terem mais capacidade e, em alguns casos, também por razões estéticas. Estes modelos são, aliás, tão “apetecíveis” às Juntas de Freguesia, quanto à população residente, tratando-se do modelo preferido e “ideal”, como será referido num dos capítulos que se segue.

Apesar destas críticas, vários presidentes revelam-se bastante sensíveis às dificuldades inerentes à recolha de lixo e ao local onde estão colocados os ecopontos ou à tipologia dos mesmos, nomeadamente no que diz respeito a questões de custos.

Do ponto de vista da avaliação do sistema, Sintra revela-se um concelho complexo e híbrido no sentido que apresenta presidentes de Juntas que avaliam o sistema e o papel das entidades de forma bastante positiva e, outros que os avaliam de forma negativa, o que faz com que em termos de imagem externa não revela uniformidade das entidades que actuam. Como veremos, este contraste de avaliação do serviço prestado ao nível da recolha, também se reflecte nas entrevistas com os residentes.

V.4.6. A Junta de Freguesia como poder local

No contexto dos resíduos urbanos, como já se referiu, são as Câmaras Municipais que assumem as competências públicas, mesmo que as adjudiquem, como é o caso de Sintra, a uma empresa municipal – HPEM, que como se referiu é 100% da Câmara Municipal de Sintra. O que se observa ao nível da relação entre a Câmara e Juntas de Freguesia - os pilares do poder local - no que diz respeito aos resíduos, é que são poucas as Juntas que participam

de forma envolvida na tomada de decisão, mesmo na mera localização dos contentores na sua freguesia. Referem que não são chamados a colaborar quando, no fundo, se consideram numa posição com maior conhecimento das necessidades da população, que não é aproveitada pela Câmara. Paradoxalmente, referem que são sobretudo as Juntas de Freguesia que recebem a insatisfação da população relativamente ao sistema, em particular queixas sobre a falta de ecopontos (cada vez menos frequente), a má localização dos ecopontos, a falta de uma frequência adequada de recolha e reclamações relativas à falta de limpeza dos contentores no seu conjunto e da sua envolvente.

Ainda por cima, fazendo frequentemente esse reencaminhamento de reclamações dos residentes, sentem com alguma frequência uma dupla frustração, porque “muitas vezes não acontece nada”, nem sequer uma resposta por parte da entidade competente, e porque afirmam que se lhes fossem atribuídas determinadas competências e meios nesta área, efectuariam de forma mais eficaz esse serviço à sua população. Cerca de um quarto das Juntas de Freguesia aponta no sentido de uma necessária relação de parceira com a Câmara neste âmbito.

As relações que se desenvolvem entre a Câmara e as Juntas são cheias de nuances, variando entre uma dependência total da acção da Câmara Municipal, ou uma relação que é percebida mais como parceria do que como hierárquica, ou uma Junta que se autonomiza e se autoriza a tomar iniciativas, inclusivamente em assuntos que são da competência de outras entidades.

Na análise das entrevistas identificam-se diferentes perfis de posicionamento das Juntas de Freguesia na hierarquia do poder local perante a problemática dos resíduos. Tendo em conta o enquadramento legal existente, há Juntas que optam por um papel “meramente formal, protocolar e burocrático”, e outras que adoptam uma postura mais pró-activa para o bem-estar da população, tanto a nível ambiental, como a nível social. Entre estes dois perfis extremos, encontramos uma tendência mais forte no desempenho de um papel, mais passivo, de intermediário entre população e Câmara, mesmo que promovam iniciativas “por conta própria”. Esta atitude de tomar iniciativa, independente da Câmara, é mais frequente em Juntas de Freguesia em espaço rural do concelho.

De qualquer maneira, a forma como a própria população vê a Junta de Freguesia também acentua o seu papel de intermediário em muitos casos relativos a problemas de lixo, no sentido em que por vezes as Juntas são “depósitos de queixas”, mesmo quando sabem que a responsabilidade não é da Junta. Na sua percepção, recebem mais queixas da população do que a própria Câmara ou a HPEM, à qual a população recorre menos directamente.

Em algumas Juntas do concelho de Sintra, sobretudo no território rural e mais afastados

relativamente a Sintra onde se localizam as instalações da Câmara Municipal, a população recorre à Junta de Freguesia como tendo esta o poder “natural” sobre o questão dos resíduos, provavelmente por já assumir em muitos casos que tem capacidade e competências para resolver os problemas que surgem neste domínio. São, aliás, as Junta de Freguesia mais rurais, inseridas em comunidades ainda ligadas por laços sociais fortes, que adquirem uma posição mais autónoma no poder local, acentuada pela distância física da sede de concelho. Ainda que do ponto de vista legislativo, o poder de que se revestem seja igual, a verdade é que simbolicamente, e do ponto de vista da população, a Junta de Freguesia assume um papel em termos de poder local com mais força e protagonismo.

Em suma, o Concelho de Sintra teve um papel pioneiro a nível nacional no que diz respeito à recolha selectiva de resíduos, tendo no final dos anos 80 disponibilizado ecopontos à sua população, ainda que em número bastante mais reduzido do que actualmente. O contexto institucional e a relação das entidades públicas envolvidas no sector, tem também desempenhado um papel que se reflecte no serviço prestado. Apesar de se observar uma evolução positiva, tanto ao nível da frequência de recolha e, muito especialmente, ao nível das infra-estruturas disponíveis, as dificuldades de articulação que surgem entre as diferentes entidades envolvidas tem desencadeado alguns contratempos. Esta desarticulação por vezes reflecte-se mesmo de forma visível em projectos junto da população que são alvo de descontinuidade.

As Juntas de Freguesia revelam ter um potencial de acção junto das entidades e população locais que pode ser activado. A sua proximidade da realidade local pode fazer emergir uma lógica “*side by side*” (indo para além da lógica *top-down* das políticas públicas dos resíduos) no sentido de promover e assumir uma responsabilidade partilhada entre entidades e população residente. O lixo enquanto “património colectivo” que necessita de uma gestão adequada e sustentável pode ser um ponto de partida para desenvolver uma nova forma de relacionamento entre as entidades públicas e a população em torno da solução para o problema colectivo do excesso de lixo e seu destino.

A situação privilegiada de proximidades das entidades de poder local permite o desempenho de um papel efectivo de mediação entre as políticas nacionais e os cidadãos. Tal não significa que, neste momento, estas entidades, em particular as Juntas de Freguesia ou mesmo a Câmara Municipal, estejam capacitadas ao nível de recursos (sobretudo humanos) para desenvolver este trabalho, mas a sua situação confere-lhes sem dúvida esse potencial para trabalhar *side by side* na perspectiva da melhoria do espaço público e da qualidade de vida da população.

VI

Capítulo

O lixo e os lixos: o que é, como se faz e onde se guarda

Após a análise que enquadra a questão do lixo a nível político e de opinião pública à escala nacional e do *zoom* relativo à evolução da questão dos resíduos urbanos à escala do poder local, no caso do concelho de Sintra, os próximos quatro capítulos centram-se na análise substantiva da perspectiva da população sobre esta temática, numa combinação dos dados quantitativos (dos inquéritos do Separa® 2006/2007 representativos da população do concelho) com os dados qualitativos, recolhidos nas 38 entrevistas realizadas junto de residentes no concelho. Pretende-se ilustrar e contribuir para um conhecimento mais aprofundado da relação quotidiana com o lixo e, de uma forma especial, com a separação do lixo.

No presente capítulo, começa-se por explorar o conceito de lixo na sua diversidade de significados, partindo da questão “deitar o lixo fora, para onde?”, para saber do que afinal se está a falar quando as pessoas falam de lixo. Explora-se também a forma como se faz lixo no quotidiano da esfera privada e doméstica, tanto na rotina do dia-a-dia, como nos acontecimentos de carácter extraordinário que dele fazem parte. Neste capítulo realiza-se ainda uma incursão sobre o lugar e destino das coisas no espaço doméstico, coisas que (ainda) não são lixo, mas que “já não estão ao serviço”.

Segue-se o VII Capítulo que se dedica a analisar as práticas quotidianas e as dinâmicas domésticas em torno da separação do lixo, dando uma atenção especial ao lugar do lixo separado para reciclagem – o ecoponto doméstico - antes de ser “deitado fora” no sistema de recolha colectivo. Este sistema de contentores e ecopontos colectivos colocados na envolvente das residências e no espaço público é o objecto do VIII Capítulo. Por fim, no IX Capítulo, aborda-se o “para onde” segue o lixo, enquanto “património comunitário”, criado por todos. Não se trata tanto do conhecimento sobre o seu destino final objectivo mas na capacidade de influenciar e decidir sobre o destino que pode vir a ter o lixo que se deita fora, o que se articula com a capacidade de participação pública e com a relação com o espaço público.

VI.1. O lixo polissémico

As lixeiras, junto aos vestígios de um povoado da antiguidade, são frequentemente alvo de

escavações arqueológicas e é a partir desses vestígios do que era “deitado fora”, que se detecta e analisa o modo de vida quotidiano dos seus habitantes. Foi esta característica “informadora” do lixo, que inspirou o já referido trabalho de Rajte e Murphy (1992), tendo estes realizado escavações arqueológicas nos aterros sanitários nos EUA, durante vários anos, lendo nos resultados dessas escavações os hábitos da sociedade que o produz, sob o princípio de que o lixo não “mente” e coloca em evidência as contradições das percepções sobre o resultado de um consumo que, por ser tão entranhado no dia a dia, faz perder a visão objectiva sobre o lixo que daí decorre. Esta carácter do lixo é mostrado em vários filmes policiais, como constituindo uma pista fundamental para descobrir o “criminoso” e pode assumir mesmo o estatuto de prova em tribunal.

Ao procurar-se uma definição de lixo, encontram-se várias. No âmbito da presente pesquisa, interessa especialmente ver como aparece definido o lixo ao nível da esfera política. No entanto, o que aí se encontra é a palavra “resíduo”.

Resíduo (definição legal – DL 310/95)

Qualquer substância ou objecto de que o detentor se desfaz ou tem intenção ou a obrigação de se desfazer, incluída na Decisão nº 94/3/CE, da Comissão, de 20 de Janeiro de 1993, que aprova o Catálogo Europeu de Resíduos (CER), e identificados em portaria conjunta a aprovar pelos Ministros da Indústria e Energia, da Saúde, da Agricultura e do Ambiente e Recursos Naturais.

Resíduo Sólido Urbano (RSU) (definição legal DL 310/95)

Todo o resíduo que for: 1) doméstico; 2) proveniente de um único estabelecimento comercial, escritório ou similar ou de um único estabelecimento industrial, desde que a produção diária não exceda 2000litros; 3) outros resíduos que, pela sua natureza e composição, sejam semelhantes aos resíduos domésticos.

in Glossário do PERSU 1, 1997:102

No Glossário do PERSU 1, faz-se referência a vários tipos de resíduos, de acordo com a sua proveniência, como resíduo agrícola ou resíduo comercial. Encontra-se também resíduo doméstico, como aquele que é proveniente de habitações. Mas a palavra “lixo” não está incluída no glossário. Da “família”, apenas surge *lixreira* (ou vazadouro) como “modalidade indesejável de confinamento no solo, em que os resíduos são lançados de forma indiscriminada e não existe qualquer controlo posterior.” (1997: 100).

Por seu turno, no dicionário, a definição de “lixo” apresenta uma diversidade de significados, dando a indicação de que o valor que lhe está associado é tendencialmente negativo.

lixo

1. aquilo que se deita fora por não ter utilidade ou por ser velho
 2. restos de cozinha e toda a espécie de resíduos desnecessários que resultam da atividade de uma casa
 3. pó e sujidade acumulados
 4. lixeira
 5. imundície; sujidade
 6. local onde se reúne tudo aquilo que é para deitar fora
 7. figurado coisas inúteis
 8. pejorativo ralé
- (Do latim *lixa*-, «água da lixívia»)

Fonte: www.infopedia.pt/pesquisa-global/lixo.

E o que é o lixo para as pessoas que o produzem no quotidiano?

A pergunta leva a que o entrevistado se confronte com algo que faz todos os dias, com gestos evidentes sobre o óbvio lixo, em lugares predeterminados para estar e ser lixo, tanto dentro como fora de casa e, no entanto, a estranheza surge quando se pede para o definir³³. Não foram raros os sorrisos comprometidos e as hesitações perante a sua própria surpresa de não saber bem como definir lixo. As definições emergem, assim, por entre a contradição do evidente e do familiar e a dificuldade em defini-lo. Algumas das respostas são cautelosas, não se vá chamar lixo a algo que não é. Porque chamar lixo não é “simpático”³⁴. Mas, assim que começavam a falar, o conceito de lixo surgiu na sua grande diversidade.

Começando a analisar as respostas, é possível identificar um conjunto de **palavras** às quais os entrevistados recorreram para expressar o que para si é lixo.

*“Lixo é...supérfluo e dispensável,
desperdício, inútil, inutilizado, velho, estragado, gasto, restos
porcarias, nódoas, sujo, nojento, sujeira, pó
resíduos, decomposição, reciclagem,
desagradável.”*

Um conjunto de palavras que caracterizam algo que é para “deitar fora”:

“Lixo é ...aquilo que... uma pessoa deita fora.”(ri da sua resposta) (40, suprema,urbano novo).

³³ Esta “estranheza” sobre definir o “óbvio” remete para aquilo que António Damásio refere como o “inconsciente genómico” que é “uma das forças ocultas que a deliberação consciente tem de enfrentar. (...) em parte responsável pela uniformidade que marca uma grande parte do reportório de comportamentos humanos.” (Damásio, 2010:342, 343).

³⁴ “A 5 de Julho de 2011 a agência de notação financeira Moody's "atirou" Portugal para o lixo, provocando uma onda de indignação por todo o País. As agências de "rating" saltaram dos meios especializados para as ruas e para as redes sociais. Foram alvo de críticas e de piadas. Apareceram t-shirts estampadas com gritos contra a Moody's. Vídeos de celebração de Portugal. Uma histeria pela dignidade nacional, a união de um País contra um inimigo externo.”

http://www.jornaldenegocios.pt/institucional/detalhe/quotquem_atirou_portugal_para_o_lixoquot.html

São coisas que “já não servem”, que “já não têm nenhuma função”, que “as pessoas já não usam e deitam fora” que, chegaram ao fim do seu tempo de vida útil, ao “fim da validade”, “tudo aquilo que eu não posso aproveitar”, “que não consigo usar para nada”. “Na verdade lixo é aquilo que a gente acha que não é utilizável ou que deixa de fazer sentido para a nossa utilidade diária. Coisas que já não servem. Ou objectos que não fazem sentido nenhum já para nós, isso é tudo lixo.”(39, integral, urbano novo).

“São coisas que eu não utilizo, que me encham o espaço, que me incomodam à vista, é aquilo que me quero livrar.”(34, não separa, rural qualificado).

Para além das palavras, a propósito desta pergunta, foram descritas e evocadas uma série de **imagens** que associam de imediato a lixo. As imagens “mentais” que imediatamente ocorrem às pessoas quando se fala de lixo variam, o que revela a diversidade de associações ao lixo que cada um faz dentro da sua “cultura” própria - neste caso enquanto indivíduo social, com uma combinação única de socialização e trajecto social e biográfico e que, no momento, está num determinado contexto de quotidiano que “acende” essa imagem com a palavra lixo³⁵.

*“Lixo é...os restos dos pratos, o que se faz de fazer a comida,
quando descasco uma batata, quando descasco uma cebola,
sapatos velhos, roupa muito rasgada, roupa suja de lixívia,
são os caixotes na frente que não lhes acho piada nenhuma,
são os contentores que às vezes encham, encham, encham e ficam ali a incomodar,
os contentores a abarrotar a seguir ao Natal,
são os sacos de plástico preto, que é o que uso para o indiferenciado,
é o ecoponto amarelo, é uma profusão de embalagens que não passa pela cabeça,
um monte de restos de coisas em decomposição,
mau cheiro, coisas que dá nojo mexer
electrodomésticos inutilizados.”*

“Primeiro que tudo é a imagem de lixo aqui da casa, da comida, das fraldas, pronto, o lixo comum e depois o outro separado.”(39, integral, urbano novo).

³⁵ “Por imagem entendo um padrão mental em qualquer uma das modalidades sensoriais, por exemplo, uma imagem sonora, uma imagem tátil, a imagem de um estado de bem estar. As imagens representam aspectos das características físicas do objecto e podem também representar o gosto ou aversão que se pode nutrir por um objecto, os planos que se podem formular para esse objecto, ou a teia de relações desse objecto com outros objectos.” (Damásio, 2000:28).

No contexto da pergunta sobre o que é o lixo, a remissão à **separação do lixo para reciclar** é frequente surgir espontaneamente, sobretudo por duas ordens distintas de razões: umas porque separam e porque estão sensibilizadas para o lixo como um problema ambiental.

“Tudo pode ser considerado lixo. Depende do uso e do que nós podemos fazer às coisas. Por exemplo, cá em casa nós reciclamos tudo ao máximo, tudo o que podemos, a partir daí já não é considerado lixo, pelo menos não 'lixo desperdiçado'.”(33, integral, rural).

“O que é que é lixo? Hum... há vários tipos de lixo, há o lixo que pode ser reutilizado, transformado e há o lixo que pode virar composto orgânico e vejo uma grande parte que não pode ser reutilizada... na verdade o que mais me preocupa com o lixo é quando nós não podemos dar vazão a tanto lixo e como o produzimos.”(39, integral, urbano novo).

Outras, porque não separam, mas que acham que deviam separar, fazem com que lixo e separação andem de mãos dadas, como um peso na consciência.

“Sinto culpa, é uma coisa que eu tento não pensar, porque é muito confortável pensar que o mundo inteiro faça isso mas depois pensar que sou só uma gota (...) acho que ainda não me dispus realmente a separar.”(34, não separa, rural qualificado).

O próprio **acto de deitar fora** torna uma determinada coisa lixo, mesmo que ainda não o seja. *“Trata-se como lixo coisas que ainda não o são”*, mas, a partir do momento em que se deitam fora passam a ser lixo, porque ficam “sujas” quando se misturam com ele. Há um processo de contaminação que acontece quando *“cartão e plástico são misturados com restos de comida”*.

“Há muito lixo que nós fazemos que pode ser reaproveitado, mesmo em casa, mas há outras pessoas que deitam tudo fora e que não separam.”(32, suprema, urbano novo).

“Lixo é aquilo que a pessoa já não precisa, mas pode essa pessoa não precisar, mas pode servir para outra. Para essa pessoa é lixo – já não precisa – mas eu acho que no fundo ainda não é lixo, só passa a ser lixo, quando não pode ser utilizado por mais ninguém. Se bem que nós produzimos lixo ou, no fundo, nós desperdiçamos lixo, algo que poderia ainda não ser lixo.. (...) Muito do lixo que pode ser utilizado, reciclado.”(40, suprema, urbano novo).

A definição de lixo depende, no entanto, de uma série de condições, de **contextos**, nomeadamente **o local onde se vive (habitat)**, como um factor determinante do seu estatuto

de lixo. As mesmas coisas, em contextos diferentes e para pessoas diferentes, podem ou não ser lixo.

“Depende do sitio onde nós estamos. Por exemplo, se eu estiver na minha terra o lixo é os sacos, as embalagens, porque lá não há ainda sítio para separação, portanto, tudo o que não seja orgânico é lixo, mas as cascas da fruta, das batatas, isso não é lixo porque vai para a terra, separa-se tudo o que é orgânico para ir para terra. Agora, aqui o papel, o plástico, o vidro, tudo o que se pode reciclar não é lixo, não se considera propriamente lixo.”(64, integral, urbano consolidado).

Uma outra dimensão do lixo que surgiu nas entrevistas foi o **lixo de outros lugares do mundo**. O contacto com outras realidades fora do contexto nacional, seja em contexto de viagens, seja em contexto de migração, permite um olhar sobre o lixo mais vasto e fazer comparações por ter experimentado outras formas de lidar com o lixo urbano.

Por um lado, as experiências em contextos europeus, como na Alemanha, Holanda, Suíça, Eslovénia, Dinamarca e Inglaterra, que ilustram sistemas de recolha diferentes, desde sistemas de recolha porta a porta a contentores colectivos com cartão electrónico, o que permite fazer comparações. Este contacto com realidades relativamente próximas, mas com outra abordagem por parte da política pública à limpeza e gestão do lixo urbano, tem a virtude de possibilitar ver na prática outras formas de recolha em acção. Além disso salientam que estes sistemas funcionam apoiados por multas, em caso de infracções, ou por pagamentos suplementares em caso de uma grande produção de lixo ou, ainda, através do pagamento de uma taxa de acordo com a quantidade de lixo produzida. O que difere do sistema do local onde actualmente residem.

“O meu marido viveu na Alemanha 3 anos antes de vir cá para Portugal, e ele contava que lá tem-se de andar atrás do cão e apanhar o cócó e se mando uma beata para o chão sempre há alguém que está a espiolhar e é apanhada com multa bem grande (...) na Alemanha tem um dia de recolha e a senhoria, para não ser multada, porque os búlgaros não fazem separação, pagava ao senhor da recolha, dizia bom dia com nota na mão para ele ficar caladinho, para não dizer de onde vem aquele lixo. Ela é a responsável, teria de dizer, mas quem vai separar? Três homens? Está fora de questão...”(49, não separa, rural).

“Na Suíça fazemos muito mais lixo do que em Portugal e a diferença é que lá se paga pelo lixo que cada um faz. Tudo tem embalagem, tudo!”(39, integral, urbano novo).

“Em Inglaterra (...) é mais difícil para se desfazer de um sofá, lá tem de telefonar, tem de marcar e tem de pagar.”(62, casal, separa, rural qualificado).

Por outro lado, o contacto com realidades mais distantes, como a Índia - onde “*aproveitam tudo, na Índia não havia lixo*” - ou os países da América Latina e de África, oferecem outros casos de referência e uma visão, por vezes chocante para um olhar europeu, de adultos e crianças que encontram no lixo o seu meio de vida³⁶. Essas experiências vividas de forma mais directa – não apenas mediadas por imagens televisivas - que revelam o amontoar do lixo que se faz nesses países, leva a questionar, “*onde está o lixo que se faz aqui que não o vejo, como se via lá*”.

“No Chile as pessoas vão para as lixeiras para catar o lixo, vê-se muita gente a vender lixo, uns carrinhos e umas bicicletas que eles próprios fizeram, uns com garrafas, outros com cartões, outros com plásticos, eles aproveitam aquilo tudo.(...) Em Bali chocou-me muito o que eles fazem com o lixo. Chegou lá a era dos plásticos. Têm uma ligação muito forte com o sagrado e têm rituais e festivais para tudo e mais alguma coisa e nesses festivais eles fazem oferendas aos Deuses que são muitos e estão semanas inteiras a construir as oferendas, quase tudo oferendas de comida para a abundância e fazem essas oferendas em cestinhos e pratos que eles fazem entrançados com fibras vegetais, com fibras de banana, do arroz, fazem umas coisas lindíssimas e nos dias dos festivais oferecem aquilo ao mar. Mas agora, para o deuses ficarem mais contentes, colocam os cestinhos com arroz, fruta, cereais e enfiam aquilo tudo dentro de um saco de plástico para ir mais protegido e vai tudo para o mar, não têm a noção. E depois dos rituais, em que participamos, são muito bonitos, os estrangeiros todos que estão lá a viver e, passamos horas a recolher plásticos na praia, uma quantidade impressionante. E são muito poluídos, os esgotos vão para o mar...”(53, suprema, rural).

“Em Luanda já sabia que não havia separação, nem há contentores na maior parte dos sítios, é lixo em todo o lado, é muito sujo. Lá juntava tudo e punha num contentor normal. Fazia-me confusão, sentia-me mal por estar a misturar o vidro e as latas quando era possível ir para outro sítio, quer dizer ali era impossível ir para outro sítio, era estar a recuar no tempo.”(36, suprema, rural qualificado).

O contacto com outras realidades e culturas acentua um olhar diferente sobre o lixo, marcado pelo relativismo cultural, positivo ou negativo, conforme o lugar do mundo. Reflectindo sobre a análise com base neste material empírico, as variáveis “viagens” e “viver fora do país”, podem ser equacionadas como variáveis a explorar no contexto das percepções e práticas sobre o lixo.

Por vezes, ainda, induzidas pela palavra lixo, surgiram outras associação, mais ou menos

³⁶Em Portugal, existe quem ande à “gandaia”, apanhando algum lixo à volta dos contentores, em particular objectos com componentes metálicas para depois as vender junto de “sucateiros”. A realidade dos chamados catadores de lixo nas lixeiras é frequente em países subdesenvolvidos.

inesperadas, que revelam efectivamente a polissemia da palavra. O lixo como insulto ou até como falta de ética.

“Estava a lembrar-me daquela música que eu gosto imenso: “Toda a gente sabe que os homens são lixo”, é uma coisa irónica e tem sido assim um sucesso controverso, claro, uma provocação. Chama-se “Os maridos das outras”, é do Zé Miguel que é dos Azeitonas...”(53, suprema, rural).

“Lixo também pode ser o desconfortável de estar no meio dele. Lixo também pode ser uma coisa mal cuidada.”(39, intergral, urbano novo).

“O que é lixo?...São algumas pessoas...”(59, não separa, rural).

“O lixo para mim... não é fácil, o que me preocupa é o lixo que as pessoas fazem a nível psicológico, o lixo mental, porque o outro lixo hoje em dia já há informação suficiente para as pessoas fazerem a reciclagem, são muito mais abertas a esse lixo material. Há coisas que as pessoas deviam perceber que é lixo, indo para o nível económico ou para o nível da política ... isto é um lixo completo, é um ciclo vicioso e as pessoas vão atrás e acham que isto é assim, que têm de ser assim (...) De uma forma muito clara, a ganância e a ansiedade para mim é lixo, não era necessário. O que leva a isto é o poder e não havia necessidade disso, vai-se para a politica não pelo bem comum mas para ter poder, poder, poder e depois fazem-se coisas sem sentido. Este lixo incomoda-me, custa-me as pessoas não verem, estarem iludidas de tal forma, o lixo mental, criado diariamente, é como se fosse uma nuvem negra em cima como nos bonecos animados... mas as pessoas vão ver o lixo que criaram...”(48, integral, rural qualificado).

VI.2. O “lixo” que não se deita fora

O lixo não é todo igual, não é uma categoria homogénea de materiais. Quando as pessoas começam a falar de lixo realizam a existência de vários tipos de lixos, com o quais partilham o espaço das suas casas. Ainda que unido pelo princípio geral de que é algo que se deita fora e sem utilidade, a sua diferenciação proporciona diferentes destinos possíveis, embora ainda dentro da própria esfera doméstica.

O destino “normalizado” do lixo produzido na rotina doméstica é ser deitado fora nos contentores colectivos do sistema de recolha. No entanto, além do **“lixo indiferenciado”** e do **“lixo separado”** que resulta das actividades e dinâmicas domésticas, ao longo das entrevistas, foi possível identificar mais três categorias principais de “lixo”: o **“lixo que se reutiliza”**, o **“lixo que se acumula”** e o **“lixo que circula”**.

Estas categorias de lixo emergem do reconhecimento de certas coisas e objectos, que embora tenham deixado de servir no lugar onde estão, ainda têm a possibilidade de serem úteis noutro espaço-tempo, abrindo-se a possibilidade de ou ir “para fora” - para um destino fora da esfera privada, mas alternativo aos contentores, como o “lixo que circula” ou “ir para fora cá dentro”. Este **“ir para fora cá dentro”** significa que há “lixo” que não sai do espaço privado dos agregados, encontrando outro lugar dentro de casa. Para uns, esse lugar é um destino final no sentido mais físico, e varia de acordo com a tipologia da envolvente e da própria casa, sendo sobretudo em meio rural que parte do lixo produzido não chega a sair do espaço privado. Assim, ainda dentro das paredes de casa, encontra-se a **lareira e a salamandra**, como destino final de queima. Ou se trata de aproveitamento para atear a fogueira, em particular os jornais e as podas secas dos jardins (neste caso é um lixo do exterior que “acaba” no interior da casa).



Foto VI.1.

Salamandra destino de podas secas de jardim

Ou se trata da destruição de certos papeis, que *“faz impressão”* colocar no lixo. Neste último caso incluem-se alguns papeis que as pessoas preferem queimar, por razões de privacidade, como documentos oficiais que prescreveram ou cartas e fotos que remetem para memórias pessoais, considerando que o destino do fogo da lareira ou da salamandra é mais *“digno”*, do que ir para o contentor lixo.

“No outro dia tinha aí uns papeis que não queria pôr lá fora no lixo e então meti-os na lareira e queimei-os.” (69, integral, urbano consolidado).

“As fotos antigas faz-me impressão colocar no lixo, mas como já não me faz sentido andar com elas na vida, prefiro queimá-las na salamandra.” (37, suprema, rural).

“Custa-me muito deitar fora livros e papeis, mas às vezes consigo. Agarro em papeis de finanças e papeis de contas de telefone que é suposto nós guardarmos durante 10 anos ou não sei quantos anos e digo: isto não me interessa para nada, nunca vai ser preciso e deito uma gaveta inteira de papeis para

a reciclagem ou muitas vezes para a salamandra, queimo.”(53, suprema, rural).

Quando a residência tem um espaço exterior, não só existe outro tipo de lixo – os “resíduos verdes” - que resultam de um quintal-jardim-horta, como se proporcionam destinos alternativos ao lixo quotidiano produzido na esfera doméstica.

Assim, se existe a queima na lareira ou salamandra, em contexto mais rural e agrícola as “**queimadas**” também são uma tradição que se mantém. A agricultura na chamada zona “saloia” de Sintra, é tanto modo de vida como complemento à economia familiar, numa lógica de herança familiar, reproduzindo as práticas dos seus pais e avós, onde as queimadas são parte dessa herança rural.

A questão é que as queimadas actualmente incluem, para além dos restos verdes das podas ou das colheitas, as embalagens plastificadas dos tratamentos, ou de detergentes ou de sumos consumidos na horta nos dias de calor, ou há quem nem sequer use o contentor do sistema de recolha, colocando todo o lixo no mesmo monte e queimando-o.

“Quando o João [vizinho] vai queimar ali o lixo avisa-me para apanhar a roupa porque se não tenho de a lavar toda outra vez, porque é um cheirete e não é só do fumo, porque ali queima todo o lixo de casa, ele não usa os contentores, põe tudo ali, plásticos e tudo... eu já ralhei com ele por causa da roupa e agora ele avisa-me sempre. É que aquilo fica entranhado” (70, integral, rural).

Em pleno parque natural, as queimadas a céu aberto ocorrem de tempos a tempos, deixando um cheiro pestilento e inconfundível no ar, mas a crença herdada de que o fogo queima tudo, purifica e regenera está bem enraizada, ainda que comece a vacilar perante algumas perguntas pertinentes dos netos.

“No outro dia achei piada ao meu sobrinho estar a perguntar ao meu pai, 'então avô, porque é que não separamos estes plásticos, porque se queimas isto tudo junto vai tudo para a terra e para a água!...'”(33, parcial, rural).

Para além dessas hortas de carácter mais tradicional, também se assiste à chegada de uma nova população de origem urbana, jovem e com filhos pequenos, que procura um modo de vida mais saudável e mais integrado na Natureza para criar a sua família. A horta é uma componente essencial para estes novos rurais na zona de saloia de Sintra, que se envolvem nas dinâmicas de agricultura biológica ou de permacultura e se cruzam com a alternativa dos

movimentos de transição³⁷.

Nas hortas dos novos rurais, muitos marcados pela lógica da permacultura, da integração com a terra e com o mundo natural, são frequentes os compostores que acolhem os lixos orgânicos dos agregados familiares, sendo depois utilizados como composto para enriquecer a terra onde cultivam os seus próprios alimentos.

O facto de existirem espaços exteriores da residência, não só se reflecte com alguma frequência na divisão de papel marcadas pelo género (o interior mais do foro feminino e o exterior do foro masculino), mas oferece também o lugar para outro tipo de destinos do lixo orgânico produzido no contexto da confecção de refeições, nomeadamente torna viável a opção de ter compostor e/ou ter animais que comem os restos. Os **compostores** podem assumir o seu papel de “contentor de orgânicos” sob diversas formas.



Fotos VI.2 Compostores em espaço privado

Por seu turno, a existência de **animais domésticos**, permite uma alternativa ao destino de uma parte do lixo orgânico - na maior parte dos contextos vai para o caixote do lixo do indiferenciado. Assim, apesar da tendência para a ração ser dominante na comida dos animais domésticos, sobretudo cães e gatos em zonas urbanas, os restos da comida muitas vezes vai acabar nas suas gamelas e taças.

“Cá em casa há muito pouco lixo orgânico, porque tudo o que sobra os cães ou a gata comem.” (33, integral, rural).

Na zona rural é ainda frequente, para quem têm um espaço exterior mais amplo, ter ovelhas, galinhas, patos, porcos e ovelhas, para os quais se encaminha parte do lixo orgânico da casa, ou até mesmo dos vizinhos - “os restos das cascas de fruta mando aqui para o lado para a

³⁷Para mais informação consultar: sintraemtransicao.blogspot.com e permaculturaportugal.ning.com.

horta do vizinho que tem galinhas” - e o restante vai para o composto.

Este contexto de destinos finais ainda dentro da esfera doméstica articulam-se, em grande medida, com uma atitude bastante transversal nas entrevistas em relação ao desperdício, como algo a evitar sempre que possível, havendo aqui um princípio ético latente. Para as pessoas que revelam uma maior sensibilidade a várias temáticas ambientais, a reutilização apresenta-se como uma forma de reduzir o desperdício a vários níveis.

“Eu não desperdiço nada, nem água. É engraçado que ontem dei comigo a pensar nesta história da água, que a água também é um lixo porque as pessoas deitam fora a água, as pessoas lavam os dentes com a água a correr, completamente desperdiçada na casa das pessoas e elas tratam a água como se fosse lixo ao deita-la fora. Devia ser reutilizada.”(53,separa, rural).

VI.2.1. O lixo que se reutiliza

Existe um certo imperativo social em *“não desperdiçar”*, *“em não deitar fora coisas que ainda estão boas”*, que *“podem servir para alguma coisa”*. Verificou-se frequentemente, em particular por parte de quem é separador, um ênfase na ideia de que *“nada é lixo, acredito que tudo é reaproveitável”*, listando uma quantidade de formas de reutilização, ainda dentro do espaço doméstico, desde as cápsulas de café da Nespresso – o mais recente lixo doméstico – aos frascos de vidro. Com base nas entrevistas, percebe-se uma relação frequente entre as práticas de separação e uma tendência para a diversidade de objectos sujeitos a práticas de reutilização *indoor*, como destino para certos objectos:

“guardo os frascos de compotas para a minha mãe”

“os frascos para guardar chás”

“as garrafas de vinho nunca se deitam fora, vão para a quintinha onde fazemos vinho”

“tudo o que é caixas de cartão utilizo para secar plantas”

“as caixas utilizo para voltar a encher com coisas”

“as podas de alecrim e da alfazema para aromatizar a casa”

“para mim não é lixo as caixas de madeira ali da Frutaliça, dá para arrumar qualquer coisa”

“os sacos de papel costumo guardá-los”

“as caixas dos ovos, isso dá para guardar”

“papeis de embrulho, revistas, caixas de cereais”

“faço trabalhos manuais com os meus netos, quando eles estão por cá”

“ela gosta de brincar aos supermercados e usa embalagens limpas como brinquedos”

“utilizo algumas garrafas para pintar e oferecer”

“tenho um saco de envelopes daqueles que vêm com as contas e uso-os de novo”(…).

Verifica-se que os **frascos e as garrafas de vidro** são embalagens guardadas de forma mais sistemática para reutilização, mesmo por quem não é separador. Há uma certa “nobreza” neste material que o torna bem visto como uma embalagem higiénica e que vale a pena guardar para reutilizar, em especial os frascos para compotas e conservas de vários tipos, para fazer germinados, ou as garrafas para engarrafar produções caseiras de vinho e licores, ou para colocar o azeite “da terra”.

“Há coisas que só compro vidro em vez de plástico. Tenho uma ligação estranha com o plástico, eu não compro garrafas de água por causa das temperaturas que podem apanhar, porque o plástico liberta uma dioxina qualquer, li isso em qualquer lado, e isso incomodou-me um bocado, enquanto os pacotes de leite têm aquele metal que é o suficiente para não ser libertada a dioxina. Pode ser uma ignorância enorme que eu posso pensar mas dá-me uma certa de confiança as embalagens de vidro.”(48, integral, rural qualificado).

Por seu turno, é bastante frequente, em agregados familiares com crianças com menos de 10-12 anos, tanto os pais como os avós, recorrerem a embalagens para fazer **trabalhos manuais** com elas. Por vezes assumem que procuram incutir nas crianças um olhar sobre o lixo como algo que “*ainda está bom*”, que se pode aproveitar, para contrariar a tendência geral do “*comprar, usar e deitar fora*”.

“Reaproveitamos porque fazemos imensos trabalhos cá em casa, eu e a Maria, com os mais pequenos, aqui em casa e também com uma amiga que tem um ATL. É já um hábito. (...) Acho que é importante para as próprias crianças saberem aproveitar, saberem economizar no sentido de nos tornar práticos, dá-nos uma abertura, não nos limita, dá um pouco de liberdade. A loja está fechada mas arranja-se qualquer coisa se usarem a imaginação.”(48, integral, rural qualificado).

“As embalagens de iogurte com a miudagem cá, vão para fazer pinturas ou fazemos o que chamamos modelagem de lixo. (...) para eles usarem um bocado de imaginação porque os brinquedos que os miúdos vem tudo com instruções. É uma das razões pelas quais eles gostam de brincar aqui com a avó é que vamos sempre fazer coisas diferentes...”(69, suprema, rural qualificado).

Noutros casos, são as próprias crianças que incentivam os adultos a guardar embalagens para trabalhos manuais, seja nos seus tempos livres, seja para levar para a escola.

“Quando faço trabalhos com a Mariana [5 anos] utilizo muitas vezes embalagens, às vezes ela vê no Art Attack e fica com vontade e lá vamos nós ao ecoponto amarelo buscar coisas.” (34, suprema, rural qualificado).

“Às vezes na escola pedem alguns materiais e nessa semana guardo o que for preciso. Limpo-as e ficam ali na bancada da cozinha arrumadas para ele [filho] levar para a escola.”(41, não separa, urbano consolidado).

Ao longo das entrevistas, surgem de facto diversas referências a reutilizações *indoor*, revelando a capacidade interna do agregado tem de evitar deitar fora certas coisas que podem ser utilizadas de novo ou “adaptadas” criativamente para outros fins. Inclusivamente vários sites foram indicados durante as entrevistas, assim como revistas com ideias de reaproveitamento de embalagens, seja com fins decorativos, seja com fins práticos.

O **lixo** revela-se, assim, um **material criativo**, com o qual até se fazem peças “artísticas” com estatuto para serem expostas em galerias locais, como será referido mais adiante. Mas neste ponto a referência são as reutilizações dentro da esfera doméstica; isto é, coisas que “costumam” ir para o contentor do sistema de recolha, eventualmente como “lixo separado”, mas que são resgatadas desse estatuto e destino (imediato), *“deixa de ser lixo a partir do momento em que lhe dou outra funcionalidade.”*

Essa “outra funcionalidade” pode ser encontrada também fora de casa. Sobre esse tipo de reutilização *outdoor*, dedica-se um ponto específico sobre o “lixo que circula”, no capítulo IX.

VI.2.2. O lixo que se acumula

Por definição o lixo é aquilo que “se deita fora”, porque é inútil, já não serve, já não se usa. Mas o que se veio a constatar é que, chegando a este ponto da definição, vários dos entrevistados remetiam para uma quantidade de coisas e objectos, que apesar de já não serem usados e não terem utilidade, não tinham ido “para fora” de casa, ficando guardados, à espera de uma definição de destino.

“Lixo é tudo aquilo que já não usamos, já não vamos reutilizar e que portanto temos de tirar da nossa casa, entre aspas. Digo entre aspas porque eu acumulo muito lixo. Eu tenho dificuldade em me desfazer das coisas, em me aperceber desse prazo de validade das coisas. Os prazos de validade são prolongadíssimos comigo.”(35, integral,rural).

Contra a lógica “óbvia” do deitar fora o lixo, “guarda-se o lixo em casa”. *“Eu ponho-me a pensar, mas porque é que eu estou a guardar isto? Mesmo sem nenhuma razão guardo, não tem muita lógica. Custa-me deitar certas coisas fora.”(34,casal+filha,separa, urbano qualificado).*

Verifica-se uma tendência generalizada para a **acumulação**, com graus diferenciados e também dependente da tipologia do próprio espaço da casa³⁸. Sendo o lixo considerado algo que é “desordenado” (Douglas, 1966), a tendência é retirá-lo das zonas de fachada do espaço privado, salvaguardando a sua ordem, remetendo-o para os bastidores (Goffman, 1959), cujo acesso é restrito aos elementos familiares da casa, incluindo a mulher a dias, que se torna cúmplice desse espaço fora da fachada, onde se permite alguma desordem.

“Esses dossiers de coisas da faculdade ocupavam uma parede inteira da arrecadação e nós precisávamos de espaço para por as coisas do bebé que está a chegar, para arrumar algumas coisas que não podemos ter lá em cima à vista no quarto.” (34, suprema, rural qualificado).

Os lugares onde se guarda o “lixo” dentro de casa são, portanto, habitualmente fora da vista e fechados. São **lugares próprios para pôr “as coisas que não têm um sitio certo”** e que estão a mais ou aqueles que não se tem tempo para seleccionar. O “sujo” é uma matéria fora do lugar e o lixo só é visível quando está no lugar errado (Thompson, 1979). E por isso, ao querer-se livrar destas coisas que são lixo por estarem no lugar errado, a acumulação nestes sítios é a tentativa de manter a ordem arranjando-lhes ou criando um lugar apropriado.

A importância do lugar (placing) das coisas que não já não se querem é bastante enfatizado por Gregson (2007), na medida em que o lugar que elas ocupam mostra o que se quer fazer com elas. Assim, as coisas que já não são usadas ou amadas ou cuidadas, têm tendência para serem colocadas e guardadas em lugares que lhes conferem invisibilidade. *“Incomoda quando vou lá a baixo à garagem e vejo que aquilo está um grande caos.”*

No decorrer das entrevistas, foi frequente a referência a lugares onde se colocam coisas a que não se sabe o que fazer nem quando, mas sabem que no presente não têm lugar nem utilidade. Ficam então num lugar à parte, testemunhando-se esta necessidade humana de armazenar, pouco “racional”.

“Tenho a garagem, está repleta das tais coisas, porque tínhamos duas casas que temos a dobrar, o micro ondas a dobrar, o esquentador, os candeeiros e eu não me livrei dessas coisas. Os candeeiros já estão dados mas lá está, tenho um sitio para os guardar e não interfere no meu espaço de visão. São coisas que estão guardadas para um dia... (ri) e depois chega esse dia e depois vai para o lixo. Entretanto vão ficar lá, porque dão sempre jeito, o frigorífico já deu jeito, quando este está muito cheio ou quando temos pessoas cá. Lá em casa dos meus pais tínhamos o sótão, há sempre um sitio. É fácil acumular coisas na garagem, não se vê.” (34, não separa, rural qualificado).

³⁸ Não se está a referir à acumulação patológica dos “hoarders” (acumuladores), que são inclusivamente objecto de séries televisivas produzidas nos EUA, emitidas no canal TLC.



Fotos VI.3. Lugares bastidores onde se guarda “lixo acumulado”

São as arrecadações nos prédios, os sótãos, as caves, as garagens, os anexos no fundo do quintal, o “quarto da tralha”, “aquele armário”, o fundo de uma gaveta, o cimo do armário onde, para se chegar, é preciso um escadote, a casa dos pais, as casas secundárias...

“Tenho ali uma espécie de armazém onde guardo lixo (ri-se) muita coisa, que sai desta casa, vai para ali primeiro e custa-me muito deitar fora livros e papeis. Tem as roupas da feira, que eu vendo e ficam de um ano para o outro e que eu também não me consigo desfazer, porque acho que as posso reutilizar, pintar, bordar, sei lá, quando tiver tempo, ficam em stand by. Tenho quadros que sobraram de duas exposições de fotografia, ficam ali até à próxima que será daqui a 3 anos ou 4 anos ou 10 anos ou nunca mais. Ali ficam. O que tenho mais? Móveis que já não quero ou que alguém me deu, ficam ali à espera...” (53, suprema, rural).

Quando referem que apesar de o fazerem, não tem lógica guardar “lixo” em casa, até porque muitas vezes, acabam mais tarde por ir de facto para o contentor do lixo, os entrevistados estão a referir-se à dificuldade que têm em se desfazer de certas coisas e ao que significa para si “deitar coisas fora”.

Por um lado, está presente a questão do evitar o desperdício: “custa-me porque eu dou valor aquilo porque aquilo pode ser utilizado para outra coisa”, “é mal empregado para ir para o lixo” e é melhor guardar, “porque pode vir a fazer falta”. Nestas justificações por vezes encontram-se memórias de escassez. De qualquer modo, muitas vezes trata-se de uma atitude que não é transversal do agregado familiar, encontrando-se em vários casais, a presença de um elemento com tendência a acumular e outros com mais “desapego” material.

“Eu não tenho pena de dar . O meu marido sim. Em termos da roupa do Tomás, não damos porque podemos ainda ter algum bebé. Mas em relação a outras coisas o meu marido acha que “poderá fazer falta”, mas acaba por nunca fazer falta. Os meus pais tem aquela coisa da afinidade ao objecto. Eu nunca tive, aquela coisa da recordação. Não faz utilidade é para o lixo, pronto, sai fora.” (39, integral, urbano novo).

Por outro lado, também se encontram presentes **questões afectivas e de memórias**, em relação às quais o mandar para o lixo tem um significado de “desprezo” que é desadequado ao valor atribuído ao objecto. Como já se referiu, por exemplo, para fotografias ou cartas pessoais, alguns entrevistados referiram que optam por queimar, para se desfazerem de certo “lixo acumulado”, evitando o contentor do lixo.

No que diz respeito a coisas que se guardam por razões afectivas e por memórias, a dificuldade em deitar essas coisas fora é porque isso significa, desfazerem-se de uma parte de si mesmas ou das pessoas que associam a essas memórias materiais.

“São as coisas que me foram dadas, mesmo que não goste, tenho muita dificuldade em desfazer porque parece que estou a deitar fora a pessoa que os deu ou que estou a dizer que não gosto tanto dela e por isso tento sempre manter.” (40, suprema, urbano novo).

“Isso tem a ver com apego, há coisas que nos trazem lembranças e muitas vezes achamos que nos prendemos a alguma coisa se mantemos aquilo. Tem valor sentimental. Pode ser um livro que não nos faz sentido nenhum, mas faz parte da nossa história. (...) Acho que é importante preservar a memória também para ela [filha]. ”(39, integral, separa, urbano novo).

“Há coisas que custam, os meus cadernos de faculdade, era o que me estava a custar mais, eram todos tão organizadinhos e tanto exercício e já nem me lembrava que sabia isso, pus-me a folhear os cadernos e custou-me muito a soltar-me de alguns cadernos. Comecei por aqueles que gostava menos da disciplina e esses foi tudo para o lixo, foi fácil, nem olhei. Mas houve alguns que me custou muito a livrar (...) mas nunca vou lá abaixo ver, vou directamente à internet. Tive que me mentalizar que eu não precisava daquilo...”(34, suprema, rural qualificado).

A maior parte desse “lixo acumulado” são **objectos em stand by**, que foram suspensos do serviço que prestavam por uma determinada razão circunstancial e (ainda) não têm um destino definido. Mas os contentores-ecopontos colectivos não são seguramente os adequados para os seus proprietários. São coisas que se revelam difíceis de deitar fora.

Para além das memórias e objectos cujo valor é sobretudo sentimental, identificam-se vários objectos que, pessoalmente, oferecem mais dificuldade em “deitar fora” no contentor do lixo e por isso têm tendência para ser “lixo acumulado”, em particular os **livros e manuais escolares; móveis e electrodomésticos; roupas** que não se usam ou a mais - *“Tenho roupa que chegue até aos meus 150 anos”* - e **roupas de crianças e brinquedos**.

Aos livros em particular é muito frequente as pessoas referirem-se à dificuldade de se desfazerem deles, e muito mais difícil ainda é deita-los para o lixo. São objectos aos quais é atribuído uma dignidade por conterem em si conhecimento.

“Livros custa-me muito deitar fora, dou-os, vendo-os mas não consigo deitar fora (mesmo para o papelão). Então vão para ali, para o armazém...” (53, suprema, rural).

“Tenho um armário cheio de livros em casa dos meus pais que não sei o que fazer deles, porque não cabem cá em casa mas tenho pena de os deitar fora. Alguns são bem antigos, eram do meu pai, quando ele era pequeno.” (37, parcial, rural qualificado).

Parte das coisas que foram remetidas para um lugar nos bastidores têm tendência para ser alvo de um processo de desvalorização económica e cultural ao longo do tempo (Thompson, 1979), processo esse que também se alastra ao seu valor emocional, rendendo-se à sua desvalorização, obsolescência e esquecimento: *“para dizer a verdade, nem sei bem o que lá está”*.

“Há coisas que eu não consigo me desfazer mesmo, fico um bocado presa à parte emocional das coisas. A solução que eu tenho é afastá-las de mim, portanto, arrumam-se num sitio onde não as veja e daqui a 2 ou 3 anos vou buscar qualquer coisa e descobres aquilo lá no meio, 'ah, isto é para o lixo, até tinha pensado que já tinha deitado fora', mas no momento, quando tenho de fazer a arrumação e a limpeza, não consigo me desfazer das coisas.” (35, integral, rural).

“Montes de papelada da empresa onde trabalhei anteriormente e que guardei porque 'isto um dia vai-me fazer falta para um trabalho', relatórios e coisas, mas já passou 6 anos e aquilo está completamente desactualizado e eu nunca mais vou usar. Quando as trouxe cá para casa não achei que eram lixo e algumas delas ainda utilizei mas agora que já passou este tempo todo...” (36, suprema, rural qualificado).

“Eu tenho um problema com tachos. É uma coisa completamente sem lógica só que eu não sei o que

fazer aos tachos. (...) Não posso deitá-los para o lixo normal, mas também não posso deitá-los para nenhum dos ecopontos porque não tem aplicação, acabo por ficar aí com os tachos, a prateleira de cima é quase tudo tachos velhos que não uso.”(34, suprema, rural qualificado).

Com o passar do tempo, o sentido emocional e afectivo de se ter guardado uma determinada coisa num certo momento da vida também se pode perder, tornando mais fácil ver-se livre dessas coisas que ficaram acumuladas.

No momento da re-descoberta o seu valor transformou-se. Alguns passam à categoria de “lixo” que é para ser despejado no contentor. Noutros casos, podem passar a ser “lixo que circula” para fora do espaço privado, adquirindo por vezes até o valor de antiguidades, ou de velharias. O caso dos discos de vinil são paradigmáticos deste tipo de revalorização de objectos que durante algum tempo viveram fechados em caixotes e um certo revivalismo lhes confere um valor especial no mercado ou expostos na sala.

Esta transmutação de estatuto do lixo acumulado quando redescoberto, é argumento de várias séries televisivas, sobretudo produzidas nos EUA, como “Os caça-tesouros” ou “O preço da história” no Canal História, que se baseiam em obter dinheiro a partir da redescoberta de objectos - “lixo acumulado” - que estão ou esquecidos ou abandonados em arrecadações, armazéns, celeiros rurais, etc. e o próprio passar do tempo valorizou esses objectos.

Também a OLXClassificados (www.olx.pt), sob o lema “*Se vale x, na olx!*” tem feito uma publicidade bastante forte com *outdoors* ao longo da IC 19, mas também em *spots* na televisão, sugerindo que “*Tem em casa mais dinheiro do que pensa*”, remetendo precisamente para cenários como a garagem ou sótãos, onde estão coisas guardadas e fora de uso e sobre as quais se duvida que alguma vez venham a ocupar um lugar na “fachada” da casa. É o lixo como negócio crescente em contexto de crise.

O “lixo acumulado” e o fluxo contínuo de coisas a entrar dentro do espaço privado, que potencialmente vão ser transformadas em algum tipo de lixo, implicam directamente no espaço que ocupam numa casa que (tal como o da Terra) é finito. As pessoas ficam como que “empanturradas” com o conteúdo das suas arrecadações e não sabem o que fazer a coisas que já não lhes servem, “*mas que ainda podem servir*”. E ficam sem destino, tendendo-se a adiar a tomada de decisão.

Esse **adiamento de pôr ordem na desordem dos bastidores** acontece, porque isso vai implicar um período de tempo considerável: “*Tenho de me encher de coragem e ir para lá e organizar e arrumar essas coisas*”. É encarado como uma grande tarefa e que, por norma, só a necessidade premente de espaço é que é motivação suficiente para passar à acção.

“Se eu vou tendo espaço tudo bem, mas depois há um dia em que precisamos daquele espaço e então vamos ter de ver, ou seja, a necessidade de espaço faz-me ir ver o que já não serve.” (36, suprema,rural qualificado).

“Aquele quarto é a nossa despensa onde está tudo, desde as pranchas de surf à roupa que não se veste, as tendas de campismo, vai estando tudo ali e vamos sempre adiando, mas se um dia tivermos um filho aquelas coisas têm de encontrar outro lugar.” (38,suprema, urbano consolidado).

Quando a **necessidade de espaço se impõe** é que preciso tomar decisões relativamente ao “lixo acumulado” e, para ganhar espaço, algumas coisas têm necessariamente de sair para fora do espaço privado. O contentor do lixo pode ser uma opção mais rápida e imediata, mas também outras alternativas, outros lugares são procurados, em particular para objectos que definitivamente acham que são mal empregadas para ir para o lixo, o que corresponde a um fim de vida prematuro, atendendo ao seu estado utilizável.

O “lixo que se acumula” tem frequentemente um grande potencial para ser “lixo que circula”, saindo para fora de casa, para entrar num circuito alternativo, em busca de um lugar onde passe a ser um objecto activo e querido de novo.

VI.3. Fazer lixo no quotidiano

Dia após dia produzimos lixo nas nossas rotinas domésticas, em particular o lixo que resulta da alimentação, da limpeza do espaço doméstico, da roupa e da higiene pessoal. Destas práticas resultam restos e invólucros esvaziados.

Mas o quotidiano não é só composto de rotinas regulares e repetitivas. É também um quotidiano de acontecimentos e situações extraordinárias (Pais, 2009).

Assim, pode considerar-se a existência de dois tipos de lixo no quotidiano, o **lixo** que é produzido na **rotina doméstica** e o lixo que é produzido em **ocasiões especiais**.

VI.3.1. O lixo da rotina doméstica

A produção de lixo no âmbito das rotinas domésticas articula-se fortemente com um conjunto de hábitos de consumo e quando se questiona o que faz mais lixo na casa no seu dia a dia, as respostas recaem, de uma forma geral, na alimentação. Ainda que haja agregados que fazem poucas refeições em casa, sobretudo durante a semana, ou não cozinham todos os dias, é à volta da **alimentação** (e na cozinha) que a maior parte do lixo se produz.

Quando se alude à alimentação, referem-se não só à sua confecção e aos lixos orgânicos que daí resultam, mas sobretudo às embalagens dos alimentos, às quais muitas das entrevistadas considera uma *“fatalidade”* à qual não se pode *“fugir”* porque *“não tem propriamente a ver connosco, mas mais com o que está à venda”*. Enquanto *“dantes comprava-se ao quilo em pacotinhos de papel manteiga”*, agora *“por muito que tentemos, é impossível não produzir lixo, compra-se tudo embalado.”*

“É uma profusão de lixo de embalagens que eu faço cá em casa que não te passa pela cabeça, a sério. Deve ser 80% do meu lixo, eu não dou vazão ao meu ecoponto amarelo, todos os dias levo um saco de lixo para cima. Qualquer coisa que tu queiras comprar, o sumo vem sempre dentro do pacote, no detergentes da roupa consigo comprar recargas, mas também vêm num pacote, não há maneira de fugir... o ecoponto amarelo é um karma.”(34, suprema, rural qualificado).

“O que noto que enche mais são as embalagens que vem a embalar a comida, muitas vezes com excesso de embalagem, muitas embalagens a envolver. Noto que quando vou às compras do mês, os plásticos enchem, não tanto o papel. Eu desmancho os packs. Trago sacos das compras para usar para o lixo, para não ter de comprar para o lixo, mas muitos nem dão, porque estão rotos e acabam por ficar inutilizados e então são esses sacos rotos, as embalagens das coisas e as embalagens que envolvem as embalagens, faz muito volume, não é pesado, mas enche um saco.” (32, suprema, urbano novo).

“A mim faz-me confusão as empresas, eu sei que pagam à Ponto Verde, mas acho que devia haver uma espécie de multa, um limite para a utilização dos materiais, quem mexe com o dinheiro e o mercado faz o que entende e usa de forma abusiva as embalagens e depois nós vamos fazer esta parte que é a migalhinha da separação em comparação com o resto. Não é uma desculpa para eu não fazer. Mas irrita-me que haja tanta culpa nas pessoas 'oh, o mundo seria muito melhor se todos fizéssemos reciclagem'... mas nós só estamos a limpar aquilo que que nos impingem diariamente, porque nós não conseguimos comprar as coisas de outra forma, porque o marketing é muito mais importante do que as questões ambientais e é tudo uma grande fachada.” (34, não separa, rural qualificado).

Nestas circunstâncias de um mercado que não oferece alternativas e não favorece uma redução de lixo à partida, são poucos os agregados que, nas suas compras de alimentação (ou limpeza), tenham em consideração a embalagem pela possibilidade da sua redução, reutilização ou reciclagem. Por vezes escolhem determinadas embalagens, por exemplo, de vidro, mas mais por preferência pelo material.

Os critérios que em geral presidem à selecção dos produtos são sobretudo marcados pelo

preço, pelo produto em si, pela marca ou ainda por certas características intrínsecas, nomeadamente algumas entrevistadas referem que tentam evitar os químicos, tanto nos alimentos como nos detergentes *“para evitar a poluição no corpo, na casa e no ambiente”*.

Mesmo alguns dos separadores convictos são apanhados de surpresa com a questão relativa à articulação do momento de fazer as compras e estarem a trazer (e a comprar) lixo para casa, reflectindo o condicionamento à partida que os locais de consumo oferecem no momento das compras.

“Não, por acaso nunca pensei nisso, mas agora que fala nisso, é quase impossível, os 4 iogurtes vem sempre naquela embalagem com papel à volta, é impossível...” (33, integral, rural).

Mas não se trata sempre de considerar “inevitável”. Mesmo quando está presente uma maior sensibilidade à questão, o consumo de embalagens em excesso, resulta da facilidade e comodidade - *“Confesso que faço muito lixo no dia-a-dia”*. Isto é, mesmo quando alertados para o assunto, são práticas que perdem na competição, porque o mercado massificado não está orientado para essa redução.

“Nas embalagens, se calhar até me devia preocupar mais... Se eu não tenho tempo de estar com as minhas coisas com calma, claro que acabo por ir ali ao modelo e já está, e aí estou a consumir mais, estou a fazer mais lixo e estou menos preocupada com o impacto no ambiente, embora me preocupe mas acaba por ser um comodismo, um egoísmo. (...) Quando não se tem muita disponibilidade de tempo ou não se consegue criar esse tempo para as coisas, acaba-se por entrar na facilitação, embora se ache importante. Mas entre o importante e o existir ali uma coisa mais fácil à mão, acaba-se por ceder.” (39, integral, urbano novo).

Algumas (poucas) pessoas, com um percurso de envolvimento ambientalista mais forte, apresentam preocupações em relação à produção de lixo que marcam de forma determinante os consumos e compras diárias, combinando o tipo de produção biológica com a importância dada ao facto de ser produção local, além do evitar comprar embalagens, preferindo os mercados tradicionais e levando o seu cesto ou saco reutilizável.

“Faço compras nos supermercados biológicos e no comercio local (...) Nunca compro fruta embalada com esferovite por baixo e um plástico por cima, por principio, não o faço.” (53, suprema, rural).



Fotos VI.4. Despensas que reflectem consumos com diferentes abordagens às embalagens

Apesar de sensíveis à questão do consumo como um momento de produção de lixo, existe também o condicionamento do preço de alguns produtos “amigos do ambiente”.

“Eu tento, mas às vezes não consigo, também pelo preço, escolher embalagens que tenham menos embalagens, ou compro recargas para evitar embalagens, quanto menos embalagens melhor, mas há coisas que não consigo. Quando compro, compro com essa consciência e às vezes estou a comprar e faz-me confusão.” (32, suprema, urbano novo).

Por seu turno, a presença de crianças nos agregados não se reflecte apenas em mais embalagens de alimentos, nomeadamente leite, sumos e bolachas, mas também no consumo de “brinquedos”, mesmo que não diário mas frequente, pode ser um momento de grande produção de lixo.

“Às vezes quando vou com a minha sobrinha à papelaria, ela tem 5 anos e quer aquelas coisas todas, quer uma Barbie, que é um boneco que mede um palmo com um pacote que tem sem exagero 20 vezes o tamanho daquilo, é absurdo. Custa-me. Eu por norma não compro e explico-lhe 'olha, a tia não compra porque isto é muito lixo que este brinquedo produz, olha lá, para uma bonequinha desta, ela não precisava de um pacote tão grande'.” (53, suprema, rural).

Onde **há um bebé, há fraldas**, e esse é sem dúvida o lixo de indiferenciado que se sobrepõe numa determinada fase no agregado familiar, levando casais jovens e com maior sensibilidade ambiental a equacionar usar fraldas reutilizáveis.

“Agora com a bebé fazemos um bocado mais de lixo, porque temos as fraldas, porque ainda não começamos a usar as fraldas de pano, ainda temos as descartáveis e aí sim, nós notamos que o nosso lixo, que a quantidade aumentou. Antes da bebé era capaz de por um saco de lixo no lixo de 2 ou de 3 dias e hoje sou capaz de por 1 por dia. Portanto é uma grande diferença.” (33, integral, rural).

Por fim, se nalgumas circunstâncias, os **animais domésticos**, nomeadamente os cães e gatos, são o destino de algumas sobras de comida, reduzindo a produção de lixo orgânico nalguns agregados, os animais também podem ser uma fonte de produção de lixo que faz parte da rotina de certos agregados domésticos.

Assim, quem tem animais domésticos, em particular gatos e vive em tipologia urbana sem espaço exterior privado, reconhece que são a maior fonte de lixo indiferenciado, constituído pela areia dos gatos. Mesmo para quem reside em tipologia rural, que não tem a questão da areia, mas que alimenta os seus animais a ração ou comida enlatada, vê a sua regularidade diária, em regime continuado, na produção de lixo de embalagens todos os dias: *“Com as embalagens das comidas estes gatos fazem mais lixo do que eu.”*. Acresce ainda que cães e gatos são grandes produtores de lixo indiferenciado diário. *“Aspirar sem dúvida, encho um depósito por dia, por causa dos cães e da gata, que deixam cair muito pêlo. É a actividade diária que mais lixo produz, logo a seguir às fraldas.”*(33, integral, rural).

VI.3.2. O lixo das ocasiões especiais

Ao longo das entrevistas surgiram várias referências a momentos especiais da vida do agregado familiar que decorrem no espaço doméstico, que se revelam também momentos extraordinários no que respeita ao lixo - momentos de maximização de produção de lixo num curto espaço de tempo.

VI.3.2.1. Natal todos os anos

Uma destas ocasiões que é referida com maior frequência é o Natal como sinónimo de uma grande quantidade de lixo produzida em casa, e no caso específico, em muitas casas aos mesmo tempo, o que se reflecte na rua de forma exuberante junto aos contentores, o que choca quem tem um sentido cívico e ambiental mais apurado.

“Das coisas que mais me chocam é o Natal. A quantidade de lixo que aparece nos contentores, que as pessoas nem sequer reciclam...aquilo é absolutamente desnecessário, não se justifica, são técnicas de marketing muito agressivas e péssimas para o ambiente.”(25, suprema, urbano novo).

“É todos os anos o mesmo espectáculo nas ruas cheias de lixo, porque as pessoas não ficam com ele em casa.” (37, suprema, rural).

Há uma necessidade de repor a “ordem” a seguir à festa de dia 24, para continuar a festa dia 25 de Dezembro, porque apesar de tudo *“É melhor o lixo estar na rua do que dentro de casa.”* Nesses dias constata-se, com alguma frequência, uma espécie de “tolerância” em relação os contentores ficarem abertos e com sacos à volta empilhados, porque quem os devia recolher não os recolheu, ainda que *“coitados, também tenham direito ao Natal”*.

De qualquer modo são momentos em que há uma interrupção do quotidiano rotineiro pelo acontecimento e essa ruptura é imediatamente visível, porque as pessoas continuam a colocar o lixo na mesma na rua, como se não houvesse greve, ou no caso do Natal, a prática de colocar o lixo ainda por cima em grande quantidade, mantém-se mesmo que já se saiba que não haver recolha. O Natal e as greves parecem ter os mesmos efeitos visíveis no espaço público, de acumulação à volta dos contentores de grande quantidade de lixo, o que, apesar de desagradável, “tolera-se” e finge-se nem se ver (Goffman, 1963).

Em várias ocasiões, seja em contexto de entrevistas, seja em conversas de carácter informal, os contentores no dia 25 de Dezembro, vieram à memória como uma daquelas imagens de lixo acumulado a sair por fora dos contentores.

Destas observações, em termos da recolha para estes dias valeria a pena reflectir numa operação Natal, não necessariamente no sentido de haver recolha nesses dias, mas na criação de um esquema especial, criado em conjunto com a população, para que as ruas não se transformem em lixeiras de papeis de embrulho e restos da consoada.

VI.3.2.2. Festas há muitas

Ainda que o Natal tenha um efeito mais visível no espaço público, porque é uma ocasião festiva que é celebrada em muitos dos espaços privados em simultâneo, ao longo do ano, há vários momentos de festa que fazem parte da dinâmica das famílias e dos agregados.

Há uma certa tendência para que em ocasiões de festas em que se faça muito lixo. Mesmo quem separa o lixo fica com menos capacidade de gerir esta prática da forma habitual, não só porque a infraestrutura doméstica não está preparada para uma quantidade tão grande, mas também a presença de familiares no espaço doméstico com diferentes práticas em relação ao lixo se reflecte numa mistura de lixo. Ou então, porque se está noutra casa onde não se separa, não existindo espaço de manobra para implementar a sua prática em relação aos lixos,

deixando os donos da casa assumirem o controle.

Qualquer festa remete para a produção de lixo em concentrado, em especial devido ao consumo de bebidas e de comida. A sua recorrência em certos locais pode ser equacionada, de forma de apoiar a recolha selectiva nessas ocasiões. Curiosamente, numa das entrevistas foi referida a necessidade de um ecoponto na sua rua, *“pelo menos um vidrão, porque aqui os vizinhos brasileiros todos os fins de semana estão em festa e é vidro que nunca mais acaba.”*(49, não separa, rural).

Mas as ocasiões festivas que são mais referidas nas entrevistas, a seguir ao Natal foram as festas de aniversário das crianças. São ocasiões de excepção, em que até nos agregados onde está incorporada a separação de lixo de papel, vidro e plástico, abrem excepções, mesmo quando é nesses dias que se produz mais mais lixo reciclável (garrafas e pacotes de bebidas, pratos e copos descartáveis, etc.). Mas acaba por ir tudo junto. A dificuldade de fazer a separação nesses dias prende-se com a presença de pessoas na festa que não separam e com a falta de equipamentos adequados para grandes quantidades, o que exige uma prévia preparação de contentores próprios e, na dinâmica de uma festa, o lixo é remetido para segundo plano, estando a atenção na preparação da casa para receber e na comida. São ocasiões especiais, que exigem um conjunto de organização e logística e o lixo fica para o fim em todos os sentidos, não se preparando as estruturas adequadas.

E, mesmo quando se pensa nisso, basta que alguém não perceba que aquele contentor foi ali colocado, por exemplo, apenas para os plásticos, para que comece a haver restos de frango e de bolos misturados e a partir daí o que se tem no final da festa é um lixo “misto” o que torna a tarefa da separação bastante ingrata e um esforço “inglório” para os bem intencionados separadores, que até uma certa altura da festa, vão corrigindo aqueles que se enganam.

“Aqui em casa, na festa da Marta, que são muitas pessoas e começam a por ali no plástico os copos e essas coisas e depois fica cheio e as pessoas começam a por no outro. Algumas põem logo no outro, nem pensam que pode ali haver uma hipótese. Tem a ver com as pessoas, se já o fazem em casa, continuam a fazer aqui. Nesses dias é um pouco mais difícil de controlar, não se consegue, desisto um bocado. Ponho sempre um balde lá fora para as garrafas, mas acaba por se juntar sempre. Começa-se assim muito bem mas depois começa-se a misturar. Acredito que as pessoas nas festas tenham a mesma dificuldade.”(37, integral, rural).

Sobre o lixo excepcional destes dias e a dificuldade em separar em dias de festa, surgiu uma história “original”.

“Só há uma data no ano em que não faço separação do lixo que é quando faço a festa de anos da Madalena, tem sempre entre 50 a 60 pessoas aqui em casa. E no primeiro ano que fizemos não fiz pura e simplesmente separação, pus os sacos do lixo lá fora e foram 5 sacos do lixo daqueles grandes pretos para dentro do contentor, foi tudo para o mesmo sítio, garrafas e tudo. No segundo ano pensei 'isto assim não pode ser', pelo menos as garrafas de vidro temos de separar porque há muitas de cerveja e vinho na festa. No terceiro ano, pus os 3 sacos e tinha umas etiquetas em cada saco, mas não resultou minimamente porque as pessoas não ligam e põe o lixo todo junto. Então levei os sacos para a garagem para depois separar o lixo, eu na minha boa fé que ia separar os pratos e copos descartáveis. O cão andava para trás e para a frente, foi aos sacos e comeu tudo o que havia lá, desde as cascas de caracóis aos pratos, aos copos, aos talheres de plástico, e o que é que aconteceu? Fez uma torção no estômago e o meu subsídio de férias foi para a operação do cão. O ano passado, quando a Mariana faz 4 anos eu disse, temos que fazer a separação, mas cá em cima, toda a gente tem de fazer, mas não resultou porque as pessoas não me ligam, estão em festa e pronto. Os copos, os pratos e os talheres consegui separar, as pessoas perceberam que era naquele saco específico, e as garrafas também, mas o resto, pacotes e isso vai tudo junto. Esse dia é muito difícil, é muita gente e eu não estou a controlar o lixo. Algumas das pessoas eu sei que até fazem porque vou a casa delas regularmente e têm ecoponto mas naquele momento da festa as pessoas não ligam se estão a meter num saco ou noutro e acabam por meter tudo junto e logo que um saco está cheio vai logo directo para o contentor.”(34, suprema, rural qualificado).

VI.3.2.3. Grandes limpezas, obras e mudanças

Para além das ocasiões festivas, outros momentos especiais e excepcionais de quebra de rotina são referidos ao longo das entrevistas, como momentos de uma grande produção de lixo concentrada num curto espaço de tempo. Tanto as chamadas limpezas de Primavera, como o fazer obras de remodelação em casa, como fazer mudanças dentro de casa, são momentos em que se dá a volta aos lugares onde se guarda o “lixo acumulado”.

São alturas em que as pessoas, já que têm de ir mexer no que está “acumulado”, aproveitam para avaliar do grau de inutilidade de vários objectos que têm guardados e dos quais, muitas vezes, já nem se lembravam que tinham, confirmando assim que são coisas que não lhes fazem falta. São, por isso, ocasiões ideais para se livrarem de uma série de coisas que estão a ocupar espaço em casa e a “ganhar pó”.

Em momentos de **grandes limpezas anuais** de Primavera – mesmo que seja noutra altura do ano - as pessoas desfazem-se sobretudo de roupa e de brinquedos demasiado infantis para os filhos que entretanto cresceram. São este o tipo de objectos que mais “vai para fora” nestas

ocasiões.

“Tirei um curso de feng shui no Instituto de Macrobiótica e muitas coisas fazem sentido. Agora nas limpezas inspiro-me para deitar as coisas que já não preciso fora, quer dizer, tiro-as de casa, e dou a alguém ou a alguma instituição. Sobretudo não acumulo nem roupa nem papelada, nem objectos que não uso ou não gosto. Se ao fim de um ano nunca usei uma determinada coisa é porque não preciso dela e vai fora. Achei muito interessante a perspectiva que guardamos coisas porque temos medo do futuro, enquanto o desapego é confiar.... agradou-me essa ideia e isso foi importante quando mudei para uma casa mais pequena. Ajudou-me a encontrar um critério que tornasse mais leve a mudança em todos os sentidos. A ter mais espaço.” (42,integral, urbano novo).

Também, em certo tipo de agregados, em particular com elementos com actividades profissionais em que se usa bastante papel, como por exemplo acontece no caso de professores ou trabalhadores por conta própria que trabalham em casa - como advogados ou contabilistas - se refere a necessidade de fazer uma limpeza maior à papelada que se acumula em casa, em particular no espaço do escritório, ainda que nem sempre seja fácil.

“O que aproveito nessas alturas, no fim do ano lectivo, e que vai para o lixo mais facilmente são os papeis do trabalho, ainda que tenha sempre o medo de um dia precisar deles, mas já tenho construído uma mudança face a isso e por isso nessas fases de maior selecção, de maiores arrumações, sinto que é mais fácil deixar-me ir na onda e desfazer-me de coisas de trabalho desse tipo.” (40, suprema, urbano novo).

“Ai, custa-me tanto deitar fora papel...o aconchego do papel... um dia hei-de morrer afogada em papeis, é com o imagino a minha morte, a nadar em papeis e não consigo, chego a ter pesadelos com isso, olha para isto, é só papeis, papeis a mais... não tenho organização, tenho alguma, mas às vezes acho que é um exagero. Precisava de outra casa só para ter papeis.” (53, suprema, rural).

Quando há obras em casa, para além do lixo da obra propriamente dito, dos entulhos, também são momentos em que acabam por se fazer grandes limpezas e parte do lixo que é produzido nessa altura pode vir a encontrar um destino distinto dos contentores, mas por vezes neste contexto de obras e remodelações, uma das possibilidades dos residentes é activar a Linha Verde, activando assim uma recolha especial, que, no entanto, como se verá no VIII Capítulo, é pouco conhecida por parte dos residentes do concelho de Sintra.

“Quando eu fiz as obras cá em casa, há uns dez anos coloquei muita coisa no lixo, desde entulho e

cortei árvores e muitas coisas velhas, móveis e assim. Tinha uns anexos ali atrás e parti aquilo tudo e tirei loiças e máquinas velhas, liguei para a Linha Verde e disseram-me para por junto ao contentor, mas eu expliquei que era difícil, porque depois ocupa muito a via pública, e perguntei se podia colocar no passeio junto ao meu muro que já tinha pedido autorização aos vizinhos, 'então coloque segunda à noite que vamos aí terça recolher' e às 6 da manhã aí estavam eles. Pediram me que dissesse o tamanho das peças e a partir daí fiquei com uma senha e já usei imensas vezes, tenho gravado no meu telemóvel, mas nem foi preciso apresentar-me como eleitora, foi facilimo, ainda agora quando cortei as árvores falei para lá, mas desta vez fui colocar junto ao contentor.”(48, integral, rural qualificado).

Quanto a realizar **mudanças dentro de casa** prendem-se sobretudo com circunstâncias espaciais que conduzem à necessidade de arranjar um novo espaço em casa e que implica deitar fora “lixo que se acumula”.

Ao longo das entrevistas realçaram-se três circunstâncias que parecem ser as mais recorrentes para que se façam mudanças em casa: o **nascimento de um bebé**, passar a ter um **quarto individual** para cada um dos filhos já mais crescidos, ou a necessidade de transformar o quarto que tem servido de arrecadação em **escritório**. Em qualquer dos casos é preciso esvaziar um espaço para criar um novo espaço. Quando é preciso um novo quarto na casa e se há um escritório, este é frequentemente “sacrificado”. O esvaziamento do escritório revela-se por vezes um momento bastante difícil e trabalhoso, pela quantidade de coisas que se foram acumulando e que no momento de se “desmanchar” esse espaço é preciso fazer uma triagem.

“A minha casa está um bocado esquisita desde que nasceu a bebé. Há uns meses que isto foi tudo um bocado revolucionado. Eu tinha um escritório que deixou de ser escritório. Muitas muitas coisas tiveram de sair de casa com o nascimento da bebé, muita coisa no escritório que foi fora o que é óptimo porque se faz uma limpeza que era necessária fazer há muito tempo. Foi tudo fora, papeis e até livros que são coisas que já não tem utilidade nenhuma, que já está totalmente ultrapassado. A secretaria e umas estantes acabei por dá-las a uma prima que estava a mudar de casa na altura. As coisas que ficaram tiveram que encontrar outro lugar para encaixar aqui em casa. Os livros acabaram por ficar todos na sala.”(41, não separa, urbano consolidado).

Mas por vezes é o “quarto da tralha” que é preciso esvaziar, para ser o quarto do bebé ou o novo escritório. Em qualquer dos casos é sempre um momento em que as pessoas se confrontam com a necessidade de tomar decisões sobre o que ali estava em *stand by*.

“Eu agora estou urgentemente a precisar de um quarto lá em baixo para ser escritório que não está a ser utilizado e está sempre... é o quarto da confusão, com papeis, com coisas misturadas, com roupa,...por exemplo, vamos ao circo e os meus filhos trazem um nariz vermelho mais uma varinha mágica, está sempre a trazer-se coisas. E vai ficando, vai ficando mas depois um dia pego naquilo tudo e vai para o lixo...”. (36, suprema, rural qualificado).

Nestas alturas procuram-se circuitos alternativos aos contentores para se livrarem de certas coisas e pô-las “fora de casa”. Por vezes essa busca tem sucesso, encontrando um destino útil para as coisas das quais querem e precisam de se livrar, mas outras vezes, a pressão do tempo conduz a que acabem por ser depositadas nos contentores.

Há uma relação entre a limpeza dos “bastidores”, onde está acumulado certo tipo de lixo, em momentos que correspondem a mudanças de vida do agregado. A **mudança de casa** é um caso extremo desta situação, porque na maior parte das vezes isso implica esvaziar toda a casa, sendo por isso, habitualmente, um momento de grande produção de lixo, porque se aproveita para escolher.

Normalmente a mudança para uma primeira casa, é aquela que é menos produtora de lixo numa fase inicial, sobretudo se houver a possibilidade de deixar na casa dos pais, as coisas que se foram acumulando até essa altura da vida.

“Na casa dos meus pais, ainda tenho o meu quarto, as minhas conchas, livros, as coisas da escola e não quero que ninguém mexa nem deitem fora mas também não quero trazer para cá porque aquilo é muito entulho, mas lá é o sitio delas, onde fazem sentido.”(34, não separa, rural qualificado).

Mas as circunstâncias de mudança de casa são bastante variáveis, desde mudar para outro país, uma mudança em contexto de separação, em que se divide por vezes o recheio da casa, a mudança para casas maiores, a mudança para casas mais pequenas, etc. De qualquer modo, o contacto com o “lixo que se acumula” nessa altura é quase sempre um encontro inevitável.

“Tenho fobia a mudar de casa por causa do exagero de coisas que acho que tenho, tenho coisas a mais, roupa a mais e papeis a mais. Assusta-me ter de seleccionar as coisas e ter esta tralha toda para levar atrás. A única vez que eu mudei foi de Londres para aqui. Em Londres mudei várias vezes de casa, mas aí tinha poucas coisas porque estava mais em regime viajante. Tinha amigos que mudavam de casa de 6 em 6 meses. Eu não consigo. Há pessoas que mudam de casa com uma facilidade impressionante. Eu admiro-as por isso. Eu não mudo de casa com facilidade... por me assustar, por perceber mais uma vez que tenho tanta coisa acumulada, e que não consigo me desfazer delas.”(53,

suprema, rural).

“Mudar de casa é bom e mau. Já mudei várias vezes. Exige o confronto com o nosso acumular e prometemos a nós próprios que não vamos voltar a fazer o mesmo mas isso é difícil, continuo a acumular coisas, claro, coisas que já não uso e que nem tenho tempo de usar Nessas mudanças temos de escolher o que queremos que se mantenha connosco. Essa selecção é difícil, mas vai sendo cada vez mais fácil, deve ser da idade e do treino... (sorri)” (37,suprema, rural).

Algumas coisas também têm de encontrar outro espaço porque não se adaptam às casas novas, nas dimensões ou em termos estéticos ou, porque a pessoa está farta.

“Deixei umas estantes no quintal, já estava farta delas, eram ainda do tempo em que estava casada e já estava mesmo farta de as ter no quarto, era mesmo altura de mudar e pronto... ficaram lá fora uns dias à espera que um amigo de uma amiga que estava a mudar de casa viesse buscar, mas entretanto choveu e como não era mesmo madeira, o folheado abriu todo e ficaram impraticáveis.”(37, suprema, rural).

Nestas alturas, descobre-se que nem sempre é fácil encontrar um destino para as coisas que ainda estão “boas”, porque não se conhecem os circuitos possíveis. Quem conhece algumas alternativas aos contentores do lixo não hesita em activá-las nessa altura, transformando esse seu “lixo”, em “lixo que circula”, o qual será objecto de um ponto específico no IX Capítulo.

Em suma, é com diversos conceitos e tipos de “lixo” e de relação com o acto de “deitar fora” que as pessoas no seu quotidiano produzem lixo. Estes conceitos e relações não são, de uma forma geral, considerados (nem conhecidos) pelas políticas públicas de resíduos urbanos, com quem eles interagem. Na implementação das políticas impõe-se à população um conceito de resíduos emergente numa cultura política, técnica e jurídica ainda recente. Tal como se teve oportunidade de referir no IV Capítulo, só na década de 90 é que esta “cultura política-ambiental” surgiu em Portugal. Mesmo em termos universitários, a primeira licenciatura em Engenharia do Ambiente em Portugal foi lançada no ano lectivo de 1977/78 na Universidade Nova de Lisboa que no ano posterior, foi também criada na Universidade de Aveiro. O que significa que, os primeiros engenheiros do ambiente em Portugal que começaram a tratar o “lixo” por “resíduos”, surgem apenas na década de 80, precisamente no contexto de entrada para a CEE.

Ao longo das entrevistas, a riqueza das definições de lixo releva que o conceito de lixo é efectivamente polissémico, com mais diversidade ainda do que a oferecida pelo dicionário e,

ao mesmo tempo, longínqua da linguagem técnica e jurídica das políticas públicas. A par de Catálogo Europeu de Resíduos, existem uma série de objectos, que podem ser classificados pelas pessoas como lixo, que poderiam constituir-se como uma espécie de “Catálogo Pessoal e Doméstico de Lixo” (CPDL).

Pensar que o lugar do lixo é o caixote do lixo é uma visão bastante reducionista sobre o que é lixo. O lixo no quotidiano apresenta-se com uma tipologia variada, que vai muito além do que é deitado nos contentores do sistema de recolha de resíduos. Certo tipo de lixo tem o seu destino final ainda dentro da esfera privada, outro é reutilizado e outro é guardado e acumulado nos “lugares-bastidores” das casas. Outros saem para fora do espaço privado, mas não necessariamente para os contentores, procurando encontrar circuitos alternativos que os conduzem a lugares onde voltam a ser úteis.

Identificam-se algumas questões que a abordagem mais operacional sobre os resíduos passa despercebida, nomeadamente as circunstâncias extraordinárias de produção de lixo na vida dos agregados, como festas, obras, mudanças em (e de) casa. São situações, que conduzem à necessidade de se livrar o mais rapidamente do excesso e da desordem que criam. A compressão no tempo-espço leva a que muitas coisas sigam um trajecto directo para o contentor do lixo ou para junto de um contentor, entrando no fluxo do lixo que é encaminhado para o aterro.

No contexto da metas de redução de resíduos das políticas públicas (pelo menos, desviando-os dos aterros), chama-se a atenção para a importância de reconhecer e assimilar a frequência com que acontecem estas situações de produção concentrada de lixo e, para isso, há que efectivamente conhecer as realidades quotidianas das “práticas de alienação” dos agregados familiares, que Bulkeley e Gregson (2009) já tinham identificado como relevantes e a ter em conta em contexto das políticas públicas locais dos resíduos.

VII

Capítulo

Sobre as práticas domésticas da separação do lixo

O presente capítulo dedica-se a analisar as práticas quotidianas da separação do lixo e as dinâmicas domésticas que envolve, realizando uma abordagem que tem em conta as suas componentes material, simbólica e de competência.

A produção de lixo doméstico é contínua e diária. O lixo, apresenta-se aos agregados domésticos, de uma forma geral, com um certo carácter fatídico – *“vem tudo embalado, não se consegue fugir”*. E mesmo para quem revela alguma preocupação e sensibilidade à quantidade de lixo que resulta dos hábitos de consumo e até identifica algumas possibilidades de redução de lixo nas compras, a opção acaba por recair preferencialmente em produtos embalados, em consequência de contingências de ordem funcional da rotina, por gestão do tempo na conciliação de múltiplas tarefas a cumprir num ritmo acelerado.

Tal como se explicitou anteriormente, também ocorrem picos de produção de lixo doméstico em momentos extraordinários do quotidiano dos agregados, tendo sido apontados vários constrangimentos específicos envolvidos. Por exemplo, em ocasiões festivas, a componente material apresenta-se em défice – as infraestruturas domésticas não estão adaptadas às quantidades extras de lixo dessas ocasiões - e a componente da competência está em desarmonia pela co-presença de várias práticas relativamente ao lixo nessas situações de convívio.

Neste capítulo o enfoque centra-se sobre o lixo produzido na rotina doméstica do dia-a-dia, isto é, sobre o lixo que resulta genericamente das práticas em torno da alimentação e da limpeza doméstica, que foram identificadas no capítulo anterior e cujas embalagens estão marcadas com o “Ponto Verde” e podem ser recolhidas pelo sistema de recolha colectivo, orientado por directrizes da SPV (Sociedade Ponto Verde).

Um conjunto de dados quantitativos oriundos dos inquéritos Separa® de 2006 e de 2007 foram alvo de uma análise específica, permitindo identificar diferentes perfis dos separadores e algumas das características desta prática relativamente à sua performance no âmbito da esfera doméstica. Complementando e aprofundando este quadro genérico que os dados dos referidos inquéritos oferecem, as entrevistas permitem compreender como é que esta prática recrutou agregados como praticantes da separação e como foi o seu processo de instalação nas

rotinas domésticas e no espaço privado. Ou, pelo contrário, as dificuldades e bloqueios que a prática da separação encontrou (e encontra) em cativar certos agregados. A análise sobre o material empírico que reflecte motivações, razões e histórias de arranque da prática da separação apontam algumas questões a reflectir no âmbito das políticas públicas do sector dos resíduos urbanos.

Neste contexto, para além das dinâmicas domésticas envolvidas na performance da prática da separação, realiza-se um destaque analítico sobre o lugar que o “lixo separado” para a reciclagem ocupa em espaço privado - em particular, o ecoponto doméstico -, antes de ser “deitado fora” no sistema no sistema de recolha colectivo.

VII.1. A prática da separação

Como vimos, o lixo é definido pelo seu uso (e desuso) e pelo lugar que ocupa. E, se para um vasto conjunto de objectos os circuitos de reutilização assumem uma panóplia de trajectos e destinos, para a maior parte do lixo produzido na rotina doméstica, o destino mais frequente é o contentor, ou contentores, do lixo, primeiro em casa e depois os do sistema de recolha de resíduos urbanos colocados na rua.

No dia a dia de uma casa, em média, a maior parte do lixo é produzido no espaço da cozinha, associado à confecção das refeições (em particular o que reveste os alimentos, sejam as embalagens, sejam as cascas). Por isso, é também na cozinha que o contentor de lixo doméstico – o caixote do lixo – habitualmente se localiza, assumindo várias formas de acordo com as práticas assumidas e desempenhadas.

Podem identificar-se **dois tipos de desempenhos principais** diferenciados quando ao lixo quotidiano produzido na esfera doméstica: **os que separam o lixo** para reciclagem e **os que não separam o lixo** para a reciclagem.

Vários estudos desenvolvidos dedicam-se a distinguir os perfis dos separadores dos não separadores, tendo como unidade o indivíduo, mas no caso presente, a unidade de análise que nos interessa estudar são os agregados familiares ou domésticos, a sua dinâmica na produção de lixo doméstico e na forma como ele é deitado fora.

No que concerne às práticas de separação, tendo em conta os resultados do inquérito Separa® (Sintra, 2007), mais de metade da população residente em Sintra (63%) afirma que na sua casa já se separa o lixo.

Quadro VII.1. Separação de lixo no agregado

Separam	63,1
Não separam	36,9
	N=502, 2007

Fonte: Base de dados Separa®, 2007

O impacto optimista que uma leitura simplista possa causar é, no entanto, relativizado se atendermos que, ao afirmar que se separa o lixo em casa, isso não significa que separa sempre, nem que separa todos os materiais para os quais existe um sistema de recolha selectiva.

Assim, face à diversidade de fluxos – vidro, papel e embalagens de plástico, de metal e multi-materiais – contemplados nos sistemas de recolha e tratamento de RU³⁹, a identificação/definição de que um individuo é separador não é linear: é importante saber o que separa e com que frequência.

Entre os que afirmam separar o seu lixo doméstico, verifica-se que o vidro e o papel/cartão são os fluxos de materiais não só mais separados, como aqueles que apresentam uma frequência de separação mais regular (separa *sempre* o vidro – 89% dos separadores; separa *sempre* o papel/cartão 85%). Seguem-se os plásticos. Quanto aos metais e aos pacotes para líquidos alimentares (PLA) de composição multi-material é notório que se tratam de fluxos de separação menos consolidados e regulares.

Numa análise mais detalhada das práticas de separação, cruzando os diversos materiais separados e a sua frequência, verifica-se um ajuste nos valores e simultaneamente um maior detalhe. Assim, aos que afirmam que não separam, juntou-se o que designei de “intermitentes” (4,8%), isto é, apesar de afirmarem separar o lixo em casa, nenhum material é separado *sempre*. O grupo de agregados “não separadores” sobe assim para 42%.

Dentro dos 58% de indivíduos que afirmam que se separa o lixo em sua casa, identificaram-se três tipos de agregados, ou, melhor dizendo, três tipos de práticas de separação:

A “**separação parcial**”, em que os agregados separam pelo menos 1 material *sempre*, mas não todos. Dentro da separação parcial existe toda uma panóplia de combinações de materiais muito diversa, desde a separação de um único material a combinações de 2, 3 ou 4 fluxos, sendo os metais e PLA os materiais menos contemplados.

³⁹ Recentemente foi instalada uma rede de olões, mas não é considerado parte do “ecoponto” que recolhe embalagens integrado no sistema da SPV.

A “**separação integral**” que corresponde à prática de separar *sempre* todos os materiais recolhidos pelo sistema dos ecopontos colectivos - papel/cartão, plásticos, metais/latas, pacotes para líquidos alimentares e vidro.

E a “**separação suprema**”, que para além de separarem sempre os 5 materiais que o ecoponto recolhe, também separam “outros” que nomearam espontaneamente, como as “tampinhas”, os *tonners* das impressoras, óleos alimentares e, mais frequentemente, as pilhas, que aliás, estão incorporados nalguns ecopontos do concelho.

Quadro VII.2. Tipo de separação de lixo no agregado (%)

Separação suprema (+6)	16,5
Separação integral (5)	22,9
Separação parcial (1-4)	18,9
Não separam (+ 4,8 de Intermitentes)	41,7
	N=502, 2007

Fonte: Base de dados Separa®, 2007

VII.2. A relação com os materiais

No contexto de análise da prática de separação do lixo, e perante as distinções encontradas, verifica-se que a relação que as pessoas estabelecem ao longo do tempo com cada material, implica também diferentes atitudes perante os materiais, favorecendo a separação mais de uns do que de outros. Comece-se pelo vidro, também o primeiro a ter uma recolha selectiva no país.

VII. 2.1. O vidro no vidrão – o contentor verde

Mesmo não sendo o vidro o material-lixo que se produz em maior quantidade na esfera doméstica - até porque cada vez mais há menos embalagens de vidro no mercado - continua a ser o material referido como sendo **mais separado** na maior parte dos agregados, notando-se a sua presença mais constante em todas as combinações de materiais na separação parcial.

Razões como a sua perigosidade (por ser um material cortante), tanto para quem recolhe, como “*para alguma criança que inadvertidamente mexa no lixo*”, ou como a sua implementação mais antiga através do vidrão, justificam a manutenção fiel a essa prática de separar o vidro do restante lixo doméstico.

Separar, seja para colocar no vidrão, seja para reutilizar, revelando-se também uma prática

bastante corrente o guardar frascos ou garrafas de vidro para compotas ou vinho de produção caseira. No caso do vidro, a sua **reutilização** é acentuada para além da esfera doméstica, através da existência de tara - ainda que cada vez mais rara - remetendo para uma prática que está mais na esfera da memória do que activa. Actualmente predomina a “tara perdida” mas a tara não deixa de fazer ressonância cognitiva na geração acima dos 35 anos. Assim, o separar/guardar as embalagens de vidro tem referências a práticas ainda anteriores à existência do vidrão, seja através da sua reutilização, seja por ser um vasilhame com tara.

“Quando eu era miúda íamos à mercearia e eles davam-nos uma moeda pelas garrafas de vidro.”(39, parcial, urbano consolidado).

“Lembro-me de ir ao Jumbo em Cascais, que na altura era o Pão de Açúcar e ficar na fila com o meu pai para trocar as garrafas vazias por dinheiro antes de fazermos as compras. Adorava a ideia daquela troca, de ser ao contrário, de sermos nós a “vender” alguma coisa ao supermercado...” (37, suprema, rural).

“Quando era pequeno ia à loja trocar à loja por dinheiro as garrafas de vinho daquelas que tinham 5 estrelas em relevo, fazíamos sempre isso lá em casa.” (36, parcial, rural).

“No outro dia, até fiquei surpreendida, porque no café me pediram para ir lá devolver as garrafas de cerveja, porque aquelas não eram de tara perdida...”(45, integral, rural qualificado).

Num dos estudos desenvolvidos no âmbito do Observa, no discurso das pessoas acerca da separação do vidro encontra-se uma noção de se tratar de “uma óbvia necessidade, dever, obrigação, assumindo uma normatividade distinta sobre este material.” (Bastos e t al., 2000: 54). Assim, mais do que razões de carácter ambientalista e de reconhecimento da importância dos processos de reciclagem, a adesão ao vidrão é percebida como uma solução adequada, como um lugar apropriado e correcto para depositar o vidro. Parece ter sido integrado como uma norma a cumprir. O próprio *slogan* inscrito nos primeiros vidrões “O Vidro é no Vidrão”, convoca uma percepção positiva e facilmente apropriável da reciclagem deste material (Valente, 2001).

A **normatividade de separar o vidro** resultou destes vários factores relativos às suas propriedades, tornando mais fácil a sua incorporação nas práticas domésticas. *“Sim, isso sempre fiz, sempre me lembro de haver vidrões.”*(32, casal, suprema, urbano novo).

Acresce ainda outra ordem de razões mais operacional: trata-se de um material que é

facilmente passado por água, não se decompõe, nem fica a cheirar mal, o que torna o seu armazenamento em casa durante algum tempo viável. Há algumas - poucas – referências sobre as embalagens de vidro serem preferíveis, porque são mais recicláveis do que os plásticos. Mas o vidro é percebido por alguns dos entrevistados como uma embalagem mais higiénica e que permite ver o interior, sendo preferida por alguns dos consumidores. Também o facto de não oxidar rapidamente nem ter uma lâmina cortante, como as latas de conserva, tornam mais viável a sua separação.

“Eu como muito iogurtes naturais mas quase não há em vidro sem ser açucarados, eu até acho o vidro muito mais agradável, mas às vezes não há alternativa. No feijão ou grão sou capaz de escolher o vidro em vez da lata porque é mais agradável, eu não gosto muito das latas porque têm um ar menos limpo.” (36, suprema, rural qualificado).

E como efectivamente, há cada vez menos embalagens de vidro no mercado, há menos vidro em casa para deitar fora, por isso *“Não custa nada ficar ali um ou dois frascos por baixo do lava-loiça”.* (39, parcial, urbano consolidado)

“Os miúdos gostam de ir pôr o vidro e de ouvir o som das garrafas se partirem, acham piada terem autorização para partir alguma coisa.” (37, suprema, rural)

VII.2.2. O papel e o cartão no papelão - o contentor azul

O papel cartão é um material que também conta com alguma tradição de recolha para reciclagem. Existe ainda na **memória recente** (cerca de 15 anos) a imagem de *“um senhor a puxar um carrinho tipo atrelado”*, a recolher cartão nas mercearias e junto aos contentores, antes dos ecopontos fazerem parte do mobiliário urbano. Fazia fardos de papel e cartão que ia vender e colocar no circuito das papeleiras. Havia em quase todas as zonas alguém que fazia essa recolha, sobretudo junto dos estabelecimentos comerciais. Mas actualmente trata-se de uma actividade considerada “ilegal”.

“O senhor Rosas andava ao ferro-velho e também apanhava ao cartão, tinha um depósito num terreno ali em cima. Andava sempre numa carrinha de caixa aberta à gandaia. Quando era miúdo juntei cartão da loja e do café e depois ele deu-me uns escudos. Tinha conseguido juntar uns 30 quilos e quando vi que era tão pouco dinheiro pensei que para render alguma coisa tinha de ter um armazém e não tinha onde guardar.” (36, parcial, rural).

Também os jornais e revistas eram entregues em diversos pontos de recolha, por vezes em instituições de solidariedade social, que depois os vendiam à indústria papelreira, um pouco à semelhança do que se faz actualmente com as “tampinhas”. As escolas também fazem alguns projectos de carácter ambiental de recolha de papel cartão, nomeadamente no âmbito do EcoEscolas, que depois vendem directamente a papeleiras, no sentido de obter algum dinheiro para a escola. No entanto, à luz da lei trata-se de um acto ilegal, no sentido em que o lixo é de domínio público, mas que as entidades deixam passar “*dada a bondade dos projectos*”, como referiu um dos nossos entrevistados da Câmara Municipal de Sintra.

Apesar de encravar as fotocopiadoras e ser demasiado absorvente para as tintas das impressoras, o **papel reciclado** foi alvo de uma onda de popularidade nos anos 80, em que o seu ar rústico e natural era bastante valorizado como “moda”. Na mesma altura havia campanhas de sensibilização para poupar recursos e salvar as árvores de serem transformadas em papel (Valente, 2001). Alguns valores e motivações aqui contidos prepararam o terreno para, mais tarde, a prática da separação venha a recrutar praticantes, nomeadamente para os quais a protecção do ambiente é algo incorporado.

“Na escola onde eu andava as minhas colegas diziam, e dizem, que eu sou muito ecológica, porque tudo o que eu tinha, cadernos e dossieres começou a ser tudo reciclado, dava sempre prendas amigas do ambiente ou verdes que falavam da natureza e elas ainda brincam hoje com esse meu rótulo de ecológica e tenho orgulho de o ter.” (32, suprema, urbano novo)

Para além deste histórico da reciclagem do papel, não se pode ignorar que se trata de um material que não “apodrece” e não adquire mau cheiro, apenas ganha pó e amarelece. Esta sua característica facilita alguma armazenagem, haja espaço para isso! A facilidade com que se acumulam papeis, conduz à necessidade de momentos especiais para se dar volta à “papelada”, e dada a quantidade, até quem não separa habitualmente, leva o resultado dessa limpeza para o ecoponto.

“Muitos papeis mando fora, papeis do trabalho, papeis da água e da luz, mando muito fora, um dia dá-me e reviro as gavetas todas e passo um dia a rasgar folhas. Nesses dias como é um saco só com papel coloco no papelão.” (34, não separa, rural qualificado).

VII. 2.3. Plásticos, PLA e metais no embalão – o contentor amarelo

Tendo Sintra sido um dos concelhos pioneiros a promover a reciclagem através de ecopontos no final dos anos 80, incluindo a recolha selectiva de plásticos e metais, o sistema foi alvo de

uma mudança ainda antes da prática ter tido tempo para se implementar entre os residentes. Em meados dos anos 90, como surgir da SPV (Sociedade Ponto Verde), passou-se de uma lógica de separação por materiais para uma lógica de embalagens.

Por contraste com o vidro e o papel - materiais com mais tradição de reutilização e reciclagem, e que não sofreram alteração na medida em que se trata de embalagens de um só material bem identificado a ser recolhido separadamente - os plásticos, os PLA (Pacotes para Líquidos Alimentares) e os metais sofreram de uma certa descontinuidade da lógica de material, o que tem uma contradição, por se tratar de uma separação que mistura diferentes materiais. Nesse contexto de **novidade e multiplicidade de embalagens**, surgem **dúvidas**, confusões e informações contraditórias, sobretudo com plásticos e metais (materiais) e embalagens (funções).

É possível aferir as dúvidas através da análise dos resultados do inquérito Separa® de 2007 relativamente ao contentor do ecoponto onde os inquiridos que afirmam separar, colocam os materiais separados. A percentagem de “não sabe/não responde” está presente em todos os materiais, incluindo mesmo o vidro e o papel/cartão, o que revela uma certa falta de prática regular da separação, até porque muitas vezes o inquirido não é o principal protagonista da separação do agregado familiar.

Os resultados desta pergunta evidenciam ainda algumas práticas erradas que necessitam de ser (re)qualificadas, em especial, no que diz respeito aos PLA (como os pacotes e leite, por exemplo) muitos dos quais continuam a ser depositados no papelão. De notar que estas equívocos persistem ainda em 2012, ou seja, 5 anos depois da publicação da legislação que esclarece e determina que devem ser colocados no contentor amarelo do ecoponto (Janeiro de 2007), continuando a haver separadores convictos que colocam este tipo de embalagens no papelão, referindo-se à indicação no próprio pacote. Quando as pessoas aprendem uma coisa, mesmo quando é contra a sua lógica, depois fazem-no de uma forma automática; no caso, não andam sempre a verificar a indicação nos pacotes do leite. O mesmo se passa com as legendas do ecoponto, porque quando consideram que já sabem, não colocam em dúvida, nem estão à espera que as regras mudem, podendo perpetuar através da sua prática “erros” de separação.

“Os pacotes de leite ponho no cartão...ainda que tenham alumínio por dentro.” (39, integral, urbano novo).

“... Mas às vezes tinha dúvidas, para onde é que iam as embalagens do leite? Aquilo é cartão ou de plástico? E acho que me cheguei a enganar algumas vezes e pu-las no cartão, depois é que vim a descobrir que não.” (53, suprema, rural).

Apesar da sua proliferação, trata-se de um tipo de material mais recente no quotidiano dos portugueses do que o vidro ou o papel cartão e, por isso, há mais dúvidas também. Para quem separa é muito visível que são os plásticos a maior parte do lixo que se produz diariamente em casa, sobretudo associados à alimentação porque *“hoje em dia vem tudo embalado”*.

A sua reutilização não tem propriamente uma “tradição”, mas numa fase em que eram mais raros, lavavam-se e guardam-se os sacos de plástico, o que se mantém como padrão nalguns casos. É frequente a reutilização dos sacos dos supermercados, que continuam a ser gratuitos em muitos casos nas grandes superfícies comerciais, *“trago sacos das compras para usar para o lixo, para não ter de comprar para o lixo.”*

Por outro lado, ao contrário do papel e do vidro, os plásticos, sujos de certos alimentos que envolvem, tendem a ganhar cheiros, o que não favorece a sua acumulação durante muito tempo. Nos locais onde o ecoponto não é ao lado do contentor do indiferenciado, torna-se menos prático fazer a separação. Por essa razão, há quem lave essas embalagens, apesar do custo e gasto de água.

“Os pacotes de leite passo-os por água porque senão ficam a cheirar a azedo e cada vez que passo ali junto ao caixote verde vem aquele cheiro. Assim podem ali estar um mês, que é o tempo até a minha mulher-a-dias vem cá e leva para o ecoponto que é perto de casa dela.”(70, integral, rural).

No entanto, a questão da reciclagem dos plásticos não é algo tecnicamente tão unânime e “estabelecido” como o vidro e o papel ao nível técnico (Aldina, 2010), e essa falta de unanimidade em termos de engenharia, acaba por ter eco junto do público, criadora de “incertezas” quanto ao que acontece ao lixo. Genericamente gera duas atitudes, uma que aponta para a recolha de tudo e depois o sistema de gestão e tratamento adapta-se⁴⁰; outra que considera que é rentável apenas o que resulta de uma muito boa e criteriosa separação.

“Fui passar uma temporada com um amigo meu que estava a estudar em Inglaterra. Ele ficava desesperado e irritado mesmo, com a reciclagem lá porque apesar de lavar e por tudo direitinho na caixa que a empresa lhe tinha dado no dia certo, deixavam algumas embalagens dentro da caixa, que não deviam ter para onde enviar para reciclar. Só levavam mesmo o que lhes interessava...” (37, suprema, rural).

⁴⁰ Por exemplo, na Tratolixo, criou-se um material de plásticos complexos com aqueles materiais que foram recolhidos selectivamente mas que não eram rentáveis, nem aceites por empresas de recicláveis; outro caso ocorreu na Valorsul, cujas malhas de triagem deixavam cair as embalagens de Actimel, mas atendendo ao volume, a empresa optou por colocar uma malha de triagem mais fina, para garantir a sua reciclagem adequada.

O que se observa também no caso das embalagens é uma tendência para serem cada vez mais serem utilizados como **materiais para trabalhos manuais**, seja na escola, seja em actividades com os netos, seja algo mais decorativo, como “presépios em latas de atum”, com direito a reportagem na RTP no Natal de 2012.

VII.3. A motivação para a prática

Do ponto de vista da componente imagem-significado da prática, a abordagem às motivações para a separação de lixo na esfera doméstica, apresenta alguns dados sobre o que é associado a esta prática de mais relevante e valorizado a ter presente na análise desta temática.

Para os residentes no concelho de Sintra, independentemente de separarem o lixo, “proteger o ambiente” é o motivo apontado de forma mais consensual e abrangente, associado à prática, acima dos 50%. Isto é, separar o lixo é uma **prática com um significado ambiental**.

Quadro VII.3. Qual a principal motivação para a separação dos lixos? (%) (resposta múltipla)

Para proteger o ambiente	52
Para reciclar, aproveitar, não desperdiçar coisas que podem ter valor	38
Para deixar um planeta mais limpo às futuras gerações	32
Por uma questão de dever cívico	21
Promover limpeza/higiene das ruas	20
Para evitar problemas de saúde pública	18
Diminuir a quantidade de lixo que se produz	9
Criação de emprego e de novas áreas de negócio	5
N=502, 2007	

Fonte: Base de dados Separa®, 2007

É expectável que aos inquiridos neste tipo de questões revelem uma certa tendência para um discurso politicamente correcto (o síndrome da “boa resposta”), por isso, mesmo que nunca tenham reflectido sobre a questão da separação, independentemente das suas práticas a este respeito, as respostas reflectem aquilo que consideram que “deve ser” a motivação para essa prática.

À protecção do ambiente segue a categoria “reciclar, aproveitar, não desperdiçar coisas que podem ter valor”. Realça-se, assim, a importância do aproveitamento de recursos e da atitude relativamente ao **desperdício como algo a evitar**. Esta categoria remete para uma das linhas mais fortes que marca o conceito de lixo na relação com o acto de deitar fora coisas que ainda

têm uso, ainda têm valor e que são “mal empregadas”, surgindo a separação para reciclagem como uma forma de valorizar o que, apesar de não ter uso, não deixou de ter valor.

“Fico descansada por saber que podemos aproveitar aquilo para fazer outras coisas (...) custa-me deitar fora porque eu dou valor aquilo. Aquilo pode ser utilizado para outra coisa. Ainda bem que existem ecopontos.” (37,integral,rural)

Quando à motivação para separar para “deixar um planeta mais limpo às futuras gerações”, articula futuro e a vida dos filhos e dos netos, estando presente uma certa afectividade implícita. Nas entrevistas, identificou-se a maternidade ou o facto de ser avós como momentos de criação de um olhar novo sobre a ideia de **cuidar do planeta**, com um horizonte temporal que ultrapassa o tempo de vida de cada um, sendo a sua descendência o “lembrete” da continuidade a salvaguardar.

“Como cresci numa quinta sempre tive um lado muito ligado à Natureza e depois o facto de ter tido a Clara [filha] fez-me pensar que era importante preservar a que temos. Lembro-me que durante a gravidez, foi nessa fase que comecei a separar, acho que tem a ver com o nosso instinto materno, porque nós queremos o melhor para os nossos filhos e começamos à procura do que é melhor para os nossos filhos e de facto a relação que nós temos com a Natureza e com o meio que nos envolve é extremamente importante para o desenvolvimento deles e a consciência de fazer alguma coisa por um mundo melhor...” (35, integral,rural)

O separar o lixo como um “**dever cívico**” o que remete para uma posição tendencialmente normativa de que se *deve* separar, algo que é uma obrigação e uma regra que determina a forma como se *deve* despejar o lixo (que se não for cumprida é sujeita a uma penalização, o que se articula com uma ordem de razões para separar de nível mais “operacional”, que se analisa no ponto seguinte). Esta categoria de “dever” surge envolvida por uma questão ética, o que se revela também no discurso das entrevistas, tanto na salvaguarda do bem estar comum, como do planeta e das futuras gerações.

“Tentar minimizar os estragos que se faz na Natureza, no meio ambiente, as pessoas esquecem-se que é o ar que respiram, é a comida que comem, é a água de bebem, é tudo que fica afectado, toda a nossa sobrevivência, todo o nosso bem estar pela acção das pessoas.” (32, suprema, rural)

Para além desta visão com um cariz mais ecológico e até ambientalista, encontra-se também nestas respostas uma atitude de valorização do “limpo”, seja à escala global - “um planeta

mais limpo” - seja à escala local - “promover limpeza/higiene das ruas”. O valor atribuído à “limpeza” convoca uma noção de “cuidar de” (*caring*) do espaço em que se vive, evitando que a sujidade fique espalhada pelo chão e a esvoaçar, o que remete para a identificação dos agentes responsáveis, tanto ao nível do cidadão como dos poderes públicos, por esse cuidado tanto com o espaço-planeta e/ou espaço-rua. A questão da “**limpeza**” (por oposição ao sujo e impuro) é algo fortemente associado às questões do lixo, e a separação resulta num lixo mais “limpo”. A questão da limpeza e da higiene pública relaciona-se, por seu turno, com o “evitar problemas de **saúde pública**”.

Realizando uma outra abordagem às respostas sobre a motivação para a separação dos lixos, agrupou-se as categorias em cinco dimensões. Evidencia-se assim, por um lado, o peso da **ética**, no sentido do respeito pelos outros, no presente e no futuro, a par da **protecção ambiental**. Por outro lado, a motivação para separar o lixo articula-se com importância da redução e da reciclagem do lixo e as questões de limpeza, higiene e saúde públicas.

Procurando diferenciar as dimensões mais valorizadas, tendo em conta algumas das características sociais dos inquiridos, verifica-se que a protecção do ambiente é uma motivação presente em todos os tipos de inquiridos, sendo portanto um pólo aglutinador, em termos sociais ao nível do discurso. A resposta é de carácter genérico e abrangente. O mesmo se passa no caso das categorias relacionam directamente com o lixo e práticas implicadas de redução e de reciclagem. Isto é, o carácter transversal destas dimensões não evidencia destaques ao nível da caracterização social dos inquiridos no que diz respeito a género, idade, escolaridade e tipo de agregado, incluindo tanto a “boa resposta”, como a manifestação de valores ecológicos incorporados nas práticas e modos de vida.

Quadro VII.4. Categorias de motivações para a separação dos lixos (%)

Ambiente	52%	Para proteger o ambiente
Lixo	47%	Para reciclar, aproveitar, não desperdiçar coisas que podem ter valor Diminuir a quantidade de lixo que se produz
Ética	53	Para deixar um planeta mais limpo às futuras gerações Por uma questão de dever cívico
Higiene pública	48	Promover limpeza/higiene das ruas Para evitar problemas de saúde pública
Emprego	5	Criação de emprego e de novas áreas de negócio

N=502, 2007

Fonte: Base de dados Separa®, 2007

No entanto, a dimensão da ética permite fazer uma distinção em termos de nível de escolaridade. Quem mais identifica o separar com um dever cívico ou a salvaguarda do planeta para as futuras gerações, distingue-se sobretudo por ter uma escolaridade mais elevada (61,5% dos que apontam estes motivos têm ensino superior) e por pertencerem aos escalões etários dos 25-34 anos (54%) e o dos 45-54 anos (55,3%).

No que diz respeito à higiene pública são os mais jovens, até aos 34 anos, que maior ênfase dão a esta questão, revelando uma atitude de maior exigência no que diz respeito à limpeza do espaço público: *“gosto de ir a um sítio e não estarem papeis no chão, estar tudo limpinho.”* (25, *suprema, rural*)

Com base nestas dimensões, fez-se ainda uma análise de *clusters*, verificando-se que a relação mais forte surge entre a ética e o ambiente. Isto é, quem considera o ambiente como motivação para separar, escolhe paralelamente uma motivação enquadrada na dimensão da ética. O ambiente surge também fortemente associado à dimensão da higiene pública. A outra associação que se destaca é entre a higiene pública e a ética.

A dimensão do lixo tem uma unidade própria, que se revela no facto de quem escolheu a redução do lixo como motivação para separar, também escolheu a relevância da reciclagem como um aproveitamento que evita o desperdício, não surgindo articulada de forma forte (estatisticamente) a outra das dimensões.

Se se perspectivar estas motivações tendo em conta as práticas efectivas de separação, verifica-se que, no que diz respeito aos inquiridos que pertencem a agregados que não separam, localizam sobretudo as motivações na protecção do ambiente e na dupla ambiente-higiene pública. O que se destaca neste grupo de “não-separadores” é um menor peso comparativo no que diz respeito à dimensão ética e a todas as combinações desta dimensão com outras.

Por seu turno, nos inquiridos que pertencem a agregados em se se separa o lixo, a dimensão da ética tem uma posição predominante, seja isoladamente, seja nas suas associações com a dimensão do ambiente ou com a dimensão da higiene pública. Sobretudo nas respostas dos inquiridos **mais jovens e que separam**, está presente uma **atitude mais centrada no ambiente e na ética**.

As motivações expressas para a separação do lixo ao nível das entrevistas, articulam-se com estes dados quantitativos, como já se tem vindo a referir, mas permitem uma ilustração mais viva do significado atribuído a esta prática, conforme sejam ou não praticantes da separação.

Assim, o separar como **dever cívico** é bastante recorrente no discurso de quem separa, fazendo uma avaliação bastante crítica sobre quem não cumpre esse dever colectivo.

“Não reciclam, eu espreito às vezes, sim, cruço-me e vejo tudo o que as pessoas deitam fora e choca-me, dá para ver através dos sacos que não reciclam...porque lhes dá muito trabalho, dá mais trabalho separar do que por tudo junto.” (53, suprema, rural)

“Já cheguei a perguntar mesmo ao pé dos contentores 'mas a senhora não faz reciclagem?' E ela perguntou-me o que é que eu tinha a ver com isso, 'tenho a ver com isso porque a senhora está a prejudicar o ambiente e toda a gente e não é necessário porque como pode ver poderia colocar aqui ao lado'. Estava a por uma garrafa de água no lixo normal ao lado da reciclagem, mas era do estilo que 'eu faço o que quero e o que me apetece e não têm nada a ver com isso'.” (33, integral, rural)

Nesta avaliação são revelados uma série de aspectos que valorizam e que procuram reflectir de forma coerente nas suas práticas quotidianas e concretamente no que respeita ao lixo. Quando este sentido de dever está incorporado, a atitude dos outros que não separam é encarada com uma certa ansiedade por não “verem” as consequências dos seus actos no todo - tudo está ligado - e no bem estar colectivo (esta questão será retomada no Capítulo IX).

“Noto que as pessoas mais velhas são mais resistentes a essas coisas e não querem muito saber. Ainda no outro dia fomos à festa de anos do avô do Filipe [companheiro] e estava lá uma senhora que mora no Mucifal e estávamos a falar das fraldas e eu estava a comentar que íamos passar para as fraldas reutilizáveis precisamente porque achamos que fazemos muito lixo. A conversa dela era que não queria saber, porque ela quando está com o neto quer é que as coisas sejam rápidas e eu comentei que devia pensar no futuro do seu neto, que daqui a 50 anos vai precisar de ar puro para respirar e ela 'daqui a 50 anos já não é preocupação minha'. Há muito esta mentalidade muito retrógrada nestas zonas e que se calhar a sensibilidade é pouca, há poucas opções de sensibilização, faz-se muito para os jovens, para os miúdos, para as escolas, mas para os mais velhos não se faz tanto e isso era uma parte importante até porque a população está envelhecida, e fazem lixo na mesma, alguns deles com as próprias fraldas...” (33, integral, rural)

Para quem separa, e sobretudo com idades abaixo dos 40, a prática de separar é encarada como uma responsabilidade colectiva e têm uma percepção do lixo como problema global, mesmo que desconheçam o destino concreto do seu lixo, quando o colocam no contentor colectivo na rua, não o fazem “de ânimo leve”, considerando que na sua prática estão a proporcionar um destino mais adequado ao lixo que produziram. Neste âmbito, a referência à **preservação do habitat de outras espécies** também foi referida, evocando por vezes documentários televisivos sobre a vida animal em perigo.

“É o melhor para o ambiente e para o planeta de um modo geral porque aquilo que nós pudermos separar, se esses materiais forem reutilizados e reciclados, o espaço que eles ocupam no nosso planeta é menor; e cada vez temos mais pessoas e menos espaços verdes e despoluídos. Se nós não queremos o lixo na nossa casa e se amontoarmos tudo na casa dos outros, neste caso na casa dos animais, na parte que não está habitada pelo homem, um dia vai acabar por chegar até nós, porque é tanto o lixo que a gente produz a nível mundial...” (32, suprema, urbano novo)

“Já quando era mais miúda me chocava muito, ainda não percebia mas achava que os humanos usavam demasiado plástico, faziam demasiado lixo, mas é uma coisa que tem vindo a aumentar muito. Ir à praia, no Inverno, nas grandes marés e ver a quantidade de lixo que o mar vomita (...) Tudo o que é plástico, o mar vomita, isso anda no mar, anda ali a rebolar-se no mar anos a fio e depois é vomitado e isso é o nosso lixo.”(53, suprema,rural)

Neste âmbito, alguns dos separadores com espírito militante e ambientalista, sugerem “*terapias de choque*” para mostrar de forma forte e directa o problema lixo. Consideram que uma forma de aumentar a competência dos que não separam é a construção de um sentido para a acção da separação através do dar a conhecer “ao vivo” o lixo que é produzido por todos, contrariando o alheamento que resulta do enfoque simplista de que apenas querem que o lixo sai da sua vista e “alguém que trate disso”. Neste sentido, nas “motivações dos mais motivados”, a **urgência do problema ao nível global** impõe-se.

“Acho que deveria haver uma terapia de choque para as pessoas perceberem o que estão a fazer. Que choque? Um dia inteiro a trabalhar na TratoLixo para perceberem que se a gente ajudar é muito mais fácil, para verem o impacto que aquilo tem no ambiente se as pessoas não fizerem a sua parte.” (32, suprema, urbano novo)

“Acho que deviam ser campanhas quase agressivas, agressivas mesmo 'olhe, se não reciclar os plásticos o ar que você respira daqui a não sei quantos anos e a água da sua torneira vai ser assim' e mostrar às pessoas mesmo. Porque as pessoas não fazem a ligação, 'o que é que tem a ver eu colocar o plástico no sítio dos plásticos e o ar ficar poluído? Não tem nada a ver'. Fazer assim ligações que toquem nas pessoas mesmo, porque acho que as pessoas não percebem a urgência da coisa. Eu acho que as pessoas não reciclam porque não têm noção, nunca pararam a pensar nisso, para onde é que vai este lixo. Isto é urgente, isto vai para o planeta, isto vai acumular-se por aí, vai poluir os mares, vai poluir os rios, vai poluir o ar, vai poluir tudo.” (53, suprema, rural)

No que diz respeito às motivações, pode identificar-se a influência dos valores ambientais, numa lógica de escala NEP (Catton e Dunlap, 1978a e 1978b), sobretudo apontados pelos

mais jovens e pelos mais escolarizados, com remissões à valorização da Natureza e a salvaguarda do equilíbrio ecológico da Terra. O perigo de que as futuras gerações não tenham um planeta saudável para viver está presente no discurso dos separadores, que apesar de não referirem a expressão Desenvolvimento Sustentável apresentam os seus princípios básicos quando são levados a manifestar o que os motiva para que no quotidiano tomem determinadas opções.

A articulação a uma dimensão ética desta prática – **separar lixo como um dever** - tanto se associa a **uma ética ambiental**, como **uma ética cívica**. O seu lado cívico está associado fortemente à questão da ordem, da limpeza e da saúde públicas, questões que remetem para uma perspectiva do que é qualidade de vida quotidiana. Mas o facto de não ser obrigatória, e ser deixada ao critério de cada um, “confunde” a capacidade de recrutamento que a prática poderia ter pelo facto de ser percebida como um “dever cívico” e como a forma de colocar o lixo no “*lugar certo*”, expressão recorrente nas entrevistas.

Na perspectiva de análise feita a estes dados, encontra-se por parte de quem separa a urgência de informar quem não separa da gravidade da questão dos lixos, valorizando o conhecimento sobre o que se passa ao nível do ambiente, como um argumento irrefutável para passar à prática, tal como aconteceu com eles próprios. Ou seja, cruzam-se neste ponto os valores que estão por detrás das motivações, com as razões “operacionais” para começar a separar.

VII.4. Razões para começar a separar

Para além de um patamar geral de valores que se associam à prática de separar o lixo, há razões que se colocam a um nível mais operacional e pragmático, razões que conduziram, ou podem conduzir, à prática de separação do lixo na esfera doméstica. A análise move-se entre a perspectiva do discurso e das respostas das pessoas sobre as suas escolhas e o ponto de vista da própria prática da separação e da sua **capacidade de recrutamento**.

O inquérito Separa® 2007/Sintra fornece um conjunto de dados que permitem uma reflexão pertinente quanto à forma como a separação tem conquistado, ou pode vir a conquistar, um lugar nas múltiplas e concorrentes práticas quotidianas dos agregados, cuja existência depende da opção por determinadas práticas em detrimento de outras.

À pergunta genérica “O que pode fazer com que as pessoas separem o lixo?”, e solicitando apenas uma resposta, os inquiridos apontam acima de tudo questões que remetem para o desempenho de serviço público na criação de condições para a separação, seja ao nível de **infraestruturas** - “ter o ecoponto mais perto” (26%) -, seja ao nível de **comunicação**: “mais

informação sobre a separação” (22%).

As respostas parecem ser atravessadas pela concepção de que a questão lixo é algo da alçada do poder público, uma obrigação do Estado, face ao pagamento que efectuem através dos impostos (e taxa, para os que sabem que a pagam). Está implícita, nas respostas dos inquiridos, uma lógica *top-down*. Neste sentido, podemos juntar a este grupo de respostas, os 10% que apontam a importância da credibilidade e confiança no sistema para uma adesão à separação de lixo (“ter a garantia que o lixo que separa vai ser reciclado”).

Em terceiro lugar surge “ter condições para separar em casa (espaço, ecoponto doméstico)”, o que remete mais uma vez para questões de infraestruturas, mas neste caso, de ordem privada e doméstica. A **falta de espaço em casa** configura uma condição estática e imutável, independentemente da vontade do indivíduo separar ou não que apresenta um conjunto de implicações sobre as quais se apresenta alguma reflexão a jusante.

Ao colocar-se esta questão, restringindo-se apenas a uma resposta, procurava-se apurar a hierarquia de factores favoráveis à mudança. A importância de ter o ecoponto mais perto, confirma-se, assim como da informação. Conjuguar ou providenciar um sistema logístico com o fornecimento de informação surge como essencial para a entrada da prática da separação dos lixos produzidos na esfera doméstica.

Quadro VII.5. O que pode levar as pessoas a separarem o lixo? (%)

Ter o ecoponto mais perto	25,7
Mais informação sobre a separação (para que serve e como fazer bem)	21,7
Ter condições para separar em casa (espaço, ecoponto doméstico)	18,5
Ter um benefício na taxa de recolha e tratamento do lixo	10,2
Ter a garantia de que o lixo que separa vai ser reciclado	9,8
A aplicação de uma multa por não separar	4,6
Maior limpeza dos ecopontos e da área envolvente	1,6
Nada	0,6
Outras respostas	2,0
NS/NR	5,4
	N=502, 2007

Fonte: Base de dados Separa®, 2007

O papel de relevo que é atribuído às infraestruturas e **lógicas de conveniência** – acessibilidades no sentido mais genérico - é aqui evidenciada, indo ao encontro dos resultados

de outros estudos. Aliás, no contexto de campanhas institucionais com recurso às teorias do marketing, a acessibilidade - tanto física como percebida - revela-se como factor crucial nas práticas e na sua transformação (Kottler, 1992; Valente, 2001). No caso específico, é ao nível das questões logísticas – públicas ou privadas – que as pessoas localizam as principais razões que conduzem à adesão à prática da separação de lixo (Pierre, 2002; Barr, Ford, e Golg, 2003). A importância reconhecida às infraestruturas e à informação mostra uma atitude que remete para as responsabilidades oficiais de providenciar um sistema de recolha e de competências.

Como se pode observar no quadro, as **razões de ordem financeira**, tanto de benefício como de penalização, são **pouco apontadas**. No seu conjunto representam 14,8% dos inquiridos que consideram que esta seria a forma mais eficaz de recrutamento pela prática, o que é um indicador importante a ter presente quando se procura entender porque é que mesmo com condições logísticas e competências fornecidas em termos de informação estão presentes, certos agregados não separam o seu lixo.

Por fim, o **efeito da limpeza** do espaço envolvente do ecoponto, não surge como razão desmobilizadora forte, apesar do seu efeito negativo em termos de qualidade do espaço de residência e as consequências em termos de higiene pública serem fortemente assinaladas, com efeitos ao nível da satisfação residencial. Esta falta de limpeza não implica directamente na separação, enquanto prática, mas na **qualidade de vida local**, o que quer dizer que não será por isso que as pessoas não separam o seu lixo, mas eventualmente, se tal melhorasse poderia ser um incentivo a uma maior separação.

Quadro VII.6. O que pode levar as pessoas a separarem o lixo por tipo de separação (%)

	Não separam	Parciais	Integrais	Supremos
Ter o ecoponto mais perto	23,9	28,4	25,2	27,7
Mais informação sobre a separação (para que serve e como fazer bem)	13,4	23,2	32,2	26,5
Ter condições para separar em casa (espaço, ecoponto doméstico)	23,9	17,9	17,4	7,2
Ter um benefício na taxa de recolha e tratamento do lixo	12,4	4,2	9,6	12
Ter a garantia de que o lixo que separa vai ser reciclado	13,9	9,5	7	3,6
A aplicação de uma multa por não separar	1,9	4,2	1,7	15,7
	N=502, 2007			

Fonte: Base de dados Separa®, 2007

Se se tiver em conta o tipo de separador, quem não separa acentua o “ter condições para separar em casa”, e destaca-se por ser o grupo que mais importância atribui à garantia de que o lixo que vai separar seja realmente reciclado. Existe uma percepção de que várias pessoas não separam por não acreditarem que esse será o seu destino real. Há uma falta de garantia sobre o destino final (desconhecido) que é por vezes acentuada - *“eles depois misturam tudo”*, e que reflecte uma **falta de confiança face às entidades públicas**.

Do ponto de vista da entidade de recolha, há certas situações que se devem a motivos técnicos, em particular quando existe indicação de que há lixo indiferenciado misturado num contentor do ecoponto e que irá contaminar o separado correctamente. No entanto, trata-se de situações pontuais que “lidas” por “leigos” as interpretam de acordo com os seus códigos. Só que, como são situações que se articulam à desconfiança nas entidades que já lhes falharam noutras vezes, actuam como confirmação de que não são confiáveis. A interacção entre cidadãos e entidades neste contexto está marcada por experiências anteriores, que não foram muito abonatórias na criação de uma relação de confiança e colaboração e que se reflectem em comentários como *“não estou para dar a ganhar dinheiro aos outros a separar o lixo, eles se quiserem que o separem...”*.

Acrescem ainda remissões algo equívocas para outras dimensões desfavoráveis ao recrutamento por parte da prática da separação do lixo como, *“quando insisto com o meu marido para ele separar também, diz que não, que é contra, porque isso vai fazer com que haja pessoas percam o seu emprego...”*, referindo-se a quem trabalha na estação de tratamento.

Por seu turno, “ter um benefício na taxa de recolha e tratamento do lixo” é uma categoria acentuada pelos extremos, isto é, por quem não separa e pelos separadores “supremos”⁴¹. De qualquer modo, nas entrevistas surge igualmente a perspectiva de que não têm de ter nenhum benefício, porque estão a fazer o que é suposto, ou seja, separar é visto como um **dever social**.

“Para mim não é uma coisa que tenha de ser reconhecida, eu acho que é um dever de toda a gente, não é uma coisa que mereça uma medalha, é nosso dever fazer isso.” (33, suprema, urbano novo)

A aplicação de uma **multa** a quem não separa também encontra opiniões favoráveis junto de quem já separa.

⁴¹ Também no trabalho desenvolvido no âmbito do Separa® esta problemática da multa e do benefício foi abordada, tendo em conta os interesses do Plano Estratégico da Tratolixo, que coloca a hipótese de aplicar um sistema PAYT (Pay As You Throw) na sua área de actuação (Schmidt e Martins (coord.), 2007).

“Devia ser obrigatório e haver multas em termos de negócios, haver inspecção, porque já sabem e não querem saber e por isso põe tudo no lixo normal . (...) é pagarem os que fazem pelos que não fazem, por isso deveriam pagar multa.” (25, suprema,urbano novo).

“No início não fazia sentido nenhum passar multas, porque não havia ecopontos nem se sabia o que era. O tempo todo que passou já é mais que suficiente . (...) Estamos a caminhar para uma altura em que o passo seguinte não é mais campanhas, porque já não vão surtir efeito nenhum, é a fase de penalização, quem não separa pagar porque vão ocupar espaço nas lixeiras. A área nacional não é ilimitada e se as pessoas insistem em continuar na mesma...” (40, suprema, urbano novo).

O mais curioso é que, mesmo quem não separa, acredita que uma multa ajudaria à implementação da prática na sua casa, até porque passaria a ser reconhecida como uma obrigação igual para todos.

“Sentirem aquela chamada de atenção de uma forma de multa, de obrigatório, para sentirem a importância. Eu própria se calhar iria aceitar essa imposição, iria dar mais importância a essa questão, porque se somos multados, porque não temos o sintoma de segurança,... era uma forma de chamar a atenção da população em geral. Mas tem a ver com a personalidade de cada um. Eu às vezes sou muito motivada pela negativa, no sentido de tenho de cumprir aquilo, de precisar de regras, de precisar de timings, de pressão.” (34, não separa, rural qualificado).

“Não há outra maneira, estou a falar a sério. Com falar, não vai dar, nem aqui, nem na Bulgária. Em países um pouco de sul, as pessoas são quase as mesmas, em países mais frios como Alemanha e Holanda são bem diferentes. Em Portugal e em Bulgária isto sem multa isto não vai resultar, tou-lhe a dizer verdade.” (49, não separa,rural).

A questão das multas é contudo controversa e as razões para que não sejam aplicadas multas a quem não separa, também estão presentes nos discursos de separadores e de não separadores.

“Não faz sentido aqui passar multas se eu só tenho aqui este contentor de lixo comum e não tenho carro.” (75, não separa, rural).

“Não me parece viável passar multas porque há muitas pessoas que não sabem, nem percebem qual a importância... acho que é uma obrigação , que me compete a mim que o produzo, fazê-lo. No entanto acho que não deveria ser imposto dessa maneira, à força, Não é boa política. (...) Multas acho que

não, outra politica de recolha de lixo sim. Adoptar uma política que leve as pessoas a serem um bocadinho forçadas a separar lixo. O ideal seria fazer como se faz noutros países da União Europeia, que é escolhe-se um dia para cada lixo, e naquele dia tu despejas o papel. Assim separava-se mais e toda a gente acabava por separar alguma coisa.” (35, integral, rural)

De qualquer modo, a questão era também colocada no inquérito em termos mais específicos e pessoais, tendo em conta o filtro de separar ou não separar o lixo no seu agregado familiar. Para quem já separa a razão mais apontada para o fazer, foi ter “mais informação sobre a separação”, com 49%, muito acima das questões logísticas - “ter o ecoponto mais perto” (19%) ou “ter condições para separar em casa” (10%). Ou seja, a informação ganha uma importância primordial na justificação da tomada de iniciativa no discurso (racional) dos “praticantes”, ainda que em vários estudos de carácter empírico se revele preponderante a coincidência entre a colocação do ecoponto acessível à residência (ou acessível nos seus trajectos quotidianos) com o arranque da prática efectiva e consistente da separação (Almeida (coord.), 1998, Valente, 2001). No entanto, ao nível da auto narrativa sobre o percurso de escolha de um determinado comportamento, de adesão a uma determinada prática, a informação cativeira um estatuto decisivo nas atitudes de quem é separador.

Quadro VII.7. Razões que levam a separar (%)

	O que o levou a começar a separar?	O que o levaria a começar a separar?
Ter o ecoponto mais perto	18,9	20,0
Mais informação sobre a separação	48,9	11,9
Ter condições para separar em casa	9,5	25,9
Ter um benefício na taxa de recolha do lixo	2,2	11,9
Ter a garantia de que vai ser reciclado	7,9	15,7
A aplicação de uma multa por não separar	0,3	1,1
Maior limpeza dos ecopontos e envolvente	1,9	0,5
Nada	0,9	1,1
Outras respostas	8,2	5,9
NS/NR	1,3	5,9
	N=317	N=185, 2007

Fonte: Base de dados Separa®, 2007

Muitas vezes o que está patente é que existe uma sensibilidade ao ambiente prévia e que, perante a possibilidade que o equipamento oferece, ao tornar-se acessível, essa sensibilidade encontra um meio através do qual se pode manifestar.

Também nestas respostas não se pode deixar de considerar que, para quem tem um maior nível de escolaridade e de conhecimento, a percepção sobre a prática de separação como norma é mais forte do que para quem, por falta de recursos informativos, a problemática é mais distante, não conduzindo por isso ao mesmo tipo de constrangimento e até de sentimento de culpa manifesto por quem acha que devia separar. Aliás, verifica-se que cidadãos com um grau de informação elevado, associado a uma escolaridade superior e que não separam manifestam explicitamente um **sentimento de culpa**.

“Sinto-me um bocado culpada porque sei que devia separar e nem tenho desculpa de não ter ecoponto perto...” (41, não separa, urbano consolidado)

“É uma coisa que eu tento não pensar, mas claro que sinto culpa. Não tem nada a ver com formação. Até já fiz actividades com crianças à volta dos 3Rs... é muito confortável pensar que o mundo inteiro faça isso e até promover isso mas depois pensar que sou só uma gota, não vou fazer diferença, mas claro que se toda a gente pensar assim é muito mau... eu acho que isso é só um pensamento ridículo, é um fechar de olhos para mim própria, não é uma desculpa.” (34, não separa, rural qualificado).

Como se verifica através dos dados do inquérito Separa® de 2007, quanto maior a escolaridade maior a prática da separação, sendo nos agregados onde existem pessoas com maior nível de escolaridade que mais se concentram as práticas de separação supremas, com valores acima do dobro da média total.

Quadro VII.8. Separação suprema e não separação com a escolaridade do inquirido (%)

	Total	NSLer	EB1	EB2	EB3	SEC	SUP
Separação suprema (+6)	16,5	4,2	11,4	12,8	11,2	24,4	35,9
Não separam	41,7	62,5	43	48,7	44,8	35,1	23,1
						N=502, 2007	

Fonte: Base de dados Separa®, 2007

Esta relação pode articular-se com o modelo de comunicação pública que tem sido utilizado na divulgação da prática da separação, remetendo para a necessidade de um certo tipo de

competências em termos de literacia ambiental e de consumo para a recepção da mensagem que promove a adesão a este comportamento. Trata-se de um factor que merece uma reflexão especial no âmbito de uma política de resíduos que procura alargar o espectro social da separação. A forma de chegar junto de determinada população pode passar mais por incidir sobre o **valor das coisas**, ou **critérios de limpeza da rua**, ou um **sistema de recolha com infraestruturas percebidas como convenientes** e que **qualifiquem socialmente o acto de reciclar**, do que recorrer a argumentos de ordem racional ou de apelo a uma sensibilidade ao ambiente.

Retomando a análise dos dados relativos às razões, 26% dos inquiridos que não separam, insistem no facto de ser absolutamente necessário passar a ter “condições para separar em casa” e 20% “ter o ecoponto mais perto”.

Em terceiro lugar, para os inquiridos que não separam, emerge a necessidade de “ter a garantia de que o lixo que separa vai ser reciclado” (16%). A “**desconfiança**”, o “**descrédito**” e “desconhecimento” relativamente ao sistema e responsáveis pela recolha e tratamento dos RU, emergem como um contexto ao qual a adesão à prática da separação não é imune.

“Mais informação sobre a separação (para que serve e como fazer bem)” surge com um valor discreto para este grupo de inquiridos (12%), em contraste com primazia dada a este factor por parte de quem já separa. Através destas respostas evidencia-se que não será tanto por falta de informação que os inquiridos não separam, não sendo esse o nó decisivo – a componente da competência - que está a faltar para recrutar praticantes junto dos que não separam o lixo. Ou seja, a sequência linear e racional, de que uma pessoa com informação age na prática em conformidade com essa informação não se aplica aqui, sobrepondo-se a importância da falta de confiança na seriedade de uma garantia de que vai ser mesmo reciclado para o bem de todos e do ambiente ou a falta da componente infraestrutural colectiva ou privada.

VII.4.1. Pequenas histórias de não separação, de separação e de iniciativa

Por parte de quem não separa, várias ordens de razões emergem de forma mais clara ao longo das entrevistas e que revelam **a história da sua opção pela “não separação”**. Geralmente são histórias bastantes curtas.

Há vários indícios de que separar o lixo se trata de algo que é suposto fazer, o que se articula à protecção do ambiente e de dever cívico implicados no significado da prática da separação do lixo doméstico. No entanto, não são suficientes para passar à prática no seio do seu agregado familiar. Como já se referiu, por vezes, quem não separa manifesta um peso de consciência por estar em falta em relação a algo que considera que é o comportamento certo - “**não separo,**

mas devia". Neste âmbito, refere-se precisar de *"pensar melhor no assunto"*.

Neste contexto, algumas histórias dos não separadores remetem para a forma como vêm os que separam a fazê-lo nas suas casas, considerando essa performance *"desarrumada"* e com tendência para uma *"acumulação"* de lixo dentro da própria casa.

"Não sei porque não separo... acho que tem mesmo a ver com essa coisa de eu detestar por mais estúpido que seja e egoísta, o acumular, faz-me impressão ter ali as embalagens do leite não sei quantos dias ou ter 3 sacos para fazer as coisas, se calhar também nunca pensei como é que podia gerir isso de uma forma que eu achasse mais higiénica, nunca dediquei tempo a pensar como é que eu podia fazer isso." (34, não separa, rural qualificado)

O aspecto de que *"parece que a cozinha nunca está limpa"* entra em choque com os princípios normativos de **higienização doméstica** nas representações de algumas entrevistadas.

"Se bem que eu não gosto de esconder o lixo, eu gosto é de não o ter, não é arranjar armários para o meter, é não o ter mesmo." (40, não separa, urbano novo)

O facto de o lixo separado incomodar por fica em casa *"muito tempo"* é referido por quem tem o hábito de despejar o lixo todos os dias – *"também não vale a pena ir deitar todos os dias um saco se só tiver lá dentro um copo de iogurte e um pacote de leite"*. As embalagens de plásticos e multimateriais são por vezes referidas por quem separa devido ao incómodo causado pelos cheiros, mas neste caso, o que é referido por quem não separa, é sobretudo a presença demasiado visível do lixo *"com lixo de embalagens, fora do caixote do lixo na cozinha, porque ainda não foram despejar"*. São exemplos de performances de separadores que não inspiram alguns dos resistentes a adquirir essa prática.

Conglomeram-se ainda um conjunto de argumentos que contam histórias de resistência passiva à prática da separação, resistências feitas de **"comodismos"** e **"preguiças"**, que tornam a separação uma história desinteressante e sem força para se instalar na rotina.

"Não tem a ver com o saber, é a preguiça, dá muito trabalho, digo isto, porque o zé tem tudo aqui à mão e nem precisa de ir ao ecoponto despejar, eu é que faço isso. Acho que as pessoas fazem um bicho de sete cabeças de que é muito difícil ou custa muito, mas não, é só em vez de por aqui, por ao lado. Ele próprio diz que não tem pachorra..." (37, integral, rural).

“Se estivermos bem dispostos, temos de ser verdadeiros, se estivermos bem dispostos cada coisa vai para o seu lugar. Se eu estiver mal disposta, vai tudo para dentro do saco e vai tudo para o lixo.” (60, não separa, urbano consolidado)

Outra das explicações que foi abordada para a **indisponibilidade emocional** para incorporar mudanças na rotina, cruza-se com fases prolongadas da vida das pessoas em que se debatem com determinadas dificuldades de gerir o dia-a-dia, que as faz rejeitar qualquer coisa que desconheçam e com aparência de ser mais uma coisa a juntar-se a uma carga quotidiana que já é penosa.

“Tenho lá cabeça para isso, tenho outras coisas para me preocupar, não leve a mal, mas tenho a cabeça sempre com outros problemas. O meu marido enquanto vivia cá em casa não era uma pessoa que me facilitasse a vida e bebia muito e isso não dá alegria a uma casa e agora que já se foi embora deixou-me uma série de dívidas e a casa está em perigo de ser penhorada (...) e por muito que trabalhe não chega e não quero que falte nada à minha filha que não tem culpa de nada.” (46, não separa, urbano novo).

“Quando vim da Bulgária, não percebia nada, a falar a sério, e a maior preocupação era arranjar trabalho. Nem me passava pela cabeça fazer separação, estou a ser sincera, era só trabalho e mandar dinheiro para os filhos.” (49, não separa, rural).

Por fim, uma das razões para não se separar num determinado agregado, surge efectivamente pela **ausência de ecopontos na rua**, às quais acresce sobretudo, numa população envelhecida, a falta de transporte próprio, que poderia possibilitar a separação num ecoponto mesmo que distante da sua residência do “*pouco lixo desse*” que considera que produz. Neste contexto houve quem tentasse começar a separar mas acabou por desistir, por falta de condições que favorecessem a sua continuidade.

“Acho que era em 2004 que a Junta de Freguesia dava esses caixotes grandes, dava-se à borla, precisava só de mostrar factura da água ou da luz que nós moramos cá. Primeiro eu não tenho espaço onde por este caixote grande, além disso, não vale a pena, para quê? Também não há aqui ecoponto. Quando vim para aqui levava o papel, das publicidades para um ecoponto que fica junto ao Lidl, que é perto se formos aqui por este terreno atrás, levava só o papel porque não dá para andar com o vidro a saltar o muro mas depois deixei de ter de passar por ali. Era a única aqui, olhavam a assim para mim como se eu fosse maluca a levar o papel.” (49, não separar, rural).

Também se refere a **falta de um ecoponto doméstico**, uma condição considerada essencial, que surge como o principal argumento da separação ser uma “*história adiada*” no seu agregado doméstico. Uma das razões para esse adiamento é remetido para a azáfama do ritmo agitado do dia a dia, que faz com que o próprio processo de instalação da separação, que começa com encontrar um ecoponto adequado é a principal razão para não separar “*ainda*”, como se apresenta de uma forma mais desenvolvida num dos pontos seguintes.

Existem especificidades do percurso pessoal de cada um, diferentes histórias para se começar a separar e a prática conquistar espaço num determinado agregado familiar, através de um *turn point* particular. Relativamente a histórias de separação, nem sempre é fácil identificar o momento concreto em que se começou a separar - em que a prática da separação recrutou um agregado familiar - sobretudo para quem já o faz há algum tempo.

Para quem separa, os argumentos das suas histórias de separação desenvolvem-se sobretudo em torno do surgimento dos **ecopontos acessíveis**. Esta componente material apresenta de facto capacidade de recrutamento, o que se tem vindo a constatar ao longo do tempo em vários estudos já referidos.

“Já tinha visto no Jumbo e assim noutros sítios comerciais. Já estava casada. Vieram aqui colocar um ecoponto, quando vim viver para aqui só tinha um contentor normal, no mesmo sítio onde está hoje. Era um cinzento, verde... Foi para aí há uns 12 anos. Começaram a dar informações, ou seja, panfletos, acho que foi a Câmara que distribuiu e fez-me sentido, comecei a fazer.”(39, integral, urbano novo).

Também, a **saída da casa dos pais para a sua própria casa**, marca um momento importante de assumir a liderança da gestão doméstica.

“Quando mudei para minha casa e foi fácil. Como ainda por cima era perto de casa, começar logo a fazer isso. Criei de raiz um sistema. Andámos à procura, lembro-me disso. Comprei dois recipientes bastante grandes que tenho na despensa, um para o plástico e outro para o cartão e depois o balde do lixo da cozinha é para o indiferenciado e ficou integrado no armário, e o vidro também ponho no chão da despensa.” (40, suprema, urbano consolidado)

A passagem para uma **situação de viver em casal** também marca o início da separação quando um dos elementos – por norma o feminino – já separa. Nalguns casos, no entanto, essa implementação não encontra a recepção esperada, havendo uma resistência por parte do

elemento masculino em relação à prática, acabando por a sua performance errada ou “descuidada” e “corrigida”, quando o erro “é apanhado a tempo, antes de estar sujo com o resto do lixo”. Mas noutras situações há uma integração da prática que o seu cônjuge está a propor.

“Ele também faz mas não fazia antes, acho que ele não fazia ainda em casa da mãe mas encaixou perfeitamente, acho que começou a fazer mais foi comigo mesmo e faz tanto como eu. Ele próprio é o primeiro a pegar nos sacos.” (33, integral, rural)

“Fui eu mais que coloquei aqui o ecoponto e ele faz. Apesar dos pais deles fazerem, ele não era muito preocupado e fazia porque lhe diziam onde por. Aqui em casa começou a ter mais esse cuidado e a separar.” (32, suprema, urbano novo)

No entanto, no contexto de mudança de casa, pode ocorrer deixar-se de separar o lixo, por vezes apenas numa fase temporária de instalação de novas rotinas no interior da casa, mas também por **perda de condições logísticas** internas ou externas da localização da casa.

“Aqui não separo sempre, o ecoponto mais perto está mais longe e sempre cheio e além disso a casa não tem um sítio tão bom como na casa anterior. Tinha um telheiro junto à porta e ia acumulando ali num contentor. Dava imenso jeito. Aqui é uma complicação e há muitas vezes que vai tudo junto. Sinto-me um bocado mal mas não dá...” (42, parcial, urbano novo).

Também o facto de **ter vivido fora do país**, da mesma forma que tem impacto ao nível das concepções e relação com o lixo, também proporciona a experiência com outros sistemas, nomeadamente na Europa e que marcam a história de separação de alguns dos residentes do concelho.

“Foi há uns 20 anos atrás quando vivia em Londres e estava lá a iniciar-se esse processo e eu tinha uma amiga que era de uma das primeiras empresas de recolha, uma coisa muito caseira. Eram uns amigos meus que tinham uma furgoneta velha e iam recolher o lixo. As pessoas deixavam em certos dias, às quintas era o cartão e noutro dia eram as garrafas. Não começaram logo com o plástico. Eles faziam na cidade no bairro onde eu morava e depois levavam para um sítio... a Câmara dava-lhes dinheiro, já não me lembro bem. Estou cá há 12 anos. Quando cheguei ainda não havia ecopontos aqui e fazia-me muita confusão deitar lixo fora, nessa altura, tudo misturado, então tentava fazer o menos possível, comprava coisas a granel em vez de comprar empacotadas quando era possível e

depois aos poucos foi chegando e desde que apareceu eu sempre reciclei, há uns 7 anos...”(53, suprema,rural).

Para além destas influências familiares, de mudanças de casa e locais de residência, a “história” mais contada é a **tomada de iniciativa de um dos elementos da família**, frequentemente **os mais novos** da família que trazem a “novidade”. Por vezes estes “filhos” já vivem na sua própria casa, mas foram os “pioneiros” que acompanharam o sistema pioneiro do concelho de Sintra.

“Era pequena, lembro-me de ter começado entre os 10 e os 12 anos, no fim dos anos 80... Foi a minha irmã mais velha que era mais ambientalista e começou a fazer trabalhos com o GEOTA e trouxe isso para casa e fez-nos uma lavagem cerebral e isso entrou cá dentro e separo tudo. Começou-se desde essa altura a separar lá em casa de meus pais. Já devia haver contentores na rua mas eu não me lembro. (...) E, sim, continuei a separar por todo lado onde tenho vivido, tanto a viver sozinha, como agora com meu companheiro, que passou também a separar aqui em casa.”(32, suprema, urbano novo).

“Comecei em casa dos meus pais, acho que fui eu que comecei a incutir durante a universidade, entre 1993 e 1998, não consigo ver se antes de entrar para a universidade se já tinha esses ecopontos. Os meus pais separam e agora até têm um caixote do lixo todo xpto. (...) Acho que púnhamos em sacos de plástico normal e havia ao pé ecopontos (...) Em casa dos meus pais, o vidro lembro-me que ia para o vidrão já antes. Era o meu pai que ia. Com a formação comecei a falar dos circuitos e dessas coisa todas e portanto não havia ali volta a dar, eles tinham que separar, mas agora já é por eles, já estão autónomos. Às vezes ainda digo 'mãe, isto não é aqui'. Houve uma altura que os pacotes de leite era um pouco confuso... Ainda no outro dia vieram cá e viram o garrafão com as cápsulas da Nespresso e 'ah! Tu agora guardas isso?' e expliquei que entregava e agora se calhar eles vão fazer o mesmo...” (36, suprema, rural qualificado).

“Para aí há uns 6 anos talvez, ainda a viver na casa do meu pai, em Carnaxide. Fui eu que comecei, que tomei a iniciativa, mas não me lembro porque comecei a fazer a separação para reciclagem...Pus diferentes sacos de plástico em casa na cozinha, aliás, na varanda. Eram simplesmente sacos, punha uma coisa de plástico num e já sabia que aquele era do plástico. Depois fui ir à Junta de Freguesia pedir o ecoponto doméstico. Foi alguém que me disse, uma amiga minha que me disse. Esse é o ecoponto que o meu pai ainda usa lá em casa.” (33, integral, rural)

Quanto às **crianças** que andam actualmente na escola, trazem folhetos que foram distribuídos

na escola, no âmbito de alguma **iniciativa da escola**, integradas em projectos de eco-escolas ou através de campanhas das entidades responsáveis que fazem acções de sensibilização nas escolas, aliás quem trabalha com crianças observa-se que *“há muitas crianças que aprendem na escola e depois ajudam a passar a informação para os pais.”* (Bartiaux et alia.,2006). E não é só aos pais, também os avós, com quem algumas crianças passam bastante tempo, enquanto os pais estão a trabalhar realçam a importância do seu papel.

“Foram os meus netos porque eles aprenderam e explicaram-me logo cheios de entusiasmo de me ensinar como se fazia.” (62, integral, rural qualificado).

A noção da separação do lixo é algo que a maior parte das crianças mesmo que não a pratiquem na sua casa conhece. A presença dos ecopontos nas ruas é familiar e para os que tem 10-12 anos, desde que nasceram os ecopontos, mesmo que com modelos diferentes, já existiam no espaço público. É um ponto importante a registar.

Para além disso, ainda que mais raro, a própria **maternidade** – logo na gravidez ou nos primeiros meses de vida de um bebé - associada a uma maior sensibilidade ambiental, também se revela como um momento de mudança, e para algumas das entrevistas coincidiu com o momento de iniciar a separação.

“Desde que ele nasceu e também com o meu crescer de consciencialização de determinadas coisas. Eu tornei-me macrobiótica, por ter tido um problema de saúde, e cada vez fui sabendo mais coisas, mais coisas. Tornou-me consciente de muita coisa, começaram a falar de certos temas, por exemplo, de evitar ir de férias de avião por causa dos combustíveis, de determinadas comidas que não vêm do nosso ambiente e os custos em termos ambientais e o impacto que isso faz. Realmente não estamos despertos para estas coisas mas faz todo o sentido, porque é que havemos de ir buscar as coisas tão longe se temos aqui. Eram palestras no Instituto Macrobiótico. E foi-me despertando.” (39, integral, urbano novo).

Por fim, também se faz referência a uma série de **meios de informação** com as quais aprenderam a separar e lhes chamaram atenção para essa prática, e que são a sua fonte de informação. Identificam-se vários meios como os *“folhetos pelo correio”*, *“os folhetos da escola”*, *“publicidade na televisão”*, a *“linha verde”*, os *“ímanes no frigorífico”*, *programas de televisão*.

“Há coisas que são anunciadas na televisão e há mesmo programas a falar, havia um que não sei se

ainda está a dar, que era a Pegada Ecológica que dava no Canal 2, que iam a uma família e iam lá e implementavam coisas e aprendiam-se coisas que tu podias depois utilizar na tua própria casa. Se estiveres aberto para esse tipo de assuntos descobres a informação.” (32, suprema, urbano novo).

As fontes são em si mesmo formas de recrutamento. No uso de um meio como a televisão, tanto pode ser um enquadramento mais didáctico, em programas de carácter informativo, como através de ídolos, em contexto de ficção, nomeadamente telenovelas.

“A televisão é um bom meio para certas pessoas, mas às vezes é melhor informar as pessoas de modo meio camuflado, que é criar dentro das telenovelas, que são coisas que as pessoas gostam de ver e vêem com mais atenção e até vão imitar, há pessoas que aprendem melhor assim do que uma informação muito séria, para certas pessoas se for um ídolo ou uma figura pública têm mais vontade de o fazer, mas claro, depende das pessoas.” (25, suprema, urbano novo).

Mas sobretudo, são as **relações pessoais e familiares e os contextos** em que está inserido socialmente que fazem mais diferença como “a companheira que separa”, “os meus netos”, “minha irmã ambientalista”, “a filha engenheira do ambiente”, “através de trabalhos com crianças em escolas”, “ser professora”, etc. que acabam por ser as principais fontes de informação, a quem se telefona quando se tem dúvidas. Autênticos “consultores pessoais” em casa, que tomam a iniciativa e são agentes activos que fazem a prática acontecer nos agregados.

VII.5. Dinâmicas domésticas de separação

Após esta incursão em torno das motivações e razões que envolvem a prática e que conferem a essa prática de separação do lixo mais ou menos capacidade de recrutamento junto de diferentes agregados familiares, apresentam-se algumas características principais dos inquiridos que pertencem a agregados de cada um dos tipos de separadores identificados, incluindo os “não separadores”.

A análise coloca a prática da separação ao nível do agregado e não do inquirido individualmente. Ainda assim optou-se por identificar ao nível da caracterização social dos indivíduos alguns dados que se destacassem, os quais se passa a apresentar, salvaguardando que não se trata da caracterização dos indivíduos enquanto separadores, mas como fazendo

parte de um agregado com determinadas práticas de separação. Se analisarmos o **tipo de agregado familiar** verifica-se que existe uma diferença que se relaciona com o facto de se viver sozinho ou em família. Os dados mostram que dentro dos agregados uni-pessoais 29,4% separam, uma percentagem menor do que a média total de 39,4%. Neste grupo encontram-se alguns idosos que vivem sozinhos, assim como jovens em início de actividade profissional, que estão pouco tempo em casa em termos de rotina.

Por seu turno, é observável que a presença de crianças menores de 12 anos no agregado contribui para uma presença mais forte da separação. Isto é, em 43% das famílias com crianças pequenas separam os lixos, enquanto em famílias sem crianças a percentagem é menor (38,9%). Observa-se aqui o já enunciado **efeito das crianças**, que na dinâmica familiar, se são uma razão de produção de mais lixo, devido a alguns consumos específicos com bastante uso de embalagem, também parecem ser um móbil para maior separação.

Quadro VII.9. Tipo de separação por tipo de agregado familiar do inquirido (%)

	Total	Sozinho	Família sem crianças	Família com crianças < 12 anos
Separação suprema (+6)	16,5	11,8	17,6	16,2
Separação integral (5)	22,9	17,6	21,3	26,8
Separação parcial (1-4)	18,9	19,6	20,6	16,2
Não separam	41,7	51	40,4	40,8
				N=502, 2007

Fonte: Base de dados Separa®, 2007

Aliás, a importância que certos pais atribuem à incorporação de certos hábitos nos seus filhos, leva a situações de forjar a separação. Nalguns casos, fazem a separação em casa, mas depois na “corrida do dia a dia”, se o ecoponto está cheio ou se não lhes dá jeito passar pelo ecoponto despejam no indiferenciado, ou porque no local onde se vive durante uma temporada não existe separação.

“Lá em Luanda não há separação, era terrível, mesmo para a Maria [5 anos]. Dizia-lhe 'vamos criar aqui uma separação na mesma'...fazia-me confusão, sentia-me mal por estar a misturar o vidro e as latas quando era possível ir para outro sítio, quer dizer ali era impossível ir para outro sítio, era estar a recuar no tempo, mas na escola portuguesa lá em Luanda, eles separavam, um dia há-de se separar lá e portanto eles incutiam isso nos miúdos, por isso a Maria nunca deixou de estar enquadrada...” (36, suprema, rural qualificado).

Com as devidas salvaguardas já enunciadas, verifica-se uma tendência para que em termos da idade, os dados dos inquiridos apontam que é sobretudo entre os 45-64 que se separa de forma mais consolidada, ainda que é dentro da faixa etária dos 18-24 anos e dos estudantes que se encontram mais “supremos” (cerca de 20%). Relativamente à condição perante o trabalho ainda que não determinante da prática de separação, de referir que a separação suprema está ligeiramente mais presente em agregados onde há estudantes (19,2%), o que se articula à população mais jovem referida, geração com mais referências de educação ambiental e que tem sido alvo de acções de sensibilização para a separação do lixo em contexto escolar (Schmidt *et alia*, 2010). No entanto, precisamente por estas razões seria de esperar que a presença de um estudante ou de um jovem no agregado tivesse maior impacto na separação de lixos em geral na esfera doméstica, o que não se verifica.

A par dos estudantes encontramos 20% dos agregados com reformados em que se identifica uma separação suprema. No desenvolvimento do trabalho de campo foi possível descortinar que isto se deve, por um lado, a pessoas, acima dos 60 com uma escolaridade média ou superior e que vivem em moradias com quintal/jardim e/ou garagem que permitem a facilidade de adoptar espaços de depósito de lixo separado não circunscritos à cozinha. Aliás, foi possível observar ao longo do trabalho de campo que este tipo de residências têm espaço com capacidade para absorver de forma cómoda estas práticas de separação, ao contrário de casas apartamentos ou de casas antigas rurais mais exíguas não concebidas para o tamanho de mobiliário mais actual, constatando-se uma relação entre a facilidade da prática da separação se instalar numa moradia familiar.

Por outro lado, começaram a separar desde que tiveram os ecopontos perto de sua casa (há cerca de 20 anos), integrando outros fluxos mais específicos – como pilhas, tampinhas, lâmpadas, medicamentos, etc. - com uma certa facilidade, o que resulta de uma prática já incorporada no quotidiano e no seu espaço de residência. Não é de desprezar ainda o facto de muitos serem avós e terem um convívio frequente com os seus netos em idade escolar.

Por fim, destaca-se ainda que a presença de domésticas no agregado pode favorecer a separação por haver alguém que está mais dedicado às actividades domésticas, em que a separação do lixo a ser depositado no ecoponto é assegurada como mais uma tarefa “natural” da dona de casa, que quando vai despejar o lixo que resultou da confecção de uma refeição, leva, por exemplo, uma garrafa de sumo vazia na mão e a coloca no contentor correspondente, situação observada com alguma frequência em mulheres acima dos 60 anos. No entanto, em 44,4% dos agregados em que está presente uma pessoa doméstica não se separa, o que indica de forma clara que, embora importante, não é condição suficiente para que se separe o lixo

num agregado familiar.

Esta questão remete para a dinâmica da separação doméstica e a sua relação com a **divisão de papéis no casal** em função do género (Bartiaux in Pierre (coord.), 2002). O facto da **cozinha** ser o lugar onde por norma se localizar o **caixote do lixo**, cria uma associação à tarefa de cozinhar e essa é atribuída sobretudo à **mulher-mãe**.

Tal como já foi mencionado anteriormente observa-se **alguma resistência masculina** em casais jovens (na casa dos 30) em colaborar na separação em alguns agregados, relatada nas entrevistas: *“Ele está-se borrifando para isso.”*. Essa resistência reflecte a uma certa rigidez relativamente à divisão de papéis a desempenhar no casal, em que as questões relativas à cozinha e à limpeza são da responsabilidade da mulher do casal e, por isso, consideram a questão da separação uma coisa de “mulher”. Essa resistência está articulada a uma atitude alheada, distante e de algum modo *“comodista”* da realidade do lixo produzido na rotina doméstica.

Os dados quantitativos do inquérito Separa® 2006 relativos ao concelho de Sintra indicavam esta feminização da prática: 67% dos elementos dinamizadores da introdução das práticas da separação nos agregados são mulheres. Também a resistência masculina era bastante vincada. Em agregados onde existe alguma resistência a maioria são elementos do género masculino (77%).

A divisão de papéis feminino-masculino relativamente ao lixo produzido na esfera doméstica surge evidenciada em vários casos, sobretudo quando a tipologia da residência inclui quintais, jardins ou garagens. Enquanto o lixo da cozinha está incluído na gestão doméstica e por atribuído à mulher, **o lixo do exterior é do domínio do homem**:

“Lá fora não tenho nada a ver, já me chega aqui em casa, ele é que trata, até arranjou um contentor com rodinhas para quando corta a relva.” (45, integral, rural qualificado).

Por vezes, o lixo produzido em ocasiões especiais, como uma festa ou “jantarada” em que se faz mais lixo, incluindo os pratos e copos descartáveis, recorre-se aos contentores das áreas exteriores da casa, que são habitualmente mais da gestão masculina, sendo nesses dias são de gestão “partilhada” em certos agregados.

A divisão de tarefas relativamente a despejar o lixo nos contentores-ecopontos da rua já não é tão estereotipada. Assim, observa-se uma flexibilidade maior, sendo muitas vezes o homem a desempenhar essa tarefa, ou as mulheres-a-dias. Mais raro é essa tarefa estar atribuída aos filhos, mas a partir dos dez anos por vezes é-lhes atribuída essa tarefa doméstica porque já

têm altura para chegar aos contentores e mais destreza motora.

Em vários casos nas entrevistas, quando são as **empregadas domésticas** que têm a tarefa de **despejar o lixo**, algumas pessoas entrevistadas manifestaram não saber se as mulheres as dias o faziam correctamente, terminando o seu ciclo de contacto com o trajecto do lixo no ecoponto doméstico, ainda no seu espaço privado.

“Não sei se ela separa em casa, mas tenho reparado que quando ela está cá, ela separa, por exemplo põe a embalagem do iogurte nas embalagens, o resto de fruta no lixo normal, ou seja põe nos sítios certos.” (69, integral, urbano consolidado).

Neste sentido, não deixou de ser curioso que após a entrevista recebi dois contactos de entrevistadas a propósito das suas empregadas domésticas. Uma das entrevistadas que não separa em casa constatou com grande espanto que a sua empregada coloca o vidro no vidrão. Outro caso relatou-me que a sua empregada não separa em casa porque não tem nenhum ecoponto perto mas que despeja o lixo consoante os agregados o fazem em casa, assumindo uma espécie de complemento da dinâmica de separação dos agregados⁴².

Apenas uma das entrevistadas, provavelmente devido à sua formação específica (engenheira do ambiente) assumiu que tinha explicado à sua mulher-a-dias como era para despejar o lixo separado.

“Eu digo onde é. Por exemplo, coloco por exemplo os frascos com a tampa por causa dos cheiros e depois aviso-a que é para abrir e por a tampa nas embalagens.” (36, suprema, rural qualificado).

Também há quem prefira assumir essa tarefa doméstica devido a experiências anteriores que mostraram que se quer o lixo despejado nos sítios certos prefere assumir essa tarefa, remetendo para o ditado popular de “quem quer faz, quem não quer manda”.

“O lixo separado prefiro levar eu. Como não há nenhum ecoponto perto, ainda se tem de dar uma volta grande depois dos contentores do indiferenciado que são ao fim da rua, o ecoponto já é mais a baixo junto ao café. Não quero arriscar que seja misturado. Já tive uma mulher-a-dias que para deixar a casa toda limpa e sem lixo levava tudo e deitava tudo no contentor. Quando percebi que era isso que acontecia, passei eu a ir, mas tinha de ser antes dela vir porque senão já sabia que chegava a casa e tinha tudo limpo, lavado e despejado... (ri)” (38, suprema, urbano consolidado).

⁴² Nessa sequência de contactos, acabou por se realizar uma entrevista com essa empregada doméstica, o que revelou o olhar de um outro papel envolvido nesta prática, mas que por vezes fica na invisibilidade dos bastidores, no sentido de Goffman (1959).

Noutros casos, em que se identificou que as empregadas domésticas não estavam a despejar o lixo separado no ecoponto mas no contentor do indiferenciado, duas atitudes diferentes foram identificadas, as “*fingi que não vi*” pelo constrangimento de estar a “policiá-lo” e as atitudes de “correção”.

“Uma vez reparei que ela não pôs bem, pôs todos no contentor que está ali à frente. Por acaso vi e na semana seguinte falei com ela sobre isso, 'se eu separo não é para colocar tudo junto'. Ela pediu desculpa e já reparei que ela outras vezes pôs bem. Não sei se naquele dia se estava com pressa ou se era o costume. Ela leva porque quer, eu nunca lhe pedi para levar o lixo, porque está cheio demais ou assim. Eu não me importo que ela leve, até agradeço, agora eu estar a separar em casa e ela apor tudo para o mesmo lixo, isso não gostei” (32, suprema, urbano novo).

Analisou-se ainda a distribuição destes 4 tipos em termos de variáveis espaciais, nomeadamente com a tipologia do local da residência, tendo em conta que as práticas existem em contexto, ocorrem num determinado lugar e que isso condiciona e molda as próprias práticas.

Quadro VII.10. Separação suprema e não separação com a tipologia de residência (%)

	Total	Urbano consolidado	Urbano recente	Rural	Rural Qualificado
Separação suprema	16,5	6,4	26,2	7,1	2,4
Separação integral	22,9	28,4	19,4	25	23,8
Separação parcial	18,9	15,6	19	19,6	28,6
Não separam	41,7	49,6	35,3	48,2	45,3
				N=502, 2007	

Fonte: Base de dados Separa®, 2007

Os agregados onde não se separa o lixo residem sobretudo em **contexto de urbano consolidado ou rural**. Para além da caracterização social, tratando-se de grupos de população **mais envelhecido** e com **menos recursos informativos**, é observável que se trata de lugares, que, pelas suas características, apresentam uma **rede de ecopontos menos acessível**, seja porque a dispersão da população em meio rural pode localizar os contentores a uma distância pouco conveniente para os seus utilizadores com mais idade (e em particular que não têm carro para fazer o transporte do lixo separado), seja por seu turno, no urbano consolidado a

tipologia do edificado tende a ter prédios cujos **alojamentos** são caracterizados por espaços relativamente **pequenos**, em especial as cozinhas e as suas estruturas de mobiliário não são muito favoráveis a uma prática de separação dos lixos.

Em contraste é no **urbano mais recente**, onde vive uma população **mais jovem** e com **níveis de escolaridade mais elevados**, que se separa mais, distinguindo-se mesmo a separação “suprema”. Para além da caracterização da população dominante residente neste tipo de local, não será indiferente os **equipamentos urbanos disponibilizados** estarem em certos locais mais integrados no espaço público, assim como a **estrutura das próprias casas** é de uma forma geral mais ampla e com uma cozinha com um tipo de configuração que permite enquadrar a prática de separação de forma mais conveniente. No entanto, como se desenvolve a seguir, não integram ainda no seu equipamento de base o caixote do lixo e o ecoponto doméstico, a par de equipamentos como o fogão ou o frigorífico.

Um outro factor complementar a estes dados que está implicado com o local de residência, mas que não está presente nos questionários em análise, é a indicação que a distância do trabalho à residência também influencia a prática da separação, na medida em que implica com o ritmo e estilo de vida. No caso de Sintra, identifica-se uma certa tendência para separar menos o lixo, nas pessoas que têm um trajecto de mais de 1h30m de deslocação diária para trabalho, seja de comboio, autocarro ou carro (Schmidt e Martins (coord.), 2006).

VII.6. Ecopontos domésticos, o lugar do lixo separado em casa

As questões logísticas surgem no topo das razões identificadas com a maior capacidade de recrutamento para a prática de separar o lixo em casa. Não se trata apenas de existirem ecopontos perto da residência, mas também a importância de se ter a **percepção de condições objectivas em casa para o fazer**. Aponta-se concretamente o facto de não ter um ecoponto doméstico e/ou espaço apropriado para fazer a separação. Aliás, para quem não separa, esta é precisamente a principal razão referida, vendo na presença de um ecoponto “bem instalado” em casa, um grande potencial de desencadear a prática. Pelo contrário, a ausência desta componente material da prática da separação – a ausência de espaço e lugar domésticos – enfraquece a sua capacidade de recrutamento.

Por lhe ser atribuída tal relevância entre a população, o ecoponto doméstico é um item alvo de uma atenção especial no trabalho de campo desenvolvido, em particular no contexto das entrevistas em profundidade, que incluía uma observação directa à forma como se

acondiciona o lixo do dia-a-dia em casa⁴³.

VII.6.1. Onde está o ecoponto?

Seja em agregados domésticos que separam o lixo, seja em agregados que não separam, o lugar de excelência do caixote do lixo/ecoponto doméstico é a **cozinha**.



Fotos VII.1 Lugares do caixote do lixo nas cozinhas

⁴³ A questão do ecoponto doméstico está também articulada às condições da casa em si, ao seu espaço e desenho interior. Neste ponto destaca-se, por comparação com os concelhos de Cascais e Oeiras que faziam parte do estudo Separa®, que os residentes de Sintra são os que mais acentuavam a falta de condições em casa para separar o lixo. Este factor pode prender-se, em parte, com uma variedade de tipologia das casas no concelho (em particular a antiguidade das casas rurais e prédios dos anos 70 com cozinhas pequenas na zona da Linha de Sintra). No caso de Sintra há ainda outros factores em sobreposição a este : é onde se manifesta menor satisfação residencial e mais vontade de mudar de residência (por comparação com os outros concelhos limítrofes). A identificação da falta de condições em casa para fazer a separação não será alheia ao conjunto destes dados.

A principal razão para esta localização é funcional, por a **produção quotidiana de lixo** na dinâmica de uma residência, estar fundamentalmente associada à alimentação e à confecção de refeições. Apesar de esta localização ser uma “norma” bastante generalizada, curiosamente, também por “norma”, os caixotes do lixo não fazem de parte do equipamento prévio da cozinha.

Na maior parte dos casos **o contentor doméstico não está já incorporado no mobiliário de cozinha**, ao contrário de outros equipamentos, eles próprios componentes materiais indutores de performances das práticas de cozinhar, armazenar e conservar alimentos, etc. Podem ter um lugar sugerido para um balde/caixote de lixo, e apenas um, frequentemente “escondido” no armário por baixo do lava-loiça, mas raramente há mais do que essa mera “sugestão”. Aliás as cozinhas que tinham o caixote do lixo “integrado” já tinham sido alvo de obras pelo próprio.”

O que chama a atenção nesta observação é que o caixote do lixo não faz parte do equipamento de cozinha “normalizado” nas cozinhas novas, ainda que fosse bastante expectável que o tivesse, na medida em que é um local onde se irá produzir lixo no dia-a-dia, tal como cozinhar ou lavar a loiça. Por isso, quando existe uma oportunidade de fazer obras, procura-se encontrar um lugar para o caixote do lixo de modo a não impor a sua presença.

Ao nível do sector da construção civil, não se hesita em equipar a cozinha com fogões (a gás ou eléctricos), frigorífico, micro-ondas, máquina de lavar loiça, etc., pressupondo e influenciando as práticas e opções dos futuros residentes. Mas o caixote do lixo não é proposto. Será por não ter o estatuto de electrodoméstico e não ser percepcionado como um indicador de qualidade de vida? Será por ser algo associado aos bastidores e a ser retirado da vista e portanto invisível na fachada de uma casa que se pretende fazer atraente?

Há a tendência para que o equipamento de cozinha encastrado seja valorizado pela sua integração funcional e estética. Mas na maior parte das casas observadas, mesmo as construídas depois dos anos 90, não se providencia um espaço próprio para acondicionar o(s) caixote(s) do lixo no próprio desenho da cozinha, quando a separação já fazia parte das políticas nacionais e, em particular, estava presente na Câmara Municipal de Sintra, ao mesmo tempo que se construía em grande escala.

O carácter “manual” *versus* “eléctrico” do caixote do lixo parece ser desinteressante na fase de equacionar o equipamento necessário a uma cozinha. O resultado é que, de uma forma geral, mesmo em cozinhas amplas e recentes, não foi considerado a produção de lixo doméstico, nem a sua separação. Assim, um caixote, ou vários caixotes, colocados *a posterior* podem “estragar” o enquadramento decorativo e estético, contrastando com o cenário

sofisticado de uma cozinha toda equipada. O que acontece é que o caixote é um “extra”, um “anexo”; no fundo, como um extra como o próprio lixo, e por definição “descartável”.

Em consequência desta situação, os caixotes do lixo acabam por ser uma espécie de último reduto de criatividade em termos de equipamento de base de uma cozinha. Há aqui uma margem de manobra quanto à escolha do agregado, em que cada um adapta o caixote do lixo à sua dinâmica e prática.

Por isso, cada caixote acaba por ser um sistema de deposição de lixo personalizado, reflectindo a prática de cada agregado na forma como faz a sua gestão de lixo, componente fundamental da prática de “deitar lixo fora” e que pode assumir diversas formas materiais.

O ênfase relativamente ao facto do caixote não ser um equipamento que vem incorporado na cozinha, resulta da análise do conjunto das observações directas feitas nas residências dos agregados onde realizei entrevistas. Se é reconhecido o poder do ecoponto colectivo ao nível das práticas da separação quando aparece acessível na rua, as observações realizadas levavam a questionar de forma incisiva sobre como seria se já estivesse um ecoponto doméstico integrado no todo da cozinha. A questão, tornou-se mais relevante pela atitude presente em pessoas que não separam, que se mostravam sensíveis de forma particular à hipótese de separar o lixo se a cozinha já viesse equipada com um ecoponto funcional.

“Se esse espaço já existisse, provavelmente isso acontecia, iria colocar no sítio certo, se estivesse incorporado no armário, com arejamento.” (34, não separa, rural qualificado)

Essa possibilidade pouparia a uma série de etapas que antecipam na instalação dessa prática no seu agregado e que faz com que a protelem para um futuro sem prazo.

“Primeiro começava por ir à procura de caixotes, bem pequenos, e da mesma forma que meto o lixo na parte orgânica, ia metendo nos outros. A questão é que não tenho muito tempo, não tenho tanta disponibilidade assim, o acumular é fácil e eu não gosto é que isso aconteça. Já tenho ali o outro e é para não ter mais um...Tudo parte do principio da coisa, por ser fácil, porque nós não temos, ou ainda não nos propusemos a isso, a ter os caixotes para cada coisa, acaba por ser mais fácil no dia a dia mandar tudo para o mesmo sitio.” (34, não separa, rural qualificado)

“Há tanta coisa para pensar e fazer que nem penso nisso, além disso ainda me iria dar trabalho a organizar o espaço ali da cozinha, já estamos habituados assim... Claro que se a casa já viesse equipada com isso seria diferente porque era só fazer a separação e pronto, não tinha de me preocupar com mais nada, e a senhora que trabalha aqui em casa levava para baixo, porque o ecoponto é lá em baixo à porta do prédio.” (41, não separa, urbano consolidado)

Para quem não separa, em particular na perspectiva feminina das pluri-actividades mãe-mulher-profissional-doméstica, **a prática de separar o lixo apresenta-se como um conjunto de “tarefas de iniciação”** que se vão adiando... Tudo fica “suspense” na **aquisição de um ecoponto doméstico**, identificada como o **passo nº 1 da prática da separação**. De qualquer modo, esta “suspensão”, que resulta num “adiamento”, vai adquirindo progressivamente o estatuto de peso de consciência e ainda mais quando existe um ecoponto na proximidade da sua residência.

“É mais fácil e mais rápido. Há a consciência de que não é a coisa mais correcta a fazer e daí sim, sentir essa culpa, essa vergonha porque devia separar.” (40, não separa, urbano novo).

O fazer parte *a priori* da estrutura da cozinha na casa funcionaria como uma componente favorável ao recrutamento para a prática, colmatando a necessidade de estar a “inventar” espaço, de ter de ir comprar o contentor, e ainda sensibilizar o resto da família para essa mudança.

Não separar o lixo resulta do facto de que, na competição entre práticas domésticas e quotidianas, a prática da separação perde, isto é, não se consegue impor como uma prioridade na azáfama do dia-adia. Para conquistar um lugar nas práticas quotidianas, na visão de quem sente a gestão doméstica a seu cargo - incluindo a gestão do lixo – exige uma tomada de decisão, a implementação de uma nova lógica de organização, uma mudança no acto de despejar o lixo, incluindo por vezes o envolvimento de alguém exterior ao agregado - a mulher-a-dias. Implica, portanto, uma nova ordem e um ajuste em cadeia de outras práticas e das dinâmicas familiares (Shove, 2003 e Hackings, 2001).

Trata-se de elementos de resistência por parte do que existe e está activo e da perpetuação de um determinado *status quo*. Numa perspectiva feminina expressa por algumas das mulheres entrevistadas, que acumulam os dois papeis - de doméstica e de trabalhadora - “a tempo inteiro”, antecipam que o que está envolvido é mais do que simplesmente separar o lixo. Há uma percepção de um desencadear de tarefas para que a prática se instale, o que tem como consequência o protelar a incorporação da prática do agregado. De qualquer modo, mesmo em cerca de metade dos agregados em que existe um elemento cuja condição perante o trabalho é “doméstica”, a prática de separação do lixo não está instalada (resultados do inquérito Separa® 2007), o que revela que não é a questão da acumulação de papeis femininos que dificulta a mudança de práticas.

VII.6.2. Como é o ecoponto?

Em contraste com a posição da necessidade do ecoponto doméstico de quem não separa – considerado um incontornável passo nº1 para o arranque da prática, o que realça o poder a sua componente material - as respostas de alguns dos separadores apontam uma visão sobre essa condição, em que embora decisiva para o arranque, para quem já começou a separar já não é tão determinante, adaptando-se à dinâmica da produção do agregado. Os dados sobre os recipientes/contentores domésticos utilizados que revelam um alto grau de improvisação: “os vidros coloco no parapeito da janela”, “na parte de cima da máquina de lavar roupa”, “num caixote de lixo normal”, “num caixote de cartão”, “num saco de plástico comum”, etc.⁴⁴.

Por vezes até se comprou um determinado ecoponto, mas depois, na prática quotidiana, revelou-se pouco prático, conduzindo à criação de uma alternativa mais adequada à dinâmica do agregado, tanto da produção de lixo, como ao acto de despejar o lixo nos contentores colectivos na rua. Essa criação por vezes assume o formato de uma busca, uma verdadeira procura num processo de adaptação do agregado familiar à separação, na medida em que se trata de uma nova prática doméstica que não fez parte da socialização de muitos dos residentes quando eram mais jovens. Foi um hábito a adquirir e não o resultado de um hábito adquirido.

“Em casa dos meus pais era uma desorganização, nós tínhamos um saco que era para o ecoponto azul, um saco para o ecoponto verde e um saco para o ecoponto amarelo, mas era um bocado desorganizado na cozinha. Depois houve uma altura, muito depois, que a gente ia com a conta da luz ou da água à Junta de Freguesia e eles deram-nos um ecoponto que era assim uma caixa verde grande e dava para por um saco para cada ecoponto mas aquilo também não resultava muito bem. (...) Quando mudei para esta casa comprei uns novos, que acho que são os que resultam melhor, são uns sacos grandes que compramos no Lidl, que às vezes até usamos para transporte de outras coisas, porque são muito bons e resistentes, e tem asas, são fáceis de pôr na bagageira e tirar, acabam por ser mais fáceis de usar. Também já tivemos um daqueles que se compram no Continente, que tem assim separado os três tipos mas também não gostamos muito, porque lá está, o amarelo enche-se enquanto um diabo esfrega um olho e os outros ficam vazios e eu acabo por fazer de todos os ecoponto amarelo. Acabo por fazer ali uma miscelânea de lixo. Eu acho que este sistema que eu tenho agora é o melhor e com o ecoponto ali no fim da rua é um instante.” (34, suprema, rural qualificado)

⁴⁴ Há até quem não tenha propriamente um caixote do lixo, o que não significa que não faça lixo, e no caso específico, até separa. “Não tenho caixote. Eu acumulo o lixo para a reciclagem até ele tapar a televisão [que está na bancada da cozinha]. Tenho a televisão e ao lado vou pondo lixo, pacotes de leite, de sumo, quando a televisão deixa de se ver, em embalo aquilo tudo e leva-se para a reciclagem. O resto ponho num saquinho na bancada, comemos pouco em casa, apenas o jantar e não é todos os dias e quando faço comida faço mais do que uma refeição, nos outros dias é só aquecer e por isso não fazemos lixo.” (Di, integral, rural)

“Primeiro comecei a separar com sacos e depois comecei a ver um muito grande com as divisões “ah, tão giro!” e comprei, mas partiu-se a tampa e eu agora uso uns sacos para reciclados das cores oferecidos pela EDP e agora uso esses e por acaso são mais práticos. São sacos na mesma e sujam-se menos até ou eu meto lá dentro menos porcaria.” (39, integral, urbano novo)

“Na Rinchoa comprei uns daqueles caixotes do lixo que dava para fazer, daqueles que são divididos lá dentro, embora não seja prático porque aquilo enche no instante, mas esse partiu-se com a mudança... metias lá uma coisinha e já estava cheio, mas lá tinha essa vantagem de estar o ecoponto mesmo ao pé de casa... Aqui tive de arranjar um grande porque não está aqui ao pé, tenho de ir de carro.” (37, integral, rural qualificado)

Em ocasiões especiais da vida dos agregados, como **mudanças de casa ou obras em casa**, em particular na cozinha, são momentos extraordinários de produção concentrada de lixo, em quantidade e em tipologia. Mas também tem outras implicações ao nível do ajuste das rotinas das práticas do lixo, nomeadamente criar/encontrar um **novo lugar para o lixo** doméstico e perceber os ecopontos que estão mais perto e acessíveis na nova morada.

“O contentor que usava na outra casa deram-me os meus amigos que lá moravam. É um balde de plástico normal com tampa, parece um daqueles contentores de lixo antigos. Eles já tinham aquele caixote, juntavam o lixo de 2 ou 3 dias, mas como tinham os cães tinham aquilo fechado, mas usavam para lixo normal, eu é que o passei a usar para a reciclagem. E era bom porque estava no telheiro, não estava dentro de casa.” (35, integral, rural)

Uma das consequências possíveis das mudanças de casa é precisamente constituir-se como uma oportunidade para começar-se a separar, mas também pode deixar-se de separar de forma integral. No caso de obras na cozinha ou numa casa nova feita pelos próprios, isso pode implicar ter em consideração arranjar um local específico para o lixo, feito à medida das suas necessidades, seja da sua dinâmica de produção, seja da dinâmica de despejar o lixo.

“Acho que já devia vir com a cozinha, mas nessa altura não se falava nada disso e tivemos que improvisar um sítio, mas agora como fizemos obras há 3-4 anos e nessa altura tivemos em atenção, demos um espaço mesmo para o lixo.” (39 anos, integral, urbano novo)

No entanto, não deixa de chamar a atenção, em termos de análise que, em dois casos dos agregados entrevistados, que vivem em casas construídas pelos próprios, as mulheres-mães

lamentam não ter estado mais presentes em determinadas fases da construção e terem deixado o acompanhamento da obra a um elemento masculino da família, porque no fim depararam-se com uma cozinha sem lugar para o lixo.

“Quando vi a cozinha não queria acreditar que ele não tinha pensado num lugar para ter o lixo, uma cozinha tão grande e nova e com um espacinho mínimo que utilizo aqui por baixo do lava loiça mas que nem dá para um caixote de tamanho normal, quanto mais um ecoponto... é que se vê mesmo que não é ele que está na cozinha todos os dias.” (45, integral, rural qualificado).

“Se fosse agora faria diferente, punha dentro de um armário, para não estar tão visível. Eu trabalhava bastante e quem fez isto foi o meu pai, eu dizia, 'quero o chão assim, a lareira assim', escolhia os materiais... (...) Estes baldes eram do barzinho, quando fecharam o bar eu pedi logo isto à minha mãe, porque coincidiu quando estava a mudar para esta casa e é perfeito porque dá para uma semana.” (37, integral, rural)

Nas mudanças de casa, algumas pessoas levam simplesmente o seu ecoponto para a nova casa, independentemente do estilo da cozinha, tendo uma atitude mais marcada por questões pragmáticas do que pela estética. O ecoponto é visto como um elemento essencialmente funcional.

“Tenho os meus caixotes de plástico há imenso tempo e levei-os para casa do meu marido, quando nos casámos, que não separava nada e ele fica muito desgostoso por ter um caixote lindo de inox na cozinha linda e eu insisto, ainda que sempre com um sorriso, nos meus caixotes de cores e de plástico que destoa...(sorri)” (50 anos, integral, urbano novo)

“O caixote era da minha irmã, ela mudou de casa e arranjou outro caixote e foi na altura que eu fui para a casa de Torres Novas e eu aproveitei, dá para pôr vários sacos para diferentes tipos de lixo.” (32 anos, suprema, urbano novo)

Por seu turno, outras pessoas, que valorizam para além da funcionalidade a estética, mesmo num caixote do lixo, a cada mudança adoptam um novo caixote do lixo e ecoponto doméstico, de acordo com o estilo da cozinha.

“O anterior era muito grande e não cabia nesta cozinha, por isso acabei por dar o outro a uma amiga que ia sair da casa dos pais, que ainda estava bom e ela ainda o usa, e arranjei estes mais pequenos azuis e que ficavam bem na cozinha.” (37 anos, suprema, rural)

A imagem de integração da separação do lixo na decoração da casa, é reforçada pelas tendências das lojas de móveis e decoração multinacionais, destacando-se a loja IKEA, que nos seus catálogos apresentam soluções práticas de *design* para os ecopontos domésticos, que integram na cozinha ou noutros espaços da casa, dependendo dos seus usos, em associação com um discurso de carácter ecológico e “verde” e que ao mesmo tempo induz noção de que separar é “fácil”.



Fotos VII.2. Ecopontos domésticos

VII.6.3. Outros lugares em casa onde está o lixo separado

Para além da cozinha, há outros espaços ainda dentro da esfera privada, onde se produz e coloca o lixo separado.

Os separadores supremos, para além da separação das embalagens, que por norma está localizada na cozinha, separam uma série de outras coisas de forma selectiva para depois encaminhar para a reciclagem - seja medicamentos fora de prazo para a farmácia, seja electrodomésticos para o electrão - criando para isso lugares para ir armazenando esse tipo de objectos até os ir colocar nos respectivos pontos de recepção. As opções de “armazenamento temporário” são imensas.

Uma garagem, para além de um local onde se acumulam algumas coisas que não se usam abre

também a possibilidade do lixo quotidiano não estar confinado à cozinha, o que observei relativamente às embalagens recicláveis que se colocam aí num ecoponto doméstico, funcionando como prolongamento de espaço dando apoio à cozinha onde não cabe mais do que um caixote. Também as varandas nos prédios cumprem esta função de espaço complementar.

“Na outra casa tinha espaço exterior onde tinha o contentor da reciclagem na rua, então eu ia pondo lá e depois à sexta ou ao sábado ia despejar mas era mais fácil. Aqui como não tenho espaço lá fora e para ficar dentro de casa começa a ganhar cheiros, por isso há certas coisas que deixei de separar.”(39, parcial, urbano consolidado).



Foto VII.3. Ecopontos de “exterior”

Outro local em certos agregados onde se produz “lixo” é no escritório, quando existe este espaço em casa, sendo fundamentalmente papel. O facto deste lixo-papel ser feito no escritório, afasta-o de uma certa contaminação pelo lixo da cozinha, mais orgânico e húmido, o que lhe confere um estatuto mais limpo e “à parte”. Na análise, revela-se de forma directa como o lugar que determinado objecto ocupa, faz a diferença na forma como é tratado na dinâmica doméstica e familiar, separando-se mesmo no caso em que não há mais nenhuma separação em casa.

“Quando havia um escritório cá em casa, tinha lá um carrinho de compras, daqueles sacos de compras com rodinhas e ia colando ali os papeis. (...) De tempos a tempos ia eu própria deitar no ecoponto.” (41, não separa, urbano novo)

“As revistas e os jornais vão-se acumulando pelos cantos da sala até que quando a minha mãe já acha que são demais começa a dizer ao meu pai ‘vê lá se levas isso’. Ele costuma levar e põe no ecoponto junto à escola onde trabalha.” (33, parcial, rural)

Ser feito no **escritório**, ou junto à **secretária dos TPC's** do quarto das crianças, ou na **sala** (os jornais e revistas já lidos), proporciona um olhar diferente para este lixo feito de papel limpo. Há, para as revistas e jornais um prolongamento de um certo tipo de olhar que se tem sobre os livros, a que já fizemos referência, ainda que a estes seja conferido um estatuto de durabilidade, por norma, muito maior do que a um jornal ou revista, por princípio mais “descartáveis”. As excepções são quando remetem para colecções ou memórias, como por exemplo, guardar o “nº 1 do *Independente*”, ou o “*jornal do dia 25 de Abril de 1974*”, ou uma revista em que aparece uma foto de alguém da família, etc.

VII.6.4. Ecopontos domésticos, a política pública dentro de casa

Dado o facto de estudos de outros países com políticas de resíduos urbanos implementadas há mais anos terem concluído que o ecoponto doméstico é um elemento crucial para desencadear as práticas, a TratoLixo, no âmbito do seu plano estratégico, tomou a iniciativa de distribuir gratuitamente ecopontos aos residentes da sua área de actuação, sendo as Juntas de Freguesia as entidades escolhidas para fazer essa distribuição ao longo de um determinado período de tempo (sensivelmente entre 2004 a 2007). Vários entrevistados que usavam efectivamente esses ecopontos, em diversas tipologias de residência e de locais.

Contudo, no contexto do trabalho de campo e observação, foi possível verificar que esses contentores também foram aproveitados e reutilizados para outras funções como caixa de ferramentas de jardim ou para por os brinquedos no quarto da criança, até por não serem considerados práticos por alguns dos separadores.

“Se as câmaras insistissem mais naquilo que já fizeram, que é darem às pessoas, fazerem mesmo uma campanha e oferecer caixotes do lixo, e darem-lhes a escolher, porque aqueles tripartidos que as juntas davam, (...) eu pessoalmente não gosto porque são muito pequenos, os do plástico estão sempre cheios, gosto de uma coisa que dure mais tempo. A minha irmã faz com esse mas estão sempre cheios num instante. Eu acho muito mais fácil dar um, ok, fica aqui tudo junto e depois a pessoa vai lá e tria

quando vai ao ecoponto.” (53, suprema, rural).

“Eu tive um da Junta, quando mudei para a minha primeira casa em Massamá, fui lá buscar, mas aquilo não resultava porque os sacos ficavam presos de uma maneira que estavam sempre a cair lá para dentro, rasgavam-se com o peso, acabei por não usar, usava a caixa, punha lá dentro tudo o que era reciclável e depois antes de ir ao ecoponto tirava para sacos, usava como balde.” (34, suprema, rural qualificado).

“Eu sempre achei que era mesmo bom ter um daqueles contentores que davam antigamente na Junta de Freguesia, mas ocupa espaço, eu pensei 'isto era muito bom, mas acho que não tenho espaço para por isto'.” (35, integral, rural)

Uma outra ilustração da reutilização de ecopontos distribuídos pela Tratolixo, no âmbito do Ecofreguesias, foi mesmo a adaptação de um dos cestos a cesto de bicicleta por um dos funcionários da Junta de Freguesia participante na iniciativa.

Em suma, há efectivamente um conjunto de mudanças implicadas na adesão à prática da separação de lixo num agregado familiar que se fazem sentir ao nível do espaço doméstico – seja no espaço em si, seja na sua estética, seja na sua dinâmica quotidiana familiar (Shove, 2003 e Hackings, 2001), em que o ecoponto doméstico é o “detonador” materialmente mais forte. No entanto, apesar disso, não se trata de um factor que tenha uma reflexão na política com a profundidade que merece. Isto é, no contexto das políticas públicas de resíduos, uma medida como a implementação da separação, convoca a população a separar, sem reflectir e avaliar a responsabilidade social dessa “intrusão” ao nível das residências.

As políticas públicas centram-se nas infraestruturas colectivas de recolha, isto é, na instalação de uma rede de ecopontos funcional e acessível, de uma forma alheada e com uma espécie de “distância de reserva” relativamente à esfera doméstica, deixando em aberto aos agregados a opção de voluntariamente contribuírem, ou não, para a realização da política nacional, que se materializa no atingir de determinadas metas de separação de resíduos urbanos. Acções como a distribuição de ecopontos domésticos são bastante valorizadas, no sentido em que ter um ecoponto doméstico é percepcionado, em geral, como o 1º passo da prática da separação. Mas este tipo de acção requer uma reflexão mais ampla e profunda, na medida em que se trata de um objecto a incorporar no espaço privado, com todas as implicações na prática que uma componente material contém em si mesma.

Este tipo de distanciamento de “reserva” por parte da política é facilmente visível através de

dois pólos de análise. Por um lado, as políticas não orientam nem acompanham a instalação da prática da separação dentro do espaço e dinâmica dos diversos agregados familiares, evitando uma acção que pode ser considerada “demasiado impositivo”, ao nível das práticas (não existindo também um sistema de controle e de obrigatoriedade estabelecido). Por outro lado, essa distância revela-se através de um alheamento sobre aquilo que, uma solicitação política para a separação de lixo num sistema de ecopontos colectivos como o que existe, implica ao nível da sua incorporação (voluntária, mas tendencialmente normativa) nas rotinas e nos espaços domésticos.

Como se pode verificar ao longo deste capítulo várias motivações e razões se identificam com capacidades de recrutar praticantes. O papel das crianças no contexto doméstico é claramente relevante, tal como o facto dos jovens que já têm casa e separam, terem passado por processos ou experiências de educação ambiental. Para além das crianças, a mulher assume um papel decisivo no arranque da prática da separação na esfera doméstica, prática que surge articulada à limpeza e confecção de refeições que, na divisão das tarefas domésticas no casal ficam sobretudo na esfera do feminino. A componente material da prática da separação – os ecopontos do espaço privado e do espaço colectivo – revelam-se fundamentais, mas nem sempre suficientes.

Neste sentido é de realçar o facto de a prática de separação em relação ao lixo é acima de tudo uma prática situada (Spaargaren, 2011; Hargreaves, 2011), gerando-se situações em que as mesmas pessoas têm práticas diferenciadas em função do local onde estão, por exemplo, separam o lixo em casa, mas não separam no trabalho, separam na escola, mas não separam em casa, separam no trabalho, mas não separam em casa, separam na rotina mas não separam nos momentos festivos ou nas férias. Esta multiplicidade revela que, independentemente de algumas características sociais dos indivíduos que possam ser mais favoráveis à prática da separação, a situação em si – o contexto - é muito determinante.

VIII

Capítulo

Sobre a transmutação do lixo: do privado ao público

Este capítulo centra-se nos ecopontos colectivos colocados no espaço público envolvente das residências e nas entidades responsáveis pelo sistema de recolha. Uma parte substancial do lixo produzido na rotina doméstica, indiferenciado e separado, é “deitado fora” de casa, utilizando os equipamentos urbanos que o sistema de recolha disponibiliza.

Começa-se por analisar o momento a partir do qual, o lixo deixa de ser privado, para passar a ser público e colectivo. Por norma, esse momento dá-se no encontro com o contentor-ecoponto. É nesse momento que se produz a transmutação do estatuto do lixo, de privado a público.

Observa-se que, após essa passagem, existe um grande desconhecimento sobre o caminho que o lixo segue. Desde logo os próximos actores oficiais a entrar no ciclo do lixo – as entidades de recolha – são, para muitos dos residentes, entidades desconhecidas, e mais ainda o seu destino, tanto a nível geográfico, como em termos de responsabilidades.

Esta questão remete para um aspecto fundamental no contexto da separação, que se articula com uma percepção parcial do ciclo do lixo. O trajecto do lixo que é percebido pela população, em geral, reduz-se à passagem do caixote do lixo doméstico para os contentores colectivos da rua, excluindo-se as restantes fases do seu trajecto, inclusivamente a sua relação com os hábitos de consumo. Esta visão reduzida e reducionista obscurece a noção de que há um movimento cíclico de retorno do lixo⁴⁵.

O ecoponto, merece uma atenção especial, sobretudo por três ordens de razões distintas mas interligadas. Por um lado, estes equipamentos urbanos são uma componente material essencial da prática de despejar o lixo e de separá-lo, o que têm implicações directas ao nível da sua performance. Por outro lado, desempenham um papel de mediador na relação entre as

⁴⁵ A propósito do ciclo do lixo, as acções de formação no âmbito do Ecofreguesias (iniciativa desenvolvida no âmbito do projecto Separa®) funcionavam como um espaço para informar e sensibilizar para a problemática dos RU e da sua separação, dos seus ciclos de vida e do seu potencial enquanto matérias-primas ou fontes de energia. A este nível de actuação, a visita ao Ecoparque de Trajouce que a formação proporcionava permitia um contacto directo com a realidade do tratamento e destino dos RSU, promovendo deste modo a compreensão do ciclo do lixo, para além do momento de deposição nos contentores. Permitiu apreender a diferença entre o lixo separado nos ecopontos (“lixo limpo”) e lixo indiferenciado (“lixo sujo”); bem como consciencializar sobre a desproporção entre a grande quantidade de lixo indiferenciado conduzido para aterro e, por comparação, a fraca quantidade de recolha selectiva dos RU com destino à reciclagem. A ênfase da formação foi colocada na transição de um paradigma do “ciclo vicioso do lixo” (inútil, impensável e indesejável) para o “ciclo virtuoso do lixo” que, quando separado, fica mais limpo, pode assumir novas formas úteis, e constitui-se como um novo produto – incluindo a produção da energia local. (Schmidt e Martins (coord.), 2006).

autoridades locais e os residentes.

Por fim, têm impacto ao nível da qualidade de vida da envolvente da residência, na medida em que o uso que fazem deles e o seu estado enquanto locais de deposição, são aspectos que marcam e distinguem a qualidade de um local.

O espaço público é o cenário onde estão colocados os ecopontos e onde os actores assumem o seu papel, no acto de depositar o lixo que produzem. A qualidade desse acto define não só a qualificação do espaço público envolvente da residência, como parte do trajecto que o lixo prosseguirá. Isto é, nesta passagem “decide-se” sobre o destino do lixo, desencadeando impactos nas etapas que se seguem pela forma como se faz deposição do lixo produzido na esfera privada. Mas, mais ainda, a forma como se despeja o lixo também não é alheia a um conjunto de valores e crenças que marcam as atitudes sociais em relação à separação do lixo.

VIII.1. Recolha e destino desconhecidos

Perante a evidência de que “*Não posso guardar o lixo em casa.*” é disponibilizado à população um sistema de recolha de resíduos urbanos, baseado em termos de infraestruturas, numa rede de contentores e ecopontos colectivos.

Ao despejar o lixo produzido na esfera privada nesses contentores colectivos, localizados no espaço público, ocorre uma **transformação no estatuto do lixo**. Uma vez despejado nos contentores, as pessoas sentem que já não é da sua responsabilidade, nesse momento “*deixa de ser meu, quando o ponho no caixote...*”.

“*Quando coloco o lixo nos contentores próprios, já não tomo mais como minha responsabilidade, mas se cair algo durante o descer as escadas ou voar, ainda é da minha responsabilidade.*” (40, *suprema, urbano novo*).

“*Eu fiz a minha parte, agora cabe aos outros que trabalham nesta área.*” (32, *suprema, urbano novo*).

Seja separado ou não, o lixo foi colocado num sítio considerado “apropriado”, isto é, dentro dos contentores e/ou ecopontos colectivos – passando, a partir daí, a estar entregue ao encaminhamento que lhe for dado pelas entidades públicas que têm essa competência atribuída.

Apesar de dominante a noção de que a partir do momento em que “*faço aquilo que posso*

fazer enquanto está nas minhas mãos”, em que o lixo deixa de depender da pessoa que o produziu, ainda assim, algumas pessoas entre os 25-35 anos e cujo discurso apresenta uma atitude “ambientalista”, consideram que o lixo nunca deixa de facto de ser “seu” e é, no fundo, o “seu” contributo para a produção global de lixo.

“Tu fizeste-o e ele vai estar nalgum lado, mas já não está na tua casa e já está longe da tua vista, já quase que não o sentes como teu. É verdade que quando vês as estatísticas dos quilos de lixo por dia, tens de ter noção que aquilo também é responsabilidade tua.” (35, integral, rural).

“Deixa de ser meu o lixo quando...acho que o lixo é sempre nosso porque somos nós que o produzimos, ou que compramos e deitamos fora, temos sempre essa responsabilidade. (...). Mas o lixo nunca deixa de ser nosso. E conseguiria reconhecer o meu lixo uma semana depois, é possível, sei o lixo que faço (ri)” (32, supremo, urbano novo).

“Como sou eu que o faço, nunca deveria deixar de ser, como é óbvio... (I, rural)“mas deixa de ser meu a partir do momento em que o ponho no caixote do lixo colectivo, no trajecto de carro ainda é meu (ri-se).” (33, integral, rural)

Dos contentores domésticos o lixo passa assim para os contentores colectivos. E destes segue o seu destino, para a maior parte das pessoas, um **destino desconhecido**. Acreditam e, acrescento, gostam mesmo de acreditar, que irá para um lugar onde será tratado convenientemente. Trata-se de um pensamento “consolador” perante uma certa impotência.

“O que posso fazer é separá-lo e metê-lo no local certo, para que outras pessoas continuem o ciclo.(...) Sei que sou uma gota de água, mas faço a minha parte e, esse lixo, espero eu, que vá para um sítio, que seja tratado, separado e enviado para outros sítios onde possam reaproveitar e fazer dele o melhor possível, para não nos prejudicar enquanto seres humanos e enquanto planeta.” (25, suprema, urbano novo).

Há neste acto de despejar o lixo, um misto de alívio - por livrar-se do que já não lhe serve - e de acto de fé - ao confiar nas entidades responsáveis que recolhem e tratam o lixo, nalgum lado (seja onde for, de preferência a uma distância não intrusiva ou impositiva) e da melhor forma possível (seja qual for, porque a desconhece), para salvaguarda do ambiente e do bem estar comum.

Quando se abordou as razões para separar (ou não) o lixo, a credibilidade no sistema é

apontada como um factor com algum relevo, sobretudo para quem não separa, manifestando uma **desconfiança relativamente às entidades públicas** que têm a seu cargo esta função. Mas, evidentemente, para quem separa, acreditar na “seriedade do sistema” reveste-se de elevado valor, no sentido em que dão a continuidade “merecida” ao seu acto de separar o lixo.

“Aí vamos a uma confiança em que pensamos que as entidades responsáveis sejam responsáveis a esse ponto. Eu para fazer isso vou tentar fazer o meu melhor, mas também não vou lá ver o que fazem, tenho de confiar na empresa que se responsabilizou, tem de haver aqui uma aceitação, mas não tenho essa informação.” (53, suprema, rural).

“Já ouvi histórias assim estranhas que eles misturam o lixo todo e eu tento não pensar nisso. Mas nunca vi como fazem.” (35, integral, rural)

“Eu tenho ideia, e há mais pessoas que afirmam isso, mas não sei até que ponto é que é correcto, que quando vem o camião do lixo, eles misturam tudo. Uma colega minha disse que tem divisórias lá por dentro, como é que tem divisórias lá por dentro? Eu fico sempre na dúvida.” (60, não separa, urbano consolidado).

De qualquer modo, o que fica bem notório ao longo da análise dos resultados dos inquéritos e do trabalho de campo, é a presença de um desconhecimento generalizado, que resulta num alheamento, em relação ao universo da recolha e destino do lixo que se produz diariamente nas suas residências - *“Nunca vi a recolha, não sei quem é.”* ou *“Não faço ideia, passam muito de noite.”*.

**Quadro VIII.1. Entidade responsável pelo serviço
de recolha de lixo no local onde reside (%)**

Ns/nr	40
Empresa	36
Câmara Municipal	21
Junta de Freguesia	3
	N=502, 2007

Fonte: Base de dados Separa®, 2007

O desconhecimento sobre o destino do lixo que se deposita no contentor na rua evidencia-se no que diz respeito à recolha, e acentua-se cada vez mais, à medida que o lixo fisicamente se

afasta. O alheamento revela-se através de 40% dos inquiridos que não identifica de todo a entidade responsável pelo serviço de recolha de lixo no local onde reside.

A referência a uma empresa no inquérito não implica a identificação de um nome. Ao longo das entrevistas foram feitas por poucas referências concretas à HPEM – Higiene Pública Empresa Municipal - e sempre feitas com alguma insegurança, apesar de alguns residentes terem na sua memória visual umas “letras verdes” inscritas nos transportes de recolha, mas que com são uma sigla, não se traduz em nada que possam ter uma legibilidade clara. Também se fazem algumas referências à SUMA, na zona que lhe está afectada (ver V Capítulo).

“É HPEM?” (36, suprema, rural qualificado).

“Não é EMEL,... mas é...HPEM. Tenho-os visto, ou muito de manhã ou é à noite.”(37, integral, rural.

“Não consigo ver nada daqui para ali. Em casa de uma das minhas patroas, por volta das 2 horas passa, tem umas letras verdes, mas não reparei no nome, não me interessava, acho que é do lixo, porque quando é do ecoponto, vem o barulho do vidro.” (49, não separa, rural)

E por vezes, a empresa de recolha é confundida com a empresa gestora dos resíduos, que recebe e trata os resíduos produzidos no concelho de Sintra, a Tratolixo.EIM.

“Acho que é a empresa Tratolixo que faz esse trabalho. Empresa particular mas municipal.” (35, integral, rural).

“Não sei bem, mas calculo que os lixos para reciclar seja a Tratolixo e o normal é da Câmara, mas não sei porque é à noite. Às vezes sei que estão a passar, porque a gente houve o camião a apitar com o sensor de marcha-atrás, pelas onze, meia-noite, a televisão já está desligada e é quando se ouve.” (32, suprema, urbano novo).

A fraca identificação da entidade de recolha, reflecte a sua falta de identidade pública, acabando com alguma frequência ser absorvida pela forte identidade da Câmara Municipal, mas mesmo assim não é uma identificação muito segura. Há sempre uma dúvida presente relativamente a quem realiza o serviço de recolha, o que revela que não há uma relação estabelecida entre esta entidade e a população que serve, como as entrevistas ficou expresso.

“Acho que é a Câmara Municipal...não é?” (33, integral, rural)

“Não estou muito bem dentro disso da recolha, nunca reparei, vejo a máquina, pensei que era da Câmara de Sintra e pronto.” (48, integral, rural qualificado).

“A Câmara de Sintra que por sua vez contrata uma entidade privada, mas estão sempre a mudar, não? Em Inglaterra estão sempre a mudar a empresa, fazem concursos e o mais barato ganha.”(62, suprema, rural qualificado).

Se a Câmara Municipal é referida, já as Juntas de Freguesia não o são, não havendo deste ponto de vista equívocos e não lhes é atribuída responsabilidade no sistema que está montado.

E se mal identificam as entidades de recolha que passam na sua rua, muitas vezes durante a noite ou durante o dia enquanto estão fora de casa, o destino final é ainda menos claro. Só quem, por questões de vivência, teve algum contacto directo com a Tratolixo, seja através do universo escolar, seja através da proximidade do local de residência ou de trajectos, é que a identifica, pelo menos localiza-a geograficamente (e nem sempre pelo nome), como o local de destino do lixo recolhido na sua rua.

“Ah! Eu já fui visitar um centro de reciclagem com os meus alunos, de compostagem, em Vila Fria, e depois Trajouce, eu gostei muito de ver, o lixo tão separadito, mas se eu separo esta gente toda perde trabalho, fiquei com essa ideia... Em Vila Fria as condições eram pior, sujidade e águas...Trajouce gostei muito na zona de compostagem.” (69, integral, urbano consolidado).

“Numa acção de formação em que participei como escuteira com a Junta de Freguesia de Mira Sintra, em que o presidente tinha sido escuteiro também e desafiou-nos e depois nessa formação fomos visitar a Tratolixo. E depois ainda lá fui com o grupo de escuteiros.” (34,suprema, urbano qualificado)

“Penso que vai aqui para os nossos vizinhos que é a Tratolixo... até se sente o cheiro de vez em quando, dependendo do vento...” (32, suprema, urbano novo).

“Eu suponho que vá para Alcabideche... Passei por fora e fiquei com vontade de ir lá espreitar, mas nunca calhou.” (53, suprema, rural)

Na maior parte dos casos “imagina-se”, “supõe-se”, “faz-se uma ideia”, “calcula-se” o que acontece ao lixo que se produz todos os dias na esfera doméstica.

“Eu faço ideia do que deveria acontecer, mas não sei se na realidade é isso que acontece. Não sei o sítio para onde vai, sei que há tratamento, mas não sei onde é.” (33, integral, rural).

“Este aqui não sei...O de Bucelas [casa dos pais onde viveu até há 4 anos atrás] deve ir para ValorSul, aqui não sei.” (34, não separa, rural qualificado).

E a designação de “lixreira” continua a estar presente: *“Já vi uma reportagem. Tenho ideia que eles têm lixeiras próprias.” (46, não separa, urbano novo) ou “Imagino que vá, o lixo doméstico para um terreno baldio.” (39, integral, urbano novo).*

Outra forma de proximidade relativamente a estas entidades envolvidas na recolha e tratamento de resíduos no concelho é conhecerem alguém que nelas trabalha. É a sua rede social que torna mais identificável a empresa a um determinado agregado e não o seu estatuto de residentes. Não se trata de uma informação que chegue aos residentes através de algum meio mais formal ou por se ter interessado por saber a quem as responsabilidades de recolha e tratamento do lixo que produz estão atribuídas. Gostam de confiar que o lixo está a ter o tratamento adequado, desejam que alguém lhes dê garantias de que está tudo a ser feito “como deve ser” e isso, de uma forma geral, fornece um certo “descanso social”, não mostrando muito interesse em saber mais sobre o assunto.

“A SUMA sei que vai a S.Marcos porque uma vez encontrei com nosso amigo e do resto como não me interessa, não pergunto nem nada.” (49, não separa, rural).

Neste ponto é importante chamar a atenção para o “desinteresse” manifesto de ambos os lados desta relação entre entidade responsável e residente. Da parte do residente, reflecte-se aqui uma sobrecarga de tarefas quotidianas, presente de uma forma específica no universo feminino (a quase totalidade das entrevistas foram feitas a mulheres). Após o despejo do lixo acabou a sua parte na tarefa e parte-se para a seguinte, não havendo grande capacidade para ser activo na busca de informação sobre o que aconteceu ao lixo, até porque pouco adiantaria obter essa informação, dado que não se conseguir mudar o rumo do lixo. Não existe pois outra alternativa em relação ao lixo, senão confiar nas entidades responsáveis, mesmo que o destino não seja o mais adequado, *“o que é que eu posso fazer?”*.

VIII.1.1. “O quê? A recolha paga-se?”

O mesmo alheamento constata-se ainda através de um outro indicador: apenas 35% da população do concelho de Sintra afirma saber que paga uma taxa de recolha e tratamento de resíduos, e mesmo assim, muitos destes munícipes não fazem a mínima ideia do valor que pagam: “*Não sei, calculo que sim, mas não sei onde se paga, nem quanto...*”

Interessante reflectir sobre esse **desconhecimento acerca de um serviço público que pagam** (parcialmente) através de uma taxa indexada ao consumo de água. Para quem sabe, a fórmula não parece ser a mais adequada, o que remete para uma certa “injustiça”, já identificada nos resultados do projecto Separa®. Esta questão foi explorada de uma forma aprofundada, no contexto da reflexão em torno da melhor forma de taxar a recolha e tratamento dos resíduos, tendo-se mesmo considerado a implementação de um sistema PAYT (Pay As You Throw) no âmbito do Plano Estratégico da Tratolixo, mas foi abandonada (Schmidt e Martins (coord.), 2006)⁴⁶.

“Eu pago imenso porque está associado ao gasto de água e eu gasto bastante água. Agora essa taxa não diferencia se eu separo, de facto eu separo muito mais do que poupo água, se calhar eles deviam ver a taxa pela parte indiferenciada.” (36, suprema, rural qualificado).

“Nunca vês o resultado do lixo que produzes. Ao não teres uma espécie de contador e ser indexado à água, até pode ser uma pessoa só que produz muito lixo, nunca sabes. Se gastar muita água, uma família grande, mas se forem cuidadosos com o lixo... não faz muito sentido.” (33, parcial, rural).

No trabalho de campo não deparei propriamente com uma “recusa” a um pagamento de uma taxa sobre ao serviço prestado, mas mais uma certa **perplexidade** por não saberem quanto, nem onde, nem como a pagam, por se tratar de “uma taxa oculta”, ou pelo menos pouco “explícita”.

“Na conta da água tem lá muitas taxas, até tem “outras”, que eu gostaria de saber o que aquilo significa. (...) Não sei se devia ser pago, isso é tudo um bocado relativo, são obrigações do Estado, no fundo é uma questão de higiene, uma questão pública, toda a gente tem de usufruir. É claro que pagamos a água, a luz, o gás... a minha filha está numa escola publica, mas eu também pago os

⁴⁶ A análise apontou para o facto de um sistema PAYT beneficiar da sensibilidade a questões de justiça e equidade, mas simultaneamente existe o receio que um sistema de recolha mais sofisticado altere as suas rotinas e a possibilidade de usar os contentores-ecopontos a qualquer hora do dia.

livros, os cadernos, os almoços e acaba por não ser de borla como deveria ser uma escola pública, traz sempre custos adicionais. E na saúde é a mesma coisa, não pagas mas pagas as taxas moderadoras e acabas por pagar na mesma alguma coisa. Se calhar nesses serviços acabas por ter de dar uma contribuição qualquer, porque também não se fazem do ar, mas acho realmente que há certas coisas que enquanto no consumo da água ou da luz eu posso controlar aquilo que consumo, em relação aos esgotos, por exemplo, não será muito justo, porque pago igual a todos os inquilinos daqui da zona, independentemente do numero de pessoas da casa... ” (35, integral, rural).

VII.1.2. Grau de satisfação com serviço de recolha, o lixo que desaparece

Se, como se viu, a entidade que recolhe os resíduos não é claramente identificável, o serviço que é prestado ao nível da recolha não deixa por isso de ser avaliado pela população. Porque mesmo sem nome, deixa uma imagem, que no caso do concelho de Sintra é bastante variável e diversificada. Observa-se que, apesar de ser a mesma empresa municipal a realizar a recolha, esta parece ter **qualidades diferenciadas**, por vezes dentro da mesma localidade. Por exemplo, um dos factores diferenciadores identificado nas entrevistas refere-se à distinção entre a recolha dos ecopontos e dos contentores de indiferenciado.

“Funciona bem, dos separados funciona, mas dos outros...eles deixam muito lixo atrás, muito sujo, deixam os contentores no meio da estrada. As pessoas que vêm recolher, da Câmara de Sintra, deixam metade das coisas para trás, é pouco cuidadoso. Eu oiço-os, mais do que vê-los, vêm pelas 2 da manhã. Vêm uma vez por semana, acho que às segundas-feiras, ou duas vezes... mas é à conta, porque às vezes aquilo está muito cheio.” (53, suprema, rural).

“Acho que nestes [ecoponto] dão mais assistência, a empresa neste aspecto dá mais atenção. Ou mesmo a sensibilização ser diferente, porque estão mais limpos...” (50, integral, urbano novo).

Alguns residentes, que já moraram em diferentes pontos do concelho, consideram que ser um **local turístico** tem um efeito numa maior qualidade do serviço de recolha de lixo e de limpeza do espaço público em geral.

“Na Praia das Maçãs também poderia ser por haver menos pessoas, mas eu acho que havia mais assistência, notava-se que iam despejar o lixo todas as noites e que na reciclagem iam lá com muita frequência, porque não havia lixo à volta. Aqui acumula-se.” (35, integral, rural).

Outras **condicionantes técnicas** que levam a que o serviço prestado seja diferenciado entre

diferentes zonas estão relacionadas com dificuldades de acesso. Em certos locais, com uma malha urbana mais estreita, basta alguns carros estacionados para impedirem a recolha, sobretudo dos contentores/ecopontos fixos, porque os contentores de lixo indiferenciado, habitualmente têm rodinhas o que permite alguma mobilidade do contentor por parte de quem está a realizar a recolha.

“Oição o barulho dos vidros e o camião do lixo, e temos de deixar os carros muito bem estacionados para ele passar, porque a estrada é muito estreitinha.” (34, suprema, rural).

“Na Praia das Mações o lixo estava sempre bem orientado, não tinha contentores a deitar por fora, as coisas da reciclagem não tinha de as deixar do lado de fora porque o contentor estava cheio. Aqui não, em Almoçageme, está sempre cheio. A empresa é a mesma mas aqui eles não vem sempre porque a mobilidade deles, camiões enormes e estradas estreitas... Ainda um destes dias vi o camião a ir ali de marcha atrás porque não conseguia chegar aos contentores porque estavam carros estacionados por todo o lado, e isto deve acontecer em montes de sítios a mesma coisa, porque as nossas aldeias têm tanta gente com tantos carros. Sei que em Casas Novas acontece eles não conseguirem recolher o lixo do ecoponto por causa de estacionamento, já o vi a ir embora sem conseguir. A verdade é que não se pode passar com um contentor daquele peso por cima de um carro... Aqui eu noto que existe essa dificuldade.”(35, integral, rural).

Se tal se passa com a recolha selectiva nos ecopontos, as anomalias do serviço de recolha do lixo dos contentores propriamente dito (e faço essa nota distintiva, porque a situação é diferente em relação a “entulho, monstros e verdes”) com impacto na população são raras. Apenas o eventual incómodo causado por uma **presença ostensiva e prolongada do lixo fora dos contentores** de indiferenciado pode ocasionar algum transtorno à rotina, na medida em que o serviço com que contam não está a ser realizado da forma como esperam, isto é, que o lixo não foi para onde deve ir, de preferência, “longe da vista”. Só em situações de greve ou no Natal é que os contentores de indiferenciado se ressentem da ausência da recolha, que é diária em grande parte dos locais do concelho.

“Só greves. Mas o impacto é só no indiferenciado, porque os outros têm capacidade para aguentar mais dias de greve sem problemas, até porque não são todos os dias os dias recolhidos como o outro. Ah, e também no Natal, claro.” (40, suprema, urbano novo).



Foto VIII.1. Dia 25 de Dezembro, 2011

Desde que os contentores sejam esvaziados para que se possa continuar a despejar o lixo do dia-a-dia, a questão está tratada. A percepção positiva sobre o serviço da recolha, reflecte que o lixo é recolhido e os contentores permitem um uso continuado diariamente.

Quanto à limpeza da envolvente dos ecopontos agradece-se e espera-se que seja minimamente assegurada, pelo menos de tempos a tempos...

No conjunto, o desconhecimento das entidades revelado pelos cidadãos, enquadra-se numa atitude generalizada de um certo **alheamento perante uma regularidade quotidiana da recolha, que se assume como um dado adquirido**: os contentores estão sempre lá disponíveis e prontos para receber o lixo, **24 horas por dia**, uma verdadeira “estação de serviço”. Por isso, cada um escolhe seu ritmo e cria a sua prática de despejar o lixo. Por isso, mudar algo nesse sistema de recolha que ponha em causa um serviço contínuo tem muitas implicações no quotidiano dos agregados familiares. Ainda que com múltiplas insatisfações e insuficiências, sobretudo em certos locais, o tratar-se de um serviço disponível *non stop* apresenta algumas virtudes para abarcar os diferentes ritmos privados instalados.

No entanto, a expectativa de desempenho, no sentido de Goffman (1959), que existe relativamente a um **serviço de recolha**, ultrapassa para parte da população a questão da mera recolha e está associado directamente à limpeza e **higiene pública**. É neste âmbito que vários

residentes manifestam a sua insatisfação relativamente a esse serviço, que consideram que é um serviço “incompleto”. Há várias críticas e reparos ao facto dos funcionários que fazem a recolha não serem cuidadosos, deixando um lastro de lixo à volta dos contentores⁴⁷.

“Se considerar que o lixo é recolhido, bem, fazem o trabalho deles, mas não sei se eles não deveriam fazer outros serviços, como a manutenção dos próprios contentores ou mandar lavar, esse tipo de cuidados, porque também ajuda em termos de higiene pública da rua, ali à volta, mesmo o chão à volta. É sempre castanho...De vez em quando passam aquelas máquinazinhas da câmara para lavar o chão, mas nunca reparei se limpam muito bem aquela zona ali à volta dos contentores. Há sempre muitos vidrinhos à volta.” (32, supremo, urbano novo)

VIII.2. Ecoponto, ponto de encontro do privado no público

O ecoponto é um ponto de passagem (gateway), de continuidades de fluxos e descontinuidades de estatuto do “lixo” (Pierre, 2002). A partir do momento em que o lixo é despejado nos contentores colectivos, deixa de estar na esfera privada do seu produtor para passar a estar sob a esfera pública, constituída por um conjunto de entidades que compõem o sistema de recolha, gestão e tratamento de RU. É neste sentido que o ecoponto pode ser visto como um patamar de encontro entre as esferas doméstica e a esfera pública.

Figura VIII.1. O contentor/ecoponto: encontro entre esfera privada e esfera pública

Esfera doméstica		Esfera pública	
Produção e Consumo	Dinâmica familiar	Dinâmica social	Tratamento e valorização
	Hábitos e escolhas de consumo	Ordenamento urbano /	em Aterro, Reciclagem, (...)
		Serviços de recolha e sistema de gestão de RSU	



Contentores/Ecoponto

Inspirado no esquema de análise apresentado in Chappels e Shove (1999)

Os contentores colectivos de recolha de lixo são parte integrante do mobiliário urbano há já

⁴⁷A este propósito no desenvolvimento do projecto Separa® recomendou-se a formação de requalificação junto deste grupo profissional.

várias décadas, em Portugal. Desde a segunda metade dos anos 80, no concelho de Sintra, os ecopontos têm vindo juntar-se aos contentores de lixo indiferenciado.

Do ponto de vista do sistema de recolha e tratamento de RU, o ecoponto consiste num ponto de recepção selectiva dos vários resíduos produzidos na esfera doméstica, ponto a partir do qual esses resíduos entram num fluxo próprio e prosseguem o seu ciclo de vida.

Pelo lugar que ocupam neste processo, **os contentores-ecopontos desempenham um papel de mediador na relação entre as autoridades locais e os residentes**, com implicações na performance das práticas, que por sua vez têm impacto no cumprimento de políticas nacionais e europeias. A apreciação sobre os ecopontos disponíveis a nível local é considerada assim um elemento fundamental no tornar o acto de separar mais ou menos cómodo e amigável, ou seja, numa prática com capacidade de recrutar praticantes.

Quadro VIII.2. Pontos fortes e pontos fracos dos ecopontos

Características	Pontos Fortes EP	Pontos Fracos EP
Localização e visibilidade	Visíveis, bem iluminados Boa visibilidade	Pouco visível, mal iluminado Desenquadramento no espaço público
	Colocação em recortes de passeio ou pracetas	Colocação em estradas, curvas, em terreno de terra batida, em declives acentuados
	Espaço amplo que facilite a deposição	Espaço limitativo da deposição
Higiene, Manutenção e Recolha	EP c/ espaços envolventes limpos Recolha frequente	EP c/ espaços envolventes sujos e mau cheiro Pouca frequência de recolha
Estética	Harmonia com o mobiliário urbano	Desadequado ao espaço envolvente (Ex.: demasiado grande)
Acessibilidade e aberturas	Facilidade de estacionamento EP localizado em locais de passagem	Dificuldade no estacionamento EP localizado em locais de difícil acesso
	Acesso facilitado às aberturas	Dificuldade em aceder às aberturas: - acumulação de lixo - acumulação de monstros - estacionamento indevido
	Número elevado de EP	Número reduzido de EP
	Aberturas grandes – menor acumulação de lixo em redor dos EP	Aberturas pequenas – promovem a acumulação de lixo em redor dos EP
Informação	Informação coerente com a presente noutros EP e a disponibilizada através de outros meios	Informação contraditória com a presente noutros EP e a disponibilizada (até nas próprias embalagens)
	Designações claras	Designações ambíguas

Fonte: Schmidt e Martins (coord.), 2006

Foram observados e identificados pontos críticos ao nível deste equipamento. O quadro que se segue sintetiza os **pontos fortes e os pontos fracos dos ecopontos**, segundo as características

consideradas relevantes para a motivação e facilitação da prática de separar o lixo (Schmidt e Martins, 2006) e orienta a análise feita sobre o conteúdo das entrevistas relativamente à avaliação dos ecopontos que utilizam no seu quotidiano na prática de separação, como uma das componentes materiais essenciais que compõem esta prática,

Enquanto equipamento colectivo para a recolha selectiva de RU, e tendo em consideração que no âmbito das razões para começar a separar as questões das infraestruturas locais existentes são bastante centrais para o recrutamento da população para esta prática, é interessante ver como os residentes no concelho de Sintra classificam os ecopontos que têm disponíveis para a sua utilização. Assim, em 2006 e 2007 a população residente em Sintra classifica os ecopontos que estão mais perto da sua residência do seguinte modo:

Quadro VIII.3. Em relação ao ecoponto mais perto de sua casa está... (%)

Perto	69	73
Longe	26	24
Limpo	51	65
Sujo	24	23
Novo	42	60
Velho	29	26
Fácil e prática	73	-
Difícil pouco prática	11	-
Com espaço suficiente	53	-
Demasiado cheio	22	-
Em bom estado	66	-
Degradado/ vandalizado	12	-
	N=501, 2006	N=502, 2007

Fonte: Bases de dados Separa®, 2006 e 2007

Verifica-se **genericamente uma apreciação positiva dos ecopontos** em Sintra, e até o reconhecimento de uma certa evolução positiva no que diz respeito à sua limpeza e “novidade”. A instalação de mais ecopontos, com o objectivo de reforçar a rede durante o período de 2005-2007, reflecte-se nesta apreciação na categoria *novo* (42% em 2006 para 60% em 2007). Ainda assim, na comparação com os concelhos limítrofes (Oeiras, Cascais e Mafra), Sintra é onde uma maior percentagem da população considera *velhos* os ecopontos que tem mais perto de sua casa.

“Aqueles contentores ali do centro são assim mais velhotes, mas mesmo assim são mais novos dos que estavam em Gouveia, que são dos antigos, que nem sequer tinham uma tampa que levantavam, estes já têm.” (33, integral, rural).

Este facto articula-se com a co-existência de uma grande diversidade de “gerações” de ecopontos disponíveis, cuja colocação tem vindo a ser realizada há mais de duas décadas, o que decorre do referido papel pioneiro de Sintra na recolha selectiva (ver V Capítulo).



FotosVIII.2.

Ecopontos de “gerações” diferentes

Desde logo estes dados levam a registar que esta falta de harmonização da rede projecta uma avaliação de recolha também desarmonizada, sem unidade e não favorece a “identificação da entidade” que a realiza, expressando-se de formas tão díspares que leva mesmo a questionar se se trata da mesma empresa que actua no concelho.

Apesar das respostas sobre os ecopontos serem tendencialmente favoráveis, nota-se que existem algumas reservas no que respeita à limpeza e a haver espaço suficiente no ecoponto quando se vai colocar o lixo. Na comparação com os outros concelhos circundantes, Sintra é o que apresenta valores mais elevado na categoria *sujo*, ainda que se verifique uma evolução positiva em termos de percepção de limpeza, o que reflecte não só o facto de serem novos (e por isso com um aspecto mais limpo), mas eventualmente um maior empenho das entidades responsáveis, através de um reforço do serviço prestado a este nível, desde há alguns anos, na sequência e, em consequência, da implementação do Plano Estratégico lançado pela Tratolixo no âmbito da AMTRES (ver V Capítulo).

Mesmo quem não separa o lixo classifica o ecoponto em relação à categoria da distância à residência (*perto-longe*), já que de uma forma geral os ecopontos são bastante visíveis e, portanto, são vistos mesmo por quem não os usa. No entanto, podemos dar a indicação, que as

percentagem de *ns/nr* são mais elevadas no que diz respeito às outras características que provém de um olhar mais próximo de quem os usa, como por exemplo, *novo/velho* ou *sujo/limpo*, na medida que é quem os usa é que tem uma percepção mais definida sobre o seu estado.

Vale a pena neste contexto fazer referências concretas a situações de degradação do equipamento, sejam ecopontos ou contentores de indiferenciado, que embora não sendo frequentes (em 2006, eram referidas por 12% dos inquiridos) permanecem durante mais tempo do que seria expectável, como se refere nas entrevistas realizadas entre 2011 e 2012.

“Vi hoje um contentor mesmo em mau estado, na estrada entre Almoçageme e Praia Grande, todo rasgado, de cima a baixo, e eu pensei, como deixam um contentor neste estado ao serviço.”(59, não separa, rural).

“Há ali um contentor velhote que está partido e as pessoas têm de pôr à volta e já está há algum tempo e não está ainda resolvida.”(37, integral, rural).

Aparentemente, segundo as percepções dos entrevistados, estas situações de contentores degradados prolongam-se durante mais tempo em zonas rurais do concelho de Sintra, do que em zonas urbanas. A densidade populacional e a proximidade dos contentores das residências, acelerará o processo de substituição, pela maior pressão por parte dos seus utilizadores, que contactam as entidades locais de uma forma mais sistemática. Um caso de vandalismo descrito é exemplar da resposta rápida por parte das entidades.

“Eram contentores normais, mas com tampas diferentes. Ainda duraram muitos anos, mas depois houve aí um vandalismo...às vezes destroem, queimam... Estes são novos, tem pr’aí um ano, porque foram substituídos, porque os outros foram todos queimados e foram rapidamente substituídos por estes novos. Estes ainda não sofreram nenhum impacto.” (39, integral, urbano novo).

Analisando os dados de 2007, é possível identificar que se considerarmos o número de características positivas – *perto*, *limpo* e *novo* – verifica-se efectivamente que 43,6 % dos inquiridos do concelho de Sintra aponta todas elas relativamente ao ecoponto mais próximo de casa. O que significa que os restantes, ou seja, mais de metade da população que reside no concelho, considera que o ecoponto mais próximo da sua casa ou está *longe*, ou está *sujo* ou é *velho*, características em franco contraste, com uma imagem que se possa considerar desejável para um ecoponto.

No extremo oposto, os 13,7% de inquiridos que considera que o ecoponto mais perto da sua casa não tem nenhuma característica positiva, por não o usar ou por não existir perto, residem sobretudo no meio rural, onde a densidade populacional é mais baixa e os ecopontos são mais espaçados entre si, com a presença de modelos mais velhos e frequentemente percebidos como um lugar sujo e com lixo acumulado.

**Quadro VIII.4. Em relação ao ecoponto
mais perto de sua casa assinala... (%)**

Nenhuma característica positiva /NA	13,7
1 característica positiva	17,9
2 características positivas	24,7
3 características positivas	43,6
	N=502, 2007

Fonte: Base de dados Separa®, 2007

Verifica-se que quem menos contribui para o peso desta categoria são os residentes em urbano consolidado, onde os ecopontos apresentam as três categorias positivas para a maior parte dos seus inquiridos.

“Estou satisfeita e tem vindo a melhorar, desde há uns 5 anos, mesmo a melhorar em termos de contentores dos ecopontos, melhorar em termos estéticos, em termos de comodidade para colocar lá as coisas, melhorar espaço que ocupam. O seu formato favorece maior arrumação e maior economia de espaço. São práticos, têm um pedal para fazer levantar a tampa e que está sempre operacional, dantes havia problemas com isso.” (40, suprema, urbano novo).

Por seu turno, a maior parte dos inquiridos que residem em rural qualificado ou em urbano recente, indicam que o ecoponto está perto da sua residência, é *limpo* e *novo*, reflexo do alargamento da rede que se realizou de forma mais intensiva em 2007, mas que continuou nos anos seguintes.

“Eu acho que funciona bem, nós temos uns contentores ali ao fim da rua e têm os da reciclagem junto. (...) Devem estar aqui há um ano ou dois. Antes disso só havia uns do outro lado, na direcção do Mucifal.” (48, integral, rural qualificado).

Apesar de genericamente este reforço da rede de ecopontos e a colocação de novos modelos, ser percebida com agrado pelos residentes como uma mudança para melhor, não deixa de

ser alvo de observações críticas.

“Uma coisa que me chocou imenso foi que eles mudaram de um sistema que tínhamos e que estava ótimo, mesmo que um bocadinho velhinho, para um outro que é muito menos prático, que arranha as mãos das pessoas, que é tipo caixa de correio, é mais difícil de enfiar as coisas lá dentro.(...) os outros depois fui encontrá-los todos ali em S. João das Lampas, se calhar ainda lá estão, num campo de futebol desactivado. E agora o que é que eles vão fazer com estes contentores todos? É tão ridículo... não sei o que fizeram, sei que tiveram mais de um ano nesse campo de futebol. Estes estragaram-se logo, têm um ar mais frágil e tudo. Não gosto tanto destes...”(53, suprema, rural).

Ao longo das entrevistas, a apreciação por parte dos utilizadores dos contentores do sistema de recolha, explicita bem, através de uma invocação à sua experiência e observação directa e quotidiana, os pontos fortes e fracos dos ecopontos. A análise revela também bastantes desigualdades e contrastes em termos do sistema de recolha no concelho de Sintra.

VIII.2.1. A rede disponível e a proximidade desejada

Um ponto incontornável das características de um ecoponto é a sua existência de ecopontos próximos das residências e por isso se analisa a importância desta componente material no recrutamento de praticantes para a separação de resíduos. A proximidade é identificada como uma das razões principais que leva as pessoas a separar e, antes mesmo de outros pontos que podem enfraquecer a sua imagem e a sua funcionalidade, uma rede bem localizada e acessível torna o processo facilitado e integrado no quotidiano local.

“Uso estes mesmo em frente, que estão mais perto.” (39, integral, urbano novo)

“Quando vou aos ecopontos, tenho vários aqui perto. Uso dois, depende. Se sair pelo portão da garagem, tenho uns, se sair pela porta do prédio, tenho outros.” (32 anos, suprema, urbano novo).

“Ecoponto é relativamente perto. Os do indiferenciado estão junto ao ecoponto, quando vou dá para fazer tudo.” (50, integral, urbano novo).

No entanto, nem todos os residentes expressam estar em condições de proximidade tão favoráveis relativamente à rede de ecopontos, tendo realizado entrevistas em certos locais, onde não existem ecopontos, com implicações na prática, nomeadamente tornam a prática ausente para alguns residentes.

“Aqui ninguém separa, não há ecoponto, temos lá ao fundo antes de virar para aqui apenas um contentor normal...ninguém vai fazer senão não houver ecoponto, estou a falar a sério e fazia falta porque vai para o lixo garrafas, garrafas, garrafas, nem que fosse só um vidrão.” (49, não separa, rural).

“As garrafas do café vão todas directo para o contentor...é uma pena não haver aqui na aldeia um ecoponto. Tinha de se ir de carro com as garrafas todos os dias mais de um quilómetro...” (62, suprema, rural qualificado).

Sendo a proximidade das infraestruturas de recolha um dos pontos fortes no recrutamento para a separação é interessante analisar como ultrapassam esta ausência os seus praticantes.

Assim, para quem não tem ecoponto perto de casa e separa, a opção é levar o lixo no carro e nesse caso já não é tão importante estar perto, mas ficar no caminho, entrando em acção outros critérios de selecção do ecoponto a utilizar.

Opta-se por ecopontos que se encontram no trajecto, em locais em que seja fácil estacionar o tempo necessário para despejar o lixo sem empatar o trânsito. Ou por contentores com aberturas mais práticas. Ou por ecopontos que têm também o oleão ao lado, quando têm esse tipo de resíduo para deitar fora. Isto é, a partir do momento que o lixo é transportado de carro, a rede de ecopontos alarga-se, expandindo-se até a outros concelhos. Não se tratando de um lixo com “cheiros”, favorece a possibilidade de viagens mais longas.

“Às vezes ando com o papel semanas no porta-bagagens. Esqueço-me ou não me deu jeito naquele dia ou estava a chover e depois anda ali e nem dou por isso.” (37,suprema, rural).

“Costumo juntar uma quantidade grande, às vezes até acumulo tempo demais o que é uma confusão na cozinha, e depois levo-o no carro. Às vezes deito junto à escola do meu filho que tem um ecoponto mesmo em frente à escola e está sempre em bom estado. E já vi pessoas a fazerem o mesmo junto à escola.”(37,integral,rural)

“Eu escolho o ecoponto, nem sempre é o mais perto. Como tenho de levar o lixo no carro de qualquer maneira, porque aqui não há, ao menos escolho um que tenha bom aspecto e onde seja fácil parar o carro. A maior parte das vezes coloco junto à casa dos meus pais porque fica mesmo em frente à casa. É só tirar do porta-bagagem.” (33, integral, rural)

“Agora levo no carro porque só tenho o ecoponto daqui a 1 km, ao pé da escola, cá em cima. Escolho

esse porque tem um pedal, porque abre toda a tampa.” (37, integral, rural)

A este propósito de transportar o lixo separado no porta-bagagens é interessante referir o empenho de uma separadora convicta que levou um ecoponto doméstico e instalou-o no carros, criando assim um novo modelo que se pode designar de “ecoponto mobile”.

“No porta-bagagens do carro coloquei um ecoponto. Dá imenso jeito. Para levar o meu lixo que assim continua separado quando o tiro de casa, como às vezes até trago do escritório papel ou até já trouxe garrafas no fim do jantar com amigos. Nem sempre há um ecoponto perto e assim separo sempre (ri) mesmo que seja o lixo dos outros.” (25 anos, suprema, urbano novo).

No entanto, da mesma forma que se verifica haver residentes que praticam a separação apesar de não terem à sua disposição ecopontos a uma distância razoável para ir a pé (o que acontece com alguma frequência em zonas rurais do concelho), também ter um ecoponto perto não é sinónimo de fazer a separação, o que revela que apesar de ser uma das formas de recrutamento para a prática da separação mais amplamente reconhecida, não é transversal a todos os residentes, nem será a razão “única”.

“Quando vivia na Portela, tinha ecoponto perto mas não fazia, a não ser que tivesse um cartão grande, quando ia despejar o lixo punha o cartão no sitio. Aqui também não faço e é perto, aliás, vê-se daqui...” (34, não separa, rural qualificado).

Neste sentido, há que perceber melhor o que está por detrás deste não recrutamento e o que faz com que perca na competição com outras práticas quotidianas, questão analisada no VIII Capítulo. De qualquer modo, para quem separa, reconhece-se de uma forma geral que *“Passou a ter mais sítios onde colocar outras coisas no concelho. Dantes para os electrodomésticos não havia. Agora nas superfícies comerciais há sítios para colocar as lâmpadas e outras coisas eléctricas e nas farmácias recebem os medicamentos que estão fora da validade...” (32, suprema, urbano novo).*

Neste contexto é notório que para os praticantes de uma “separação suprema” a exigência, relativamente à rede de infraestruturas de recolha, alastra para outros materiais, nomeadamente as pilhas e os óleos alimentares.

“Estão limpos e são novos e estou bastante satisfeita com aqueles que tenho aqui, à parte de ter deixado de ter a possibilidade de colocar as pilhas, não sei porque isso acontece.”(64, integral,

urbano consolidado).

“Até me chateia não ter aqui dos óleos, porque encho os frascos e depois deixo-os aí porque nunca mais vou, porque é lá em baixo, acabo por vezes por deitar no lixo, não deito para as águas, mas acabo por não por no sítio certo, porque está muito longe.” (38, suprema, urbano consolidado).

“Se tenho óleo para deitar, páro ali em Casas Novas no ecoponto e depois páro outra vez em Almoçagem tem um contentor para levar o óleo e ali não tem, e é difícil em Almoçagem parar o carro e despejar, porque está mesmo em cima da estrada e vou para lá só para deitar o óleo, mas é raro usar, fica meses.” (63, suprema, rural qualificado).

VIII.2.2. “Queremos um ecoponto perto de casa”

Apesar das variantes, ter à disposição um ecoponto próximo e acessível é algo que agrada a todos os que já separam e pode incentivar os que não separam ainda - que “pressentem” que a sua proximidade iria favorecer definitivamente a incorporação da prática no seu agregado familiar.

É neste âmbito que alguns residentes fazem várias incursões junto dos responsáveis para que sejam servidos por um ecoponto que esteja a uma distância que considerem razoável da sua casa. Os esforços envolvidos para obter um ecoponto umas vezes são bem sucedidos, outras vezes nem por isso. Mas em qualquer dos casos, muitos destes processos são marcados por um silêncio por parte das entidades contactadas.

“Há um ecoponto aqui ao início da rua, mas ao início não tínhamos, foi muito custoso. Chegámos em 2006 e demorou uns 3 anos a ter ecoponto. Quando viemos para cá tínhamos de ir pôr ao Modelo, mas era coisa que nos chateava muito, porque às vezes eu levava nuns sacos e as embalagens principalmente iam a pingar. (...) Começámos a mandar mensagens sistematicamente para a Tratolixo a dizer “precisamos de um ecoponto”, “precisamos de um ecoponto”, “precisamos de um ecoponto”. Veio uma mensagem de volta a dizer que aqui não se justificava porque ao todo só somos 18 casas, mas não sei sei foi de tanto chatear, porque vários vizinhos também escreveram, o certo é que temos um ecoponto dos pequeninos, que para nós chega perfeitamente. Mas não avisaram nem disseram mais nada, foi de repente, um dia cheguei a casa e estava ali um ecoponto. Nunca tínhamos visto destes ecopontos. Vêm mais ou menos de 15 em 15 dias, mas dá perfeitamente, nunca há lixo do lado de fora.” (34, suprema, rural qualificado).

“Na RTP 2 tinha um programa de Desafio Verde, escrevi um email e mandei mas não consegui contactos, nem tenho comprovativo que email entrou, queria um ecoponto aqui porque isto é uma rua

esquecida de deus e até já falei com vizinhas. Houve aqui festa, mais de 30 pessoas a beber, os brasileiros fazem muitas festas, uma vizinha até comentou, agora precisava de ecoponto, são muitas garrafas vazias, e por isso faz falta claro. (...) Uma patroa disse-me que me ajudava a escrever um email para pedir à Câmara mas até agora nada... tive uma patroa no Cacém que conhecia um senhor que trabalha no camião do ecoponto, era vizinho dela, que me disse que era melhor falar com ele, porque nós pertencemos ao Cacém e não Massamá... já desisti” (49, não separa, rural)

“A Câmara já tirou daqui um desses e levou para outro lugar, para uma zona mais cara e a gente na altura fez um pouco de barulho e eles tiveram de pôr de volta. Faltava noutro local o amarelo e levaram daqui o amarelo. Na altura quem se mexeu mais foi o António porque trabalha na Câmara, esse movimento de contentores aqui em Rio de Mouro, até saiu nos jornais na altura, foi há 2 ou 3 anos.” (39, integral, urbano novo).

Evidencia-se assim, uma desigualdade no acesso aos poderes e nas respostas/resultados obtidos do ponto de vista das características sociais dos residentes, como do próprio local onde se reside.

Apesar destes esforços por ter uma ecoponto perto, por vezes, a localização de contentores envolve uma contradição de fundo. Entre o querer ter os ecopontos perto, mas não os querer ter demasiado perto: perto para os usar, mas não tão perto que fique em frente à sua porta.

A propósito de um ecoponto que está sempre cheio de lixo à volta em frente à porta da vizinha, uma das entrevistadas afirma assertivamente:

“Se fosse comigo eu já tinha protestado tanto que já tinham tirado aquela porcaria da minha porta... eu não sei como é que aguentam aquilo ali sempre com montes de lixo. Eu sei que os contentores têm de estar em algum lado mas acho aquilo intolerável. Chega alguém para vir a nossa casa e é recebido com uma lixeira à porta. Não tem jeito nenhum.” (64, integral, urbano consolidado).

No contexto das entrevistas, algumas questões críticas relativas à localização dos ecopontos foram referidas, não tanto por ter um ecoponto mesmo à porta, mas pela ocupação indevida dos passeios que inviabilizam a sua utilização pelos peões.

“Ali no cruzeiro, os contentores estão colocados de uma maneira que ocupam o passeio mesmo, e as pessoas têm de contorná-los pela estrada.” (37, suprema, rural)

“Agora resolveram colocá-los mesmo em frente no passeio que não é muito largo. Normalmente as

peças conseguem passar, mas basta colocarem um cartão... os carrinhos de bebé não passam, têm de vir pela estrada, o que é perigoso porque a estrada tem muito movimento e os carros passam com excesso de velocidade aqui. Não faz sentido. Ainda por cima, atrás da praça há um local próprio para os contentores, onde sempre estiveram, mas agora resolveram colocar aqui, deve-lhes custar muito ir recolher lá atrás...” (71, supremo, urbano consolidado).

VIII.2.3. Ecoponto informador, comunicador e mediador

A colocação e localização de um determinado tipo de contentor-ecoponto é um meio através do qual se estabelece uma relação entre entidades e residentes. O ecoponto em si mesmo funciona como um mediador entre políticas públicas e população e é veículo de informação (inscrita e encriptada). Pode dizer-se que qualquer contentor de recolha de lixo é um meio de comunicação. Por um lado, porque tem informação inscrita.

“Basta chegar ali à porta e olhar para os contentores do lado direito, está lá escrito nos contentores que são do shopping center.” (60, não separa, urbano consolidado).

O horário de deposição, o tipo de lixo que recolhe, o contacto telefónico da entidade, etc. são algumas das informações inscritas nos contentores-ecopontos, ainda que não se trate de uma informação uniformizada em todos os equipamentos. Nem sequer a identificação da entidade, que ou é ausente ou varia entre HPEM, Tratolixo, Câmara Municipal de Sintra e Suma.

Em relação ao ecoponto especificamente, constata-se que não há uma legendagem uniformizada no concelho, nem mesmo dentro das localidades, reflectindo a coexistência de várias gerações de contentores, à qual já fiz referência, o que não apresenta necessariamente inconvenientes em termos funcionais para a prática, mas significa que não são alvo de uma intervenção de manutenção com uma estratégia de comunicação que assuma o papel que qualquer contentor desempenha ao nível da interacção com o utilizador.

Esta situação, já identificada em 2006 no âmbito do projecto Separa®, parece manter-se. Sendo as suas inscrições quase sempre sob a forma de autocolantes, a sua uniformização em termos de imagem e de sinalética poderia comunicar aos utilizadores destas infraestruturas que há uma entidade concreta a apostada em realizar um serviço de qualidade, mostrando essa atitude no próprio cuidar dessas infraestruturas e do seu uso como meio de divulgação de informação.

“Os ecopontos têm informação mas com o uso e sol mal se vê, é mais uma coisa da manutenção que não é feita.” (32, suprema, urbano novo).

Verifica-se em muitos casos que essas “legendas” inscritas estão apagadas com o tempo, ficando apenas as cores a informar que tipo de lixo é adequado ali depositar. Mas essa informação só é decifrada por quem sabe o código das cores, para quem já adquiriu essa competência. Efectivamente, para quem a competência da prática está adquirida, as cores são mais do que suficientes e nem sequer já olha para as legendas porque “*Não reparo, não preciso, é automático.*” (40, *suprema, urbano novo*).

Mas para pessoas de uma certa idade, essa legenda é importante, tendo observado directamente o cuidado que certas pessoas têm antes de colocar o seu lixo no ecoponto, confirmando primeiro nas indicações inscritas que estão a colocar determinada embalagem no sítio certo.

A falta de uniformização é relevante, ainda mais quando se pode encontrar em alguns ecopontos a indicação que os pacotes para líquidos alimentares é no azul. É caso para dizer que ainda bem que estão pouco legíveis ao estarem expostos ao sol e à chuva... As legendas mais recentes, são fotografias, em contraste com a anterior sinalética menos evidente.



Fotos VIII.3. Incrições dos ecopontos mais recentes

Por outro lado, a informação não está só inscrita nos contentores, mas também encriptada na sua própria forma, nas suas aberturas e nas suas cores, como ficou explícito. A legibilidade actual do ecoponto em termos de uma recolha diferenciada de papel (azul), embalagens (amarelo) e vidro (verde) está relacionada com a própria história desta infraestrutura de recolha de RU e a introdução de políticas de resíduos que dão ênfase à reciclagem.

As próprias aberturas são orientadoras de uma certa forma de “fazer” e isso reflecte-se nas práticas, nas performances de despejar o lixo. Por exemplo, o caso da abertura do vidro mostra claramente, que a forma de depositar é garrafa a garrafa. Em contraste, o embalagem (amarelo) é aquele que se apresenta menos inteligível, porque mais recente e porque “embalagens” é uma designação mais híbrida do que a referência a um material como papel –

papelão. Além disso, a própria forma das suas aberturas, como descrevo mais adiante, que impõe uma determinada forma de colocar o lixo, nem sempre está adequada, nem às dimensões das embalagens, nem às práticas de despejar o lixo dos residentes que usam estes equipamentos.

O tipo de contentor e a sua própria presença no espaço público, o seu movimento, reflecte políticas, medidas e relações sociais, mesmo que nem sempre claras sobre “o que se passa”, mas óbvias, no sentido em que “algo se passa”. Aliás, a sua presença visível ou a sua “retirada” fala por si.

“O único problema que vejo nos ecopontos subterrâneos, que são os que eu gosto mais, é que não sei, se forem muito discretos, não sei se os vêem...” (32, suprema, urbano novo)

VIII.2.4. Aberturas: passagens que se querem convenientes

Nas avaliações registadas em contexto das entrevistas, identifica-se outra característica muito relevante na apreciação mais ou menos positiva de um ecoponto: as aberturas convenientes para uma prática funcional.

A maior insatisfação relativa às aberturas de um ecoponto referem-se ao facto de não ser possível, na maior parte dos modelos, colocar um saco de lixo separado de uma vez, em particular no amarelo (embalagens). O despejar o lixo “*peça a peça*” não é algo integrado no acto de despejar o lixo, que assume por norma a forma de despejar um saco onde se acumulou uma quantidade de lixo em casa e que depois é despejado no contentor colectivo dentro desse saco.

“O amarelo acho que não funciona bem, tem uma abertura muito pequena, era ter um quadrado maior para não ter de estar a tirar à mão, uma coisa de cada vez. O vidro até que sim, mas quando eu estava a trabalhar num restaurante, não era prático também.” (39, integral, urbano novo).

“Os ecopontos estão mal feitos, as aberturas são pequenas, tenho depois de estar a mexer no lixo para pôr, o que não faz sentido. Antes deste ecoponto, punha dentro de um saco de plástico mas se por exemplo, tinha garrafas de sumo, punha à parte, porque não dava para amachucar tanto e tinha de fazer muita força.” (37, integral, rural).

“Os outros tinham um buraco redondo com borrachas e as coisas entravam mais facilmente lá dentro e tu não te magoavas. Neste magoas-te.” (53, suprema, rural).

O mesmo tipo de dificuldade com as aberturas também é referido a propósito do contentor azul para o papel/cartão, em que mesmo as caixas de cartão espalmadas não são fáceis de fazer entrar dentro do contentor, optando-se por vezes por as colocar entre os contentores para que a força do vento não as leve, numa tentativa de salvaguardar que o lixo se espalhe pela sua zona de residência.

“Só quando são caixas muito grandes e que não cabem lá dentro, mas as pessoas têm cuidado e encaixam no meio dos ecopontos para não voarem e não tem havido problemas. Somos poucos a usar aquele ecoponto e conhecemos-nos todos.” (34, suprema, rural).

Quem trabalha como mulher-a-dias e despeja o lixo de vários agregados que separam adquire uma visão comparativa de diferentes tipos ecopontos que facilitam mais ou menos a prática. Estas suas tarefas de âmbito profissional favorecem mais experiência de interacção com o ecoponto do que o próprio agregado familiar que separa o lixo na sua esfera privada, mas que não sabe o que se passa a seguir, no acto de o colocar nos contentores colectivos.

“As aberturas são muito difíceis, para o papel uma abertura deste tamanho não dá, alguns são bons porque a tampa dá para a abrir e se mete a caixa toda. Às vezes, pode ser preguiça ou cansaço, mas custa-me dobrar caixas e como não cabem dobro até caber e calco com pés, mas nem toda a gente faz isso, deixa ao pé e depois vento leva. Em S. Marcos são um bocadinho melhores porque são esses metade dentro, metade fora, e é bom porque se abre a tampa e o cartão entra mas não cartão grande...” (49, não separa, rural).

Por vezes, nem se trata das aberturas em si, mas o acesso às aberturas que está obstruído, seja por carros estacionados, seja por “montes de lixo”, sobre os quais se refere mais adiante.



Foto VIII.4. Ecopontos com acesso dificultado

“Há carros estacionados muitas vezes e eu vou logo ao café e digo, façam o favor e tirem-me o carro. Às vezes as pessoas estacionam e ainda se preocupam em deixar um espaço para se poder passar e chegar às aberturas, mas muitas vezes não.” (53, suprema, rural).

A satisfação com uma boa abertura não deixa de ser manifesta de forma clara para quem actualmente tem à sua disposição um ecoponto com aberturas que favorecem um despejar do lixo mais “eficaz” do contentor doméstico para o colectivo, mais “limpo” e que não magoa as mãos.

“É bastante moderno, são relativamente recentes e estão em bom estado (...) logo no início houve umas vezes que o papelão estava muito cheio, mas eles agora também tem uma abertura muito maior; é mais fácil de colocar. Quando vim viver para aqui eram aqueles de cores, estes agora têm umas aberturas enormes e nem costumam ter lixo à volta nem nada, e tem o dos óleos e tudo, mas esse é recente, para aí há um ano porque dantes só havia na Portela. (...) E podes agora pôr a garrafa, dantes tinhas de despejar o óleo, o que era um bocado (careta)...” (36, suprema, rural).



Fotos VIII.5. Aberturas práticas

“Quando vi estes a chegar fiquei toda contente, finalmente! Quando eu vi o design diferente parecem uma casinha. (...) Tem um pedal, porque abre toda a tampa, esse é uma excepção, só vejo ali aquele, porque já procurei outros e não têm pedal e a tampa não abre toda. O contentor do papel daqui de casa levo-o mesmo no carro e é só despejar. Os plásticos ponho num plástico grande.” (37, integral, rural).

A percepção de ecopontos com aberturas pouco funcionais cristalizou uma imagem que é por

vezes referida por quem não separa, mesmo que actualmente os ecopontos que estão perto da sua residência tenham aberturas mais amplas (constatação na observação directa no trabalho de campo sobre a envolvente da residência dos entrevistados). A associação a um despejo de lixo “*peça a peça*” numa abertura em que “nem cabe um garrafão, nem inteiro, nem espalmado” é um elemento que não favorece o recrutamento de novos separadores.

VIII.2.5. O estado de limpeza do ecoponto e o impacto nos utilizadores

Para além das envolventes dos ecopontos nem sempre estarem limpas, sendo em certos casos autênticas mini-lixейras, manifesta-se também uma certa insatisfação em relação à limpeza dos contentores-ecopontos. Esta insatisfação está presente em todas as tipologias do concelho, na medida em que até na mesma rua se encontram contentores com um aspecto cuidado e contentores sujos e “mal tratados” (Schmidt e Martins (coord.), 2006).

“Estão sempre sujos, eu acho que aquilo nunca é limpo, a sério, nunca dei por isso.” (33, integral, rural).

“Os contentores às vezes estão sujos. Às vezes estão menos, devem ter-lhes dado umas mangueiradas ou alguém que utiliza, porque não parece que tiveram uma lavagem profissional, porque as pessoas não estão para ir despejar o lixo e sujarem-se todas. Eu já vi lavarem, aqui não, mas já vi, levarem para lavar e deixar outros. Acho que era assim que devia ser sempre.” (35, integral, rural).

“Nunca vi lavarem os caixotes, já vi na rua principal, quando passo, quando venho do comboio, a limpar e desinfectar, mas aqui nunca vi.” (39, integral, urbano novo).

“Lavam a rua mas não lavam os contentores e acho que os próprios contentores deviam ter uma manutenção. Haver um carro que despeja e vir logo outro atrás que lava antes de ter tempo das pessoas voltarem a encher.” (25, suprema, urbano novo)

A limpeza dos ecopontos e uma aparência cuidada tem impacto nos seus utilizadores, aliás ser limpo revela-se como uma das características mais valorizadas de um contentor de lixo, ao mesmo tempo que qualifica o espaço público e o próprio acto de despejar o lixo.

A percepção de falta de limpeza articula-se muitas vezes com o facto de estarem demasiado cheios, consequência de uma recolha que não têm a frequência adequada ao uso de uma determinada população, ou então por serem ecopontos com aberturas pouco funcionais que conduzem a uma deposição à volta dos ecopontos. Encontrar sistematicamente os ecopontos

cheios e sobrelotados, cria situações em que os sacos de lixo separado acabam por ficar fora dos contentores.

“Estão um bocado sujos, e aquelas entradas de palas já estão estragadas, alguns não estão em boas condições, não dá vontade de estar lá a mexer, nem estar lá ao lado, é o lixo cheira mal e é sujo, estão mal tratados e estão quase sempre cheios, bem, o que quer dizer que as pessoas utilizam, pelo menos isso.” (32, suprema, urbano novo).

“Aqui a reciclagem está sempre muito muito cheia. A minha filha (11 anos) no outro dia disse que tinha deixado as caixas de cartão ao lado do caixote e eu acho isso errado, porque isso só vai dificultar mais o trabalho de quem vem depois recolher.” (35, integral, rural).

“Tem alturas que parece que vêm muitas vezes e tem outras alturas que parece que ficam muito tempo sem vir despejar os ecopontos, e ficam muito cheios. Agora ali mais à frente colocaram uns ecopontos novos que são mais baixinhos, mais pequeninos e esses enchem muito rapidamente e parece que não vêm cá vezes suficientes para os despejar. Sobretudo o do plástico. Acho que devia haver mais recolha.” (33, integral, rural).

Estas descrições remetem para certos locais em que a frequência de recolha não parece estar adaptada à intensidade de uso dos seus residentes, mas não se trata de um ponto fraco generalizado, havendo o reconhecimento em diversos locais de uma frequência de recolha adequada às necessidades.

“Os primeiros que eram diferentes destes estavam sempre cheios, acho que só recolhiam à segunda-feira, mas um de cada vez e era super difícil e eu levava-os e punha lá ao pé do escritório (trabalho), tinha sempre o carro cheio. Agora tem uns maiores que até se abrem e eles devem vir recolher mais vezes e agora nunca mais tive dificuldade nenhuma, dantes notava, porque depois as pessoas começavam a pôr assim à volta, ficava com um aspecto terrível. Agora não, apesar de serem sempre feinhos em termos estéticos...” (48, integral, rural qualificado).

“A maior parte das vezes nunca estão cheios, nunca tive problema.” (39, integral, urbano novo).

A sujidade dos contentores é atribuída à ausência de uma limpeza por parte da entidade a quem cabe o desempenho desse papel. Por seu turno, a forma como é despejado o lixo, é reconhecida como a principal fonte de sujidade à volta dos contentores e essa responsabilidade é imputada aos residentes e utilizadores das infraestruturas. Identificam-se

assim de forma clara duas entidades que contribuem para o estado dos contentores e do espaço público da sua localidade: as autoridades com competências no sector e os residentes locais.

“Quando eles estão limpos eu acho que o povo mantém mais tempo, mesmo aquela coisa que quando está sujo tu jogas mais um papel no chão e percebo que quando está limpo, pelo menos uns dois dias fica limpo, até que venha um vizinho mais descuidado.” (39, integral, urbano novo)

“E o que noto é que estão cheios mas as pessoas para não terem em casa põe à volta e depois há cães que rompem os sacos (...) há sempre pessoas que põe no chão.” (59, não separa, rural).

“Não estão limpos e à volta também não, as pessoas pousam muito o lixo no chão e não fazem as coisas como deve ser. Alguns fazem separação, outros põem tudo junto no lixo doméstico e muitos só pousam o saco lá no chão.” (32, suprema, urbano novo)

“Acho que aos fins de semana aquilo está muito cheio, porque chega a haver lixo por fora, no indiferenciado, as pessoas acabam por pôr muita coisa ali acumulada, não é lixo propriamente, não é sacos de lixo, mas é relvas dos jardins...” (34, não separa, rural qualificado)

“Aqui em frente, ao fim de semana, costuma acumular algum lixo fora dos contentores, é lixo dos quintais porque é aos fins de semana que as pessoas têm tempo para tratar dos seus quintais. Às vezes também se nota que houve limpezas, se calhar das arrecadações, porque são coisas velhas e partidas, com pó e muito sujas...” (71, suprema, urbano consolidado).

No entanto, nem todos manifestam a mesma sensibilidade em relação à sujidade, encarando o sítio do lixo como um sítio onde vão encontrar “naturalmente” lixo e o lixo não é uma coisa “limpa”, estando já de alguma forma imunizadas, com uma espécie de olhar treinado para não reparar, numa atitude de “desatenção civil” no sentido de Goffman.

“Mas nunca reparei muito nisso. Tem sempre muitas coisas mas não parei para ver se me estava a incomodar, ponho o meu lixo e pronto.” (34, não separa, rural qualificado)

A pior imagem que se pode associar a um ecoponto, ou qualquer contentor de recolha de lixo, é haver lixo amontoado deposto à sua volta. Aliás, este é o problema de lixo que mais residentes no concelho assinalam na sua localidade. Nos discursos das pessoas, uma das dimensões mais focada, sobretudo por quem separa, é a “lixreira” que se vai formando em volta de alguns ecopontos e que não facilita a separação. Não só porque, em certas ocasiões, o

monte de lixo é tão grande que dificulta o acesso às aberturas do ecoponto, como pela sujidade e mau cheiro que incomoda e *mete nojo*, agredindo a sensibilidade de quem tem o cuidado de separar o lixo em casa e se vê confrontado com uma imagem desagradável e contrastante com a sua atitude perante o lixo e o espaço público.

“Os gatos andam ali, porque as pessoas deitam comida para o chão. E quando não é as pessoas, os cães tiram o lixo dos contentores. (...) os contentores estão abertos e os cães conseguem ir lá e depois há lixo por todo o lado.”(35, integral, rural).

Algumas destas mini-lixeiros permanentes junto a certos contentores-ecopontos, eu própria tive (e tenho) ocasião de observar nos meus trajectos diários. Outras foram-me “apresentadas” no decorrer das entrevistas.

“Depois, antes de se ir embora vou mostrar-lhe o incrível que é, que não se percebe porque é que não levam isto. Qualquer dia já é composto, mesmo aqui em frente à escola. É uma falta de higiene.” (34, suprema, rural qualificado).

“Há 2 ou 3 sítios onde se nota mais lixo acumulado, um é no Penedo, antes de começar a descer e aqui (em Almoçageme) é igual, esta espécie de lixo que se forma por detrás dos contentores, que é os restos dos armários, coisas da jardinagem que era para alguém recolher e que não recolheu, são essas coisas assim... Aqui acumula-se o lixo da reciclagem mais montes de roupa velha, aquilo é uma espécie de lixeira por detrás sempre. Tem alturas que está melhor, alturas em que está pior, depois há alturas que parece que aquilo foi tudo limpinho (...) Em Fontanelas também há lá um sitio assim, para além do lixo, deixam coisas que já não utilizam, na esperança muitas vezes que alguém vá lá busca-lo para reutilizar, mas a verdade é que se acumulam.” (35, integral, rural).



Fotos VII.6. Mini-lixeiros

Várias parecem ser as origens do lixo que se acumula deste modo, em particular em zonas de passagem com estacionamento e espaço em volta dos contentores, o que permite despejar grandes quantidades de lixo de uma só vez. Esse despejo é feito frequentemente por residentes, que passam ou se dirigem a certas zonas para colocar lixo mais volumoso, mas nem sempre são só residentes.

“Muita gente vem aqui despejar o lixo que não é daqui, já percebi, aqui e naquele ali ao lado da escola, eu já vi várias vezes carrinhas brancas, até tentei apontar a placa porque achei que aquilo era um abuso. Abrem as suas carrinhas e despejam o lixo todo para ali e já pensei em fazer uma denúncia. Até lhes perguntei se não tinham caixotes perto da empresa deles ou se tinham algum problema. Agora quando me vêem, vão embora rápido...” (39, integral, urbano novo).

Também as actividades comerciais (cafés, restaurantes ou comércio de retalho) são fonte de grande quantidade de lixo produzido e que fica fora dos contentores.

“Tenho um vizinho que vende na feira e às vezes ele põe caixotes inteiros de roupa fora do lixo, põe os caixotes por fora, nem sequer se dá ao trabalho de dar mais 20 passos, o dos cartões é mais lá à frente e põe tudo ali, sempre, os cabides de plástico que sobram, põe tudo ali, fica ali tudo assim espalhado. Eu já lhe disse assim várias vezes assim diplomaticamente: “olha lá, isto fica aqui, depois vêm os animais...” (53, suprema, rural).

Outra das razões deste tipo de acumulação de lixo, com mais regularidade em certos locais, está relacionado com zonas onde há alguma rotatividade de aluguer de casas, o que se reflecte em “lixo de mudanças” ou em “lixo das grandes limpezas”, aos quais já se fez referência. Também em zonas com população mais idosa, a sua mudança para lares ou mesmo a sua “partida”, acaba por ter um reflexo no tipo e quantidade de lixo que surge repentinamente na rua junto aos contentores.

Por vezes, no discurso surge a ideia de “formalizar” esse espaço de depósito, através da disponibilização de uma plataforma ou contentor próprio para colocar esse lixo, mas ao mesmo tempo, surge o receio que isso promova o aumento de despejo desse lixo perto da sua residência.

“Ali há sempre montes de coisas, sofás e coisas assim, tem coisas que até são coisas boas. Como aqui é um lugar onde existe muito entulho... Nestes pontos onde tem muito mais lixo, que se deitam muito mais coisas fora, podia vir aquele tipo de contentores para entulhos, um sítio mesmo para despejar

ali, isso ia ajudar... mas poderia não ser muito bom, porque aí muita gente iria querer trazer para cá... se calhar não é uma boa solução, atrairia mais lixo.” (39, integral, urbano novo).

Esta sujidade e o mau cheiro acumulados em mini-lixeiros que, por vezes, são o enquadramento permanente da envolvente de alguns ecopontos, constituem em si mesmo um factor que não contribui para credibilizar o acto e o processo de separação, mais que não seja por colocar um “lixo limpo” saído de casa, num lugar de “lixo sujo” na rua.

A recolha dos monstros, apesar o reconhecimento de uma evolução positiva, verifica-se ainda que parte do lixo de grandes dimensões que é colocado à volta dos contentores e ecopontos, podem ser enquadrados nesta recolha mas que não parece estar activa de forma eficiente, observando-se várias situações em que objectos se vão degradando ao longo do tempo até serem recolhidos.

“Actualmente a recolha dos monstros funciona muito melhor do que há uns anos atrás, antigamente deixavas um frigorífico ali e ali ficava 3 semanas, um mês à espera de recolha.” (35, integral, rural).

“Um amigo ucraniano trabalha na Suma e explicou-me, ele trabalha de noite, é motorista, que nem todos os carros estão preparados para um sofá, por isso às vezes fica lá em cima, junto ao Modelo, um sofá fica um mês.” (49, não separa, rural).

É feita alguma divulgação a este serviço, mas a forma como a recolha é feita na prática choca os residentes, que ligaram precisamente para evitar o que no outro lado da linha lhe propõem para fazer, que é colaborar na criação de um monte de lixo na sua própria rua, junto ao contentor:

“Um amigo nosso que mora aqui perto andou a fazer umas limpezas e tinha umas estantes velhas das quais se queria desfazer e ligou para o tal número dos monstros mas ficou chocado quando lhe disseram para por junto ao contentor mais próximo de casa que depois um dia levaram mas que não sabiam dizer-lhe qual...” (71, supremo, urbano consolidado).

É também observável e referido, de uma forma bastante sistemática, o acumular de “lixos verdes” junto aos contentores e ecopontos, sobretudo em zonas de residências com jardins ou quintais. Segundo alguns testemunhos é colocado aí por indicação dos próprios serviços de recolha, mas nunca se tem muita certeza de como o sistema funciona nem há divulgação deste serviço, ao contrário do que acontece com os “monstros”.



Fotos VII.7. Verdes e Monstros

Tratar-se de um tipo de resíduo que não tem ao nível do concelho uma solução de recolha clara nem bem definida junto dos residentes, e mesmo quem vive há mais de 30 anos no concelho com jardim, desconhece esse serviço.

“Há sempre muito lixo de jardins ao fim de semana que é quando as pessoas tratam dos jardins, então na altura das podas o passeio fica completamente cheio e depois acabam por levar na recolha do lixo normal. Eu coloco ali umas boas braçadas quando podar as hortenses, ato-as para não se espalharem.” (71, supremo, urbano consolidado)

Aliás, os únicos residentes que encontrei que tinham conhecimento desta recolha diferenciada - e que tinham o seu código de residente activado junto de um número verde da HPEM⁴⁸ para a recolha de lixo do jardim - foram informados através de trabalhadores do sector da jardinagem. Alguns residentes delegam em quem vai fazer o serviço de jardinagem o contacto prévio para o serviço de recolha de verdes.

“Quem me disse foi o senhor que veio cá podar as laranjeiras como é que isso funciona e agora antes dele vir, eu ou ele, telefonamos a avisar para virem cá recolher. E passado uns dias passam.” (69, integral, urbano consolidado).

Mas este sistema de recolha de verdes não parece ser funcional em certas zonas de rural qualificado no concelho, onde a presença de muitas moradias com jardins conduz a que

⁴⁸ Uma senha associada a cada casa que “autoriza” a colocação de uma determinada quantidade de resíduos verdes na via pública junto a um contentor.

asituação de lixos verdes amontoados junto aos contentores atingem grandes proporções, articuladas à sazonalidade, nomeadamente as épocas de podas, ou a queda das folhas no Outono, ou o corte de relva durante a Primavera e o Verão. A situação revela-se bastante confusa, por exemplo, na freguesia de Colares. Durante alguns anos, os resíduos verdes eram colocados por quem faz jardinagem na zona e pela própria Junta de Freguesia em grandes contentores num terreno privado junto da Praia Grande. Tratava-se de um local informalmente autorizado para esse fim - *“toda a gente sabia e ia lá deixar”* - ainda que sem carácter oficial. De um dia para o outro, esses contentores foram retirados “por ordem do proprietário do terreno”, passando a ficar amontoados nas ruas junto aos contentores⁴⁹.

VIII.2.6. O ecoponto que mais agrada está escondido por baixo de terra

Através de observação directa de ecopontos e de um conjunto de inquéritos, realizados no âmbito do Separa®, foram identificados vários indicadores sobre o que constitui um ecoponto ideal. A imagem de ecoponto ideal para uma grande parte das pessoas é um ecoponto em inox e em “ilhas subterrâneas”, descrita, do ponto de vista estético e do seu formato, como “bonito”, “jeitoso”, “resguardado”, “limpo”, “ocupa menos espaço”, “escondido”, “ficam bem na rua”. De uma perspectiva mais funcional as expressões apontam para um ecoponto “prático”, em que “não preciso de me esticar”, “mais organizado” e “menos espalhado” (Schmidt e Martins (coord.), 2006).

Da mesma forma, também no conjunto das entrevistas realizadas no contexto do presente trabalho, a referência a contentores subterrâneos surgiu espontaneamente como um formato de contentor mais discreto, mais funcional e mais higiénico. Para quem já tem a prática de separação, o acesso às aberturas e o tipo de aberturas dos *mollocks* (modelo de contentor) - que existem nalguns pontos do concelho - parecem ser as mais funcionais.

A referência a contentores subterrâneos ocorre quando se trata de um modelo diferente daquele que está presente na sua rua e por isso, pela diferença chama a atenção e aponta para um potencial de “esconder” o lixo que agrada à maior parte das pessoas.

Por vezes, ter residido noutros pontos do concelho, ou noutros concelhos, torna estas referências comparativas mais fortes, por terem experimentado outro tipo de equipamento que consideraram mais adequado à (sua) prática de separação. Por seu turno, o facto deste modelo não ter rodinhas, também é visto como uma mais valia: mantém-se fixos num mesmo sítio,

⁴⁹ A questão da recolha dos resíduos verdes e também de monstros merece um aprofundamento da análise e uma pesquisa dedicada, tanto junto dos residentes, como junto das empresas ou trabalhadores independentes do sector da jardinagem, como junto das Juntas de Freguesia e ainda junto das entidades com responsabilidades directas na recolha e tratamento.

não tombam e não deixam o lixo cair para fora, ou seja, não deixam o lixo sair do “seu sítio”, desordenando o espaço. Estas características aplicam-se tanto ao ecoponto, como ao contentor do lixo indiferenciado.

“Gostaria daqueles subterrâneos, são mais discretos em termos de aspecto, daqueles que tem madeira à volta, e assim não andam a passear com eles, porque tem rodinhas e vão andando. É mais fácil de pôr o saco, é levantar uma tampa. Estes é preciso empurrar o saco lá para dentro e muitas pessoas deixam logo ali à boca do contentor e quem quer pôr a seguir tem de empurrar e acaba por se sujar, não é tão prático. Os outros parecem mais higiénicos e mais fáceis de manter.” (32, suprema, urbano novo)

“Eu não gosto destes lixos assim, acho que deviam fazer subterrâneos os contentores, para não andar nos ventos, caem ao chão quando há vento e essas coisas assim são um bocado arrastados, embora sejam pesados já tombaram. Acho que é muito mais funcional em baixo, na terra, como há por exemplo, no concelho de Oeiras e Cascais, eu já vi isso em mais sítios, acho que é mais funcional e higiénico.” (39, integral, urbano novo).

O facto de ser subterrâneo sugere que aquela “abertura” engole o lixo e o faz desaparecer para baixo da terra. A necessidade de ausência de lixo reforça a preferência por um enquadramento próximo limpo, o que vai ao encontro à sua articulação com a ordem por oposição à “desarrumação”, de que fala Mary Douglas (1966).

Apesar desta preferência, por várias vezes manifesta, por um contentor/ecoponto subterrâneo, que assegura que o lugar do lixo seja discreto e não visível - o que mais se deseja de um lugar do lixo no espaço público para ser recolhido – paradoxalmente é o que menos se tem como garantido. Em certos locais, a presença de ecopontos ou contentores de lixo indiferenciado torna-se demasiado visível pela acumulação de lixo à volta, ou apenas pela sua imposição enquanto mobiliário urbano, sem um enquadramento estético que se valoriza.

“Acho que é pena termos aquilo ali, ter o lixo ali naquele sítio, se houvesse maneira de esconder, atrás de uma vedação qualquer como fazem noutros sítios. Há que pensar bem como se põe o lixo, como se põe os contentores, não haverá maneira de esconder um bocadinho melhor? Não é só pelo turismo, nós é que vivemos aqui, mas isso às vezes acontece só nos sítios turísticos. Há sítios no Algarve onde está tudo bem escondidinho, mas nas zonas onde mora o povinho, que pagam os impostos,...” (62, suprema, rural qualificado).

O desejo de que o lixo desapareça, como por artes de magia, encontra na imagem percebida sobre as condutas, uma materialização possível, expressa no entusiasmo revelado no contexto de uma entrevista realizada junto de um agregado onde não se faz a separação.

“Agora estou a lembrar-me de uma ideia...Sais de casa e tem uma portinhola e depois tu mandas o teu saco fechado por aí. Em Lisboa, em casa dos meus tios havia, em Benfica. Agora imagina o que é ter essas condutas em 4, é muito fácil, tu chegas lá à porta, tens uma garrafa, chegas ali e pronto, livras-te daquilo para o sítio certo. Aí faz todo o sentido separar.” (34, não separa, rural qualificado).

Em suma, os ecopontos são uma peça de mobiliário urbano presente no concelho de Sintra, sob vários formatos e modelos e enquanto equipamentos inseridos no espaço público reflectem a dinâmica social de cada zona estudada, seja através do seu uso, seja através do seu estado de limpeza e conservação. Assim, enquanto componente material da prática do despejar o lixo, separado ou não, há que dar uma atenção específica ao contentor e ecoponto em si mesmo, enquanto infraestrutura colectiva do sistema de recolha selectiva de RU que activa de uma determinada forma a política pública.

Um determinado tipo de contentor “propõe” que o lixo seja despejado de uma determinada forma, à qual os residentes se tentam adaptar e corresponder da melhor forma (ou não). E é através do uso que fazem do equipamento disponibilizado, que a população “responde” às “propostas” nele implícitas por parte das entidades com responsabilidades no sector dos resíduos. Trata-se de uma relação de interacção mediada de forma muito particular pelo contentor-ecoponto e isso implica um reforço nessa mediação, cujas formas podem variar.

Tal como cada caixote do lixo-ecoponto doméstico é personalizado e “criado” pelo agregado, também se observa a especificidade de cada contentor-ecoponto colectivo. Cada contentor-ecoponto colectivo revela-se único na interacção com o espaço onde está colocado e na interacção com as pessoas que o usam de forma diferenciada, sejam residentes, sejam pessoas de passagem. Dada a especificidade de cada contentor-ecoponto e as disparidades experimentadas pelos seus residentes, por vezes até se dúvida que se trata da mesma entidade que faz a recolha, a manutenção e a limpeza no concelho.

Por seu turno, observa-se um desconhecimento sobre a identidade da entidade que assegura a limpeza e a recolha de lixo, o que reflecte também o facto da empresa não se “mostrar” publicamente de uma forma mais efectiva. Por um lado, o seu nome “HPEM” com as suas iniciais pintadas em alguns veículos de recolha, na verdade não quer dizer coisa nenhuma.

Além disso a maior parte das pessoas não presencia a recolha, ou porque é de noite e apenas ouve o barulho de sinalização da marcha-atrás do veículo ou o inconfundível som de um vidrão a ser despejado.

A importância da escolha de um sistema de recolha de lixo - e os materiais associados a esse sistema - merece uma reflexão política sobre o papel da contentorização nas práticas dos agregados, na sua performance de despejar o lixo, nas suas implicações nos gestos e nos tempos quotidianos, assim como nos cenários das envolventes das residências.

Uma possibilidade de conferir uma certa unidade ao sistema pode passar pela harmonização através da manutenção e de inscrições nos ecopontos, equacionando esta rede infraestrutural como um meio de comunicação com a população.

Para além de um carácter mais directamente associado à forma e enquadramento do ecoponto no espaço público, fica expresso o reforço do desejo de que o lixo “desapareça” o mais rapidamente possível “para longe da vista”, assim que sai da esfera doméstica, o que favorece o perpetuar de uma noção parcial do ciclo do lixo e um certo desinteresse manifesto em relação ao destino do lixo, que era bom que simplesmente se desfizesse (Thompson, 1979).

Por isso mesmo, não é de admirar que o destino do lixo continue a ser outra incógnita. A excepção surge quando o percurso de algum dos elementos do agregado se tenha cruzado, por mero acaso, com uma actividade da escola, ou de um grupo de escuteiros, ou até com a Iniciativa Ecofreguesias, em que se tenha proporcionado uma visita à Tratólixo. Ou então, porque se conhece alguém que lá trabalha. Ou ainda por a estação de tratamento se dar a conhecer de uma forma menos agradável – através do seu cheiro – a quem vive perto ou tem um trajeto pelas suas imediações e já sentiu o seu odor trazido pelo vento.

Assim, apesar de um contacto quase diário entre a população - no acto de despejar o seu lixo privado nos contentores-ecopontos colectivos – e a entidade de recolha – no acto de recolha do lixo público, trata-se de uma relação muito pouco próxima e quase ausente.

A associação mais forte remete para a responsabilidade da Câmara Municipal, ainda que, como se viu, actualmente estes serviços estejam entregues na sua totalidade à HPEM, que apesar de municipal, se gere de uma forma autónoma. Outros serviços, relativos à recolha de verdes e de monstros, revelaram ser pouco inteligíveis quanto ao seu funcionamento e pouco conhecidas do público.

Em termos das expectativas mútuas sobre o desempenho de papéis entre população e entidade responsável pela recolha, de uma forma geral, são fracas. É como se não esperassem muito uns dos outros em termos de assumir uma responsabilidade partilhada sobre o bem comum do espaço público e sobre o destino do lixo público produzido na esfera privada.

Neste contexto revela-se a importância de desenvolver uma lógica “*side by side*”, uma nova forma de relacionamento entre as entidades públicas e a população em torno da solução para o problema lixo. Pela sua proximidade à população e à realidade local, como já se referiu anteriormente, as entidades do poder local encontram-se numa situação privilegiada com grande potencial para desempenhar elas próprias um papel efectivo de mediadoras entre as políticas nacionais e os cidadãos.

IX

Capítulo

Sobre o espaço público, a comunidade e a participação

O “para onde?” segue o lixo que foi “deitado fora” é o tópico de partida da análise deste capítulo no olhar sobre o destino final do lixo que, como se viu, é desconhecido para grande parte da população. As pessoas que sabem, foi um conhecimento que adquiriram pelo seu trajecto específico e quase “por acaso” e não porque faça parte da informação local de um residente de Sintra.

O sair para fora do espaço privado para o espaço público do “indesejável” e “imprestável” lixo nas nossas residências para um destino incógnito e sobre o qual pouco se questionam reflecte a **interacção que se estabelece com o colectivo e com o que é comum**. E se o lixo se espalha pela rua, espelha uma forma de relação com esse espaço comum e público, assim como, quando a rua está limpa e os contentores colectivos bem acondicionados também “espelham” a atitude de um colectivo. A forma como se despeja o lixo no espaço público reflecte responsabilidade e respeito pelo que é comum.

Esta questão articula-se com o conceito de *empowerment*, o que está relacionado com as competências e capacidades de participação pública e uma atitude assumida de pertença a uma comunidade que tem um lixo comum a tratar, um lixo criado por todos. Mesmo na ausência de uma participação social activa, o lixo não deixa por isso de ser um “património” comunitário material que ocupa espaço e polui o espaço público, desde a escala da rua onde se reside, à escala da Terra onde se habita. Mas a capacidade de influenciar e decidir sobre o destino que pode vir a ter o lixo que se deita fora ainda não está apropriada de uma forma transversal em termos sociais, ainda que haja alguns sinais de capacidade cívica em torno do “lixo que circula”, por caminhos diferentes dos contentores-ecopontos de recolha, prolongando a vida dos objectos, resgatando-os de um final prematuro em aterro,

No conjunto de estudos internacionais que têm vindo a desenvolver-se no sentido de identificar as variáveis com mais influência na adesão às práticas de separação do lixo para reciclagem (Barr *et alia.*, 2003), não surge nem a importância do espaço público, no que diz respeito à sua qualidade e estado de limpeza, nem à satisfação com o local de residência como variáveis influentes. No entanto, no caso de estudos realizados sobre a realidade da sociedade portuguesa (Schmidt e Martins (coord.), 2006, 2007; Schmidt e Valente, 2009), evidencia-se a importância destas variáveis, revelando uma especificidade que requer um aprofundamento.

A análise ao conjunto de dados sobre a percepção em relação ao local, por quem nele reside e a forma como vivencia essa realidade, procura dar alguns contributos analíticos sobre a importância do espaço público no acto de “despejar o lixo”, assim como na mobilização de carácter comunitário em relação ao bem comum envolvente.

IX.1. O lixo que se espalha e espelha nos destinos ilegais

A forma como se despeja o lixo reflecte uma postura relativamente ao espaço público, a qual tem efeitos a vários níveis. Assim, para além das mini-lixadeiras - lugares junto aos contentores do sistema de recolha, transformados em plataformas de despejo, de acumulação, de sujidade e de desordem, - que de tempos a tempos são limpas pela entidade responsável pela limpeza e higiene pública do concelho e fazendo seguir esse lixo acumulado fora do contentor para um destino integrado no sistema nacional (a Tratolixo, que lhe dará o destino adequado possível), continua a assistir-se a **despejos ilegais**, em particular, entulhos de obras, sejam pequenas ou grandes.

No entanto, para quem vive há mais tempo no concelho, refere uma grande evolução desde os anos 80, relativamente aos despejos ilegais, sobretudo na serra de Sintra.

“No tempo em que estava no Lourel [década de 80]) não se fazia nada nem se ouvia falar... havia uma lata na estrada e pumba as pessoas metiam tudo lá para dentro e nas florestas aqui em Sintra era constante, sofás e tudo abandonado na floresta mas agora tu pões ao pé do caixote e levam, levam tudo. Não há razão para levarem o entulho lá para cima para a serra. Era horrível, entulho dos construtores, mandavam para lá tudo, pessoas como sofás e camas velhas. Agora nunca mais vi, está muito melhor nesse aspecto (...)Em Inglaterra, por exemplo, até põe câmaras para apanhar as pessoas que continuam a fazer esse tipo de coisa, porque lá é mais difícil para se desfazer de um sofá por exemplo, tem-se de pagar para a câmara ir lá buscar. Aqui eu acho uma maravilha, põe-se ali ao pé do lixo e eles levam, mesmo sem telefonar. Lá tem de telefonar, tem de marcar e tem de pagar. E muitas vezes vão ao campo e sofá “back”, deitam em qualquer sítio.” (62, suprema, rural qualificado)

Se a situação na serra é percepcionada como tendo sido alvo de uma acção de limpeza por parte de entidades públicas e se mantém limpa, muitos outros locais ainda continuam a ser alvo de despejo de entulho - terrenos baldios, em locais pouco visíveis e sem estradas alcatroadas, tanto em áreas rurais como suburbanas. A existência de placas que assinalam a proibição de despejos e as coimas a que estes despejos ilegais estão sujeitos, não são suficientes para dissuadir essas práticas.

“Nós vemos daqui, alguém pára e colocava junto ao nosso contentor ou no outro lado da estrada que é campo, mas não consegue tirar a matrícula e se a pessoa vai lá, já fugiu. Agora cada vez é mais, todas as coisas, pneus, televisores, cada um manda o que quer, fica esquecido, ninguém passa por lá, já puseram placas de proibido fazer entulho por causa da coima. A esta hora, quando acaba o trabalho, já terminou a obra em casa, é quando aparecem...” (49, não separa, rural).

Para além disso, o destino pode ter ainda outro destino “ilegal”, observado frequentemente na zona rural, através das **queimadas** agrícolas e florestais, nas quais são queimados - para além dos verdes das podas e do que resulta das limpezas de terrenos - todo o tipo de lixo a céu aberto, incluindo plásticos, que invadem com o seu cheiro e poluição o ar do campo, a que já fizemos alusão no ponto relativo aos destinos lixo no espaço privado.

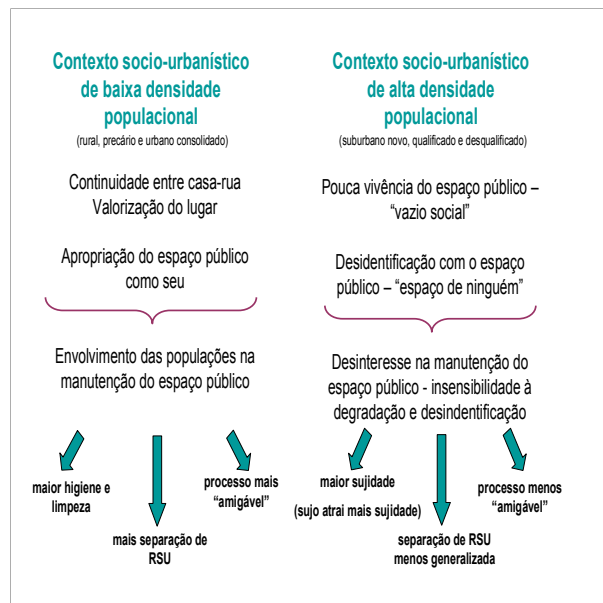
Sem culpas e sem multas, tendo em conta as observações directas e conversas informais registadas no diário de campo, recomendam que a mudança destas práticas tradicionais bem enraizadas no mundo rural agrícola, sejam alvo de um acompanhamento especial, por parte de entidades responsáveis ou intermediários que funcionem como mediadores sociais, através por exemplo da cooperativa ou da Junta de Freguesia, de uma forma cooperativa *versus* proibitiva, evitando incorrer nos “choques culturais” com o ICN- Parque Natural de Sintra Cascais, que acabam por ser pouco eficazes na efectiva mudança social das práticas

IX.2. Satisfação com o espaço público envolvente da residência

Se os entulhos são despejados na espaço público, mas tendencialmente de forma oculta e de modo a ficar escondidos pela sua “ilegalidade”, a forma como se despeja o lixo quotidiano no espaço público envolvente da residência, espelha a relação e a satisfação com o local.

O conjunto dos resultados obtidos durante o trabalho desenvolvido pelo Separa® – sintetizados no esquema que se segue - aponta para uma relação entre a (in)satisfação residencial e a própria prática da separação. Com efeito, em situações onde os problemas da sujidade e desleixo são muito sentidos, a tendência observada é para uma mais fraca taxa de separação. A insatisfação residencial que tem a sua origem nos problemas de desordenamento - na oposição à valorizada “ordem” - como a sejam as faltas de estacionamento, de espaços verdes, de organização urbana e de limpeza, revela-se pouco propícia ao exercício da separação.

Figura IX.1. Esquema comparativo entre contextos socio-urbanísticos



Fonte: Schmidt e Valente, 2009

Um espaço público cuidado e acarinhado, com a existência de funções de convívio local, reconhece-se como um bem comum a preservar e é como que um prolongamento da casa, um local onde se sentem bem, com um efeito de continuidade entre casa e rua, favorável ao espírito colectivo e comunitário (Schmidt e Valente, 2009).

Quando o espaço público revela sinais de um certo abandono e “vazio” de um “não-lugar” (Augé, 1994), a rua funciona como lugar de lixo e o “contentor” começa logo de fora da porta (ou da janela da casa ou do carro...), sendo ecoponto é apenas um “portal” inevitável de depósito, porque precisam que o lixo lhes saia de casa, sem lhes interessar, no entanto, nem para onde vai, nem o que lhe irá acontecer. O caso das Mercês, na Freguesia de Algueirão-Mem Martins, revelou de forma significativa, como a existência de lixo nas ruas gera mais

sujidade e pouca separação. Nestes locais, as pessoas tendem a recuar a fronteira com o exterior para a parte de dentro do próprio espaço doméstico, quebrando a continuidade entre casa e rua. (Schmidt e Martins (coord.), 2006, 2007; Schmidt e Valente, 2009).

É nestes cenários distintos que os actores assumem o seu papel, com mais ou menos *empowerment*, no acto de depositar o lixo que produzem. A qualidade desse acto define parte do trajecto que o lixo prosseguirá e os cidadãos são nesse momento um agente activo no ciclo, ao desencadear impactos nas etapas que se seguem.

Assim, com base nesta importância atribuída ao espaço público, é interessante analisar o que mais preocupa os residentes do Concelho de Sintra a este nível. A interacção directa dos residentes com os contentores/ecopontos colectivos, enquanto plataformas de passagem de lixo doméstico a resíduos urbanos, proporciona um momento de contacto directo com a envolvente desse equipamento urbano.

A pesquisa empírica tem revelado como o estado de conservação e limpeza dos ecopontos e a qualidade do espaço público envolvente são aspectos que se repercutem na atitude das pessoas em relação ao lixo em geral, e em particular à forma como o despejam, isto é a forma como o transferem da esfera privado para a esfera pública. Nesse sentido, é relevante para a análise ter em conta a visão que os residentes em Sintra têm relativamente aos **problemas de lixo e aos problemas de espaço público que afectam a sua zona de residência**.

Quadro IX.1. Quais os problemas que precisam de ser resolvidos com mais urgência ao nível do lixo, no local onde vive? (%) (resposta múltipla)

Existência de entulho, restos de lixo, objectos de grandes dimensões	36%
Estado de limpeza e conservação dos ecopontos e/ou contentores	33%
Falta de ecopontos	28%
Má distribuição de ecopontos	20%
Frequência de recolha de lixo	18%
Não existe nenhum problema ao nível do lixo	22%
	N=501, 2006

Fonte: Base de dados Separa®, 2006

Para 22% dos residentes não existe nenhum problema ao nível do lixo no local onde vive. Por seu turno, relativamente às infraestruturas do sistema de recolha selectiva, verifica-se que cerca de um quarto das respostas aponta a *falta de ecopontos* e a *má distribuição de ecopontos*, o que indicia a percepção de que o ecoponto mais perto de casa está *longe* para

24% dos residentes no concelho de Sintra, em particular em contexto rural.

A *frequência de recolha de lixo* é a categoria menos assinalada neste conjunto de problemas de lixo a nível local, até porque existe uma percepção que o lixo indiferenciado é recolhido praticamente em todos os locais, num regime diário. Ou seja, a frequência da recolha não parece ser uma questão crítica na maior parte do concelho, mas a forma como essa recolha é executada e a própria manutenção e limpeza dos ecopontos como parte de um serviço é que é alvo de maior sentido crítico por parte dos residentes, como já ficou expresso anteriormente.

O alheamento em relação ao lixo “público e colectivo”, nomeadamente ao que lhe acontece após ter saído da sua esfera privada e doméstica, é difícil de manter em relação ao lixo que vai ficando, de forma mais ou menos permanente, nas imediações das suas residências. Assim, no topo desta hierarquia de problemas por resolver surge a *existência de entulho, restos de lixo, objectos de grandes dimensões* e o *estado de limpeza e conservação dos ecopontos e/ou contentores* em certas zonas do concelho, tanto urbanas como rurais, sinalizando um cenário de espaço público carente de cuidados e de atenção. Estas respostas indiciam a existência de problemas de manutenção do espaço público, seja por parte das entidades competentes, seja pelos próprios residentes, seja pela relação que se estabelece (ou não) entre essas entidades e os residentes.

O cuidar do espaço público no sentido de “tomar conta” (*caring*), articula-se com o sentimento de pertença e identidade local que tem um conjunto de consequências ao nível da vivência e convivência com o lugar onde se vive. Assim, para muitos dos residentes no concelho o principal **problema do espaço público** a ser resolvido com mais urgência é a *falta de espaços verdes/jardins públicos*.

Quadro IX.2. Quais os problemas que precisam de ser resolvidos com mais urgência ao nível do espaço público, no local onde vive?(%) (resposta múltipla)

Falta de espaços verdes/jardins públicos	43
Mau estado/manutenção insuficiente das ruas, passeios, parques infantis,...	35
Falta de estacionamento	34
Existência de dejectos caninos	32
Falta de limpeza e higiene das ruas, passeios jardins	30
Falta de estradas, passeios arruamentos	19
Não existe nenhum problema ao nível do espaço público	4

N=501, 2006

Fonte: Base de dados Separa®, 2006

Mas todas as categorias, no entanto, apresentam valores que indicam carências ao nível falta de um espaço público cuidado. Esta tendência das respostas no concelho de Sintra ainda é mais visível quando comparada com os outros concelhos vizinhos (Cascais, Oeiras e Mafra) (Schmidt e Martins (coord.), 2007). A falta de limpeza das ruas com a presença de dejectos caninos e um mau estado dos arruamentos e passeios mostra um cenário residencial e quotidiano marcado por sujidade e desordem.

“O pior para mim nessas coisas em Portugal é o acabar os passeios, quando fazem construções novas não acabam, os jardins, as estradas e os passeios e há zonas com que até fico admirada lá para Mem Martins, que aquilo era horrível ou Lourel e agora está arranjado. E faz uma diferença tão grande com os passeios e os canteiros bem tratados. E as pessoas se vêem que as autarquias tomam conta, eles também vão tomar conta, é natural... Há que dar o exemplo do cuidar” (62, Suprema, Rural qualificado)

Se é certo que está presente um discurso crítico relativamente ao cuidado do espaço público, quando os lugares são cuidados, isso salta à vista e é reconhecido.

“A Vila de Sintra está ótima, pois tem de estar pelo turismo, vê-se que eles estão mais ou menos em cima. As praias estão muito melhores agora do que estavam, sem comparação com os anos 80, mesmos os parques das crianças muitos deles já foram remodelados, são mais seguros.” (64, integral, urbano consolidado)

Contudo, em muitas outras zonas menos visíveis e turísticas, a falta de limpeza é bastante evidente e até tem vindo a piorar, nomeadamente nalgumas zonas de subúrbios.

“O que me irrita também, uma coisa que agora me estou a lembrar, dantes, pelo ano 2000 todos os jardins eram muito cuidados e limpos, hoje em dia está tudo cheio de lixo e é tudo muito descuidado. Não havia lixo no chão, nada, hoje há lixo por todo o lado, é horrível. Nota-se bem a diferença, quando mudou a câmara a fazer o serviço e agora a empresa, não sei como se chama mas sei que é uma empresa, é muuuito pior. Com a mudança de partido na Câmara a seguir, mudou muito, passeios cheios de lixo, não apanham nada (...) e não gosto daquela lixeira que está aqui à minha frente, ou coisas de obras, vão pondo ali, entulhos e coisas assim, não gosto nada. Não é confortável, provoca-me desconforto estar aquilo sempre ali.” (39, integral, urbano novo).

No que concerne a questões de higiene e limpeza urbanas, para além da sujidade articulada ao

lixo, a higiene das ruas é também manchada pelos dejectos caninos, questão transversal tanto a zonas rurais como urbanas e que acende algumas células de indignação.

“Não percebo porque é que as pessoas abrem a porta e dizem ao cão 'vai lá fora fazer cócó'. O que é que as pessoas estão a pensar? Será que elas não andam na mesma rua? Ora 2 cócos por dia, a 30 dias por mês, faz 60 cocós, a 12 meses faz 660 por ano... aqui na rua são 5 cães e só nós é que apanhamos com um saquinho. Temos de andar com cuidado... a vizinha aqui da frente que não tem cão ajuda pondo terra por cima. Já a vi com uma pazinha a por terra por cima. O cão é deles mas o cóco do cão já não é...” (33, parcial, rural)

“Péssimo, péssimo, péssimo, é cagas de cão em todo o lado em Portugal, é uma coisa que as pessoas têm de aprender. As pessoas levam o cão para fazer no meio da rua, mas não apanham, mas as próprias pessoas vão passear naquelas ruas, eu não entendo. Aqui e em todo o lado, Lisboa é horrível, é um pavor, não podes andar sem olhar para o chão... mas um dia destes começo uma campanha a apanhar os cocos de cães aqui na minha rua para chamar a atenção e para verem como se faz... Vou apanhar tudo e ponho numa bacia ao pé do café, e vou escrever. “isto estava na minha rua, perdeu-se isto” (ri-se) vou fazer uma gracinha assim do género “É de alguém?”(...) Na semana passada estava junto à praia e aparece uma senhora a passear dois brutos cães pela areia. Um deles faz cóco e ela apenas tapa com areia, eu fui atrás dela, 'como é que você pode fazer uma coisa destas numa praia linda como esta? É um perigo para as crianças'. Desculpou-se porque tinha estado a trabalhar todo o dia e 'cheguei a casa e não tive tempo para pegar num saco de plástico'... (62, suprema, rural qualificado)

Este cenário pouco atraente e pouco convidativo traçado pelas percepções dos residentes relativamente a alguns aspectos, revela a falta de cuidado a que parece ser votado o espaço público em muitas localidades de Sintra, como se fosse “terra de ninguém”, seja por parte das pessoas residentes (que sujam e não cuidam), seja pelos poderes públicos em geral (que não mantêm, que não limpam convenientemente, nem proporcionam a criação de espaços verdes e de usufruto colectivo).

No entanto, não se pode esquecer que se trata de um concelho de contrastes, nomeadamente entre uma zona rural com mais amplitude de horizonte e uma zona de elevada densidade populacional que se concentra ao longo da linha de Sintra, onde problemas como a *falta de espaço, seja de estacionamento, seja de parques urbanos* são factores mais críticos.

No caso de Sintra, verifica-se que a satisfação residencial, comparativamente com os outros concelhos limítrofes, apresenta valores mais baixos, ainda que a categoria satisfeito concentre

a maioria da população, o que se articula com mecanismos de autovalorização e conformismo relativamente ao seu local de residência, o que vem ao encontro de dados relativos a esta temática (Almeida (org.), 2000 e 2004; Schmidt e Martins (coord.), 2006 e 2007; Schmidt, Truninger e Valente; 2008).

Em termos de tipo de envolvente, identifica-se que é nos contextos urbanos que a satisfação é menor, por comparação com as envolventes rurais e como o urbano consolidado do núcleo de Sintra. As percentagens de “muito satisfeito” são bastante explícitas desta diferença.

Quadro IX.3. Grau de satisfação residencial com tipologia do local (%)

	Total	Urbano consolidado	Urbano recente	Rural	Rural Qualificado
Nada satisfeito	2,2	0,7	3	3,6	0
Pouco satisfeito	11,2	7,8	12,9	12,5	9,5
Satisfeito	76,5	81,6	77,9	64,3	66,7
Muito satisfeito	9,6	9,2	5,3	19,6	23,8
N=502, 2007					

Fonte: Base de dados Separa®, 2007

Um dos sintomas da insatisfação residencial é o indicador de desejo de mudar de residência manifesto por 46,8% da população do concelho de Sintra, sobretudo residentes nos subúrbios mais desqualificados, mesmos que alguns sejam urbano novo. As razões que mais apontam para esse desejo de mudança são o que designo de “falta de conforto social”, que inclui a má vizinhança, a falta de civismo, a falta de segurança e a falta de convívio.

“Gosto menos do facto de ser um 3º andar sem elevador e a parte dos barulhos que tem a ver com a linha dos comboios e por vezes também uma certa má relação com os vizinhos do prédio pelo barulho, e é assim pouco civilizado com os cães e o lixo..., deixam à porta o lixo de um dia para o outro, e os cheiros, do final da tarde até ao outro dia... mas nunca ninguém falou sobre isso... (suspira) se calhar como não são muitos dias seguidos acabamos por não querer entrar em conflito, não querer chatices e aguentar... tenho imensa a vontade de mudar para uma vivenda para ficar isolada e para ter ainda um espaço privado quando saio da porta da rua, essa possibilidade para mim significa uma maior qualidade de vida.” (40, suprema, urbano novo).

“Infelizmente falta um pouco de civismo mesmo e até educação no próprio prédio, nós tínhamos dois vizinhos aqui da frente que era lixo na minha porta o tempo todo, comiam coisas e deitavam para aqui no patamar, chegámos a criar regras no condomínio, mas esses foram mesmo despejados,

porque a porcaria que eles tinham, o cheiro, os bichos já saiam para fora, não conseguiam manter, não existia mesmo educação, eu não sei se vem da cultura deles. Eram uns 5 ou 6, tinham 3 ou 4 filhos. Nunca pensei que uma casa pudesse ficar naquele estado. Aí sim, era lixo, impregnado em tudo o que você possa imaginar. (39, integral, urbano novo).

Um segundo nível de razões para desejar mudar de casa é a falta que sentem de espaços verdes ao ar livre, que permitam um contacto com a natureza.

“Sinto falta de espaço, de campo para eu poder ter o Tomás a brincar na rua, ter um espaço para brincar livre. Sinto-me enclausurada. (...) Eu sinto que ele precisa de espaço e sente-se muito bem a mexer na terra, vem mais calmo, expande um bocado a energia. Esse desejo veio mais com ele.” (38, integral, urbano novo)

Em terceiro lugar, surge a “falta de ordenamento” que agrega a falta de organização em termos de estacionamento, a falta de organização urbanística e o excesso de agitação. São um conjunto de faltas articuladas, sobretudo a contextos urbanos, *“onde a gente trabalha, onde a gente circula, é muito stressante, andar para a frente e para trás...”*.

Quadro IX.4. Considera que a zona/bairro onde reside é uma zona ...(%)

Com lugares de convívio	50,10
Com espaços verdes	48,30
Com equipamentos desportivos/culturais	49,49
Bem organizada do ponto de vista urbano (edifícios, ruas, praças...)	75,40
Limpa	64,11
Segura	74,44
Com serviços suficientes (correio, banco, farmácia, comércio, escolas)	83,83
Com bom ambiente de vizinhança	83,84
Tranquila/sossegada	85,37
De fácil acesso?	86,14
	N=502, 2007

Fonte: Base de dados Separa®, 2007

Para os que residem em contexto rural não qualificado, é a falta de infraestruturas de conveniência, como serviços e acessibilidades, em particular em termos de transportes públicos, que mais motivam a vontade de mudança para estes residentes. Para obter uma

caracterização da qualidade dos locais de residência os inquiridos eram questionados sobre um conjunto de indicadores. De uma forma dominante, os residentes do concelho sentem que estão numa zona de fácil acesso, tranquila, com boa vizinhança e com serviços de conveniência.

“É um sítio que está próximo de muita coisa, em termos de acessibilidades é muito bom, está perto das coisas como os bancos, os supermercados, e ao mesmo tempo está ao pé da parte mais bonita do concelho que é Sintra e a serra e portanto em pouco tempo nos pomos lá. E não é opressivo porque não temos logo um prédio a 5 metros de distância e é bom para estacionar.” (40, suprema, urbano novo)

Em termos de acessos, a questão da falta de transportes públicos seja assinalada por quem vive em zonas rurais ou urbanas novas, cuja percepção de acessibilidade está relacionada com o facto de ter carro.

“Os transporte públicos, existem poucos, só o autocarro, duas carreiras, eu às vezes uso, mas as tarifas são muito caras, compensa ir de carro em termos monetários, só não vou de carro quando não o tenho. Estava habituada em Mem Martins ter o comboio que me levava a todo o lado e não era tão caro.” (37, suprema, urbano novo).

“Não me desagrada assim muito directamente porque tenho carro mas quem não tem carro aqui demora eternidades a chegar onde for porque os transportes públicos aqui são uma vergonha e para ires para Sintra ainda vais à Praia das Maçãs e ao Magoito, não faz sentido nenhum. É uma coisa que deveria ser melhorada.” (33, integral, rural).

Para além destas características mais transversais relativas a acessibilidades, conveniências e sossego social, há um segundo conjunto de indicadores relativos à segurança e ao ordenamento urbanístico que cerca de um quarto dos inquiridos considera ausentes da sua zona de residência, e um terço afirma que a zona em que vive não é “limpa”. Estas características – *Segurança, Ordenamento e Limpeza* – constituem um conjunto de indicadores de qualidade residencial que denominei “Zona SOL”.

Por último, a presença de lugares de convívio, equipamentos desportivos/culturais e de espaços verdes apenas *privilegia* cerca de metade dos residentes deste concelho, o que num concelho com tanta população residente, metade significa muitas pessoas e muitos quotidianos carentes deste tipo de espaços de âmbito colectivo e comunitário. A este conjunto

de indicadores de qualidade residencial denominei “Espaços de Estar”.

Tendo estas características distintas de infraestruturas como referência, realizou-se uma análise de *clusters*, que permitiu identificar locais tendo em conta a sua presença e/ou ausência. De acordo com as respostas dos inquiridos, 42% vive em locais com ambos os tipos de infraestruturas. Cerca de um quarto reside em locais sem nenhuma destas infraestruturas e outro quarto vive em locais numa zona SOL mas sem Espaços de Estar. Por fim, são mais raros os locais em que há Espaços de Estar mas não são uma zona SOL.

Ao localizar estas características da qualidade do local no tipo de envolvente, verifica-se que nos contextos urbanos mais recentes, segundo a perspectiva de quem lá vive existem “apenas casas”, sem Segurança, Ordem, Limpeza e Espaços de Estar. No concelho de Sintra, é no rural qualificado que a presença de ambas é mais generalizada.

Quadro IX.5. Tipo de zona por tipologia de local

	Total	Urbano consolidado	Urbano recente	Rural	Rural Qualificado
Sem Zona SOL e sem Espaços de Estar	25,3	14,9	34,6	25	2,4
Com Zona SOL mas sem Espaços de Estar	25,5	19,9	35	10,7	4,8
Com Espaços de Estar mas sem Zona SOL	7,4	9,9	6,1	10,7	2,4
Como Espaços de Estar e com Zona SOL	41,8	55,3	24,3	53,6	90,5
					N=502, 2007

Fonte: Base de dados Separa®, 2007

Para além das características de qualidade de residência que existem, ou não, pedia-se que os inquiridos identificassem quais as rotinas que tem no local onde vivem. No topo destas actividades rotineiras encontra-se ir despejar o lixo, seguido dos serviços e do consumo de primeira necessidade, isto é, são práticas com um carácter utilitário. Ir ao café, estar com amigos e família e passear pelas ruas e conversar com os vizinhos são actividades de segunda linha, que fazem parte do dia-a-dia de cerca de dois terços dos inquiridos.

As restantes actividades, que se prendem ou com condições específicas da vida dos inquiridos, como ter cão ou crianças, ou a com a existência de determinadas infraestruturas, como espaços verdes ou parque infantil, apresentam valores mais baixos.

É interessante observar a predominância da prática de depositar o lixo quando se aborda questões de vivência quotidiana com e no local. Isto é, mesmo naqueles contextos em que a

vivência com o espaço envolvente da residência vai pouco além de um momento de transição do carro para a residência, depositar o lixo é a única ocasião em que certos residentes percorrem o espaço público envolvente da sua residência – mesmo que não ultrapasse os 100 metros – no intuito de concretizar uma prática (Schmidt e Martins, 2006).

IX.3. A participação local

No âmbito da vivência quotidiana, a questão da participação a nível local é um indicador de envolvimento e de interesse espaço público comum, que tem efeitos ao nível da atitude relativamente à preocupação ao que acontece ao lixo – que também se torna “comum” - depois de ser deitado fora.

Partindo da análise de um conjunto de dados sobre esta temática, identificaram-se 3 grupos de inquiridos que se posicionam de forma distinta em relação à **participação local** (nota com a indicação das perguntas que juntei).

Quadro IX.6. Atitudes em relação à participação local (%)

Já participaram localmente e estão disponíveis a participar	6,4
Os que não participaram mas estão disponíveis a participar	23,2
Os que não participaram e não estão disponíveis a participar	70
	N=502, 2007

Fonte: Base de dados Separa®, 2007

Mais de dois terços da população do concelho revela-se pouco participante a nível local (70%), não mostrando à partida grande apetência e disponibilidade para o fazer. Esta posição não participava em prol de um desenvolvimento local, parece resultar de uma **ausência persistente de cultura participativa** no país, que vários estudos sobre a sociedade portuguesa vêm identificando (Cabral, 2000). Encontra-se neste grupo uma parte da população com mais idade, por exemplo, com a saúde debilitada, que se afastam do local, como se já não pertencessem a nenhum sítio: “*isso já não é para mim*”. Também congrega inquiridos em idade de pré-reforma, numa fase de saturação, que se reflecte no “desligar” do local.

“Dei catequese durante muito tempo mas depois também comecei a ficar mais cansada e com menos apetência para isso e fiquei só com as aulinhas e agora estou naquela fase que já nem as aulinhas me

apetece. Já pedi a reforma, neste momento estou de baixa para forçar, para que eles me deixem vir embora.” (60, não separa, urbano consolidado).

No entanto, a falta de cultura participativa também está presente em grupos que pertencem a grupos etários mais jovens, mas distanciadas relativamente a essa possibilidade de acção colectiva, por nunca terem experienciado esse tipo de actividades ou, apesar de terem tido contacto anterior com formas de participação comunitária, no presente, não lhes faz sentido e não têm lugar.

“Eu sei que existe uma associação desportiva ou recreativa, mas nem sei o nome. A única vez que lá fui foi para votar e não sei que tipo de acção desenvolvem, não tenho conhecimento. Mas sou sincera, nunca pensei nisso, nunca coloquei essa hipótese de participar nalguma coisa aqui e por isso nem sei o que faria nesse sentido...” (32, suprema, urbano novo)

“Viemos viver para Mem Martins, depois de vivermos em Bissau, a seguir ao 25 de Abril e o meu pai começou logo a tomar conta de um terreno em frente ao nosso prédio e a transformá-lo em jardim e cuidá-lo e isso até ele ter voltado para a terra, há uns anos (...) Chegou a fazer uma árvore de Natal na rua numa das árvores que lá (...) Engraçado que mesmo no Verão, nas férias, houve sempre quem o substituísse e regasse. Agora aqui não, estes bairros novos não têm essa noção de deixar um espaço para as pessoas conviverem. Se calhar, se aquela zona fosse construída 10 anos depois, aquele espaço todo que havia, era mais uma fila de prédios...Mas mesmo que houvesse esse espaço aqui não me sentia com vontade de fazer o mesmo que o meu pai por iniciativa própria. Acho que não sou tão dada a coisas comunitárias...” (41, integral, urbano novo)

Observa-se um alheamento em relação ao local onde se reside, que combina e se acumula ao que se verifica também relativamente às entidades que fazem serviços de limpeza e de recolha de lixo na sua rua. Aliás, uma parte das respostas dos inquiridos que se afirmam disponíveis, embora não participem, apontam sobretudo o **desconhecimento** sobre a existência de actividades locais nas quais possam participar.

“Aqui também não há assim nada que se possa fazer.” (37, integral,rural)

“O que acontece é que neste momento não me sinto envolvida por nada aqui da comunidade, nem se quer tenho conhecimento, mas se calhar se a a minha filha frequentasse aqui a banda que é uma associação, tinha contacto com essas pessoas que organizam as actividades relacionadas com a banda e se calhar, quando houvesse alguma coisa, tentava participar de alguma forma.” (35, integral, rural).

“Uma coisa que eu noto em termos culturais, em Sintra é que poderia haver muito mais coisas e as que há são pouco divulgadas, isso noto. Há muita falta de informação, pelo menos de informação visível e se passo aqui um fim de semana que queira fazer alguma coisa tenho que ir procurar na net. Não há um placard que diga que há um concerto em Sintra este sábado às x horas. Acho que há pouca divulgação. Em Carnaxide havia uma dinâmica e sabia o que é que havia. Essa informação chegava até mim, não precisava de pesquisar, mesmo pelo correio chegava. Eu aqui não apanho uma agenda cultural, não há uma distribuição de agenda cultural nesta zona.” (33, integral, rural)

Quem não se afirma disponível para participar, justifica-se sobretudo pela **falta de tempo** no seu quotidiano, sem capacidade para integrar no seu ritmo de vida uma participação a nível local. Esta falta de tempo é sobretudo referida por inquiridos entre os 25-44 anos, que têm crianças menores de 12 anos no seu agregado familiar. Estas características reflectem uma fase do ciclo de vida com maior carga em termos de tempo ocupado, entre a conciliação de tarefas profissionais com as exigências familiares e domésticas que filhos pequenos trazem consigo. A esta acumulação de tarefas ainda acresce, para certas pessoas residentes no concelho, um movimento pendular diário casa-trabalho (frequentemente localizado em Lisboa), em trajectos que, seja de carro ou de transportes públicos, acabam por ocupar mais de 2 horas por dia.

“Antes de ter o emprego aqui em Massamá tinha que ir para Lisboa todos os dias, e não participava em nada localmente e depois com estas novas estruturas em que as pessoas entram directamente para a garagem, uma pessoa não convive nem fala com ninguém.” (40, não separa, urbano novo).

“As pessoas dizem que nunca têm tempo para nada e é verdade. Quando vivia em Rio de Mouro a minha filha era muito pequenina e o tempo que eu tinha era para ela e estava a trabalhar em Lisboa. Mas mesmo antes de ter a minha filha tinha três trabalhos, trabalhava na PT, trabalhava numa solicitadora e há noite tinha um barzinho nas Azenhas do Mar e portanto não tinha tempo para nada.” (37, integral, rural).

“A licença de maternidade deu-me uma oportunidade de sair um pouco do sistema, mas agora já voltei, e ainda que tenha mudado algumas coisas, é muito fácil ser-se comodista na agitação de todos os dias, de andar para a frente e para trás.” (42, integral, urbano novo).

“Se há coisas para fazer no meio onde eu estou, mesmo num grupo, eu ofereço-me para fazer e sempre o fiz aqui em Sintra, mas depois com os bebés fica um bocado complicado, porque qualquer

coisa que eu queira fazer tenho de arranjar quem assegure a logística dos miúdos e pedir favores.” (36, suprema, urbano qualificado).

Por seu turno, a análise sobre os 29,6% que se mostram disponíveis a participar são os mais jovens (18-24 anos) e mais escolarizados (ensino superior). Quase metade dos estudantes (47,8%) se inscrevem neste grupo, manifestando uma maior apetência para um certo tipo de actividades colectivas, ainda que não o façam mais porque há um certo desconhecimento sobre actividades locais, como já se referiu. Em termos de **constituição do agregado familiar**, os casais sem filhos pequenos ou as pessoas que vivem sozinhas são as que mostram uma atitude mais disponível.

“Quando ainda estudava participei em teatros, marchas populares em Bucelas onde vivia. Desde que saí de casa de meus pais e comecei a trabalhar deixei, mas agora faço trabalho de voluntariado desde Novembro com crianças, porque senti que tinha muito a ver comigo (...) Estava à procura de um voluntariado e este era o que melhor condizia. Os miúdos que nos são alocados até são mais para esta zona, por isso de alguma forma é local mas habituei-me muito ao carro e as distâncias não são significativas para mim.” (34, não separa, urbano qualificado).

Para quem já tem alguma prática de participação integrada no seu modo de estar na vida, quando têm filhos vêm-se confrontados com a retracção do seu tempo disponível, mas mantêm essa vontade em *stand by*, equacionando novas possibilidades de voltar ao activo comunitário.

“Antes de estar casada, pertencia ali à igreja, onde encontrei a forma mais próxima de eu me integrar e fazer alguma coisa. Ia visitar doentes e participava em várias actividades na paróquia. Depois, além do padre ter mudado, fui viver para Lisboa, no início de casada. Foi quando acabei o curso e ainda estive a angariar assinaturas para a Quercus e Geota para a não construção da nova ponte e tentei nessa altura ir para a Acreditar, mas tinham excesso de voluntários. Ia à Comunidade Vida e Paz oferecer roupa e coisas, mas depois com o trabalho era mais complicado, teria que ser à noite ou ao fim de semana e depois tive a Laura e depois o Miguel (...) Mas eu sinto essa necessidade de contribuir, sempre fui uma pessoa que se importou com os outros, gosto de fazer alguma coisa, não sou muito de estar acomodada, estou só à espera que o Miguel cresça mais um bocadinho.” (36, suprema, rural qualificado).

“Recolho roupa na minha escola, das minhas colegas e depois vou entregar à Santa Casa da

Misericórdia. Eu se tivesse mais tempo era capaz de ficar como voluntária lá umas 3 horas por dia, mas não tenho mesmo capacidade e agora com o bebé quase a nascer...Aqui na vila tem muitos idosos, precisam de algum apoio, por exemplo, quando vão ao posto médico, o posto tem uns acessos muito ruins, aquilo é custoso e a Santa Casa tem voluntários que vão com eles, ao médico, ao cabeleireiro, para eles não se perderem. Se calhar seria isso que eu investiria mais. Eu trabalho muito com crianças, mas aqui em Sintra eu investiria nos velhotes.” (34, suprema, rural qualificado).

Ao longo do trabalho de campo, sobretudo no contexto das entrevistas, evidenciou-se bastante uma valorização em relação à existência de uma dinâmica local e comunitária.

“Faz falta mais interesse pelo bem comum. Se as pessoas fossem mais generosas umas com as outras, isso iria facilitar-lhes a vida, elas até iriam ficar surpreendidas se experimentassem.” (33, parcial, rural).

“O bem comum não é um conforto social como a sociedade diz. Para a maior parte das pessoas é ter uma vida socialmente correcta, para mim ... é difícil explicar... era importante as pessoas criarem em si mesmas o ser solidárias, pensar no bem estar do próximo, se todos pensassem assim, havia um bem comum, uma vida mais confortável, uma tranquilidade comum.” (48, integral, rural qualificado).

Paralelamente a esta expressão sobre o **valor da participação a nível da comunidade**, é perceptível que há um potencial latente no sentido do bem comum, mas que não tem oportunidade de se expandir nem de se manifestar, porque nem sempre se encontram as iniciativas e as infraestruturas de acolhimento da vontade de contribuir para o colectivo que existe.

“Se houvesse mais gente que fizesse o mesmo e que me puxasse e dissesse 'olha, vamos fazer isto'. Mas não como é aqui, que nos damos bem mas ninguém tem a iniciativa. Claro que nós somos todos diferentes e vamos ter sempre objectivos diferentes uns dos outros, mas há algo comum, que é viveres bem, viveres neste prédio, estares tranquilo, ter harmonia... Se houvesse essa comunidade, pelo menos eu, sentiria-me muito mais incentivada. Eu já pensei nesse terreno [em frente ao prédio] mas como não percebo muito de agricultura... Já falamos os dois, mas ele [o marido] já teve uma experiência com o pai, que pegaram em terminados terrenos da Câmara e depois perderam tudo... (...) Gostava de me juntar a quem me ensinasse a fazer uma horta...” (39, integral, urbano novo).

Mesmo as instituições de solidariedade social mais “clássicas”, nem sempre têm **capacidade de absorver essa vontade e disponibilidade** das pessoas que as procuram para serem

voluntários. No caso de alguns reformados que têm essa apetência para serem activos socialmente, essa dificuldade de integração conduz a que acabem por expandir essa sua vontade no apoio aos filhos em idade activa, dedicando parte do seu tempo aos netos, e em actividades esporádicas e sem a continuidade que estão predispostos a oferecer.

“Eu já dei o meu nome ali em baixo na Paróquia para fazer voluntário com os velhotes ou com crianças, mas não me chamaram, não me disseram nada e por isso já estou um bocado...mas era uma coisa que eu gostava de fazer. Oferecemos a nossa participação na festa em 2010 aqui à Associação e também ajudamos uma vizinha que gostaria de fazer lá uma biblioteca e dei meia dúzia de aulas de ginástica de manutenção às vizinhas e pode ser que se recomece outra vez. Temos ali uma sala vazia, é uma pena.” (62, suprema, rural qualificado).

“A Igreja tinha um grupo de senhoras e eu, durante uns tempos tive a coordenar esse grupo, mas não durou muito para mim. Pensava que iria fazer um bom trabalho, o sr padre falou comigo mas não me avisou que era muito difícil trabalhar com a senhoras que são lá da igreja, não se pode mexer em nada porque tinha de ser assim e assim e puseram-me uma resistência muito...” (70, integral, rural).

Há, no entanto, **contextos de proximidade que favorecem a participação**. A presença de grupos locais com uma atitude de valorizar o local onde vivem, tem capacidade para introduzir uma certa dinâmica local – *“as coisas podem acontecer, basta vontade”* - que, se for cultivada e continuada, pode ser capaz de integrar a predisposição à participação e colaboração.

“É preciso ter forças para deixar o comodismo. Deixar o comodismo é sair do rodopio que está montado. Ou não é preciso sair, mas para isso é preciso que haja um suporte à volta, mais próximo, onde tu vives, onde estás inserida numa família alargada, que esteja em rede, como ali em Sintra nalguns grupos e movimentos de transição.” (39, integral, urbano novo).

“Há uma associação que é a 3pontos, uma associação jovem cultural e ambiental e às vezes eles fazem algumas actividades nas quais eu tento sempre participar. Fiz com eles uma espécie de feira ali no largo para promover uma peça de teatro, os miúdos fizeram workshops e eu estive lá ajuda-los. Não fiz mais porque a minha filha [6 meses] não estava muito espirituosa nesse dia. Algumas dessas pessoas são minhas amigas. São de cá, alguns já foram viver para Lisboa e voltaram. Mas acho que sinceramente se faz pouco a nível local, de promover os produtos agrícolas aqui da zona, o próprio artesanato... Eu sinto disponibilidade para organizar mais feiras e espectáculos e envolver a população, sim gosto disso. Em Carnaxide não fazia nada, é outro registo, é diferente. Há mais coisas

viradas para a parte cultural, mas não há tanto aquela coisa de comunidade. Quando as pessoas querem fazer alguma coisa dirigem-se mais a coisas mais formais, em auditórios, em vendas de Natal... Aqui é mais os vizinhos e amigos que se juntam para fazer alguma coisa. Se eu agora decidisse fazer alguma coisa ia agora ali à Maria, à D. Emília e falava pessoalmente com as pessoas e fazia com que se interessassem por isso. Em Carnaxide não ia desde o 12º andar até ao rés do chão...” (33, integral, rural).

Também os agrupamentos de escuteiros, com a sua estrutura e dinâmica continuadas mantêm, mesmo para os adultos, a possibilidade de uma certa participação a nível local, muitas vezes articulada com outras entidades locais, como se constatou na Iniciativa Ecofreguesias, à qual fizemos referência. Esse grupo acaba por se transformar numa **rede social e de amigos**, que passa a ser como uma família alargada. De realçar que a única vez que ao longo das entrevistas foi referida a participação na acção de Limpar Portugal em Sintra, que tem ocorrido todos os anos, foi precisamente integrada numa acção dos escuteiros.

“Gostava de me envolver mais com os escuteiros de cá de Sintra porque fazem muitas coisas, na serra e acções de sensibilização, o que me interessa mas estamos nos escuteiros de Mira-Sintra aos fins de semana e não dá para tudo e sentimo-nos ligados lá, conhecemos toda a gente, os padrinhos da Madalena são dos escuteiros, os padrinhos do bebé que vai nascer também são de lá.” (34, suprema, rural qualificado).

Uma outra forma das pessoas expandirem essa sua vontade de ser útil ao colectivo pode surgir através de uma situação de desemprego (com subsidio de desemprego) ou opções relativamente a **mudanças de vida**, por exemplo, prescindindo de um emprego com grande exigência de tempo e dedicação para situações de trabalho diferentes, ou passando a trabalhar por conta própria, ou mais próximo do local de residência, quebrando o vai-vem para Lisboa, de muitos dos que moram no Concelho de Sintra.

“Hoje consigo, mas há dez anos atrás não conseguia porque tinha uma vida muito complicada. Mudei a perspectiva de há 8 anos para cá, tenho uma mentalidade diferente, já não é só trabalhar trabalhar. (...) foi uma opção sair de uma grande empresa de construção e abrir um gabinete e as coisas são muito mais pacíficas e gere-se de outra forma. Hoje estou dedicada a ter uma estrutura diferente, disponível para outras coisas que dantes não tinha tempo para pensar. Fui eu que me disponibilizei para ter este tempo.” (53, suprema, rural).

“Faço voluntariado na Terra dos Sonhos, que é uma associação que ajuda e concretiza os sonhos das

crianças que estão doentes no IPO e crianças carenciadas. (...) Se eu tivesse um trabalho das 9 às 6 dificilmente poderia fazer voluntariado. Mesmo que as pessoas tenham muita vontade não estão disponíveis nas horas em que há actividades. As pessoas que estão como voluntárias são jovens que estão a estudar ou então pessoas reformadas, porque uma pessoa com a nossa idade não dá... no meu caso só consigo porque estou desempregada mas tenho o subsídio. Até às vezes para dar sangue [é dadora] é uma hora restrita, uma pessoa com horário das 9 às 6 não consegue, a realidade é mesmo essa. Até mesmo se vais entregar umas roupas, se vais a uma hora, dizem-nos que não pode ser, que tem um horário.” (37, integral, rural).

A questão dos **horários para ser voluntário** ou para contribuir para o desenvolvimento local é efectivamente, um constrangimento sentido com alguma frequência, por quem é mais disponível para participar e faz tentativas para isso “*mas nunca posso no horário em que eles funcionam.*”

Ainda que sem regularidade, a participação em actividades dos filhos, tanto na esfera escolar, como em actividades extra-curriculares constituem outras formas de participar a nível local. Há o reconhecimento por parte dos pais que são as crianças que por vezes os levam ao envolvimento local, ainda que pontualmente,

“Só através da escola dos miúdos, as várias mães acabam sempre por se envolver por causa das crianças.” (40, não separa, urbano novo).

“Eu tenho pouco tempo e então a minha vida social depois do trabalho é muito a vida social da Clara [filha] depois da escola, ou seja, quando ela fazia hip hop ia muito à Sociedade de Janas. Se eles me pedissem, por exemplo, para ir apanhar lixo na praia, eu ia de bom grado, porque acho que é importante participar nessas actividades, sem dúvida nenhuma.” (35, integral, rural).

No entanto, em relação à **participação de actividades na escola**, ou em colaboração com entidades de poder local, nem em todas as zonas se trata de uma participação isenta de dificuldades na relação entre pais e escola, o que tem como consequência o afastamento gradual de certas pessoas de um maior envolvimento, que seria possível se o contexto escolar e social tivesse outra abertura e capacidade de integração.

“Pede-se pouco a colaboração dos pais na escola. Enquanto a minha filha estava na primária, podiam ter aproveitado para fazer jardinagem com os pais, aproveitar para fazer coisas para o

desenvolvimento da escola. Não souberam aproveitar e depois é aquele mito que se cria, que a escola é o Estado e ele é que tem de tratar, não é os pais. Os pais têm muito disso e eu compreendo, como mãe, que temos de fazer algumas exigências, mas também sei que se nós queremos ver as coisas a andar para a frente, também temos de colaborar, não por uma questão de obrigação, mas porque queremos que os nossos filhos estejam melhor. (...) Na escola agora onde ela anda, no 6º ano, não chamam os pais e sinto um bocado a exclusão da escola. Não os professores, esses acho que gostariam de ter os pais mais presentes. Mas é muita gente e há muita gente conflituosa, e então a direcção da escola, os directores de turma têm uma relação um bocado estranha com os pais. Se tu fores excessivamente intrometido, tu sabes o que se passa lá dentro, se tu não quiseses ser chato ou persistente, não sabes de nada e eu fico nessa parte dos pais que não sabem de nada.” (35, integral, rural).

Também, na relação com instâncias de poder local é sentida uma certa relutância e **desconfiança por parte das entidades** em relação a quem se revela interessado em fazer alguma coisa pelo local onde vive.

“Quando as pessoas se mostram muito interessadas e fazem perguntas e gostavam de participar por vezes são mal tratadas e até desconfiam porque é que uma pessoa se está a oferecer para fazer alguma coisa...” (33, parcial, rural)

Segue-se um caso exemplar que revela a **desarticulação entre entidades de poder local** e, ao mesmo tempo, a dificuldade que os poderes locais têm em trabalhar em cooperação com as verdadeiras forças vivas da população.

“Não é muito boa a minha relação com a Junta. Dizem que eu sou a ecológica maluca, porque quando há alguma coisa que eu vejo que está mal eu telefono, manifesto-me, digo à Junta ou à Câmara para virem cá ver. Manifesto-me mais do que eles acham que eu deveria (risos) e agora puseram-se a fazer isto mesmo em frente à minha casa e não me consultaram nada. Um dia apareceram. Telefonei e apercebi-me que queriam por um churrasco e umas casas de banho ali, para quem? Para quê? Uma casa de banho sem água... movimenteimei-me um bocadinho e falei com os vizinhos e ninguém queria aqui churrascos e não se fez. Vai ser um parque de merendas e querem fazer uns jogos infantis no chão, mas cimentaram tudo. Deixaram-me um canteirinho, porque eu pedi, para pôr umas plantas que vou eu tratar e puseram 6 árvores. Vão ser grandes árvores, são tílias e aceres, vamos ter sombras e umas mesas para as pessoas poderem estar ali a conversar e jogar às cartas. Queria que tivesse ficado mais zona ajardinada, mas percebi que não, que eram eles é que mandavam. A minha ideia era mais comunitária, fazer um jardim de ervas de chás para as pessoas

irem lá quando precisassem, quando eu pensei ir lá a uma reunião já isto estava a andar com o cimento todo. É um lobby dos jardineiros que querem vender o produto à junta, um queria só relva, depois havia outro que não... depois os que queriam parque infantil mas que não pode ser porque a legislação não permite por causa da proximidade da estrada. Não houve uma reunião, houve meia dúzia deles que decidem “vamos fazer e pronto”. Mas acabou por ser com trabalho comunitário, o que é meritório. Um ofereceu a escavadora. A Jf comprou as árvores: custaram 800 euros, algum viveirista conhecido. Porque estas alminhas lembraram-se de plantar árvores em pleno verão, com obras à volta e sem água. Sou eu e a minha mãe que vai lá com uns regadores regar. O vizinho vai lá outras vezes, senão já tinham secado...A Junta de Freguesia não se entende com a Câmara Municipal e depois tenta fazer projectos sem a autorização da Câmara e depois vem e desfaz tudo.” (53, suprema, rural)

Ainda neste âmbito, no contexto das entrevistas, uma coincidência curiosa surgiu, revelando o potencial do **envolvimento das Juntas das Freguesias junto das entidades locais**, muito para além do momento em que uma acção decorre. Uma experiência de formação sobre resíduos ao estar a ser contada, foi a certa altura da entrevista identificada como tendo sido a formação do Separa® sobre os resíduos, na fase de estudo-piloto prévio ao lançamento da Iniciativa Ecofreguesias. Tendo sido realizada em 2006, actualmente ainda tem continuidade na entidade envolvida⁵⁰.

“Houve uma altura que nós começamos a fazer sensibilização aos miúdos dos escuteiros e sentimos necessidade de termos nós formação e então fomos. A Tratalixo foi fazer uma formação a Mira Sintra, foram 3 dias à noite e fizemos um ecoponto na sede.(...) Resultou tão bem que nós fizemos um ecoponto em madeira lá para a sede e entretanto aquilo desconjuntou-se todo e compramos mesmo ecopontos grandes e os miúdos fazem toda a triagem do lixo e a gente enche um contentor de papel por semana, com o que eles trazem e enchemos o do amarelo num dia com os lanches que eles tomam no sábado que lá estão e ao final do dia vão despejar no ecoponto grande. Foi desde essa altura. A partir daí comecei a expandir e toda a gente à minha volta faz a separação.” (34, suprema, rural qualificado).

IX.4. Para onde vai o lixo, esse património comum?

Como se referiu no VI Capítulo, a questão “o que é lixo?” conduziu a dimensões de lixo e da sua circulação que não estavam previstas à partida, e que são bastante reveladores da

⁵⁰ O trabalho de avaliação sobre a Iniciativa Ecofreguesias está por realizar.

interacção com o que se quer “deitar fora” ou “ver-se livre de”, ou “desfazer-se”. O *“lixo que não é bem lixo”, uma série de coisas que já não queremos no nosso espaço privado pelas mais variadas razões, é “deitado fora” do espaço privado, mas nem sempre para os contentores-ecopontos de lixo.*

Identificaram-se vários objectos que oferecem mais resistência a serem “deitados fora” no contentor do lixo e por isso têm tendência para ser **“lixo acumulado” em espaço privado**, em particular os livros e manuais escolares, móveis, electrodomésticos, roupas que já não usam, roupas de crianças, brinquedos, memórias e objectos cujo valor é sobretudo sentimental. Este lixo de várias naturezas, e as dificuldades em se “ver livre dele” ligam-se a determinados factores como afectos e valores sentimentais, sendo a materialização de memórias emocionais que fazem parte da identidade. Também pode ser uma espécie de sintoma de “sociedade de escassez”, porque *“pode vir a ser útil”* num futuro – imprevisível e sem data – conduz frequentemente à acumulação fruto de *“guardar porque nunca se sabe”*. A relação com a ideia de desperdício também conduz à acumulação de certas coisas que já não servem, mas que se forem alvo de uma acção de “restauro” podem ganhar de novo um lugar na fachada, *“coisas que a pessoa guarda naquela ‘pode ser que’ e depois chega mesmo à conclusão que nunca vai arranjar aquilo”*. Guardam-se assim coisas partidas e estragadas à espera de serem arranjadas ou que podem servir para fazer coisas novas através de um pouco de bricolage, ou um pouco de costura, ou de um toque “artístico”. No entanto, este potencial de restauro muitas vezes não passa de uma intenção, porque *“esse tempo nunca chega a existir”* e porque se sub valoriza o tempo necessário para fazer “restauros” e dar uma “nova vida” a tantas coisas que se guardam e acumulam.

Então, o que acontece com alguma frequência é que momentos de contingência que criam a necessidade de ter espaço conduzem a que uma grande quantidade desse lixo acumulado seja deitado fora num espaço muito curto de tempo. No entanto, pela sua tipologia têm uma grande **potencial para ser “lixo que circula”** que, ao sair fora de casa, pode ser reutilizado se entrar num circuito alternativo ao dos sistemas de recolha, em busca de um lugar onde passe a ser um objecto activo de novo.

Schaineberg e Gould (1994) referiam que o acto de reciclar é geralmente melhor em termos ambientais do que deitar fora o lixo para seguir para um aterro ou para incineração, mas chamam a atenção para a “recirculação” de materiais – usualmente fora do contexto das políticas públicas de resíduos. Esta “recirculação” pode oferecer soluções mais interessantes do ponto de vista das soluções para o problema do lixo e refere-se a exemplos como o usar recargas, com impacto positivo através da redução de embalagens, o doar os objectos

domésticos usados a instituições de apoio social e comprar em segunda mão. Salientam que estes dois últimos exemplos têm ainda uma outra mais valia para além da ambiental por serem em si mesmos formas de promover a equidade social. Este R de **Recirculação** pode efectivamente vir a juntar-se aos outros 3R's. Apesar deste R ainda não estar implementado de uma forma forte e abrangente em termos sociais, cada vez há mais sinais da existência de novos circuitos de Recirculação, com base em movimentos de carácter cívico e com um progressivo alargamento de redes sociais que fazem essa circulação de “lixo” para que deixe de o ser.

Uma das redes “informais” que está mais “operacional” é a **circulação de equipamentos, roupas e brinquedos de bebés** entre amigas e amigas das amigas. O nascimento de bebés e a existência de crianças pequenas faz com que muitos objectos circulem ao nível de relações de amigos e familiares, dentro de uma rede social próxima.

“Eu dei tudo e essas pessoas continuaram a dar. Se hoje voltasse a ter outro filho, acho que não comprava nada, iria procurar entre os meus amigos e conhecidos e iria encontrar tudo. Isto é dar e receber” (37, integral, rural).

Outro circuito informal e familiar que se revela com alguma dinâmica em termos da rede mais próxima remete para a **circulação de móveis**. Nas mudanças de casa seja por que certos móveis não se adaptam ao novo espaço ou porque se aproveita a altura de mudar para renovar, o certo é que por norma existem sempre móveis que sobram, e ou se acumulam em alguma arrecadação, ou se colocam junto aos contentores, ou se contacta a REMAR, ou se dá a alguém que se conhece e que vai para uma casa nova.

“Demos um sofá enorme, antigo que já tinha vindo da casa da minha avó e que nós não gostávamos mesmo do sofá. Demos a uns amigos nossos que tinham alugado uma casa pela primeira vez e não tinham sofá. O que demos mais? Nem sei bem... são aquelas coisas que tens mais uma porque te ofereceram ou para a casa onde vais não te vai fazer falta, um candeeiro qualquer que de repente não sabes onde vais pôr ou não têm utilidade no espaço novo para onde tu vais. Trouxe coisas que entretanto já me desfiz. Uns cestos tipo gaveta para a cozinha mas que depois vimos mesmo que não cabia aqui e teve de ir. Foi para uma amiga minha que ainda hoje o usa. ” (33, integral, rural).

Acontece, no entanto, que este tipo de circuito alternativo familiar e de relações próximas têm os seus próprios limites, e nos outros circuitos alternativos não estão activos ou não são conhecidos, ou não são convenientes, ou não estão criados.

“Eu podia pegar nas coisas e levar a algum sítio, mas ou por falta de conhecimento ou porque tenho alguma dificuldade às vezes em distribuir isso. Não tenho assim tantas amigas que poderiam querer as coisas. Dantes dava à igreja mas às vezes deito no lixo porque é mais cómodo. Pronto, já está ali, pumba. Como não há ninguém que eu conheça que queira...” (46, não separa, urbano novo)

“Para mim já não serve e há muitas coisas que estão em boas condições de uso mesmo e posso até ajudar, dando livros para uma biblioteca, para alguma coisa que faça sentido. Pode ser até para a escola dela. Tenho pena porque queria doar as coisas para um orfanato mas já percebi que eles não aceitam, é uma burocracia muito grande.” (39, integral, urbano novo).

E, da mesma forma que em termos de participação social nem sempre é um processo fácil encontrar o lugar de recepção de energia humana voluntária para contribuir para a melhoria social a nível local, também nem sempre é fácil encontrar um lugar de recepção para lixo acumulado que ainda está em bom estado e que noutro lugar pode servir, pode ser útil e até ir ao encontro de necessidades.

“Aqui há umas semanas eu sentia que tinha a possibilidade de distribuir coisas que para mim já não eram úteis e que já não iria nunca sentir necessidade em termos de manuais escolares e sentia que o meu objectivo é que eles fossem utilizados para outros países onde houvesse mais necessidade de manuais e na minha cabeça, o que poderia e, se calhar deveria ter feito, era entregá-los a alguma instituição que os enviasse para onde houvesse essa falta. Mas como isso se estava a arrastar há muito tempo e não tinha ideia a quem me dirigir, iria ser uma coisa muito incómoda, ainda ir fazer contactos, ir deslocar-me sabe-se lá onde e já não aguentava mais... Portanto, nessa altura, não pus no lixo indiferenciado, mas pus no papelão. Mas senti pena por não os distribuir para sítios onde pudessem usufruir deles de uma forma mais imediata e mais importante, se calhar...às vezes por falta de paciência, por falta de tempo, por falta... por já ser muito coisa em que pensar, acabo por não canalizar coisas que podem ainda ter utilidade para outras pessoas para os sítios certos e faço as tais misturas. Fico com essa pena mas naquela altura não tinha capacidade para fazer de outra maneira.” (40, suprema, urbano novo).

Estas “misturas” invalidam o seu reaproveitamento e reutilização, acelerando o processo de transformação em lixo, coisas que ainda podiam ter vida útil noutro lugar, mesmo que seja amenizado ao ir para reciclagem, em vez do aterro... Por norma tratam-se de momentos em que uma **compressão do tempo** faz com que o mais importante e prioritário seja “deitar fora” e ver-se livre de “coisas que não servem para nada já”. Há uma urgência em esvaziar aquele lugar, porque “o bebé está quase a nascer”, porque “o contrato de arrendamento acaba

depois de amanhã”, porque “*estão quase no fim os dias de férias*” que se tiraram propositadamente para fazer essa limpeza ou mudança. E, a ordem tem de ser repostas antes de voltar a entrar no ritmo rotineiro, incompatível com aquele “estado de sítio”. E, assim, o chegar mais perto desse prazo final, faz-se com que a capacidade do início do processo de esvaziamento em fazer triagem, em levar as roupas para o centro paroquial, brinquedos para a Misericórdia, dar os móveis a um amigo do amigo, a cadeira do carro do bebé para uma amiga que está grávida, levar a papelada separada para o papelão, se vá esgotando. E no final, vai tudo “misturado” para o contentor, quando cabe dentro do contentor, senão, fica à volta, na esperança que alguém que passe “aproveite e leve”. Aliás, pode dizer-se que este hábito está instituído em certos sítios, quase de formalmente.

“Quando morava na Várzea havia um caixote do lixo por detrás, pouco visível, onde as pessoas punham em caixas a roupa. Chegavas ali levavas a caixa, escolhias o que querias e depois ias lá por a caixa outra vez. Não sei se ainda se faz mas na altura era uma prática corrente. Não se deixava em sacos, era em caixas de cartão, deixa-se assim uma peça por cima para dar a ideia se era roupa de criança ou de adulto e aquilo funcionava muito bem assim. Quando há pessoas que não têm e dão valor a essas coisas, as coisas também são feitas com um certo cuidado e aquilo era um bairro onde havia muita gente que não tinha e onde havia muitos velhotes. Os velhotes são cuidadosos em relação a essas coisas, especialmente as roupas e, não deitam as coisas sem as lavar, não deitam coisas junto do contentor todas sujas, põe a roupa dobradinha, limpinha, apesar da pessoa saber que a outra pessoa que vai lá buscar vai lavar a 90º possivelmente. Mas só se sabia dentro do bairro, para quem vem de fora não te apercebes, vês lá apenas uma caixa ao pé do caixote do lixo.” (35, integral, rural).

De facto, é com alguma frequência que ocorre esta circulação, em que objectos são resgatados do destino aterro ou incineração mesmo no “último momento” por “respigadores de ocasião” ou com maior necessidade⁵¹.

“Esta casa toda está mobilada de lixo, tudo o que você vê, ah, isto não, a máquina de café, foi um presente. O frigorífico foi dado dos outros brasileiros que viveram aqui ao lado, mas o antigo que dei a outra vizinha também estava no lixo. Este forno ali atrás comprámos no Lidl, o resto achámos no lixo ou alguém deu. Só os móveis da parede é que eram da senhoria, a casa estava vazia, Fomos

⁵¹ Referência ao filme *Os Respigadores e a Respigadora*, Respigar: apanhar as espigas que ficaram no campo depois de ceifado, um filme de Agnès Varda, Premiado em vários festivais no ano de 2000. Cannes 2000 – Selecção Oficial Fora de Competição; Prémios Europeus de Cinema 2000 - Melhor Documentário; Melhor Filme 2000 - Sindicato Francês dos Críticos de Cinema; Hugo de Ouro para Melhor Documentário - Festival Internacional de Cinema de Chicago 2000. A partir de um célebre quadro de Millet, o filme de Agnès Varda é um olhar sobre a persistência na sociedade contemporânea dos respigadores, aqueles que vivem da recuperação de coisas (detritos, sobras) que os outros não querem ou deixam para trás.

apanhando pouco a pouco. Mas já temos e já estou farta desta coisa de 'leva para casa'. No início a gente não tínhamos dinheiro, tantas televisões encontrámos, lavávamos para casa- 'não funciona', vai outra vez para baixo. Esta encontrámos eu e minha filha, graças a Deus ainda funciona. Quando um dia formos embora, quem chegar fica, porque isto não vale a pena levarmos para lá.” (49, não separa, rural).

Acontece frequentemente, a vários níveis, que certos objectos integram essa circulação alternativa mesmo junto à “boca” do contentor. *“Já tinha pensado em arranjar um triciclo em segunda mão para a Inês e por acaso estava um mesmo junto ao caixote do lixo, impecável e trouxe-o.” (40, não separa, urbano novo).* Apesar de não serem os mesmos intervenientes, o relato foi feito do outro lado desta interacção, que usou esta **“plataforma de transição” junto ao contentor de lixo**, antes de vir a recolha.

“Há 2, 3 meses atrás deitei fora dois triciclos de plástico. Andavam ali a estorvar e são coisas grandes, estavam no meio do caminho. Ainda pensei em desmanchá-los todos e pô-los dentro da reciclagem dos plásticos mas não, deixei-os ao pé do lixo geral e passado um quarto de hora já não estavam lá, alguém levou.” (53, suprema, rural)

O que se verifica é que encaminhar “lixo acumulado” para o sítio certo, implica uma certa organização, capacidade de gestão de tempo e estado de espírito com ânimo e vitalidade. Ou então que os **circuitos alternativos ao destino imediato dos contentores** estivessem mais **“próximos”** nestas alturas que por si só já envolvem muito empenho na tarefa de esvaziamento. Ou então, até já funciona para quem está dentro de uma determinada rede ou se transformou numa parte da rede devido ao seu envolvimento com vários circuitos de reutilização, assumindo-se como fazendo um serviço de transição de coisas, o que remete para o conceito de artes de transição desenvolvido por Bulkeley e Gregson (2009).

“Há uns anos atrás fiz uma recolha muito grande de livros escolares que foi mandado para Moçambique. Estes livros, porque são de físico-química, essa organização não os aceitava, mas também não os deitei fora e há uma colega que começou a trabalhar agora e que acha muita piada aos livros antigos, já lhe dei uma carrada deles. O papel separo e levo uma vez por mês para Mira Sintra, porque na Igreja recolhem o papel para entregar ao Banco Alimentar que acaba por fazer algum dinheiro com isso. As pilhas levo para a escola, separo as lâmpadas e levo para a escola. O ano passado fui a campeã de troca de lâmpadas, levei tantas, pedia a toda a gente e pus na facebook a dizer 'não deem fora as lâmpadas, levem-nas para a sede dos escuteiros'. Os rolos de papel higiénico tenho um saco atrás da porta, mais tarde ou mais cedo vão dar jeito e é um material que se

usa muito em trabalhos manuais com as crianças e os rolos de cozinha também. Tudo o que é plásticos que podem dar para fazer coisas na escola, levo. E cartões mais fortes como as embalagens dos cereais também guardo para os trabalhos manuais na escola. Na escola tenho uma colega que faz umas esculturas de lixo. Chama-se Maria Del Mar. Nem se nota que já foram coisas usadas para outro fim. É espectacular. Temos uma arrecadaçãozinha lá na escola que a directora diz que é a nossa arrecadação do lixo, mas aquilo está tudo catalogado, a agente sabe sempre onde estão as coisas. Na Ericeira, fez-se uma recolha de lixo na praia e os meus escuteiros de Mira Sintra estavam inscritos para ir...e acabámos por juntas ter uma ideia. Colocou-se tudo num armazém grande e ela vai pegar naquilo e fazer uma escultura gigante para quando for o Campeonato Mundial de Surf. Quando ela precisa de alguma coisa ponho no facebook 'preciso de 600 cápsulas da nespresso' e é um instante. Só os miúdos nos escuteiros são 30. As roupas entrego na Santa Casa, mesmo tecidos muito estragados levo também porque eles precisam. Tonners e tinteiros, também tenho o grupo de escuteiros envolvidos, uns entregamos directamente numa empresa, os outros entregamos aqui na Worten. Houve uma altura que recolhia baterias de carro, mas deixei de recolher porque são muito pesadas. Ia entregá-las ao Lumiar. Ando sempre com a bagageira cheia de lixo, levo para lá, trago para cá. As minhas colegas da escola dizem que quando chego nunca saio só eu do carro, levo sempre um lixo qualquer (ri) 'Isto não é lixo, eu estou só a reorganizar a posição das coisas, a relocalizar, ali não precisam, mas precisam ali'...' (34, suprema, rural qualificado)

Neste caso, o facto de ser professora do ensino básico e secundário, cruzado com o facto de ser chefe de escuteiros, coloca-a numa **situação privilegiada de rede social abrangente**, conferindo-lhe um verdadeiro *empowerment*. A esta posição junta com a sua atitude activa em termos sociais e ambientais e o uso das redes sociais da internet amplifica a sua capacidade de acção. É um exemplo de alguém que faz parte integrante da rede da circulação alternativa aos contentores, desviando efectivamente uma série de materiais do aterro, criando ela própria novos circuitos. E o que se observa é que, uma vez dentro do circuito, o conhecimento sobre outros de circuitos está sempre a chegar, assim como inspiração para a criação de iniciativas a partir de redes, fazendo novos nós e laços nessas redes. É também interessante a associação à criação de **objectos artísticos a partir de lixo recolhido**, que se pode considerar também como uma arte de transição, de um objecto que foi deitado fora passar a ser valorizado num objecto de arte⁵².

Existe socialmente em Portugal uma certa rejeição por “**coisas usadas**” que parece estar a dar alguns sinais de dinâmica e mudança com a organização de Feiras de Troca por associações

⁵² Incontornável referência ao documentário “Lixo Extraordinário” (2010) que mostra o projecto do artista plástico Vik Muniz no maior aterro sanitário do mundo, Gramacho, no Rio de Janeiro. O filme conta como foi a experiência do artista Vik Muniz ao fazer arte com lixo e transformar a vida de um grupo de catadores (www.lixoextraordinario.net).

de pais nalgumas escolas do concelho, promovendo a trocas de livros e brinquedos entre as crianças, a possibilidade de arranjar dinheiro para as escolas através de Feiras de usados e um momento de convívio e conhecimento entre os pais que participam estando nas bancas ou como visitantes.

Também têm vindo a acontecer algumas **Feiras de Trocas** dinamizadas por associações de desenvolvimento local, algumas ligadas ao movimento de transição de Sintra, que remetem para uma forma alternativa de olhar o consumo, refazendo padrões de consumo e valorizando o uso de coisas em segunda mão, do ponto de vista do que isso representa ao nível de reduzir o lixo desnecessário, usar menos recursos naturais para produzir coisas novas, promovendo também o convívio entre as pessoas neste tipo de acontecimentos. Noutros países, há práticas de se ver livre de certas coisas, que já estão de tal forma incorporadas socialmente, que em momentos de limpezas e de esvaziamentos de espaço ajudam a fazer circular o lixo que se acumula.

“Em Inglaterra é mais fácil, tudo o que tu não queiras vais a um car boot sale⁵³, fiz tantas tantas tantas, eu e minha irmã. Aqui as pessoas têm vergonha, ninguém pode vê-las a comprar uma coisa em segunda mão. Ali não, é uma bela forma de livros que querem despachar, roupa velha de criança, tudo tudo, o boot sale é uma coisa giríssima. Eu estava a viver em África quando a minha mãe me disse ao telefone, 'ah, fomos a um boot sale', 'o que é isso?', porque nunca tinha ouvido falar e quando ela explicou eu até fiquei admirada que alguém ia... e cresceu cresceu cresceu e agora todos os fins de semana há um boot sale em algum lado. Deve ter sido no início dos anos 70.” (62, suprema, rural qualificado).

Esta parte do lixo doméstico que não vai para o contentor do lixo, mas que se integra numa diversidade de potenciais circuitos são o que Bulkeley e Gregson (2009) designam de **“práticas de alienação dos objectos”** dos quais as pessoas se querem ver livres e considera que, em certos contextos sociais, o potencial da reutilização através do que designa por **“artes de transição”** pode ser muito maior do que o da reciclagem. A quantidade de destinos alternativos ao fluxo institucional do lixo que o sistema de recolha, tal como existe actualmente propõe, é vasta e já há quem tenha a prática de se “desfazerem” de coisas que já não precisa através desses circuitos. A grande vantagem em investir politicamente neste tipo de práticas já existentes nos agregados familiares - com a ideia de base de que o desperdício é algo a evitar - é que pode ter efeitos de desvio efectivo de resíduos encaminhados para aterros. Desviando-os do fluxo do lixo, **aperfeiçoando a capacidade de ver potencial para**

⁵³ Car Boot Sale, mercado livre de objectos usados, as “bancas” são os próprios porta-bagagens dos carros.

reutilização num “lixo acumulado”, gerindo-se o acto de deitar fora como um acto de “restauro” e não de “fim de vida” (Hawkins, 2001).

O investimento nas práticas de reutilização através das chamadas artes de transição do “lixo que circula”, podem – ao desviar do aterro - constituir uma boa alternativa para prolongar a vida social dos objectos e, ao mesmo tempo, criando mais-valias sociais, oferecendo vantagens em termos das relações sociais e até da relação com as autoridades locais, se estas assumirem um papel de mediador ou apoiante destes circuitos.

Como se viu são as **redes sociais** desde os amigos e familiares, à comunidade da escola, agrupamentos de escuteiros e de desporto, algumas Juntas de Freguesia, aos Movimento de Transição que fazem circular esses objectos de uma forma mais próxima e que permite mais envolvimento directo no circuito, se assim se desejar. De referir ainda o papel da internet e das redes sociais neste processo a nível local⁵⁴.

Neste âmbito da reutilização existe o projecto da *Reutilândia* promovido pela Câmara Municipal de Sintra através da SUMA e HPEM, mas a sua divulgação é bastante restrita e centrada na comunidade escolar, e sem envolvimento directo dos pais.

Também se pode melhorar os circuitos mais “clássicos” de solidariedade social como os centros paroquiais e a Misericórdia que actuam na base do “dar a quem precisa”. Também aqui se enquadra o projecto de Dar e Acordar no âmbito do desperdício alimentar também está activo no concelho de Sintra.

Por fim, inserido em campanhas de solidariedade, a recolha de tampinhas mantêm-se activa em várias entidades do concelho, nomeadamente escolas. Neste sentido pode considerar-se um gesto de participação social a colocação de um garrafão para as tampinhas na rua junto ao contentor-ecopontos, fenómenos observado em locais diferentes do concelho. O sucesso desta campanha não só apresenta a vantagem do tipo de material separado e armazenamento, mas também o facto de ser para fins solidários concretos. Assim, o reforço em políticas públicas que intensifiquem práticas existentes de reutilização, percepcionadas em geral com um valor positivo, não coloca o consumo em causa (sugerindo que comprar novo não é a única possibilidade de consumo gratificante) e ao mesmo tempo activa redes e relações sociais de troca e de doação.

A proposta para que as entidades locais surjam como mediadoras, entre as políticas públicas e os residentes, emergente no projecto Separa® e na iniciativa que desenvolveu com as Juntas de Freguesia (Schmidt e Martins (coord.), 2006 e 2007), pode ir mais longe, no sentido em

⁵⁴ Freecycle e outros sites do género são dedicados a este tipo de trocas.

que, para além de um reforço e apoio ao sistema de recolha selectiva, as **entidades locais podem ser facilitadoras das chamadas artes de transição** (Bulkeley e Gregson, 2009), dando a conhecer práticas de doação ou criando centros comunitários, possibilitando o uso de espaço público, envolvendo várias entidades locais e os agregados familiares.

Em suma, a falta de conhecimento e de informação acessível sobre o que se desenvolve no concelho é uma característica sentida, sobretudo pelos residentes mais afastados do centro de Sintra, tanto na zona rural como nos subúrbios mais densos. A este constrangimento, juntam-se os horários das actividades locais que, muitas vezes, também não favorecem certo tipo de participação, sobretudo para quem está na rotina do horário do trabalho e tem filhos pequenos e ainda agravada para quem vive um quotidiano marcado pelo tempo gasto no movimento pendular casa-trabalho. Isto é, há todo um contexto de ritmo de vida e de enquadramento que se reflecte na satisfação geral com o dia-a-dia, que predispõe (ou não) para a participação e o cuidar do bem comum, incluindo a forma como se “deita fora o lixo”.

As entidades que a nível local criam uma maior dinâmica, ainda que com diferentes ritmos e graus de envolvimento, são a escola, os grupos de escuteiros, algumas associações e sociedades recreativas. Também os centros paroquiais e Misericórdia de Sintra têm algum dinamismo mas, aparentemente, uma menor capacidade para absorver novos voluntários. As actividades das Juntas de Freguesia, raramente foram citadas no contexto das entrevistas, excepto o caso da formação no âmbito do Separar realizada em Mira-Sintra, em 2006. No entanto, tanto actividades das escolas como das associações locais são frequentemente apoiadas pelas Juntas de Freguesia, ainda que não surjam com o protagonismo da acção.

O dinamismo das entidades locais, sejam mais políticas ou cívicas, reflectem muitas vezes uma atitude mais aberta ou fechada da sua liderança, seja um padre ou um presidente da sociedade recreativa, seja um presidente da Junta de Freguesia ou um Chefe de Escuteiros ou um Director de uma escola ou agrupamento.

Participar na comunidade pode ser uma experiência pouco gratificante para alguns, e até frustrante, também se observam sinais de dinâmica com novos moldes, em particular pessoas que residem no concelho há pouco tempo e que vieram à procura de um espaço mais natural e humanizado para os seus filhos crescerem. Além disso, há um conjunto de pessoas que activamente participam e estão inseridas em redes com uma certa dinâmica que favorecem a continuidade da sua participação, mesmo com filhos pequenos, sobretudo em zonas de menor densidade populacional.

Esta dinâmica de participação também se coloca ao nível do “para onde vai o lixo?”. O lixo é comum mas não está ainda activa uma responsabilidade partilhada. Muitas vezes verifica-se

que em alturas de pressão de esvaziamento de espaço em casa, uma grande quantidade de coisas acaba por ir parar ao sistema de recolha, por falta de conhecimento e proximidade de circuitos alternativos que prolonguem a vida de certos objectos, reduzindo o que é enviado para aterro. Neste contexto as políticas de resíduos podem encontrar um ponto de comunicação para a reutilização através das “artes da transição”, que podem ser facilitadas pela mediação e apoio das entidades locais. Algumas destas redes e circuitos estão já activas e proporcionam também redes de relações, de trocas, de doações. Podem ser socialmente gratificantes e inspiradoras para novas práticas e para a mudança. Neste sentido, há que valorizar os testemunhos dos “corredores da frente” que já praticam e que já criaram um laço emocional com a acção em si (Spaargaren, 2011).

Quando “participar” é um ritual já integrado no quotidiano (Goffman), isso conduz a uma valorização dessa prática, criando uma energia emocional em torno dessa prática, desse gesto de participação (Collins, 2004 in Spaargaren, 2011). Isso pode criar um ciclo virtuoso com tendência a ser replicado, a partir do momento em que é valorizado. “São os actos e os objectos que admiramos que definem a qualidade de uma cultura, bem como as nossas reacções a quem é responsável por esses actos e objectos. Sem recompensas adequadas, a probabilidade de os comportamentos admiráveis serem imitados diminui. O mesmo se passa com a compaixão. Na vida diária abundam problemas de todo o género, e a menos que os indivíduos mostrem compaixão para com aqueles que os rodeiam, a esperança numa sociedade saudável reduz-se. A compaixão tem de ser recompensada para ser imitada.” (Damásio, 2010:162).

Conclusões

*"Afinal, se eu não mudar quando as circunstâncias exigem,
como posso esperar que os outros mudem?"
Nelson Mandela in Invitus (filme)*

Os campos de pasto comuns estão disponíveis para os pastores alimentarem as suas ovelhas. Esse pasto é suficiente para manter todas as ovelhas bem alimentadas. Mais ovelhas significaria menos alimentos para cada uma delas. No entanto, para cada pastor parece haver uma vantagem em aumentar o tamanho do seu rebanho. Mais ovelhas significa mais lã e mais rendimento. A desvantagem? Passará a haver um pouco de menos alimento para cada ovelha, mas parece uma desvantagem pequena, já que está repartida entre todas as ovelhas, incluindo as dos outros pastores. Assim, do ponto de vista de cada pastor, os ganhos são grandes e o prejuízo é pequeno. Quando todos os pastores agem dessa forma, esses pequenos prejuízos pequenos somam-se e desencadeiam aquilo que se designa como a “Tragédia dos Comuns”⁵⁵. É uma história sobre quando fazer o que é bom para cada um, afinal não é bom para cada um... e nem para as ovelhas, nem para os pastos. Mas a que propósito vêm as ovelhas e os pastos num trabalho sobre lixo?

Se para todos é vantajoso deitar o lixo fora, quando todos produzem mais lixo sem pensar “para onde se está a deitar o lixo fora”, isso apresentará grandes desvantagens para todos. Quando se produz lixo todos os dias, a prova “material” da nossa existência - “je jette, donc nous sommes” (Pierre, M., 2002: 178) – a questão coloca-se como uma potencial *tragédia dos comuns*, a não ser que se tomem medidas cooperativas e acções de responsabilidade partilhada para gerir este “material” que, ao contrário dos recursos naturais, não corre o risco de escassez nem de extinção. Ao inverso, a sua produção e acumulação excessiva gera poluição, que afecta o ambiente, o bem estar e a saúde pública e, ao mesmo tempo, ocupa espaço físico na Terra.

Daí a importância de cada um na forma de tratar do seu “rebanho” e de todos tratarem do “pasto comum”. Isto é o mesmo que o Desenvolvimento Sustentável preconiza com a

⁵⁵ Referência ao ensaio “The Tragedy of the Commons” de Garrett Hardin, publicado em 1968 na revista Science, que usa a ilustração do uso de pastagens comuns para se referir à gestão de recursos, em que mostra como a divisão destes custos e benefícios é desigual: o pastor individual ganha todas as vantagens, mas as desvantagens são partilhadas entre todos os pastores que usam a pastagem. A sequência de eventos conduz ao que Hardin descreve como uma tragédia.

expressão “Pensar global, agir local”.



O lixo no quotidiano apresenta-se transversal a nível social, polissémico e com diversidade de tipologia material, que vai muito para além do que é deitado nos contentores colectivos do sistema de recolha de resíduos existente. Certo tipo de lixo tem o seu destino final ainda dentro da esfera privada, outro é reutilizado e outro ainda é guardado e acumulado nos lugares-bastidores das casas. Outros lixos saem para fora do espaço privado, uns depositados nos contentores de indiferenciado ou nos ecopontos. Outros procuram circuitos alternativos que os conduzam a lugares onde voltam a ser úteis e onde a sua vida pode ser prolongada (Appadurai, 1996).

A sua presença é tão constante e intrínseca ao quotidiano que se lhe confere “invisibilidade” e “tolerância”. Esta “tolerância” resulta de uma cumplicidade social sobre a necessidade de deitar fora coisas, de “ver-se livre” de coisas que já não nos servem e nos bloqueiam, e ainda que se possa fazê-lo diversas formas, é incontornável para todos produzir lixo, produção que está incorporada na condição humana. O acto de “deitar o lixo fora” reveste-se de significado e de determinação em relação ao seu destino - “para onde” as coisas das quais nos queremos ver livres vão. No entanto, é observável um certo alheamento em relação às consequências objectivas deste acto do quotidiano, alheamento ao qual a própria Sociologia não “escapou” até há bem pouco tempo⁵⁶. “It is as if, for the discipline of sociology in general, and for sociological theory in particular, nobody ever throws anything away or ever carries out the bin-bags for a ‘waste management authority’ to deal with. It is as if, when you go to a shop, restaurant, club or place of work, you work, consume or take your leisure without ever producing rubbish or detritus of any kind. Sociology treats ‘waste’ as if it were literally immaterial, as if it existed in a world apart from the one we inhabit in our daily, routine lives.” (O’Brien, 1999: 62).

Por seu turno, as políticas públicas de resíduos também sofrem de um certo alheamento, impondo, numa lógica *top-down*, à população um conceito de resíduos emergente numa cultura político-ambiental que só marca presença em Portugal a partir da década de 90. A concepção da multiplicidade de lixo não tem eco na sua implementação, não tendo capacidade

⁵⁶ Neste sentido, há vários contributos para a construção de uma Sociologia do Lixo (Waste Sociology), como por exemplo, desde logo O’Brien (1999 e 2007), assim como autores referidos anteriormente como David Evans da Universidade de Manchester ou Nicky Gregon da Universidade de Durham, que têm aberto espaço para o estudo sociológico do lixo, no que diz respeito às práticas quotidianas.

de absorver e incorporar – numa lógica *bottom up* - a multiplicidade de práticas e de relações já estabelecidas e criadas em torno do acto de deitar fora o lixo do espaço privado para o espaço público. As políticas públicas apresentam-se fechadas nos seus quadros de referência do que é lixo; e o “público” vai deitando fora lixo todos os dias, mesmo que não saiba “para onde”. Há uma espécie de interacção contínua, mas sem terem conhecimento concreto um sobre o “outro”.

O dinamismo da questão dos resíduos é visível tanto ao nível da produção, como da política e das soluções de tratamento. Quando se faz um balanço das políticas públicas em Portugal, as que se dedicam aos resíduos evidenciam um investimento, nomeadamente em termos técnicos de soluções de tratamento final. Tudo isto se reflecte em termos da opinião pública, onde separar o lixo para a reciclagem surge no topo das acções de quotidiano que mais se fazem (ou podem fazer) em prol do ambiente. Isto é, trata-se de algo que já está presente nos quadros conceptuais dos portugueses, seja por campanhas de divulgação, seja pela educação ambiental, seja através da visibilidade dos ecopontos no espaço público, reflectindo uma política expressa numa determinada opção por um sistema de recolha selectiva. É fundamental, para que estas políticas se continuem a desenvolver, conhecer melhor o modo como elas são geridas e “digeridas” ao nível da população que convocam.

Assim, uma atitude de construir uma relação de cooperação entre cidadãos e entidades públicas para fazer face ao problema de excesso de lixo - numa lógica “*side by side*” - pode constituir um desafio colectivo para contrariar a tendência para a *tragédia dos comuns*. O lixo enquanto “património colectivo” que necessita de uma gestão adequada e sustentável, pode potenciar uma nova forma de relacionamento entre as entidades públicas e a população em torno da solução para o problema.

Numa fase em que a questão da separação do lixo já está de algum modo integrada nos quadros conceptuais, a necessidade de uma difusão vertical tende a diminuir, surgindo o potencial de uma difusão horizontal. Neste sentido, as entidades do poder local, pela sua proximidade à população estão numa situação privilegiada para desempenhar elas próprias um papel efectivo de mediadoras entre as políticas nacionais e os cidadãos. Tal não significa que, neste momento, estas entidades estejam capacitadas ao nível de recursos, sobretudo humanos, para desenvolver este trabalho, mas a sua situação confere-lhes sem dúvida esse potencial para trabalhar *side by side* com a população que servem. Neste sentido as Juntas de Freguesia podem ser chamadas a desempenhar um papel no reforço da comunicação e da confiança, fundamental para que a responsabilidade partilhada se torne algo efectivo socialmente.



O lixo também é, do ponto de vista analítico, um ponto de ligação entre o micro e o macro. A *dimensão das práticas quotidianas domésticas e de espaço público envolvente da residência*, bem como a *dimensão comunicacional, política e de participação pública* – balizaram a análise de forma a ir cruzando as dimensões entre si e as escalas micro e macro. Ter investido numa abordagem do quotidiano conduziu à observação mais próxima dos pormenores e dos gestos que compõem a complexidade do quotidiano, com fronteiras de domínio e constrangimentos de espaço.

Ao longo desta pesquisa identificaram-se, assim, algumas questões que num trabalho com uma abordagem mais operacional sobre os resíduos passariam despercebidas. O contexto de interacção presente no acto de deitar fora coisas; na noção de desperdício; na acumulação de coisas que já não são úteis; nos conceitos de ordem e de higiene no espaço privado e no espaço público; nas circunstâncias extraordinárias de produção de lixo na vida dos agregados, como festas, obras, limpezas e mudanças de casa, são em si mesmo reveladores da realidade da produção de lixo dos agregados domésticos. Autores como Spaargaren (2011) e Hargreaves (2011) consideram primordial, no âmbito da mudança social para a sustentabilidade, estudar as práticas *situadas* - o que no caso do lixo significa no quotidiano, no espaço doméstico e em particular na cozinha – e analisar o papel dos objectos e símbolos na reprodução das práticas.

O lixo não é todo igual. Aliás, algo ser lixo, ou não ser lixo, depende do significado de um determinado objecto e esse significado pode alterar-se ao longo do tempo. O lugar que esse objecto ocupa no espaço social privado ou público vai ter impacto sobre a sua esperança de vida, que pode num certo momento ser bastante curto ao ir para o contentor do lixo, ou prolongar-se se encontrar um sítio onde possa continuar ou voltar a ser útil. O lixo é essencialmente “transitório” - seja em termos de lugar, seja em termos de estatuto (Thompson, 1979).

O lixo é objecto de diversas práticas; pode ser reduzido, decomposto, misturado, queimado, separado, reutilizado, acumulado, reciclado, posto a circular para reutilização, despejado nos contentores... Além das múltiplas práticas de que pode ser alvo, o lixo está intrinsecamente articulado com um conjunto de outras práticas quotidianas e domésticas – das quais resulta lixo. A sua articulação ao consumo é bastante próxima, na sua aparência social, surgem, contudo, como opostos e pouco relacionados nas práticas do quotidiano.

Além disso, o facto de a prática em relação ao lixo ser acima de tudo uma prática situada, gera situações em que as mesmas pessoas têm práticas diferenciadas em função do local onde estão, por exemplo, separam o lixo em casa, mas não separam no trabalho, separam na escola, mas não separam em casa, separam no trabalho, mas não separam em casa, separam na rotina mas não separam nos momentos festivos ou nas férias. Esta multiplicidade revela que o contexto - é bastante determinante, independentemente de algumas características sociais dos indivíduos que possam ser mais favoráveis à prática da separação, em particular o facto de serem mais jovens e o que isso significa em termos de exposição a acções de educação ambiental.

As práticas em torno do lixo reflectem-se nas dinâmicas do espaço doméstico e das interacções domésticas. O papel dos filhos destaca-se como um móbil para a acção. A mulher tem um papel decisivo na implementação efectiva dentro do agregado. A própria gestão do lixo revela processos de construção conjugal e de identidade (Bartiaux in Pierre (coord.), 2002). Observa-se, genericamente, que há uma divisão de papeis em relação ao lixo doméstico no casal – o lixo do interior da casa é da responsabilidade da mulher (esfera feminina) e o lixo do exterior da casa é da responsabilidade do homem (esfera masculina).

A análise sobre o caixote do lixo e ecoponto doméstico revela a forma como cada agregado “constrói” o seu lixo no espaço privado. Por seu turno, os contentores-ecopontos colectivos, que recebem esse lixo produzido no espaço privado, são meios através dos quais a política de resíduos se materializa num sistema de recolha selectiva que solicita determinadas práticas de deitar o lixo fora (Chappells e Shove, 1999).

A ausência desta componente material da prática – os ecopontos – tanto em espaço privado como em espaço público penaliza fortemente a capacidade de recrutar praticantes. A lógica de conveniência, no sentido do marketing, é para a prática da separação de grande relevância, ainda que não constitua uma condição suficiente para conquistar todos os tipos de agregados.

Outras ordens de razões se articulam aqui, como a existência de um espaço em casa que se considere apropriado para que um determinado conceito de ordem, limpeza e higiene se salvguarde e mantenha (Douglas, 1966). Uma casa com espaço exterior oferece condições mais favoráveis para que o agregado que aí reside separe os seus lixos; seja um telheiro, uma varanda-marquise, uma garagem, ou pelo menos uma despensa com mais do que um metro quadrado, que possa funcionar como um prolongamento de apoio à cozinha – o lugar de excelência do caixote do lixo no espaço doméstico. Uma casa com um espaço exterior mais amplo também oferece a possibilidade de compostagem doméstica o que, tendo em conta a

observação directa, não é uma prática muito difundida, mesmo nas zonas de rural qualificado do Concelho de Sintra.

Existe um conjunto de mudanças implicadas na adesão à prática da separação de lixo num agregado familiar que se fazem sentir ao nível do espaço doméstico, tanto no espaço em si, como na sua dinâmica quotidiana familiar (Shove, 2003 e Hackings, 2001), em que o ecoponto doméstico é o “detonador” material mais visível de um processo de incorporação nas rotinas e nos espaços domésticos de uma prática nova. Apesar dessa implicação no interior do próprio espaço doméstico, não se trata de um factor que tenha uma reflexão e um reflexo nas políticas públicas de resíduos em torno da responsabilidade social dessa “intrusão” ao nível doméstico, quando, no entanto, se está a contar com a sua participação quotidiana. Neste ponto, por exemplo, não é assegurada, ao nível do próprio caderno de encargos de construção de novas residências, a incorporação arquitectónica das práticas de separação no espaço doméstico.

As políticas públicas, no que diz respeito à implementação da reciclagem centram-se na instalação de um sistema baseado em infraestruturas colectivas de recolha - rede de ecopontos - mas funcionam alheadas relativamente aos impactos de mudanças que exigem à esfera doméstica, deixando em aberto aos agregados a opção de voluntariamente contribuírem, ou não, para a realização da política nacional, mas “preocupando-se” quando as metas ficam aquém do esperado e atribuindo responsabilidades pelo incumprimento à “insuficiente” participação pública. Este tipo de alheamento traduz-se, por um lado, na falta de orientação e acompanhamento próximo da instalação da prática da separação dentro do espaço e dinâmica dos diversos agregados familiares. Por outro lado, na falta de um sistema de controle e de obrigatoriedade estabelecido, remetendo a prática da separação a uma participação social voluntária, ainda que relevante para atingir as metas das políticas nacionais.

A pesquisa indicia que, actualmente, a dificuldade da prática em continuar o recrutamento de mais praticantes, não se prende tanto com um determinado tipo de informação objectiva, que de uma forma geral já está difundida, nem com uma rede de infraestruturas que é relativamente abrangente, embora haja localidades no concelho sem ecopontos. O que (ainda) se revela em falta para dar um salto qualitativo na solução colectiva para o lixo (não necessariamente centrada na reciclagem, mas também na redução e na reutilização) é uma literacia ambiental forte e uma cultura cívica consolidada.

*

Referiram-se mudanças implicadas no espaço doméstico com a incorporação das práticas da separação, mas outro tipo resistências à participação pública através da prática da separação do lixo doméstico emergem pela falta de credibilidade no sistema e pela falta de uma relação de confiança nas entidades públicas.

Os ecopontos são uma peça de mobiliário urbano presente no Concelho de Sintra há várias décadas, tratando-se de um concelho pioneiro no país na implementação de uma recolha selectiva para reciclagem. Uma grande diversidade de formatos e modelos estão inseridos no espaço público e reflectem a dinâmica social através do seu uso e do seu estado de limpeza e conservação. Esta componente material da prática merece uma atenção de acordo com o lugar que ocupa na interacção entre políticas, entidades e população. É através do uso que fazem do equipamento disponibilizado que a população “responde” às “propostas” nele implícitas por parte das entidades com responsabilidades no sector dos resíduos. Trata-se de uma relação de interacção mediada de forma muito particular pelo contentor-ecoponto e isso implica um reforço nessa mediação, cujas formas podem variar.

Há uma reflexão política mais profunda a fazer sobre o papel da contentorização nas práticas dos agregados, na sua performance de despejar o lixo, nas suas implicações nos gestos e nos tempos quotidianos, assim como nos cenários das envolventes das casas onde as pessoas residem. Tal como cada caixote do lixo-ecoponto doméstico é personalizado, apropriado e “domesticado” pelo agregado, também se observa uma unicidade de cada contentor-ecoponto colectivo. Cada contentor-ecoponto colectivo revela-se único na interacção com o espaço onde está colocado e na interacção com as pessoas que o usam de forma diferenciada. A especificidade de cada contentor-ecoponto e as disparidades experimentadas pelos seus residentes transmitem uma imagem de desarmonização e desfragmentação do sistema não promovendo a identificação da entidade responsável por este serviço no Concelho de Sintra, por parte da população servida. Neste sentido, a rede infraestrutural pode ser equacionada em termos de estratégia comunicacional como um meio de comunicação entre entidades e população.

A importância atribuída ao sítio-local prende-se com facto de o lixo ser produzido em determinadas coordenadas de tempo-espaço que são bastante determinantes dessa produção – trata-se de uma prática intrinsecamente situada. O estado mais ou menos cuidado do espaço público é o reflexo da forma como os residentes e as entidades locais se relacionam com o local e entre si. A forma como o lixo se apresenta no espaço público envolvente das residências reflecte estas diversas interacções. O contexto do quotidiano e de ritmo de vida e de enquadramento que reflecte-se na satisfação geral com o dia a dia, e predispõe (e não) para

a participação e o cuidar do bem comum, incluindo a forma como se “deita fora o lixo”. Em geral prevalece o ciclo vicioso composto por desconfianças e desleixos (Schmidt e Martins (coord.), 2006).

Apesar de um contacto quase diário entre a população - no acto de despejar o seu lixo privado nos contentores-ecopontos colectivos – e a entidade de recolha – no acto de recolha do lixo público - o que se constata é que se trata de uma relação muito pouco cuidada e trabalhada. Por ser muito pouco o investimento realizado na criação de uma relação de continuidade, também as expectativas mútuas sobre o desempenho de papeis entre população e entidade responsável pela recolha, de uma forma geral, são fracas (Goffman, 1959). Parece não esperarem muito uns dos outros em termos de assumir uma responsabilidade partilhada sobre o espaço público comum e sobre o destino do lixo público produzido na esfera privada. Neste sentido, a lógica *side by side* – cidadãos e entidades públicas - pode ser activada perante a necessidade de tratar de um lixo colectivo.

*

Na identificação de situações extraordinárias de produção de lixo na esfera doméstica, mas que acabam por ser bastante frequentes para o conjunto da população, como ocasiões festivas, grandes limpezas, mudanças dentro de casa pela necessidade de criar novos espaços – como por exemplo, esvaziar um escritório para a chegada de um bebé – ou uma mudança de casa, são situações que conduzem à necessidade de se livrar de uma grande quantidade de coisas que já não servem num curto espaço de tempo. Esta compressão no tempo conduz a que muitas dessas coisas que estiveram acumuladas e em *stand by* - entre ser lixo declarado ou encontrar um novo lugar para readquirir uma vida útil - sigam um trajecto directo para o contentor do lixo ou junto de um contentor, entrando no fluxo do lixo que é encaminhado para o aterro, por ausência de trajectos alternativos. Ou seja, o que se verifica é que em alturas de pressão para o esvaziamento de espaço em casa, uma grande quantidade de coisas acaba por ir parar ao sistema de recolha, por falta de conhecimento e proximidade de circuitos alternativos que prolonguem a vida de certos objectos, reduzindo o que é enviado para aterro.

No contexto das políticas públicas que favoreçam o necessário desvio dos aterros que se encontram cada vez em situações limite de capacidade, a redução e a reutilização de resíduos são pouco desenvolvidas. O ênfase atribuído à reciclagem faz sombra aos outros 2R's da política dos 3 R's que norteia a política europeia. Assim, reconhecer a importância e assimilar a frequência com que acontecem estas situações de produção concentrada de lixo, pode fazer (cumulativamente) a diferença. Neste sentido, conhecer as realidades quotidianas das

“práticas de alienação de objectos” dos agregados familiares, a que se referem Bulkeley e Gregson (2009) é um elemento de articulação entre políticas e quotidiano privado, no qual se pode fazer um investimento de interesse público e colectivo.

Sobre este tipo de lixo, que por vezes se manteve durante algum tempo acumulado no espaço privado e subitamente é transferido para o espaço público de uma só vez e em grande quantidade, as políticas de resíduos podem encontrar um ponto estratégico de comunicação para a sua reutilização através das “artes da transição” (Bulkeley e Gregson, 2009). Estas “artes” podem ser facilitadas pela mediação e apoio das entidades locais. Algumas destas redes e circuitos começam a revelar dinamismo e continuidade, que proporcionando - para além de um contributo ambiental, ao resgatar do estatuto de lixo uma grande quantidade de objectos - a criação de redes de relações, de trocas, de doações que podem ser socialmente gratificantes e inspiradoras para novas práticas e consequente mudança social para a sustentabilidade. Alguns grupos de pessoas, com mais ou menos grau de formalidade, inseridas em redes com uma certa dinâmica social favorecem a continuidade da sua própria participação.

É neste sentido que Spaargaren (2011) insiste na importância de uma abordagem cultural que analise os efeitos positivos de experiências de práticas de sustentabilidade integradas no quotidiano, em vez de uma atitude culpabilizadora e correctora. Assim, seria muito mais proveitoso uma abordagem ao duo “consumo-lixo sustentável” que acentuasse a parte “energizante” de contribuir para o bem comum – neste caso através da redução, reutilização, restauro, circulação e separação para reciclagem do lixo – testemunhada por aqueles “corredores da frente” que já praticam e que já criaram um laço emocional com a acção em si. Mesmo que embrionárias algumas das práticas sustentáveis em torno da produção de lixo doméstico, quando são valorizadas e de algum modo recompensadas, germinam e crescem. Isto é, a valorização de determinadas práticas sustentáveis em relação ao lixo e a “energia emocional” que é criada nesses gestos de participação pode desenvolver uma cadeia de actos criativos e um ciclo virtuoso com tendência a ser replicado, a partir do momento em que é valorizado.

Bibliografia

- Ajzen, I (1991) The theory of planned behavior. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, 50, pp.179–211.
- Aldina, S. (2010), *Reciclagem e Políticas Públicas. O caso da Reciclagem de Plásticos do Sector Automóvel*, Dissertação para obtenção do Grau de Doutor em Engenharia do Ambiente, Maio 2008, Lisboa, IST.
- Almeida, J.F. (coord.) (1998), *Painel sobre Resíduos*, Relatório Final, Lisboa, Observa.
- Almeida, J. F. (org.) (2000). *Os Portugueses e o Ambiente: I Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente*, Oeiras, Celta Editora.
- Almeida, J. F. (org.) (2004). *Os Portugueses e o Ambiente: II Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente*, Oeiras, Celta Editora.
- Al Gore, (2006). *Uma verdade inconveniente*, Lisboa, Esfera do Caos.
- APA (2010), *Relatório do Estado do Ambiente – 2009*. Lisboa, APA – MAOT.
- APA (2011), *Relatório do Estado do Ambiente – 2011*. Lisboa, APA – MAOT.
- Appadurai, A. (1996). *The Social Life of Things: Commodities in Cultural Perspective*, New York, New School University.
- Augé, M. (1994), *Não lugares – Introdução a uma Antropologia da sobremodernidade*, Venda Nova, Bertrand.
- Barr, S. (2002). *Household Waste in Social Perspective: values, attitudes, situation and behaviour*, Aldershot, Ashgate.
- Barr, S. (2008). *Environment and Society: Sustainability, Policy and the Citizen*, Aldershot, Ashgate.
- Barr, S., Ford, N.J. e Gild, A.W. (2003). Attitudes towards recycling. Household waste in Exeter, Devon: quantitative and qualitative approaches, *Local Environment*, vol8, nº4, pp. 407-421.
- Bartiaux F., Vekemans G., Gram-Hanssen K., Maes D., Cantaert M., Spies B., Desmedt J. (2006). *Socio-technical factors influencing Residential Energy Consumption*, SEREC, Final Report. Belgian Science Policy Office, Brussels.
- Bastos, C. (1998). *Resíduos Sólidos Urbanos, Atitudes e Representações sobre o Lixo Doméstico e Reciclagem*, Lisboa, Observa, ICS-UL/ISCTE.
- Beck, U. (1992). *Risk Society: Toward a New Modernity*, London, Sage.
- Beck, U. (1996). “Risk society and the provident state” in Lasch, S., Szerszynski, B. e Wynne (eds.), *Risk, Environment and Modernity*, London, Sage, pp. 28-43.
- Bell, M.M. (2004), *An Invitation to Environmental Sociology*, Second Edition, Pine Forge Press.
- Berger e Luckman (2001 [1966]). *A Construção Social da Realidade*, Lisboa, Dinalivro.

(Berkemeier, 2005) in 3R's, nº1, Janeiro 2005, Tratolixo.

Blumer, H. (1969). *Symbolic Interactionism. Perspective and Method*, Englewood Cliffs, N.J., Prentice Hall Inc.

Bourdieu, P. (1972), *Esquisse d'une théorie de la Pratique*, Paris, Droz.

Bourdieu, P. (1979). *La Distinction: critique sociale du jugement*, Paris, Éditions de Minuit.

Bourdieu, P. (1990) *The Logic of Practice*. Cambridge: Polity Press.

Boudon, R., Besnard, P., Cherkaoui, M. e Lécuyer, B., (dir.) (1989). *Dicionário de Sociologia, Lisboa, Círculo de Leitores*.

Brito, J.P. (1994). *Le Bucher de Noël au Portugal*. In *Actes du Colloque "Ethnologie du Portugal: Unité et Diversité"*, pp.25 - 36. Paris: Centro Cultural Calouste Gulbenkian.

Bryman, A. (1995). *Quantity and Quality in Social Research*, London, Routledge.

Bulkeley, H. e Gregson, N. (2009), "Crossing the threshold: municipal waste policy and house waste generation", *Environmental and Planning; A*, vol. 41, pp.929-945.

Burgess, J., Harrison, C., and Filius, P. (1998). Environmental communication and the cultural politics of environmental citizenship. *Environment and Planning, A* 30, pp. 1445–60.

Buttel (2003). Environmental Sociology and the Explanation of Environmental Reform in *Organization an Environment*, 16. pp306-344.

Cabral, M.V. (2000). "O exercício da cidadania política em Portugal" in Cabral, M.V, Vala, J. e Freire, J. (orgs.), *Atitudes Sociais dos Portugueses – Trabalho e Cidadania*, Lisboa, ICS-UL/ISSP, pp.123-162.

Carter, N. (2001). *The politics of the Environment, Ideias, Activism, Policy*, Cambridge University Press.

Catton Jr., W.R. e Dunlap, R.E. (1978a). "Environmental Sociology: a New Paradigm" in *American Sociologist*, Vol.13, Feb., pp.41-49.

Catton Jr., W.R. e Dunlap, R.E. (1978b). "Paradigms, theories and the primacy of the HEP-NEP distinction" in *The American Sociologist*, vol.13, Nov., pp 256-259.

Chappels, H. and Shove, E. (1999). *The Dustbin: A Study of Domestic Waste, Household Practices and Utility Services*. International Planning Studies, Vol.4, nº2.

Chiazza, S. (2011). *Primeiras abordagens a uma fenomenologia do limpo e do sujo. Objectos, práticas e experiências entre passado e actualidade*, Dissertação de Mestrado em Antropologia da Cultura Material e dos Consumos, FCSH-UNL.

CMAD – Comissão Mundial do Ambiente e do Desenvolvimento (1991[1987]). *O Nosso Futuro/Relatório Brundtland Comum*, Lisboa, Meribérica/Liber Editores.

Câmara Municipal de Oeiras (1993). *Projectos-piloto de recolha e tratamento de RSU de Queijas, Oeiras, CMO [policopiado]*

CNADS (2007). "Apreciação Sumnária do PERSU II – Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos" in *Pareceres, reflexões e relatório de actividades*, Lisboa, MA.

CNADS (2011). *Reflexão do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável sobre Resíduos Urbanos e Industriais*, Lisboa, MA.

Damásio, A. (2000). *Sentimento de Si. O Corpo, a Emoção e a Neurobiologia da Consciência*, Mem Martins, Europa-América.

Damásio, A. (2010). *O livro da consciência. A construção do cérebro consciente*, Círculo dos Leitores.

De Young, R. (1986). Some psychological aspects of recycling, *Environment and Behavior*, 18(4), pp. 435–449.

Derksen, L. e Gartrell, J. (1993). “The Social Context of Recycling” in *American Sociological Review*, vol.58, pp.434-442.

Dias, V. (1999). A aceitação dos apelos de reciclagem em Portugal, Tese de Mestrado, Lisboa, INDEG/ISCTE.

Dietz, T. e Stern, C. (2002). *New Tools for Environmental Policy*, Washington, DC., National Academies Press.

Dobson, A. e Bell, Derek, (2006). *Environmental citizenship*, Massachusetts, Massachusetts Institute of Technology.

Douglas, M. (1984 [1966]). *Purity and Danger. An analysis of the concepts of pollution and taboo*, London. Routledge.

Douglas, J.D. (1970). *Understanding everyday life*, Chicago, Aldine.

Dunlap, R.E. (1993). From environmental to ecological problems, in Craig Calhoun e George Ritzer (eds.), *Social Problems*, Nova Iorque, McGraw-Hill, pp. 707-737.

Dunlap, R.E. (1996), A sociological perspective on environment problems in Actas da 5ª Conferência Nacional sobre Qualidade do Ambiente, Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro, vol.1, pp 99-119.

Dunlap, R.E. (2007). Sociology and the Environment in Ritzer, G. (ed.), *The Blackwell Encyclopedia of Sociology*, Vol.4, Malden, MA, Blackwell, pp1417-1422.

Dunlap, R.E. e Catton (1994). “Struggling with human exemptionalism: the rise, decline and revitalization of Environmental Sociology”, in *The American Sociologist*, vol. 25, pp. 5-30.

Dunlap, R.E. e Marshall, B.K. (2007). “Environmental Sociology” in Bryant, D.C. e Peek, D.L. (eds), *21st Century Sociology. A Reference Handbook*, vol.2, Thousands Oaks, Sage, pp. 329-340.

Dunlap, R.E. e Michelson, W. (2002). *Handbook of Environmental Sociology*, London, Greenwood Press.

Evans, D. (2011). Waste Matters in *Sociology*, 45(4), pp. 707-712.

Fishbein, M. e Ajzen, I. (1975). *Belief, Attitude, Intention, and Behaviour: An Introduction to Theory and Research*, Reading, MA: Addison-Wesley.

Friedman, J., (1996). *Empowerment – Uma política de desenvolvimento alternativo*, Oeiras, Celta Editora.

- Garabua-Moussaoui I., Bartiaux F., Filliastre M., (2009), *Entre école, famille et médias, les enfants sont-ils des acteurs de transmission d'une attention environnementale et énergétique? Une enquête en France et en Belgique*. In N. Burnay et A. Klein (dirs.) *Figures contemporaines de la transmission*. Presses Universitaires de Namur, Collection Transhumances IX, pp. 105-120.
- Gardner, G. e Stern, P. (1996). *Environmental Problems and Human Behavior*, New York, Allyn and Bacon.
- Garfinkel, (1984 [1967]) *Studies in Ethnomethodology*, Cambridge, Policy Press.
- Giddens, A. (1984). *The Constitution of Society: Outline of the Theory of Structuration*, Cambridge, The Polity Press.
- Giddens, A. (1988). Dimensões da modernidade, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.o 4, pp. 237-251.
- Giddens, A. (1995 [1990]). *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta Editora.
- Giddens, A. (1997). *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras, Celta Editora.
- Godbey, G. et al (1998). "No Time to Waste: An Exploration of Time Use, Attitudes Toward Time, and the Generation of Municipal Solid Waste" in *Social Research*, vol.65, n°1, pp.101-140.
- Goffman, E. (1993 [1959]), *A Apresentação do eu na vida de todos os dias*, Lisboa, Relógio D'Água, ed. Original.
- Goffman, E. (1988 [1963]), *O Estigma, Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*, Rio de Janeiro, Editora Guanabara.
- Gollwitzer, P. M., Sheeran, P., Michalski, V. and Seifert, A.E., (2009). When Intentions Go Public: Does Social Reality Widen the Intention-Behavior Gap?, *Psychological Science*, May1,20(5), pp. 612 – 618).
- Gonçalves, E. et al. (2000). *Cultura Científica e Participação Pública*, Oeiras, Celta Editora.
- Gonçalves, G e Painho, M. (1998). A Reciclagem de Resíduos na Perspectiva das Ciências Sociais – Revisão Bibliográfica das Variáveis Situacionais. *Análise Social*, n° 146-147, pp.591-610.
- Gregson, N. (2007). *Living with things: Ridding, Accommodation, Dwelling*, Oxford, Sean Kingston.
- Gregson, N. , Metcalfe, A., Crewe. L. (2007). "Moving Things Along: The conduits and Practices of Divestment in Consumption", *Transactions of the Institute of British Geographers*, New Series, 32, pp.187-200.
- Hager, M. A. (1995). *The Politics of Environmental Discourse – Ecological Modernization and the Policy Process*, London, Oxford University Press
- Hannigan (1995), *Environmental Sociology: A Social Constructionist Perspective*, London, NY, Routledge.
- Hawkins, G. (2001), Plastic bags: living with rubbish, *International Journal of Cultural Studies*, 4, pp.5-23.

- Hawkins, G., Muecke, S. (Eds), 2003, *Culture and Waste: The Creation and Destruction of Value*, Lanham MD, Rowman and Littlefield.
- Hawkins, G. (2005), *The Ethics of waste: how we relate to rubbish*. Lanham, Rowman and Littlefield Publishers
- Hargreaves, T. (2011). Practice-ing behaviour change: Applying social practice theory to pro-environmental behaviour change, *Journal of Consumer Culture*, 11(1), pp. 79-99.
- Hopper, J. e Nielsen, J. (1991). Recycling as altruistic behavior: normative and behavioural strategies to expand participation in a community recycling programme, *Environment and Behavior*, 23 (2), pp.195-220.
- HPEM (2012), Evolução dos quantitativos de resíduos recolhidos – 2000-2011, Relatório Anual, Departamento de Planeamento (www.hpem.pt)
- INE (2004), *Tipologia Sócio-económica da Área Metropolitana de Lisboa*, Lisboa, INE.
- Inglehart, R. (1977). *The Silent Revolution: Changing Values and Political Styles Among Western Publics*, Princeton, NJ, Princeton University Press.
- Jackson, T. (2005), Motivating Sustainable Consumption: A Review of Evidence on Consumer, *Behaviour and Behavioural Change*, Guildford, Sustainable Development Research Network.
- Javeau, C. (1980). Sur le concept de vie quotidienne et sa sociologie, in *Cahiers internationaux de sociologie*, vol. LXVIII.
- Javeau, C. (1991). *La société au jour le jour. Écrits sur la vie quotidienne*, Bruxelles, De Boeck-Wesmael.
- Kaufmann, Claude (1996). *L'Entretien Compréhensive*, Paris, Éditions Nathan.
- Lima, L., Cabral, M.V e Vala, J. (org.) (2004). *Ambiente e Desenvolvimento* (ISSP/ICS) Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Lobato Faria, A. (coord.) (1999). *Plano Estratégico Sectorial de Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos*, Ministério do Ambiente, Instituto dos Resíduos. (PERSU I, 1997)
- Martinho, M.G. (1998), *Factores Determinantes para os Comportamentos de Reciclagem: Caso de estudo – Sistema de vidrões*, Lisboa, FCT-UNL.
- Meadows, D.H., Meadows, D.L., Randers, J. e Behrens, W. 1972, *The Limits to Growth*, New York, New American Library
- Miller, J. and B. Glassner (2004). “The ‘inside’ and the ‘outside’ – finding realities in interviews” in D. Silverman (ed.), *Qualitative Research – Theory, Method and Practice*, 2nd edition, London, Sage.
- Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (2007), *PERSU II – Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos, 2007-2016*, Lisboa, MAOTDR. (PERSU II, 2007)
- Mol, A.P.J. (1996). ”Ecological Modernization and Institucional Reflexivity: Environmental Reform in the Late Modern Age”, in *Environmental Politics* 5, pp. 302-323.

- Mol, A.P.J. e Spaargaren, G. (2000). “Ecological Modernization Theory in Debate: a Review” in Mol, A.P.J. e Sonnenfeld, D.A. (ed.). *Ecological Modernization Around the World Perspectives and Critical Debates*, London, Frank Cass.
- Mol, A.P.J. e Sonnenfeld, D.A. (ed.) (2000), *Ecological Modernization Around the World: Perspectives and Critical Debates*, London, Frank Cass.
- Morris, M. B. (1977). *An excursion into creative sociology*, New York, Columbia University Press.
- Nave, G., Horta, A e Lorga, C. (2000), “Informação e Cultura Ambiental” in Almeida, J. F. (org.) (2000). *Os Portugueses e o Ambiente: I Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente*, Oeiras, Celta Editora.
- Nave, J.G., Schmidt, L., Sousa, D. (2003), *O Automóvel: Usos e Desusos do Transporte Individual*, Lisboa, OBSERVA, ICS-UL.
- Nye, M. and Hargreaves, T. (2010), Exploring the social dynamics of proenvironmental behavior change. *Journal of Industrial Ecology* ,14, pp137–49.
- Neuman, L. (2000). *Social Research Methods: Qualitative and Quantitative Approaches*. Boston, Allyn and Bacon, 4th edition.
- O'Brien, M., (1999). Rubbish-Power: Towards a Sociology of the Rubbish Society pp. 262-277 in J. Hearn and S. Roseneil (eds) *Consuming Cultures: Power and Resistance*. London: Macmillan.
- O'brien, M. (2007) *A Crisis of Waste? Understanding the Rubbish Society*, London, Routledge.
- O'Riordan, T. (ed.) (2001). *Globalism, Localism & Identity*, London, Earthscan.
- Owens, S. (2000). Engaging the public: Information and deliberation in environmental policy, *Environment and Planning*, A 32, pp. 1141–8.
- Pais, José Machado (2009), *Sociologia da Vida Quotidiana*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Pantzar, M. e Shove, E. (2006). Circuits of reproduction and the dynamics of practice ineveryday life. Paper presented at the Second Organization Studies Summer Workshop on ‘Re-turn to Practice: Understanding Organization As It Happens’, 15–16 June, Mykonos, Greece.
- Parsons, L. (2008). Thompsons' Theory: Exploring the Practices of Value Creation, *European Advances in Consumer Research*, vol.8, pp.390-393
- Pereira, A., Vaz, S.G and Togetti, S. (ed.), (2006). *Interfaces between Science and Society*, Sheffield, Greenleaf Publishing.
- Pierre, M. (coord.) (2002). *Les Déchets Ménagers, entre privé et public: approches sociologiques*, Dossiers Science Humaines et Sociales, Paris, Ed. Harmattan.
- Porter, B.E., Leeming, F.C. e Dwyer, W.O. (1995). “Solid Waste Recovery. A Review of Behavioral Programs to Increase Recycling” in *Environment and Behavior*, vol27, nº2, pp.122-152.

Prosser, Jon (ed.) (2006), *Image-based Research. A sourcebook for qualitative researchers*, Londres, Routledge.

Quercus (1995). Caracterização dos Resíduos Sólidos Urbanos e Inventariação dos Locais de Deposição em Portugal – Quercus, Associação Nacional de Conservação da Natureza.

Quivy, Raymond & LucVan Campenhoudt (1992 [1988]), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Editora Gradiva.

Rathje, W. e Murphy, C. (1992), *Rubbish! The Archeology of Garbage*, New York: HaperCollins.

Reckwitz, A. (2002), Toward a theory of social practices: A development in culturalist theorizing, *European Journal of Social Theory*, 5, pp. 243–63.

Redclift, M.R. e Woodgate, G. (ed.) (2005). *New Developments in Environmental Sociology*, Edward Elgar Publishing Limited.

Ribeiro, R. (2010), O Fim de uma Estratégia, Resíduos Sólidos Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra, edição do próprio

Ropke (2009). Theories of practice – New inspiration for ecological economic studies on consumption in *Ecological Economics*, 68, pp. 2490-2497.

Rosa, M.J.V., Vieira, C., (2003). *A população portuguesa no século XX: análise dos censos de 1900 a 2001*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Royte, E. (2005). *Garbage Land, On The Secret Trail of Trash*, New York, Litle, Brown and Company.

Schatzki, T.R. (1996). *Social Practices: A Wittgensteinian Approach to Human Activity and the Social*. Cambridge, Cambridge, University Press.

Schatzki, T.R. (2001). Introduction: Practice theory. In: Schatzki TR, Knorr Cetina K and Von Savigny E (eds) *The Practice Turn in Contemporary Theory*, London and New York, Routledge, pp.1–14.

Schatzki, T.R. (2002). *The Site of the Social: A philosophical account of the constitution of social life and change*. Pennsylvania: Pennsylvania State University Press.

Schmidt, L. (1990). *O Discurso Publicitário e a construção de juventude como categoria social*, Tese de Dissertação de Mestrado em Sociologia, Lisboa, ISCTE.

Schmidt. L. (1999a). Sociologia do Ambiente: Genealogia de Uma Dupla Emergência. *Análise Social* Vol. XXXIV, 150, pp.175-210.

Schmidt, L. (1999b). *Portugal Ambiental*, Oeiras, Celta Editora.

Schmidt, L. (2003). *O Ambiente no Ecrã – Emissões e Demissões no Serviço Público Televisivo*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Schmidt, L. (2007). *País (In)Sustentável - Ambiente e Qualidade de Vida em Portugal*. Lisboa, Esfera do Caos.

Schmidt, L. (2008). “Ambiente e Política Ambiental: escalas e desajustes” in *Itinerários – A Investigação no ICS*, Villaverde Cabral, M. Et all (org.) Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Schmidt, L., Valente, S e Pinheiro, J. (2000). “País: Percepção, Retrato e Desejo” in Almeida, J. F. (org.) (2000). *Os Portugueses e o Ambiente: I Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente*, Oeiras, Celta Editora, pp.33-102.

Schmidt, L., Trüniger, M. e Valente, S.. (2004). *Problemas ambientais, prioridades e quadro de vida*, pp.65-168. In: Almeida, J. F. (org.). *Os Portugueses e o Ambiente: II Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente*, Oeiras, Celta Editora.

Schmidt, L. e Valente, S. (2005). *O Lixo - Uma História Residual - O Contributo das Ciências Sociais*, FCT-UNL.

Schmidt, L., Nave, J. G. e Guerra, J. (2005). *Os Primeiros Autarcas do Século XXI: Novas Estratégias Ambientais?*, Porto, Fronteira do Caos.

Schmidt, L. e Martins, A. (coord.)(2006). *Relatório final – Separa®1 - Sensibilização e Mudança Comportamental Relativamente à Recolha Selectiva de Resíduos Sólidos Urbanos*, Lisboa, ICS-UL e CEEETA.

Schmidt, L. e Martins, A. (coord.)(2007). *Relatório final – Separa®2 - Sensibilização e Mudança Comportamental Relativamente à Recolha Selectiva de Resíduos Sólidos Urbanos*, Lisboa, ICS-UL e CEEETA.

Schmidt, L. and Fonseca (2008). *Social behaviour and energy efficiency – change and its brakes and catalysts*. In: EEAC. *Energy Efficiency – Key Pillar for a Competitive, Secure and Sustainable Europe*, Ed. European Environmental and Sustainable Development Advisory Councils (EEAC). (www.eeac-net.org)

Schmidt, L. e Valente, S. (2009). *Ecofreguesias Experience: Some contributions for local sustainable waste management*, ISWA

Schmidt, L., Nave, J. G. e Guerra, J. (2010). *Educação Ambiental – Balanço e perspectivas para uma agenda sustentável*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Schmidt (coord.) (2011). *O Ambiente em 25 anos de Eurobarómetro*, Lisboa, OBSERVA, ICS-UL.

Schnaiberg, A. (1980). *The Environment: From Surplus to Scarcity*. New York, Harper Perennial.

Schnaiberg, A. (1992). *Recycling vs. Remanufacturing: Redistributive realities*. Working paper WP-92-15, Centre for Urban Affairs&Policy Research, Northwestern University, Spring.

Schnaiberg, A. e Gould, K.A. (1994). *Environment and Society*, New York, St. Martin's Press.

Schutz, A. (1962). *Collected papers I: The problem of Social Reality*, Haia, Martinus Nijhoff.

Schutz, A. (1964). *Collected papers. Studies in Social Theory*, Haia, Martinus Nijhoff.

Schultz, P. W., Oskamp, S. & Mainieri, T. (1995) Who recycles and when? A review of personal and situational factors, *Journal of Environmental Psychology*, 15, pp. 105–121.

Shove, E. (2003). *Comfort, Cleanliness and Convenience: The Social Organization of Normality*. Oxford, Berg.

- Shove, E. (2004), Changing human behaviour and lifestyle: A challenge for sustainable consumption, in Reisch, L. and Røpke, I. (eds), *The Ecological Economics of Consumption*, Cheltenham, Edward Elgar, pp. 111–31.
- Shove, E. (2010), Beyond the ABC: Climate change policy and theories of social change, *Environment and Planning, A* 42, pp. 1273–85.
- Shove e Pantzar (2005), Shove, E. and Pantzar, M. (2005). Consumers, producers and practices: Understanding the invention and reinvention of Nordic walking, *Journal of Consumer Culture*, 5, pp. 43–64.
- Shove, E. e Warde, A. (2002). Inconspicuous consumption: The sociology of consumption, lifestyles, and the environment. In: Dunlap R, Buttel F, Dickens P and Gijswijt A (eds) *Sociological Theory and the Environment: Classical Foundations, Contemporary Insights*, London, Rowman and Littlefield, pp.230–50.
- Speller, G.M. (2005). A importância da Vinculação aos Lugares in Soczka, L. (org.), *Contextos Humanos e Psicologia Ambiental*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Southerton, D., Warde, A. and Hand, M. (2004). The limited autonomy of the consumer: Implications for sustainable consumption, in Southerton, D., Chappells, H. and VanVliet, B. (eds) *Sustainable Consumption: The implications of changing infrastructures of provision*, Cheltenham, Edward Elgar, pp. 32–48.
- SPV (2006), *Caracterização dos Sistemas Municipais Aderentes ao Sistema Ponto Verde*, Sociedade Ponto Verde.
- Stringer, E.T. (1996). *Action Research, a Handbook for Practitioners*, London, Sage.
- Spaargaren, G. and Van Vliet, B. (2000). Lifestyles, consumption and the environment: The ecological modernisation of domestic consumption. *Environmental Politics*, 9, pp. 50–76.
- Spaargaren, G. (2011). Theories of practices: Agency, technology, and culture. Exploring the relevance of practice theories for the governance of sustainable consumption practices in the new world-order, *Global Environmental Change*, 21, pp. 813–822.
- Stern, P. (2000) Toward a coherent theory of environmentally significant behavior, *Journal of Social Issues*, 56: 407–24.
- Tashkkori, Abbas; Charles Teddlie (1998). *Mixed methodology: combining qualitative and quantitative approaches*, Thousand Oaks, Sage.
- Thompson, J.B. (1979). *Rubbish Theory. The Creation and Destruction of Value*, Oxford, Oxford University Press.
- Thompson, J.B. (1995). *The Media and Modernity: A Social Theory of the Media*, Cambridge, Polity Press.
- Tucker, P. (1999). A survey of attitudes and barriers to kerbside recycling, *Environmental and Waste Management*, 2(1), pp. 55–62.
- Valente, S. (1999). *Marketing Ambiental: Estratégias de Produção, Contextos de Recepção*, Lisboa, Observa.

Valente, S. (2001) *Campanhas pelo Ambiente, Processos de (In)Comunicação*, Tese de Dissertação de Mestrado em Cultura, Comunicação e Novas Tecnologias da Informação, Lisboa. ISCTE.

Valente, S. e Schmidt, L. (2011). *No outro lado do consumo: evolução das atitudes dos portugueses em relação ao lixo*, Comunicação apresentada no I Encontro Consumo, Cultura e Sociedade, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 9 Abril 2011.

Valente, S., Trüninger, M. e Schimdt, L. (2012), Consumo e lixo na sociedade portuguesa: uma evolução histórico-ambiental (1960-2010), Congresso APS, Junho de 2012, Porto.

Valle, P., Reis, E., Menezes, J. e Rebelo, E. (2004). “Behavioral Determinants of Household Recycling Participation: The Portuguese Case”, *Environment and Behavior*, vol. 36, nº4, July.

Vieira, P. (2003). *O Estrago da Nação*, Cadernos de Reportagem, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

Warde, A. (2005), Consumption and theories of practice, in *Journal of Consumer Culture*, 5:, pp. 131–53

Wenger, E. (2006). *Communities of Practice, Learning, Meaning and Identity*, Cambridge, Cambridge University Press.

Yearley, S. (1992). *A causa verde*, Oeiras, Celta Editora.

Bases de dados utilizadas

Eurobarómetro Especial de Ambiente nº 25 (1986)

Eurobarómetro Especial de Ambiente nº29 (1988)

Eurobarómetro Especial de Ambiente nº37.0 (1992)

Eurobarómetro Especial de Ambiente nº43.1 (1995)

Eurobarómetro Especial de Ambiente (1997)

Eurobarómetro Especial de Ambiente nº51.1 (1999)

Eurobarómetro Especial de Ambiente nº 68.2 (2008)

Eurobarómetro Especial de Ambiente nº 365 (2011)

Eurobarómetro Especial de Alterações Climáticas, nº69.2 (2008)

Eurobarómetro Especial de Alterações Climáticas, nº71.1 (2009)

Inquérito Separa®, 2006

Inquérito Separa®, 2007

Sites consultados com informação utilizada

www.apollo11.com

www.5gyres.org7

www.portada.pt

www.tratolixo.pt

www.hpem.pt

www.suma.pt

www.cm-sintra.pt

permaculturaportugal.ning.com